

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

Ivan Vasconcelos Figueiredo

**IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A SURDEZ:**  
**ANÁLISE CONTRASTIVA DE DISCURSOS DO JORNAL VISUAL A**  
**PARTIR DA PRODUÇÃO E DA RECEPÇÃO**

Belo Horizonte  
Outubro de 2013

Ivan Vasconcelos Figueiredo

**IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A SURDEZ:**  
ANÁLISE CONTRASTIVA DE DISCURSOS DO JORNAL VISUAL A PARTIR DA  
PRODUÇÃO E DA RECEPÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutorado em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Linguística do  
Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Emília Mendes

Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2013

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

F475i

Figueiredo, Ivan Vasconcelos.

Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez [manuscrito] : análise contrastiva de discursos do Jornal Visual a partir da produção e da recepção / Ivan Vasconcelos Figueiredo. – 2013. 373 f., enc. : il., p&b., color.; grafs., tabs., fots.

Orientadora: Emília Mendes.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 304-313.

Anexos: f. 314-373.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso jornalístico – Teses. 3. Jornal Visual (Programa de televisão) – Teses. 4. Surdez – Teses. 5. Linguística – Teses. I. Mendes, Emília. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 418



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**



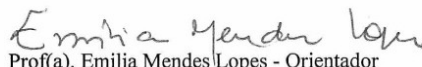
## FOLHA DE APROVAÇÃO

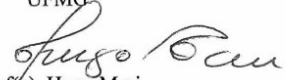
### **IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS SOBRE A SURDEZ: ANÁLISE CONTRASTIVA DE DISCURSOS DO JORNAL VISUAL A PARTIR DA PRODUÇÃO E DA RECEPÇÃO**

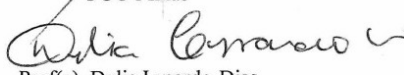
#### **IVAN VASCONCELOS FIGUEIREDO**

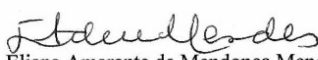
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Linha E - Análise do Discurso.

Aprovada em 25 de outubro de 2013, pela banca constituída pelos membros:

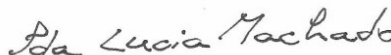
  
 Prof(a). Emilia Mendes Lopes - Orientador  
 UFMG

  
 Prof(a). Hugo Mari  
 PUC-Minas

  
 Prof(a). Dylia Lysardo-Dias  
 UFSJ

  
 Prof(a). Eliana Amarante de Mendonça Mendes  
 UFMG

Prof(a). Elidéa Lúcia Almeida Bernardino  
 UFMG



Belo Horizonte, 25 de outubro de 2013.



## AGRADECIMENTOS

A tese é uma espécie de rito de passagem que marca o encerramento de um ciclo de estudos e de vida, bem como o nascimento de outras janelas para mundos a serem desbravados.

A meu ver, a seção “Agradecimentos” deve ser mais um ato de humildade do que uma mera formalidade acadêmica. Uma pesquisa não se faz sozinho e este estudo não teria chegado ao patamar aqui apresentado sem a ajuda direta ou indireta de diversas pessoas que passaram por minha vida pessoal e profissional. Nos últimos três anos, o desenvolvimento desta tese ocorreu em meio a mudanças de rumo, às vezes, inesperadas. Nas andanças pelas cinco cidades que morei nesse tempo, seja em Minas, São Paulo ou Distrito Federal, carregava as lembranças, saudades e um norte: a tese.

Se hoje me posiciono como pesquisador, reconheço a influência e interferência direta de minha orientadora de Doutorado em Estudos Linguísticos pela UFMG, Emília Mendes. Para mim, Emília é uma educadora cujas lições ultrapassam os contornos da Academia e vão além da tradicional transferência conhecimentos. Com talento, sabedoria e sempre aberta ao diálogo, Emília cria condições para que seus orientandos tenham liberdade para a própria produção e construção de conhecimento. Em meio a minhas presenças e ausências, ensinou, incentivou e cativou a transgredir, no bom sentido, as *idées reçues* (ideias formatadas), teorias e quadros metodológicos até então estabelecidos. Procuro seguir sua conduta: para ser pesquisador de fato, é preciso mais do que dedicar, estudar, aprofundar e debater: é ir além, olhar para frente, se arriscar, aprender a voar por rotas (por vezes, incertas) em busca de inovações.

Esse aprendizado do fazer acadêmico-científico, sem dúvida, soma-se aos ensinamentos do meu orientador de Mestrado em Letras pela UFSJ, Guilherme Jorge de Rezende, a quem devo os primeiros passos na pesquisa. Registro minha gratidão ao Guilherme que, ainda em 2006, aceitou o desafio de se arriscar no universo da recepção de telespectadores surdos, um campo ainda a ser muito desbravado no país. Aprendi mais do que teorias e análises. Guardo e também procuro me espelhar em Guilherme como pesquisador e educador: ética,

competência e seriedade não se sustentam sem cordialidade, afetividade, respeito ao outro e humildade.

Os contornos desta tese não seriam os mesmos sem os olhares atentos, observações e críticas das professoras integrantes da banca de qualificação de Doutorado, Dylia Lysardo-Dias (UFSJ) e Heloísa Lins (Unicamp). O debate daquele momento de qualificação foi essencial para a mudança de direção desta pesquisa para um viés mais teórico e propositivo, ultrapassando somente uma aplicação em *corpora*. Sou grato também à professora Giani David Silva (Cefet-MG), a qual contribuiu com sua visão durante da defesa do projeto de qualificação.

Os aprendizados dentro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin) da Faculdade de Letras da UFMG foram além a orientação da pesquisa em si, fazendo parte de um conjunto formativo articulado em aulas, grupos de estudos, seminários de teses e congressos.

Agradeço as lições das/os professoras/es do Poslin Emília Mendes, Helcira Lima, Ida Lúcia Machado e Cássio Miranda. Do mesmo modo, tive a rara oportunidade de participar dos minicursos de Patrick Charaudeau (Universidade Paris XIII) e Christian Plantin (Universidade de Lyon 2), oferecidos pelo Cefet-MG, e de Alejandra Vitale (Universidade de Buenos Aires), realizado pelo Poslin da UFMG.

Os debates do Núcleo de Transgressões, Imagens e Imaginários (NETII) da UFMG foram enriquecedores e muito produtivos. Os amigos e colegas do Poslin também contribuíram para que esta pesquisa fosse construída, especialmente: Argus Romero, Carolina Reis, Cláudio Lessa, Fernanda Chaves, Ivanete Soares, Luiza Sá e Renata Aiala. Agradeço também aos funcionários do Poslin e biblioteca da UFMG pela presteza.

Sou grato ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin) da Faculdade de Letras da UFMG por ter acolhido esta empreitada, bem como ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por ter financiado esta pesquisa, via bolsa de estudos, no período de setembro de 2011 a julho de 2012. Gostaria de agradecer a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) por

permitir o término e incentivar desta pesquisa em regime parcial de jornada entre maio e agosto de 2013.

Um agradecimento especial deve ser feito à minha família e à sempre companheira, Suelen. Nesses anos de ausências e distâncias, estiveram sempre do meu lado, com apoio, incentivo e muita compreensão sobre meus voos nessa jornada da tese.

Por fim, agradeço a todos aqueles que auxiliaram, diretamente ou indiretamente, nesta pesquisa.

## RESUMO

A pesquisa investiga a produção e a recepção televisual pelo viés da Análise do Discurso. O objetivo é mapear e analisar contrastivamente os imaginários sociodiscursivos sobre a surdez produzidos pelo *Jornal Visual* (transmitido pela emissora pública *TV Brasil*) e por parte dos receptores do programa concernidos em nossa pesquisa. O quadro teórico-metodológico tem como base a Teoria Semiolingüística de Charaudeau; para a investigação da dimensão verbo-icônica dos discursos televisivos, tem-se como suporte a grade de análise de imagens móveis proposta por Mendes, que faz a inter-relação entre a teoria semiolingüística com os estudos televisuais de Soulages, entre outros autores. A partir da concepção charaudeana de que a mídia condiciona e é condicionada pela realidade e pelos sujeitos, discutimos a construção discursiva da surdez nos enunciados do telejornal e dos participantes desta pesquisa. Debateremos a influência exercida por esses discursos jornalísticos na formação de imaginários sociodiscursivos por parte de interpretantes do programa. A surdez é entendida aqui como campo discursivo sem fronteiras, no qual transitam saberes advindos de distintas esferas sociais. Nessa perspectiva, pretendemos avançar na teorização da travessia dos sujeitos na situação de comunicação, bem como estabelecer procedimentos de estudo na esfera da recepção.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; telejornalismo; imaginários sociodiscursivos; *Jornal Visual*; surdez.

## RÉSUMÉ

Le but de la recherche est d'étudier la production et la réception d'un échantillon d'émissions du Jornal Visual, transmis par la chaîne publique TV Brasil, à travers la perspective théorique de l'Analyse du Discours, et plus précisément, d'établir une procédure méthodologique reposant sur la contrastivité des imaginaires socio-discursifs portant sur la surdité. Le cadre théorique s'appuie sur le dialogue entre la Sémiolinguistique de Patrick Charaudeau et d'autres ensembles de concepts comme par exemple: l'étude de l'image verbo-iconique développée notamment dans les travaux de Mendes, Soulages, etc. L'observation de la construction discursive de la surdité dans les énoncés produits par le journal télévisé et par les participants à la recherche est faite à partir de la conception selon laquelle les médias conditionnent et sont conditionnés par la réalité et par les sujets. Les imaginaires socio-discursifs sur la surdité sont une composante d'un champs discursifs sans frontières, dans lequel transite des savoirs provenant de plusieurs sphères sociales. Nous avons essayé de faire progresser la démonstration du rôle essentiel des sujets dans la situation de communication et d'établir des procédures d'études sur la réception.

**Mots-clés:** Analyse du Discours; télé-journalisme; imaginaires socio-discursifs; Jornal Visual; surdité

## ABSTRACT

This research investigates televisual production and reception through the bias of Discourse Analysis. The objective is to contrastively map and analyze the socio-discursive imaginaries about deafness produced by the *Jornal Visual* (transmitted by the public broadcaster *TV Brasil*) and on the part of the program receptors covered in our research. The theoretical-methodological frame is based on Charaudeau's Semiolinguistic Theory; for the investigation of the verbal and iconic dimension of televisual discourses, we use the support of the image analysis grid proposed by Mendes, which makes the inter-relation between semiolinguistic theory and the televisual studies of Soulages, among other authors. Based on the charaudean conception that media conditions and is conditioned by reality and by the subjects, we discuss the discursive construction of deafness in the wording of the TV news and of the participants in this study. We debate the influence exercised by these journalistic discourses in the formation of socio-discursive imaginaries by the program interpretants. Deafness is understood here as a discursive field without frontiers, in which knowledge coming from distinct social spheres transits. In this perspective, we intend to advance in the theorization of the subjects' passage in the communication situation, as well as establishing study procedures in the reception sphere.

**Keywords:** Discourse Analysis; telejournalism; socio-discursive imaginaries; Visual News; deafness.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 1 – Situação de comunicação proposta pela Teoria Semiolinguística ...                               | 31  |
| FIGURA 2 – Topografia das instâncias do campo literário.....                                               | 46  |
| FIGURA 3 – O contrato midiático da informação televisiva.....                                              | 76  |
| FIGURA 4 – Gênese dos saberes.....                                                                         | 101 |
| FIGURA 5 – Representação piramidal da comunicação languageira.....                                         | 107 |
| FIGURA 6 – Configuração visual da escalada e chamadas das matérias no <i>Jornal Visual</i> .....           | 132 |
| FIGURA 7 – Na exibição da reportagem, a intérprete permanece em cena traduzindo a voz em <i>off</i> . .... | 132 |
| FIGURA 8 – Sequência de quadros da nota seca sobre competição de surfe com surdas.....                     | 142 |
| FIGURA 9 – Sequência de quadros da reportagem sobre judô na Rocinha .....                                  | 149 |
| FIGURA 10 – Jovens conversam em Libras antes de treino de judô na Rocinha .....                            | 151 |
| FIGURA 11 – Judoca surdo enuncia em Libras .....                                                           | 153 |
| FIGURA 12 – Reprise da reportagem de 17 nov. 2010.....                                                     | 156 |
| FIGURA 13 – Sequência da reportagem que associa surdez com música alta ..                                  | 158 |
| FIGURA 14 – Uso de ficcionalidade colaborativa na reportagem .....                                         | 160 |
| FIGURA 15 – Passagem da repórter em matéria que associa surdez ao excesso de ruídos .....                  | 161 |
| FIGURA 16 – Jovem se queixa de zumbidos no ouvido por música alta .....                                    | 162 |
| FIGURA 17 – Estudantes do INES comemoram chegada do Papai Noel.....                                        | 165 |
| FIGURA 18 – Sequência de reportagem sobre visita de Papai Noel ao INES ....                                | 166 |
| FIGURA 19 – Papai Noel fala das dificuldades vividas pelas pessoas com deficiência .....                   | 168 |
| FIGURA 20 – Sequência da reportagem sobre implante coclear.....                                            | 171 |
| FIGURA 21 – Pai de jovem surdo relata primeiras experiências após implante coclear.....                    | 173 |
| FIGURA 22 – Médico fala sobre o implante coclear.....                                                      | 174 |

|                                                                                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 23- Educadora defende identidade cultural dos surdos pela língua de sinais .....                                      | 175 |
| FIGURA 24 – Especialista defende língua de sinais como natural dos surdos ...                                                | 176 |
| FIGURA 25 – Sequência da reportagem sobre intérpretes em faculdades .....                                                    | 180 |
| FIGURA 26 – Presença de ficcionalidade colaborativa na reportagem sobre intérpretes em faculdades .....                      | 181 |
| FIGURA 27 – Pedagoga relata experiências positivas durante a graduação no INES .....                                         | 183 |
| FIGURA 28 – Sequência da notícia sobre graduação em Pedagogia Bilíngue ...                                                   | 186 |
| FIGURA 29 – Representante do MEC atesta que a primeira graduação em Pedagogia Bilíngue fortalece a educação para todos ..... | 188 |
| FIGURA 30 – Graduada em Pedagogia Bilíngue fala do pioneirismo do curso promovido pelo INES .....                            | 189 |
| FIGURA 30 – Sequência da reportagem sobre o documentário “Dois Mundos” .                                                     | 192 |
| FIGURA 31 – Chamada da matéria sobre o documentário “Dois Mundos” .....                                                      | 192 |
| FIGURA 32 – Surdo remove aparelho auditivo devido aos chiados do vento .....                                                 | 194 |
| FIGURA 33 – Priscila conta experiência de viver a cultura surda .....                                                        | 196 |
| FIGURA 34 – Diretora do documentário conta que ideia surgiu da curiosidade pessoal em conhecer a cultura surda .....         | 198 |
| FIGURA 35 – Sequência da reportagem sobre a narrativa de vida de Suely .....                                                 | 200 |
| FIGURA 36 – Surdo-cega diz que não quer ser tratada com dó, apenas deseja oportunidade .....                                 | 203 |
| FIGURA 37 – Pai beija filha nascida com surdo-cegueira .....                                                                 | 204 |
| FIGURA 38 – Sequência da reportagem sobre a história de superação de Bruno .....                                             | 208 |
| FIGURA 39 – Bruno fala dos desafios no esporte .....                                                                         | 208 |
| FIGURA 40 – Imagens conferem competências a Bruno como instrutor de escalada .....                                           | 209 |
| FIGURA 40 – Sequência da notícia sobre o não fechamento do INES .....                                                        | 214 |
| FIGURA 41 – Intérprete oficial do programa assume posição de locutora .....                                                  | 215 |
| FIGURA 42 – Primeiro <i>off</i> da notícia sobre o não fechamento do INES .....                                              | 216 |
| FIGURA 43 – Estudante narra experiência em escola para não-surdos .....                                                      | 217 |



|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 44 – Diretora do INES defende formação básica diferenciada para surdos..... | 218 |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1 – Grade de análise de imagens móveis.....                                                                                                              | 105 |
| TABELA 2 – Duração das edições do <i>Jornal Visual</i> e das matérias jornalísticas sobre a surdez.....                                                         | 130 |
| TABELA 3 – Capitais visuais do estúdio e da reportagem nas matérias sobre surdez do <i>Jornal Visual</i> .....                                                  | 133 |
| TABELA 4 – Matérias do <i>Jornal Visual</i> classificadas por editoria temática .....                                                                           | 136 |
| TABELA 5 – Capitais temáticos das reportagens classificados pela forma de exibição do conteúdo, da presença na escalada e da presença ou não de polifonia ..... | 138 |
| TABELA 6 – Imaginários sobre a surdez na nota seca sobre campeonato de surfe .....                                                                              | 148 |
| TABELA 7 – Imaginários sobre a surdez na reportagem sobre aulas de judô na Rocinha .....                                                                        | 155 |
| TABELA 8 – Imaginários sobre a surdez da reprise da reportagem sobre aulas de judô na Rocinha .....                                                             | 156 |
| TABELA 9 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a música alta como causadora de perda auditiva .....                                                  | 164 |
| TABELA 10 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a visita do Papai Noel.....                                                                          | 169 |
| TABELA 11 – Imaginários sobre a surdez da reportagem acerca dos prós e contras do implante coclear.....                                                         | 178 |
| TABELA 12 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre o direito à acessibilidade com intérpretes nas faculdades .....                                      | 185 |
| TABELA 13 – Imaginários sobre a surdez da notícia sobre a formatura da primeira turma de graduação em Pedagogia Bilíngue Libras e Português .....               | 190 |

|                                                                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 15 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre o documentário “Dois Mundos” .....                                                                               | 199 |
| TABELA 16 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a narrativa de vida de Suely .....                                                                               | 205 |
| TABELA 17 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a história de superação de Bruno .....                                                                           | 212 |
| TABELA 18 – Imaginários sobre a surdez na notícia acerca do não fechamento do INES .....                                                                                    | 220 |
| TABELA 22 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre aulas de judô na Rocinha.....                                                         | 240 |
| TABELA 23 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre a música alta como causadora de perda auditiva .....                                  | 242 |
| TABELA 24 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem acerca dos prós e contras do implante coclear .....                                         | 243 |
| TABELA 25 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na notícia sobre a formatura da primeira turma de graduação em Pedagogia Bilíngue Libras e Português..... | 245 |
| TABELA 26 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre a narrativa de vida de Suely .....                                                    | 246 |
| TABELA 27– Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre a história de superação de Bruno .....                                                 | 247 |
| TABELA 28 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na notícia acerca do não fechamento do INES.....                                                          | 248 |
| TABELA 29 – Imaginários sociodiscursivos projetados pelo <i>Jornal Visual</i> .....                                                                                         | 250 |
| TABELA 30 – Imaginários sociodiscursivos percebidos e relatados pelos telespectadores diante do conteúdo do <i>Jornal Visual</i> .....                                      | 251 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| QUADRO 1 – O processo de comunicação de Schramm .....                                   | 56 |
| QUADRO 2 – Percursos dos sujeitos em gêneros com modo de organização<br>narrativo ..... | 59 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GRÁFICO 1 – Percentual dos surdos no total da população dos estados do Sudeste do país .....                                                                                                                                                                                        | 14  |
| GRÁFICO 2 – Capitais televisivos das matérias e edições. Notícias e reportagens sobre a surdez ocupam, em média, 23,45% do tempo do telejornal .....                                                                                                                                | 131 |
| GRÁFICO 3 – Composição temporal das matérias sobre a surdez. A primeira coluna (azul escuro) representa o tempo destinado às imagens de estúdio, a segunda (vermelha) a duração do espaço dos acontecimentos e a terceira (azul claro) o tempo total da notícia ou reportagem. .... | 134 |
| GRÁFICO 4 – Capital temático dos diferentes domínios de acontecimentos da surdez no <i>Jornal Visual</i> .....                                                                                                                                                                      | 136 |
| GRÁFICO 5 – Capital visual dos planos de acesso aos acontecimentos nas 12 matérias sobre a surdez no <i>Jornal Visual</i> .....                                                                                                                                                     | 137 |
| GRÁFICO 6 – Temas da surdez em manchete no <i>Jornal Visual</i> está presente em 50% das vezes .....                                                                                                                                                                                | 139 |
| GRÁFICO 6 – Consonância e dissonância de imaginários sociodiscursivos em imagens de mundo do <i>Jornal Visual</i> .....                                                                                                                                                             | 223 |
| GRÁFICO 7 – Consonância e dissonância dos imaginários sociodiscursivos verbais do <i>Jornal Visual</i> .....                                                                                                                                                                        | 225 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                |               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>PREÂMBULO .....</b>                                                                         | <b>1</b>      |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                        | <b>8</b>      |
| (i) Os caminhos de nossa pesquisa .....                                                        | 9             |
| (ii) Questões e estruturação da pesquisa .....                                                 | 11            |
| (iii) Televisão, surdez e discurso.....                                                        | 13            |
| (iv) Apresentação da pesquisa .....                                                            | 16            |
| <br><b>PARTE I: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>                                   | <br><b>21</b> |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....                                                                   | 22            |
| CAPÍTULO 1 – ARCABOUÇO TEÓRICO .....                                                           | 23            |
| 1.1. A comunicação vista através da Teoria Semiolingüística .....                              | 24            |
| 1.1.1. A noção de dialogismo e polifonia na perspectiva do Círculo de Bakhtin                  | 39            |
| 1.1.2. A travessia dos sujeitos na situação de comunicação à luz de Peytard e Charaudeau ..... | 43            |
| 1.1.3. A questão da recepção revisitada .....                                                  | 49            |
| 1.1.3.1. A recepção de uma obra por outra, de texto por outro.....                             | 61            |
| 1.1.3.2. A recepção como experimento.....                                                      | 68            |
| 1.1.4. O contrato midiático da informação televisiva .....                                     | 72            |
| 1.2. O conceito de imaginários sociodiscursivos .....                                          | 85            |
| 1.2.1. Os imaginários sociodiscursivos icônicos .....                                          | 102           |
| CAPÍTULO 2 – A SURDEZ COMO OBJETO DISCURSIVO .....                                             | 109           |
| CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....                                                                  | 116           |
| 2.1. Descrição dos <i>corpora</i> .....                                                        | 116           |

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.2. Coleta de dados.....                                                                        | 123 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO PARA SE ESTUDAR A PRODUÇÃO<br>E A RECEPÇÃO TELEVISIVA .....     | 125 |
| <b>PARTE II: ANÁLISE DA PRODUÇÃO E DA RECEPÇÃO</b> .....                                         | 126 |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....                                                                     | 127 |
| CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS DA PRODUÇÃO .....                                                 | 128 |
| 4.1. Análise do <i>corpus</i> 1 ( <i>Jornal Visual</i> ).....                                    | 128 |
| 4.1.1. Análise da macroestrutura do <i>Jornal Visual</i> .....                                   | 129 |
| 4.1.2. Análise verbo-icônico do <i>Jornal Visual</i> .....                                       | 140 |
| 4.1.2.1. Análise da nota “Atletas surdas em competição de surfe” .....                           | 141 |
| 4.1.2.2. Análise da reportagem “Aulas de judô na Rocinha” .....                                  | 148 |
| 4.1.2.3. Análise da reprise da reportagem “Aulas de judô na Rocinha” ....                        | 155 |
| 4.1.2.4. Análise da reportagem “Música alta causa perda auditiva” .....                          | 157 |
| 4.1.2.5. Análise da reportagem “Visita Papai Noel” .....                                         | 165 |
| 4.1.2.6. Análise da reportagem “Implante coclear” .....                                          | 170 |
| 4.1.2.7. Análise da reportagem “Intérpretes em faculdades” .....                                 | 179 |
| 4.1.2.8. Análise da reportagem “Formatura do curso de Pedagogia<br>Bilíngue” .....               | 185 |
| 4.1.2.9. Análise da reportagem “Documentário Dois Mundos” .....                                  | 191 |
| 4.1.2.10. Análise da reportagem “Narrativa de vida de Suely” .....                               | 200 |
| 4.1.2.11. Análise da reportagem “História de superação de Bruno” .....                           | 206 |
| 4.1.2.12. Análise da notícia “MEC nega fechamento do INES” .....                                 | 213 |
| 4.1.2.13. Análise contrastiva dos imaginários sociodiscursivos do <i>Jornal<br/>Visual</i> ..... | 221 |
| 5.1. Os saberes dos interpretantes .....                                                         | 228 |
| CAPÍTULO 6 – ANÁLISE CONTRASTIVA .....                                                           | 236 |

|                                                                    |  |
|--------------------------------------------------------------------|--|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISÃO MACROANALÍTICA SOBRE OS <i>CORPORA</i> |  |
| 250                                                                |  |

|                                                            |     |
|------------------------------------------------------------|-----|
| <b>PARTE III: DECORRÊNCIAS DAS ANÁLISES</b>                | 255 |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS                                     | 256 |
| CAPÍTULO 7 – AS NARRATIVAS DE VIDA MEDIADAS PELA TV        | 257 |
| 7.1. A violência como alicerce de narrativas de vida       | 259 |
| 7.1.1. A televisão como espetáculo                         | 263 |
| 7.2. Narrativas de vida de surdos no <i>Jornal Visual</i>  | 270 |
| 7.3. A marca polifônica dos imaginários sociodiscursivos   | 278 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS: DECORRÊNCIAS DAS ANÁLISES            | 285 |
| <b>CONCLUSÕES</b>                                          | 286 |
| (i) Acordos, desacordos e mudanças de opiniões             | 291 |
| (ii) Caminhos possíveis para um telejornalismo para surdos | 295 |
| (iii) Perspectivas de investigações futuras                | 303 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                         | 304 |
| <b>ANEXOS</b>                                              | 314 |



## PREÂMBULO

A elaboração do presente estudo representa o término de uma primeira jornada de incursão no conhecimento do universo da surdez. A minha trajetória empírica e científica foi iniciada em 2005, então como aluno de graduação do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, com a elaboração de um documentário sobre as dificuldades vividas por surdos da cidade de Viçosa/MG, trabalho este feito em parceria com Ludmila Caldas (FIGUEIREDO; CALDAS, 2006). Naquele momento de pesquisa<sup>1</sup> e gravação do filme, tive o primeiro olhar direcionado para as particularidades da surdez. Em meio aos relatos de opressão e violência sofridos pelos sujeitos, inquietou-me, como estudante de comunicação, o fato de eles não terem a oportunidade de conhecerem a realidade transmitida pela imprensa.

Durante as gravações, os entrevistados foram convidados a refletir sobre as formas de tradução presentes na mídia televisiva, comparando a tecnologia do *closed caption* (tradução simultânea em forma de legenda oculta no aparelho televisor) do *Jornal Nacional* da Rede Globo e o quadro de intérprete do *Jornal Visual* da Rede Minas de Televisão. Na ocasião, os participantes relataram a preferência pela intérprete, considerando esta forma mais acessível do que a tradução em português escrito.

Diante desse apontamento empírico sobre a acessibilidade da TV para surdos, em Figueiredo e Rezende (2007), iniciei a incursão no processo de comunicação e recepção televisiva por meio do *close caption*, ancorados nas ideias de Araújo (2005) e Araújo e Franco (2003). Foi possível perceber, então, que o *closed caption* não se constitui meio de tradução efetivo aos surdos brasileiros, tendo em vista que a comunicação se faz pelo canal espaço-visual marcado pela Libras, em que o aprendizado do português escrito advém como segunda língua. Em Figueiredo (2010), fiz uma aplicação da teoria de Eco (1988) analisando a influência do *closed caption* nos códigos da linguagem televisiva.

---

<sup>1</sup> O referido Trabalho de Conclusão de Curso na UFV foi orientado pelo professor Adriano Medeiros da Rocha.

Na pesquisa desenvolvida dentro do Programa de Mestrado<sup>2</sup> em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei, investiguei o processo de recepção de receptores surdos de Minas Gerais diante dos conteúdos traduzidos para a Libras pelo *Jornal Visual* da Rede Minas de Televisão. Em consonância, alinhava a análise com o debate sobre a cultura surda a partir dos referenciais dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Em paralelo com a dissertação, passei a partilhar traços culturais com surdos em curso de Libras, no grupo focal do estudo e com intérpretes.

Frente às respostas do grupo focal montado com quatro surdos de Belo Horizonte/MG, concluí que o conteúdo do telejornal era atravessado por representações sociais sobre a surdez. As reportagens criavam discursos de resistência, reconhecendo a “existência de diferenças comunicativas na sociedade através da veiculação de discursos em Libras” (FIGUEIREDO, 2008, p. 129-130).

Ao investigar a recepção televisiva de surdos diante de um telejornal segmentado para a surdez, emergiram dados a existência de ruídos comunicativos advindos de embates culturais do *Jornal Visual Minas* e o público entrevistado nos momentos de recepção do telejornal (decodificação, interpretação e codificação de sentidos). Naquele momento, a pesquisa pode verificar que

Os telespectadores se queixam da velocidade de execução dos sinais, da forma de traduzir a mensagem, do pouco aprofundamento no conteúdo das matérias, da falta de assuntos relacionados à comunidade surda (FIGUEIREDO, 2008, p. 131).

Para comunicar com os surdos mineiros, o telejornal concebia, então, uma idealização do público-alvo, qual seja: sujeitos que se comunicam plenamente em Libras e possuem os olhares formatados para a dinâmica do encadeamento das imagens televisivas. Na prática, havia uma dissonância entre a projeção de público do telejornal e o que se verificou nas entrevistas com os telespectadores surdos. Os participantes do grupo focal não conseguiam compreender e acompanhar o ritmo das matérias jornalísticas.

O *Jornal Visual Minas* construía, portanto, seus dizeres a partir de representações sociais sobre quem é o sujeito surdo, criando uma identidade

---

<sup>2</sup> A pesquisa de mestrado foi orientada pelo prof. Dr. Guilherme Jorge de Rezende.

unificadora do surdo comunicante em Libras. Apesar da falta de sintonia entre produção e recepção no referido telejornal, constatei que o *Jornal Visual Minas* colocava em cena

a importância de se discutir e se desconstruir as representações sociais dominantes sobre a surdez, a Libras, os surdos e a cultura surda, mas mostra que as concepções relativas à surdez estão mais arraigadas nos planos discursivos e sociais do que se pode imaginar (FIGUEIREDO, 2008, p. 133).

O referido telejornal não conseguia produzir um discurso de resistência totalmente sem interferências de imaginários hegemônicos sobre a surdez como doença.

Nos resultados da dissertação, aponte a necessidade de se (re)inventar a linguagem televisiva visando a comunicação com surdos para que fossem rompidas as representações dominantes sobre a surdez.

Em pesquisa após à dissertação, analisei as notícias e reportagens do *Jornal Visual Minas* na esfera de produção. Na construção de representações sociais sobre a surdez, o telejornal assumiu, naquele momento, uma posição de “entremeio [...], na qual a tentativa de estabelecer outro olhar sobre a diferença é atravessada pela perspectiva da correção do ouvido doente e de denegrir a existência do outro” (FIGUEIREDO, 2011c, p. 11). As estratégias eram de “sensibilização” e “superestimação”.

Em outro desdobramento da pesquisa de mestrado, em Figueiredo (2011b), retomei a discussão iniciada na dissertação, propondo pensar a surdez enquanto diferença comunicativa. Na esteira dos pensamentos de Skliar (2005), propus refletir sobre a surdez como campo discursivo, arena em que emergiriam os conflitos sociais de valores, crenças e conhecimentos. Naquele momento, considerei que “o problema da surdez não está nos surdos, na surdez ou nas línguas de sinais, mas nos modos como essas categorias são representadas, como são vistas e ganham sentido” (FIGUEIREDO, 2011b, p. 411).

Assim, estudei a surdez como representação social da diferença, em que os traços biológicos distintivos levam à pressuposições e categorizações “quanto à capacidade de comunicação, integração e convivência desses sujeitos em processos culturais vigentes nas culturas pautadas pelas línguas oral-auditivas” (FIGUEIREDO, 2011b, p. 412). Nessa linha de argumentação, antes de ser uma

marca biológica, política ou cultural, a surdez é uma diferença que se estabelece, primeiramente, na e pela linguagem.

Com isso, completei um ciclo de incursões sobre o *Jornal Visual Minas*, da *Rede Minas*, pelo viés da recepção, produção e também do repensar sobre as representações da surdez. A partir desta etapa, passei a me interessar pelo concorrente do referido telejornal mineiro, o *Jornal Visual* da TV Brasil, o qual possui abrangência nacional.

Meu primeiro olhar sobre este novo objeto ocorreu em Figueiredo (2011a), onde discuti, pelo viés não-verbal, como o *Jornal Visual* criava *ethé* de si nos momentos de apresentação do telejornal (vinheta, cenário, manchete e apresentadores), comparando iconicamente o momento histórico de transformação visual do programa, em que o quadro de intérprete é abandonado em prol da tradução na centralidade da cena enunciativa; o programa deixa o emprego do cenário amarelo para adotar tons azuis e verdes. No novo e atual formato, o programa projeta sentidos de acessibilidade, conciliação das diferenças, seriedade e compromisso com a verdade. Tais *ethé* são necessários para fortalecer a imagem do *Jornal Visual* como instância jornalística que preza pela acessibilidade ao comunicar com os surdos brasileiros.

Por fim, em Figueiredo (2012a), adentrei na ótica dos imaginários sociodiscursivos verbais e não-verbais veiculados pelo *Jornal Visual*. Na ocasião, analisei 16 edições do telejornal veiculadas no ano de 2011. Os dados levantados no *corpus* apontam que o referido programa reconstrói imaginários que

circulam entre a surdez como diferença reconhecida em lei; a necessidade dos não-surdos conhecerem e interagirem com a cultura surda; a possibilidade de conciliação entre culturas surda e não-surda; a acessibilidade possível por meio do esforço dos não-surdos (FIGUEIREDO, 2012a, p. 248).

Em uma visão macro das pesquisas realizadas por nós até agora, estudamos e concebemos a surdez do ponto de vista da Análise do Discurso e do Jornalismo. Como visto, até a presente tese, nos focamos nas representações sociais da surdez ora estudadas na esfera da recepção ora na produção, em uma perspectiva de telejornal estadual. O nosso interesse é compreender como a surdez é vista socialmente, seja por meio do discurso da mídia ou de seus receptores, investigando como os dizeres são polifônicos.

Apesar do alinhamento ideológico com os Estudos Surdos, nossa investigação opta por uma posição de entremeio (mesmo sabendo que ela é ideal) para a análise dos discursos sociais, procurando respeitar as diversidades dentro, fora e nas zonas de interstício da cultura surda. Defendemos que os sistemas comunicativos não devem ser impostos aos sujeitos, cabendo aos próprios escolher como quer interagir socialmente de acordo com suas competências linguísticas, cognitivas e discursivas. Nosso foco não recai no fazer político-militante da Academia em prol de enaltecer a Libras como único caminho possível para o surdo se emancipar, bem como no reconhecimento das lutas históricas contra a opressão e marginalização dos diferentes. Apoiamos e consideramos serem necessárias políticas afirmativas identitárias, porém, esse não é o nosso escopo na presente estudo.

A tese desenvolvida por nós centraliza os esforços na investigação de como a surdez é vista pelo telejornal *Jornal Visual* da TV Brasil e como o público recebe e cria novos sentidos para esses imaginários projetados. Penso que este estudo pode trazer contribuições para a área da Análise do Discurso e também para a compreensão dos imaginários da surdez. Dentre as consequências, espera-se uma melhor noção dos processos interativos entre TV e interpretantes, a partir de nossas contribuições, as quais evidenciam a possibilidade de (i) estudar discursos verbais e não-verbais ao mesmo tempo; (ii) investigar produção e recepção em uma mesma pesquisa; (iii) adentrar em pesquisas de recepção que compreendam os movimentos fluídos de ancoragem dos sujeitos nos papéis discursivos e sociais; (iv) discutir a influência da mídia sobre a opinião de receptores, percebendo, por meio de um quadro teórico-metodológico, os acordos e desacordos; (v) debater outras formas de se construir um telejornal tanto para surdos quanto para não-surdos, considerado a multiplicidade de códigos.

A partir do pensamento dos Estudos Culturais, nosso lugar de fala se estabelece na “concepção crítica” da surdez, caracterizada por Sá (2002, p. 90) como corrente teórica que acentua a relevância da língua e das representações para as construções discursivas e identitárias dos surdos. Sá (2002, p. 89-90) esclarece que, no âmbito da surdez, existem outras três perspectivas: “conservadora”, prevalecendo a sobreposição do ouvinte sobre o surdo; “humanista e liberal”, tendo a escola como agente de mudança nas desigualdades sociais; “progressista”, a qual

reconhece o conceito de diferença, porém não são abarcadas a história e cultura enquanto suportes políticos.

No multiculturalismo híbrido da surdez, não concebemos uma única identidade surda, hermética e fechada em torno somente da Libras. Nesse quesito, lembra Skliar (2005): é equívoco pensar os surdos como massa e/ou grupo homogêneo e uniforme, marcados por sólidos processos de identificação oriundos da comunicação espaço-visual.

Na posição de analista do discurso, o nosso olhar será externo à cultura surda, tendo em vista que a convivência com as comunidades surdas não nos torna plenamente imersos dentro da(s) cultura(s) surda(s). Partilhamos, assim, certos traços culturais. O presente pesquisador não é surdo, conhece a Libras de modo intermediário/avançado e não domina plenamente outros dialetos em comunicação espaço-visual como os utilizados por surdos indígenas ou grupos locais.

A meu ver, a mídia é condição necessária para os sujeitos acessem os conhecimentos do mundo do qual fazem parte e se constituam como cidadãos ativos e críticos. Em um viés charaudeano, meu posicionamento é de que o campo do jornalismo condiciona e é condicionado pela esfera social, de forma assimétrica e polifônica. Nessa dinâmica de construção discursiva, a imprensa adquire papéis e funções sociais, os quais determinam a necessidade de se redefinir o olhar sobre a mídia como mera mediação dos fatos do mundo e/ou apenas como construção neutra das notícias.

Nosso modo de pensar o jornalismo, em especial, o telejornalismo público brasileiro realizado pela *TV Brasil*, se enquadra na Teoria da Responsabilidade Social da Mídia<sup>3</sup>, a qual impõe uma agenda de orientações ao trabalho da imprensa. No Brasil, o espectro do rádio e TV são concessões do Estado e, nessa condição, delega-se autoridade para dizer, porém a responsabilidade é compartilhada, competindo aos veículos de comunicação “salvaguardar os direitos dos cidadãos” (PAULINO, 2007, p. 187). Nesse escopo, a mídia deve prestar contas à sociedade na sua condição de servir ao público. A sociedade deve ter a possibilidade de opinar e contribuir para a construção dos discursos que passam na programação pública. A

---

<sup>3</sup> A referida teoria surgiu em 1942 na Comissão sobre Liberdade de Imprensa nos Estados Unidos. A “Comissão Hutchins” propôs a responsabilidade social da mídia quando a televisão ainda nascia nos EUA, já temendo a concentração de propriedade e o monopólio de ideias.

*TV Brasil* já fomenta esse diálogo com o telespectador por meio de canais como a “carta do telespectador”, “ouvidoria” e “conselho curador”, porém a abertura desse partilhamento não é acessível a todos.

Desse modo, embarquei em uma viagem no universo da pesquisa de doutorado. Algumas escolhas tiveram de ser feitas ao longo do caminho. Dentre elas, a mais significativa, foi o deslocamento dos *corpora* da produção e recepção para a condição de objeto e não como foco da investigação. No decorrer dessa empreitada, percebi que as contribuições para a Análise do Discurso extrapolavam a condição de uma análise sistemática de discursos do telejornal e de parte de seus interpretantes.

Decidi, então, refazer alguns roteiros sobre teorizações e métodos de análise da produção e da recepção, deixando abertos ao leitor os caminhos para que outras pesquisas possam ser desenvolvidas no futuro, ou até mesmo críticas e debates sobre o que realizei aqui como empreitada. Para mim, esta pesquisa materializada em forma de tese é um olhar pontual e um convite para aqueles que desejam se aventurar em estudos sobre a mídia televisiva.

## INTRODUÇÃO

---



## (i) Os caminhos de nossa pesquisa

No presente estudo, investigamos o primeiro e único<sup>4</sup> telejornal da rede aberta do Brasil direcionado ao público de receptores surdos e não-surdos<sup>5</sup>: o *Jornal Visual*<sup>6</sup>, da emissora pública TV Brasil, comandada pela EBC. Especificamente, analisamos os imaginários sociodiscursivos sobre a surdez projetados pelas notícias e reportagens do telejornal, comparando esses saberes com os recebidos por parte dos receptores participantes desta pesquisa. Em uma segunda etapa, investigamos as mudanças de opinião de receptores frente aos conhecimentos e crenças apresentados pela referida mídia inclusiva. Simplificadamente, pretendemos comparar as visões da surdez projetadas pela instância de produção (midiática) com as da instância de recepção (receptores). Entendemos que esse confronto de discursos da mídia e de opinião dos sujeitos receptores nos oferece pistas para investigar a (re)significação da realidade feita pelo *Jornal Visual* e também perceber como tais discursos midiáticos interferem na produção de sentidos sobre a surdez. Nosso estudo trata tanto da dimensão verbal quanto da dimensão icônica dos discursos.

Diante desse cenário, conjecturamos que o telejornal público da TV Brasil precisaria constituir, dentre outros, o *ethos*<sup>7</sup> de programa telejornalístico inclusivo e especializado, o que demandaria a construção de fala de um lugar idealizado, no qual não seriam reproduzidos os embates discursivos sobre a surdez dados na

---

<sup>4</sup> Até o término desta pesquisa, o *Jornal Visual* ainda era o único telejornal do gênero presente na rede aberta nacional. Em 13 de dezembro de 2012, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) firmou convênio de R\$9,8 milhões com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) para produzir o primeiro canal de televisão totalmente dedicado aos surdos: a TV INES. A emissora começou a operar em 2013 somente na internet, pelo site [www.tvines.com.br](http://www.tvines.com.br), contendo oito horas de programação televisiva ao vivo na rede mundial de computadores. Os programas são categorizados do seguinte modo: Curso de Libras; desenho animado; documentário; educação; humor; informação; literatura em Libras; música. Cabe notar que a ACERP foi criada a partir da extinção da TV Educativa do Rio de Janeiro, a qual elaborou o *Jornal Visual* em 1990. O telejornal foi incorporado pela TV Brasil em 2007. Assim sendo, em um cenário futuro, o país deve ter ampliada a oferta conteúdos direcionados ao público de surdos.

<sup>5</sup> O termo “não-surdos” é cunhado aqui para propor uma inversão na forma de se pensar a surdez, tal como apontam Skliar (2005) e Perlin (2005). As identidades surdas não são opostas à ouvinte; elas se desenvolvem nas particularidades híbridas da experiência visual. Procura-se, assim, evitar a polarização histórica surdo/ouvinte, a qual leva a relações de poder e dominação,

<sup>6</sup> O *Jornal Visual* começou a ser veiculado de 1990 a 2007 pela TV Educativa do Rio de Janeiro; desde então, o telejornal foi incorporado pela TV Brasil.

<sup>7</sup> É a imagem de si e do outro no discurso.

esfera social. As formas de opressão aos surdos seriam, com isso, silenciadas e trariam, como efeito, a projeção de uma realidade midiaticizada destoante do que os receptores poderiam encontrar no cotidiano. Para criar efeitos de sentido em prol da aceitação das diferenças e respeito pela alteridade, o *Jornal Visual* precisaria se ancorar em saberes do campo científico, na mostraçã de vivências bem sucedidas dentro da surdez e também no discurso governamental e legislativo.

A nosso ver, o desafio do *Jornal Visual* em retratar a surdez de um modo diferente das visões que circulam socialmente colide até mesmo com certas posturas do governo brasileiro diante do tema. Anteriormente, analisamos, em Figueiredo e Assunção (2007), os discursos do governo brasileiro reconstruídos em notícias da Agência Brasil, também um canal midiático público da EBC. Fora do suposto ambiente ‘especializado e inclusivo’ do *Jornal Visual*, as matérias da Agência traziam uma série de regularidades discursivas que demarcavam a surdez a partir de traços da visão médica-terapêutica preponderante. Nas notícias, o governo brasileiro se apresentava em um lugar discursivo de entremeio, porém reproduzia as relações de força e poder dadas na esfera social, repercutindo resquícios de normalização dos surdos, em um movimento que compactuava com as práticas de controle social.

Na presente tese, adotaremos a grafia da palavra “surdo” em minúscula. Reconhecemos a distinção conceitual para o “S” maiúsculo, especificamente em alguns trabalhos da vertente dos Estudos Surdos [vide GESUELI (2006); GUARINELLO (2004); SÁ (2002), dentre outros]. Os trabalhos evidenciam as identidades dos surdos dentro da comunicação espaço-visual, sendo desenvolvidas na *diferença* e não na *deficiência*. O “S” atuaria como marca de resistência.

Contudo, o presente pesquisador opta pelo emprego do termo “surdos” por considerar, de um lado, a diversidade e a complexidade da cultura surda; e, de outro lado, o processo de formação das identidades na vertente da Teoria Semiolinguística, como o veremos a seguir. Com base em Charaudeau (2009b), entendemos que existem dois tipos de identidades: as sociais (como os outros veem os surdos, mas também quais são seus papéis e seus vínculos sociais e institucionais) e discursiva (como os surdos se projetam durante o dizer, com base nas identidades sociais). Por mais que se pretenda silenciar e/ou tornar presente no cotidiano a marca do discurso de deficiência relacionada à identidade surda, esse é um imaginário que ainda ronda a memória discursiva dos ouvintes, tal como lembra

Skliar (2005). O projeto de caracterizar a diferença da identidade dos Surdos atuaria como um "fazer político". A nossa opção pela grafia em letras minúsculas é decorrente ainda da tentativa de respeito à diversidade dentro da própria cultura surda, considerando assim os sujeitos que estão à margem ou na fronteira, a partir das categorizações desenvolvidas por Perlin (2005). Ademais, cabe notar que as os processos de construção identitária fazem e se refazem a cada situação de comunicação, ou seja, não existem identidades únicas, totalmente constantes, herméticas e fechadas sobre quem é o surdo.

## **(ii) Questões e estruturação da pesquisa**

Na presente pesquisa, questionamos qual é a possibilidade de ruptura do *Jornal Visual* frente às práticas de controle e domínio sobre os corpos diferentes. Ao considerarmos o pensamento charaudeano de que a mídia é condicionada e condiciona a esfera social, o telejornal da TV Brasil também não estaria isento das influências dos discursos de negação da surdez, tal como ocorreu com o governo brasileiro em caso relatado acima. Tais questionamentos nos levam a pensar: se o programa teria êxito em construir discursos de resistência sobre a surdez, quais seriam os fragmentos discursivos das práticas de controle sobre o Outro<sup>8</sup> presentes nas reportagens? O telejornal conseguiria se isentar das influências de discursos majoritários que negam a surdez enquanto diferença comunicativa, política, social, cultural e identitária?

Conforme abordado, partimos da hipótese inicial de que o *Jornal Visual* se apresentaria como espaço de abertura para "outros" discursos sobre a surdez, enaltecendo as competências e características dos sujeitos que se superam por meio da Libras e, conseqüentemente, se emancipam<sup>9</sup>. No momento em que o telejornal apresenta dizeres contrários aos saberes preponderantes sobre a surdez, a mídia em questão se colocaria como democrática e cidadã, garantindo e defendendo os

---

<sup>8</sup> O conceito de "Outro", grafado com inicial maiúscula, marca a concepção do sujeito na ótica de Foucault (1999). Para além de uma dialogicidade individual, a relação entre o Eu e o Outro ocorre na desordem e na ausência de fronteiras, onde os sujeitos se constituem discursivamente a cada instante, em que – ao dizer – ele é também dito.

<sup>9</sup> Cabe notar que o *Jornal Visual* se constitui com representante da surdez, em uma perspectiva que reconhece a história de discriminação, opressão e marginalização vivida pelos surdos.

direitos de minorias linguísticas e sociais. Em um primeiro olhar, o programa da TV Brasil admite a existência de distintas formas de cultura na sociedade, bem como os diferentes modos de comunicar. Rompe-se, portanto, com a noção de que a comunicação humana plena somente seria possível por meio de língua oral-auditiva.

A segunda hipótese centra-se na instância da recepção. Consideramos que, mesmo diante do processo de ‘liberdade’ interpretativa, os sujeitos poderiam ser influenciados (I) pelos saberes sociais negativos sobre a surdez, em que traços desses dizeres preponderantes estariam presentes até mesmo em falas ditas inclusivas e abertas às diferenças; e (II) também pelos conhecimentos e crenças reconstruídos pela mídia. No contato com informações do *Jornal Visual*, esses saberes previamente incorporados poderiam se colidir com discursos midiáticos de resistência, criando outros parâmetros e sentidos de representatividade, bem como identificação dos receptores para com os surdos. Desse modo, partimos da premissa de que as noções de realidade transmitidas pela televisão têm papel fundamental de orientação sobre as visões dos sujeitos acerca do mundo do qual fazem parte, podendo alterar as visões críticas da sociedade sobre o objeto da surdez, interferindo diretamente no exercício dos receptores enquanto cidadãos.

Ao pressupormos que o *Jornal Visual* não reproduziria traços de discursos majoritários sobre a surdez e, sim, criaria espaços de resistência, os receptores poderiam ter acesso a outras formas de pensar sobre a surdez. Quando os surdos e não-surdos passam a enxergar e a respeitar a alteridade, os conhecimentos e crenças sobre a surdez podem se modificar no campo social. Com isso, a mídia tem a possibilidade de se inserir como vetor de movimentos de integração social por meio da oferta de saberes que atuam no combate a visões e crenças cristalizadas sobre a surdez.

Diante desse cenário apresentado, os questionamentos que norteiam a pesquisa são:

- Como a surdez é definida pelo *Jornal Visual* e por parte do público-alvo do programa?
- As noções sobre a surdez veiculadas pelo telejornal correspondem àquelas que circulam socialmente entre parte de seu público-alvo?
- Os surdos e não-surdos brasileiros participantes da pesquisa por nós empreendida concordam ou discordam da abordagem feita pelo *Jornal Visual* nas notícias e reportagens sobre o tema?

- Após assistirem a informações sobre a surdez no *Jornal Visual*, o público-alvo reconstrói as noções sobre esse objeto discursivo? Em caso positivo, de que modo ocorrem essas modificações de posicionamentos e opiniões? O telejornal influencia parte do público-alvo?

### **(iii) Televisão, surdez e discurso**

O programa telejornalístico em questão se apresenta como uma das principais fontes de informação para surdos no Brasil por se beneficiar do suporte no qual está inserido: (I) a televisão está presente, gratuitamente, em 95%<sup>10</sup> dos 57 milhões de lares brasileiros; (II) a linguagem televisiva abriga a visualidade dinâmica exigida para a comunicação espaço-visual, característica que não é possível de ser realizada no rádio e mídia impressa; (III) na mesma emissão, a TV consegue oferecer sistemas mistos de comunicação que podem auxiliar o receptor a escolher o modo mais adequado para interpretar os enunciados.

Diante dessa dinâmica e potencialidade da televisão, a *internet* se apresenta, em menor proporção, como concorrente<sup>11</sup> do telejornal inclusivo. A rede mundial de computadores permite a interferência<sup>12</sup> no fluxo da informação, a seleção da informação que se deseja receber e a interação pelo mesmo meio. Porém, esse canal de comunicação ainda exige custos para navegação e competências no uso dos computadores, além determinar a competência de leitura de línguas escritas. Enquanto aspectos negativos, em uma recepção convencional, a TV restringe a atividade responsiva do receptor pelo mesmo canal comunicativo, ou seja, o receptor não pode escolher a informação que quer conhecer, nem aprofundar no assunto.

---

<sup>10</sup> Conforme dados do Censo 2010 do IBGE: <[http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010)>.

<sup>11</sup> O site [www.vezdavoiz.com.br](http://www.vezdavoiz.com.br) transmite o telejornal TeleLibras, noticiário com duração de sete minutos e veiculado duas vezes por semana. Por ser estruturado na *internet*, o programa permite enunciados em Libras e a inclusão de recursos de acessibilidade como legenda e audiodescrição. As edições do Jornal Visual também podem ser acessadas pela rede mundial de computadores no endereço: <http://tvbrasil.abc.com.br/jornalvisual>

<sup>12</sup> A interrupção do fluxo fílmico dos vídeos não é potencialidade exclusiva da *internet*. Desde a invenção do videocassete e, mais recentemente, o DVD gravável e televisores com disco de armazenagem (*hard disc*) das *televisões digitais*, é possível gravar os programas televisivos para (re) assisti-los posteriormente.

As projeções numéricas do Censo do IBGE<sup>13</sup> auxiliam a perceber o alcance imaginado do *Jornal Visual* da TV Brasil, o qual opta pelo uso dos canais comunicativos espaço-visual e oral-auditivo para determinar os seus consumidores de informação, os “sujeitos interpretantes” na terminologia da Teoria Semiolinguística: 9,7 milhões de surdos brasileiros e 181 milhões de não-surdos.

Os dados mais recentes sobre a surdez no país compõem o *Censo 2010* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). Os resultados da amostra indicam que 5,09% da população brasileira declarou ter “alguma restrição auditiva”, representada pelas respostas: “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” e “alguma dificuldade”. O percentual significa que existem 9,72 milhões de surdos dentre os 190,75 milhões de brasileiros. No Sudeste, 3,83 milhões de pessoas são surdas dentre os 80,36 milhões de moradores, o correspondente a 4,77% da população da região. Proporcionalmente, o estado com maior presença de surdos é Minas Gerais (5,1%), seguido pelo Rio de Janeiro (4,82%), Espírito Santo (4,81%) e São Paulo (4,39%), conforme gráfico 1, a seguir.

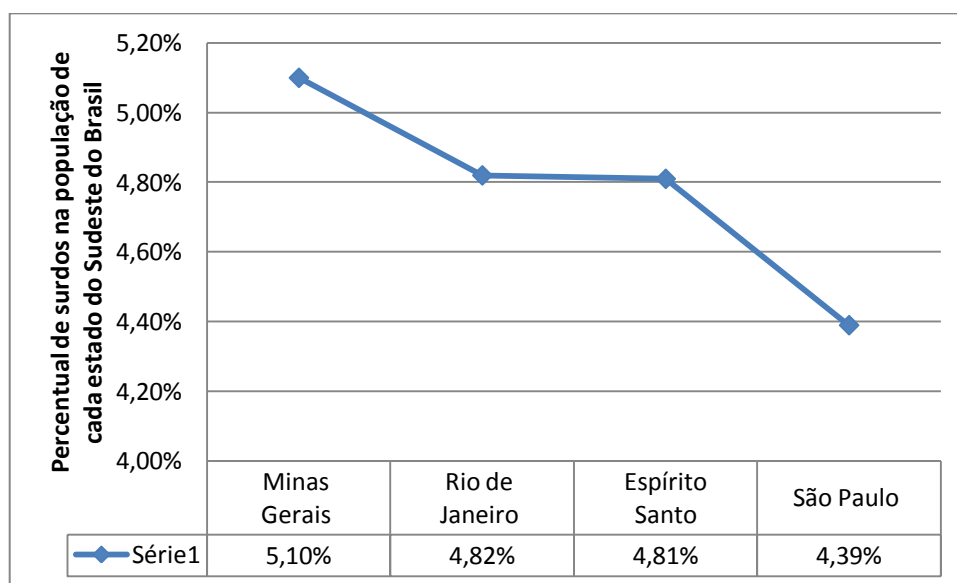


GRÁFICO 1 – Percentual dos surdos no total da população dos estados do Sudeste do país

Ainda não se tem conhecimento da proporção de sujeitos que se comunicam pela Libras, Língua Portuguesa oral/escrita, “dialetos” em sinais e/ou

<sup>13</sup> Os dados do Censo do IBGE podem ser acessados em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/tab1.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/tab1.pdf).

sistemas mistos de interação. Nos cálculos do Censo 2000, feitos pelo IBGE (2006), apenas 15% dos surdos brasileiros entendiam o português.

O cenário projetado acima pelas estatísticas do IBGE permite perceber a dimensão da necessidade de se estudar os meios mais eficazes para que o surdo possa se constituir enquanto cidadão crítico e ativo dentro das particularidades da cultura surda<sup>14</sup> na qual está inserido. Nesse escopo, entende-se que a mídia atua como ator central seja no processo de socialização ou de formação da cidadania, em consonância com distintas estratégias para o reconhecimento e fortalecimento da cultura surda.

Em uma perspectiva charaudeana, consideramos que a informação é essencial para gerar sentidos de orientação dos sujeitos no mundo, atuando como forma de compartilhamento de visões do cotidiano que os auxiliam a se identificarem, a narrarem as multifacetadas identidades e a estabelecerem discernimentos entre os saberes que passam a ter contato. Charaudeau (2009b) concebe a identidade como a tomada de consciência de si a partir da percepção do outro como diferença. Desse modo, a identidade social é alicerçada pela pertença a grupos e instituições, sendo, posteriormente, reconhecida pelos outros por meio da legitimidade do dizer. Já a identidade discursiva é construída pelo sujeito durante o dizer, por meio de estratégias de captação e credibilidade.

Nessa ótica, o telejornalismo - por se constituir como instituição - é considerado como instância autorizada a acessar os saberes sociais, (re) significá-los e transmiti-los em larga escala, intermediando também as relações entre os sujeitos.

Historicamente, o objeto discursivo da surdez é influenciado por imaginários sociodiscursivos que olham e denominam o surdo a partir das características que não possui em relação os ditos “normais”. Esse olhar estrangeiro, pautado em saberes de crença de opinião comum, circula entre as esferas sociais e acarreta o desenvolvimento de práticas corretivas sobre o suposto corpo doente, do ouvido que necessita ser corrigido ou da ausência de língua majoritária que requer

---

<sup>14</sup> Skliar (1998, p. 51) propõe pensar a cultura surda a partir da leitura do multiculturalismo: “a cultura surda não é uma imagem acentuada de uma hipotética cultura ouvinte. Não é o seu contrário. Não é uma cultura patológica”. Em termos simplificados, pode-se dizer que a cultura surda é híbrida, multifacetada e sem fronteiras, em que uma das marcas está na experiência dada pela comunicação espaço-visual.

tratamento. Em todos os casos, parece-nos o que se está em voga é a intolerância às diferenças, onde o Eu não consegue aceitar a existência do Outro se este não estiver de acordo com os ideais identitários projetados por aquele. Consideramos aqui que a surdez não é uma doença e sim uma diferença a ser respeitada e reconhecida socialmente.

O campo científico, até o presente momento, não parece possuir consenso sobre como proporcionar ao surdo as ferramentas para se tornar cidadão crítico e ativo no meio social. As visões acadêmicas estão atravessadas pelas influências das crenças, valores e ideologias sobre os diferentes, em que o saber dito científico é marcado também pela visão política, social e cultural a respeito do mundo que cerca o pesquisador. A mídia, pelo que já observamos em nossas pesquisas, ao resgatar esses pontos de vista, colidi-los com os saberes sociais e (re)significá-los em larga escala, reproduz os conflitos sobre a surdez, estabelecendo discursos com efeitos de “verdadeiros” e essencializantes.

#### **(iv) Apresentação da pesquisa**

No presente estudo, entendemos o *Jornal Visual* como um dos palcos em que se desenrolam os jogos de poder e saber sobre a surdez, sendo necessária a compreensão de como essa esfera da mídia é condicionada e condiciona as visões sobre os surdos e a cultura surda.

Para fins de organização da exposição do estudo, estruturamos a presente tese em três partes: I) Apontamentos teórico-metodológicos; II) Análise da Produção e da Recepção; III) Decorrências das análises. Tais seções estão subdivididas em capítulos, conforme explicamos a seguir.

Na primeira fase deste estudo denominada “Apontamos teórico-metodológicos”, abordamos os quadros teórico-metodológicos da Análise do Discurso, em interlocução com outras áreas de conhecimento, para discutirmos as dimensões da produção e recepção televisiva. Em seguida, debatemos a surdez enquanto campo discursivo formado por imaginários sociodiscursivos. Por fim, apresentamos a metodologia. A Parte I é formada pelos Capítulos 1, 2 e 3.

Especificamente, o Capítulo 1 discorre sobre o modelo de comunicação midiática da Teoria Semiollingüística, propondo uma releitura sobre as movimentações dos sujeitos em meio aos papéis previamente estabelecidos em um



contrato de comunicação. Nesse viés, pretendemos repensar o lugar da recepção no quadro charaudeano dos sujeitos – e também da Análise do Discurso – considerando os interpretantes como atores da situação de comunicação, em que os processos interpretativos, as movimentações e ancoragens em papéis/imagens de Tu-destinatários não poderiam ser comandadas somente pelo projeto de fala da instância de produção. Em seguida, debatemos sobre o contrato midiático da informação televisiva, atentando para a construção compósita dos enunciados e as interferências e jogos de poder que estão atrelados ao tratamento da informação. O primeiro capítulo da tese apresenta ainda, do ponto de vista de resgate histórico e conceitual, a noção charaudeana de imaginários sociodiscursivos e os desdobramentos para a materialização discursiva verbal e icônica.

No Capítulo 2, em vertente teórica, propõe-se pensar e conceber a surdez enquanto campo discursivo híbrido, no qual a problemática das diferenças empíricas entre as pessoas estaria localizada linguisticamente, mais especificamente nos imaginários sociodiscursivos, ou seja, nos saberes de conhecimentos e crenças que os sujeitos acessam, resgatam e ressignificam para demarcar, rotular e identificar o Outro, o diferente, o surdo.

O terceiro capítulo encerra a primeira parte da revisão teórica. Especificamos a metodologia e os procedimentos empregados na presente pesquisa. Realizamos uma análise contrastiva de dois *corpora*: os imaginários sociodiscursivos projetados pelo *Jornal Visual* da TV Brasil e aqueles recebidos e resignificados por parte dos telespectadores do programa. O *corpus 1* foi delimitado em 12 notícias e reportagens sobre a temática da surdez veiculadas durante o período de seis meses, de 6 de outubro de 2010 a 6 de abril de 2011. Nesse recorte, foram mapeados e investigados os imaginários sociodiscursivos da surdez projetados pelo telejornal nas dimensões verbal e icônica da mensagem televisiva. A instância de produção do telejornal foi estudada em dois níveis: análise quantitativa e qualitativa da macroestrutura do telejornal – através da metodologia desenvolvida por Silva (2005), baseada nas categorizações de Soulages (1999) – buscando o mapeamento e visão global das marcas e formas de estruturação do programa televisivo para se obter uma percepção da organização discursiva das edições selecionadas; a partir da grade de análise de imagens móveis proposta por Mendes (2010), levantamento e investigação dos imaginários sociodiscursivos produzidos pelos elementos verbais e não-verbais dos enunciados televisivos.

Para investigar as respostas produzidas por receptores do *Jornal Visual*, foi constituído o *corpus* 2. Ao longo de três meses, de 15 de abril a 15 de junho de 2012, aplicamos o questionário on-line padrão para receptores surdos e não-surdos residentes na região Sudeste do Brasil, na faixa etária de 18 a 35 anos, pertencentes às universidades federais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, Universidade de São Paulo, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e Instituto Nacional de Educação de Surdos. O público estudado foi exposto a perguntas estruturadas e semi-estruturadas para se determinar o lugar de fala dos receptores do telejornal, procurando também mapear e analisar os saberes que circulam socialmente e aqueles que a mídia reproduz. Para tanto, os receptores foram arguidos antes e depois de assistirem a sete das 12 matérias do *corpus* 1. Ademais, por meio de escalas Likert de cinco pontos, os participantes do questionário on-line foram convidados a demarcarem graus de concordância e discordância sobre conceitos, conhecimentos e crenças da surdez.

A Parte II desta tese traz a “Análise da Produção e da Recepção”, sendo subdividida nos Capítulos 4 (Análise dos dados da produção); 5 (Análise dos dados da recepção) e 6 (Análise contrastiva destes dados). A seguir, detalhamos os conteúdos.

O Capítulo 4 analisa a dimensão de cunho verbo-icônico das mensagens do *Jornal Visual*, realizando o mapeamento, investigação macroestrutural e análise contrastiva dos imaginários sociodiscursivos da surdez projetados pelo telejornal, constituindo, assim, um primeiro bloco de resultados. Em sequência, no Capítulo 5, as informações coletadas junto ao público-alvo do telejornal formam o segundo conjunto de dados e foram analisadas – em perspectiva quantitativa e qualitativa, verticalmente (sobre os respondentes) e horizontalmente (sobre o conjunto de respondentes) – com o intuito de demarcar e investigar a frequência dos imaginários sociodiscursivos em meio aos grupos de surdos e não-surdos, apontando as visões constantes e variantes, bem como realizando uma análise contrastiva das respostas dadas pelos grupos. A última etapa constituiu o Capítulo 6 com uma análise contrastiva dos imaginários projetados pelo telejornal e aqueles sinalizados pelos Tu-interpretantes.

Nas investigações sobre os dados da Parte II, percebemos a incidência, em mais da metade dos enunciados, da utilização do gênero “narrativa de vida” enquanto estratégia discursiva e argumentativa que alicerça os pretendidos

discursos de resistência do *Jornal Visual*. De modo consonante, explicamos as mudanças de opinião dos interpretantes desta pesquisa diante dos conteúdos do *Jornal Visual*.

Essas análises da Parte II nos levaram à construção da seção III desta tese, denominada “Decorrências das análises”, a qual apresenta o Capítulo 7 (Narrativas de vida), em que debatemos sobre o processo de midiatização dos testemunhos de vida, técnica recorrente nos telejornais brasileiros que consiste em “criar” personagens para as reportagens.

Em nossa jornada investigativa pelo universo dos telejornais para surdos, constatamos a carência de estudos que promovam um efetivo repensar das práticas do telejornalismo inclusivo pautado pela diversidade da cultura surda. A nosso ver, essa ausência de interesse pela alteridade surda – na ótica da informação televisiva – se inicia na dificuldade de nos colocarmos no lugar do Outro, em exercitarmos o respeito à diversidade e pararmos de projetar – para o diferente – as expectativas que possuímos para as nossas identidades e objetivos de vida.

Os programas do gênero produzidos – até então – pelas emissoras públicas TV Brasil e Rede Minas de Televisão ainda tratam as diferenças a partir dos seus lugares de fala e referenciais de mundo, como se os anseios, ideais, valores, competências e habilidades dos sujeitos fossem os mesmos. O dever público e democrático de informar os atuais 9,7 milhões de brasileiros surdos é “cumprido” com o aproveitamento de simples notícias não factuais traduzidas para a Libras. Com isso, os conteúdos e encadeamentos de imagens das matérias telejornalísticas ainda não são pensados e produzidos em acordo com as características das línguas de sinais e também das capacidades de apreensão e interpretação da narrativa televisual por parte de sujeitos que se comunicam pelo canal oral-auditivo.

Se o modelo de telejornalismo praticado no Brasil precisa de ajustes, devemos ponderar que o *Jornal Visual* procura estar a frente de seu tempo, reconhecendo a necessidade de informar telespectadores surdos 12 anos antes de a própria legislação brasileira determinar que a Libras fosse natural dos surdos. Como exemplo disso, caso investigássemos a composição visual do programa de 1990 até os dias atuais, encontraríamos mudanças significativas, tais como a saída da intérprete de pequeno quadro na tela para a centralidade da cena enunciativa. Em nosso entendimento, o novo desafio para o programa é o desenvolvimento de conteúdos televisivos mais atentos às especificidades dos públicos pretendidos.

A presente pesquisa se debruça sobre a história em curso e, com os resultados trazidos, pretendemos contribuir para melhor compreender as mudanças sociais no modo de informar os surdos, oferecendo alguns referenciais para uma comunicação mais efetiva com os receptores surdos e não-surdos do *Jornal Visual*.

## PARTE I: APONTAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na Parte I, discorreremos sobre o arcabouço teórico pertinente ao estudo da produção e recepção televisiva pelo viés da Análise do Discurso. Em um primeiro momento, procuramos trazer algumas contribuições para o quadro charaudeano dos sujeitos da comunicação para observar aspectos como os imaginários icônicos e a recepção, os quais não foram, necessariamente, foco das propostas de investigação da Teoria Semiolinguística. Neste viés, temos a intenção de estabelecer um diálogo com outros autores que, a nosso ver, poderiam complementar o quadro dos sujeitos, especificamente, no que tange: (I) as trocas de papéis discursivos seriam fluídas, assimétricas e não facilmente mapeáveis; (II) e o sujeito interpretante poderia ser considerado como co-enunciador ativo e crítico.

Para o estudo consonante do texto e imagem na TV, apresentamos e debatemos um modelo de investigação por meio dos imaginários sociodiscursivos. Tais imaginários são concebidos como verbais e icônicos, permitindo estudar como a surdez é representada tanto pelo “texto” quanto pelas “imagens” do telejornal *Jornal Visual*.

A surdez é pensada como objeto discursivo atravessado por jogos de poder, os quais podem ser parcialmente mapeados pelos imaginários sociodiscursivos.

Encerramos esta seção com a apresentação da metodologia da tese, descrevendo a forma de composição dos *corpora* e coleta de dados.

## CAPÍTULO 1 – ARCABOUÇO TEÓRICO

O presente capítulo procura debater o conceito de comunicação pela perspectiva da Teoria Semiolinguística, evidenciando que o sujeito está no centro de todo ato de linguagem, no qual todo eu pressupõe um outro. Nesta vertente, o dizer da troca languageira faz uma reconstrução de já ditos, inscrevendo as marcas pessoas do enunciador com vistas a dar credibilidade e captar o destinatário. A comunicação não é unidirecional e os sentidos são emersos no processo de interpretação do sujeito que se insere – de forma crítica e com margem de manobra – no papel de destinatário idealizado no projeto de fala do produtor. Cabe notar que, no âmbito supracitada teoria, o telespectador (identificado como Tu-interpretante no quadro comunicacional charaudeano) procura se identificar com a imagem idealizada de receptor projetada pela mídia (o Tu-destinatário), em um processo de reconhecimento e leitura das marcas lançadas para o processo de interpretação.

A partir do quadro de Peytard (1983), na página 43, refletimos que o receptor pode ser visto como um ator no processo comunicacional midiático, tendo em vista que as ações de ler e receber configuram um ato de enunciação, em que se instaura um “eu-aqui-agora”. A informação transmitida é simbolizada, codificada e resignificada pelo sujeito receptor. Desse modo, consideramos que a linguagem é objeto não transparente e que todo discurso é reconstruído, dialógico e polifônico.

O jornalismo é visto aqui como instância mediadora que edifica discursos verbos-icônicos coletivamente, em que o tratamento noticioso dos acontecimentos não é livre, sendo cerceado por condições estruturais do veículo de comunicação, a concorrência de empresas do ramo, a cultura profissional da produção da notícia e as regras e limites éticos impostos pela legislação.

As pontuações teóricas iniciais debatem as condições e pré-requisitos do contrato de informação midiático. Procuraremos contribuir neste aspecto discutindo que todo ato de fala é atravessado por imaginários sociodiscursivos, os quais são engendrados pelo mecanismo das representações sociais. Portanto, o dizer suporta valores, crenças, ideologias, conhecimentos e visões de mundo. Tais aspectos ganham o enquadramento de saberes de conhecimento e de crença na Teoria Semiolinguística de Charaudeau (1992; 2009a).

O ato de linguagem, na perspectiva da Teoria Semiolingüística, revela aspectos da esfera social, que ganham corpo somente pelo discurso, permitindo conhecer as divisões entre grupos sociais, pré-concepções e categorizações que circulam socialmente. Nesse âmbito, a problemática da surdez é assinalada como objeto discursivo híbrido que imbrica as culturas e as identidades dos sujeitos. Deste modo, a diferença de canais de comunicação (espaço-visual e oral-auditivo) é marcada pela evocação de saberes a cada situação de comunicação, em um processo de reconstrução discursiva que denomina, rotula e, por vezes, discrimina o diferente, o surdo.

### **1.1. A comunicação vista através da Teoria Semiolingüística**

O conceito de comunicação se estende, em geral, para toda atividade humana e pode ser caracterizado, segundo Charaudeau (2012a), como o ato de compartilhar com o outro, em um processo dialético e dialógico de alteridade que estabelece comunidades sociais por meio da interação e intercâmbio entre os sujeitos. Esse ponto de vista tem como suporte a compreensão de que a língua tem regras compartilhadas socialmente, porém, ela é dependente de um sujeito para tomar forma; além disso, o falante está, de certo modo, sobredeterminado pelas condições impostas pelas representações que ele e os grupos fazem da realidade e do contexto social.

A Teoria Semiolingüística pode ser considerada como uma das vertentes acadêmicas que contribuíram para (re)colocar o sujeito no centro das discussões da Análise do Discurso, considerando que o mundo não é dado *a priori*; este só “se faz por meio da estratégia humana de significação”, atenta Charaudeau (2009a, p. 21). Tal projeto charaudeano insere-se na conjunção de duas correntes teóricas contraditórias: a (I) linguagem como objeto transparente e (II) a linguagem como objeto não transparente.

De acordo com Charaudeau (2012a), a primeira corrente de pensamento compreende que a significação esgota em si mesma pelos elementos presentes no texto ou na fala, naquilo que está explícito de forma verbal. Nessa perspectiva, a língua carrega sentidos sociais sem a interferência do sujeito que produz o



enunciado. O objeto de estudo é o conteúdo temático, especificamente, “*do que nos fala a linguagem*”, afirma Charaudeau (2009a, p. 20: grifos do autor). Os textos poderiam ser analisados sem uma correlação direta com o sujeito que o emitiu e o contexto social.

Por outro viés, conforme Charaudeau (2012a), a segunda linha entende que o verbal não é suficiente para dar sentido a um enunciado, haja vista que a comunicação depende de um emissor inserido em um ambiente sociohistórico de produção. A significação seria dada pelo jogo de implícitos e de explícitos do texto. As pesquisas desse campo de estudos focam na investigação sobre como o conteúdo é construído, “*por como nos fala a linguagem*”, explica Charaudeau (2009a, p. 20: grifos do autor).

O campo semiolinguístico não pretende resolver esse conflito epistemológico. O objetivo é se consolidar no entrecruzamento das interfaces teóricas da linguística<sup>15</sup>, ao considerar o ato de linguagem “como um conjunto de atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão”, demarca Charaudeau (2009a, p. 20: grifos do autor). No que tange às influências de correntes teóricas para a formulação do pensamento charaudeano, o autor esclarece: “je m’inscris dans une double filiation sémantique: la filiation structuraliste des années 70-80; la filiation énonciative-pragmatique des années 80-90”(CHARAUDEAU, 2013, p. 44)<sup>16</sup>.

Para a Teoria Semiolinguística, a ação languageira e comunicativa nasce de uma dupla intenção entre emissor e receptor, em um jogo articulante assimétrico entre o espaço psicossocial (exterior) e o físico (interior) do processo comunicativo. Na ótica charaudeana, existe um mundo real, esfera do fazer, e um mundo da linguagem, instância do dizer. Quando os sujeitos decidem comunicar entre si, estabelece-se uma situação de comunicação. O compartilhamento de ideias,

---

<sup>15</sup> Não se pretende aqui estabelecer uma genealogia das correntes de pensamento linguístico que estruturam a Teoria Semiolinguística. Em aula dentro do Poslin/UFMG, Mendes (2011) mapeou essas contribuições e localiza a proposta de Charaudeau. A base estaria na Semiologia Saussureana, a qual é repensada pela Semiologia Barthesiana, a partir das influências do Círculo de Bakhtin. A corrente barthesiana e os pensamentos de Pêcheux e Foucault também colaborariam para a construção da proposta de Análise do Discurso charaudeana.

<sup>16</sup> “Eu me inscrevo em uma dupla filiação semântica: a filiação estruturalista dos anos 70-80; a filiação enunciativo-pragmática dos anos 80-90”. (Tradução nossa).

pensamentos, valores, crenças e emoções<sup>17</sup>, porém, não é livre, sendo restrito às condições: quem fala a quem, com qual finalidade, para dizer o quê e por quais meios? De forma abreviada,

Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito e, por isso: (i) vai nascer das circunstâncias de discurso específicas; (ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; (iii) será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente (CHARAUDEAU, 2009a, p. 52).

Comunicar pressupõe, então, interação e intercâmbio entre sujeitos que assumem papéis discursivos com o objetivo de compartilhar com o outro. Para que a troca comunicativa ocorra, os sujeitos falantes necessitam ter saberes em comum e reconhecer no outro o direito à palavra, que está interligado às identidades. Diante do parceiro, o sujeito se questiona, a todo o momento: quem é você para me dizer isso?

Com base nas leituras da Teoria Semiolingüística, Machado (2006, p. 14) acredita que a proposta charaudeana operou, de forma consciente ou não, “uma junção de conceitos de Benveniste com outros vindos de Bakhtin”, proporcionando como inovação o retorno do conceito de sujeito, “histórico, com suas idiossincrasias e crenças e também com o seu ‘estilo’”.

Em termos históricos, a Análise do Discurso nasce na década de 1960 e

coincide com a passagem da modernidade, de que o estruturalismo e o positivismo são corolários, para a pós-modernidade, quando o positivismo será questionado a partir das teorias dos sistemas, do caos e da complexidade, e quando o estruturalismo, não historicizado, será contraposto à teoria pragmática, histórica. Nesta última, considera-se a importância do sujeito e de sua intencionalidade na escolha de estratégias discursivas (OLIVEIRA, 2012, p. 4-5).

O sujeito falante, de carne e osso, e que vivia no mundo real tinha sido desconsiderado, até então, dos estudos dos discursos nas correntes teóricas que defendiam a linguagem como objeto transparente.

---

<sup>17</sup> As emoções são entendidas, com base em Le Breton (2009), como processo mental poroso que realiza intercâmbio com a razão; elas nascem de normas coletivas implícitas e são apropriadas individualmente. Não são estados selvagens que rompe com as condutas. Para Lima (2008), as emoções estão ligadas às crenças e às normas sociais, sendo verificáveis pelas marcas linguísticas.

Consideramos que a questão da presentificação do corpo do discurso ainda é um dos desafios na Análise do Discurso, levando-se em conta que as línguas de sinais são discursos corpóreos. O corpo, com isso, pode ser compreendido tanto pela dimensão cognitiva quanto pelo aspecto biofisiológico. Em suma, no caso das línguas de sinais, os discursos não são evocados somente pela ‘voz-sujeito’, mas também pela ‘forma-sujeito’.

Um exemplo de como a questão do sujeito se refletia no Estruturalismo<sup>18</sup> pode ser vista a partir do texto histórico de Barthes ([1968] 1984), o qual teve grande eco na Teoria da Literatura, sendo a questão da autoria, até os dias atuais, motivo de debate na referida disciplina.

Em um contexto estruturalista, ao final da década de 1960, Barthes ([1968] 1984) defendeu a diminuição do poder de autoria afirmando que quem fala não é o autor, mas a linguagem por meio do papel do enunciador. A linguagem atravessaria o sujeito, que só poderia dizer o que já foi dito, o que estaria dado:

O autor nunca é nada mais que para além daquele que escreve, tal como ‘eu’ não é senão aquele que diz ‘eu’: a linguagem conhece um ‘sujeito’, não uma ‘pessoa’, e esse sujeito, vazio fora da própria enunciação que o define, basta para fazer ‘suportar’ a linguagem, quer dizer, para a esgotar (BARTHES, [1968] 1984, p. 51).

O sujeito estaria condicionado por vozes anteriores e determinar quem escreve seria uma tarefa difícil, de acordo com Barthes ([1968] 1984). Ao alegar a morte do autor, o pensamento barthesiano declara também o nascimento do papel de leitor, o que contribui para o desenvolvimento de pesquisas de recepção como pretendemos na presente tese, partindo da concepção de que o ato de recepção é crítico e também se constitui uma enunciação.

---

<sup>18</sup> O Estruturalismo tem origem no paradigma linguístico de Saussure, no qual a língua seria um sistema cujos elementos só poderiam ser definidos por meio de equivalências ou oposições. É nesse conjunto de relações que se instaura a noção de estrutura. Enquanto corrente de pensamento, o Estruturalismo se desenvolve na metade do século XX e influencia as pesquisas nos campos da linguística, antropologia, filosofia, política e psicanálise, “a partir das bases teóricas fornecidas por Marx, Freud e Saussure” (OLIVEIRA, 2012, p. 26). As críticas recaem pelas análises desconsiderarem a história e por levarem em conta forças estruturais que impediriam a atuação e liberdades produtivas e interpretativas dos sujeitos. É importante ressaltar que o saussurianismo influencia profundamente o estruturalismo, mas, este último, acabou por expandir as teses saussurianas, resultando em um distanciamento mesmo de seus preceitos, como é o caso da questão do sujeito.

O autor, de carne e osso, não determinaria os sentidos de sua fala, pois estaria condicionado à linguagem, o que demandaria assumir um papel discursivo de enunciador. Mendes (2010a) defende que este isolamento do sujeito enunciador do sujeito falante/sujeito empírico ocorreu por uma necessidade porque se buscava, naquele momento, criar cientificidade para os estudos da Linguagem. De acordo ainda com a autora, há uma preocupação, naquele momento, em seguir a tese saussuriana segundo a qual o homem está na língua. Havia uma busca em pensar a linguagem como um sistema autônomo que deveria ser estudado e ter suas regularidades estabelecidas.

Compagnon (2013) explica que a ótica barthesiana naquele período pretendia substituir o autor como princípio produtor e explicador da literatura pela linguagem. “L'auteur ainsi disqualifié, le seul sujet en question dans la littérature est celui de l'énonciation<sup>19</sup>”. A intenção era deslocar o autor empírico para a figura do *scriptor* (sujeito enunciador localizado no aqui e agora), atenta Compagnon (2013). Com isso, a noção de autoria passaria a ser atravessada pela intertextualidade: nenhum dizer nasce novo e inovador, mas de uma bricolagem de outros já ditos.

A produção de sentidos incidiria, então, na instância de recepção: “le lecteur, et non l'auteur, est le lieu où l'unité du texte se produit”<sup>20</sup>, afirma Compagnon (2013), marcando a passagem do Estruturalismo para o Pós-Estruturalismo desconstrutor, em uma espécie de “rébellion anti-autoritaire” (rebelião anti-autoritária).

Na análise empreendida por Alves (2013, p. 4):

É claro que todo texto tem quem o escreva. O que Barthes pretende, ao declarar a morte do autor, não é negar este fato trivial, mas criticar a importância que a crítica literária desde a modernidade concedeu à gênese e à pessoa do autor como determinantes na atribuição do sentido de uma obra.

Ao traçar em paralelo entre as visões de Barthes e Foucault sobre a figura do autor na virada da década de 1960 para 1970, Alves (2013, p. 2-3) defende a existência de uma crítica ideológica similar no pensamento dos referidos autores, “associando

---

<sup>19</sup> “O autor assim desqualificado, apenas um assunto em questão na literatura é o da enunciação”. (Tradução nossa).

<sup>20</sup> “o leitor, e não o autor, é a ligação onde a unidade do texto se produz”. (Tradução nossa).

a importância conferida à figura do autor na modernidade europeia a uma visão individualista e privatista”. O que se combatia, segundo Alves, era a tradição de se pensar o indivíduo como gênio solitário, em que a obra nasceria somente de seu trabalho legítimo e inovador.

Enquanto a visão barthesiana sobre o sujeito naquele período simbolizava o término “de uma espécie de instituição literária”, a ótica foucaultiana voltava-se para um interesse “mais filosófico” sobre o “enunciador de um discurso” e não para “a figura do autor literário”, contrasta Alves (2013).

Conforme Foucault ([1969] 1983), o autor (sujeito histórico) não é o proprietário nem o responsável por seus textos; nem o produtor nem o inventor. O questionamento foucaultiano, nesse período, está centrado no estatuto social dado à figura do autor como representante de um processo de individualização, reconhecido e validado culturalmente, o que se reflete em campos de conhecimento, história das ideias e da filosofia, da literatura, bem como nas ciências. Em suma, Foucault ([1969] 1983, p. 6-12) lança uma discussão sobre a relação “l’homme-et-l’œuvre”. Nessa vertente, o nome do autor, inserido no discurso, exerceria uma função classificatória e organizadora dos dizeres, caracterizando um determinado “mode d’être du discours”<sup>21</sup>. O discurso, na visão foucaultiana, é, assim, um ato e não a origem ou um produto.

Acima, ilustramos como a noção do autor empírico era vista por Barthes ([1968] 1984) e Foucault (1969) em um contexto estruturalista. Entretanto, tais exemplos não significam que o Estruturalismo matou o sujeito e a Análise do Discurso o ressuscitou.

Ponderamos que, após os processos metodológicos estruturalista e cientificista, a AD começou a considerar o sujeito empírico em suas teorizações. A visão de apagamento do sujeito empírico como criador (ou reconstrutor) de discursos começa a ser, mais tarde, retomada nas considerações da Teoria Semiolinguística, acentuando, por um lado, a noção benvenistiana de que o signo pode ser preenchido por um sujeito discursivo, em uma enunciação fruto da apropriação individual da língua pelo locutor.

---

<sup>21</sup> “modo de ser do discurso”. (Tradução nossa).

O ato de linguagem parece assemelhar-se, pondera Machado (2006), à noção de enunciação, em que o sujeito é central na construção de sentidos visando o outro. De acordo com Benveniste ([1974] 2006, p. 87), a enunciação pode ser definida como um processo que converte a língua em discurso pela ação do locutor que imprime marcas próprias e individualizadas, em uma “acentuação da relação discursiva com o parceiro”, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo”. Não há um Eu sem Tu. O sujeito da enunciação é o sujeito linguístico, sendo a representação daquele que fala, o que prescinde de um indivíduo localizado no tempo e no espaço.

A teoria benvenistiana entende o sujeito como produtor de representações no sentido do enunciado, possibilitando a existência de um ou mais sujeitos na enunciação. A abordagem não concebe a existência de uma exterioridade à língua, bem como não aborda a relação do sujeito empírico com a língua. Apesar de não incluir todos os âmbitos que interferem no discurso, as concepções de Benveniste iniciam nova perspectiva dentro dos estudos discursivos, tornando-se um dos alicerces na mudança de enfoque, ao considerar a relevância, dentro do discurso, do enunciado e do sujeito que se apropria dos recursos disponíveis na língua.

Ao conceituar o ato de linguagem, a Teoria Semiolinguística contribui para ampliar o conceito de enunciação ao vislumbrar a possibilidade de articulação entre um universo exterior ao interior do discurso. O ponto de partida do campo semiolinguístico está na consideração de que, para efetivarem uma troca comunicativa, os sujeitos sociais assumem papéis discursivos localizados no tempo e espaço dados, visando influenciar o outro com os propósitos de mundo.

Na Teoria Semiolinguística, o sujeito comunicante cria um projeto de fala para estabelecer uma relação com o outro, organizando o dizer dentro das condições possibilitadas pela situação de comunicação. Durante as trocas linguageiras, os sujeitos se desdobram, ora assumindo a atividade de produção ora de recepção. O mesmo sujeito pode alternar os papéis de Eu e Tu.

Charaudeau (2009a, p. 56) caracteriza o ato de linguagem, no momento de produção, “como uma expedição e uma aventura”, em que o sujeito falante organiza o seu dizer com a expectativa de que seja recebido e entendido. Todavia, essa interpretação é da ordem do imprevisível, mesmo com as pistas deixadas pelo produtor. A organização discursiva pressupõe que a linguagem é articulada de modo

coerente internamente pelo sujeito; a incoerência seria efeito de um julgamento procedido pelo outro.

O encontro dialógico entre produtor e receptor nasce no mecanismo do discurso, em encenações de papéis dos sujeitos sociais no âmbito discursivo. Esquemáticamente, a situação de comunicação pode ser visualizada pela figura 1, a seguir.

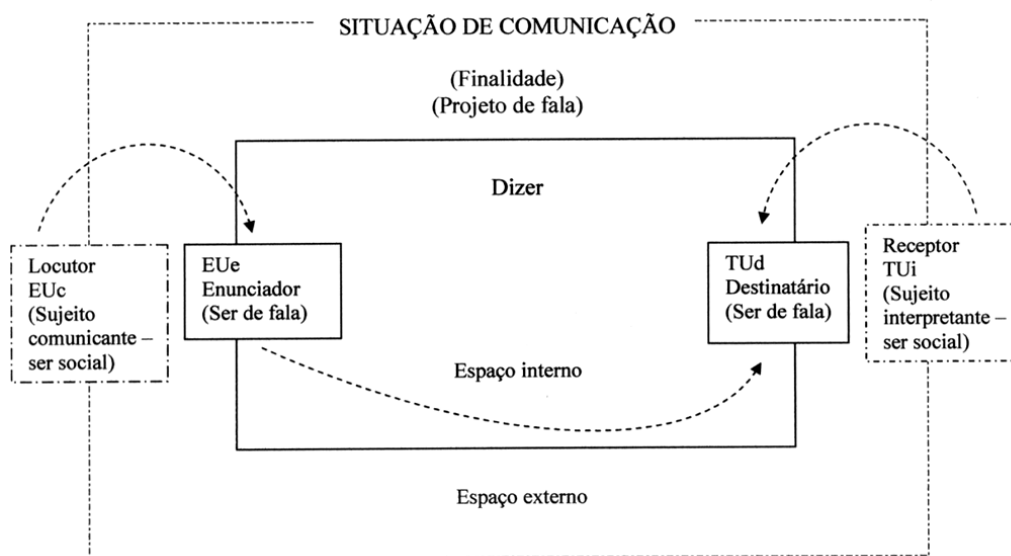


FIGURA 1 – Situação de comunicação proposta pela Teoria Semiociológica  
 FONTE – Charaudeau, 2009a, p. 52

O ato de linguagem “se realiza em um duplo espaço de significância, *externo* e *interno* à verbalização, determinando por isso mesmo dois tipos de sujeitos da linguagem”, segundo Charaudeau (1996, p. 34-35). No plano do mundo real, se apresentam os seres sociais com suas intenções, os denominados parceiros que são designados pela Teoria Semiociológica como sujeito comunicante (EUC) e sujeito interpretante (TUI). Os intralocutores são os protagonistas na instância do dizer, constituindo-se como seres de fala responsáveis pela enunciação, caracterizados como sujeitos enunciadore (EUE) e sujeitos destinatários (TUD).

Charaudeau (2006, p. 67) define a situação de comunicação “como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”. Para que a comunicação humana ocorra, o locutor deve se submeter às regras da situação de comunicação (a não ser que deseje transgredi-las) e o interlocutor deve ter a

capacidade de reconhecer essas restrições. O que existe, portanto, é um acordo prévio entre as partes, uma ação recíproca de co-intencionalidade que dá forma a um contrato de comunicação.

A meu ver, na proposta charaudeana, não se pensaria mais nas margens de manobras coletivas, nas possibilidades dos sujeitos sociais escaparem e transgredirem às regras sociais e ideologias dominantes. O enfoque estaria no dialogismo do sujeito individual, dotado de identidades sociais e pessoais (discursivas). Para Charaudeau (2009), o sujeito é parcialmente livre e condicionado pelo coletivo, pela ideologia, pela situação de comunicação.

No campo da Psicologia Social, Deschamps e Moliner (2008) entendem que a identidade social do sujeito está atrelada ao sentimento de similitude em relação ao outro enquanto que a identidade pessoal está ligada ao sentimento de diferença em relação a esse mesmo outro. Os autores esclarecem que a reflexão sobre a identidade coletiva pontua como questionamento o problema da integração das pessoas ao espaço coletivo e a constante busca por diferenciação. Na Teoria Semiolinguística, o sujeito social é concebido pelas instituições e grupos aos quais pertence, pelo olhar do outro, pelas representações que o parceiro faz dele; e o sujeito pessoal é construído discursivamente, em uma articulação da capacidade e competência de credibilidade e captação do interlocutor ou público. A cada situação de comunicação, as identidades se chocam e se estabelecem diferenciadamente.

Localizado no tempo e no espaço demarcado no mundo, o ser social é individualizado - denominado sujeito comunicante - se inscreve no espaço do dizer representando um papel de enunciador, um ser de fala. O projeto de fala criado pelo locutor tem uma finalidade e se direciona a outro ser social, um receptor caracterizado como sujeito interpretante. Para que a comunicação ocorra, o receptor precisa se identificar com a imagem de destinatário idealizado criado pelo enunciador. Com isso, o sujeito enunciador leva em consideração a quem se destina seu discurso, o propósito da comunicação e por quais meios.

A relação do Eu com o Tu é regida pelo princípio de alteridade, do direcionamento da fala ao outro. A interação só se concretiza pelo que Charaudeau (1996) denomina de princípio de pertinência, quando há um reconhecimento recíproco entre os parceiros da troca languageira e o compartilhamento de traços de saberes prévios sobre a experiência do mundo e os comportamentos das pessoas que vivem coletivamente. O sujeito destinatário é imaginado, pressuposto a partir de



imagens concebidas pelo enunciador. Para que o Tu-interpretante possa representar o papel de Tu-destinatário, ele não precisaria se identificar com o papel proposto pelo enunciador.

A movimentação discursiva do receptor no ato de receber um dizer pode também ser vista por outra ótica: o conceito de leitor-modelo proposto por Eco (1988), o qual postula que todo texto é incompleto porque requer a participação de um destinatário idealizado, distinto do sujeito empírico, que colabore para produção de sentidos. Produzido para alguém, o texto seria uma espécie de mecanismo que precisaria do outro para tomar forma, ou seja, ele só ganharia sentido a partir da recepção do público-alvo. O destinatário lê a mensagem a partir do dizer presente, caminhando a “passos cooperativos” para seguir as pistas deixadas e também de conhecimentos socialmente partilhados com o produtor. Ao leitor-modelo, não caberia somente o papel de recuperador de pistas colocadas pelo autor: existe uma margem de manobra na interpretação, em que esse leitor pode escapar às regras impostas pelo autor e desvendar caminhos não pensados. A partir do próprio quadro de referência discursiva e social, o leitor-modelo pode preencher os espaços em branco deixados pelo texto. Os destinatários, assim nomeados por Eco, não são totalmente cerceados pelo autor durante a leitura de um texto, podendo resistir à influência da mensagem.

O autor, segundo Eco<sup>22</sup> (1988, p. 41), produz o texto com o objetivo de que este seja lido, imaginando, de antemão, quem será o leitor ideal. Para tanto, o autor organiza o dizer com base em estratégias discursivas de cumplicidade, demarcando que é o outro ideal e assumindo “que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo de seu leitor”.

A recepção ocorre com base em conhecimentos compartilhados socialmente e inferências comuns sobre o discurso e aos sujeitos comunicante e enunciador. No momento em que incorpora o papel de Tu-destinatário, o sujeito receptor também produz *ethé* prévios do autor, auxiliando no processo de associação e reconhecimento de saberes presentes no discurso dado.

---

<sup>22</sup> Eco (1988) vê a língua como um sistema complexo de regras, não restritas a um código, que requer mais do que conhecimentos linguísticos. A concepção de leitor-modelo é basilar na Teoria da Recepção e no campo de estudos da Comunicação e Semiótica.

Para a Semiologia, ao fazer a pergunta – quem é você para me dizer isso? – o receptor procura se certificar da autoridade do enunciador para proferir tal enunciado na situação de comunicação, aderindo ou não às regras impostas pelo contrato comunicacional para aceitar a recepção do projeto de fala do interlocutor. O ato de receber uma mensagem midiática pressupõe interação dialógica, em construção de sentidos que podem escapar aos propostos pelo produtor do enunciado. “A noção de interpretação envolve uma dialética entre estratégia do autor e resposta do Leitor-Modelo” (ECO, 1988, p. 43). Nesse aspecto, o produtor não consegue delimitar os sentidos que os signos terão porque estes tomam forma a cada situação de comunicação e dependem de cada receptor.

A Teoria Semiológica estabelece que o ato de linguagem nasce dentro de uma situação concreta de troca linguística, sendo estruturado e condicionado por espaços de limitações, em que o falante necessita preencher requisitos mínimos para que a comunicação seja válida, e de estratégias, ambiente que permite margem de manobra para as escolhas de encenação. Conforme explica Charaudeau (2006, p. 68), “eles se encontram na situação de dever subescrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguística em que estão envolvidos”. Tais restrições partem de uma co-intencionalidade que é regida por um tipo de acordo prévio.

O contrato de comunicação é condicionado por fatores externos e internos à situação de comunicação. Os dados externos são formados por regularidades comportamentais confirmadas por discursos de representação que atribuem valores; as referências do mundo real remetem a índices semiotizados extraídos do ambiente de comportamentos sociais, os quais possuem certa recorrência. Os dados internos correspondem às ações linguísticas em si, conferindo a forma da enunciação.

Charaudeau (2004; 2006) categoriza os dados externos à situação de comunicação em quatro tipos de condições:

- Identidade – a partir da hipótese que o ato de linguagem é intersubjetivo, os parceiros da troca linguística procuram estabelecer as identidades do outro, atribuindo traços sociais que sinalizam quem é o interlocutor, em termos de *status* econômico, social, político e cultural.

- Finalidade – o ato de linguagem deve apresentar sempre um objetivo. O tema a ser debatido na situação de comunicação é regido por um jogo de intencionalidades entre o produtor e receptor, os quais procuram imprimir suas ideias através de visadas de prescrição (tentar levar o outro a agir da forma que o locutor quer), informação (transmitir um saber a quem se pressupõe não possui-lo), incitação (levar o outro a fazer crer que o dizer é verdadeiro) e *pathos* (despertar um estado emocional no parceiro).

- Propósito – o ato de comunicação se constrói em torno de um domínio de saber, em que o mundo é recortado em ‘universos de discurso tematizados’, em assuntos que regem a situação de comunicação.

- Dispositivo – circunstâncias materiais que permitem o desenvolvimento do ato de comunicação.

A configuração dos dados internos corresponde ao “conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, depreendidos, reconhecidos”, aponta Charaudeau (2006, p. 70).

O falante deve justificar a tomada de palavra no espaço de locução, em vistas de “conquistar seu direito de poder comunicar”, conforme Charaudeau (2006, p. 70). As interações entre o locutor e interlocutor são estabelecidas dentro do espaço de relação, definindo posturas discursivas de força ou aliança, exclusão ou inclusão, bem como agressão ou convivência. O espaço de tematização abriga a organização dos saberes, enfim, os temas que orientam e direcionam a troca linguageira.

No campo semiolinguístico, o modelo da interação é estruturado em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo. A competência situacional restringe o que se pode dizer no espaço externo, no plano do fazer, onde são determinadas as finalidades da situação de comunicação, as identidades, os parceiros da troca linguageira, os domínios de saber evocados e os dispositivos. Quando pretende falar algo, Charaudeau (1996, p. 35) indica que o sujeito deve responder às perguntas, “para que dizer ou fazer?”, “quem fala a quem?”, “a propósito de quê?”, “em que quadro físico de espaço e tempo?”.

O nível discursivo é a instância que permite ao sujeito falante representar o papel de enunciador, satisfazendo “as condições de *legitimidade* (princípio de alteridade), de *credibilidade* (princípio de pertinência) e de *captação* (princípios de

influência e de regulação), para realizar um conjunto de ‘atos de discurso’, isto é, finalmente, um *texto*” (CHARAUDEAU, 1996, p. 36: grifos do autor).

A alteridade está atrelada ao conceito de que o ato de linguagem envolve sempre a troca entre dois parceiros que possuem saberes compartilhados e motivações comuns, desempenhando papéis diferentes e particulares (emissor e receptor). Para Charaudeau (2005, p. 11), “cada um dos parceiros está engajado num processo recíproco (mas não simétrico) de reconhecimento do outro, numa interação que o legitima enquanto tal – o que é uma condição para que o ato de linguagem seja considerado válido”. A legitimidade é exterior ao sujeito falante, conferindo o poder de dizer; é resultante de uma constatação acerca do autor, seja com base no ato de fala em si, na situação comunicativa ou na posição social de quem fala. A invalidação da legitimidade do dizer só ocorre quando ela não é percebida pelo parceiro da troca linguageira, o sujeito não quer falar em nome próprio ou o estatuto é frágil e requer outras provas para validação do discurso.

Os saberes compartilhados entre os parceiros da troca linguageira devem ser reconhecidos pelo outro, porém, não são, necessariamente, adotados. O princípio de pertinência requer, então, que os atos de linguagem estejam em consonância com o contexto da situação de comunicação e o tema a que se pretende falar (a finalidade). A estratégia de credibilidade é empregada para complementar o direito ao uso da palavra pelo locutor, uma vez que a legitimidade não sustenta sozinha a autorização para o dizer. O outro reconhece o seu parceiro quando este é visto como apto para dizer a “verdade”. Para tanto, o sujeito enunciador precisa mostrar a capacidade de “saber dizer”, em um movimento de capitalização do estatuto de autoridade através da mostraçõ de sua competência em saber-fazer. O sujeito falante se coloca a questão “como ser levado a sério?”, indica Charaudeau (2009b, p. 316).

Charaudeau (2005, p. 12) entende que “todo sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento”. Ao se posicionar como receptor, o sujeito destinatário entra em um jogo de influências estabelecido pelo enunciador. Essa influência pode ser refutada, em uma ação de contra-influência. O princípio de regulação opera, por meio de estratégias no campo do dizer, em prol de uma “intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva”. Para garantir o compartilhamento das ideias, a atenção e a interpretação dos enunciados, o sujeito

falante lança mão de operações discursivas que provoquem estados emocionais no auditório, tendo em vista influenciar o recebimento da mensagem. As atitudes de captação podem ser pensadas por meio da polêmica (antecipação dos questionamentos que seriam feitos pelo receptor), sedução (evocação de sentidos de identificação) e dramatização (dramas de vida com exemplificações, metáforas, comparações).

Desse modo, os componentes da situação de comunicação dão instruções discursivas aos sujeitos para que produzam e interpretem o ato de linguagem, em um contrato de comunicação regido pelos modos de organização do discurso. O contrato, de acordo com Charaudeau (2009a, p. 56), “pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais”.

A concepção charaudeana repousa na hipótese de que os sujeitos pretendem produzir efeitos de que dizem a “verdade”, por mais que ela seja inalcançável objetivamente e, para tanto, se utilizam de mecanismos que conferem a aparência de que esse dito é o mais verossímil e confiável possíveis. Portanto, a posição do sujeito falante é a de “fazer crer” e a do parceiro é a de “dever crer”. Nesse processo, Charaudeau (2009b, p. 317) indica dois caminhos: no primeiro, o sujeito falante tenta persuadir o outro, através de um fazer pensar reconhecendo a razão; o segundo opera pela sedução (fazer sentir a partir da emoção). Ao interlocutor cabe o papel de pensar ou sentir o que foi significado.

Charaudeau (2004; 2012a) esclarece que existem duas formas de arranjo discursivo, seja no âmbito da enunciação ou do enunciado. O discurso pode ser organizado no nível do enunciado de forma *descritiva* no momento em que está em jogo saber produzir e reconhecer os sentidos da caracterização/descrição dos objetos de mundo. A *narração* se estabelece em um saber produzir e reconhecer o modo de descrever as ações do sujeito no mundo. Já a *argumentação* é um saber produzir e reconhecer as cadeias de causalidades explicativas dos acontecimentos e as provas do verdadeiro/falso, do verossímil.

A organização da enunciação é responsável pela alteridade, subjetividades<sup>23</sup> e identidades dos sujeitos. A forma *alocutiva* ocorre quando há uma relação entre o Eu e o Tu, um direcionamento do dizer ao outro com o intuito de implicar o parceiro da troca linguageira. Quando o sujeito fala dele mesmo de maneira, mais ou menos, explícita, trata-se de uma *elocução*. O dizer que se pretende impessoal é caracterizado como *delocutivo*, apresentando-se como se não houvesse um responsável pela fala.

A Teoria Semiolingüística pode ser pensada, sinteticamente, em quatro aspectos fundamentais (CHARAUDEAU, 2012a):

a) O ato de linguagem requer, no centro da produção linguageira, um sujeito com uma dupla identidade: psicossocial (atribuída pelo outro) e discursiva (construída pelo próprio sujeito).

b) Não há ato de linguagem fora de uma relação de alteridade. O Eu não se concebe sem o Tu e vice-versa. A tomada de consciência de uma pessoa depende da existência do outro, na medida em que as diferenças do outro fazem o sujeito questionar a si. As trocas linguageiras constroem o social. Cabe notar que toda troca é assimétrica, ou seja, o que se diz não será necessariamente compreendido da mesma forma pelo outro. Charaudeau (2009a, p. 47) esclarece que o Tu-destinatário pode ser tanto resultado do ato de produção do eu quanto do ato de interpretação do Tu-interpretante: “em outras palavras, o TUD do EU e o TUD do TUI não coincidem em todos os pontos”.

c) O ato de linguagem depende de uma situação de comunicação, mesmo em uma simples roda de conversa entre amigos. A todo o momento, os sujeitos se questionam: para que dizer estamos aqui?

---

<sup>23</sup> Mansfield (2000) explica que a noção de subjetividade é contraposta, principalmente, por duas correntes teóricas: o modelo de subjetividade no qual o indivíduo se autossustenta (explicitado pelos teóricos iluministas e por Freud) e o outro que vê isso como uma prisão moderna (concepção de Michel Foucault). Nessa linha de batalha sobre o sujeito, esconde-se uma tensão divisória entre a experiência moderna e pós-moderna. O autor esclarece que há uma aceitação geral da argumentação de Heidegger de que o sujeito não é algo que ocorre naturalmente, mas uma categoria filosófica do pensamento que surge em certo momento da história e que deve ser suplantada por modelos mais convincentes que questionem o modo que se dá a experiência humana no mundo. Portanto, a simples ideia de que o sujeito vive separado da exterioridade que o cerca é uma maneira inadequada de ver o modelo complexo e ainda em discussão da condição da vida humana, já que ele determina como o homem sempre viveu e deverá continuar a viver.

d) O sujeito é, em termos, sobredeterminado e, em termos, livre: a situação de comunicação condiciona o dizer; a liberdade é exercida seja no rompimento do contrato de comunicação ou no uso de estratégias discursivas.

A concepção charaudeana de situação de comunicação repousa na hipótese de que os sujeitos pretendem dizer a “verdade”, por mais que ela seja inalcançável objetivamente e, para tanto, se utilizam de mecanismos que conferem a aparência de que esse dito é o mais verossímil e confiável possíveis. Portanto, a posição do sujeito falante é a de “fazer crer” e a do parceiro é a de “dever crer”.

### **1.1.1. A noção de dialogismo e polifonia na perspectiva do Círculo de Bakhtin**

A vertente charaudeana pode, a meu ver, dialogar com o Círculo de Bakhtin, em especial, no que concerne as noções de dialogismo e polifonia. A língua não é fenômeno estanque, pelo contrário, a substância está no “fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”, afirmam Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979, p. 109). O conhecimento do homem ocorre na sua relação com o outro. As palavras não são monológicas, mas dialógicas em essência. O conceito bakhtiniano de polifonia determina entender a enunciação como um ato de interação social. Recusa-se, portanto, a existência de um “eu” individualizado, isolado das influências exteriores. Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979) pensam em um sujeito imerso na sociedade, na memória e na história.

Na interação com o outro, há o encontro de diferentes vozes, em movimentos de concorrência, complementação e contradição. “Cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se cruzam e lutam valores sociais [...] revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais” (VOLOSHÍNOV & BAKHTIN, [1929]1979, p. 66). Em meio à multiplicidade de discursos, há um jogo negociado de sentidos, os quais são influenciados por características sociais, históricas e culturais que atravessam os sujeitos sociais e discursivos.

A língua não é fenômeno estanque, pelo contrário, a substância está no “fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”, afirmam Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979, p. 109). O conhecimento

do homem ocorre na sua relação com o outro. As palavras não são monológicas, mas dialógicas em essência. O conceito bakhtiniano de polifonia determina entender a enunciação como um ato de interação social. Recusa-se, portanto, a existência de um “eu” individualizado, isolado das influências exteriores. Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979) pensam em um sujeito imerso na sociedade, na memória e na história.

Na interação com o outro, há o encontro de diferentes vozes, em movimentos de concorrência, complementação e contradição. “Cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se cruzam e lutam valores sociais [...] revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais” (VOLOSHÍNOV & BAKHTIN, [1929]1979, p. 66). Em meio à multiplicidade de discursos, há um jogo negociado de sentidos, os quais são influenciados por características sociais, históricas e culturais que atravessam os sujeitos sociais e discursivos. Sendo assim, podemos conceber a comunicação enquanto assimétrica e polifônica de interação entre os sujeitos.

Na vertente do Círculo de Bakhtin, a língua deixa de ser entendida como um processo de articulação individual e passa a ser encarada a partir de sua natureza social, ou seja, a fala e a enunciação. Com isso, o sentido de uma palavra ou enunciado só é dado a partir de situações contextuais e não por meio de estruturas fixas.

Segundo Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979),

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (VOLOSHÍNOV & BAKHTIN, 1979, p. 123).

Ao relacionar a língua com a estrutura social, Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979) ressaltam que a palavra só se concretiza por meio da interação entre locutor e ouvinte, estabelecidos em um contexto que ultrapassa o interior dessa língua. O discurso tem a condição de existência determinada por meio da interação verbal que se estabelece entre o enunciador e enunciatário, em um ato dialógico.

Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979) entendem a língua como fenômeno sócio-histórico, instrumento para a comunicação entre os indivíduos. A palavra ganha um sentido dialógico como essência. O diálogo ultrapassa as trocas de enunciados, sendo constituído pela relação direta com o sentido, por meio da



compreensão de um enunciado. Com isso, um discurso está embasado nas relações que mantém com o outro (enquanto interlocutor). As palavras ganham sentidos através dessas relações, como em uma arena na qual se confrontam os valores sociais. Logo, o enunciador não é dono único de seu dizer, pois sua fala está embasada nas palavras de outros, de formas já ditas.

Assim sendo, do ponto de vista social, o dizer não é isento, livre. O sujeito enuncia a partir de um lugar determinado socialmente, tendo seu fazer linguístico também determinado socialmente. O sujeito significa a partir de significados historicamente constituídos.

Em *Poéticas de Dostoievski*, Bakhtin ([1981] 2002) lançam um olhar inovador sobre a estrutura do romance, considerado como polifônico – onde há uma nova postura do autor com relação ao texto, determinada pela interação de muitas consciências plenas de valor, que mantém com o autor um grande diálogo em posições de igualdade. Com isso,

a nova posição artística do autor em relação ao herói no romance polifônico de Dostoievski é uma *posição dialógica seriamente aplicada e concretizada até o fim*, e que afirma a autonomia, a liberdade interna, a falta de acabamento e solução do herói. Para o autor o herói não é um “ele” nem um “eu” mas um “tu” plenivalente, isto é, o plenivalente “eu” de um outro (um “tu és”) (BAKHTIN, [1981] 2002, p. 63: grifos do autor).

A mudança no tratamento que Dostoievski dá aos seus romances está justamente na postura do autor falar *com* o herói e não *do* herói. Essa diferenciação permite a delimitação e definição de duas categorias textuais que trazem em seu interior outras vozes.

A primeira categoria – refletida nas escritas de Dostoievski – está relacionada aos textos que deixam entrever uma série de “máscaras” diferentes utilizadas pelo autor, os chamados “textos polifônicos”. Esta máscara corresponde a uma voz e todas as vozes pronunciam ao mesmo tempo, sem ocorrer um grau de hierarquização entre elas. Esse tipo de texto emerge, principalmente, na literatura popular, com uma conotação carnavalesca.

Por outro lado, a segunda categoria se refere aos textos nos quais somente uma voz “fala”. Os textos monológicos, dessa forma, apesar de apresentarem outras consciências, estão subordinados a um grande narrador. Tais textos negam a alteridade, extinguindo a possibilidade de existência de outras consciências fora de si próprios.

Apesar da existência dessas categorias, o embate de muitas vozes sociais está presente em qualquer tipo de texto, pois estes são dialógicos, em essência. Porém, os textos podem criar efeitos de exibição ou supressão desses diálogos, de acordo com as estratégias discursivas acionadas. Logo, monofonia e polifonia se estabelecem como efeitos de sentidos de procedimentos discursivos utilizados em textos que, por definição, são dialógicos. No telejornalismo, por exemplo, os acontecimentos narrados somente pelo apresentador (a chamada “nota seca”) ganham efeitos monofônicos enquanto que as reportagens com entrevistas projetam sentidos de polifonia e abertura para distintas vozes sociais.

Em linhas gerais, no momento em que essas vozes ou algumas delas se deixam escutar, se determina a polifonia. Quando o diálogo é mascarado e apenas uma voz se faz ouvir, está estabelecido o efeito de monofonia. Como observa Bakhtin ([1981] 2002, p. 68), a consciência do criador do romance polifônico está sempre presente, porém “não transforma as consciências dos outros (ou seja, as consciências dos heróis) em objetos nem faz destas definições acabadas à revelia”.

Na escrita polifônica, o autor atua como organizador e participante do diálogo, sem reservar-se a última palavra, refletindo em sua obra a natureza dialógica da própria vida e do próprio pensamento humano (BAKHTIN, [1981] 2002, p. 73).

O modo como as diversas consciências dos heróis aparecem nos romances de Dostoiévski ocorre por meio de um encadeamento de ideias determinado pelo gênero literário. Entretanto, os efeitos de polifonia podem aparecer em escritas cotidianas, como em discursos científicos e jornalísticos, por exemplo.

Nesse âmbito, a articulação das consciências e vozes de outros se programa através de outros procedimentos discursivos, os quais se pautam em dizeres já proferidos, os chamados “discursos citados”. Segundo Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979),

O discurso citado é visto pelo falante como a enunciação de uma outra pessoa, completamente independente na origem, dotada de uma construção completa, e situada fora do contexto narrativo. É a partir dessa existência autônoma que o discurso de outrem passa para o contexto narrativo, conservando o seu conteúdo e ao menos rudimentos da sua integridade lingüística e da sua autonomia estrutural primitivas (VOLOSHÍNOV & BAKHTIN, 1979, p. 144-145).

Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979, p. 144) esclarecem que os “discursos citados” tomam forma por meio do discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre, permitindo a plurivocidade da linguagem com a articulação textual do autor: “o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação”.

O discurso jornalístico torna-se uma arena onde os conflitos e tensões sociais são refletidos e representados, sendo difundido amplamente através de seu produto final, como o jornal ou telejornal, por exemplo. A constituição desse tipo de discurso, assim como em qualquer discurso, é dialógica. Entretanto, o texto jornalístico deixa entrever os diálogos que os constitui. Aliás, sua forma privilegia e permite a evidência do discurso do outro. Essa evidência, entretanto, não é nem casual e nem aleatória.

#### **1.1.2. A travessia dos sujeitos na situação de comunicação à luz de Peytard e Charaudeau**

Como abordado anteriormente, a Teoria Semiolinguística retoma o sujeito empírico ao centro da produção e das trocas languageiras. A mudança de enfoque teórico leva à consideração de que a linguagem não é transparente, sendo condicionada pelas marcas de subjetividade de quem se utiliza da língua para falar. No modelo de situação de comunicação elaborado por Charaudeau (1992; 2006; 2009a), aos sujeitos cabem os papéis de comunicantes e enunciadore, de um lado, e receptores e interpretantes, de outro.

Contudo, as movimentações desses sujeitos que saem do mundo real para o universo do discurso parecem – em meu entendimento - ser mais complexas do que mostra a esquematização semiolinguística. Nessa ótica, a topografia das instâncias do campo literário, proposta por Peytard (1983), poderia auxiliar na compreensão dessa travessia sociodiscursiva que culmina no ato de escrever e ler, ampliando a visão que se possa ter da interação entre locutor e interlocutor.

Peytard (1983) prevê as movimentações dos sujeitos que saem do mundo real e se inserem no contrato ficcional da leitura, perpassando três instâncias

comunicativas (situacional, ergo-textual e textual) até chegarem ao ato de ler e escrever. O percurso analítico evidencia que não existem posições discursivas fixas, pré-determinadas e automáticas aos sujeitos. Apesar de ser um diagrama, há fluidez nas trocas de papéis sociodiscursivos e no deslocamento entre as instâncias.

De acordo com Peytard (1983), as noções de “público”, “autor” e “leitor” devem ser pensadas dentro de um domínio específico, capaz de alocar todo o processo de interação social e de comunicação cuja orientação temática seja o “texto literário”: a comunicação literária. Para que o projeto de fala do produtor ocorra, a “fictivização” deve ser reconhecida pelo receptor, o qual opera uma clivagem consciente do mundo real ao ficcional. Assim, a fictivização somente acontece quando é aceita pelo receptor, em resposta à intenção do produtor para que o primeiro entre no papel ficcionalizado.

O jogo implícito/explicito, visando a adesão à comunicação literária proposta pelo produtor, pode ser explicado também como um “contrato de leitura”, o qual determina o modo de ler o texto e direciona seus efeitos de sentido. Na conceituação de Peytard (1983), o receptor tem o poder de escolha em aderir ou não ao discurso proposto pelo produtor, bem como é livre para associar seus “pressupostos” linguísticos, cognitivos, culturais, sociais, políticos e econômicos ao conteúdo literário que teve contato.

Le « public » défini comme ensemble social, aperçu et visé, de manière floue, mais prégnante, par l'« auteur ». C'est en ce lieu que la « place » du lecteur est aménagée, par le réseau de codes et de pratiques lectorales, qui induisent des guidages, et des types de comportements, qui doivent fonctionner dans leur entremêlement complexe, sur un mode de contradictions (PEYTARD, 1983)<sup>24</sup>.

No entendimento de Peytard (1983), o autor cria uma imagem prévia do público ao qual a mensagem se destina e, nesse processo, determina, de antemão, um papel discursivo estabelecido para o receptor que quiser aderir à posição de leitor, a partir da clivagem do mundo real ao ficcional. Para que se comunique com o produtor, o receptor precisa aceitar o contrato de comunicação saindo do mundo real (do fazer)

---

<sup>24</sup> “O público é definido como conjunto social, percebido e visado, de modo fluído, mas interiorizado, pelo ‘autor’. É nessa percepção que o ‘lugar’ do leitor é estabelecido, pelos códigos de rede e práticas de leitura, que induzem os caminhos e os tipos de comportamentos que devem funcionar dentro de seu complexo entrelaçamento do mundo de contradições”. (Tradução nossa).

para a instância do dizer, incorporando aspectos do papel de leitor criados previamente pela esfera da produção. Em minha visão, essas condições para que a comunicação ocorra pode ser aproximada à concepção do modelo de contrato de Charaudeau (1992; 2006; 2009a) para todo ato de linguagem.

A meu ver, as noções de “sujeito” no quadro do contrato de comunicação e no modelo de topografia peytardiano possuem alguns traços em comum, o que nos permitiria ampliar a concepção das movimentações dos atores no ato de produção e recepção discursiva.

Charaudeau (2012) esclarece já debateu com Peytard as noções de “scripturalité” (escripturalidade - capacidade de escrita) e de “estatuto do sujeito”, em um congresso da associação de professores de francês. Em termos históricos, Charaudeau (2012, p. 46) argumenta que o artigo de Peytard foi publicado no mesmo ano do livro “Langages et discours”<sup>25</sup>, “reprise d’une partie de ma thèse (1977), ouvrage dans lequel je proposais un schéma de la communication à quatre sujets que j’ai repris plus tard dans la revue Modèles linguistiques (Tome X), en 1988, sous le titre: «Une théorie des sujets du langage»”<sup>26</sup>.

No que tange à topografia peytardiana, as leituras estão em congruência com os objetos sociohistóricos e culturais, tendo o que Peytard (1983) denomina de “estilo de vida” localizado no “espaço das posições sociais”. O que é evidenciado no ato de ler não é a leitura em si, mas a atividade “ergo-textual” – a produção de sentidos do texto; ao mesmo tempo, mostra o lugar do leitor no vasto conjunto do público e as distâncias entre o leitor e o objeto livro. Esquemáticamente, a “topografia das instâncias do campo literário” assume a forma visual dada pela figura 2, a seguir:

---

<sup>25</sup> O livro foi traduzido no Brasil com o título “Linguagem e discurso”. Vide Charaudeau (2009a).

<sup>26</sup> “recuperação de uma parte de minha tese (1977), obra em que propus um esquema de comunicação aos quatro sujeitos que eu repeti mais tarde na revista “Modelos linguísticos” (volume X), em 1988, sob o título: “Uma teoria dos sujeitos da linguagem””. (Tradução nossa).

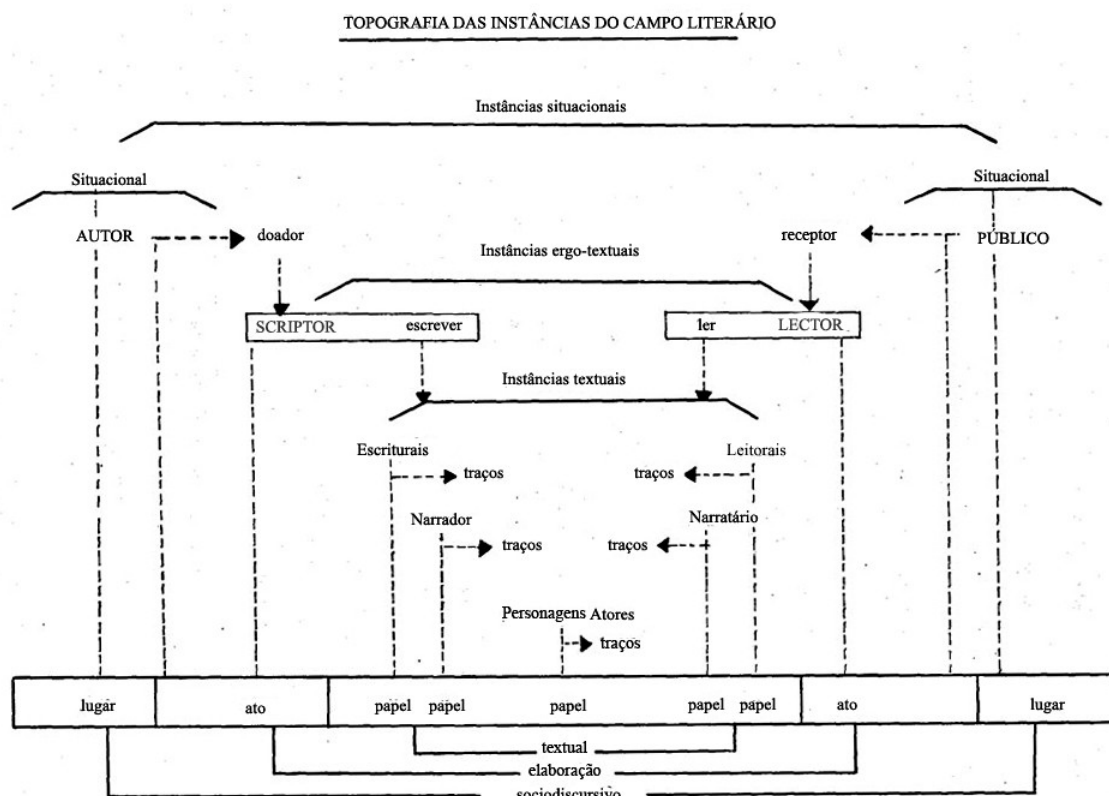


FIGURA 2 – Topografia das instâncias do campo literário.  
 FONTE – Peytard (1983). Tradução nossa.

O modelo acima (FIG. 2) permite a visualização de como ocorre o jogo discursivo, as relações entre os sujeitos e as possibilidades de movimentações nas posições dadas quando o meio comunicativo está centrado na obra literária. Nas instâncias situacionais, estão localizados o autor e o público em um plano sociodiscursivo. Ao assumirem as posições de doador e receptor no domínio da elaboração, tais sujeitos discursivos aceitam as condições do contrato de comunicação e se inscrevem na instância ergo-textual para representarem os papéis de scriptor (*scripteur*) e lector (*lecteur*). As ações de escrever e ler ocorrem na instância textual, que apresenta traços escriturais, do narrador, das personagens/atores, bem como traços leitorais e narratários.

O diagrama não é um sistema rígido que identifica um esquema de comunicação, assim como os antagonistas de uma conversação oral. Trata-se de uma vista prévia do jogo discursivo no campo literário, onde as peças de xadrez estão dispostas e o analista tem a possibilidade de conhecer, de antemão, as possibilidades de movimentações dadas aos sujeitos.

O esquema evidencia que o jogo discursivo não possui posições rígidas e determinadas entre os sujeitos durante os diálogos. O intercâmbio é cíclico e híbrido, onde as tomadas de posições variam a todo instante. A concepção de situação de comunicação charaudeana e a de topografia de Peytard (1983) podem indicar que, no instante em que se estabelece o sujeito enunciador, apenas define-se um ponto de partida didático (e temporariamente estático) dos papéis desempenhados pelos comunicantes e interpretantes, tendo em vista que, quando um sujeito receptor inicia seu turno de fala, ele deixa a posição de recepção para assumir a de emissor.

Ao estabelecermos um diálogo entre as esquematizações charaudeana e peytardiana, percebemos uma possibilidade de aproximação em dois circuitos: o do fazer e do dizer. O primeiro corresponde ao que Peytard denomina de instância situacional; o segundo, interno, unifica e simplifica as instâncias ergo-textual e textual. No contrato comunicacional da Teoria Semiolinguística, antes de interagirem dialogicamente, o Eu-comunicante e o Tu-interpretante (sujeitos empíricos psicossociais com intencionalidades próprias) já agem orientados pelo conhecimento prévio que possuem das características do contrato de comunicação que estão prestes a encenar. O ato de fala inicia-se quando o Eu-comunicante seleciona e implementa as estratégias de dizer. Nesse instante, esse sujeito assume o papel de Eu-enunciador e institui o outro, o Tu-destinatário (ser projetado no discurso do Eu). O ato concretiza-se somente se o Tu-interpretante aceitar as condições propostas pelo Eu-comunicante e o Eu-enunciador seja reconhecido em seu saber, poder e saber-fazer.

Nesses pontos de diálogo, Charaudeau (2012) esclarece sobre os pontos divergentes e possíveis similaridades dos esquemas:

*L'Auteur et le Lecteur de Peytard correspondent aux miens en tant que personne ayant une identité sociale et une expérience de vécu. L'Auteur, pour moi, l'écrivain, correspond au Scripteur de Peytard. En revanche, ce que j'appelle l'espace externe de la Situation de communication, avec son sujet double (Personne et Écrivain), englobe les deux instances, situationnelle et ergo-textuelle de Peytard avec les sujets Auteur et Scripteur. Mais ce qu'il nomme Instance textuelle correspond bien à mon espace interne du Dire (CHARAUDEAU, 2012, p. 49 : grifos do autor)<sup>27</sup>.*

---

<sup>27</sup> “[As noções de] *Autor* e *Leitor* de Peytard correspondem às minhas como uma pessoa com uma identidade social e experiência de vida. O autor, para mim, o escritor, corresponde ao *Scriptor* de

É no campo do dizer que as possíveis movimentações dos sujeitos discursivos de Peytard (1983) podem contribuir para pensarmos na hibridez de papéis a partir do quadro de Charaudeau (1992; 2009a). Em minha ótica, a visualização dos pressupostos papéis dos sujeitos nas instâncias ergo-textual e textual auxilia na compreensão de como ocorre a recepção midiática.

No modelo de Peytard, cada tomada de posição discursiva requer um processo de reconhecimento instável e complexo do receptor perante o emissor. Tal como esclarece Peytard (1983) em nota de rodapé,

Il importe aussi de ne pas céder aux vertiges des effets de symétrie. La place du repère « public » n'est pas l'image inverse de « l'auteur ». Le public se définit en un moment donné, comme ensemble de lecteurs multiples potentiel, doté d'images très diverses du champ littéraire, où l'auteur trouve sa propre place de définition. On ne fera pas non plus du lecteur l'inverse du scripteur : les deux, un acte les caractérisent. Mais banalement et immédiatement perçu, l'acte de lire n'est pas le symétrique d'écrire, si communs leur soient certains traits qu'ils partagent (PEYTARD, 1983)<sup>28</sup>.

O público não constitui imagem oposta e similar à do autor. Além disso, a relação comunicativa não é simétrica, determinando um repensar da concepção do fluxo de mão única para a interação midiática – proposta proveniente de estudos do campo de comunicação, tais como, o esquema behaviorista de Estímulo/Resposta e o modelo matemático de Shannon e Weaver (1964).

A dinamicidade da topografia de Peytard (1983) e do contrato de Charaudeau (1992; 2006; 2009a) está assegurada pela concepção de instância, designada pelo primeiro autor como a ligação do texto ou da inserção sociocultural deste a partir de um entrecruzamento de ações e reações que articulam essa

---

Peytard. Em contraste, o que eu chamo de espaço externo da Situação de comunicação, com seu duplo sujeito (pessoa e escritor), engloba as duas instâncias, situacional e ergo-textual de Peytard com os sujeitos Autor e Scriptor. Mas o que ele denomina instância textual corresponde ao meu espaço interno do Dizer”. (Tradução nossa).

<sup>28</sup> “Importa também não ceder às vertigens dos efeitos de simetria. O ponto de referência do ‘público’ não é a imagem inversa do ‘autor’. O público se define em um momento dado como conjunto de leitores múltiplos em potencial, dotados das imagens mais diversas do campo literário, onde o autor tem seu próprio lugar de definição. Não será mais o leitor o inverso do escritor: nos dois, um ato os caracteriza. Mas, banalmente e imediatamente percebido, o ato de ler não é simétrico ao de escrever, se certos traços que partilham forem comuns”. (Tradução nossa).



ligação. O conceito evita o que Peytard denomina de “efeito de personalização”, ou seja, toda imagem mais ou menos animista ou psicologizada.

A instância torna-se fundamental para a compreensão da noção de contrato de comunicação midiática de Charaudeau (1992; 2006; 2009a). Mais do que uma simples troca de palavras, estão em cena projeções de identidades sociais e discursivas, conhecimentos sociohistóricos e culturais dos atores envolvidos e constantes avaliações antes e após as tomadas de posições. Há fluidez nesse jogo discursivo e, a qualquer instante, o Tu-interpretante pode não deixar de encenar o papel imaginado de Tu-destinatário ou romper com o contrato.

O contrato comunicacional da Teoria Semiolinguística centra-se no processo dialético, na interação entre os sujeitos sociais e discursivos. O modelo teórico-metodológico não permite ainda uma incursão sobre o sujeito empírico no momento da recepção, especificamente, nas fases de interpretação, decodificação e codificação de sentidos. O processo de transformação do pensamento em linguagem não pode ser estudado por esse viés teórico. Aliás, até o presente momento, não se pode ter acesso aos pensamentos do sujeito, mas só às materialidades linguísticas produzidas, sejam elas simuladas ou não.

### **1.1.3. A questão da recepção revisitada**

No presente tópico, repensamos a questão da recepção na Teoria Semiolinguística, a partir de duas ponderações: a) a situação de comunicação é dialógica e o sujeito receptor é um ator ativo<sup>29</sup>; b) as margens de manobras e construções simbólicas dos receptores não estão totalmente condicionadas às imagens e papéis estabelecidos pelos sujeitos.

Consideramos a hipótese de que o Tu-destinatário não precisa estar totalmente imerso na imagem projetada para que uma troca simbólica ocorra. Assim, objetivamos ponderar que, no discurso televisivo, o contrato firmado entre os

---

<sup>29</sup> Por sujeito receptor ativo, entendemos como o oposto de passividade e falta de crítica. Com isso, os conteúdos transmitidos podem ser modificados em seus sentidos projetados na instância de recepção.

interlocutores opera mais como um “pacto de promessas”, tal como argumenta Jost (2012, p. 30), do que uma posição discursiva estanque e rígida: “o autor torna-se um ator entre os outros da comunicação”. O projeto de fala da enunciação não é um ato isolado: trata-se de uma co-construção de sentidos. Entendemos que a situação é dada em uma dupla dimensão: 1) um contrato entre quem participa do jornal; 2) um contrato entre jornal e telespectador, instância onde ocorre o pacto de promessas.

As imagens projetadas para a troca linguageira funcionam, a nosso ver, como jogo de expectativas e não como acordos pré-determinados e fechados, os quais imputariam a obrigação, àquele que aceita, de adotar todos os passos e regras previstos e impostos pela instância produtora. Mesmo que identificado e se aproximando das diretrizes do papel de Tu-destinatário, o receptor pode variar os papéis e ações, com habilidades para sair e reingressar do/no contrato de comunicação a qualquer instante.

Na trilha dos pensamentos de Mari (2002), compreendemos que a noção de contrato de comunicação charaudeana precisa ser revista, tendo em vista a necessidade de conceituar e objetivar os procedimentos de análise da recepção. O conceito charaudeano de contrato pode ser considerado como condições pré-estabelecidas pelos sujeitos da comunicação que configuram o lugar de produção dos sentidos e pressupõe regras interdependentes da identidade dos parceiros da troca linguageira, do tipo de veículo/canal/suporte dos enunciados e da finalidade da situação de comunicação. Assim como Mari (2002, p. 38), entendemos que não existe contrato “*ad perpetuam*”, eternos e irreversíveis, apesar do conteúdo dever ter certa estabilidade identificada na regularidade esperada para o gênero discursivo.

O desafio teórico-metodológico nesse âmbito é a inserção do sujeito interpretante enquanto ator crítico e ativo no processo de enunciação. Os sujeitos enunciador e receptor desenvolvem múltiplos papéis discursivos durante os turnos de fala, o que rompe com a noção de um diálogo assegurado pelas condições do contrato de comunicação.

Na concepção de Mari (2002), considerar que o texto é projetado para um leitor “ideal” é apenas um artifício para não se aprofundar na conceituação da instância de interpretação, não mostrando resultados efetivos para as análises. Com isso, deve-se repensar a instância de recepção como simples audiência, público, destinatário, enfim, sujeitos interpretantes condicionados e previamente planejados pela instância de produção. Nesse quesito, a posição do referido autor é:

(a) a produção não determina a recepção, a interpretação; (b) o locutor não tem controle sobre a ação interpretativa do alocutário; (c) não existe nenhum sistema de regras, de princípios (já formulado) que justifique o trabalho de interpretação, de modo efetivo (MARI, 2002, p. 45).

As afirmações de Mari têm implicações teóricas e metodológicas que demandam avançar no terreno pouco explorado, até então, pela Teoria Semiolinguística. No quadro charaudeano dos sujeitos, a instância de produção não tem o poder de sobredeterminar a inserção plena dos sujeitos interpretantes nos papéis de destinatários, nem de controlar as movimentações do processo interpretativo e de produção de novos sentidos. O receptor possui, portanto, margem de manobra para ajustar as estratégias de leitura/recepção, ao considerarmos que a projeção de imagens dos parceiros da troca linguageira é um ato de intenção, em que a produção tenta mapear as possíveis movimentações dos sujeitos interpretantes e destinatários. Segundo a visão de Mari (2002, p. 50), diante do contrato de comunicação, o produtor não pode identificar as condições de interpretação do texto, pois os receptores não são previsíveis, já que o comportamento é aleatório. “Afim, os cidadãos leem, compreendem, interpretam, fazem ilações e esse *realismo direto* não pode ser desconsiderado, enquanto fator determinante para a leitura” (MARI, 2002, p. 51: grifos do autor).

Nesse cenário de indagações e necessidade de outros constructos teóricos para abranger a recepção na Teoria Semiolinguística, entendemos que o receptor não tem papel secundário na interação, não sendo passivo e acrítico. Tal como Mari (2002), ponderamos se as estratégias e regras projetadas na situação contratual de comunicação são as mesmas que as utilizadas e empregadas na interpretação.

O modelo teórico do espaço lógico de interlocução proposto por Jacques (1985) nos auxilia a compreender que o discurso é um jogo sob regras, onde a identidade dos interlocutores não é indiferente: é um domínio e condição de emergência de relações entre os sujeitos. A interlocução, nesta vertente, não é simplesmente o ato de falar com o outro: ela determina uma “condição fundacional” do dizer e está vinculada à realidade exterior do discurso e à complexidade enunciativa. A situação de comunicação se altera na irrupção e também durante a

interação, apesar de conter regularidades que marcam características do “contrato” e do jogo de expectativas de produtores e receptores,

Jacques (1985, p. 24-25) explica que a ato de linguagem não pode se fechar sobre ele mesmo sob pena de não poder indicar nem o sentido de seu conteúdo nem o seu valor comunicacional. Na ótica do referido autor, todo jogo de linguagem é uma ação comunicativa, o que implica no repensar, segundo o referido autor, sobre a polaridade benvenistiana Eu/Tu, a qual não significa nem igualdade nem simetria. O discurso é assimétrico e depende da interlocução para que a comunicabilidade seja assegurada. Como os enunciados são co-construídos e os participantes da situação de comunicação são, em quaisquer papéis discursivos, seres críticos e ativos, não existem regras perenes e totalmente estáveis no contrato de comunicação.

Para Jacques (1985, p. 76-79), a linguagem é um ato vivo vinculado às condições de sua emergência. Essa noção implica que o discurso se estabelece em uma não autonomia em decorrência da condição do diálogo, ou seja, emerge em dada situação de comunicação regido por regras (parcialmente estáveis) de comunicabilidade orientadas, ao que a Semiologia denomina, pelo parceiro da troca linguageira. O outro é, portanto, condição constitutiva do dizer: “l’autre est condition constitutive pour qu’on parle, non objet dont on parle et dont on puisse jamais se faire une image fidèle<sup>30</sup>”, atenta Jacques (1985, p. 85).

O dizer do enunciadador é condicionado por e pelo outro a quem se dirige a fala, em um processo em que já são supostas e incorporadas as respostas esperadas do interlocutor. Nessa dinâmica, de acordo com Jacques (1985), o diálogo não é uma simples discussão, comportando uma regulação própria, uma pertinência; tais preceitos de emergência do dizer são caracterizados pela Teoria Semiologia como as condições do contrato da situação de comunicação.

Na visão de Jacques (1985, p. 99), “si donc il existe une canonique du dialogue, elle commence par spécifier au discours la méta-règle d’équité discursive<sup>31</sup>”, onde não há sobredeterminação e prevalência de posições dos

---

<sup>30</sup> “O outro é condição constitutiva para aquele que fala, não objeto do que ser falado e do qual nunca podemos obter uma imagem verdadeira”. (Tradução nossa).

<sup>31</sup> “Portanto, se há um diálogo canônico, ele começa por especificar ao discurso a meta-regra de equidade discursiva”. (Tradução nossa).

sujeitos em interação, tendo em vista a fluidez das trocas de papéis, já que mesmo o enunciador vê o dizer produzido atrelado ao outro. A polarização emissor/receptor, a nosso ver, se estabelece mais como uma divisão metodológica e didática para se compreender o processo de comunicação; na prática, as trocas de papéis são mais dinâmicas e híbridas.

O trabalho de Jacques (1985) e os projetos charaudeano e peytardiano recolocam o sujeito no centro e comando do ato enunciativo. Todavia, Jacques acentua que a enunciação se faz em relação com o outro e não como um ato isolado de apropriação da língua. Para este autor, não podemos nos contentar com o modelo triádico simplificado de comunicação:

“Dès maintenant, on voit que si les partenaires ont le statut de corrélatifs re-suscités par la relation, nous ne pouvons nous contenter d'un modèle triadique simplifié, comportant avec l'individu qui parle, l'individu qui répond et l'objet dont ils parlent. La relation de mutualité interlocutive introduit une tension dialogale qui exige que les partenaires viennent à eux-mêmes comme personnes, en se tenant hors d'eux-mêmes comme individus, dans l'unité inquiète de leur fragile relation<sup>32</sup>” (JACQUES, 1985, p. 100-101).

Segundo o autor, a relação semântica de base não é diádica, tal como prevista no Curso de Linguística Geral de Saussure, a qual se constituiria somente na relação entre significante e significado. De modo correlato, tal relação também não se estabelece de modo triádico, dado na somatória: signo, sentido e referência. Para Jacques (1985, p. 153), o suporte comunicacional está na associação do sistema de signos, das instâncias enunciativas em relação, do sentido e da referência. Isso determina pensar o significante enquanto um processo, em que as significações devem ser autorizadas, explica o autor. Desse modo, a situação de comunicação envolve, conforme Jacques (1985), a materialidade do significante, a referência e a interlocução.

A ótica de Jacques segue o pensamento bakhtiniano: a significação não pode se fechar sobre um processo unilateral; sua estabilização é impossível. Porém,

---

<sup>32</sup> “A partir deste momento, vemos que se os parceiros têm o estatuto de correlativo ressuscitados pela relação, não podemos contentar com um modelo triádico simplificado, comportando o indivíduo que fala, o indivíduo que responde e o objeto do qual falam. A relação de reciprocidade interlocutiva introduz uma tensão dialógica que exige que os parceiros venham a si mesmos como pessoas, permanecendo fora deles mesmos como indivíduos, na unidade inquieta de sua frágil relação”. (Tradução nossa).

se distancia de Bakhtin no conceito de dialogismo, propondo uma interlocução heterogênea marcadamente condicionada pela presença dos sujeitos em interação. O dialogismo qualificaria um tipo de orientação versus o discurso do outro. Jacques (1985) retoma, com isso, a condição dialógica do discurso enquanto atividade dinâmica de co-significância: todo discurso é dirigido a uma resposta e não pode escapar à influência profunda do discurso-réplica previsto.

Conforme o pensamento de Jacques (1985, p.144), os atos de linguagem emergem, portanto, da interação comunicativa, da relação interlocutiva. Para que exista a comunicabilidade entre os sujeitos, o referido autor traça quatro paradigmas, a saber:

- “1° Toute communication par signes dérive d’une relation de réciprocité entre instances énonciatives au titre de ses effets dynamiques;
- 2° Le sujet parlant est le siège d’une compétence communicative qui le rend capable d’actualiser en relation plusieurs stratégies d’interaction;
- 3° Toute communication effective actualise la partie commune du système virtuel des significations disponibles (le code commun);
- 4° Cet effort d’actualisation est transgressif : il demande aux interlocuteurs d’engendrer les fragments discursifs à partir de leurs contextes et codificateurs (partiellement) propres<sup>33</sup>” (JACQUES, 1985, p. 498).

O modelo de espaço lógico de interlocução do referido autor (1985) nos aponta para concepção basilar de que o objeto languageiro não é o signo e nem a fala, mas o dizer, constituído em relação com o outro. A comunicação deve ser compreendida, portanto, como uma atividade co-enunciativa entre duas partes ativas. A instância de produção não se assume enquanto tal sem a presença, mesmo que imaginada, da recepção. Em suma, o Eu não se constitui identitariamente e linguisticamente sem o Tu.

---

<sup>33</sup> “1° Toda comunicação por sinais deriva de uma relação de reciprocidade entre as instâncias enunciativas sob seus efeitos dinâmicos; 2° O sujeito falante é o lugar de uma competência comunicativa que o torna capaz de atualizar em relação as várias estratégias de interação; 3° Toda comunicação efetiva atualiza a parte comum do sistema virtual de significados disponíveis (o código comum); 4° O esforço de atualização é transgressivo: ele demanda aos interlocutores engendrar os fragmentos discursivos a partir de seus contextos e codificadores (parcialmente) próprios”. (Tradução nossa).

A partir da exposição realizada acima, nos interessa repensar a situação de comunicação da Teoria Semioliológica, incorporando a fluidez e atividade crítica dos papéis desempenhados pelo receptor.

Ao propor uma aproximação da Teoria Semioliológica aos Estudos da Tradução, Eliana Mendes (2008) lança um olhar sobre contrato comunicativo charaudeano no âmbito da tradução, atentando para a possibilidade de o tradutor desempenhar – ao mesmo tempo – a função de Tu-interpretante e Eu-comunicante, ainda alocado na esfera da recepção:

outra possibilidade de análise seria a seguinte: Guimarães Rosa seria o EU comunicante. O tradutor Meyer-Clason seria um duplo: ao mesmo tempo o TU Interpretante, e um outro EU comunicante (EUc) numa mesma entidade, a que se poderia chamar de TU tradutor (TUt) empiricamente identificado como o tradutor alemão. Esse TU tradutor teria como parceiro um TU destinatário, que seriam os leitores da tradução de Rosa. O TU tradutor retomaria o circuito interno do *dizer*, de iniciativa de Rosa, incorporando o EU enunciador e o TU destinatário, gerando assim a tradução (MENDES, 2008, p. 34).

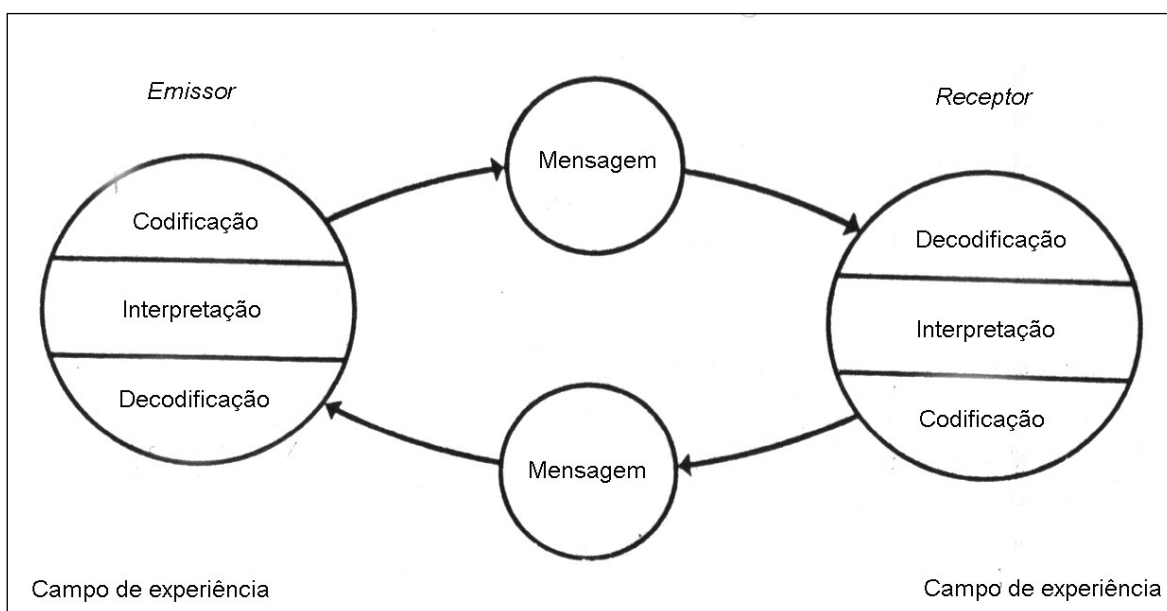
A transformação de um texto em outro ocorreria no mesmo contrato e teria como pano de fundo a emissão de sentidos do original; a recepção desta obra, interpretação e produção de sentidos por parte do tradutor. Nessa perspectiva, rompe-se com a imagem estanque do receptor. Os sujeitos podem, assim, desempenhar múltiplos papéis enunciativos sem se deslocarem na instância prévia a qual estão inseridos.

Esse modo de perceber a recepção pode ser também explicitado por meio do pensamento de Schramm (1970). O autor compreende que a comunicação é um processo cíclico dado em três polos essenciais e interdependentes, a saber: fonte, mensagem e destinatário. A fonte é o emissor de mensagens. A mensagem seria o correspondente ao enunciado, um sinal linguístico que pode ser interpretado de acordo com o sentido previsto pelo emissor. O destinatário trata-se do receptor convencionalmente visto no campo da Comunicação.

Na proposição de Schramm (1970), após ser codificado e emitido, o sentido da mensagem não está mais sob controle do emissor; em um paralelo entre o campo de estudos da Comunicação e a Teoria Semioliológica, tem-se a projeção de efeitos de sentidos, nos termos charaudeanos. Os enunciados emitidos se chocam com o quadro de referência linguística, social, histórica, política e cultural do

interlocutor, constituindo “o patrimônio de “saber” do receptor: a sua posição ideológica, ética, religiosa, as suas disposições psicológicas, os seus gostos, os seus sistemas de valores etcetera” (ECO, 1979, p. 379). Assim, a codificação de sentidos na instância da recepção depende do embate entre a mensagem “recebida” e os saberes prévios dos sujeitos.

A esquematização de Schramm prevê uma constante troca de posições entre produtores e receptores, sem papéis fixos. O ato comunicativo é marcado uma situação de diálogo cíclico e em constante negociação. O referido autor considera a comunicação enquanto um processo de retroalimentação, evidenciado no quadro a seguir:



QUADRO 1 – O processo de comunicação de Schramm

No processo individual de percepção de uma mensagem, existem etapas. A atividade receptiva já começa com o contato no momento de *decodificação*. O receptor está diante de aspectos técnicos e características do meio; na linguagem televisiva, estão, por exemplo, o tamanho da intérprete no vídeo, enquadramento, cores, qualidade do sinal da emissão, horário que o telejornal é visto, composição do cenário, dentre outros. Posteriormente, segue-se para o momento de *interpretação*, quando ocorrem os processos psico-socio-cognitivos do embate entre os conhecimentos prévios do receptor e os “novos” dados projetados pelo produtor. A produção de sentidos sobre a mensagem decodificada e interpretada se materializa no momento de *codificação*; seria a resposta efetiva dada pelo receptor.



Como visto acima, as etapas do processamento cognitivo e discursivo de uma mensagem constituem atividades seletivas e não absorções sem filtros. Em todos os momentos (decodificação, interpretação e codificação), o receptor atua ou não, contrastando e questionando – de forma mais ou menos acentuada – as informações recebidas com seus saberes prévios. O projeto de fala do produtor se efetua como visada discursiva, nos termos charaudeanos, ou seja, um jogo de expectativas direcionado a um interlocutor imaginado. Nessa ótica de Schramm (1970), imerso dentro de um contrato comunicacional, o receptor não possuiria liberdade interpretativa plena; nem o emissor possuiria total controle sobre os sentidos produzidos. A constante atividade de construção e reconstrução das mensagens diluiria as possibilidades de um dizer ser compreendido do mesmo modo como emitido.

Evidentemente, o processo de comunicação, na visão de Schramm (1970), está atrelado a uma interação face-a-face. No caso da mídia televisiva, a atividade responsiva dos telespectadores não pode ser efetuada pelo mesmo dispositivo e mesmo instante temporal; é um processo de “quase-interação mediada”, segundo Thompson (1998), em que os enunciados são produzidos em momentos anteriores aos da recepção, ocorrendo um deslocamento temporal e espacial da mensagem. Na TV, a “conversa” entre receptor e emissor pode ocorrer, por exemplo, por meio de telefonema para a central de atendimento da emissora; envio de carta, e-mail, postagem em sites e blogs; atualmente, a interação acontece também com a incorporação de mensagens postadas em redes sociais da internet durante os programas televisivos ao vivo.

No âmbito de pensar a recepção na Análise do Discurso, Giacomini (2010, p. 61) considera que há incerteza sobre como os sujeitos interpretarão os discursos recebidos, considerando a existência de uma “zona de recepção discursiva”, a qual “seria um espaço de indeterminação”. Em meio às pistas deixadas pelos sentidos projetados pelo produtor, o receptor é livre para (des)construir e formular “outros” significados conforme os saberes e convicções prévias. No estudo da doutrina como atividade interpretativa-enunciativa da lei, Giacomini (2010, p. 65) questiona a inexistência de teorias e modelos de análise que apontem “como os discursos seriam de fato recepcionados”.

Diante das ponderações do referido autor, compete aqui retomar a visão Hall (2003, p. 400-401) sobre os possíveis caminhos que o receptor pode tomar

durante o ato de receber/ler um texto: a primeira forma de “leitura” é a “dominante”, quando o receptor reconhece o código, o aceita e ressignifica a mensagem de acordo com o projeto de fala do emissor; a segunda possibilidade é a *leitura negociada*, na qual o receptor resiste parcialmente às projeções de sentido do emissor, modificando os significados do enunciado conforme seus saberes prévios; por fim, existe a hipótese de uma *leitura oposicional ou contra-hegemônica*, em que o receptor se posiciona contrariamente ao projeto de fala do emissor, compreendendo o sentido projetado, mas rejeitando-o com base nos próprios saberes de conhecimento e de crença.

Interessante apontar que, tal como Mendes (2008), Schramm (1970), concebe a possibilidade de o receptor atuar como produtor de sentidos sem sair plenamente da instância de recepção. No caso da proposta de Mendes, o Tu-interpretante, sujeito real, pode desempenhar um ou mais papéis discursivos na instância do dizer concomitantemente. Com isso, percebemos que o receptor é um ator e a atividade receptiva é uma ação, ou seja, também se configura como projeção de outros sentidos e não somente a incorporação de mensagens.

Como visto, Schramm (1970) foca no estudo da interação entre parceiros de troca linguageira, com papéis dados no que a Teoria Semiolinguística denomina de instância do fazer: seriam sujeitos reais (não discursivos) que poderiam ser aproximados do Eu-comunicante e Tu-interpretante.

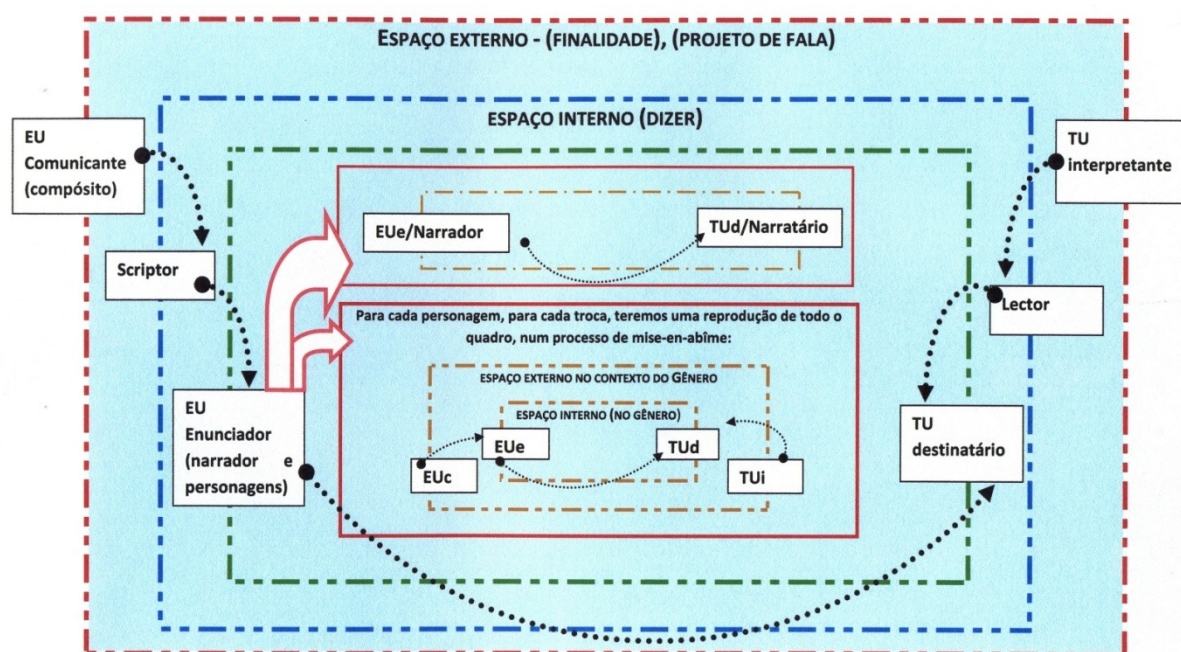
As visões relatadas acima abrem espaço para mostrar que o receptor tem o poder de alterar parcialmente as condições e regras implícitas, bem como simular, mascarar e não incorporar totalmente as imagens de Tu-destinatários previstas. De modo consonante, os sentidos interpretados e codificados podem ser alterados intencionalmente pelo receptor, conforme alerta Hall (2003). O receptor pode, com isso, ser considerado um co-enunciador de sentido.

Conforme Mari (2002, p. 56-57), são três os entraves para se pensar a recepção como ativa: as condições textuais da situação de comunicação restringem a atuação e o percurso interpretativo do receptor; as estratégias discursivas se expressam como intenções que são acionadas e percebidas nos atos de leitura, fazendo os sentidos moverem-se; por fim, a atividade empírica dos receptores no processo de interpretação se estabelece como um espaço aberto para conhecimento do outro. A esta última dificuldade, a nosso ver, está alinhada com o objeto da Análise do Discurso, a qual somente tem acesso à materialidade

linguística dos sujeitos e, mesmo uma tentativa de se pensar o processo de interpretação, perpassa pela produção de sentidos do receptor, do relato deste sobre os caminhos que ele fez durante a produção da leitura.

Para conceber teoricamente os caminhos para uma análise do discurso da recepção, Machado & Mendes (2013) propõem um repensar sobre o quadro dos sujeitos da linguagem da Teoria Semiolinguística, em uma aproximação com os percursos dos sujeitos na “Topografia das instâncias do campo literário” de Peytard (1982).

O “Quadro dos sujeitos da linguagem adaptado para gêneros como modo de organização narrativo” pode ser visualizado a seguir.



QUADRO 2 – Percursos dos sujeitos em gêneros com modo de organização narrativo  
Fonte: Machado & Mendes (2013)

Machado & Mendes (2013) entendem a necessidade de inserção das figuras do *scriptor* e *lector*, previstos na Topografia peytardiana, ao quadro dos sujeitos da linguagem da Teoria Semiolinguística. As autoras argumentam que operam novas projeções de Eu-comunicante, Eu-enunciador, Tu-interpretante e Tu-destinatário a cada turno de fala com troca de personagens na reportagem televisiva, em um processo de “*mise-en-abîme*”, ou seja, narrativas que contém outras narrativas dentro do próprio dizer. Logo, não existe somente um papel de enunciador e de receptor desempenhados nos turnos de fala na narrativa

audiovisual midiática; são múltiplas as possibilidades e as adesões ao diálogo também variam em intensidade, dependendo do comportamento do sujeito interpretante. Trata-se somente de uma forma de tentar pensar a questão, sem dar ainda uma resposta efetiva ao problema, pensando aqui no que Mari (2002) aponta como condições necessárias para o estudo efetivo da recepção.

Diante dessa mirada, a veiculação de novas narrativas dentro de uma reportagem televisiva levaria a necessidade do receptor de se reposicionar constantemente e se multiplicar em distintos sujeitos para atuar diante das inúmeras e diversas imagens de Tu-destinatário projetadas. A cada novo papel de Tu-destinatário, as ancoragens e avaliações do Tu-interpretante se revelam, o que culmina em um constante repensar sobre as condições do contrato de comunicação. Por exemplo, no duplo contrato de informação e captação da matéria telejornalística, o receptor pode se enquadrar como parte da ‘instância cidadã’ durante a narração do *off*, porém, diante da fala de um entrevistado, a antipatia pode se sobressair no processo simbólico, o que faz sujeito receptor rejeitar esta narrativa; finalizado o trecho da entrevista, o Tu-destinatário pode se ancorar nos novos papéis de recepção projetados e continuar no papel de “cidadão” e nos demais que se identificar.

Por conseguinte, questiona-se a onipresença do papel estável do Tu-destinatário diante do movimento de “mise-en-abîme” do discurso telejornalístico. O Tu-interpretante não precisaria encenar 100% do papel previsto como Tu-destinatário – e a todo o momento – para que a interação com a mídia ocorra. Assim, a nosso ver, a recepção seria fragmentada, fluída e instável, em um ritmo que não poderia ser controlado e determinado – com certeza e precisão – pelo produtor. Diante do televisor ou de quaisquer dispositivos, o receptor tem a opção de simplesmente romper e simular parte dos papéis previstos na enunciação, tal como refutar os enunciados ou simbolizá-los parcialmente por discordar do programa ou não gostar da entonação do apresentador.

### 1.1.3.1. A recepção de uma obra por outra, de texto por outro

Em uma produção discursiva como uma notícia jornalística, o texto é construído polifonicamente, com acesso a outros saberes da esfera social para se construir e projetar sentidos sobre o acontecimento. No âmbito da recepção, podemos compreender que o Eu-comunicante exerce – ao mesmo tempo – os papéis de Tu-destinatário e Eu-enunciador, codificando novos sentidos para os saberes recebidos. Ao considerar que o Eu-comunicante de uma matéria jornalística é compósito, sendo formado por distintos atores, a situação de comunicação se torna mais complexa: são vários sujeitos que recebem e produzem sentidos para a produção de uma reportagem.

Para nós, o ato de enunciação, em si, é um processo de retroalimentação, ao mesmo tempo, enunciativo e receptivo. Conforme Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979), nenhum discurso é novo, sendo uma reconstrução de discursos dos outros. Authier-Revuz ([1984] 2013) reconhece a presença do outro na enunciação, defendendo a existência do interdiscurso que perpassa todo dizer, um “diálogo interno”, em que o sujeito confronta os dizeres na cognição para produção de outros sentidos:

Les mots sont toujours, inévitablement, ‘les mots des autres’ : cette intuition traverse les analyses du plurilinguisme et des jeux de frontières constitutifs des ‘parles sociaux’, des formes linguistiques et discursives de l’hybridation, de la bivocalité qui permettent la représentation en discours du discours d’autrui (AUTHIER-REVUZ, [1984] 2013, p. 98)<sup>34</sup>.

A tomada da palavra é sempre a reconstrução do discurso do outro. Essa reapropriação pode ser exemplificada nas etapas da recepção esquematizadas no modelo de processo comunicativo proposto por Schramm (1970), no qual a ação de receber uma mensagem está atrelada às fases de decodificação, interpretação e codificação.

---

<sup>34</sup> “As palavras são, inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’: essa intuição atravessa as análises do plurilinguismo e os jogos constitutivos das ‘falas sociais’, das formas linguísticas e discursivas de hibridação, da bivocalidade que permite a representação no discurso do discurso do outro”. (Tradução nossa).

O sujeito tem que dividir seu espaço discursivo com o outro. O sujeito e o outro entram em disputa do campo discursivo. O sentido é, com isso, subjetivado, tornando-se heterogêneo. Por meio da heterogeneidade discursiva, o sujeito está em constante negociação em busca de unidade e dominância, de ser a fonte do discurso. Segundo Authier-Revuz ([1984] 2013), existem duas formas de heterogeneidade discursiva: mostrada e constitutiva. A primeira é perceptível nas formas do discurso do outro ao longo de um texto; as marcas mais evidentes são: uso de citações e referências. Já a heterogeneidade constitutiva é marcada pela interdiscursividade, em que os discursos do outro não são facilmente detectáveis no discurso, podendo ser identificada por meio de vestígios.

A notícia telejornalística é um exemplo dessa heterogeneidade discursiva, no conceito da referida autora: as marcas da presença do outro se evidenciam nos discursos mostrados (discurso indireto livre, paródia, ironia) ou relatados (discurso direto e/ou indireto). Contudo, essas pistas são as mais nítidas. Na construção do que seria o dizer próprio do repórter, por exemplo, estão presentes reapropriações e reconstruções de saberes acionados para o relato de determinado acontecimento; emergem outras vozes durante o ato enunciativo fora das categorias mais evidentes da heterogeneidade discursiva. De acordo com Voloshínov e Bakhtin (1979), todo enunciado é marcado pela alternância de sujeitos do discurso, ou seja, é construído polifonicamente.

Na perspectiva acima, a própria escolha lexical do emissor está condicionada: (I) a aprendizados anteriores - ao arcabouço linguístico, discursivo, psico-socio-histórico e cultural; (II) a condições contratuais da situação de comunicação; (III) e a incorporação e embates com outras vozes recebidas; (IV) constante leitura crítica sobre os objetos e fatos do mundo. O emissor é, portanto, atravessado por discursos de outros e, no ato de enunciação, se depara com frequentes atividades receptivas para que o dizer seja produzido. Com isso, ocupar o papel de produtor é apenas um retrato temporalmente marcado em meio a um processo cíclico, dinâmico e fluído. Na prática, os sujeitos atuam como produtores e receptores ao mesmo tempo, sem posições estanques.

Para Giacomini (2010), com base nas ideias de Charaudeau (2009) e Mari (2002),

Com efeito, o “outro” passaria, considerando-se agora a idéia de sujeitos da linguagem, a tornar-se uma preocupação para se considerar uma instância de recepção discursiva articulada com uma idéia de constituição dialógica do discurso. O “outro”, com isso, pode ter o poder de se apropriar do discurso e extrapolar os limites de interpretação, se é que eles realmente existem (GIACOMINI, 2010, p. 76-77).

Nessa vertente, o Tu-interpretante, no papel de Tu-destinatário, é também um ser construtor de sentidos e pode conferir significados para além dos pretendidos pelo emissor na mensagem.

A afirmação acima de Giacomini (2010) pode ser atestada se considerarmos que o contrato da situação de comunicação da Teoria Semiollingística, conforme Jost ([2012] 2013), poderia ser entendido mais como um determinado acordo prévio de promessas, em que as cláusulas poderiam ser desfeitas e refeitas a qualquer momento. Logo, o Tu-destinatário teria o poder de ir além dos sentidos projetados pelo Eu-enunciador. No contrato da comunicação midiática, o emissor não teria qualquer controle sobre a ação do receptor após a veiculação da mensagem.

No tópico anterior, apresentamos o ponto de vista de Hall (2003) sobre os possíveis percursos de leitura do sujeito. Com base nessa ótica, admitimos a possibilidade do receptor falsear, manipular, inventar e transgredir<sup>35</sup> tanto os papéis de Tu-destinatário quanto os sentidos transmitidos pelo Eu-enunciador. A questão que nos colocamos é se, para “extrapolar os limites de interpretação”, o receptor deve sair ou não do papel previsto de Tu-destinatário ou pode atuar com dois ou mais papéis discursivos concomitantemente.

Já discurremos anteriormente que o receptor procura se identificar com os múltiplos papéis de Tu-destinatário em uma mesma notícia, ou seja, a cada momento do enunciado telejornalístico (entrevista, *off*, manchete, nota pé e demais recursos de composição da matéria audiovisual), o interpretante se vê na necessidade de encenar novos papéis.

Em nossa visão dessa problemática, o Tu-destinatário pode representar papéis discursivos híbridos e múltiplos. O interpretante tem a opção (e o poder) de

---

<sup>35</sup> A transgressão é entendida aqui como ruptura individual com os padrões de sentidos esperados para a leitura idealizada de um texto.

apresentar alguns traços de Tu-destinatário projetado, não se enquadramento plenamente na figura pretendida pela instância de produção ou até fingir que atua na posição prevista pela situação de comunicação quando, “verdadeiramente”, se ancora em outros papéis receptivo-enunciativos.

Sendo assim, a comunicação entre os pares não ocorre pela adesão plena às imagens de destinatário projetadas pelo enunciador: apenas algumas marcas discursivas são suficientes para o desempenho da atividade receptiva – mas, ao mesmo tempo há uma abertura para a imprevisibilidade, que não pode ser mensurada.

Na visão de Giacomini (2010, p. 102), o quadro comunicacional é uma relação dialógica pautada na “responsividade-ativa”: os sujeitos do discurso não poderiam ser concebidos como polarizados, tendo em vista que as relações entre os sujeitos não estariam vinculadas somente ao circuito do “fazer” do contrato comunicacional, estando presente também “no processo do dizer interpretando, onde haveria uma leitura interdiscursiva dos discursos”. O ato de leitura seria uma atividade interpretativa do sujeito interpretante, tendo o “poder para se construir um efeito de sentido que estaria direcionando outras interpretações ou outras leituras”, afirma Giacomini (2010, p. 103).

Nessa perspectiva de ação co-constitutiva de enunciados, o termo “espectador crítico” de Livingstone e Lunt (2009, p. 111) marca discursivamente a necessidade de pensar a recepção de modo mais profícuo, revelando: a) o estatuto de poder que o espectador confere ao texto<sup>36</sup> recebido; b) os recursos interpretativos que o receptor mobiliza; c) a relação que ele estabelece entre o texto e outras formas de conhecimento.

Chabrol e Camus-Malavergne ([1994] 2013, p. 8) procuram compreender a diversidade das estratégias de leitura, propondo que “la compréhension n’est pas une réponse automatiquement engendrée par les stimuli linguistiques”<sup>37</sup>. Os autores pretendem romper com o saber cristalizado da recepção automatizada, do receptor passivo e manipulado, partindo da premissa de que produtores e receptores

---

<sup>36</sup> A noção de texto aqui deve ser compreendida em uma dimensão mais ampla: discursos verbais e não-verbais.

<sup>37</sup> “A compreensão não é uma resposta automática engendrada pelos estímulos linguísticos”. (Tradução nossa).



desenvolvem atividade criativa. A recepção se estruturaria com base em (a) conhecimentos conceituais e linguísticos, os quais seriam ativados pelo texto (discurso); (b) em estratégias adaptadas aos objetivos projetados para o leitor.

Os referidos autores realizaram um experimento com grupos de estudantes franceses, em que os participantes foram expostos a um trecho de notícia sobre o discurso político de François Mitterrand<sup>38</sup>. A análise proposicional da compreensão indica que as turmas estudantis tomaram seis percursos distintos de leitura. Anteriormente, com Hall (2003), vimos que existiriam apenas três caminhos para a interpretação dos sentidos de um enunciado.

As categorias levantadas por Chabrol e Camus-Malavergne são: “proposição equivalente ou paráfrase”; “dedução polemizadora”; “dedução explicitante”; “mudança de significado”; “interpretação errada”; “interpretação sem sentido”. Os referidos autores constataram que as estratégias de leitura dos receptores não são as mesmas. Por exemplo, frente às deduções, Chabrol e Camus-Malavergne afirmam que a desestruturação argumentativa está vinculada à produção de inferências necessárias para compreensão do texto. Nas conclusões desses autores,

Si certaines caractéristiques sémio-linguistiques favorisent la saisie de la surface textuelle, elles ne stimulent pas en revanche la production d'inférences ; d'autres au contraire activent cette production et contraignent l'écouter à une récupération créative<sup>39</sup> (CHABROL; CAMUS-MALAVERGNE, [1984] 2013, p. 21).

A partir da pesquisa com universitários franceses, Chabrol e Camus-Malavergne ([1984] 2013) ressaltam que as observações sobre dados coletados partiram de contexto controlado: uma observação de leitura ocorrida em tempo real no laboratório. Nessa conjuntura de recepção, os referidos autores verificam que os jogos e contratos de comunicação foram modificados pelos leitores. Mesmo que tente pré-determinar o modo de entrada na superfície textual e a leitura, o emissor não tem controle sobre os percursos do Tu-interpretante na posição de Tu-

---

<sup>38</sup> A notícia de Mitterrand foi publicada na edição de 20 de dezembro de 1993 no jornal francês *Le Monde*, sob o título “M. Mitterrand ‘surpris et offusqué’ (Mitterrand ‘surpreso e ofuscado’)”.

<sup>39</sup> “Se determinadas características semiolinguísticas favorecem a compreensão da superfície textual, elas não estimulam, entretanto, a produção de inferências; outras, ao contrário, ativam essa produção e forçam o ouvinte a fazer uma recuperação criativa” (Tradução nossa).

destinatário. Tal constatação compactua com nossa visão sobre a possibilidade de ruptura e subversão das condições contratuais da situação de comunicação por parte dos receptores. O interpretante pode oferecer resistência ao discurso projetado pelo emissor.

Segundo Livingstone e Lunt (2009, p. 113), o programa televisivo não é uma simples “janela para o mundo”. Diante da mensagem televisiva, os receptores podem introduzir critérios de avaliação, o que implica na associação a outros quadros de interpretação possíveis, resgatando conhecimentos e crenças anteriores. Na vertente destes autores, os espectadores podem adotar diferentes estilos de relação com a emissão: aceitação com implicação; aceitação com distância; crítica com implicação; crítica com distância; além de recusas parciais ou totais.

As perspectivas defendidas por Chabrol e Camus-Malavergne ([1984] 2013) e Livingstone e Lunt (2009) evidenciam que a recepção não é uma incorporação imediata, plena e automática de dizeres. A recepção deve ser entendida enquanto atividade atrelada a um processo complexo que envolve outros fatores, tais como empatia, comportamento, abertura para o diálogo, humor, estados emocionais, além de partilha de conhecimentos e crenças em comum. Ademais, a compreensão de uma mensagem não significa a aceitação, a memorização e a tomada de ação a partir dela.

Cabe pontuar, de acordo com Katz (2009, p. 48), que os estudos sobre a comunicação realizados por Lazarsfeld<sup>40</sup> em 1937 já traziam as primeiras conclusões acerca da recepção: os efeitos das mídias são intermediados por processos seletivos de atenção, percepção e memória, os quais dependem e estão atrelados a um conjunto de variáveis da situação comunicativa e da pré-disposição à mensagem; o que, à época, foram elencados como: idade, história familiar, filiação política, dentre outros.

Diante da complexidade da recepção de mensagens midiáticas e da consideração do sujeito enquanto comunicante, Courbet, Fourquet-Corbel e Chabrol

---

<sup>40</sup> Lazarsfeld é considerado um dos principais teóricos clássicos do campo de estudos da Comunicação. O autor propôs o modelo comunicacional *Two-step flow* (teoria do campo comunicacional em duas etapas), mostrando que a influência dos meios de comunicação é seletiva, conforme as opiniões prévias do receptor e suas relações interpessoais.

([2006] 2013) indicam as quatro perspectivas que são estudadas na França, a partir do campo de estudos da Psicologia Social:

- 1) l'étude des processus intraindividuels dans la réception et dans la construction de la signification au moment du contact avec le média ;
- 2) l'étude des processus non conscients dans la réception et la co-construction de la signification ;
- 3) l'étude de la réception et du double processus intra- et interindividuels de co-construction sociale de la signification et des actions partagées;
- 4) l'étude de la co-construction de l'action à la suite de la réception où l'individu a été engagé par une micro-action<sup>41</sup> (COURBET, FOURQUET-CORBEL E CHABROL ([2006] 2013, p. 170-171).

Percebe-se que a recepção tem sido pesquisada no viés intraindividual, da compreensão das mensagens, bem como interindividual, da co-construção de sentidos. Conforme Chabrol ([2004] 2013, p. 202): “le sens est co-construit progressivement de façon interactive dans les situations interlocutives, mais aussi dans les situations monolocutives de lecture ou d'écoute<sup>42</sup>”. As formas linguísticas são, com isso, interpretadas de acordo com os contextos discursivos em que surgem e com as operações de inferências; tais formas atuam como “instruções de sentidos”, explica o referido autor. Segundo Chabrol ([2004], 2013), a noção de conhecimento partilhado para o entendimento mútuo entre produtor e receptor tem como referências os preceitos bakhtinianos de intertextualidade e interdiscursividade.

O quadro dos sujeitos da linguagem da Teoria Semiolinguística deve ser encarado não como o fenômeno comunicativo em si, mas como um modelo teórico-metodológico que abstrai, cientificamente, sobre as possibilidades dadas durante as trocas languageiras. As relações são assimétricas entre os sujeitos da linguagem. Ponderamos aqui que as margens de manobra dos enunciadores e destinatários podem extrapolar as condições previstas para o contrato comunicacional.

---

<sup>41</sup> “1) Estudo dos processos intraindividuais na recepção e na construção da significação no momento de contato com a mídia; 2) estudo dos processos não conscientes na recepção e na construção da significação; 3) estudo da recepção e do duplo processo intra e interindividual de co-construção social da significação e das ações partilhadas; 4) estudo da co-construção da ação após a recepção onde o indivíduo foi engajado em uma micro-ação”. (Tradução nossa).

<sup>42</sup> “O sentido é co-construído progressivamente de modo interativo nas situações interlocutivas, mas também nas situações monolocutivas de leitura ou de escuta”. (Tradução nossa).

### 1.1.3.2. A recepção como experimento

A recepção como experimento deve ser pontuada, primeiramente, pela desconstrução da visão convencional de “público”. Para tanto, cabe ressaltar o trabalho de revisão de literatura sobre o tema realizado por Esquenazi (2009), o qual evoca os conceitos de “público” por meio dos efeitos supostos dos produtos e de caracterizações sociais de grande amplitude, observando como as comunidades agem e reagem em face deste do daquele produto.

Conforme o referido autor, o conceito de “público” é difícil de manipular na Sociologia, tendo em vista que possui o risco de retratar a análise suprimindo a heterogeneidade da composição. Para tanto, Esquenazi (2009) propõe pensar o “público” como comunidade provisória com diversidade de reações e identidades. Esta concepção implica a necessidade de considerar que a projeção de Tu-destinatários idealizados não significa a formação de um grupo de Tu-interpretantes, na quantidade, amostragem e características tal como pretende a esfera da produção.

Na visão de Esquenazi (2009, p. 81), o público da TV é previsto, mas a formação do grupo em si e seus comportamentos são imprevisíveis. O estudo de “um público” é, para o supracitado autor, extremamente difícil, seja pela imprevisibilidade deste ou da formação heterogênea. Tem-se uma dualidade entre os “públicos imaginados” e os “públicos concretos”. Na ótica charaudeana, tais termos podem ser associados aos sujeitos interpretantes (consumidores de informação em potencial) e sujeitos destinatários (que efetivamente encenam o papel discursivo previsto pela instância emissora).

Diante disso, o experimento da recepção deve ter como premissa de que o ato de receber um enunciado é variável, não homogêneo dentro de um grupo. De modo consoante, o estudo dos públicos midiáticos não pode ser reduzido às projeções dadas pela instância da produção, ou seja, tratar como fixos os sujeitos destinatários e interpretantes.

Três precauções metodológicas no estudo dos públicos são elencadas por Esquenazi (2009, p. 106-109):

a) Não se deve isolar o ato do espectador. Ele não reage somente a um objeto, mas a um conjunto de um contexto que compreende – ao menos – a

produção, a apresentação ou grau de legitimidade desse objeto, assim como os modos de interpretação disponíveis. Neste aspecto, Esquenazi (2009, p. 80) lembra que estudos culturais e teorias feministas têm o mérito de mostrar que os atos de recepção não são acompanhados de um lapso cultural e social e que eles são muito dependentes de parâmetros que escapam à recepção.

b) A experiência de uma comunidade de público não deve ser generalizada. O ato de recepção deve ser visto como atividade individual em um espaço discursivo aberto e multifacetado.

c) A recepção é uma atividade de construção de sentidos imersa em uma esfera social. O sujeito associa valores diferentes de acordo com o programa ou produto televisivo, o que leva à necessidade de se analisar a recepção midiática por meio da articulação com elementos sociohistóricos e culturais.

O investigação da recepção como experimento deve ser concebida a partir das noções de construção e co-construção de sentidos, as quais, para Ghiglione ([1993] 2013, p. 257), estão vinculadas ao princípio do dialogismo: a relação do leitor com o texto é interlocutiva e toda produção/recepção de mensagem é co-produção de sentido. Para Ghiglione, o enunciador inclui – em seu dizer – representações sobre o outro e a situação: o enunciador é, parcialmente, enunciatário e, correlativamente, o enunciatário é, parcialmente, o enunciador.

Esse modo de entender a recepção, afirma Ghiglione, modifica substancialmente os métodos e experimentos no campo da recepção. O autor propõe a experiência: disponibilizar aos sujeitos receptores o contato com duas edições de telejornais diferentes sobre o mesmo assunto, assim como um artigo de um jornal. Após a visualização/leitura, o participante deve restituir – o mais precisamente possível – o conteúdo recebido. O simples experimento coloca em cena, segundo Ghiglione ([1993] 2013, p. 258-262):

a) A questão da memorização de um enunciado, tendo em vista os níveis de aproximação dos mecanismos cognitivos.

b) A informação processada dificilmente poderia ser tratada, nessas condições, pela via central. Haverá a interferência do sujeito na reconstituição dos fatos recebidos. A tarefa de restituir palavra por palavra, na hipótese levantada pelo autor, poderia eliminar os efeitos da reatância e do contra-argumento implícito.

c) O jogo entre a estrutura da mensagem e as representações anteriores do sujeito.

Ghiglione ([1993] 2013) destaca que o processamento cognitivo interno ao sujeito não é uma mecânica que apaga a existência do sujeito social. As noções de co-construção de referência e da realidade devem levar em conta, na operacionalização do método investigativo, a dinâmica social. Diante do exposto, o autor sugere a alteração das palavras emissão/recepção, as quais reenviam a uma teoria matemática da informação, sugerindo “co-construção anterior” (*co-construction avant*) e “co-construção de retorno” (*co-construction retour*).

A atividade receptiva pode ser definida, simplificadamente, como um embate entre saberes prévios do interpretante e os recebidos pelo discurso em contato. No âmbito do estudo da recepção pela Teoria Semiolinguística, para se acessar as dimensões materiais dos imaginários sociodiscursivos que o sujeito recorre para interpretar uma mensagem, propomos que o experimento científico deve passar, essencialmente, por quatro etapas:

- a) Investigação sobre os imaginários sociodiscursivos prévios dos participantes.
- b) Avaliação sobre a relação dos sujeitos com a mensagem midiática em questão, os graus de concordância/discordância e níveis de compreensão dos enunciados.
- c) Investigação sobre os imaginários sociodiscursivos percebidos nas mensagens midiáticas.
- d) Confronto dos dados coletados anteriormente para averiguação das mudanças de posição, contra-argumentação e incorporação ou não dos saberes a que foram expostos por meio da mídia.

No quadro 2, elencado no primeiro tópico deste item, apresentamos a releitura de Machado & Mendes (2013) sobre a situação do contrato de comunicação charaudeano, a qual retoma a perspectiva peytardiana sobre a fluidez de papéis desempenhados pelos sujeitos. Os sujeitos enunciadore (narradores e personagens) exercem múltiplos papéis no diálogo, tal como ocorre com Tu-destinatários, que é incitado a se movimentar identitariamente no plano do dizer a cada mudança de sujeito enunciadore.

O estudo da recepção da notícia/reportagem no quadro dos sujeitos da comunicação deve considerar a mensagem em cinco momentos básicos da configuração da mensagem telejornalística, a serem considerados com finalidade didática e investigativa:

- (I) *cabeça da matéria*: corresponde ao *lead* do texto jornalístico, com enquadramento do apresentador, sem imagens de cobertura;
- (II) *off*: texto narrado pelo repórter com imagens de cobertura da reportagem;
- (III) *sonora*: momento em que apresentadores e repórteres são substituídos por personagens da entrevista;
- (IV) *passagem*: instante da reportagem telejornalística em que o repórter dá a notícia sem imagens de cobertura;
- (V) *nota pé*: é o fechamento da notícia ou reportagem quando o apresentador, geralmente, dá a versão de um entrevistado que não tem direito à fala no vídeo.

As questões direcionadas ao interpretante poderiam ocorrer a cada momento da mensagem televisiva, questionando as passagens dos Eu-enunciadores narradores e personagens, o que permitiria um resgate dos papéis do Tu-interpretante diante dessas identidades discursivas. Evidentemente, a coleta de dados envolve novo contrato comunicacional, o da pesquisa científica, em que o sujeito participante se coloca como Eu-enunciador para relatar as suas posições anteriores como Tu-destinatário e Eu-enunciador no contrato midiático televisivo.

Em nossa pesquisa, como será possível perceber no Capítulo 5, essa dinâmica ocorreu na aplicação de questionário prévio sobre os saberes que os sujeitos possuíam sobre a surdez, em papéis individuais e como representantes das vozes sociais, percebendo os resquícios de discursos majoritários que permeiam os imaginários sociodiscursivos de cada respondente e também do grupo do qual fazem parte. Logo após a recepção dos conteúdos midiáticos, os participantes foram arguidos sobre o conteúdo, os graus de concordância e os imaginários que aqueles dizeres carregavam. Em seguida, as primeiras questões foram reaplicadas após o contato com as informações midiáticas, investigando, a partir deste método, as mudanças de posições e opiniões frente aos saberes recebidos. Diante dessa metodologia, foi possível perceber como flutuam os imaginários sociodiscursivos do telejornal dentre parte dos receptores do programa. Evidentemente, tratamos aqui de um ponto de vista da Análise do Discurso e das materialidades linguísticas, ou seja, das pistas cognitivas expostas publicamente pelos sujeitos. Com isso, um de nossos objetivos é combater as ideias formatadas (*idées reçues*) comumente

propagandas que fala da “impossibilidade dos estudos sobre a recepção”. Por um lado, procuramos mostrar a viabilidade estes estudos e, por outro, discutir e propor abordagens compatíveis.

#### **1.1.4. O contrato midiático da informação televisiva**

Toda situação de comunicação leva a estabelecer um contrato, espécie de acordo prévio com as co-intencionalidades, entre a instância de produto e de recepção. Com a mídia, não é diferente.

O jornalismo possui, de antemão, uma legitimidade democrática estabelecida socialmente, tendo permissão para falar ou escrever. Esse direito à palavra vem de fora do sujeito e é, de certo modo, institucionalizado no contexto social. Em um plano idealizado, o papel de informar o cidadão sobre os acontecimentos da cidade, do mundo, está vinculado à necessidade dele conhecer os saberes que rondam no espaço público para que possa votar e eleger representantes, exercendo, assim, de forma delegada, a soberania popular. Charaudeau (2012a) afirma que, no espaço público, os mecanismos que fazem circular a informação estão localizados na mídia.

A finalidade do discurso midiático é a informação, procurando transmitir ao cidadão eventos e acontecimentos da realidade que ele ignora porque não pode ter acesso a todos os conhecimentos dados na esfera social. De acordo com Charaudeau (2012a), a mídia exerce papéis de (I) buscar informações, o que leva à organização todo o processo para chegar à origem da informação; (II) selecionar os eventos do mundo e hierarquizá-los; (III) descrever e, se possível, mostrar e comentar o evento.

Ao possuir legitimidade democrática para dizer sobre o mundo, a instância midiática está em situação de contradição devido à concorrência de mercado. A lógica democrática se confronta com a econômica, em um embate de credibilidade e captação. O conflito de intenções acarreta em uma hierarquização e dramatização das notícias e reportagens, visando alcançar maior público para que se almejem os recursos financeiros da publicidade, necessários para a sobrevivência econômica do veículo de comunicação.



O jornalismo não é o real em si e nem o espelho deste. A realidade não se torna transparente e palpável através das notícias e reportagens. No processo de reconstrução dos acontecimentos em narrativas jornalísticas, existem filtros, seleções e incorporações de visões, valores e crenças do canal e dos profissionais envolvidos na produção das matérias jornalísticas.

A transformação dos acontecimentos de mundo em narrativa jornalística requer o despertar do interesse do leitor por aquela informação. Para que a informação possa ser recebida pelo público pretendido, a mídia informativa utiliza-se de uma explicação explicitante que não revela uma verdade, mas torna-a acessível pela ação de vulgarizar o acontecimento, deformá-lo para ser mais bem entendido. A simplicidade do tratamento dos acontecimentos é influenciada pela visada de captação, o que leva a uma dramatização dos fatos. Como observa Charaudeau (2006, p. 63),

A verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz. No caso, o discurso da informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização.

O jornalismo se apresenta, então, estrategicamente, como simples mediador dos acontecimentos de mundo, como se as notícias refletissem o mundo que ali está posto, sem filtros. A verdade não é pensada pelo viés filosófico, mas linguístico. As mídias se colocam em um jogo de legitimação do dizer, a partir de tentar parecer que o dito é verdadeiro e este corresponde aos imaginários sociais que o questiona.

A instância midiática projeta discursivamente condições para o seu dizer seja percebido como “verdadeiro”. Conforme Charaudeau (2012a), as formas para criar a sensação de que o discurso jornalístico é verdadeiro são:

- Dizer o exato – sustentar que o dito e os fatos coincidem.
- Autenticar o relato – fazer crer na coincidência, criar efeitos de que a linguagem é transparente, de que o jornalismo é o espelho do real e que o mundo é o que como está mostrado, sem filtros ou deturpações.
- Dizer o que aconteceu – a mídia evidencia o descompasso entre o tempo do dito e o do fato, levando a um problema de veracidade da reconstituição. Para tanto, o grau de verossimilhança é atestado com recursos de uso de imagens, testemunhos.

- Dizer a intenção – finalidade de dar transparência entre o enunciado e o que pensa o sujeito. Por exemplo, as revelações dadas em entrevistas, debates e investigações jornalísticas.
- Fornecer a prova das explicações – mostrar o invisível, ou seja, os motivos dos fatos ou possíveis consequências.

O discurso informativo apresenta um conflito de visadas: cumprir o dever cívico de informar o cidadão e, ao mesmo tempo, captar o público para permanecer como organização financeira em meio à concorrência.

A instância de produção da comunicação midiática é compósita, formada por vários tipos de atores. A notícia não é produzida somente pelo jornalista, apesar dele constituir figura importante no processo. “Todos contribuem para fabricar uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático”, indica Charaudeau (2006, p.73). No caso do telejornalismo, a forma de produção da notícia influencia no tratamento da informação a ser veiculada. Nas instâncias situacional e discursiva do contrato de comunicação midiática da Teoria Semiolinguística, Soulages (1999) entende que os fenômenos comunicacionais estão sujeitos a regras contextuais pré-determinadas. As informações televisivas e todas as produções midiáticas não escapam a esse processo, sofrendo restrições situacionais de três tipos.

A primeira sanção é de ordem sociológica, na qual, Soulages (1999, p. 48) justifica que “les médias se confondent avec des systèmes de pratiques sociales d’usage et de reconnaissance par des publics<sup>43</sup>”. A segunda determinação é tecnológica e “*médiagénique*<sup>44</sup>”, em que o discurso informativo televisivo está condicionado às particularidades do suporte. No caso da televisão, a comunicação está atrelada ao sincretismo da montagem fílmica entre imagens, sons e elementos verbais e não-verbais. Eco (1979) afirma que a mensagem televisiva é, em si, um objeto sígnico verificável por um conjunto de convenções partilhadas, os códigos. A estrutura do enunciado televisivo é formada, segundo Eco, pelos códigos icônico, linguístico e sonoro. A recepção da mensagem televisiva requer competências e

---

<sup>43</sup> “As mídias fundem-se com os sistemas de práticas sociais de uso e de reconhecimento pelos públicos”. (Tradução nossa).

<sup>44</sup> Soulages (1999) utiliza o termo “*médiagénique*” para evidenciar que as características de cada suporte midiático influenciam nos fenômenos comunicacionais.

habilidades do receptor no que Soulages (2008) denomina de “formatação do olhar”. Por fim, a restrição de cunho discursivo permite a aparição de um produto específico, tal como o jornal televisivo, nascido do cruzamento das práticas de atores midiáticos e das restrições do suporte televisual.

Além de o enunciado televisivo emergir já dentro das condições impostas pelo suporte midiático e pelas relações que este tem com a esfera social, um telejornal tem, em primeiro lugar, uma ancoragem no quadro socioinstitucional que reproduz traços específicos da esfera pública<sup>45</sup>, onde o programa se inscreve. Como observa Soulages (1999, p. 49-50), “toute chaîne de télévision en tant qu’entité socioéconomique reste soumise, comme d’autres institutions, à un certain nombre d’astreintes d’ordre législatif et réglementaire<sup>46</sup>”. O tipo de canal televisivo influencia na forma de comunicar do programa, especificamente, nas visadas de informação e de captação.

A figura 3 ilustra a perspectiva proposta por Soulages (1999, p. 58), avançando no quadro do contrato de comunicação midiática da Teoria Semiolinguística, em que o jornalista de televisão não fala como único enunciator a um determinado público. “L’information télévisée se trouve ainsi au centre d’un vaste réseau d’interrelations qui pese sur sa finalité actionnelle (faire savoir, informer)<sup>47</sup>”. A identidade discursiva do enunciator-jornalista não é individualizada. Ela se constrói com base em enunciados anteriores, se integra a uma fala coletiva ligada a uma coesão redacional do jornal e a um discurso institucional do canal de televisão.

---

<sup>45</sup> A esfera pública é entendida aqui pela releitura habermasiana de Maia (2011): processo de mediação, entre os domínios da sociedade, dos meios de comunicação de massa, operando como um fórum cívico de debates.

<sup>46</sup> “Qualquer canal de televisão – como uma entidade socioeconômica – permanece sujeito, como outras instituições, a uma série de sanções pecuniárias de ordem legislativa e regulamentar”. (Tradução nossa).

<sup>47</sup> “A informação televisiva está, portanto, no centro de uma vasta rede de inter-relações que pesam sobre a finalidade de ação (fazer saber, informar)”. (Tradução nossa).

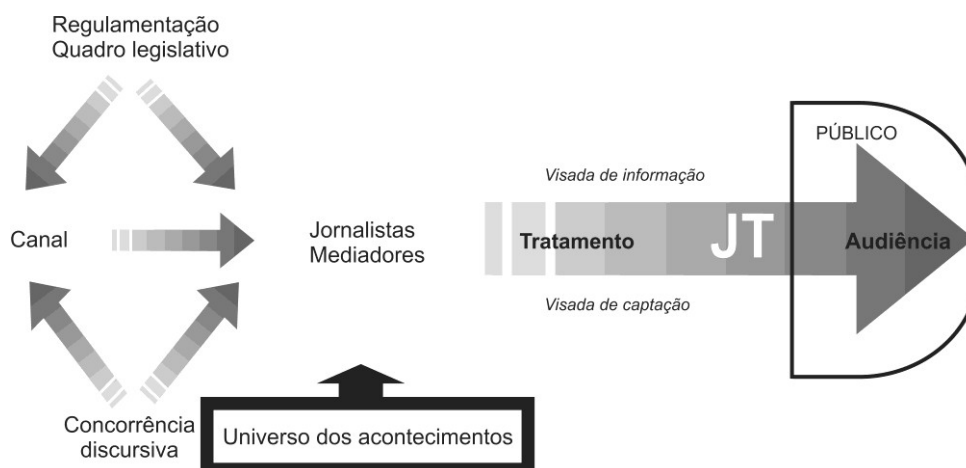


FIGURA 3 – O contrato midiático da informação televisiva  
 FONTE - Soulages, 1999, p. 59. (Tradução nossa).

Aspectos e restrições dos planos do fazer e do dizer concorrem e influenciam as visadas de informação e de captação, condicionando o tratamento dos acontecimentos pelo telejornal. Na concepção de Soulages (1999, p. 68), o jornal televisivo atua como mecanismo discursivo de reverberação que recobre os limites pré-existentes da própria atuação no espaço público, em que o contrato de informação midiática está implícito.

Antes de acessar os acontecimentos e tratá-los como informação direcionada à audiência, os jornalistas e mediadores têm, como pano de fundo, as pressões do canal (emissora), das leis e códigos de ética que regem a atividade profissional e a concorrência discursiva de programas similares.

No programa abordado no presente estudo, os enunciadores do *Jornal Visual* da TV Brasil estão ancorados no discurso institucional da emissora. Criado em 1990 pela TV Educativa do Rio de Janeiro, o telejornal foi integrado em 2007 pela TV Brasil, canal gerido pela EBC. Desde então, o telejornal insere-se na perspectiva de uma televisão pública em âmbito nacional (presente em 21 dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal)<sup>48</sup>, “independente e democrática”, com a

<sup>48</sup> O sinal da TV Brasil está presente nos canais abertos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Amazonas e no Distrito Federal. Emissoras educativas estaduais retransmitem os programas nos estados de Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. A transmissão da EBC é obrigatória no território nacional para a TV por assinatura. Os programas ainda podem ser assistidos pela rede mundial de computadores por meio do endereço eletrônico < <http://tvbrasil.ebc.com.br> >.

missão de complementar e ampliar a oferta de produtos televisivos, “oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora de cidadania” (TV BRASIL, 2012).

Tal como observa Soulages (1999), a gestão do canal influencia diretamente no tratamento das informações pelos jornalistas e mediadores. Com o *Jornal Visual*, essa mudança fica mais evidente a partir de outubro de 2010, três anos após a incorporação do programa e emissora pela EBC. A partir desta data, o telejornal passou a ter novo formato com a modificação da estrutura de apresentação das notícias e reportagens, em um processo de padronização dos programas da TV Brasil.

O pioneiro sistema de tradução de notícias e reportagens – por meio de quadro de intérpretes em Português e Libras – foi valorizado. Vinheta, cenário, cores de fundo e modo de enquadramento dos apresentadores foram alterados: o quadro de tradução de intérprete deixou a lateral inferior da tela para assumir a centralidade da cena enunciativa, em que as imagens das notícias e reportagens passaram a ser segundo plano; o tom amarelo do estúdio deu lugar ao azul e verde, característicos da emissora nacional; os apresentadores passaram a ser enquadrados não somente em plano médio, mas também em plano aberto com a intenção de transmitir a gestualidade do corpo presente na Libras.

Transmitido de segunda a sexta-feira, das 7h50 às 8 horas, o *Jornal Visual* trouxe nova linha editorial com a tradução de reportagens de outros programas da emissora, bem como passou a exibir quadros temáticos fixos: Notícias do Mundo, Internet e Tecnologia, Notícias Paraolímpicas, Ensinando Libras e Notícias do Esporte. Em 2012, o telejornal passou a ser transmitido somente de segunda a quarta-feira em rede nacional.

O *Jornal Visual* está inserido em uma emissora pública e independente, em que, preliminarmente, não estaria condicionado às regras mercadológicas dos canais comerciais. Contudo, a concorrência com outros programas influencia nos formatos dos produtos pretendidos, tendo em vista que a TV Brasil não pode romper totalmente com as condições esperadas para um contrato de comunicação de um telejornal. Os receptores possuem os olhares formatados para os telejornais e alguns traços do contrato de comunicação precisam ser retomados, tais como a presença de apresentadores em estúdio, o modo de tratamento e encadeamento das reportagens e as cores utilizadas para criar as estratégias de legitimidade. Por

mais que o programa tenha os propósitos de abordar conteúdos não abordados por outras mídias e promover a cidadania, traços das características tecnológicas e discursivas do telejornalismo precisam ser reconstruídos para que o público diante do programa reconheça facilmente que está diante de um telejornal.

Na posição de telejornal inclusivo custeado pelo Estado brasileiro, o *Jornal Visual* está regido pela legislação do país, em especial, na defesa da democracia e na busca pela promoção da igualdade. O jornalista-mediador do programa já enuncia com limites pré-estabelecidos pela condição do programa estar inserido em um canal público e pelo Código de Ética que rege a profissão.

As restrições do plano do fazer na instância de produção do contrato de comunicação da informação televisiva condicionam a esfera do dizer, ou seja, a etapa de seleção e hierarquização dos acontecimentos em fatos noticiáveis. A ancoragem dos atores midiáticos nos valores-notícia é alterada em função das normas objetivas e subjetivas que circulam na redação do telejornal e das rotinas produtivas.

Os processos de restrições e seleção nos planos jornalísticos do fazer e dizer nem sempre são evidentes para os profissionais, como observa Bourdieu (1997, p.67)

Não há discurso, nem ação que, para ter acesso ao debate público, não deva se submeter a uma prova de seleção, jornalística, isto é, a essa formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso.

Os jornalistas, segundo Bourdieu (1997), possuem tipos de “óculos especiais”, os chamados valores-notícia, critérios supostamente objetivos que permitem a seleção e construção discursiva; enfim, ver e focar certos acontecimentos em detrimento de outros. Por um lado, a mídia condiciona a esfera social, por outro, é condicionada pelo meio que integram. No ato de selecionar o que é notícia, os jornalistas sofrem interferências do ambiente sociohistórico e cultural e das próprias subjetividades dos papéis sociais que exercem. Fatores externos e internos sobredeterminam a transformação do universo de acontecimentos em saberes e informações dentro de um telejornal. A construção da narrativa jornalística não é isenta e imparcial, haja vista que não escapa às características e restrições do ambiente em que está inserida.

A posição de Soulages (1999) amplia, de certo modo, a noção de noticiabilidade da Teoria do *Newsmaking*. Para Tuchman (1983), o jornalismo não é o espelho da realidade, sendo um dispositivo de construção narrativa da realidade, alicerçada na cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e a organização do processo produtivo. A prática jornalística está sujeita ao planejamento produtivo da notícia e as técnicas desse processo. Por exemplo, uma notícia é produzida coletivamente por pauteiros, repórteres, editores e sofre influência dos valores-notícia, da cultura do ambiente de trabalho, da divisão das editoriais, dos anunciantes, e do limite de fechamento da edição.

Vizeu (2001) analisou o trabalho dos editores de texto do telejornal RJTV1 (TV Globo Rio). O estudo ilustra esse processo de decisão do que é uma notícia. O autor (2001, p. 121) corrobora com os pensamentos de Tuchman (1983), afirmando que “os jornalistas para controlar seu trabalho desenvolvem tipificações dos fatos que têm como finalidade padronizar o material”. A dificuldade de um telejornal está, segundo Vizeu (2001, p. 122), na escassez de tempo e de meios, fator que “acentua a necessidade dos valores/notícia que dessa forma estão imbricados em todo o processo de edição”. Os jornalistas procuram em critérios objetivos a seleção dos acontecimentos. Todavia, esse recorte da realidade é negociado, discutindo-se os critérios de noticiabilidade entre coordenadores e chefes de um jornal. Inserido na grade de programação da emissora Rede Globo, o telejornal preocupa-se em não interferir no setor de veiculação publicitária. Ao analisar as rotinas diárias dos editores, Vizeu (2001, p. 123) constatou “certa intimidade com a estrutura organizacional [...], principalmente, do ponto de vista comercial”. O reflexo desse relacionamento institucional ocorre, de forma mais evidente, na preocupação com o tempo de duração do telejornal e na busca por garantir notícias para a edição com o intuito de evitar um “constrangimento organizacional”. O ambiente de trabalho na empresa jornalística altera os processos decisórios dos jornalistas e mediadores.

Sob o controle do relógio e obcecados pelo novo, pelo imediatismo, pela pressão da hora do *fechamento*, os jornalistas e as empresas jornalísticas muitas vezes esquecem-se de que o como e o porquê numa matéria são importantes para que o telespectador, do outro lado da *telinha*, possa compreender melhor o mundo que o cerca (VIZEU, 2001, p. 126).

As pressões endógenas e exógenas ao processo produtivo da notícia acarretam em um deslocamento da função de informar do jornalismo no RJTV1. Desse modo, a observação de Vizeu (2001) sobre a prática diária dos editores de texto reforça a perspectiva de Soulages (1999), em que o telejornal está inserido em um quadro pré-existente de diferentes práticas mediadoras, sofrendo restrições nas instâncias situacional e comunicacional do contrato de comunicação da informação televisiva.

O modo como o programa telejornalístico se estabelece na grade de programação das emissoras está relacionado ao espaço interno dizer, esfera que permite o estabelecimento de estratégias discursivas baseadas nos princípios de interação, pertinência, influência e regulação. O primeiro princípio do quadro comunicacional relaciona-se aos modos de presença e de interação dos parceiros. Segundo Soulages (1999), o dispositivo midiático jamais reproduz uma conversa direta. O modo não presencial da relação leva o sujeito comunicante a não ter acesso estrutural ao sujeito interpretante, direcionando o dizer a um terceiro falante (o telespectador). Tal visada é operada por uma construção e representação simulada do público.

Essa característica é decorrente do suporte televisivo em si que dissemina a interação no espaço e no tempo. Os parceiros da troca linguageira não precisam estar no mesmo ambiente e instante para comunicarem. Thompson (1998) denomina esse processo como “quase-interação mediada”: as formas simbólicas não possuem receptores pré-definidos como na interação face-a-face ou na mediação via telefone e o fluxo de informação não é dialógico pelo mesmo canal. Na conversa pessoal, os interlocutores podem trocar os turnos de fala ocupando espaço e tempo compartilhados. Já a interação mediada por telefonia, os enunciadores não dividem o mesmo ambiente físico, mas podem se corresponder pelo mesmo canal comunicativo.

Com isso, o telejornal produz enunciados monologais, de acordo com Soulages (1999, p. 64), na forma de uma pseudo-interlocução como os “tiers”, os terceiros falantes imaginados: receptores que se inserem no papel de sujeitos interpretantes. A resposta dos sujeitos destinatários não advém pelo mesmo canal de comunicação, mas pode vir por outros meios, como telefone, correio eletrônico, carta.

A encenação discursiva de um diálogo efetivo ocorre por meio de técnicas de ambientação, postura corporal das personagens, filmagem e edição: um



apresentador diante de um estúdio de telejornal que simula a interlocução direta por um olhar direcionado à câmera (o eixo Y-Y, olhos nos olhos), em um ponto de vista frontal. Como efeitos, (I) o telejornal se apresenta como instância permanente e única de acesso e transmissão da realidade, o que seria impossível aos sujeitos; (II) o apresentador se coloca como mediador necessário entre o acontecimento e o público, em um monopólio do contato com o destinatário. No plano da recepção, o telespectador pode acreditar que o enunciado difundido em massa é direcionado particularmente a ele, uma vez que o apresentador presente na tela da TV o impele a todo instante e o “olha” diretamente, tal como em uma interação face-a-face. Como exemplo, tem-se o início das transmissões televisivas no Brasil. Os recentes receptores não tinham os olhares formatados para o meio de comunicação e não compreendiam bem o distanciamento da interação com o veículo midiático. Quando interpelados, os receptores respondiam enfaticamente o cumprimento de “boa noite” proferido pelo apresentador do Jornal Nacional da Rede Globo, como se estivessem em uma conversa cotidiana.

O segundo princípio do quadro comunicativo do telejornal é o da pertinência. Como todo ato comunicativo, o dizer informativo se edifica sobre o reconhecimento do direito à fala do sujeito comunicante, afirma Soulages (1999). O organismo da informação se institui socialmente como autoridade que tem acesso aos saberes e pode transmiti-los em larga escala pela mídia. O papel de reportar/difundir os fatos é aceito e reforçado pelo reconhecimento social das competências atreladas ao campo do jornalismo, estabelecendo a legitimidade de falar e ser ouvido.

O discurso televisivo e midiático tem, como terceiro princípio, a influência do público. O dizer jornalístico procura modificar o envolvimento cognitivo dos receptores por meio da visada de captação, desempenhando ações efetivas nos níveis do tratamento temático da informação e da construção narrativa dos acontecimentos.

A última estratégia de legitimação da fala do telejornal está pautada no princípio da regulação, o qual toma forma de um metadiscurso sobre a prática sociodiscursiva da informação e assume o papel de instância mediadora. Como exemplifica Soulages (1999), o exercício de regulação do dizer fica mais evidente nas entrevistas ao vivo, onde aparecem as interrupções, as autolegitimações e autojustificativas dos participantes.

Em suma, no plano do dizer do contrato de comunicação da informação televisiva, existe a construção de um universo configurado pelas escolhas e encenações de jogos de saber sobre a realidade. Na visão de Soulages (1999, p. 68), “le journal télévisé fonctionne plutôt comme un mécanisme discursif de réverbération qui recouvre de fait les limites préexistantes de l’espace public<sup>49</sup>”. Nem mesmo o jornalismo, que possui acesso aos acontecimentos e produz discursos em larga escala, pode dizer tudo e de qualquer lugar: ele está sobredeterminado, com margens de manobras, pelas condições situacionais e comunicativas do contrato de comunicação midiático. A diferenciação entre os programas se consolida nas estratégias discursivas, no cruzamento dos quadros possibilitados pelas instâncias situacional e comunicacional.

#### **1.1.3.1. Gêneros e estatutos da dimensão situacional**

O ato de produção linguageira, como abordado nos tópicos anteriores, está sobredeterminado tanto pelas condições de produção quanto pelas características da situação de comunicação. A situação de comunicação propõe aos parceiros certas condições externas e internas que dão forma à expectativa da troca linguageira, em que o reconhecimento recíproco das restrições permite que ocorra a intercompreensão entre os pares.

De acordo com Charaudeau (2004), é por meio dessa noção de contrato que é possível agrupar textos que participam dos mesmos tipos de restrições situacionais e comunicacionais. Os pontos de encontro estariam localizados nos componentes situacionais, nas condições discursivas e nos aspectos da organização formal do texto. As condições do contrato comunicacional determinam, então, a emergência de regularidades que podem ser pensadas em termos de “gênero-contrato”, o qual é situacional. Afirmar esta baseada na hipótese charaudeana: a prática social regula as trocas linguageiras e instaura regularidades discursivas.

---

<sup>49</sup> “O jornal televisionado funciona sobretudo como um mecanismo discursivo de reverberação que abrange assim os limites pré-existentes do espaço público”. (Tradução nossa).

Charaudeau (2004) entende que o lugar de ancoragem social é um tipo de ambiente contratual que condiciona o aparecimento de dados situacionais, os quais dão instruções aos processos discursivos e são responsáveis por induzir as regularidades discursivas e, por conseguinte, as formas textuais. As formas do texto operam como índices semiológicos, permitindo ao receptor reconhecer os dados e o gênero-contrato em questão. Diante de manchetes narradas por um apresentador num programa de televisão, por exemplo, os sujeitos podem reconhecer que estão frente a um telejornal e, com isso, se inscrevem ou não nas condições do contrato de informação midiático, gerando expectativas quanto à veracidade dos enunciados recebidos.

Nesse enfoque, somente os modos discursivos (descrição, narração e argumentação) não sustentariam um princípio de classificação que poderia ser denominado de gênero, já que estas categorias tendem a reunir distintos tipos de textos que não permitiriam uma classificação relativa aos domínios da prática comunicativa e social.

A Teoria Semiolinguística compreende que apenas o nível situacional pode agrupar textos em termos de características comuns ao domínio de comunicação e, por isso, o gênero é situacional, o “lugar de instrução do como dizer”, segundo Charaudeau (2009b, p. 325). As restrições discursivas orientam a organização do discurso e o texto fornece os índices de reconhecimento das recorrências de forma textual. Deste modo, o quadro sociocomunicacional fornece as maneiras dos sujeitos se comportarem durante os atos de linguagem – por meio dos contratos de comunicação que se estruturam, pela regularidade, em gêneros situacionais. Para o receptor, distinguir a identidade de um texto facilita a identificação das condições do contrato de comunicação, bem como o estatuto que fundamenta o gênero de discurso em questão.

Mendes (2010) observa que o reconhecimento do estatuto de um texto, se é factual e/ou ficcional, direciona a leitura do texto e da imagem. No caso do telejornalismo, o gênero situacional é fundamentado no estatuto factual. Apesar disso, pode existir a simulação de um mundo possível na composição das imagens móveis, na reconstrução de acontecimentos em telejornais. Esse processo é

denominado por Mendes (2004, p. 134) “ficcionalidade colaborativa<sup>50</sup>”, campo híbrido em que “há um considerável entrelaçamento de efeitos de real e de efeitos de ficção”.

Os gêneros de discurso podem ser classificados como estatutos factuais ou ficcionais, mas com efeitos diversos ou mistos: “a diferença entre o estatuto factual e ficcional de um texto não residiria exatamente no âmbito lingüístico, mas na situação de comunicação na qual o texto está inserido”, aponta Mendes (2004, p. 107). No entanto, a tradicional dicotomia de pensamento real/ficção, também presente na Teoria Semiolinguística, requer um repensar teórico, tendo em vista a percepção dos fenômenos contemporâneos híbridos de comunicação. Os gêneros e as formas de entrelaçamento dos efeitos discursivos devem acompanhar essa movimentação.

Diante dessa mirada, Mendes (2004; 2008) propõe uma releitura dos efeitos de discurso, percebendo a necessidade de atualização da concepção charaudeana de efeitos de real e de ficção, pois esta “recai sobre uma visão de real/ campo da racionalidade e ficção/ campo da irracionalidade”, argumenta Mendes (2008, p. 199). Para Mendes (2008, p. 218), “os efeitos de gênero, efeitos de real e efeitos de ficção podem compor qualquer gênero de discurso, independentemente de seu estatuto”. Conforme a autora, a questão da objetividade e subjetividade não é uma expressão do sujeito ou configuração do objeto, não está dada, posta de forma soberana; ela é uma marca linguística que depende de reconhecimento do interpretante.

Se a situação de comunicação exige o compartilhamento de saberes em comum, igualmente, ela determina que os sujeitos possuam competências discursivas para saber assinalar quais são os efeitos pretendidos pelo estatuto do gênero. Segundo Mendes (2004; 2008; 2010), os efeitos de real têm como domínio de referência o mundo vivido, o real experienciado, vivido, estando atrelado a saberes de conhecimento. Os efeitos de ficção criam ou evocam simulações de mundos possíveis. Já os efeitos de gênero, conforme Charaudeau (1992, p. 698),

---

<sup>50</sup> Outras formas de ficcionalidade pensadas por Mendes (2004; 2008) são: ficcionalidade constitutiva, uma modalidade que não interfere no estatuto e nas relações do contrato de comunicação, tendo como base a simulação da existência do fenômeno; predominante, mais próxima da definição clássica de ficção, em que existe a dominância de simulações de mundos possíveis.

acarretam na “ilusão” de que se está diante de um gênero A quando se invocou o gênero B. Tais efeitos não são estanques e podem adquirir formas intercambiáveis e complementares.

## **1.2. O conceito de imaginários sociodiscursivos**

A presente seção visa discutir, em uma perspectiva discursiva, como sujeitos e grupos sociais representam o mundo em que vivem por meio de discursos. O intuito é estabelecer um arcabouço teórico-metodológico, no campo dos Estudos do Discurso, capaz de permitir a análise dos processos de engendramento de representações sociais em suportes verbais e icônicos. Considera-se que em todo ato comunicativo existe a troca de visões de mundo, valores, crenças, comportamentos e emoções.

O percurso adotado debate, em um primeiro momento, o conceito de imaginários sociodiscursivos proposto pela Teoria Semiolingüística de Charaudeau (2006; 2007), dialogando essa noção com as concepções de representações sociais de Moscovici (1978; 1989) e de imaginários sociais de Castoriadis (1982; 1999). Entende-se que estes autores influenciam o pensamento charaudeano no que tange a formação da “gênese dos saberes” – diagrama sobre a formação dos imaginários sociodiscursivos a partir de saberes de conhecimento e de crença. Tal proposta charaudeana procura romper com conceitos utilizados para a investigação do fenômeno de representação no campo das Ciências Sociais – tais como estereótipos, clichês, mitos – assim como oferecer sistematização no estudo, em uma interface que reconhece a influência de aspectos como ideologia, doutrina e crenças sociais.

Em seguida, amplia-se a proposta de Charaudeau (2006; 2007), por meio de Mendes (2010), considerando que os imaginários sociodiscursivos podem ter dupla dimensão: verbo-icônico. Para tanto, recorre-se às ideias de Soulages (2008) para evidenciar como as características técnicas das imagens móveis da televisão são construídas, simbolizam e, portanto, carregam sentidos e representações sociais.

A investigação de como o homem representa o mundo em que vive, se estabelece e age socialmente tem sido objeto de preocupação no campo das Ciências Sociais desde o início do século XX. Esquecido entre 1900 e 1950, o conceito de representação coletiva, afirma Moscovici (1989), foi redescoberto no campo da Psicologia Social para estudar os comportamentos e relações sociais sem deformar, nem simplificar, e, com isso, obter resultados originais. Entre nascimento e ressurgimento, a noção sofreu metamorfoses e influenciou concepções como estereótipos, clichês, mitos, representações sociais e imaginários sociais. As perspectivas que se desenvolveram procuraram atacar o problema da cognição, em um viés acerca da relação entre pensamento e comunicação, em especial, a difusão coletiva de saberes e a formação da gênese do senso comum.

Entretanto, como será abordado adiante, os saberes sociais não são fechados em si, não existem fora do discurso e não constituem núcleos de sentidos herméticos que impõem as visões dos grupos aos sujeitos; eles são construídos discursivamente e atuam como formas simplificadas de conhecimentos e crenças para facilitar a orientação e ação dos sujeitos no mundo. No plano comunicativo, tais saberes são apropriados, selecionados e interpretados individualmente, de acordo com os conhecimentos, experiências, crenças, valores e jogos de poder que esse sujeito está inserido. Nesse jogo discursivo, não há domínio nem liberdade totais e, sim, negociação, uma vez que a língua é contrato social e cada situação de interação possui regras estabelecidas. Por essa ótica, as representações são mecanismos fluídos de acesso aos conhecimentos e crenças partilhados, reconstruídas discursivamente a cada instante, possuindo certos traços de cristalização que garantem o reconhecimento desses saberes pelos sujeitos.

O estudo precursor de Durkheim (1963) em sociedades primitivas – a partir da dupla separação entre representações individuais e representações coletivas – abriu caminho para a emergência de teorizações para a análise do homem social não mais pela ótica da Psicologia Individual. Em suma, na concepção de Durkheim, as representações constituem vasta classe de formas mentais, opiniões e saberes; elas seriam lógicas e refletiriam a experiência do real com certa fixidez e objetividade porque são partilhadas e se reproduzem coletivamente. Quando formadas, as representações coletivas adquiririam relativa autonomia, com processo de combinação e transformação de acordo com as regras inerentes a

estas. A diferenciação entre representação individual e coletiva ocorreria pelo critério de estabilidade de transmissão e da reprodução, além da variabilidade.

Moscovici (1989) considera a concepção de Durkheim como a primeira fase de estudos das representações sociais. A historiografia desenvolvida por Moscovici (1989, p. 95) mostra que a segunda fase, centrada nas ideias de Freud e Piaget, procura esclarecer a composição psíquica das representações sob o olhar das relações sociais, bem como o processo de transformação dos saberes e o modo como estes são interiorizados individualmente.

Ao transferir para a sociedade contemporânea da década de 1960 uma noção reservada às sociedades tradicionais, Moscovici (1989) vê a necessidade também de substituir o conceito de representações coletivas para representações sociais, procurando sublinhar a existência do processo comunicativo envolvido nessas representações e o fato delas serem geradas e adquiridas. O autor justifica sua posição a seguir:

D'un côté, il fallait tenir compte d'une certaine diversité d'origine, tant dans le individus que dans les groupes. De l'autre côté, il était nécessaire de déplacer l'accent sur la communication qui permet aux sentiments et aux individus de converger, de sorte que quelque chose d'individuel peut devenir social, ou *vice versa*. En reconnaissant que les représentations sont, à la fois générées et acquises, on leur enlève ce côté préétabli, statique, qu'elles avaient dans la vision classique. Ce ne sont pas les substrats, mais les interactions qui comptent<sup>51</sup> (MOSCOVICI, 1989, p. 99).

A introdução do termo representações sociais no lugar de representações coletivas insere nova visão sobre o relacionamento comunicacional entre os sujeitos e os meios sociais, considerando a fluidez das interações e das formações dos saberes compartilhados, rompendo com as ideias precursoras da visão clássica, identificada por Moscovici (1989) como originária no trabalho de Durkheim (1963). O avanço teórico permite a compreensão das representações como “passarelas” do mundo

---

<sup>51</sup> “Por um lado, é preciso levar em conta certa diversidade de origem, tanto nos indivíduos quanto nos grupos. Por outro, é necessário colocar um acento sobre a comunicação que permite aos sentimentos e aos indivíduos convergirem, de modo que qualquer coisa de individual pode tornar-se social, ou vice-versa. O reconhecimento de que as representações são, ao mesmo tempo, geradas e adquiridas, remove seu lado pré-estabelecido, estático, que vêm da visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam”. (Tradução nossa).

individual ao social, sendo socialmente construídas e não atuando fora do domínio do discurso.

Para Moscovici (1978, p. 26-27), as representações possuem função constitutiva da realidade que conhecemos por experiência “e na qual a maioria das pessoas se movimenta”, não podendo ser reduzidas – como no passado – a simples simulacros ou resíduos intelectuais sem relação com o comportamento humano. Ao considerá-las como “quase tangíveis”, Moscovici (1978, p. 41) insere as representações em uma dimensão social onde “elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano”. As representações sociais atravessam a maioria das interações e os objetos produzidos ou consumidos: “qualificar uma representação de social equivale a optar pela hipótese de que ela é produzida, engendrada, coletivamente”, afirma Moscovici (1978, p. 76).

De acordo com Mannoni (1998), as representações sociais constituem a base da vida psíquica da sociedade, estando enraizadas no cerne do dispositivo social. A elaboração das representações sociais está fundamentada, segundo Moscovici (1978, p.110), em dois processos: objetivação e amarração. O primeiro torna o real em um esquema conceitual, filtrando as significações e transplantando o que era inferência ou símbolo para o âmbito da observação. Essa movimentação ocorre pelas operações essenciais de naturalização e classificação. Naturalizar aqui é tornar o símbolo real, fator que enriquece a gama de seres atribuídos à pessoa; classificar é dar um ar simbólico à realidade, separando parte dos seres de seus atributos para guardá-los em um quadro geral. Já a segunda operação (amarração) ocorre por meio de ancoragem capaz de converter o social em instrumento palpável pelo discurso.

Desse modo, a representação social assume a função de mediadora das relações entre os sujeitos de um mesmo grupo ou, em outros termos, instrumento de diálogo ou sistema de interpretação simplificado. Segundo Moscovici (1978, p. 184-185), “as informações adquiridas penetram a vida cotidiana e engendram comportamentos adequados”, diferenciando as relações pessoais e o modo como elas são vividas.

Diante da revolução provocada pelos meios de comunicação em larga escala a partir da metade do século XX e a inevitável influência destes na esfera social, Moscovici (1989, p. 97) propõe o desafio de estudar as representações onde



a riqueza é evidente “au lieu de continuer à inventorier les opinions et les attitudes<sup>52</sup>”. O desafio está em compreender a inovação e a vida em via de se fazer, aponta o autor.

A retomada do conceito de representação coletiva por Moscovici (1989) e a transformação desta noção em representação social abriu espaço para a investigação do fazer e dizer sociais em uma profusão de estudos e teorias. Marková (2006, p. 278-279) identifica duas linhas principais de estudo das representações sociais: (i) como teoria do conhecimento social, baseada na dialogicidade, na qual o conhecimento dialógico é gerado a partir do processo de três componentes do Alter-Ego-Objeto<sup>53</sup> materializados em manifestações dinâmicas (comunicativas e simbólicas), ao invés do monólogo Ego-Objeto; (ii) como estudo dos fenômenos que estão no centro da vida social e das realidades diárias.

Diante do fenômeno de representação social, Charaudeau (2007, p. 49), entende que a proliferação de termos confunde. Os esquemas de saberes simplificados assumem, então, denominações como clichê, lugar comum, pré-julgamento, ideias formatadas, estereótipos. Em essência, tais conceitos têm traços em comum porque recobrem o que é dito de modo repetitivo e recorrente, possuindo como objetivo a simplificação da comunicação por meio de certa fixidez que cumpre função identitária. Em outras palavras, eles podem ser entendidos como aspectos cristalizados que servem de base para a *doxa*, ora para reafirmar ora para romper. Esses saberes cristalizados formam comunidades discursivas temporárias sobre um assunto com o objetivo de estabelecer o consenso, porém, não o garantem, uma vez que, na comunicação, existe diálogo e negociação a todo instante. Em um mesmo grupo, alguns sujeitos acessam o estereótipo e outros não. Para Mannoni (1998, p. 40), as representações sociais atuam como organizadoras de esquemas cognitivos simplificados, atravessando clichês, estereótipos, superstições, crenças, contos e mitos.

A teorização das representações sociais encontra três barreiras a serem debatidas. A primeira é que as representações não são palpáveis e não podem ser

---

<sup>52</sup> “Ao invés de continuar a inventariar as opiniões e atitudes”. (Tradução nossa).

<sup>53</sup> Alter-Ego-Objeto, para Moscovici, representa a tríade semiótica da relação entre o sujeito, o outro e o mundo. A relação Alter-Ego refere-se à comunicação entre o social e o indivíduo, bem como entre grupos sociais.

analisadas enquanto tais (em sua essência), uma vez que o acesso a elas somente ocorre pelo discurso; logo, existe um filtro a ser considerado antes de se buscar entender esse mecanismo de organização de saberes para orientação e ação dos sujeitos e grupos.

O segundo aspecto é de cunho metodológico, no qual o conceito ainda não possui um modo operatório contundente para propiciar a análise da dinâmica e fluidez dos deslocamentos dos saberes em quaisquer interações verbais ou não-verbais. Neste aspecto, Abric (2007) assume duas grandes dificuldades no estudo das representações: o recolhimento de dados e a análise. Inserido no campo da Psicologia Social, o autor sugere a adoção de plurimetodologia, considerando que toda representação teria dois componentes (um conteúdo e uma estrutura) que indicariam as fronteiras. Ao analista caberia determinada a ordem de relevância de tais dados, tendo em vista que nem todos os elementos seriam importantes. Cabe ressaltar que Abric (2007) parte do pressuposto de que as representações possuem um núcleo central, fechado, que garante estabilidade, e outro periférico, de âmbito contextual e instável para permitir a adaptabilidade das representações quando estas entram em contato com os sujeitos. Boyer (2008, p. 103) explica que o núcleo central possui estrutura discreta, suscetível de ser observada por experimentação.

Por fim, o conceito de representações sociais possui noções vizinhas como ideologia, visões de mundo ou da ciência, porém, não articula de modo apropriado essa inter-relação. A língua é um contrato social onde não existe determinação nem liberdade totais. Imersa na linguagem, cada sociedade cria e recria as próprias imagens do seu real e estas servem como sistemas simplificados para orientação dos sujeitos. É por meio desse processo que há a ponte entre o mundo individual e o social, em uma escolha feita a partir de um sistema de significações “que valorizam e desvalorizam, estruturam e hierarquizam um conjunto cruzado de objetos e de faltas correspondentes”, observa Castoriadis (1982, p. 181). Afinal, nem tudo o que os sujeitos veem ou ouvem no dia a dia incorporam como conhecimento útil para o pensar, agir e falar.

Sem fronteiras demarcadas ou determinadas, homem e sociedade comportam-se como magmas, diz Castoriadis (1982), com movimentações a todo instante, em uma fluidez, em que se pode extrair – discursivamente – traços delimitados do social, mas não o todo. Os imaginários sociais não podem ser

relacionados diretamente a um sujeito construído para transportá-lo, tais como as denominações consciência do grupo ou inconsciente coletivo:

esses termos foram forjados, e as pseudo-entidades correspondentes construídas, por exportação ou decalque ilegítimos e em função da incapacidade de enfrentar aquilo que é o modo de ser específico das significações. Nesse sentido, também, os termos “representação coletiva” ou “representação social” com os quais certos sociólogos tentam, corretamente mas insuficientemente, visar um aspecto do que assim, tentamos refletir, são impróprios e pode criar confusão (CASTORIADIS, 1982, p. 410-411).

Na dupla interação homem/mundo e mundo/homem, os imaginários emergem na ordem do que se acredita ser verdadeiro, procurando estabelecer, provisoriamente, o absoluto. Nessa dinâmica existe espaço para contestação e reafirmação, seja consciente ou inconscientemente. Charaudeau (2006, p. 205) vê os grupos sociais “em uma situação paradoxal: eles não cessam de produzir, de reinterpretar, na verdade, de questionar os imaginários, e, ao mesmo tempo, não podem se furtar de essencializá-los”, uma vez que tais imaginários têm a pretensão de serem universais.

Na visão de Charaudeau (2006, p. 197), as representações sociais são modos de ver e julgar o mundo, por meio de processos discursivos de discriminação, classificação e atribuição de valores. As escolhas dos sujeitos ocorrem pautadas em sistemas de saberes caracterizados como “maneiras de dizer configuradas na e pela linguagem”. Os sistemas de pensamento socialmente partilhados não são categorias abstratas da mente.

A parcial ruptura teórica com a proposta de Moscovici (1978; 1989) está na consideração de que a representação social é um *mecanismo* que engendra saberes, onde a dimensão perceptível, analisável, só pode ser feita no e pelo dizer. Charaudeau (2006, p. 203) contesta a possibilidade de se ter acesso direto às representações sociais ao afirmar que “a realidade não pode ser aprendida enquanto tal, por ela própria: a realidade nela mesma existe, mas não significa”. As representações são, portanto, construídas pelo discurso e o acesso a elas ocorre pelos imaginários sociodiscursivos.

Na perspectiva de Charaudeau (2007, p. 53), os imaginários podem ser qualificados como “sociais” no momento em que a atividade de simbolização do mundo acontece no domínio da prática social, seja nas dimensões artística, política,

jurídica, religiosa, educativa, midiática, entre outras. A denominação “sociodiscursivos” é dada na medida em que se “cria a hipótese de que seu sintoma é a fala”, isto é, resultam da atividade de representação que constrói universos de pensamento, laços de instituição de verdades, sedimentação de discursos narrativos e argumentativos que propõem uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos.

Ao contribuir com a perspectiva da Teoria Semioliúística para o campo de estudo das representações sociais, Charaudeau (2006; 2007) estabelece um lugar de referência na organização dos saberes, domínio onde as ideias e valores são colocados no sistema de pensamento coletivo. A representação social pode ser entendida, então, “como fenômeno cognitivo-discursivo geral, que engendra saberes, nos quais se distinguem os saberes de conhecimento e os de crença”, diz Charaudeau (2006, p. 193-194). Já os imaginários sociodiscursivos constituem os sistemas de saber, bem como as fronteiras híbridas entre teorias, doutrinas e ideologias.

Castoriadis (1999, p. 286) defende que as significações imaginárias sociais são o próprio mundo criado por elas para a sociedade a ser considerada, formando a psique dos indivíduos. “Elas criam assim uma ‘representação’ do mundo, inclusive da própria sociedade e de seu lugar nesse mundo; mas isso não é em absoluto um *constructum* intelectual”. Nesse processo há uma intenção global, chamada por Castoriadis (1999) de “impulso”, bem como existe a criação de uma sorte de afetos que influenciam a vida social.

O conceito charaudeano de imaginários sociodiscursivos procura operacionalizar a análise das formas de apreensão do mundo pelos sujeitos e sanar os conflitos teóricos da noção de representação, aproximando-a das concepções de ideologia, doutrina, crenças e visões de mundo e da ciência. Os imaginários sociodiscursivos nascem dentro do mecanismo das representações sociais, construindo a simbolização do real através da ordem afetivo-racional atravessada pela intersubjetividade das relações humanas e se depositando na memória coletiva. Como observa Castoriadis (1982, p. 192), cada sociedade constitui o *seu* real e não há como compreender o passado e presente da história humana fora da categoria do imaginário.

Charaudeau (2007) procura mapear os processos pelos quais ocorrem a ancoragem ou adesão a imaginários sociodiscursivos. Tal pensamento charaudeano está alinhado com as ideias de Castoriadis (1982):

Corretamente falando, significações imaginárias sociais não existem sob a forma de uma representação: elas são de outra natureza [...]. As significações imaginárias sociais – pelo menos as que são verdadeiramente últimas – não *denotam* nada, e *conotam* mais ou menos tudo; e é por isso que elas são tão freqüentemente confundidas com seus símbolos, não somente pelos povos que as utilizam, mas pelos cientistas que as analisam e chegam, por isso, a considerar que seus significantes se significam por si mesmos (uma vez que não remetem a nenhum real, nenhum racional que pudéssemos *designar*), e a atribuir a esses significantes como tais, ao simbolismo tomado em si mesmo, um papel e uma eficácia infinitamente superiores às que certamente possuem. (CASTORIADIS, 1982, p. 173: grifos do autor).

Os imaginários circulam socialmente, mas a associação e interpretação destes são individualizadas e, evidentemente, estão vinculadas a conhecimentos e experiências imersas social e culturalmente.

Contrariamente a Castoriadis (1982), Charaudeau (2006, p. 204) não vê somente a instituição como única mantenedora da sociedade unida pelo cimento do mundo de significações, pois “esta é apenas a parte visível do superego social regulamentado, que constrói (e é construído por) todo grupo social”. Desse modo, as identidades dos grupos ocorrem pela soma das relações dos sujeitos que se “auto-regulam” discursivamente para darem a forma temporária do universo de valores e conhecimentos compartilhados. A auto-regulação não é livre, sendo condicionada, de antemão, pelas regras pertinentes a toda situação de comunicação, na qual o sujeito falante é dependente do já dito, das condições do contrato comunicativo, do dispositivo e do campo temático. As significações imaginárias sociais permitem a formação dos sujeitos sociais e os autoriza a fazer e dizer socialmente, porém é impossível a eles representar toda a sociedade.

Em meio a esse processo, o homem é sujeito e objeto: ao entrar em contato com a realidade, ele é mobilizado pela experiência a construir seu saber sob a dependência dessa realidade, haja vista a impossibilidade de pensar sobre si senão por meio das representações que ele se dá. Desse modo, toda fala é carregada de signos ideológicos, de visões e valores de mundo mais ou menos explícitos acerca de variadas temáticas.

Nesse aspecto, Charaudeau (2006) considera que o conceito de ideologia seria capaz de explicar os processos de formação dos imaginários de verdade dentro do objeto de estudo a que se pretende (discurso político), contudo, há um problema de validade da definição. Na conceituação dos imaginários sociodiscursivos, Charaudeau trata dos fenômenos ideológicos que se desenrolam no discurso, porém opta por não se embrenhar pelos polêmicos caminhos da noção.

Em um senso histórico, Guilbert (2007, p. 68) reconhece que a ideologia perdeu o senso de cientificidade, de estudo dos sistemas de ideias, em decorrência de conotações pejorativas advindas de três momentos: o primeiro deles ocorre quando Napoleão Bonaparte rejeitou a doutrina irrealista e sectária; o segundo instante é marcado quando Marx insere o conceito de ilusão à ideologia, onde os sistemas de ideais e representações serviriam para a classe dominante; por fim, o movimento sociológico apontou que a função da ideologia seria servir de código implícito a uma sociedade ou gerar coesão social a um projeto comum.

Miotello (2008) analisa que o Círculo de Bakhtin traz contribuições para se desconstruir a concepção mecanicista de ideologia advinda da corrente de pensamento marxista, para a qual existiriam relações diretas entre os acontecimentos e suas estruturas socioeconômicas, com repercussão nas superestruturas ideológicas. Na visão do referido autor (2008, p. 167), “a queixa inicial [do Círculo bakhtiniano] era a de que a produção teórica marxista, até aquele momento, não havia colocado o problema do estudo da ideologia no lugar certo”. Do mesmo modo, o trabalho do Círculo procurava combater a noção de ideologia defendida por teóricos das Ciências Humanas “como um pacote pronto, advindo da natureza ou mesmo do mundo transcendental”, explica Miotello (2008, p. 168).

A intenção do trabalho de Bakhtin e os teóricos do Círculo, segundo a percepção de Miotello (2008), era romper com a concepção de ideologia como “subjativa/interiorizada” e como “idealista/psicologizada”. Para tanto, concebiam a ideologia como de forma concreta e dialética:

Bakhtin mesmo alerta que não aceita ser medíocre dialeticamente, e por isso vai construir o conceito no movimento, sempre se dando entre a instabilidade e a estabilidade, e não na estabilização vem pela aceitação da primazia do sistema e da estrutura; vai construir o conceito na concretude do acontecimento, e não na perspectiva idealista (MIOTELLO, 2008, p. 168).

A ideologia seria a expressão de determinada tomada de posição e não reflexo da falsa consciência. O projeto bakhtiniano propunha, conforme a análise de Miotello (2008), que a ideologia irromperia também no cotidiano, se estabelecendo a cada situação de forma mais ou menos efetiva. Segundo Miotello (2008), o Círculo de Bakhtin reconstrói a noção marxista de ideologia oficial como falsa consciência, instituindo – como contraponto – a ideologia do cotidiano, fruto dos encontros causais. O contexto ideológico, nessa proposta, seria formado por um processo global entre a ideologia oficial (relativamente estável, com estrutura ou conteúdo) e a ideologia do cotidiano (parcialmente instável). A ideologia oficial da ótica marxista passa a ser vista, portanto, como relativamente dominante.

Apesar do Círculo de Bakhtin tratar do fenômeno ideológico, não existem definições explícitas nas obras como *Marxismo e filosofia da linguagem*, observa Miotello (2008, p. 169). O único conceito específica do termo ocorre em um artigo de 1930 de autoria de Voloshínov<sup>54</sup>: “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sógnicas”.

A ideologia se estabelece, portanto, em um jogo de construção dado na relação entre ideias relativamente instáveis e outras mais estáveis. Na visão de Miotello (2008, p. 171), o conceito pode ser compreendido como “a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens”. Nessa perspectiva, a ideologia se estabelece na e pela linguagem, onde todo signo passa a ser entendido como ideológico. Assim, as mudanças sociais repercutem na língua. Cabe notar, conforme Miotello (2008), que Bakhtin concebe o sujeito como constituído pela ação discursiva e também por todas as atividades humanas.

O emprego do discurso recebe um “ponto de vista”, uma vez que representa parte da esfera social:

---

<sup>54</sup> Miotello extrai a conceituação de ideologia do Círculo bakhtiniano do seguinte artigo: VOLOSHINOV, V. N. Que é linguagem. In: PONZIO, A. La revolución bajtiniana: el pensamiento de Bajtín y la Ideología contemporánea. Madrid: Catedra, 1998, p. 107.

Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade [...] Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos [...] aparecem na experiência exterior (VOLOSHÍNOV & BAKHTIN, [1929] 1979, p.33).

A ideologia ocorre somente pelos signos, os quais somente se estabelecem pela interação verbal, a qual é a “realidade fundamental da língua” para Voloshinov e Bakhtin ([1929]1979, p. 123).

Segundo Eagleton (1997, p. 38-40), existem seis correntes teóricas sobre a ideologia, apresentadas resumidamente abaixo:

a) Processo material geral de produção de ideias, crenças e valores na vida social. Nesse caso, a ideologia seria um complexo de práticas significantes e processos simbólicos em uma sociedade. Todavia, a ideologia significa mais do que práticas significantes, envolvendo relações entre os signos e os processos de poder político.

b) Ideias e crenças, sejam verdadeiras ou falsas, capazes de simbolizar as condições e experiências de vida de um grupo ou classe específicos. Aqui, a visão de mundo é socialmente significativa. Porém, essa conceituação não considera a existência das relações de conflito.

c) Campo discursivo através do qual os poderes se confrontam e colidem sobre questões centrais para a reprodução do poder social como um todo. É o espaço para o discurso persuasivo.

d) Promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo a ideologia às atividades do poder social dominante.

e) Significação de ideias e crenças facilitadoras da legitimação de interesses de um grupo ou classe dominante, mediante distorção e dissimulação. Contudo, nem todas as ideias de um grupo dominante promovem, particularmente, seus interesses.

f) Crenças falsas ou ilusórias advindas da estrutura material da sociedade, não dos interesses de uma classe dominante. A noção ainda traz o termo ideologia como pejorativo, mas avança na tese ao evitar uma descrição genérico-classista.

Diante dessas conceituações, às vezes, contraditórias e vagas, reafirma-se o posicionamento de Eagleton (1997), admitindo a ideologia como não ilusória, pertencente ao sistema de crenças e a questões de poder, fator que não implica a



legitimação desse poder porque nem todo corpo de crença está vinculado a um poder dominante. Os processos ideológicos não são, essencialmente, da ordem das ideias, mas operam como estrutura imposta que transpassa a consciência, diz Eagleton (2010, p. 218).

De fato, a ideologia está presente na linguagem e é através dela que se manifesta, tal como observa Assunção (2001, p. 44): “o investimento ideológico da linguagem opera através da instituição das convenções sociolingüísticas, compreendidas como resultantes as relações e lutas de poder”. Em todo ato de fala, estão presentes visões de mundo, saberes e crenças que refletem as condições determinadas pelo já dito e a situação de comunicação.

As disputas de poder ocorrem no campo do dizer e a ideologia se apresenta como um estado natural de ideia e pensamento que se projeta como imposição em larga escala. Afinal, o discurso, em si, é um jogo ideológico. Não existe neutralidade no universo dos signos. De acordo com Guilbert (2007, p. 92), “tout discours idéologique dissimule sa propre nature, que la dissimulation est consubstantielle aux discours idéologiques<sup>55</sup>”. Os elementos essenciais do discurso ideológico são a dissimulação e a racionalidade, especificamente, “o sagrado dissimulado”. O sagrado é o poder, aquilo que não se deve tocar, cabendo respeito; é uma violência simbólica que passa despercebida e também uma submissão aos saberes expostos pela instância produtora do discurso.

O terreno para a sacralização da ideologia está na linha de partilha entre o que se deve dizer e o que é proibido de ser dito, observa Guilbert (2007, p. 90-91). Essa arena discursiva é denominada “contrato da comunicação midiática” na vertente charaudeana, no qual os sujeitos estabelecem acordos prévios sobre a situação de comunicação, delimitando e cerceando os projetos de fala.

A linha de partilha permite que a ideologia possa dissimular o sagrado por meio da construção de um discurso racional. “La rationalité du discours induit la rationalité de la pensée et la légitimité du pouvoir<sup>56</sup>” (GUILBERT, 2007, p. 93). Com isso, a estratégia discursiva de alicerçar o dizer na *doxa* pode influenciar o sujeito a pensar a partir da projeção de sentidos do Eu-enunciador. Como observa Guilbert

---

<sup>55</sup> “Todo discurso ideológico dissimula sua própria natureza, já que a dissimulação é consubstancial aos discursos ideológicos”. (Tradução nossa).

<sup>56</sup> “A racionalidade do discurso induz a racionalidade do pensamento e a legitimidade do poder”.

(2007, p. 93), o “sagrado mostrado” constitui elemento de legitimação que se revela em diferentes formas que vão desde a existência de Deus, perpassando pela democracia, a nação e a vontade de opinião. Tais valores sacros “font pareillment appel aux croyances individuelles et collectives<sup>57</sup>” (GUILBERT, 2007, p. 93), porém, possuem a mesma natureza ideológica do poder, o “sagrado constitutivo”, que é a função de dissimulação. A peculiaridade do “sagrado mostrado” está na forma em que é apresentado discursivamente, sendo reconhecido pela maioria como próximo à *doxa*.

O processo ideológico caracterizado por Guilbert (2007) se assemelha ao pensamento de Eagleton (2010, p. 212), o qual concebe que a estrutura ideológica é fechada, circular e autoconfirmadora. No viés de pensamento de Chauí (2008), a ideologia possui caráter prescritivo, regulador e normativo, indicando formas de pensamento e ação aos sujeitos da sociedade. O conjunto de representações e práticas atua como um receituário de ideias, valores e condutas. “A função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos” (CHAUÍ, 2008, p. 114). Para obter êxito, a ideologia precisa se mascarar e não revelar a origem, em um processo de racionalidade para assegurar a coerência. O posicionamento de Chauí (2008) se aproxima da compreensão de Guilbert (2007), no sentido de que a ideologia é um sistema de ideias, com organização coerente e vocação para a conversão.

A esquematização charaudeana dos imaginários sociodiscursivos será abordada adiante, mas neste ponto cabe notar que a ideologia se fundamenta na aparente racionalidade argumentativa, reconhecível nos saberes de conhecimento e de crença, os quais podem ser aproximados superficialmente da denominação dada por Guilbert (2007) para o “sagrado constitutivo” e “sagrado mostrado”, respectivamente. Desse modo, o discurso ideológico tem uma aparência de racional. Ele não o é em essência porque não carrega as palavras para sua própria refutação.

A ideologia é considerada aqui como um sistema de ideias que se releva no e pelo discurso dissimulado de poder, o qual se legitima pela enunciação

---

<sup>57</sup> “fazem, da mesma maneira, apelo às crenças individuais e coletivas”. (Tradução nossa).

fundamentada na racionalidade ficcional partilhada, produzindo o efeito desse discurso não ser visto como ideológico.

A mesma proliferação de conceitos acerca da ideologia ocorre com a noção de sistemas de representações, dificultando a localização teórico-metodológica em meio ao conjunto de concepções desenvolvidas, especificamente, a partir da emergência da concepção de representação coletiva por Durkheim (1963) e a releitura teórica de Moscovici (1978; 1989) para a representação social. Tem-se denominações como sistemas de conhecimento, ideias, crenças, valores, assim como teorias, doutrinas e ideologias para o estudo de um fenômeno que não se dá isoladamente. Durante um ato comunicativo, não se pode emitir somente os saberes de conhecimento do campo científico sem a impressão de crenças, valores e emoções, por exemplo. As fronteiras entre tais conceitos são híbridas, perenes, em que a representação social abarca mais do que dados a serem isolados em uma análise. Como questiona Charaudeau (2006), nos sistemas de conhecimento e crenças não existiriam jamais valores? As teorias podem se converter em doutrinas ou ideologias? Exemplo disso está no marxismo e na psicanálise, observa o autor.

Para evitar equívocos de interpretação na análise dos imaginários de verdade do discurso político, Charaudeau (2006) opta por conceituar os imaginários sociodiscursivos como plano visível do dizer que expressa o fenômeno cognitivo-discursivo de transmissão de saberes sociais. O estudo dos imaginários sociodiscursivos permite investigar os mecanismos de engendramento das representações sociais.

O caminho para a formação de tais imaginários perpassa pelo campo da interdiscursividade, ilustrada graficamente por uma “gênese dos saberes” (FIG. 4), por onde os saberes e dizeres se ancoram implícita ou explicitamente. O diagrama permite o mapeamento e estudo dos modos de ver e julgar o mundo representados no e pelo discurso. Além disso, amplia a compreensão conceitual e oferece ferramenta metodológico para analisar as fronteiras híbridas entre sistemas de conhecimento e de crença. Cabe notar que todo dizer, em uma ótica bakhtiniana, é dado em um campo interdiscursivo pelo qual faz referência a outros já ditos; logo, não existe discurso totalmente novo e sim reconstruções.

A base dos imaginários sociodiscursivos, na perspectiva de Charaudeau (2007), está em sistemas de pensamento coerentes, por meio de tipos de saber que são investidos: de *pathos* (o saber como afeto), de *ethos* (o saber como imagem de

si) e de *logos* (o saber como argumento racional). A apreensão de estes saberes ocorre através do discurso, dado nas situações de comunicação em que as representações se refletem no dizer. A fundamentação dos discursos, ainda na visão do teórico supracitado, ocorre em saberes de conhecimento e de crença que circulam socialmente e são utilizados para a criação de argumentos.

Conforme Charaudeau (2007), os saberes de conhecimento procuram estabelecer uma verdade (existente fora da subjetividade do sujeito) acerca dos fenômenos do mundo. A estruturação tem como base dois tipos de saberes: o *científico* e o de *experiência*. O primeiro resgata as maneiras de ver e dizer das ciências em geral através de teorias e um aparelho metodológico, visando uma aparência de neutralidade discursiva. O segundo revela traços da realidade experimentada e universalmente partilhada sem o compromisso de oferecer garantias de comprovação sobre as explicações do mundo.

Já os saberes de crença, atenta o autor supracitado, trazem uma descrição ou explicação centrada no mundo, independentemente do ponto de vista do sujeito, não sendo verificável. Essa dimensão está associada, por um lado, à *revelação* – ambiente de reconhecimento de verdades fora do sujeito sem provas concretas, pelo qual circulam as doutrinas (sagradas ou profanas) e ideologias (modo de transmissão doutrinal de saberes genéricos com vista a englobar a atividade social). Por outro, os saberes de crença podem estar respaldados na *opinião*, esfera onde o sujeito se impõe ao mundo através de um engajamento para emitir julgamento acerca dos fatos do mundo, tomando posição validada por processo de avaliação. A base de sustentação dos argumentos está em lógicas afetivo-rationais como o necessário, o provável, o possível, o verossímil. A identificação deste tipo de saber pode ser dada em três subcategorias: *opinião comum*, generalizante e com intuito universal; *opinião relativa*, julgamento circunstancial sobre uma situação emitido por um sujeito ou grupo; e a *opinião coletiva*, que consiste na opinião de um grupo sobre outro, tendo como objetivo delimitar o outro em denominações definitivas e essencializantes. Esquemáticamente, a gênese dos saberes assume a seguinte forma (FIG. 4):

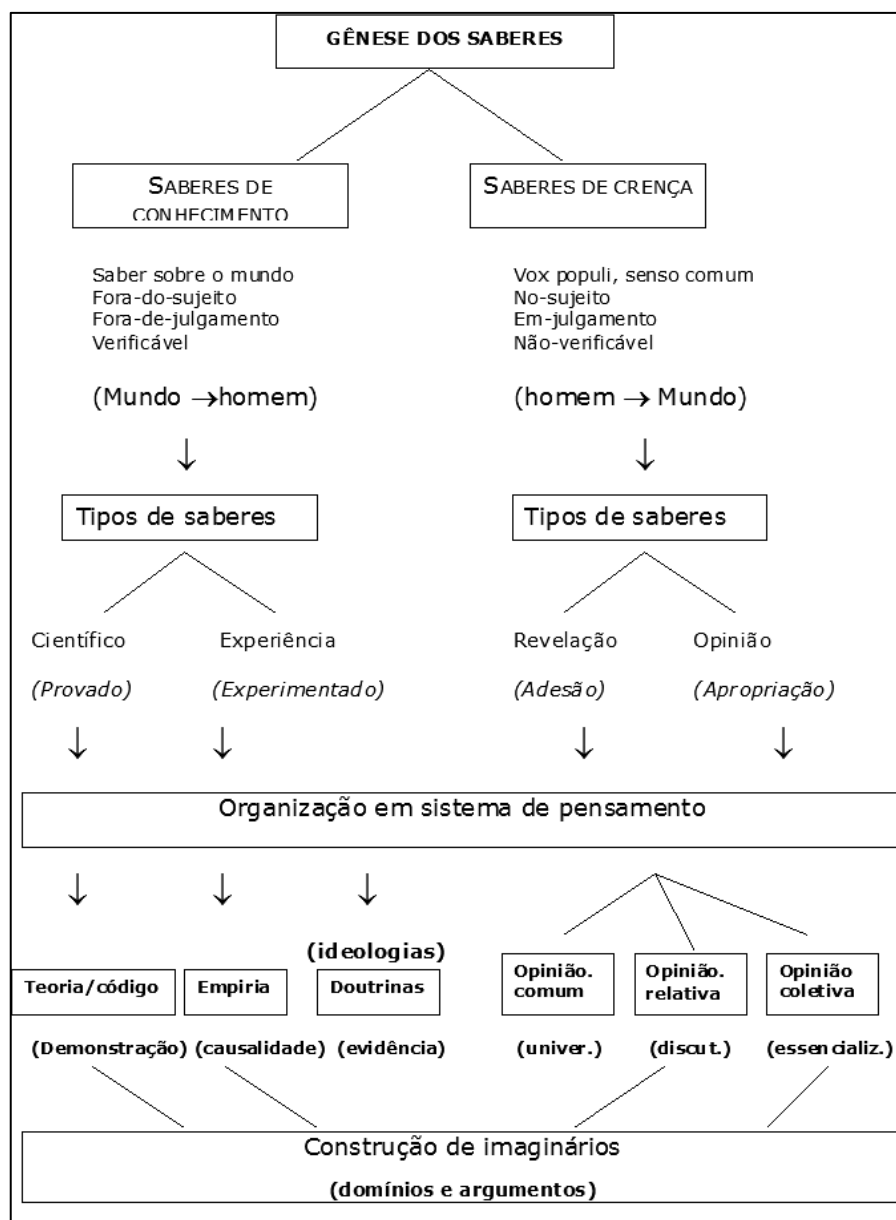


FIGURA 4 – Gênese dos saberes.

FONTE – Charaudeau, 2007. Tradução de Mendes (2010).

Os imaginários sociodiscursivos não têm preocupação de fixar uma relação antagônica de falso e verdadeiro ou certo e errado; eles carregam visões de mundo, valores e crenças sobre determinado assunto emergido em uma situação comunicativa. “Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos fazem e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais”, ressalta Charaudeau (2006, p. 207). A materialização discursiva dos saberes perpassa por um processo de racionalização no sujeito.

### 1.2.1. Os imaginários sociodiscursivos icônicos

Os sistemas de saberes do mecanismo do fenômeno cognitivo-discursivo das representações sociais não estão presentes somente em elementos verbais. Como avalia Mendes (2010), os imaginários sociodiscursivos podem ser verbo-icônicos. A imagem é sempre imagem de alguma coisa – como linguagem, ela cria representações – e esse ato implica em construção discursiva feita com base em processos de discriminação, classificação e atribuição de valores.

Os imaginários não estão agrupados nos mesmos suportes: eles comportam dimensões languageiras e expressões visuais condicionadas por experiências de “verbalização” e “escópica do olhar”, respectivamente, as quais constituem “deux sources et registres nettement différenciés d’information et d’expression de l’homme<sup>58</sup>”, explica Wunenburg (2003, p. 32). Elementos icônicos e verbais atuam de forma diferenciada transmissão de saberes de conhecimento e de crença. A divisão do imaginário em verbo-icônico tem o intuito didático de estudo, pois ele atua nos suportes verbais e não-verbais pela regra de complementaridade.

Nesse sentido, no caso da televisão, os sistemas de saberes estão presentes também nos elementos não-verbais que constituem o discurso televisual. De acordo com Soulages (2008), os sentidos são dados pela imagem cinética, onde três dispositivos constituem o regime de performatividade da representação televisual, atuando como as visadas discursivas na noção de Charaudeau (2004):

- Ficção: cria um mundo verossímil através de técnicas herdadas do cinema, onde o quadro-cena pretende provocar processos de identificação-projeção do universo reconstituído no espectador.

- Mostração: através do recurso de quadro-percurso, enunciados da realidade são veiculados para dar a impressão de não haver uma mediação explícita. O efeito gerado garante, ao telespectador, uma conexão com o mundo fenomenal restituído em sua verdade.

---

<sup>58</sup> “Duas fontes e registros nitidamente diferenciados de informação e expressão do homem”. (Tradução nossa).

- Espetáculo: oposto à transparência dos dispositivos de midiatização, o dispositivo procura, por meio do quadro-janela, abolir imaginariamente a cisão entre o universo espectral e o televisivo, tendo como finalidade a atração.

Com a aproximação dos estudos televisuais à Análise do Discurso, Soulages (2008) afirma que a mídia televisiva ampliou o espectro da imagem cinética, determinando a formatação do olhar do telespectador, em um processo de “cinesintaxe” desse olhar relacionados às formas de expressão e ativados pelo enquadramento.

Cada programa vai basear-se em procedimentos e formas de expressão, elaborando o ethos expressivo da performance em questão, suscetíveis de atualizar ‘fatores de ativação’ junto a comunidades de públicos diversos (tal cenário, iluminação, estilo de filmagem etc.) (SOULAGES, 2008, p. 263).

A configuração visual do programa televisivo traz, portanto, elementos que facilitam a percepção do espectador sobre o contrato de comunicação. A presença de um apresentador lendo um texto, com fundo azul, cenário de redação ao fundo e iluminação de estúdio, revelam os primeiros sentidos para o telespectador perceber que assiste um telejornal, formatando seu olhar e expectativas para a visada informativa.

Segundo Soulages (2008, p. 258), a televisão alia duas performances midiático-discursivas: (i) a fusão da ação e linguagem; (ii) publicização. A primeira entende que a emissão de televisão é uma cerimônia-acontecimento imersa dentro de uma grade de programação “com suas visadas, seu enquadramento genérico, seu formato, seu limite e seu processo de interação-consumo”. A segunda performance dá visibilidade ao discurso que toca o telespectador na posição de membro do público e também de ator social e cultural, sendo estas atravessadas pelas visadas de influência da TV.

Os efeitos visados pela instância midiática de produção são construídos dentro dos dispositivos (ficção, mostração e espetáculo), os quais se fundamentam em estratos, caracterizados como:

a) Estrato plástico-sonoro: constitui a matéria viva da estética do fluxo televisivo. São as cores, formas, texturas, luzes e superfícies aliadas às texturas musicais (tonalidade, ritmo). De acordo com Guimarães (2004), a cor funciona como um código a ser interpretado culturalmente, onde os sentidos são apreendidos de

forma diferenciada de acordo com os grupos, lugar, regiões e situações comunicativas.

b) Estrato icônico: reagrupa elementos do cenário, o ambiente e os modos como os sujeitos filmados aparecem (figurino, posturas).

c) Estrato escópico: coloca em jogo a proximidade ou distância entre os protagonistas da cena.

d) Estrato cinético: dinâmica das tomadas de câmera (movimentos, efeitos de fragmentação da imagem, duração dos planos, transições, efeitos de câmera lenta/rápida e tonalidade do programa).

e) Estrato marcado pela distribuição de diferentes tipos de quadros: formas de expressão (quadro-afresco, cena, percurso, janela) sustentam as diferentes atitudes ou posturas espectatoriais.

f) Estrato narrativo/identitário: remete ao estatuto dos sujeitos filmados, identidade de gênero, social, midiática (testemunha, ator, especialista, anônimo), colocando em jogo regimes de credibilidade divergentes.

g) Estrato comunicacional: está associado a papéis e comportamentos reforçados pelos protagonistas de cada performance.

h) Estrato verbal: registros de língua, prosódia.

Na concepção de Soulages (2008), esses diferentes fatores de ativação operam como elementos que permitem o telespectador discriminar e classificar os programas, abrindo espaço também para impressões de sentidos – ocasionadas pelos estratos plásticos, cinéticos, comunicacionais – assim como para efeitos de sentido – gerados pelos estratos icônicos, escópicos, verbais.

De acordo com Wunenburg (2003), as teorias mais recorrentes para a análise dos imaginários nos suportes icônicos têm respaldo nas escolas da semiótica estrutural (subjativista e cognitivista) e a hermenêutica simbólica. Entretanto, no campo da Análise do Discurso, Mendes (2010) desenvolve uma grade de análise de imagens móveis que articula a Teoria Semiolingüística com as proposições de Soulages (2008) e de Guimarães (2004).



| Corpus | Dimensão situacional |                   |         | Dimensão técnica da imagem móvel<br>Estratos |         |          |          |                 |                        | Dimensão discursiva da imagem |                              |                     |                      |
|--------|----------------------|-------------------|---------|----------------------------------------------|---------|----------|----------|-----------------|------------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------|----------------------|
|        | Sujeitos do discurso | Gênero & estatuto | Efeitos | Plástico-sonoro                              | Iconico | Escópico | Cinético | Tipo de quadros | Narração/identificação | Modos de organização          | Imagínarios sociodiscursivos | Categorias etóticas | Categorias patêmicas |
|        |                      |                   |         |                                              |         |          |          |                 |                        |                               |                              |                     |                      |

TABELA 1 – Grade de análise de imagens móveis

FONTE – Mendes, 2010.

A grade (TAB.1) procura operacionalizar a análise dos conceitos que envolvem a Teoria Semiolinguística na interface com os estudos televisuais e das configurações das cores. Mendes (2010) considera ser possível pensar as imagens televisuais em três dimensões que permitam investigar a situação de comunicação: “situacional”, “técnica da imagem móvel” e “discursiva”.

A primeira possibilita identificar os sujeitos da linguagem, na concepção de Charaudeau (2009), os gêneros e estatutos do enunciado imagético, assim como os efeitos visados. A partir da dimensão técnica da imagem móvel, podem ser levantados os estratos plástico-sonoro, icônico, escópico, cinético, os tipos de quadros e narrativo/identitário. Esses elementos carregam sentidos que contribuem para compreender a dimensão discursiva da imagem, a qual parte da identificação do modo de organização do discurso icônico para caracterizar os imaginários sociodiscursivos, bem como as categorias etóticas (imagens que o orador projeta de si) e patêmicas (efeitos visados).

As seções anteriores discorreram sobre o funcionamento dos processos de interação entre a instância midiática e o público-alvo, enfocando a volta do sujeito empírico ao centro de produção do ato de linguagem.

Como lembram Voloshínov e Bakhtin ([1929]1979), comunicar envolve interrelação tanto no diálogo entre sujeitos quanto no diálogo entre os textos. Os dizeres, portanto, não são novos, pois retomam traços de ditos anteriores. Ao enunciar, o sujeito já fala de um lugar previamente estabelecido e direcionado ao interlocutor, estando sobredeterminado pelas condições situacionais e comunicacionais da situação de comunicação, característica que restringe a liberdade do sujeito de dizer o que pretende de qualquer ambiente social e discursivo.

No processo de construção do dizer, o sujeito está em meio a uma teia discursiva e, ao puxar um fio (uma palavra), esta seleção traz visões sociais e particulares sobre o tema em debate. Desse modo, a cada conversa, seja face-a-face, mediada ou quase-interação mediada – na terminologia de Thompson (1998) - imaginários sociodiscursivos fundamentam o discurso, visando influenciar o outro. Os dizeres revelam práticas sociais e carregam visões de mundo, valores e crenças. Sistemas de conhecimento e de crença integram e permeiam os discursos através do mecanismo de engendramento das representações sociais e se revelam nos imaginários sociodiscursivos.

Como abordado, a mídia informativa é instituída como legítima para acessar os saberes e transmiti-los em larga escala e, por meio de estratégias discursivas de credibilidade, confirmar seu poder de dizer. O jornalismo apresenta-se reconhecido como instância compósita que diz o verdadeiro, em um mascaramento do processo de produção da notícia. Nessa dinâmica, procura cumprir o dever cívico de informar os cidadãos, encenando, em um microcosmo informativo, os acontecimentos da esfera pública e, com isso, as zonas de tensão, concordância e discordância culturais, os jogos de poder e as disputas entre grupos sociais. No telejornalismo, os elementos verbais e icônicos atuam em uma relação de complementaridade na construção da mensagem, conforme debatido por Figueiredo (2008); Figueiredo e Rezende (2007).

A instância jornalística reproduz, de forma sobredeterminada, as práticas sociais do meio em que está inserida, imprimindo também as suas marcas individualizadas, sendo condicionada e condicionando a realidade. O jornalismo passa a ter o poder de influenciar os sujeitos destinatários que representam o papel de interpretantes quando apresenta o recorte discursivo de real como sendo uma verdade linguística respaldada em imaginários sociodiscursivos.

Evidentemente, a reconstrução de sentidos é negociada em um jogo de co-intencionalidades. O público não é massa amorfa e acrítica. A informação é interpretada individualmente na esfera de recepção por meio de um processo de associação entre os referenciais de mundo internalizados pelo sujeito, imerso em grupos sociais, e os dados externos e internos do contrato de comunicação (semiotizados em imagens e palavras), cabendo à instância produtora apenas gerar os efeitos pretendidos.

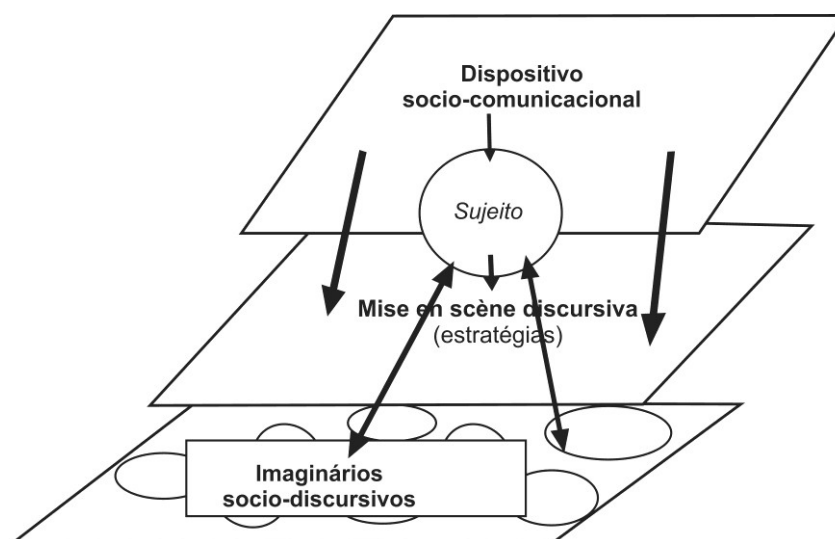


FIGURA 5 – Representação piramidal da comunicação linguageira  
 FONTE – Charaudeau, 2009b. Tradução de Angela Maria da Silva Corrêa.

A figura 5 apresenta uma representação piramidal da comunicação linguageira proposta por Charaudeau (2009b). O esquema ilustra como agem os entrecruzamentos de imaginários sociodiscursivos, estratégias discursivas, sujeito e dispositivos sociocomunicacionais.

As representações socialmente partilhadas adquirem forma pelo dizer, por meio dos imaginários sociodiscursivos. Os discursos revelam os diferentes saberes “misturados” que, segundo Charaudeau (2009b), circulam nos grupos sociais. Os sujeitos se ancoram em alguns traços desses saberes para fundamentar os seus discursos, característica que exige uma competência semântica por parte deles.

As trocas sociais se estabilizam nos dispositivos sociocomunicacionais, os quais “funcionam como contratos de comunicação e que fornecem instruções sobre as maneiras de se comportar através da linguagem”, comenta Charaudeau (2009b, p. 324). É nesse quadro que os gêneros situacionais se constituem, o lugar de “instrução do como dizer”. A articulação de competências de ordem comunicacional e situacional cabe aos sujeitos.

Amparado pelos imaginários sociodiscursivos e restrito pelas condições do contrato de comunicação, é na *mise en scène* discursiva que o sujeito constrói o discurso e uma identidade<sup>59</sup> discursiva, acionando competências discursivas e

<sup>59</sup> A identidade aqui é conceituada como traços identitários, na concepção de Charaudeau (2009b), pois não existem formas perenes e estabilizantes de essencialização dos sujeitos.

semiollingüísticas que confrontam os traços identitários sociais determinados pelo outro ou grupos sociais.

A representação piramidal da comunicação linguageira elucida que o sujeito é essencial no ato de produção de linguagem, haja vista que ele seleciona, filtra e reconstrói os imaginários sociodiscursivos que serão utilizados na elaboração do discurso, dentro de um quadro de sobredeterminação situacional e comunicacional do contrato de comunicação. O entrelaçamento entre instância individual e social é explicado por Charaudeau (2009b):

sem identidade social não há percepção possível do sentido e do poder da identidade discursiva; sem identidade discursiva diferente da identidade social e reveladora do 'posicionamento' do sujeito, não há possibilidade de estratégias discursivas, e sem estratégias discursivas, não há possibilidade para o sujeito de se individualizar, o que corresponderia a um sujeito sem desejo (CHARAUDEAU, 2009b, p. 324-325).

O sujeito procura se individualizar, se (re)afirmar identitariamente, pela linguagem, especificamente, pelas estratégias discursivas possíveis em cada discurso. O jogo de cada situação de comunicação traz consigo os modos de individualização dos sujeitos e as práticas sociais que visam reforçar ou silenciar as características do Outro.

## CAPÍTULO 2 – A SURDEZ COMO OBJETO DISCURSIVO

No presente tópico, propomos pensar a surdez como um objeto discursivo, em que as lutas e jogos de poder dados da esfera social são reconstruídos por meio do dizer. Tais traços atravessam os campos de saberes e podem ser perceptíveis na materialidade linguística dada pelos imaginários sociodiscursivos, entendidos como dimensão tangível das representações sociais, tal como discutimos no primeiro capítulo. Articulamos nossa argumentação por meio da interlocução entre os Estudos Surdos, Estudos Culturais e Análise do Discurso.

Ser surdo ou não-surdo envolve, então, disputas de traços identitários sociais e discursivos que se revelam a cada situação de comunicação, explícita ou implicitamente. Semelhança e diferença se estabelecem nas práticas sociais e se revelam e propagam por meio do dizer.

Perlin (2005, p. 62-67) estabelece uma categorização das identidades surdas com o intuito de sistematizar os processos de heterogêneos de diferenças dentro da surdez. Com base em Hall (1997), na ótica da autora, sobressaem-se cinco tipos, a saber:

a) “Identidade política surda”, marcada pela perspectiva da militância e dos movimentos sociais em prol do reconhecimento das diferenças.

b) “Identidades surdas híbridas”, lugar de referência para os sujeitos que nasceram ouvintes e se tornaram surdos ao longo do tempo. Perlin (2005) entende que tais pessoas sempre terão duas línguas, porém a preferência identitária penderá para a surdez.

c) “Identidades surdas de transição”, quando o surdo abandona a vivência no universo dos ouvintes e interage com a comunidade surda, em um processo de “des-ouvintização”.

d) “Identidade surda incompleta”, referente aos surdos sob o poder ouvintista, os quais são se veem e não se aceitam plenamente como integrantes da comunidade surda.

e) “Identidades surdas flutuantes”, sujeitos sem laços com a comunidade ouvinte nem surda. Essa desvinculação identitária seria decorrente da falta de conhecimento necessário para comunicar em língua oral e/ou sinais.

A sistematização das identidades surdas por Perlin (2005) atua como referencial para se perceber a complexidade e hibridez das formações de sentidos de identificação dos surdos. Nota-se que o traço distintivo das identidades surdas se respalda no pertencimento a uma cultura, na comunicação entre os sujeitos, no domínio pleno ou não da língua de sinais<sup>60</sup> ou oral. O cenário traçado por Perlin (2005) é um primeiro passo para a compreensão da pluralidade e complexidade identitária dos surdos:

Não é saudável alegar uma identidade, cultura ou perspectiva surda (Surda) unificadora, pois os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de “diferença” (SÁ, 2002, p. 94).

Assim, não é somente a característica da surdez que determina “quem” é o sujeito, mas as suas distintas interfaces individuais e sociais no âmbito de cada face de cultura pela qual transita.

Conforme Hall (1997, p. 21), “as identidades são contraditórias, se cruzam, se deslocam continuamente”. Em uma vertente de pensamento charaudeana, pontuamos ainda que as identidades são construídas e desconstruídas a cada situação de comunicação, não sendo estanques e perenes. Assim como explica Charaudeau (2009b), existem identidades sociais (aquelas que os sujeitos são vistos como tal) e identidades discursivas (como os enunciadores se projetam para os interlocutores). Desse modo, o surdo pode querer ser visto, por exemplo, na “identidade política surda”, mas ser percebido pelos outros a partir de uma “identidade surda de transição”. O jogo identitário se estabelece, então, enquanto projeção de sentidos, seja do Eu ou do Outro.

Em Figueiredo (2008), debatemos como a surdez é uma diferença comunicativa antes de ser biologicamente ou politicamente marcada, em que as representações sociais têm papel preponderante na organização de sentidos de

---

<sup>60</sup> Para consultar sobre nossa visão acerca da estruturação da Libras como língua espaço-visual, vide Figueiredo (2008).

identificação sobre o Outro. A surdez não está restrita somente a uma condição biofisiológica, tendo em vista que a cultura surda se estruturaria centralmente pela língua de sinais. Nessa ótica, os saberes sobre a surdez são híbridos e não podem ter a origem facilmente demarcada em domínios da medicina, educação, antropologia, sociologia.

Porém, majoritariamente, os não-surdos ainda têm a impressão de que a comunicação oral-auditiva é o único modo de materializar eficientemente um pensamento. Este posicionamento se ancora nos referenciais particulares e grupais de mundo, esquecendo-se de que a linguagem pode ser expressa por quaisquer dos cinco sentidos humanos (visão, tato, paladar, olfato, audição) desde que o interlocutor compartilhe os índices e códigos que se emite. A narrativa de vida da surdo-cega Suely Silva – exibida pelo *Jornal Visual* em 21 de fevereiro de 2011 – ilustra a possibilidade de sistemas mistos de comunicação. Surda de nascença, ela utilizava a língua de sinais até que, aos 48 anos, ficou cega. Desde então, aprendeu o Braille para a leitura e emprega o tato para receber os enunciados dos interlocutores em Libras.

Assim como qualquer discurso, o tema da surdez não é isento de influências e marcas individuais e sociais, em que os sujeitos embutem nos dizeres os valores, crenças e ideologias nos quais se respaldam. A presente tese considera, na perspectiva charaudeana, que não há sobredeterminação nem liberdade totais para que o sujeito se autodefinia: ele se insere no contrato de comunicação e parte de referências anteriores e já-ditos para se constituir em seus papéis e identificações.

Os imaginários sociodiscursivos sobre a surdez são constitutivos de *ethé* prévios e discursivos, influenciando as identidades que os surdos e não-surdos selecionam e ressignificam para se encenarem discursiva e socialmente. Desse modo, os sujeitos escolhem e estruturam os sentidos de identificação a partir dos saberes de conhecimento e de crença que circulam no campo discursivo do qual fazem parte.

O campo discursivo é entendido aqui como arena onde os dizeres sociais se confrontam, se aliam ou procuram se neutralizar. Maingueneau (2004, p. 29) acredita que

C'est à l'intérieur du champ discursif que se constitue un discours et nous faisons l'hypothèse que cette constitution peut se laisser décrire en termes d'opérations régulières sur les formations discursives déjà existantes. Ce qui ne signifie cependant pas qu'un discours se constitue au même titre avec *tous* le discours de ce champ (MAINGUENEAU, 1984, p. 29)<sup>61</sup>.

O campo discursivo pode ser pensado como um ponto de encontro entre discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo de como se deve ocupá-la. Todavia, o campo não pode ser apreendido em sua totalidade por meio da linguagem, o que somente é possível através do objeto discursivo, entendido aqui como dimensão tangível do campo discursivo.

Contrariamente ao posicionamento de Maingueneau (1984, p.28), não se compreende o campo discursivo como conjunto de formações discursivas. As regularidades estanques e herméticas não existem e não condicionam totalmente os projetos de fala dos sujeitos. Existem, sim, regras situacionais e comunicacionais para a formação dos discursos, mas há também uma liberdade do sujeito, uma margem de manobra que permite a ruptura do contrato de comunicação ou a incorporação visões particularizadas por meio de estratégias discursivas.

Os saberes não flutuam sozinhos no interior da língua. O percurso de manifestação de imaginários sociodiscursivos não é linear e envolve, portanto, subjetividade de quem fala dentro de um texto imerso dentro das condições impostas pelo contrato de comunicação.

Não se pode pensar, portanto, em termos de regularidade discursiva sem a presença dos sujeitos. Os discursos são localizados nas esferas social, histórica, cultural, especial e temporal; eles se fazem e refazem a cada situação de comunicação, em um complexo movimento de ruptura e descontinuidade na reconstrução de saberes em discursos. O campo discursivo não é um local com delimitações evidentes, se aproximando mais de uma abstração conceitual para a observação das trocas sociais, da relação de interdiscursividade e dialogicidade.

Enquanto objeto discursivo que revela traços de um campo, a surdez é (re)construída por saberes acerca dos surdos e não-surdos, influenciando o

---

<sup>61</sup> “É no interior desse campo discursivo que se constitui um discurso e nós fazemos a hipótese de que essa constituição pode de deixar descrever em termos de operações regulares sobre as formações discursivas já existentes. Isso não significa que um discurso se constitui do mesmo modo que todos os discursos desse campo”. (Tradução nossa).



estabelecimento de identidades sociais e discursivas de tais sujeitos e grupos. A recorrência de traços de saberes de conhecimento e de crença sobre a surdez, depositados na memória coletiva, tem, portanto, o poder de influenciar as visões particulares e coletivas acerca do Outro, do diferente – nesse caso, o surdo. Dito de outra forma, o fato de se comunicar por um canal espaço-visual distinto do sistema majoritário da comunicação oral-auditiva leva ao estabelecimento de visões, por vezes, cristalizadas que condicionam o olhar sobre os surdos.

Diante do exposto, o questionamento de Thoma (2005) se faz pertinente:

*A não aprendizagem do surdo é mesmo um fato natural, decorrente da condição biológica e, portanto, de sua exclusiva responsabilidade, ou decorre de fatores de ordem social? Ou, ainda: O fracasso escolar do surdo não está ligado a um imaginário e uma representação que lhe dita uma incapacidade de aprender decorrente da perda biológica, introjetada e aceita pelo próprio surdo? (THOMA, 2005, p.136: grifos da autora).*

A problemática da surdez está nos imaginários sociodiscursivos que condicionam, de certo modo, os traços identitários sociais e discursivos de surdos e não-surdos. “As diferenças empíricas – como a cor da pele ou a surdez – não possuem, em si mesmas, nenhum valor natural”, sinalizam Skliar e Souza (2012, p 8). As idiossincrasias dos sujeitos são marcadas e significadas socialmente pelos Outros. O “ser deficiente auditivo” passa a ser uma representação socialmente partilhada que pretende ser unificante e levada às outras instâncias da vida do sujeito.

Para Skliar (1998, p. 45), os surdos têm sido definidos a partir de supostas características negativas e anormais, “mas os processos de construção das identidades não dependem de uma maior ou menor limitação biológica”; estão condicionados por relações complexas no campo linguístico, histórico, social e cultural. Em termos históricos, a contraposição ideológica a essa intolerância ao multicultural começou a ganhar força com o movimento em prol do Bilinguismo na década de 1960. De acordo com Sacks (1990), vivenciar a cultura surda expõe a situações que nós, falantes, mal podemos imaginar, tendo em vista uma nova gama de possibilidades linguísticas, intelectuais e culturais.

No caminho apontado por Thoma (2005), os imaginários têm sido uma forma de pensar a educação dos surdos e entender melhor o modo como foram e são tratados social e educacionalmente. Ao viverem na sombra de uma cultura dominante e língua oral-auditiva supostamente superior, os surdos tiveram as

subjetividades atravessadas e “o seu sucesso ou fracasso escolar se relaciona diretamente com as imagens e representações que dão ao surdo certas dificuldades de aprendizagem”, afirma Thoma (2005, p. 135-136).

O repensar a surdez estaria condicionado a uma mudança de postura e olhar no momento de narrar o Outro. Skliar e Souza (2012) propõem inverter a lógica sociohistórica e cultural que predomina até a atualidade:

em vez de se entender a surdez como uma exclusão e um isolamento no mundo do silêncio, defini-la como uma experiência visual; em vez de representá-la através de discursos médicos e terapêuticos, quebrar essa tradição por meio de concepções sociais, lingüísticas e antropológicas; em vez de submeter aos surdos a uma etiqueta de deficientes da linguagem, compreendê-los como formando parte de uma minoria lingüística; em vez de afirmar que são deficientes, dizer que estão localizados e são produzidos no discurso da deficiência (SKLIAR; SOUZA, 2012, p. 13).

Pelo deslocamento do princípio da alteridade, o Eu passaria a se projetar como Tu para que reconheça a existência das diferenças, evitando, assim, a reapropriação de imaginários sociodiscursivos majoritários que circulam socialmente.

Skliar e Souza (2012) acreditam que as práticas sociais regulam as relações e os processos identitários, em um pensamento de filiação foucaultiana. Segundo os autores, a contemporaneidade é marcada por diversas estratégias<sup>62</sup> de regulação e controle da alteridade. Os traços identitários dos surdos seriam sobredeterminados por discursos que procuram negar a existência do diferente e criar uma essência rígida ao corpo dito “anormal”, em um processo sociohistórico e cultural de marginalização da surdez que reflete as relações de força da esfera social. Por esse viés, não haveria escapatória a esse sujeito assujeitado pelas instituições e normas sociais.

Conforme abordado anteriormente, a Teoria Semiolingüística recoloca o sujeito no centro da produção languageira e essa modificação de postura teórica

---

<sup>62</sup> Skliar e Souza (2012, p. 3) exemplificam as narrativas: “a demonização do outro, a sua transformação em sujeito “ausente” [...]; a delimitação e limitação das suas perturbações; [...] a permanente e perversa localização do lado do fora e do lado do dentro dos discursos e práticas institucionais estabelecidas, vigiando permanentemente as fronteiras; a sua oposição a totalidades da normalidade através da lógica binária; sua imersão no estereótipo; a sua produção e utilização, para assegurar e garantir as identidades fixas, centradas, homogêneas, estáveis”.

permite o reconhecimento da existência de um espaço de resistência às condições impostas pelo contrato de comunicação. O sujeito não está mais assujeitado por completo, pois pode transgredir às regras pela quebra desse contrato ou imputar as marcas individuais pelas estratégias discursivas. No domínio do discurso, não existe sobredeterminação plena nem liberdade total.

Os imaginários sociodiscursivos perpassam, discursivamente, todas as esferas e grupos sociais. A surdez, assim, é um objeto discursivo com fronteiras abertas, em que se confrontam valores, crenças, conhecimentos e ideologias. A sociedade é marcada pelo dissenso, o recorrente embate discursivo que traz, para o dizer, as relações de força e estratégias de posicionamento dos sujeitos e dos grupos. Não existem imaginários sociodiscursivos certos ou errados sobre a surdez, mas a reprodução discursiva de relações (aproximação, tensões, obscurecimento, desconhecimento, valorização, entre outras) entre maioria e minoria culturais.

## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta como traçamos e definimos os percursos e procedimentos metodológicos para a análise dos discursos da TV e de parte dos telespectadores que participaram desta pesquisa. Retomando o que expusemos em nossa introdução, a presente tese tem o objetivo de:

- Fazer o levantamento e análise contrastiva dos imaginários sociodiscursivos sobre a surdez em notícias e reportagens relacionadas ao tema no *Jornal Visual* (TV Brasil). Adotamos as metodologias de pesquisa quantitativa e qualitativa *on-line* com parte do público-alvo (surdos e não-surdos) do telejornal (receptores residentes na região Sudeste do Brasil, entre 18 e 35 anos, e pertencentes à UFMG, UFRJ, UFES, USP, FENEIS e INES).

Especificamente, a intenção é:

- Mapear os imaginários sociodiscursivos sobre a surdez dados nos discursos do *Jornal Visual* e nos dizeres dos colaboradores da pesquisa.
- Investigar a influência dos discursos do *Jornal Visual* na construção de imaginários sociodiscursivos sobre o universo da surdez.
- Discutir os modos de encenação da mídia (*Jornal Visual*) na construção de imaginários sociodiscursivos sobre a surdez.

### 2.1. Descrição dos corpora

O estudo sobre os imaginários sociodiscursivos da surdez dados pela esfera de produção e recepção do *Jornal Visual* foi formado por dois corpora e foi executado em três fases de análise, a saber:

- **Etapas 1:** seleção de notícias e reportagens do *Jornal Visual* sobre a surdez no período de seis meses, datadas entre 6 de outubro de 2010 e 6 de abril de 2011. Análise quantitativa e qualitativa da macroestrutura do telejornal, a partir da metodologia desenvolvida por Silva (2005), com base em Soulages (1999), buscando levantamento quantitativo e qualitativo das marcas e formas de

estruturação do programa televisivo para se obter uma percepção da organização discursiva das edições selecionadas. Análise semiolinguística dos elementos verbais e não-verbais das mensagens televisivas das reportagens por meio da grade de análise de imagens móveis proposta por Mendes (2010). Análise das constantes e variantes dos imaginários sociodiscursivos projetados pelo *Jornal Visual*.

- **Etapa 2:** aplicação de questionário *on-line* com colaboradores que integram parte do público-alvo do telejornal. Mapeamento e seleção das respostas para proporção igualitária entre os grupos de receptores (surdos e não-surdos). Análise quantitativa e qualitativa dos imaginários sociodiscursivos que circulam entre os participantes da pesquisa e os sentidos projetados a partir da recepção das matérias sobre a surdez do *Jornal Visual*.

- **Etapa 3:** análise dos imaginários sociodiscursivos consoantes e variantes produzidos pelo *Jornal Visual* e pelos respondentes do questionário.

O primeiro *corpus* foi composto de uma seleção de notícias e reportagens sobre a temática da surdez veiculadas no *Jornal Visual*, capturados através dos vídeos disponíveis no *site* do programa <<http://tvbrasil.org.br/jornalvisual>>. O período de gravação foi de seis meses, pois mapeamentos prévios indicaram a reduzida incidência de informações sobre a surdez<sup>63</sup>. Das 114 edições do período, nove<sup>64</sup> abordaram a surdez; ao todo, 12 notícias e reportagens foram sobre a temática em questão, as quais versaram sobre esporte, saúde, educação e cultura.

O material selecionado foi investigado em sua macroestrutura, conforme metodologia desenvolvida por Silva (2005), e a fundo, a partir da grade de análise de imagens móveis de Mendes (2010). Das 12 notícias e reportagens, sete foram selecionadas como base do segundo *corpus*, no qual parte do público-alvo do programa assistiu teve contato com as informações sobre a surdez.

---

<sup>63</sup> O *Jornal Visual* exibe diariamente uma sessão didática intitulada “Ensinando Libras”, na qual mostra a correspondência de três palavras em português para a Libras. Esse conteúdo audiovisual não se caracteriza dentro dos conceitos de notícia e reportagem e foi desconsiderado nas análises do presente estudo.

<sup>64</sup> As notícias e reportagens sobre a surdez foram transmitidas: em 2010, nos dias 4, 17 e 18 de novembro, 24 e 31 de dezembro (reprises de matérias do ano); em 2011, nas datas 15, 21 e 24 de fevereiro e 1º de abril.

A etapa 2 constituiu de coleta de dados por meio de aplicação de questionários individuais *on-line*<sup>65</sup> no endereço eletrônico <<http://pesquisasurdez.wordpress.com>>. As perguntas estruturadas e semi-estruturadas foram padronizadas, versando sobre os imaginários sociodiscursivos da surdez (vide Anexo 1). O objetivo é perceber os territórios intermediários nos quais transitam as noções da surdez, em quais conhecimentos e crenças se ancoram os participantes, bem como os posicionamentos tomados após assistirem as notícias e reportagens do *Jornal Visual*.

O questionário e as respostas coletadas para esta pesquisa de Doutorado ocorreram por meio da Língua Portuguesa, tendo em vista que a *internet* exige<sup>66</sup> a competência bilíngue do surdo, que deve ter conhecimentos do português escrito para ser usuário da rede mundial de computadores. O método de coleta de dados “entrevistas estruturadas” foi utilizado, conforme terminologia de Mann e Stewart (2000).

A aplicação de questionários em português escrito na *internet* tem como ponto de apoio a caracterização das identidades Surdas por Perlin (2005). No modelo proposto pela referida autora, a identidade *política surda* seria a única em que o surdo seria comunicante somente em Libras; as outras quatro identidades (*híbridas, de transição, incompleta e flutuante*) apontam uma interface do sujeito com a comunicação em Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, ser surdo não está restrito somente à experiência plena da comunicação espaço-visual; existem áreas de passagem, de entremeio, as quais também foram os sentidos de identificação dos sujeitos. Com isso, aplicar um questionário somente em Libras seria projetar um Tu-interpretante ideal (surdo sinalizador em Libras), impedindo a emergência da opinião plural decorrente da diversidade comunicacional e identitária que compõe a surdez. Não concebemos a identidade surda como única, hermética e fechada em si, pois essa convicção acarretaria em hierarquizações e relações de poder dentro da

---

<sup>65</sup> O questionário padrão foi desenvolvido com a tecnologia oferecida pela ferramenta *on-line* *Obsurvey.com*, permitindo a tabulação das respostas de forma automática, sem a interferência do pesquisador, gerando uma planilha de dados do programa de computador Microsoft Excel.

<sup>66</sup> Ao considerar a hipótese de apresentar as perguntas do questionário em vídeos com Libras e em português escrito, o convite para a participação de surdos somente seria possível através da Língua Portuguesa dentro das características dos correios eletrônicos.

própria surdez, o que poderia menosprezar as identidades diferentes daquela tida como preferencial.

Em Banca de Qualificação de Doutorado, realizada dia 15 de março de 2013, as professoras avaliadoras questionaram a validade das respostas dos surdos participantes da pesquisa pelo fato do questionário on-line ter sido aplicado em português escrito. Na ocasião, foi sugerida nova coleta de dados com surdos de forma presencial e em grupos focais locais, abandonando o critério de participantes do Sudeste filiados às universidades ou entidades representativas de surdos. Consideramos ser pertinente a sugestão para outro momento de investigação. Avaliamos que o emprego de nova metodologia de captação dos dados compromete o princípio de paralelismo da investigação científica, em que os sujeitos participantes devem ser submetidos aos mesmos métodos de coletas de dados.

A aplicação de entrevistas em grupo focal poderia também levar a problemas de validade dos dados, tendo em vista que o questionário on-line preza, primeiramente, a isenção e a não interferência do pesquisador, bem como a liberdade para o participante de responder as perguntas. A nova coleta de dados em Libras acarretaria ainda a abertura de novo pedido de avaliação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG, tendo em vista que seriam alteradas as condições anteriormente aprovadas. Ponderamos que subter novo projeto ao COEP poderia comprometer o cumprimento do cronograma da pesquisa.

Ademais, em uma perspectiva bilíngue, consideramos que as respostas em português escrito fazem parte dos preceitos e objetivos de formação educacional dos surdos brasileiros. Nessa corrente teórica, à qual nos filiamos, os surdos devem aprender a Libras como primeira língua e, posteriormente, devem adquirir o português escrito como segunda língua. O questionário formulado em português escrito pode ser considerado, portanto, restritivo no sentido de impedir a participação de mais surdos que sejam somente fluentes em Libras, mas continua pertinente ao capturar a opinião de outros surdos que possuem identidades diversas e de transição. Não podemos conceber uma identidade única e fechada ao surdo como sujeito que se comunica plenamente e somente em Libras. Como lembra Perlin (2005), existem sistemas mistos de comunicação que levam ao desenvolvimento de distintas identidades surdas. Assim, se aplicássemos questionários somente em Libras também restringiríamos a captação da opinião de outros surdos que se comunicam em dialetos em sinais ou outros canais.

Nesta pesquisa, os dados coletados entre os participantes que se intitulam como surdos não devem ser tomados como a representatividade dos surdos brasileiros, mas sim como a opinião pontual e particular de sujeitos bilíngues, oralizados e comunicantes somente em Libras e participantes de uma dada pesquisa. A proposta é investigar como os imaginários da surdez flutuam entre parte dos interpretantes do *Jornal Visual* participantes de um dado experimento, produzindo uma amostragem pontual e determinada sobre a questão da surdez. Com isso, os resultados não podem ser generalizados. Nesse âmbito, cabe esclarecer a composição da amostra: 66% para pessoas que dominam a língua de sinais e o português escrito; 31% de respondentes que declaram somente utilizar o Português Oral e Escrito; e 13% que declaram comunicar somente em Libras. As respostas da pesquisa retratam, assim, parte da pluralidade comunicacional e identitária dentro da surdez.

As perguntas iniciais do item A (dados) tiveram o objetivo de determinar o lugar de fala dos participantes. As questões estruturadas e semi-estruturadas do tópico B (a surdez para você e a sociedade) procuraram qualificar<sup>67</sup> a surdez a partir de imaginários sociodiscursivos apresentados em frases e palavras dadas, onde os participantes estabeleceram cinco graus diferenciados de concordância/discordância, representação/não representação, com os conhecimentos e crenças. Por fim, o item C (a surdez no *Jornal Visual*) apresentou sete<sup>68</sup> notícias e reportagens do *Jornal Visual* para que os participantes do questionário determinassem quais eram os imaginários sociodiscursivos recebidos nas mensagens televisivas, avaliando se tais saberes de conhecimento e de crença faziam parte de seu universo sociocultural.

---

<sup>67</sup> A *Escala Likert* “é a mensuração mais utilizada nas ciências sociais, especialmente em levantamento de atitudes, opiniões e avaliações” (GÜNTHER, 2003, p.11). Segundo Fenneteau (2007, p. 73), as questões que se utilizam dessa escala permitem, à pessoa interrogada, exprimir certo grau de acordo e desacordo com a proposição apresentada.

<sup>68</sup> Os respondentes do questionário *on-line* assistiram a sete das 12 notícias e reportagens do *Jornal Visual* selecionadas no período de seis meses. Desse modo, optou-se por um recorte das matérias jornalísticas representativas às áreas de educação, saúde, narrativa de vida e notícias factuais, a saber: grupo de judô para surdos na Rocinha/RJ (17/11/2010), música alta é a segunda causa de perda de audição (18/11/2010), implante coclear (31/12/2010), formatura do curso de pedagogia bilíngue (31/12/2010), narrativa de vida da surda Suely (21/02/2011), história de superação do surdo Bruno (24/02/2011), MEC nega fechamento do INES (01/04/2011). As reportagens não exibidas são: nota seca de circuito de surfe para surdos (04/11/2010), Papai Noel visita INES (24/12/2010), reprise da matéria sobre grupo de judô para surdos (31/12/2010), justiça condena faculdade a disponibilizar intérprete em sala de aula (31/12/2010), premiação do documentário Dois Mundos (15/02/2011).



A partir das informações coletadas, foi realizada uma análise sistemática, de cunho quantitativo e qualitativo, em nível vertical (sobre os respondentes) e horizontal (sobre o conjunto de respondentes), com tratamento estatístico (vide Anexo 3). A intenção foi obter, primeiramente, uma visualização gráfica das variáveis fixas (grupos), assim como das outras variáveis de conhecimentos e crenças. Analisou-se a frequência dos imaginários dentro dos grupos formados por surdos e não-surdos, apontando as visões diacrônicas e sincrônicas que circulam nos grupos antes e após a recepção do *Jornal Visual*, bem como realizando uma análise contrastiva das respostas dadas pelos grupos. O quadro teórico tem por base a Teoria Semiolingüística.

Conforme os preceitos éticos indicados por Mann e Stewart (2000) para pesquisas qualitativas na *internet*, o primeiro passo foi a criação do *blog* (<http://pesquisasurdez.wordpress.com>) que conteve os propósitos da pesquisa, as qualificações do pesquisador, as explicações sobre a importância da participação do público e como os dados serão armazenados digitalmente. A etapa de coleta está em acordo<sup>69</sup> com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos – Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Os participantes da pesquisa são surdos e não-surdos residentes na região Sudeste do Brasil, na faixa etária entre 18 e 35 anos, especificamente: estudantes de quatro universidades públicas<sup>70</sup> das capitais dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; alunos e funcionários do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)<sup>71</sup>; integrantes e afiliados dos escritórios regionais do Sudeste da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS).

A presença de surdos é reduzida nas universidades, com 300 estudantes dessa categoria no país, de acordo com o Censo da Educação Superior do ano 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

---

<sup>69</sup> O projeto de tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG em 26 de março de 2012. O número de referência é 0688.0.203.000-11

<sup>70</sup> As universidades públicas que fizeram parte da pesquisa são: Universidade de São Paulo; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>71</sup> O INES é a primeira entidade de educação para surdos do país, sendo considerada referência no setor. Atualmente, ensina crianças, jovens e adultos. A instituição é sede da graduação em Pedagogia Bilíngue Português/Libras.

Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC, 2012). Por isso, procurou-se corrigir essa desigualdade social convidando integrantes da FENEIS e não universitários surdos do INES.

A captação desse público ocorreu por meio de carta-convite (vide Anexo 2) enviada via correio eletrônico para a direção/reitoria de cada entidade referida, a qual foi abordada para repassar as mensagens eletronicamente aos integrantes.

Os dados coletados foram recortados para garantir a igualdade de número de respondentes de cada grupo de surdos e não-surdos. A partir da projeção percentual do IBGE (2012), de que os surdos compõem 4,7% dos brasileiros, estabelecemos que os 16 questionários de surdos corresponderiam à representatividade de 4,7% da mostra; assim, foram selecionadas as 319 respostas de não-surdos dentro dos parâmetros do público-alvo do questionário. O período de aplicação do questionário foi de três meses, entre 15 de abril e 15 de junho de 2012. Foram recebidas 842 respostas, das quais 808 eram válidas (96%), em virtude de 34 pessoas não terem aceitado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Desse modo, a participação total de surdos norteou a seleção dos não-surdos, considerando-se para estes as primeiras respostas recebidas dentro dos critérios do público-alvo do questionário. Dos 17 surdos participantes, 16 se enquadraram nos critérios de serem residentes no Sudeste e terem de 18 a 35 anos. Com isso, dos 772 sujeitos que se classificaram como “ouvintes”, consideramos somente as respostas dos 319 primeiros participantes dentro dos critérios de faixa etária, residência no Sudeste e vínculo às instituições relacionadas anteriormente. Assim, a análise quantitativa e qualitativa está centrada em 335 respondentes.

## 2.2. Coleta de dados

A aplicação dos questionários via *internet* procurou dar maior abrangência ao universo de receptores em potencial do *Jornal Visual*. Trata-se de coleta restrita, espaço e temporalmente, à situação de comunicação da qual participaram os grupos de respondentes do questionário.

A opção metodológica está vinculada ao conceito de imaginários sociodiscursivos: se os saberes emergem, de forma fluída e híbrida, a cada discurso e são ressignificados a todo instante, não se pode projetar, inferir e afirmar com exatidão que os surdos do Sudeste caracterizam a surdez de modo X e os não-surdos de modo Y. Os dados coletados aqui compõem, portanto, um campo discursivo que revela certas materialidades linguísticas sobre a surdez. Evidentemente, se alteradas as condições de emergência dos dizeres sobre o tema, os resultados serão distintos.

As perguntas e respostas foram elaboradas em português escrito, considerando esta modalidade uma forma de comunicação intermediária que permitisse a participação de surdos e não-surdos em um mesmo tipo de questionário. Não se pretendeu impor ou excluir os surdos pelo uso da Língua Portuguesa. A adesão a essa forma de comunicação escrita se respalda pela própria característica da *internet*, a qual exige conhecimentos de língua escrita para a navegação e acesso aos sítios virtuais. O fato de o questionário estar na rede mundial de computadores já direciona a hipótese de que o surdo, para ser internauta, deve possuir domínio mínimo de português escrito.

No que concerne à surdez, elaborar um questionário em Língua Portuguesa escrita é característica limitante, uma vez que se exige do surdo uma competência bilíngue, restringindo o número de possíveis participantes da pesquisa. Contudo, caso a investigação optasse por realizar entrevistas on-line, por meio de gravações em vídeos, visando contemplar a Libras, também existiriam exigências de maior infraestrutura tecnológica ao participante e outros conhecimentos de informática, o que não excluiria a necessidade de um contato prévio feito por correio eletrônico e na modalidade escrita. Ademais, é necessário lembrar que a Libras não é unanimidade entre os surdos, já que a língua foi reconhecida oficialmente há dez anos pela legislação brasileira, período que pode ser considerado recente para a

adaptação plena da sociedade. Alguns grupos sociais de surdos se formam em torno de dialetos e convenções restritas entre eles, como é o caso de amigos que se encontram na Praça Sete no Centro de Belo Horizonte/MG.

Durante a coleta de dados, a presente pesquisa encontrou barreiras linguísticas e burocráticas/organizacionais para o contato com surdos nas universidades e entidades acima relacionadas, o que restringiu a participação de sujeitos surdos. A intermediação do convite via reitorias e diretorias não foi plenamente eficaz, culminando na necessidade de em um contato direto, via correio eletrônico, com as coordenadorias dos cursos e associações filiadas à FENEIS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM CAMINHO PARA SE ESTUDAR A PRODUÇÃO E A RECEPÇÃO TELEVISIVA

Todos os dizeres, sejam de interação face-a-face ou midiáticos televisivos, são construídos de acordo com as restrições situacionais e comunicacionais do contrato de comunicação. Os sujeitos se ancoram em imaginários sociodiscursivos para fundamentar o discurso e visar influenciar o parceiro da troca linguageira. Tal discurso pode ser materializado por elementos verbais<sup>72</sup>, não verbais ou icônicos.

Procuramos desconstruir as ideias formatadas (*idées reçues*) correntemente difundidas na Academia sobre a “impossibilidade de estudo da recepção”, apresentando caminhos e métodos para tal incursão dentro da Análise do Discurso. Para nós, é possível investigar não só a produção e a recepção ao mesmo tempo, como também associar a análise do verbal e do icônico nos enunciados televisuais. Esse foi um de nossos desafios.

Ao revisitarmos a questão da recepção, propomos a existência de condições de ruptura de posições estanques entre enunciador e destinatário, comunicante e interpretante. Mostramos ainda que os sujeitos podem transgredir parcialmente as regras do contrato de comunicação midiático.

A concepção da surdez como campo discursivo, antes mesmo de ser uma diferença biológica ou política, é fundamental para desvelar e compreender os jogos de poder da prática social, os quais se refletem no discurso podem se cristalizar, em um dado espaço tempo. Sendo assim, por remissão a processos sociohistóricos, podemos mapear e investigar determinados traços imaginários majoritários sobre a surdez que buscaram negar a existência do corpo diferente e de uma forma de comunicar distinta da oral-auditiva. Esses discursos de opressão da diferença ainda resistem aos embates discursivos e circulam polifonicamente na sociedade e na mídia.

---

<sup>72</sup> Os elementos verbais podem ser exemplificados na Língua Portuguesa como as palavras orais ou escritas. No caso da Libras, os gestos e a corporalidade do locutor emitem sentidos pelo canal espaço-visual.

## PARTE II: ANÁLISE DA PRODUÇÃO E DA RECEPÇÃO

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Após debatermos sobre as teorias e métodos mais apropriados para se analisar a produção e a recepção televisiva, na Parte II nos debruçamos sobre a análise dos dados coletados na instância do *Jornal Visual* e também dos participantes desta pesquisa.

O *corpus 1* traz os discursos e imaginários do telejornal, os quais foram investigados nas dimensões verbais e icônicas, percebendo as consonâncias e divergências com relação ao conjunto de notícias e reportagens sobre a surdez.

Em seguida, analisamos os dizeres coletados pelos questionários aplicados com participantes da pesquisa, os quais se identificaram na posição de interpretantes do telejornal. O intuito foi mapear e investigar os imaginários antes e depois da recepção televisiva, percebendo as mudanças, acordos e desacordos ocorridos nas opiniões transmitidas.

Por fim, analisamos comparativamente quais são os imaginários sobre a surdez projetados pelo telejornal e aqueles compreendidos e ressignificados por parte dos interpretantes do referido programa.

## CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS DA PRODUÇÃO

Como visto no Capítulo 1, os telejornais repousam em imaginários sociodiscursivos que atuam como visadas de informação e captação para se estabelecerem como meios credíveis e, ao mesmo tempo, sedutores ao público-alvo. De acordo com Soulages (1999), os suportes midiáticos televisivos têm como bases os imaginários de verdade – fundamentados na concepção de espaço público e na relação entre a instância midiática e o universo dos acontecimentos (mundo) – e os imaginários de sedução – atuantes em normas ficcionais para a captação do público.

No presente capítulo, analisamos os dados da produção em uma visão macro sobre o *corpus 1*, notícias e reportagens do *Jornal Visual*, bem como micro, pelo viés da grade de análise de imagens móveis de Mendes (2010).

### 4.1. Análise do *corpus 1* (*Jornal Visual*)

As finalidades de fazer-saber e fazer-pensar do jornalismo sempre correm o risco de perderem o estatuto de autoridade no dizer, especificamente, em três situações, atenta Soulages (1999), a partir da análise contrastiva de telejornais franceses, espanhóis e estadunidenses: quando o telejornal apresenta informações imprecisas, pontos de vista unilaterais (quebra da imparcialidade) e fala de forma ingênua.

Os meios de comunicação em larga escala articulam, então, diferentes procedimentos para mascarar e diminuir os riscos do público perceber a inexistência de isenção, imparcialidade e liberdade na transformação dos acontecimentos em fatos. A preocupação da mídia repousa na justificação da pertinência e veracidade de seus enunciados por meio de princípios de autenticidade, polifonia e de saber.

Citações diretas e indiretas nas reportagens do telejornal e imagens dos acontecimentos criam uma ambientação que procura certificar a narrativa jornalística no princípio de autenticidade. A segunda estratégia está na polifonia, na aparição de locutores terceiros, caracterizados em vozes de especialistas, autoridades e povo.



Nessa situação, procura-se encenar o debate público sobre um tema pelo acesso a uma pluralidade recortada de dizeres expressivos e representativos. Por fim, o princípio de saber confere um recorte analítico dos acontecimentos pelas entrevistas.

Paralelamente aos imaginários de verdade que se fundamentam em imaginários de veracidade, de democracia e de saber, os imaginários de sedução encenam um conjunto de procedimentos languageiros para captar os destinatários. Segundo Soulages (1999), essa visada se estabelece em elementos sintáticos das figuras retóricas do espaço do estúdio e dos acontecimentos, bem como em organização discursiva e enunciativa, propondo formas de implicação do sujeito destinatário. Na televisão, essas estratégias ficam mais evidentes em efeitos de narrativização (empatia) e na alocação articulada pela simulação de uma conversa face-a-face pelo enquadramento do narrador filmado no eixo Y-Y.

#### **4.1.1. Análise da macroestrutura do *Jornal Visual***

De modo operatório, a visão global da organização discursiva está presente na macroestrutura do telejornal, representada nos cálculos dos capitais televisivo, visual, temático, classificação das reportagens, temas em manchete e contraste entre reportagens e temas. A partir das categorias elaboradas por Soulages (1999), Silva (2005) propõe uma investigação estatística e quantitativa do que é constante ou não no telejornal, no modo como as informações são apresentadas ao público.

O capital televisivo mostra a duração dedicada ao *Jornal Visual* da TV Brasil, especificamente, o tempo médio das edições que veiculam as notícias e reportagens sobre a surdez e o tempo específico das matérias sobre o tema. No período analisado de seis meses, entre 6 de outubro de 2010 a 6 de abril de 2011, os conteúdos informativos sobre a surdez estiveram em 7,89% das edições do *Jornal Visual*. O telejornal exibiu 114 programas, dos quais nove trataram diretamente sobre a surdez em 12 notícias e reportagens. Especificamente, as ocorrências foram nos dias 4, 17 e 18 de novembro, 24 e 31 de dezembro (atípica,

com reprises de matérias do ano) em 2010; em 2011, nas datas 15, 21 e 24 de fevereiro e 1º. de abril.

O programa televisivo traz uma padronização do tempo de duração. Sem a presença de intervalos entre os blocos, o tempo médio das edições foi de 10 minutos e 3 segundos. Comparativamente aos principais telejornais brasileiros de emissoras comerciais, o *Jornal Visual* tem curta exibição. Silva (2005) mensurou os programas Jornal da Band (Rede Bandeirantes) e Jornal Nacional (Rede Globo) ao longo de uma semana<sup>73</sup> e constatou uma média de 33 minutos e 52 segundos e de 31 minutos e 43 segundos, respectivamente.

A tabela 2 e o gráfico 2 mostram o tempo total de cada edição do *Jornal Visual* e a duração da notícia e reportagem sobre a surdez que foi exibida no dia em questão.

| <b>Data da edição</b>                                      | <b>Capital televisivo (matéria)</b> | <b>Capital televisivo (edição)</b> |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------------|
| 4 nov. 2010: Atletas surdas em competição de surfe         | 00:51                               | 10:07                              |
| 17 nov. 2010: Aulas de judô na Rocinha                     | 03:33                               | 10:07                              |
| 18 nov. 2010: Música alta causa perda auditiva             | 02:41                               | 10:09                              |
| 24 dez. 2010: Visita Papai Noel                            | 03:53                               | 09:31                              |
| 31 dez. 2010 (a): Implante coclear                         | 01:57                               | 10:09                              |
| 31 dez. 2010 (b): Intérpretes em faculdades                | 02:51                               | 10:09                              |
| 31 dez. 2010 (c): Reprise de "Aulas de judô na Rocinha"    | 00:44                               | 10:09                              |
| 31 dez. 2010 (d): Formatura do curso de Pedagogia Bilíngue | 00:44                               | 10:09                              |
| 15 fev. 2011: Documentário Dois Mundos                     | 04:16                               | 10:04                              |
| 21 fev. 2011: Narrativa de vida de Suely                   | 03:15                               | 10:11                              |
| 24 fev. 2011: História de superação de Bruno               | 02:00                               | 10:13                              |
| 1 abr. 2011: MEC nega fechamento do INES                   | 01:33                               | 09:59                              |

TABELA 2 – Duração das edições do *Jornal Visual* e das matérias jornalísticas sobre a surdez.

<sup>73</sup> O período de estudo empreendido por Silva (2005) foi de 28 de janeiro a 1º. de fevereiro de 2002.

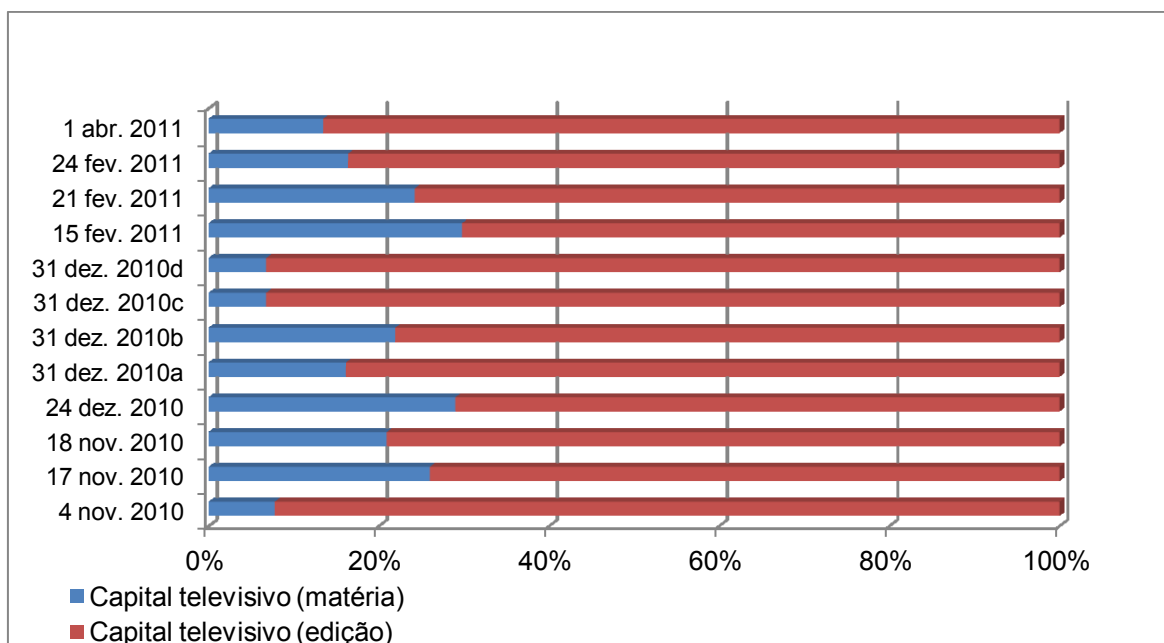


GRÁFICO 2 – Capitais televisivos das matérias e edições. Notícias e reportagens sobre a surdez ocupam, em média, 23,45% do tempo do telejornal

A análise desses resultados globais coloca em evidência traços específicos do programa da TV Brasil. O jornal produz conteúdos temáticos que poderiam ser considerados extensos para os modelos do telejornalismo brasileiro. As matérias sobre a surdez no *Jornal Visual* ocuparam um tempo médio de 2 minutos e 21 segundos, em contraste com a duração padrão de um minuto e 30 segundos para abordar um fato, como ocorre em programas do gênero televisivo, mais especificamente, o *Jornal Nacional* da Rede Globo.

O telejornal da emissora pública nacional opta por veicular – majoritariamente – reportagens especiais, denominadas no telejornalismo como matérias frias, ao invés de notícias factuais. Das 12 matérias, apenas duas tratam de fatos cotidianos, a saber: nota seca sobre mulheres surdas que participaram de competição de surfe no Rio; e notícia de repercussão com resposta do Ministério da Educação negando fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Há uma abordagem mais extensa do recorte da realidade, sem uma preocupação demasiadamente marcada com o tempo de duração das matérias. O *Jornal Visual* possui uma margem de manobra para as abordagens sobre as temáticas da surdez, em que não existem, aparentemente, regras rígidas de duração, variando de 44 segundos a 4 minutos e 16 segundos.

Quando trata da surdez nas edições, o *Jornal Visual* destina 23,45% do capital televisivo para o tema. O percentual é nitidamente influenciado pelo

programa atípico do dia 31 de dezembro de 2010, que exibiu quatro reprises e resumos de reportagens especiais produzidas ao longo do ano, enquanto que a média de exibição de matérias é de uma por dia, localizadas no último bloco do programa. Caso esta edição de dezembro não fosse considerada no cálculo do capital televisivo, a participação das informações sobre a surdez subiria para 27,4%, ou seja, o tempo médio das reportagens aumentaria em 24 segundos, alcançando a marca de 2 minutos e 45 segundos em um tempo padrão total dos programas de 10 minutos e 2 segundos.

A divisão dos espaços enunciativos do *Jornal Visual* é peculiar ao telejornalismo brasileiro por se tratar do único programa em rede nacional a ter como âncora uma intérprete em Libras. Iniciativa similar, de âmbito estadual, ocorre no *Jornal Visual* da emissora pública do Estado de Minas Gerais, a Rede Minas de Televisão.

O estúdio do telejornal é ancorado na forma que Soulages (1999) denomina de “multiplex”: apresentador e acontecimentos do mundo dividem o mesmo ambiente na tela durante as notícias e reportagens, conforme pode ser visto nas figuras 6 e 7. Em telejornais sem tradução para as línguas de sinais, os âncoras aparecem somente nas escaladas<sup>74</sup> e nas chamadas das matérias.



FIGURA 6 – Configuração visual da escalada e chamadas das matérias no *Jornal Visual*.

FONTE – *Jornal Visual*, 18 nov. 2010.



FIGURA 7 – Na exibição da reportagem, a intérprete permanece em cena traduzindo a voz em off.

FONTE – *Jornal Visual*, 18 nov. 2010.

<sup>74</sup> O termo “escalada” é um jargão do telejornalismo utilizado para se referir às manchetes do telejornal, narradas sempre no início de cada edição, em que o(s) apresentador(es) informa(m) os principais assuntos em destaque no dia.

A tabela 3 e o gráfico 3 evidenciam a divisão dos espaços enunciativos do *Jornal Visual*. Como visto nas figuras 6 e 7, a configuração visual é compósita nos momentos de veiculação da matéria. No intuito de oferecer acessibilidade aos surdos que se comunicam pela Libras, a reportagem não ocupa a integralidade da tela para que a intérprete traduza o conteúdo que é exibido no quadro auxiliar. A narração em Português oral permanece como em uma matéria convencional no telejornalismo.

| <b>Edições:</b> | <b>4 nov. 2010</b>              |       | <b>17 nov. 2010</b>  |       | <b>18 nov. 2010</b>  |       | <b>24 dez. 2010</b>  |        |
|-----------------|---------------------------------|-------|----------------------|-------|----------------------|-------|----------------------|--------|
|                 | Duração                         | %     | Duração              | %     | Duração              | %     | Duração              | %      |
| Estúdio         | 00:51                           | 100%  | 03:33                | 100%  | 02:41                | 100%  | 03:53                | 100,0% |
| Reportagem      | 00:00                           | 0%    | 03:02                | 85,4% | 01:58                | 73,3% | 03:36                | 92,7%  |
| Tempo total     | 00:51                           |       | 03:33                |       | 02:41                |       | 03:53                |        |
|                 |                                 |       |                      |       |                      |       |                      |        |
| <b>Edições:</b> | <b>31 dez. 2010<sup>a</sup></b> |       | <b>31 dez. 2010b</b> |       | <b>31 dez. 2010c</b> |       | <b>31 dez. 2010d</b> |        |
|                 | Duração                         | %     | Duração              | %     | Duração              | %     | Duração              | %      |
| Estúdio         | 01:57                           | 100%  | 02:11                | 76,6% | 00:37                | 84,1% | 00:22                | 50,0%  |
| Reportagem      | 01:57                           | 100%  | 02:51                | 100%  | 00:44                | 100%  | 00:44                | 100%   |
| Tempo total     | 01:57                           |       | 02:51                |       | 00:44                |       | 00:44                |        |
|                 |                                 |       |                      |       |                      |       |                      |        |
| <b>Edições:</b> | <b>15 fev. 2011</b>             |       | <b>21 fev. 2011</b>  |       | <b>24 fev. 2011</b>  |       | <b>1 abr. 2011</b>   |        |
|                 | Duração                         | %     | Duração              | %     | Duração              | %     | Duração              | %      |
| Estúdio         | 02:16                           | 53,1% | 02:30                | 76,9% | 01:55                | 95,8% | 01:12                | 77,4%  |
| Reportagem      | 04:01                           | 94,1% | 02:53                | 88,7% | 01:43                | 85,8% | 01:08                | 73,1%  |
| Tempo total     | 04:16                           |       | 03:15                |       | 02:00                |       | 01:33                |        |

TABELA 3 – Capitais visuais do estúdio e da reportagem nas matérias sobre surdez do *Jornal Visual*

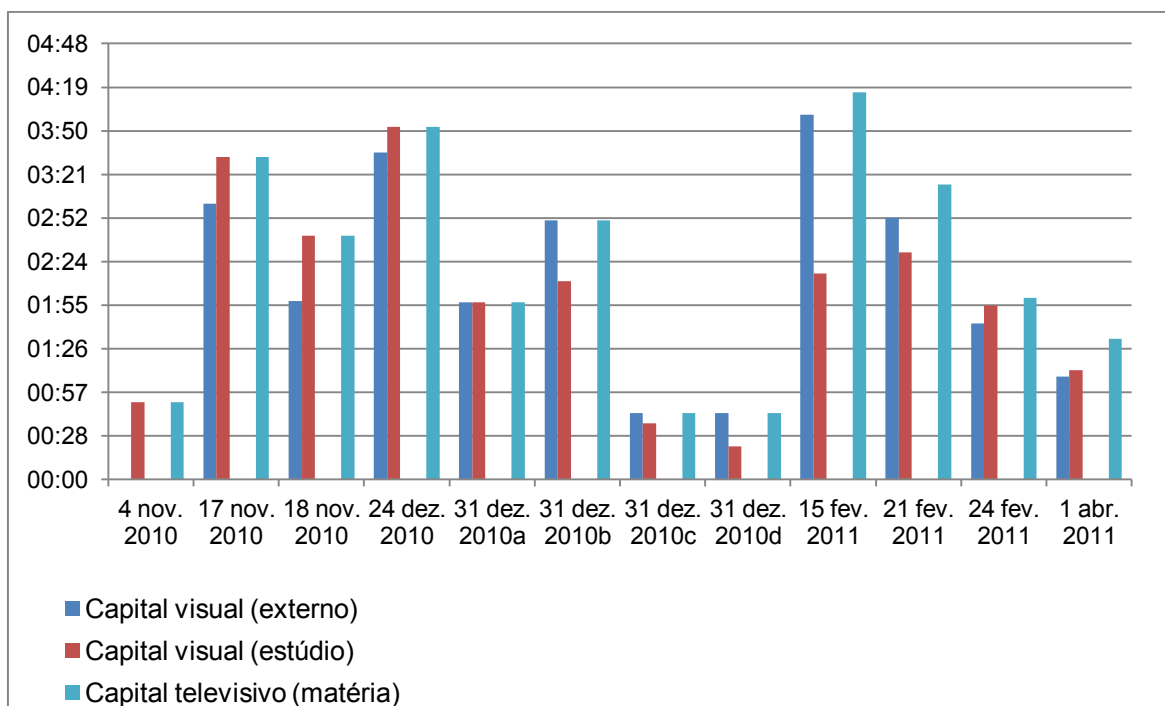


GRÁFICO 3 – Composição temporal das matérias sobre a surdez. A primeira coluna (azul escuro) representa o tempo destinado às imagens de estúdio, a segunda (vermelha) a duração do espaço dos acontecimentos e a terceira (azul claro) o tempo total da notícia ou reportagem.

Exceto no caso da nota seca<sup>75</sup> do dia 4 de novembro de 2010, as matérias sobre a surdez do *Jornal Visual* ancoram os enunciados no retrato do mundo relatado e exibição dos dizeres de vozes terceiras com o intuito de validar os discursos jornalísticos. Tais dizeres em Língua Portuguesa são traduzidos para a Libras, o que acarreta em uma presença quase igualitária das imagens de estúdio e as externas.

O capital visual da repartição dos espaços enunciativos permite investigar como as imagens do telejornal se dividem, na ocorrência do estúdio ou da exibição dos acontecimentos do mundo. As imagens do estúdio e do mundo concorrem espacialmente na composição do vídeo devido à presença da intérprete traduzindo as reportagens, fator que influencia diretamente na forma com o programa se apresenta como veículo informativo e inclusivo.

Como dito anteriormente, o tempo médio dos enunciados sobre a surdez no *Jornal Visual* é de 2 minutos e 21 segundos. Essa duração é composta, em

<sup>75</sup> “Nota seca” é jargão do telejornalismo e se refere a notícias e reportagens apresentadas somente com a narração do apresentador, sem as imagens do acontecimento.

média, por 2 minutos e 3 segundos de imagens externas e 1 minuto e 59 segundos de imagem do estúdio. O retrato do mundo ocorre em 87% do tempo das matérias, sendo mostrado por quatro segundos a mais do que o tempo médio de exibição do estúdio porque a tradução em Libras não está presente na integralidade das reportagens sobre a surdez. Essa característica deve-se a dois fatores: a intérprete não aparece nas entrevistas com surdos que se comunicam em Libras e também nas imagens de fechamento das matérias, geralmente, ilustrativas e com fundo musical. Cabe atentar que as músicas não são traduzidas para a comunicação espaço-visual.

A divisão dos espaços enunciativos permite observar que, na maioria das reportagens analisadas, a surdez é retratada com base na visualização do mundo dos acontecimentos em consonância com o estúdio. Com exceção da nota seca do dia 4 de novembro de 2010, essa composição visual procura reforçar (I) os imaginários de verdade e de captação do telejornal enquanto meio jornalístico autorizado e credível para tratar da temática; (II) por outro lado, institui o papel de mídia inclusiva ao oferecer um retrato do mundo por meio da acessibilidade com a intérprete mostrada no vídeo. Como efeitos pretendidos, os receptores tendem a reconhecer que estão inseridos em um contrato de comunicação da informação televisiva inclusiva.

Nas 12 notícias e reportagens que constituem o *corpus* do presente estudo, o apresentador em Português oral, no formato do tradicional âncora do telejornalismo brasileiro, está presente, em média, por 16 segundos, ou seja, 12,27% do tempo dos enunciados. A aparição do locutor no vídeo se restringe às chamadas das matérias, as quais funcionam como um resumo que convida o telespectador a assistir o conteúdo a seguir. No contexto do telejornal, o apresentador ainda participa das escaladas e do fechamento da edição. Já a intérprete está em 89% do tempo médio das informações sobre a surdez. A estratégia discursiva de dedicar parte do tempo do telejornal às imagens de seus apresentadores retoma uma característica do telejornalismo brasileiro, o que fica evidenciado na tese de Silva (2005): 30% do espaço enunciativo do Jornal Nacional é dos âncoras; no Jornal da Band, essa proporção temporal é de 24% da edição.

O capital temático proporciona a classificação das reportagens em editoriais de ciência/tecnologia, cotidiano, cultura, esporte, internacional, meio ambiente, política/economia. A categorização é uma primeira observação do modo

como se divide a abordagem sobre a surdez, como pode ser visualizado na tabela 4 e gráfico 4.

| <b>Capital temático das matérias do <i>Jornal Visual</i> sobre a surdez</b> | <b>Porcentagem</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Esporte                                                                     | 33,33%             |
| Saúde                                                                       | 16,66%             |
| Educação                                                                    | 25%                |
| Cultura                                                                     | 25%                |

TABELA 4 – Matérias do *Jornal Visual* classificadas por editoria temática

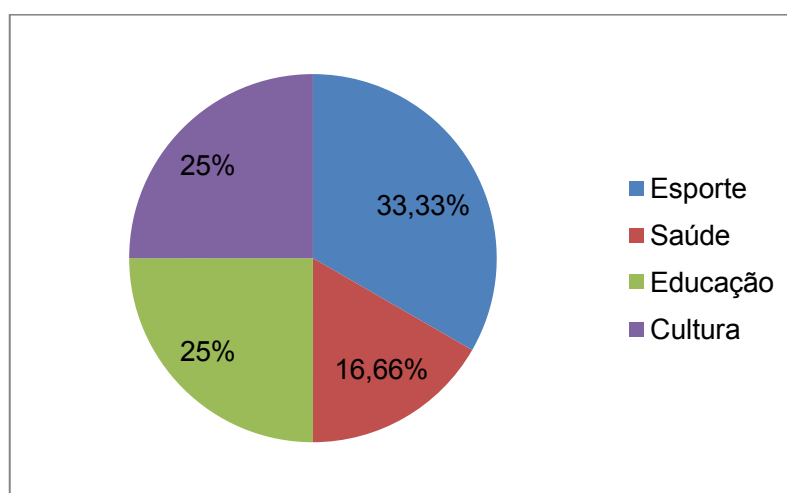


GRÁFICO 4 – Capital temático dos diferentes domínios de acontecimentos da surdez no *Jornal Visual*

As notícias e reportagens sobre a surdez possuem o esporte como tema predominante, presente em 33% das emissões; educação e cultura representam 25% cada; a editoria de saúde corresponde a 16% do enquadramento do tema. A demarcação dos assuntos não é hermética. No caso das duas matérias da editoria de saúde, por exemplo, os discursos da educação perpassam polifonicamente, ora para validação ora para contestação.

O enquadramento da surdez se distancia da preferência temática dos telejornais comerciais estudados por Silva (2005), em que os programas *Jornal da Band* e *Jornal Nacional* recorrem, preferencialmente, em suas edições, aos fatos do cotidiano e da política nacional. É necessário lembrar que o *Jornal Visual*<sup>76</sup> opta pelo

<sup>76</sup> Cabe pontuar que a TV Brasil não possui ainda a estrutura jornalística de grande porte para a produção diária de notícias no *Jornal Visual*. Ademais, o processo de estruturação e tradução da informação em Libras requer um tempo maior do que em um telejornal convencional.



uso de reportagens; já os demais informativos televisivos diários se fundamentam em notícias factuais.

Como será visto na análise da microestrutura do telejornal, a surdez se insere, na maioria das vezes, como diferença que pode ser “superada”, principalmente, por ações no esporte e educação. O posicionamento se estabelece como discurso de resistência frente aos imaginários sociodiscursivos majoritários que definem a surdez enquanto doença, de problema do ouvido a ser combatido e erradicado.

A forma de apresentação desses temas ocorre em 91,6% dos casos com exhibições *in loco*, onde predominam as narrativas fora de estúdio com testemunhos e ação. O enunciado *in studio* ocorre em uma das 12 matérias, com a nota seca comentada anteriormente, a qual é enunciada em estúdio e sem imagens de cobertura<sup>77</sup>. Essa relação pode ser observada no gráfico 5, a seguir.

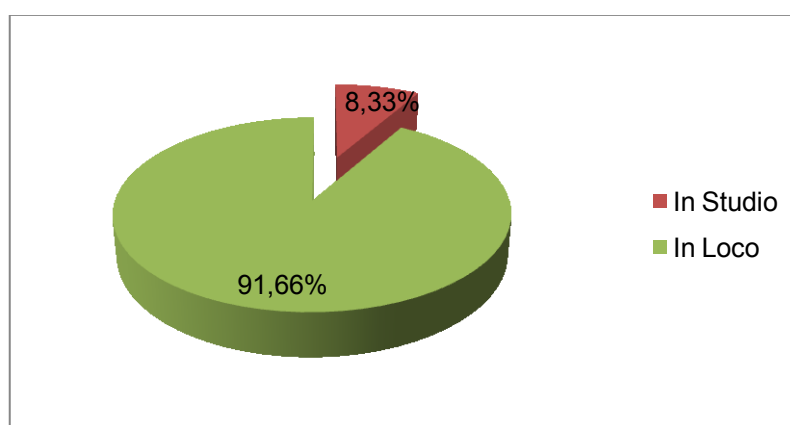


GRÁFICO 5 – Capital visual dos planos de acesso aos acontecimentos nas 12 matérias sobre a surdez no *Jornal Visual*

A estratégia discursiva de mostração fortalece o *ethos* do telejornal como voz autorizada a dizer e representar a surdez.

A tabela 5 ilustra a relação do *Jornal Visual* com a surdez, em que há preferência por mostrar as imagens de mundo com os dizeres de terceiros para validação dos acontecimentos retratados. Há preferência pelo uso da polifonia, abrindo o espaço discursivo aos atores entrevistados. O dizer monofônico ocorre

<sup>77</sup> Soulages (1999) ainda prevê uma terceira categoria de apresentação do mundo pelo telejornal denominada *in off*, em que os acontecimentos são narrados pelo apresentador e com imagens ilustrativas de cobertura.

apenas uma vez no recorte em questão, na edição do dia 4 de novembro de 2010 com a veiculação de nota seca.

| <b>Data da edição</b>     | <b>Assunto</b>                              | <b>Capital temático</b> | <b>Classificação da reportagem</b> | <b>Temas em manchete</b> | <b>Tipo de reportagem X tema</b> |
|---------------------------|---------------------------------------------|-------------------------|------------------------------------|--------------------------|----------------------------------|
| 4 nov. 2010               | Atletas surdas em competição de surfe       | Esporte                 | In Studio                          | Não                      | Monofônica                       |
| 17 nov. 2010              | Aulas de judô na Rocinha                    | Esporte                 | In Loco                            | Sim                      | Polifônico                       |
| 18 nov. 2010              | Música alta causa perda auditiva            | Saúde                   | In Loco                            | Sim                      | Polifônico                       |
| 24 dez. 2010              | Visita Papai Noel                           | Cultura                 | In Loco                            | Sim                      | Polifônico                       |
| 31 dez. 2010 <sup>a</sup> | Implante coclear                            | Saúde                   | In Loco                            | Não                      | Polifônico                       |
| 31 dez. 2010 <sup>b</sup> | Intérpretes em faculdades                   | Educação                | In Loco                            | Não                      | Polifônico                       |
| 31 dez. 2010 <sup>c</sup> | Aulas de judô na Rocinha (reprise resumida) | Esporte                 | In Loco                            | Não                      | Polifônico                       |
| 31 dez. 2010 <sup>d</sup> | Formatura do curso Pedagogia Bilíngue       | Educação                | In Loco                            | Não                      | Polifônico                       |
| 15 fev. 2011              | Documentário Dois mundos                    | Cultura                 | In Loco                            | Sim                      | Polifônico                       |
| 21 fev. 2011              | Narrativa vida de Suely                     | Cultura                 | In Loco                            | Sim                      | Polifônico                       |
| 24 fev. 2011              | História de superação de Bruno              | Esporte                 | In Loco                            | Sim                      | Polifônico                       |
| 1 abr. 2011               | MEC nega fechamento do INES                 | Educação                | In Loco                            | Não                      | Polifônico                       |

TABELA 5 – Capitais temáticos das reportagens classificados pela forma de exibição do conteúdo, da presença na escalada e da presença ou não de polifonia

As temáticas da surdez estão presentes em metade dos anúncios dos principais acontecimentos do dia (gráfico 6). A edição de reprises do dia 31 de dezembro altera essa relação entre temas da surdez em manchete. A escalada desta edição realiza uma chamada geral para as matérias reprisadas, não fazendo menção direta a cada reportagem, tal como ocorre nas demais edições. Caso esse programa atípico não fosse considerado, a surdez seria manchete em 75% das vezes nas oito reportagens restantes.

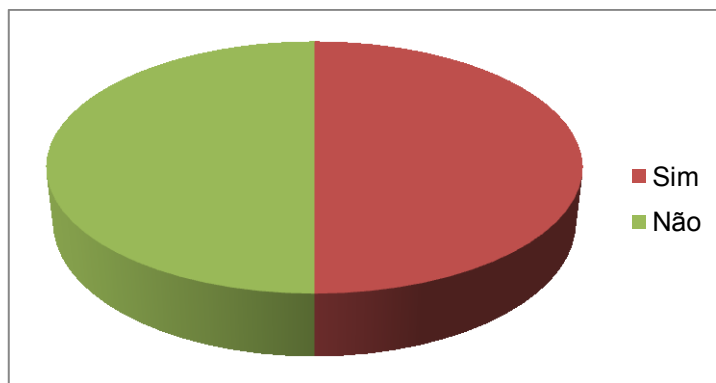


GRÁFICO 6 – Temas da surdez em manchete no *Jornal Visual* está presente em 50% das vezes

A análise da macroestrutura do *Jornal Visual* revela que o tema da surdez é pouco frequente no período analisado de seis meses, estando presente em nove das 114 edições. Essa reduzida frequência deve-se à forma como o telejornal é construído, aproveitando notícias e reportagens já exibidas em outros programas da TV Brasil e traduzindo para Libras. A rotina produtiva de uma emissora pública, com restrições de equipes de jornalistas e orçamento, também pode ser uma interferência na capacidade do telejornal produzir o próprio conteúdo. Um estudo aprofundado do modo como são construídas as notícias e reportagens do *Jornal Visual* foge aos propósitos da presente tese, porém faz-se necessário para o entendimento da questão.

Todavia, quando é produzida uma reportagem especial sobre o tema, esta tende a ser destaque em 75% das vezes na escalada de edições convencionais do telejornal. A surdez é tratada em 91% dos casos de modo polifônico, com direito à exibição dos dizeres dos atores envolvidos nos acontecimentos narrados. As entrevistas com surdos ocorrem, majoritariamente, em Libras e estas ganham o destaque de tela cheia. O enquadramento da intérprete no estúdio e o quadro auxiliar com imagens da reportagem atuam de modo sincrônico para facilitarem o entendimento da informação e fortalecerem as visadas de informação e captação.

O *Jornal Visual* da TV Brasil pode ser caracterizado no processo que Charaudeau e Ghiglione (1997) denominam de “neo-televisão”, em que os papéis da TV não estão mais claramente estabelecidos e os gêneros identificáveis (informar, educar, distrair), tal como ocorria na “paleo-televisão”. Em meio às notícias e reportagens, o telejornal exibe seções que visam a educação dos telespectadores. O quadro diário “Ensinando Libras” é o primeiro exemplo desse hibridismo de gêneros

no telejornal: uma intérprete mostra como são as palavras em português no contexto da Libras. Já a esquete “Internet e Tecnologia” traz pessoas com deficiência como enunciadorees oferecendo dicas de como os destinatários devem se comportar no mundo, em quais os valores e crenças eles necessitam se ancorar para o exercício da cidadania.

Conforme Charaudeau e Ghiglione (1997, p. 5), o novo papel da TV é o de satisfazer as faltas. Para os sujeitos interpretantes do *Jornal Visual*, o programa infere que essa ausência, na temática da surdez, pode ser preenchida por exemplos de “superação” de surdos através do esporte e educação. Na função de telejornal inclusivo de uma emissora pública nacional, o programa procura constituir e fidelizar o público – por razões de sobrevivência na grade de programação e de criação de sentidos de identificação – com base na promoção das diferenças culturais e na evocação de dizeres diversos do *vox populi* para que surdos e não-surdos se sintam representados diante do vídeo.

Como será abordado adiante, o *Jornal Visual* utiliza-se de estratégias de encenação para reduzir a distância entre a instância midiática e a destinatária. Espaços da tela e do telespectador procuram se cindir pela multiplicação de índices de contato e apelos à interação por parte dos apresentadores.

#### **4.1.2. Análise verbo-icônico do *Jornal Visual***

As informações transmitidas pelo *Jornal Visual* repousam no dispositivo de midiatização denominado mostração. O objetivo das emissões icônicas do telejornal é evidenciar o real, em uma postura escópica, nos termos de Soulages (2008, p. 259-260), que tem a finalidade epistêmica de saber e conhecer, por meio do visual, estabelecendo um efeito de transparência. A imagem, no entanto, não é a coisa em si, mas uma representação, uma construção que se dá pelas técnicas de filmagem. Nem sempre a realidade mostrada pelo jornalismo está lá em determinado espaço e tempo; às vezes, a reportagem se utiliza da simulação dos acontecimentos, processo denominado “ficcionalidade colaborativa” por Mendes (2004).

Conforme os preceitos da Teoria Semiociológica e operacionalizados na grade de análise de Mendes (2010), o passo inicial da investigação é a identificação dos sujeitos do discurso na dimensão situacional, ou seja, quem fala dentro do texto. Em seguida, são investigados os fatores de ativação das imagens (estratos). A terceira e última etapa é o reconhecimento dos modos de organização do discurso icônico, os imaginários sociodiscursivos, as categorias etóticas e patêmicas. O método é associado a uma grade de análise do texto, concebida em dimensões situacionais e discursivas.

Nos próximos itens, a análise percorre os caminhos da inter-relação texto e imagem na linguagem televisiva, seguindo as formas de estruturação da informação no *script* (espelho, lauda) de telejornal: a chamada é o momento de abertura da matéria, operando como manchete que pretende captar e seduzir a atenção do telespectador para o conteúdo que será exibido; o *off* é a narração do repórter sobre os acontecimentos de mundo sem que ele apareça na tela; a passagem é o momento em que o repórter surge no vídeo, apresentando-se como testemunha ocular do fato e assinando (apesar da enunciação ser compósita) a responsabilidade de construção da narrativa; e a sonora é o instante delimitado para as entrevistas, com a exibição de testemunhas, especialistas e anônimos que conferem o tom de veracidade ao discurso jornalístico.

#### **4.1.2.1. Análise da nota “Atletas surdas em competição de surfe”**

No período de seis meses, de 6 de outubro de 2010 a 6 de abril de 2011, a primeira notícia factual sobre a surdez no programa da TV Brasil foi exibida em 4 de novembro de 2010. A nota seca relatou a participação de surdas em uma competição esportiva de surfe na cidade do Rio de Janeiro. Por vezes, a informação é perpassada por comentários, em que a suposta isenção jornalística é relegada em prol de tomadas de posição para comemorar o reconhecimento das competências de mulheres no torneio e na sociedade.

A dimensão situacional do *Jornal Visual* apresenta instância produtora compósita, onde o Eu-comunicante é marcado pela emissora, governo brasileiro e o telejornal, os quais são direcionados a um Tu-interpretante formado por

consumidores de informações. O plano da enunciação traz um Eu-enunciador composto pelo gênero telejornalístico que idealiza Tu-destinatários de receptores surdos e não-surdos. Essas características são recorrentes nas demais matérias jornalísticas do telejornal analisadas aqui.

O *Jornal Visual* possui gênero situacional jornalístico, possuindo estatuto factual com finalidade de gerar efeitos de real, de transparência e veracidade na abordagem dos fatos.

A dimensão técnica da imagem móvel da nota seca é ambientada no novo cenário de estúdio do telejornal, o qual também abriga outros telejornais da TV Brasil, como o Repórter Brasil. A modificação no estúdio do *Jornal Visual* ocorreu em outubro de 2010, três anos após a TV Educativa do Rio de Janeiro ser incorporada pela EBC.

A figura 8 mostra a sequência de quadros congelados do desenvolvimento da narrativa filmica do *Jornal Visual*.



FIGURA 8 – Sequência de quadros da nota seca sobre competição de surfe com surdas  
 FONTE – *Jornal Visual*, 4 nov. 2010.

Com filmagem em alta definição, o programa, pela primeira vez, inova no formato, inserindo a intérprete na centralidade da cena enunciativa. No formato anterior, a tradução ocupava quadro reduzido no canto inferior esquerdo da tela. A prioridade para a Libras resultou em novo enquadramento fílmico para mostrar a gestualidade da comunicação espaço-visual. Além disso, as imagens da reportagem passaram a compor um quadro auxiliar, como um elemento de apoio para a explicação dada pela intérprete.

No estrato plástico-sonoro, as cores de estúdio deixaram as colorações amarelo e vermelho, predominantes na versão anterior do programa, para assumirem tons azuis e verdes, conforme debatido por Figueiredo (2011a). O uso do azul e verde se justificaria, seguindo as explicações de Guimarães (2004), por esses elementos ocuparem posições no espectro luminoso que não saturam totalmente o olhar do receptor. A mudança no fundo do cenário permitiria maior conforto visual ao telespectador, pois o *Jornal Visual* se fundamenta na comunicação espaço-visual, a qual requer atenção constante direcionada ao apresentador que traduz os enunciados para Libras. As cores, em um primeiro momento, não competem com a presença dos âncoras em primeiro plano.

O azul compõe a marca da TV Brasil e o emprego dessa tonalidade no *Jornal Visual* remete ao telespectador que o programa é da emissora pública em questão. A cor também está presente em outros telejornais brasileiros, como o Jornal Nacional, Jornal da Record e Jornal da Band. A coloração está associada, simbólica e culturalmente, com efeitos de isenção e credibilidade, auxiliando na projeção do *ethos* prévio que os programas desejam passar aos destinatários. Já o verde é o contraste original e clássico da relação água e fogo, a partir da oposição com o vermelho, sendo “recebida de forma menos agressiva, com maior passividade”, segundo Guimarães (2004, p. 115). A condição biofísica desta cor conota tranquilidade ao olhar.

No momento em que o verde se mistura ao azul, como faz o *Jornal Visual*, ele “torna-se sério e como que repleto de pensamento”, diz Guimarães (2004, p.117) sobre o casamento entre os tons azulado e esverdeado. Em termos de sentidos culturais, o verde é a cor do jogo e também a da esperança. Ao se opor ao proibido do vermelho, pode ser entendido como permissão, “liberdade, autorização”, aponta Guimarães (2004, p. 116).

Através do espaço icônico, o *Jornal Visual* recorre à simplicidade na composição gráfica do estúdio para ressaltar a presença dos apresentadores. O plano único é formado por unidades autônomas: apresentadores e fundo de estúdio, sem a presença de elementos tridimensionais. A montagem pretende conduzir uma recepção mais direta, mais rápida, com foco nos enunciados em Libras da intérprete. A estratégia difere do padrão utilizado pelos telejornais brasileiros. Silva (2005) descreve que os programas *Jornal Nacional* e *Jornal da Band* optam por compor o cenário com um mundo em movimento e o trabalho dos jornalistas na redação.

O estrato plástico-sonoro da nota seca do dia 4 de novembro de 2010 traz, assim, no plano de fundo do estúdio a cor azul no plano da intérprete e o tom verde no quadro com o jornalista que narra oralmente o texto. A iluminação é direta de cenário de telejornal, sem efeitos de sombra. As texturas do fundo são montadas graficamente por efeitos de computador, os quais podem gerar efeitos de modernidade e atualidade.

Os estratos escópico (distância dos protagonistas da cena) e cinético (tomadas de câmera) se aliam para enquadrar a intérprete, em pé, da altura dos joelhos à cabeça, em um tipo de plano médio que se confunde com o plano aberto. Já o narrador no quadro da reportagem está sentado em bancada, sendo enquadrado em plano médio. Tais planos são característicos do telejornalismo e evocam sensos de distância socialmente próxima, nos termos de Soulages (2002). Intérprete e apresentador da nota falam com olhar direto para a câmera, no eixo Y-Y (*eye to eye*; olhos nos olhos), dirigindo o enunciado a um terceiro falante: o telespectador. O programa cria o distanciamento necessário ao jornalismo para que o fato pareça não ter sido construído, mas mantém a interpelação dos receptores como visada de captação. Ambientados no cenário de estúdio, os apresentadores se projetam como porta-vozes “isentos e imparciais” do acontecimento.

O enquadramento e ambientação da intérprete seguem as recomendações da norma brasileira 15.290 (ABNT, 2005), a qual regulamenta a *Acessibilidade em comunicação na televisão*. Para a chamada *Janela de Libras*, as prescrições são: o intérprete Libras/Português não deve ficar muito próximo ao fundo para evitar o surgimento de sombras; a iluminação precisa ser suficiente para destacar intérprete e cenário; a câmera de vídeo necessita ser apoiada em tripé fixo, a fim de evitar mudanças bruscas no ponto de vista que atrapalhem a recepção. No quesito foco, as emissoras de TV devem abranger a movimentação e gesticulação



pertinente da língua de sinais, com o uso de contrastes nítidos entre a roupa do tradutor e o estúdio. Para os intérpretes, a norma determina ainda o uso de roupas contrastivas, evitando tonalidades próximas à cor da pele.

Os enunciados em Libras e Língua Portuguesa oral são retratados no quadro-janela, que abarca as interações e diálogos televisivos. A credibilidade do *Jornal Visual* como um telejornal acessível é colocada no estrato narrativo-identitário: as identidades de gênero, social e midiática são representadas por um apresentador-homem-jornalista que narra as notícias oralmente em português, seguindo o modelo empregado no telejornalismo, e, ao lado, a acessibilidade para surdos está na presença da apresentadora-intérprete-mulher, a qual traduz os enunciados do narrador e os em *off* durante as reportagens.

Na nota seca em questão, o estrato comunicacional traz os papéis dos protagonistas das cenas do *Jornal Visual*: a mulher intérprete e apresentadora e, no quadro de imagens à direita, outro apresentador-jornalista que narra os acontecimentos sem elementos icônicos ilustrativos e representativos do campeonato de surfe. Cabe ressaltar que a intérprete é enquadrada no plano médio que representa uma distância social próxima. A apresentadora veste blusa social com manga curta para que a câmera enquadre melhor a gestualidade do corpo e das mãos nos enunciados em língua de sinais.

Na dimensão discursiva das imagens móveis do *Jornal Visual*, o modo de organização do discurso é argumentativo e narrativo, levando ao descobrimento dos fatos do mundo com introdução de um ponto de vista particularizado enquanto telejornal que defende a emancipação. A própria presença da intérprete no vídeo quebra o paradigma e questiona a língua oral-auditiva como única forma de expressão dos pensamentos na sociedade brasileira.

A organização argumentativa está presente nos discursos jornalísticos e com o telejornal da TV Brasil não é diferente. Em jornalismo, isenção e imparcialidade são ideais éticos da prática profissional que orientam a busca por objetividade no relato dos acontecimentos. No exercício da escrita e da edição da informação, as marcas de subjetividades dos enunciadores tendem a ser apagadas por meio de técnicas. Para a construção do relato acerca de um fato, o sujeito enunciator jornalista parte de visão preliminar e tenta justificar o dito com base em saberes, recorrendo a imagens de mundo e dizeres de autoridades no assunto.

A visada de informação é entendida aqui como uma proposta de mundo que surge de questionamentos e estabelecimentos de verdades sobre a realidade, tendo o objetivo de *fazer saber* o sujeito destinatário. Em notícias e reportagens televisivas, as imagens que complementam o texto operam como descrições, ou seja, provas sobre a explicação desenvolvida ou podem ter a função de contra-argumentação do dizer. Conforme Charaudeau (2009, p. 112), o modo descritivo dá sentido ao narrativo, sustenta a exposição da ordem da experiência.

Ancorados em categorias etóticas de associação do *Jornal Visual* como uma instância jornalística, os enunciados televisuais do programa procuram se aproximar das características de isenção, imparcialidade, compromisso com a ‘verdade’. O papel público de informar a todos os cidadãos e dar a eles o direito de saber os acontecimentos de mundo é reforçado pela conjunção da imagem do apresentador em português oral e da intérprete em Libras. O telejornal procura constituir *ethé* icônicos e prévios que assegurem a credibilidade de poder dizer a surdos e não-surdos, reiterando a legitimidade jornalística.

A visada de captação do público se constitui em categorias patêmicas com finalidade de autenticar o discurso. A configuração visual simplificada e com cores traz conforto ao olhar compactua para a criação de sentidos de simpatia para com os apresentadores, associado ao sentido de defensores de uma causa, de um ponto de vista: o reconhecimento da necessidade de comunicar espaço-visualmente com os surdos. O fundo verde pode, neste contexto, remeter a emoções de esperança. Como observa Charaudeau ([2007] 2012b, p.15), “o ‘verdadeiro’ aqui é aquilo que se sente e não se discute”.

Os imaginários sociodiscursivos das imagens móveis da nota seca do *Jornal Visual* estão ancorados em saberes de conhecimento da experiência, os quais revelam que o discurso do telejornal é credível e verdadeiro por ser jornalístico. Diante de elementos icônicos como a composição do estúdio, a forma de enquadramento dos apresentadores, a movimentação da câmera, o telespectador reconhece que está diante de um telejornal e passa ou não a aceitar as condições do contrato de comunicação. Os saberes de crença de opinião relativa abarcam os sentidos culturais das cores empregadas, associando o tom verde-azulado ao universo não verificável de construção de um programa informativo acessível para quem se comunica pelo canal espaço-visual. A seriedade e o

compromisso de informar a todos e de forma verdadeira estão associados ao papel de acessibilidade.

No plano verbal, o locutor oral Paulo Victor, jornalista, conta como foi o Circuito Brasileiro de Surfe Feminino na praia da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Sem imagens de cobertura, o apresentador diz:

Uma novidade encheu os olhos de todos. A participação de meninas com deficiência. Elas fazem parte de um projeto de surfe adaptado que existe desde 2007 no Rio de Janeiro. Foi emocionante! As mulheres estão mostrando força em todos os setores da sociedade. Que bom! Não é verdade? Aliás, a iniciativa dos organizadores do circuito não é nova. Surdos e cegos já participaram de edições anteriores do evento (JORNAL VISUAL, 4 nov. 2010).

Por meio dos modos de organização do discurso narrativo e argumentativo, a instância jornalística reconta a participação de atletas surdas em competição de surfe. Em um primeiro momento, traz saberes de conhecimento de empiria sobre o esporte como caminho para a emancipação, superação e libertação do corpo tido como deficiente. A nota seca procura ir além ao tentar romper com imaginários ancorados em saberes de crença de opinião coletiva de que a mulher seria inferior ao homem na sociedade. Os sujeitos receptores são, assim, interpelados a conhecerem outra problemática social: o ser mulher, atleta e surda. Com as argumentações “foi emocionante”, “que bom! Não é verdade?”, o *Jornal Visual* gera efeitos de empatia para tentar combater três imaginários sociodiscursivos de inferioridade dos sujeitos. Diante da credibilidade e legitimidade que se atribui socialmente ao telejornal como inclusivo, o programa da TV Brasil aponta que é possível e ‘verdadeiro’ para a mulher surda mostrar as suas competências aos demais. O discurso jornalístico sobre a surdez é ancorado em imaginários sociodiscursivos (saberes de conhecimento do campo científico) de deficiência que requer superação e não como diferença sensorial e cultural entre os sujeitos. Os efeitos de emoção projetados de surpresa e comemoração pelo feito de mulheres surdas e surfistas corroboram com esse imaginário de necessidade de mostrar a força da surdez. Os imaginários sociodiscursivos das imagens móveis conferem credibilidade a esse posicionamento do *Jornal Visual* de que a surdez é deficiência capaz de ser rompida pelo esporte.

A tabela 6 resume os imaginários sobre a surdez evocados pelos elementos verbais e icônicos da nota seca veiculada pelo *Jornal Visual*.

| Edição                                    | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                      |                                                                       |
|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
|                                           | Ícônicos                                                                         | Verbais                                                               |
| 4 nov. 2010: Competição de surfe feminino | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação | Deficiência, liberdade, superação pelo esporte, emancipação feminina. |

TABELA 6 – Imaginários sobre a surdez na nota seca sobre campeonato de surfe

#### 4.1.2.2. Análise da reportagem “Aulas de judô na Rocinha”

A reportagem de 17 de novembro de 2011 também insere a surdez na temática do esporte. Na dimensão situacional, os sujeitos comunicantes são compósitos, sendo formados pela TV Brasil, governo brasileiro e o telejornal. O Eu-enunciador é a própria enunciação do gênero jornalístico. Os sujeitos interpretantes continuam os consumidores de informação; os Tu-destinatários são os receptores surdos e não-surdos. O gênero é situacional, localizado no jornalismo como reportagem, a qual permite uma abordagem mais aprofundada que a notícia. O estatuto é factual para gerar efeitos de real. Não há, nesse caso, a ficcionalidade colaborativa, técnica que no telejornalismo se constitui como a simulação do acontecimento retratado.

Diferentemente da nota seca anterior, a informação recorre a imagens de mundo para validação dos dizeres. A manchete evoca que a emissora “TV Brasil ganhou o Prêmio Brasil de Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, na categoria telejornalismo, por uma reportagem na favela da Rocinha no Rio de Janeiro”. O telejornal procura reafirmar o *ethos* de telejornal inclusivo tratando do reconhecimento social pelo trabalho jornalístico realizado pelo *Jornal Visual*. A matéria fria<sup>78</sup>, não factual, conta sobre um grupo de judocas surdos na comunidade fluminense.

---

<sup>78</sup> O termo matéria é jargão jornalístico e significa o mesmo que reportagem. “Matéria fria” refere-se aos assuntos do telejornal que não são factuais.

A dimensão técnica das imagens móveis apresenta traços recorrentes da nota seca analisada anteriormente. A composição visual dos estratos plástico-sonoro e icônico permanece com as cores azul e verde no fundo do estúdio, luzes diretas sem sombras, apresentadores em pé com olhar direcionado no eixo Y-Y. O objetivo é que o telespectador reconheça rapidamente que está diante de um telejornal inclusivo da TV Brasil.

A figura 9 mostra partes da montagem fílmica da reportagem.



FIGURA 9 – Sequência de quadros da reportagem sobre judô na Rocinha  
 FONTE – *Jornal Visual*, 17 nov. 2010.

Os dois primeiros quadros congelados da figura 9 trazem a abertura da matéria, denominada no jargão jornalístico de “chamada”. Pelo estrato cinético, a credibilidade do telejornal é colocada em um regime de apresentação marcado pela proximidade social, evocada pela tomada de câmera em plano médio. A intérprete representa a identidade social do telejornal como instância inclusiva. O apresentador em comunicação oral-auditiva retoma o ideário de autenticidade e veracidade dos fatos narrados por se manifestar como jornalista, autorizado a recortar os acontecimentos de mundo e informá-los aos cidadãos consumidores de informação.

O estrato da distribuição dos tipos de quadros revela a predominância do quadro-janela, o qual abarca as interações comunicacionais e expressivas. Em um mesmo ambiente midiático, duas culturas e dois sistemas comunicacionais ilustram uma interação, convivência e diálogos possíveis. Na abertura da reportagem, a intérprete se desloca da função para enunciar oralmente “vamos rever a matéria?”, traduzindo sua fala, em seguida, para a Libras.

Durante a exibição da reportagem, o apresentador jornalista dá lugar às imagens da matéria *in loco*, que aparecem em um quadro reduzido. Em Libras, a apresentadora está no centro da cena enunciativa e a narrativa informativa ao lado serve como elemento de apoio às explicações dadas em comunicação espaço-visual. Têm-se formas de expressão mistas: à esquerda da tela, o quadro-janela com as interações comunicacionais da intérprete; à direita, o quadro-janela associado ao quadro-percurso que capta o visível e recobre os enunciados de realidade.

Os fatores de ativação dessa cinesintaxe se configuram nos estilos, nos estratos. No enquadramento da intérprete, são retomadas as estratégias visuais para não saturar o olhar do telespectador, ressaltar sentidos advindos das colorações azul e verde, tais como tranquilidade, isenção e esperança. No plano cinético, a filmagem é em câmera fixa, estática e em plano médio.

O texto da reportagem inicia com uma visão contextual da Rocinha como maior favela do Rio de Janeiro, narrando que um grupo de surdos, “alheio aos perigos”, se reúne em uma das entradas da comunidade antes de subir o morro e, enquanto aguardam a chegada de todos do grupo, interagem em língua de sinais (FIG. 10).



FIGURA 10 – Jovens conversam em Libras antes de treino de judô na Rocinha  
 FONTE – *Jornal Visual*, 17 nov. 2010

As imagens do acontecimento de mundo são dadas pelos estratos icônico e cinético: em plano fechado, aparecem casas da favela; a câmera abre o foco e mostra a rua com moradores caminhando; o corte seco, característico da linguagem telejornalística, muda o plano médio em câmera fixa que registra jovens em pé conversando em Libras; outro corte seco dá entrada a uma tomada de câmera panorâmica da esquerda para a direita, mostrando a rua em plano aberto e focando, ao final, a roda de amigos. Tais imagens móveis trazem um jogo de identificações e papéis sociais associados à surdez: o primeiro deles, o uso da Libras como forma de comunicação entre os surdos; o segundo, a língua como fator de geração de um grupo e aproximação social; e, por fim, personagens anônimas que são atletas de judô.

A dinâmica de encadeamento das imagens segue o modelo do telejornalismo brasileiro, com cortes de cenas a cada três ou quatro segundos. As imagens móveis procuram ilustrar e autenticar como verdadeiro o dizer verbal. Nesse primeiro trecho, a surdez é tratada com base em saberes de conhecimento do campo científico-teórico que defende o canal espaço-visual como meio mais apropriado para a interação de surdos. Esse viés é exemplificado pela roda de amigos surdos conversando em Libras.

A reportagem prossegue com o registro da subida dos atletas entre as vielas do morro, “vencendo as escadarias” e os perigos do tráfico para praticarem esporte. “Quando chegam ao centro de treinamento, já estão aquecidos e prontos para mostrar o que mais gostam de fazer: lutar judô”, enuncia verbalmente a

instância jornalística. Em consonância, surgem as primeiras imagens de atletas surdos na aula esportiva na comunidade. O plano aberto, o qual remete a uma distância social pública, é utilizado para, visualmente, mostrar o aquecimento do judô. Pouco a pouco, a abordagem geral se aproxima das personagens no quadro-percurso. Os anônimos da roda de amigos tornam-se agora lutadores, evidenciados no estrato cinético: tomadas fechadas de câmera com as pegadas nas mangas dos quimonos das lutas em duplas.

O *off* seguinte da matéria esclarece que o papel dos judocas surdos: ensinar jovens moradores da Rocinha. Há uma ruptura dos saberes de crença de opinião coletiva que insere o surdo como deficiente e incapaz. Pelo esporte, os surdos podem ter competências e trocarem experiências com não-surdos.

Em plano médio, a câmera fixa enquadra o professor Eduardo Duarte com quimono branco em frente à parede com o logotipo da academia. Ele é um dos fundadores do projeto e é instituído pelo telejornal como autoridade para falar das aulas e da experiência que possui sobre a surdez:

Todo mundo tem aquele entendimento de que deficiente não. Se ele pode, eu também posso. Então, começa a assumir essa superação, a quebrar várias barreiras. A gente quebra a barreira principal que é a da comunicação. Então, é como eu falei. Não é por eles serem surdos que eles não vão aprender. É muito mais fácil. É fascinante (JORNAL VISUAL, 17 nov. 2010).

Por meio do discurso de outrem, o telejornal insere parte do seu ponto de vista sobre a surdez, em que o esporte é capaz de gerar a superação dos surdos, pois não teria os canais comunicativos como entraves. O testemunho de Duarte está respaldado em saberes de conhecimento da experiência por liderar as aulas de judô para surdos. A montagem fílmica dá conotação de que o dizer é verdadeiro por fazer parte de uma informação jornalística.

Após o depoimento do professor, a instância jornalística remete a um caso de um atleta surdo “campeão de judô e um exemplo de superação. Ele ganhou medalha nas olimpíadas para surdos em Taiwan em 2009”, diz o *off* da matéria. Na dimensão técnica, as imagens móveis são marcadas pelos fatores de ativação do estrato icônico do sujeito filmado na academia de judô. O plano médio, aquele da distância social mais próxima, enquadra, em câmera fixa, o atleta sorrindo com as mãos na cintura. O corte seco traz fotos do campeonato com a equipe. A montagem



sai do geral para o particular: o atleta Alexandre Soares é o foco com a medalha no peito e, em seguida, recebe os cumprimentos do, então, presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. As imagens móveis procuram consolidar o *ethos* de atleta de sucesso remetido a Soares.

O plano aberto é a técnica de filmagem escolhida para a movimentação panorâmica da câmera que filma atletas sentados à beira do tatame observando o judoca ensinar a arte marcial. O campeão surdo é retratado verbalmente como aquele que supera as barreiras de distância e locomoção na cidade do Rio de Janeiro para continuar a missão: “se sente orgulhoso por ajudar a afastar jovens do mundo das drogas” (JORNAL VISUAL, 17 nov. 2010).

Com a entrada da sonora de Soares (FIG. 11), pela primeira vez, a intérprete deixa a tela.



FIGURA 11 – Judoca surdo enuncia em Libras  
FONTE – *Jornal Visual*, 17 nov. 2010.

O quadro da reportagem assume a forma integral do vídeo para permitir a enunciação em Libras do entrevistado: “através dessa iniciativa, alunos da comunidade começaram a praticar judô aqui com a gente e viram, no esporte, o resgate da cidadania”. A tradução é feita em *off* para o português oral. A configuração da cena de entrevista é a mesma do professor: câmera fixa em plano médio e, ao fundo, a parede da academia. A diferenciação está na parte direita do enquadramento, que agora mostra os alunos em treinamento.

No depoimento do atleta Soares, o judô ensinado por surdos é visto como alternativa para o combate dos sentidos de cidadania. Os saberes de conhecimento

de experiência do judoca indicam a inexistência de sobredeterminação do sujeito pelo uso de um canal comunicativo diferente do majoritariamente difundido na sociedade. Aqui, não é a sociedade que auxilia atletas surdos, mas o inverso, em um processo de quebra de barreiras comunicativas pela prática esportiva. O atleta constitui *ethos* de competência, enquanto campeão, e de agente de transformação social.

A reportagem se desenrola explicando que os treinos são noturnos para que os jovens da comunidade não sofram com os perigos do tráfico, se tornem “alvos fáceis. Esses atletas mais que especiais, estão sãos e salvos”. Neste trecho verbal, a instância jornalística aponta para saberes de crença popular, presentes em ditados e provérbios, em que o “são e salvo” remete à força do judô como capaz de fazer as pessoas escaparem ilesas do suposto perigo mundano da favela.

O outro professor do treinamento, Zózimo Brito, é entrevistado também. A mesma técnica e ambientação das demais sonoras é utilizada. Brito declara que a função do judô é ir além do aprendizado do esporte, mas “disciplinando também, conscientizando a vida no lar”. O esporte aqui é inserido como meio de repasses de valores morais e éticos.

A reportagem traz mais uma personagem para relatar a importância de ser treinada por atletas surdos. “Na vida de Carolaine, de onze anos, o exemplo de superação desses atletas ajuda a revelar a grande campeã”, diz o texto em *off* ilustrado pelo plano aberto de atletas se cumprimentando antes do combate. O corte seco abre passagem para o *close* em várias medalhas a tomada de câmera sobe e enquadra o rosto da menina Carolaine Santos. Na sonora, ela revela que pretende estar nas Olimpíadas de 2016.

A matéria é encerrada com um *sobe som* musical não traduzido para a Libras. Uma sequência rápida de encadeamento de imagens retoma os recortes de mundo mostrados anteriormente: atletas em luta, *close* de judoca com medalha na mão, o exemplo de judoca Alexandre Soares.

Na dimensão discursiva da imagem, os modos de organização do discurso narrativo e argumentativo comportam o diálogo entre as culturas surda e não-surda, a convivência através do esporte. As categorias etóticas do telejornal se respaldam no *ethos* prévio de telejornal: seriedade, credibilidade e compromisso com o verdadeiro; e inserem a necessidade de informar a todos os cidadãos,

apontando para a integração social. As categorias patêmicas ilustram o herói esportivo para gerar sentidos de atração, simpatia e esperança.

Em contraposição à nota seca anterior, a reportagem sobre judô na Rocinha se respalda em imaginários sociodiscursivos que não tratam a surdez sob a ótica da deficiência explícita. A diferença é mostrada nas formas de comunicar, em que a Libras é reconhecida como língua pertinente à interação dos surdos. No entanto, quando estes estão diante de não-surdos, o meio mais propício para a abordagem entre os sujeitos é o esporte. Os imaginários sobre a conciliação possível entre pessoas diferentes estão alicerçados em testemunhos e relatos do vivido e ilustrados nas imagens de cobertura do treinamento. A surdez é vista por um olhar de fora da surdez, por uma necessidade de provar um desempenho para se tornar sujeito. A superação pelo esporte é exaltada.

A tabela 7 sintetiza quais são os imaginários sociodiscursivos que circulam sobre a surdez na presente reportagem.

| Edição                                                        | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                                   |                                                                                                                      |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                               | Ícônicos                                                                                                                                                      | Verbais                                                                                                              |
| 17 nov. 2010: Atletas surdos ensinam judô a jovens da Rocinha | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras como forma de comunicação e interação social, superação pelo esporte | Superação pelo esporte, conciliação de diferenças comunicativas, emancipação de jovens, Libras como língua de surdos |

TABELA 7 – Imaginários sobre a surdez na reportagem sobre aulas de judô na Rocinha

#### 4.1.2.3. Análise da reprise da reportagem “Aulas de judô na Rocinha”

A reportagem analisada anteriormente foi reprisada, de forma resumida, no dia 31 de dezembro de 2010c. Dos três minutos e 33 segundos da matéria original, são apresentados 44 segundos na segunda versão. O conteúdo exibe o primeiro *off* da matéria (que explica da ideia de ensinar judô a jovens da Rocinha) e a sonora do atleta campeão de judô Alexandre Soares. A figura 12, a seguir, ilustra a narrativa.



FIGURA 12 – Reprise da reportagem de 17 nov. 2010  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010c

Das quatro entrevistas realizadas na matéria original, apenas a fala do judoca Soares é mantida, silenciando os depoimentos dos dois instrutores e da atleta que gostaria de participar dos Jogos Olímpicos de 2016. A preferência por mostrar o atleta campeão reitera os imaginários ancorados nos saberes de conhecimento do campo da experiência, em que seria possível superar as barreiras comunicativas para treinar judô, ensinar outros jovens e vencer na vida.

A tabela 8 expõe os imaginários sociodiscursivos da versão resumida.

| Edição                                                         | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                                   |                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                | Icônicos                                                                                                                                                      | Verbais                                                                                                              |
| 31 dez. 2010c: Atletas surdos ensinam judô a jovens da Rocinha | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras como forma de comunicação e interação social, superação pelo esporte | Superação pelo esporte, conciliação de diferenças comunicativas, emancipação de jovens, Libras como língua de surdos |

TABELA 8 – Imaginários sobre a surdez da reprise da reportagem sobre aulas de judô na Rocinha

Os valores associados ao telejornalismo inclusivo permanecem na reportagem resumida, porém, o *Jornal Visual* não se apresenta mais como ganhador de prêmio nacional pela produção da matéria em questão. As imagens móveis não reforçam, de forma enfática como na versão original, o esporte como instrumento de cidadania. Os elementos verbais reiteram as características anteriores, da prática esportiva como caminho para conciliar as diferenças, superar as barreiras comunicativas e incluir jovens de comunidades fluminenses. O *Jornal Visual* assume a Libras língua oficial de surdos ao veicular a entrevista do judoca Soares e os enunciados da intérprete por meio da comunicação espaço-visual.

#### **4.1.2.4. Análise da reportagem “Música alta causa perda auditiva”**

As três matérias analisadas acima inserem a surdez no campo da superação possível através do esporte. A reportagem veiculada em 18 nov. 2010 aborda a surdez na temática da saúde, revelando que a música alta é a segunda maior causa de surdez. O alerta é direcionado, principalmente, aos jovens que gostam de equipamentos sonoros com fone de ouvido.

A dimensão situacional apresenta os mesmos sujeitos do discurso das informações anteriores. O gênero é situacional, por definição, porém, o estatuto associa o factual com a ficcionalidade colaborativa (a filmagem simula as ações de adolescentes no ato de ouvir música e estudar) para gerar efeitos de real. Assim, o recorte de real filmado está em consonância com uma encenação do acontecimento. A figura 13 esboça o desenrolar do enunciado jornalístico.





FIGURA 13 – Sequência da reportagem que associa surdez com música alta  
 FONTE – *Jornal Visual*, 18 nov. 2010

Os dois primeiros quadros da sequência apresentada na figura 13 ilustram a chamada da matéria *in studio*. O sujeito enunciador compósito diz, ambientado *in studio*: “Atenção, adolescente que gosta de ouvir música alta e exagerar no volume do Ipod. O barulho excessivo pode causar surdez. O ruído musical já é a segunda causa de perda de audição no mundo” (JORNAL VISUAL, 18 nov. 2010). Como nas demais aberturas das reportagens e nota seca anteriores, a composição icônica e cinética do estúdio e o enquadramento dos apresentadores buscam conferir um ar de telejornal inclusivo e instituir a instância jornalística como credível para falar de surdez com os sujeitos destinatários, bem como a visada de captação procura dar conforto ao olhar com o uso das cores azul e verde. Os efeitos pretendidos repousam no dispositivo do mostração, apagando as marcas de construção da narrativa jornalística por meio de recursos de filmagem que estimulam a interpretação de que a imagem é transparente, é o real que se mostra sem filtros e interferências.

A dimensão técnica das imagens móveis *in loco* segue a relação de complementaridade do telejornal: o verbal é representado pelo icônico. A intérprete permanece no centro da enunciação traduzindo os enunciados jornalísticos para a Libras e, iconicamente, ratificando a veracidade dos acontecimentos relatados.

O texto do *off* inicia com uma ambientação da temática, indicando os tipos de sons, barulhos e ruídos rondam as pessoas na rua e no trânsito. Os estratos icônico e cinético abarcam, em plano aberto (distância social pública), o ir e vir de carros e, ao fundo, as torres do Congresso Nacional, remetendo à cidade de Brasília. Em seguida, o corte seco dá lugar à tomada de câmera, em plano médio, com pessoas que caminham na rua e conversam ao telefone celular. O quadro-percurso permite a aparição de anônimos. Os efeitos pretendidos evocam que os “perigos” do som alto podem afetar a todos indistintamente.

Dos distintos tipos de som a que os sujeitos estão expostos no cotidiano, os elementos verbais da matéria direcionam a narrativa para o uso de celulares e novas tecnologias (MP3, MP4). O plano médio capta uma mulher que caminha e fala ao celular. Em seguida, a instância jornalística enuncia:

O limite tolerável da sonoridade para uma pessoa é de 65 decibéis. Acima disso, nosso organismo sofre risco de doenças. Com ruídos acima de 85 decibéis, podemos comprometer a audição, mas muitos jovens parecem não se importar. (JORNAL VISUAL, 18 nov. 2010).

Neste trecho, a surdez é associada diretamente a uma doença e os índices audiométricos comprovariam os riscos do ponto de vista defendido na reportagem. Com o enunciado “olha a altura do som de Luiza”, a narrativa do *Jornal Visual* inicia uma encenação filmica marcada pela ficcionalidade colaborativa, onde a personagem anônima simula o ato cotidiano de ouvir música alta com fone de ouvido, conforme figura 14, a seguir.



FIGURA 14 – Uso de ficcionalidade colaborativa na reportagem  
 FONTE – *Jornal Visual*, 18 nov. 2010

O estrato comunicativo da dimensão técnica das imagens móveis traz a personagem de um suposto caso de “rebeldia” de jovens, que apesar dos alertas da música alta como agente de perda auditiva, insistem em continuar o hábito de escutar acima dos decibéis recomendados. O quadro-percurso capta o visível do mundo simulado pela reportagem e os estratos icônico e cinético compõem a cena montada: em plano médio, a jovem estuda e ouve música ao mesmo tempo.

Com o recurso de *sobe som* (não traduzido para a Libras), o telejornal reproduz a música da jovem e, em seguida, coleta o testemunho do vivido: “incomoda um pouco, mas é vício, é costume”, afirma a estudante Luiza Carvalho, a qual atua como co-enunciadora do *Jornal Visual*.

A passagem<sup>79</sup> da repórter Michelle Chiappa considera a surdez como deficiência auditiva

Adolescentes que têm o hábito devem ficar atentos. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a OMS, 10% da população mundial têm algum tipo de deficiência auditiva e o ruído musical é a segunda maior causa de surdez no mundo (JORNAL VISUAL, 18 nov. 2010).

Alicerçado em estatísticas que conferem um tom de veracidade ao dito e também em instituição legitimada de produção de saber no mundo (OMS), o Eu-enunciador

---

<sup>79</sup> A passagem é jargão do telejornalismo: refere-se à presença da repórter no vídeo quando contextualiza a presença do jornalista na cena narrada; o momento serve também como assinatura da autoria da matéria.



trata a surdez como doença que pode ser ocasionada por ruídos sonoros. A repórter se institui como autorizada a acessar o conhecimento restrito a OMS e difundi-lo em larga escala aos telespectadores do programa televisivo.



FIGURA 15 – Passagem da repórter em matéria que associa surdez ao excesso de ruídos  
 FONTE – *Jornal Visual*, 18 nov. 2010

Nas imagens *in loco*, a repórter alerta os jovens do perigo do som alto. O quadro-janela (das interações dos protagonistas) mescla-se com o quadro-percurso (captação do visível do mundo) na passagem. O estrato icônico remete a sensos de pátio escolar com jovens de uniforme sentados no banco à direita. Em foco e tomada de câmera em plano médio, a personagem endossa o papel de jornalista e, com isso, apresenta-se como testemunha ocular dos acontecimentos de mundo, bem como autorizada a dizer em nome de outras pessoas e instituições. Pelo estrato narrativo-identitário, a credibilidade do dizer icônico se associa aos traços reconhecíveis de jornalista pela empunhadura do microfone da emissora e postura de conversa no eixo Y-Y.

Por ter legitimidade e credibilidade para poder dizer, em uma ação de “fazer saber” aos sujeitos destinatários, a instância jornalística adverte o hábito dos adolescentes e vai além ao pretender validar o dito com um caso de ilustração do jovem Rafael Freitas: que “não tira o fone do ouvido [...] e já sente alguns sintomas”.



FIGURA 16 – Jovem se queixa de zumbidos no ouvido por música alta  
 FONTE – *Jornal Visual*, 18 nov. 2010

O estrato comunicacional, representado na figura 16, apresenta o papel de Freitas como testemunha de que a música alta causa surdez. O relato verbal do jovem é: “dá aquele zumbido, parece que está meio surdo, que não está ouvindo direito”. Aqui a surdez volta a ser respaldada em saberes de crença de que ter ouvido defeituoso é ser surdo. O dizer está complementado com as imagens *in loco*. Ambientado em frente ao pátio escolar, o estudante é enquadrado em plano médio, inserindo uma distância social próxima que permite a identificação com o sujeito mostrado. Os quadros percurso e janela se misturam para abrigar as identidades sociais e midiáticas que estão em jogo: o aluno reforça o dito pela passagem do telejornal, assim como o tal “espírito da juventude” que não se preocupa com as consequências dos atos; por outro lado, o testemunho valida os dados apresentados e reforça a argumentação do telejornal.

A reportagem encerra em *off*, estendendo a exemplificação da sonora de Rafael Freitas aos demais:

Rafael não é o único a reclamar de zumbido no ouvido. No Brasil, cerca de 30 milhões de habitantes sofrem com esse problema. Para aqueles que não resistem a uma música, a melhor dica é mesmo moderar (JORNAL VISUAL, 18 nov. 2010).

Pela terceira vez, a matéria associa problema no ouvido à surdez e aconselha a moderação no uso de equipamentos sonoros. Ao lado do enunciado verbal, o telejornal recorre a uma sequência de imagens factuais, de jovens no contexto escolar, e de ficcionalidade colaborativa, com a adolescente simulando escutar

música alta com fone de ouvido. A cena de *close* da jovem remete a uma proximidade privada em termos de planos jornalísticos, em que o telespectador pode estar diante da intimidade compartilhada da personagem; os efeitos pretendidos estão no campo da captação, da sensibilização ao problema relatado pela reportagem.

A análise da dimensão discursiva da imagem atenta para a utilização de modos narrativo e argumentativo de organização do discurso. Nas categorias etóticas, estão em jogo o regime de credibilidade jornalística e o dever de informar a todos. Neste aspecto, as identidades sociais das testemunhas, intérprete, apresentador e repórter reforçam as características pretendidas.

As categorias patêmicas das imagens retomam os sentidos de atração e esperança, utilizados nas informações anteriormente difundidas, e recorre ao estado mental de dor de ouvido como figura particular de “incômodo”.

Os elementos verbais e icônicos da reportagem se ancoram em imaginários sociodiscursivos de saberes de crença de opinião coletiva, os quais foram incorporados em saberes de conhecimento do campo científico, levando a uma associação entre a surdez como a “doença” do não ouvir, a ausência de sons. Os próprios discursos citados e relatados reiteram essa perspectiva tanto ao recorrer à autoridade OMS para tratar do tema quanto ao utilizar o testemunho (que também revela parte de imaginários sobre a surdez que circulam no jovem entrevistado).

Com isso, o telejornal informa que a surdez (não genética) pode ser prevenida, um problema evitável. Esta abordagem do *Jornal Visual* se contrapõe aos discursos científicos dos Estudos Surdos e também ao governamental e legislativo, os quais pensam a cultura surda a partir de uma comunicação espaço-visual, representada pela língua de sinais. A ação de não ouvir não caracterizaria, para essas correntes, uma cultura surda. A partir dessa associação, comunidades que se comunicam por sinais poderiam ser consideradas surdas, mesmo que tivessem o sentido da audição.

A presença dos apresentadores na tela e o cenário do telejornal trazem imaginários relacionados à credibilidade do informativo, à Libras como sistema comunicativo, à convivência entre as culturas e a emancipação dos surdos. Esses saberes, entretanto, colidem com os anteriores que resgatam traços de crenças e conhecimentos difundidos majoritariamente sobre a surdez que observa o diferente pelo que ele não possui diante das características do sujeito ideal, em uma

perspectiva que Skliar (2005) denomina de prática ouvintista. Fica evidente, na narrativa jornalística, a expressão do medo do desconhecido, do suposto mal que levaria a perda auditiva, um “mal” a ser evitado.

| Edição                                         | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                          |                                                   |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
|                                                | Ícônicos                                                                                             | Verbais                                           |
| 18 nov. 2010: Música alta causa perda auditiva | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, surdez como doença | Deficiência auditiva, surdez é não ouvir, doença. |

TABELA 9 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a música alta como causadora de perda auditiva

A tabela 9 abrevia esse processo híbrido de veiculação de imaginários da primeira matéria jornalística do *corpus* analisado aqui dentro do tema saúde. Diferentemente das demais reportagens acima, a superação da surdez não está em voga e, sim, um problema de saúde a ser combatido com informação e do diagnóstico feito pela OMS e reproduzido pelo programa televisivo.

Parte do discurso da reportagem “Música alta causa perda auditiva” está fundamentado em traços de conhecimentos do campo médico-terapêutico e também de saberes de experiência. Esse embasamento para a construção de imaginários não está certo nem errado, apenas destoa da linha editorial até, então, exposta pelo o telejornal. Os saberes utilizados colaboram para o fortalecimento do *ethos* da emissora pública que se mostra aberta à representatividade democrática da esfera pública, reproduzindo os jogos de poder da prática social. Afinal, um programa que se pretende inclusivo não pode negligenciar a divergência de opiniões.

Cabe ressaltar que o posicionamento governamental dado pelo Decreto nº. 5.296, de 2004, classifica a deficiência auditiva a partir de padrões audiométricos de não ouvir: “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”. Percebe-se, portanto, que os imaginários sobre a surdez como perda auditiva não são exclusivamente resgatados pela OMS ou pelo telejornal, mas circulam por entre as instâncias legislativas do país.

#### 4.1.2.5. Análise da reportagem “Visita Papai Noel”

No dia 24 de dezembro de 2010, o *Jornal Visual* trouxe uma reportagem temática sobre o Natal. O foco foi o exemplo de Ivo Dafon que, há 36 anos, incorpora a personagem de Papai Noel e visita 15 institutos de cegos, surdos e de assistência social no Rio de Janeiro, distribuindo presentes e afetos.

Ao contrário das quatro informações anteriormente divulgadas, a surdez não é abordada diretamente como tema debatido entre especialistas, jornalistas e testemunhas. Ela aparece como uma exemplificação, especificamente, relacionado à chegada de Dafon ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e tomadas de quatro a seis segundos de estudantes surdos interagindo com a câmera em Libras: eles comemoram a presença de Papai Noel (FIG. 17).



FIGURA 17 – Estudantes do INES comemoram chegada do Papai Noel  
FONTE – *Jornal Visual*, 24 dez. 2010

A figura 17 evoca o retrato icônico dos acontecimentos de mundo, o qual localiza a língua de sinais como natural a crianças e jovens surdos no contexto escolar do INES: por três segundos, é registrada a agitação dos estudantes com a visita do Papai Noel. Os anônimos da cena sinalizam para a câmera e afirmam a identidade social de aluno surdo que se comunica em Libras.

A narrativa difere-se das demais por apresentar mais recursos técnicos de edição gráfica, com fusões de imagens que vão além do tradicional corte seco do telejornalismo. A matéria é iniciada com efeito de abertura de persiana (a imagem



aparece aos poucos, conforme o quadro se amplia no sentido do canto direito superior ao inferior esquerdo). A transição das cenas possui variação do corte seco: o *white frame*, tela branca inserida rapidamente. Os efeitos de *fade in* e *fade out* também são utilizados para o gradual aparecimento e desaparecimento do icônico, respectivamente. Os recursos de montagem indicam que houve maior preocupação estética no tratamento da informação não factual.

Na dimensão situacional desta reportagem natalina, os sujeitos do discurso permanecem os mesmos das matérias anteriores. O gênero telejornalístico é situacional, com estatuto factual e presença de ficcionalidade colaborativa durante a passagem da repórter. A intenção é gerar efeitos de real perante os telespectadores.

No plano da tradução *in studio*, a dimensão técnica da imagem móvel (FIG. 18) retoma as construções icônicas já utilizadas com o objetivo de marcar o *ethos* de telejornal inclusivo, gerando visadas de captação pautadas no conforto visual do olhar do receptor.



FIGURA 18 – Sequência de reportagem sobre visita de Papai Noel ao INES  
 FONTE – *Jornal Visual*, 24 dez. 2010

A presença da intérprete e apresentador-jornalista no mesmo ambiente de cenário de telejornal remetem à possibilidade de convivência entre as culturas surda e não-surda. Por meio do quadro-janela, o estrato narrativo-identitário dos âncoras procura projetar sentidos de credibilidade da instância jornalística como apta a emitir saberes sobre as diferenças sociais e comunicativas. Os imaginários sociodiscursivos de jornalismo e acessibilidade são emersos iconicamente.

No momento em que as imagens de mundo passam a ser exibidas, quadro-janela e quadro-percurso abrigam as interações entre as testemunhas do vivido e o especialistas, além de retratarem o fato, comprovando a veracidade do dito.

O texto da chamada explica o recorte de mundo que será exibido na narrativa: “um Papai Noel realiza os sonhos de *crianças com deficiência* no Rio de Janeiro” (JORNAL VISUAL, 24 dez. 2010: grifos nossos). A denominação “com deficiência” parece seguir orientação governamental oficializada na atualização de nomenclaturas através da Portaria nº. 2.344 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de 3 de novembro de 2010. Substitui-se, dessa forma, o termo “pessoas portadoras de deficiência” por este carregar noções estereotípicas negativas. A forma textual de abordar a diferença indica como o tratamento da informação está atrelado ao quadro legislativo do país e também do telejornal fazer parte da grade de uma emissora pública.

A narrativa jornalística é iniciada com a explicação da função desempenhada por um instituto de assistência social: “lá, os voluntários fazem o papel das renas e o bom velhinho transforma os sonhos das crianças com deficiência em realidade” (JORNAL VISUAL, 24 dez. 2010). O enunciado denomina a diferença sensorial como deficiência, uma ausência em um corpo doente que requer auxílio.

A dimensão técnica da imagem móvel da chamada é ambientada em cenário de estúdio do telejornal. Como sempre ocorre nas traduções, a intérprete utiliza roupas com mangas curtas para facilitar a visualização dos gestos e corporalidade da língua de sinais. O apresentador jornalista opta por roupa social, representada pela camisa social branca, blazer preto e calça social marrom. Ambos os protagonistas endossam os papéis de telejornalismo acessível. O enquadramento

do quadro-janela incide em plano médio e os olhares direto para a câmera procuram captar a atenção e empatia do telespectador.

As imagens do acontecimento relatado mostram as visitas do Papai Noel a instituições de auxílio a pessoas com diferença sensorial, focando nas entregas de presentes e nas trocas de afetos. Vestido com as roupas do “bom velhinho” (FIG. 19), Dafon assume o papel de exemplo de caridade cristã e se apresenta como autoridade para dizer.



FIGURA 19 – Papai Noel fala das dificuldades vividas pelas pessoas com deficiência  
FONTE – *Jornal Visual*, 24 dez. 2010

A figura 19 mostra a forma de enquadramento do entrevistado. O plano próximo, dos ombros para cima, confere um ar de intimidade com aquele que pronuncia caracterizado como Papai Noel: barba branca, roupa e gorro vermelho. Na sonora, Dafon explica as carências que passou na infância e os motivos que o levaram a exercer o papel de “bom velhinho”.

[...] no nosso país, a criança, o adulto especial, não têm nenhuma oportunidade, nem de ir e vir porque as ruas não estão preparadas, o meio de transporte não está preparado e nem nós, teoricamente normais, estamos preparados porque todos nós somos deficientes (JORNAL VISUAL, 24 dez. 2010).

O dizer do Papai Noel resgata saberes de experiência e de opinião coletiva que ilustram a realidade vivida pelas pessoas com diferenças sensoriais, a da ausência de políticas públicas para as minorias. O protagonista vai além ao reconhecer a



presença de deficiências em todos os sujeitos, em uma contestação do olhar direcionado ao outro a partir de traços de normalidade.

Por fim, a dimensão discursiva da imagem móvel é marcada por modos argumentativo e narrativo de organização do discurso.

A tabela 10 traz os imaginários sociodiscursivos que respaldam o discurso da instância jornalística na reportagem sobre a visita do Papai Noel a entidades assistenciais.

| Edição                          | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                                          |                                                                                   |
|---------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
|                                 | Ícônicos                                                                                                                                                             | Verbais                                                                           |
| 24 dez. 2010: Visita Papai Noel | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, surdez como deficiência que requer atenção especial, Libras como língua dos surdos | Respeito às diferenças, deficiente não tem oportunidade, deficiência requer ajuda |

TABELA 10 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a visita do Papai Noel

A surdez não é o foco da matéria fria, porém, em duas cenas rápidas, esta aparece iconicamente por meio de estudantes que se comunicam em Libras e recebem presentes do Papai Noel. A imagem fortalece o imaginário de que a língua de sinais é natural aos surdos e também insere os alunos na perspectiva de pessoas que necessitam de auxílio, afeto e doação dos outros.

As presenças da intérprete e do apresentador jornalista reiteram o imaginário de telejornal inclusivo, juntamente com a forma de enquadramento dos protagonistas e a ambientação do estúdio. O dizer de Ivo Dafon como Papai Noel evoca imaginários do campo da caridade cristã, ao ajudar o próximo carente e deficiente. O depoimento desconstrói ainda a perspectiva de que existem pessoas normais – sujeitos padrão e modelos a serem seguidos. A projeção de sentidos da matéria indica que todas as pessoas são diferentes, o que requer uma mudança de olhar o outro somente por meio do olhar do Eu.

#### 4.1.2.6. Análise da reportagem “Implante coclear”

A edição de 31 de dezembro de 2010 do *Jornal Visual* trouxe uma coletânea de reprises com matérias sobre a surdez transmitidas ao longo do ano. Ao contrário das edições analisadas anteriormente, as informações não tiveram manchetes exclusivas em destaque: uma chamada geral foi exposta por intérprete e apresentador. As reportagens foram exibidas em sequência, sem aberturas textuais explicativas.

O primeiro tema é da editoria de Saúde e discorre sobre a experiência de um jovem que descobre os sons após o implante coclear. A contraposição argumentativa ao saber médico-terapêutico ocorre com entrevistas de especialistas (educadora e linguista) defensores da Libras como meio comunicativo mais adequado aos surdos.

Na dimensão situacional, os sujeitos do discurso são os mesmos que envolvem o contrato de comunicação da informação do telejornal. O gênero jornalístico é situacional, com estatuto factual e presença de ficcionalidade colaborativa, exemplificada na arte gráfica que simula o funcionamento da recepção do som do ouvido humano e nas composições das cenas das entrevistas (vide quadros 1 e 2 da figura 20). Na sonora do médico, um desenho colorido do ouvido é afixado no aparelho que lê radiografias, denotando que a fala é de um sujeito dotado de saber sobre o ouvir. Em outra entrevista, a especialista em linguística é apresentada iconicamente como conhecedora da língua dos surdos: está sentada à frente de uma estante com livros e o exemplar clássico dos defensores do Bilinguismo, o título “Vendo Vozes”, de Oliver Sacks, está colocado em pé debaixo do abajur e direcionado para a câmera. A intenção da enunciação é gerar efeitos de real.

A composição fílmica da reportagem é ilustrada no congelamento dos quadros na figura 20, a seguir.



FIGURA 20 – Sequência da reportagem sobre implante coclear  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010a

O *off* abre a matéria com denominação do jovem a partir da classificação de saberes do domínio clínico-terapêutico: “Guilherme nasceu com *surdez total*” (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010a: grifos nossos). O texto prossegue afirmando que ele viajou com a família para realizar a cirurgia do implante coclear e, em seguida, descreve a função do aparelho: “capta o que é transmitido para o cérebro através de eletrodos implantados no ouvido interno, substituindo as terminações nervosas”. A simplificação de saberes feita pela instância jornalística reproduz conhecimentos e crenças de uma corrente do campo médico-terapêutico, enunciando que seria possível tratar e corrigir o ouvido doente pela técnica de implante.

No *corpus 1* estudado, essa é a segunda ocorrência que vincula a surdez a uma doença e uma deficiência do não ouvir. O primeiro aparecimento dessa relação ocorreu na matéria sobre a música alta (vide item 3.1.2.4) como causadora da surdez não genética, onde não houve um debate acerca do tema tal como ocorre na presente matéria.

Os elementos verbais relatados acima são acompanhados de uma sequência de imagens. O quadro-percurso ambienta a tela dividida. No centro da cena, a intérprete em Libras é enquadrada em plano médio e câmera fixa; ao fundo, o cenário com cores verdes e azuis que compõem o grafismo digital. O telespectador é levado a reconhecer que está diante de um telejornal inclusivo e que pode confiar na veracidade do dito e mostrado.

Ao lado da tradução, o quadro com a sequência de imagens *in loco*. A primeira cena é formada pelo plano médio de um homem e jovem sentados em sofá em uma sala, indicando a composição de uma família em casa. O corte seco dá lugar ao *close* de uma mulher em conversa. A associação dessas informações icônicas com as verbais aponta para o reconhecimento de que o jovem implantado está ao lado da mãe e do pai. O estrato escópico revela a proximidade dos protagonistas da cena, os quais estão sentados lado a lado no sofá. Os estratos comunicacional e icônico trazem testemunhas de uma família que vive a expectativa do filho ouvir.

A terceira tomada de câmera é uma arte digital, em fundo alaranjado, de um desenho do ouvido; em movimento, as ondas sonoras em cor verde atravessam o aparelho auditivo e chegam até o ouvido interno. As colorações empregadas no desenho indicam atenção e perigo pela associação aos tons vermelho e amarelo. O branco denota a tranquilidade, paz, calma. O verde das ondas pode remeter ao sentido de esperança (de ouvir).

O dizer e a arte digital procuram explicar o funcionamento do implante coclear, que é ligado após um mês da cirurgia. O texto enuncia, então, a “expectativa e emoção para toda a família”. Os elementos icônicos ilustram o dito: o plano médio fechado traz uma distância social próxima, tendente à intimidade, para criar sentidos de identificação com a personagem; o jovem implantado está sentado do sofá e de braços cruzados. Esta posição corporal denota uma não abertura à interação. O corte seco traz outra cena, o *close* do aparelho na orelha do surdo com uma mão, provavelmente, do pai que aponta para a “conquista”. O *off* é finalizado com o retorno do plano aberto com a família sentada ao sofá.

O surdo implantado não é entrevistado. O pai, identificado também como jornalista pelos créditos da reportagem, fala como autoridade credível para enunciar no lugar do filho:

A gente estava sentado em uma lanchonete, ele sentado ao meu lado, e, pela primeira vez, a gente percebeu que ele tinha uma percepção sonora diferente porque uma criança passou por trás dele chamando a mãe e ele se virou para ver de onde vinha o som (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010).

O depoimento mostra o olhar exterior de um não-surdo que vive a expectativa do filho ser inserido na comunicação oral-auditiva após a cirurgia do implante coclear. O relato do vivido reconstrói as memórias das primeiras percepções sonoras do jovem.

Os quadro-percurso e quadro-janela abrigam o estrato icônico de um ambiente de sala de casa, família, onde os sujeitos aparecem (FIG. 21).



FIGURA 21 – Pai de jovem surdo relata primeiras experiências após implante coclear  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010a

O entrevistado é enquadrado em plano próximo, dos ombros para cima, em uma distância social íntima, capaz de levar o telespectador a sentir empatia com o relato confessional das experiências do vivido. O olhar direcionado para o repórter e o fundo para uma parede e estante compõem o cenário da entrevista. O receptor se vê como terceiro falante que observa a cena. O estrato narrativo-identitário é construído pelos papéis de pai e jornalista, evocando *ethos* de veracidade, compromisso, doação e categorias patêmicas de afetividade, compaixão, simpatia.

O não falar do surdo é justificado pelo segundo *off* da reportagem que afirma “segundo especialistas, quanto mais cedo é feito o implante, maior é a chance de a audição e a fala se desenvolverem com mais facilidade”. As imagens de cobertura (FIG. 22) enquadram um homem de jaleco branco – o que traz o sentido socialmente partilhado de médico, aquele que detém o saber sobre o corpo. O fundo

da cena é composto por parede branca e com ilustração colorida de um ouvido humano, indicando que aquele falante possui conhecimentos sobre as técnicas de fazer ouvir.



FIGURA 22 – Médico fala sobre o implante coclear  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010a

O papel de médico confere credibilidade ao dito pelo telejornal em *off*. O enquadramento e a ambientação anteriores abrem espaço para a enunciação da personagem. A fala do especialista explica o processo de desenvolvimento linguístico do recém-implantado: “mais ou menos, dois anos, dois anos e meio, né, em média, dois anos, ele já começa a falar praticamente, não de uma maneira normal, mas quase isso”. O dizer se ancora em referenciais e saberes de conhecimento do campo científico e de crença da opinião comum, estabelecendo uma suposta normalidade e padrão aceitável do que é ouvir e falar, expectativas e identificações que são projetadas ao surdo que recebeu o implante coclear e agora deve viver de acordo com os *ethé* estabelecidos por não-surdos.

Após retratar as vivências de um jovem que acaba de receber o implante coclear e vive a expectativa de se comunicar pelo canal oral-auditivo, a reportagem contrapõe os enunciados, apontando que a cirurgia não traz garantias para o desenvolvimento linguístico do surdo implantado. Enquadrada em plano médio, a repórter enuncia em praça pública com movimentação de pessoas ao fundo. A fala é direcionada ao telespectador pelo eixo Y-Y (olhos nos olhos) para criar sensos de empatia e confiança para o que está sendo dito:



Grande parte da comunidade surda é contra a cirurgia. Isso porque muitos deles não veem a surdez como uma deficiência e, sim, como uma característica individual que se perde com o implante. Desde 2002, a língua de sinais é reconhecida como idioma. Para eles, os sons não são essenciais para a formação e o desenvolvimento da capacidade de cada um (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010a).

O contraponto é dado verbalmente, em uma fundamentação do discurso legislativo brasileiro que reconhece a Libras como língua natural dos surdos, assim como se ancora em saberes que reconstroem traços de correntes de conhecimento em prol da comunicação espaço-visual como necessária ao desenvolvimento psicológico, social e linguístico dos surdos. De forma icônica, a imagem da repórter é substituída por plano médio que retrata pessoas sentadas em um auditório, a entrega de prêmio a uma criança, um plano próximo mítico de uma intérprete em cima do palco e plano médio de personagem que enuncia em Libras no corredor do auditório (ao fundo, a plateia de costas). Esta fala não é traduzida para o português oral.

A passagem é seguida por duas entrevistas de defensores da língua de sinais como sistema comunicativo. O depoimento da educadora Elaine Bulhões ocorre no auditório desocupado. A especialista sentada em meio às cadeiras azuis vazias e enquadrada em ponto de vista da cintura para cima por câmera fixa em tripé, conforme figura 23.



FIGURA 23- Educadora defende identidade cultural dos surdos pela língua de sinais  
FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010a

A especialista em Educação defende a necessidade de não projetar as necessidades ao diferente, de não decidir o melhor sistema comunicativo para o surdo:

A família, muitas vezes, decide pelo surdo. O ideal é conversar e perguntar ao filho se ele quer se submeter a essa cirurgia. Muitos surdos implantados se sentem perdidos e confusos e não têm ainda uma identidade cultural nem com os ouvintes e nem com os surdos (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010a).

A argumentação da educadora assume posição intermediária na exemplificação dada pelo telejornal para o implante coclear, em que a família precisa decidir juntamente com o surdo sobre o sistema comunicativo que ele prefere utilizar. Apesar de ser um discurso relatado, o alerta da especialista torna-se um posicionamento do telejornal: o Eu, na maioria das vezes, vê o diferente pelas ausências que possui, a partir das próprias referências de ser, e não pelas competências.

Ambientada no auditório mostrado anteriormente como repleto de pessoas, a entrevistada torna-se a representante dos demais, a voz escolhida como autoridade para falar sobre a educação para surdos (FIG. 24).



FIGURA 24 – Especialista defende língua de sinais como natural dos surdos  
FONTE – *Jornal Visual*, 2010a

A abertura de outras vozes sobre o tema da surdez reforça o *ethos* de imparcialidade atrelado ao jornalismo, na promoção do debate público, de mostrações de posições antagônicas que expressam os jogos de poder dados na esfera social.



A segunda especialista é apresentada como Mestre em Linguística. Emely Guimarães enuncia:

Crianças e mais crianças estão ficando surdas por várias razões e que precisam agora não de implante coclear, mas de encaminhamento educacional, de poderem desenvolver uma língua de uma forma espontânea, que é a língua de modalidade gesto-visual que é uma língua natural (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010a).

Os elementos verbais da especialista contrapõem a decisão da família de levar o jovem Guilherme a realizar a cirurgia de implante coclear. O dizer é baseado em saberes de conhecimento do campo científico que possui elementos de veracidade respaldados na demonstração da língua de sinais como forma correta de desenvolvimento dos surdos.

A fala é enquadrada iconicamente pelo quadro-percurso, sendo dirigida a um repórter que não está presente no ponto de vista e ao terceiro falante, o telespectador. O plano médio e a câmera fixa são técnicas recorrentes no telejornal para criar uma distância social próxima com relação ao entrevistado. O ambiente ao fundo da depoente evoca *ethé* de autoridade e sabedoria pela presença dos livros na estante. Acima da mesa com o abajur aceso, o livro “Vendo Vozes” é colocado estrategicamente de frente para a cena observada pelo telespectador. A luz sob a publicação em destaque tem como significação a “origem de todas as formas”, nas palavras de Guimarães (2004, p. 92), do polo positivo das ideias claras, em contraposição ao preto das trevas e escuridão. Desse modo, o telejornal compõe uma cena que ajuda a edificar a identidade social atribuída à especialista: aquele que sabe sobre língua dos surdos.

A dimensão discursiva da imagem é alicerçada nos modos argumentativo e narrativo de organização do discurso. A reportagem reconstrói um campo discursivo da surdez que é comumente presente na esfera social: o dilema entre ser educado primeiro na língua espaço-visual ou na língua oral-auditiva.

As categorias etóticas projetadas pelas imagens são construídas por mosaicos a partir dos protagonistas de cena enunciativa: (i) o surdo implantado que vive à sombra da necessidade de falar e que, por estar em processo de desenvolvimento linguístico, tem o direito de dizer atribuído aos familiares; (ii) o pai que projeta um Eu idealizado de normalidade ao filho diferente; (iii) o médico que domina a técnica do fazer ouvir e explica que o implantado não viverá na

normalidade projetada pelos não-surdos; (iv) a educadora que defende a necessidade de conversar com o surdo para saber a forma que ele quer ser inserido culturalmente; (v) a linguista que contraria os discursos anteriores e vê a língua de sinais como natural dos surdos.

Esses posicionamentos divergentes colaboram para o fortalecimento do telejornal como instância jornalística que reproduz os embates da esfera pública, bem como a imagem de inclusão ao abordar a temática da surdez em vertentes contraditórias.

A tabela 11 resume os imaginários sociodiscursivos projetados pelo telejornal na reprise da reportagem sobre implante coclear exibida em 31 de dezembro de 2010.

| Edição                          | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                           |                                                                                           |
|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                 | Ícônicos                                                                                                                              | Verbais                                                                                   |
| 31 dez. 2010a: Implante coclear | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, surdez como doença, ouvido doente, Libras é natural | Deficiência auditiva, surdez é não ouvir, surdez é diferença, Libras é natural dos surdos |

TABELA 11 – Imaginários sobre a surdez da reportagem acerca dos prós e contras do implante coclear

Assim como nas reportagens anteriores, a composição *in studio* fortalece os saberes de conhecimento sobre o programa como telejornal inclusivo. As imagens *in loco* mostram a divergência de posições sobre a educação de surdos: do ponto de vista da medicina, o ouvido tido como doente pode ser tratado; na ótica da educacional, o diferente precisa se narrar e escolher como quer ser educado; e na perspectiva linguística, a língua de sinais seria a melhor forma de ensinar uma criança surda.

Os elementos verbais mostram um embate de correntes de saberes de conhecimento do campo científico, as quais procuram provar as argumentações expostas. O campo discursivo da surdez é simplificado pela instância jornalística. Os entrevistados tendem a ser vistos como porta-vozes de saberes de cada domínio (medicina, educação e linguística). Os posicionamentos híbridos são relegados para uma visão cristalizada da dicotomia discurso da medicina *versus* discurso da educação *versus* discurso da linguística. A forma de tratamento da informação pode

criar a sensação, nos telespectadores, de que essas correntes teóricas são herméticas e não se influenciam mutuamente.

#### **4.1.2.7. Análise da reportagem “Intérpretes em faculdades”**

A reportagem “Intérpretes em faculdades” integra a coletânea de informações sobre a surdez no dia 31 de dezembro de 2010. A matéria aborda o direito ao acesso a intérprete no Ensino Superior para surdos que se comunicam pela Libras.

As condições do contrato de comunicação da informação televisiva são as mesmas das edições anteriores. Na dimensão situacional, o gênero jornalístico é situacional e possui o estatuto factual e, por vezes, o uso de ficcionalidade colaborativa aparece na montagem da cena jornalística, como na simulação da estudante durante o estudo. O objetivo é gerar efeitos de real, apagando as marcas de construção da narrativa, como se os acontecimentos de mundo estivessem no vídeo sem filtros e interferências da instância produtora.

A dimensão técnica da imagem móvel pode ser ilustrada na figura 25, a seguir.



FIGURA 25 – Sequência da reportagem sobre intérpretes em faculdades  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010b

O recorte dos acontecimentos de mundo segue o modelo preconizado para estruturação do fato em notícia: chamada, *off*, sonora e passagem. Por se tratar de uma reprise, a matéria não possui escalada e manchete antes da exibição das imagens *in loco*.

O primeiro *off* expõe personagem representativa de uma estudante surda que luta para ter os direitos respeitados na graduação em Design de Joias em uma universidade do Rio de Janeiro: o acesso ao intérprete em Libras. “Patrícia ficou surda há cinco anos, mas não desistiu do sonho de cursar uma faculdade. Em 2008, passou no vestibular para artes visuais. A universidade não disponibilizou um intérprete de Libras” (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010b). O texto remete a imaginários sobre a surdez que evidenciam:

- Que as pessoas podem se tornar surdas ao longo da vida, afirmativa baseada em saberes de conhecimento do campo clínico-terapêutico, o qual identifica as causas não genéticas, tais como o uso excessivo de música alta – fator já debatido no telejornal e analisado no item 3.1.2.4.

- O ingresso na universidade é restrito aos surdos que dominam o português. O saber é ancorado visualmente com a jovem no ato de escrita.
- O Ensino Superior brasileiro não promove acessibilidade para surdos que se comunicam em Libras. Esse saber advém da experiência, relatada pela estudante, que se organiza em sistemas de pensamento da ordem da causalidade.

De modo icônico (FIG. 26), a tela se divide em espaços *in studio* e *in loco*.



FIGURA 26 – Presença de ficcionalidade colaborativa na reportagem sobre intérpretes em faculdades

FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010b

A presença da âncora e tradutora confere ar de credibilidade ao telejornal que se narra inclusivo. O enquadramento em plano médio da intérprete com olhar direto para a câmera visa captar a atenção e empatia do telespectador. Já as imagens de mundo são emersas no quadro: *close* no rosto da jovem de cabeça baixa durante o ato de escrita; a cena é substituída pelo efeito de abertura de perspectiva (*zoom out*) que enquadra a estudante sentada diante de um canto de sala. Trata-se aqui de uma montagem cênica do telejornal, uma composição previamente acordada entre entrevistada e instância jornalística para criar a sensação de reprodução do real.

O efeito de *cross funde* a imagem anterior com a do plano próximo da mãe da aluna para servir de descrição ao dito pelo *off* da reportagem – “a mãe de Patrícia decidiu acompanhar a filha na sala de aula” – retornando, em seguida, para a primeira tomada da estudante.

O exemplo serve como atestado para a argumentação de que as leis brasileiras “abrem brechas para diferentes interpretações. A única que trata claramente do assunto é a Lei de Libras, que obriga apenas as instituições federais a disponibilizar tradutores”, afirma o *Jornal Visual* (31 dez. 2010b). O telespectador é informado de que o direito ao intérprete é desrespeitado, mas que a legislação obriga as faculdades e universidades a promover a acessibilidade. Os saberes de conhecimento científico são utilizados para respaldar a argumentação de que os diferentes devem ser tratados de forma diferente para que se alcance a garantia constitucional de igualdade. De forma concorrente, o dizer evoca em saberes de experiência e de opinião coletiva de que a sociedade não está preparada para conviver socialmente com as diferenças.

Depois do exemplo negativo, a reportagem avança para mostrar um caso de sucesso. “A UFRJ já cumpre a determinação. Luiz Cláudio foi um dos profissionais contratados para auxiliar os alunos e até uma professora surda”, enuncia verbalmente o telejornal. O dizer resgata que a acessibilidade já acontece nas Instituições Federais de Ensino Superior, ou seja, o Estado cumpre a lei (o que não ocorre na iniciativa privada) e que a abertura das universidades para as diferenças também ocorre com a possibilidade de professores surdos ensinarem.

Na dimensão técnica da imagem, a narrativa fílmica comprova o dito. O estrato icônico proporciona a visualização de uma sala de aula com o tradicional ícone de transmissão de saber: a lousa verde, a qual recebe a escrita “Língua Brasileira de Sinais”. O dado visual indica que se trata de uma aula de Libras para universitários. Em perspectiva, o intérprete é enquadrado sinalizando em direção aos alunos. A cena se abre lentamente em segundo plano, com a professora e intérprete em processos de interação. O corte seco traz a cena de dois estudantes que respondem os questionamentos da professora pela comunicação espaço-visual.

Os papéis comunicacionais de professor, intérprete e estudantes legitimam e conferem credibilidade aos saberes projetados sobre a presença da tradução da Libras em sala de aula, do reconhecimento de distintas formas de comunicar e das diferenças sociais. Além disso, tais aspectos contribuem para o fortalecimento do *ethos* do telejornal inclusivo.

Em plano próximo e diante de um jardim, o intérprete Luiz Cláudio atesta, em português oral, o cumprimento da lei pela UFRJ. Na tentativa de promover a acessibilidade, Cláudio acredita que “nós estamos, com isso, tentando recuperar o

tempo perdido, onde essa questão da área da surdez ficou estagnada por algum momento e nós agora estamos tentando retomar” (JORNAL VISUAL, 31 dez, 2010b). Os saberes de conhecimento da experiência retomam traços de discursos históricos que relatam a marginalização e processos de exclusão vividos pelos surdos. A surdez é pensada pelo canal espaço-visual como determinante para a educação dos surdos e a promoção das igualdades. São silenciados os saberes de conhecimento do campo científico que procuram provar a potencialidade do surdo tornar-se um quase falante, como debateu a reportagem “Implante coclear”, analisada no item 3.1.2.6.

Diante do desrespeito à Lei de Acessibilidade, segundo afirma o telejornal sobre determinadas universidades particulares no Rio, conforme ilustrado na personagem do início da matéria, o segundo *off* traz as alternativas encontradas por surdos para continuarem os estudos. Esse é o caso de Gilvana, que diz ter encontrado um lugar de referência e identificação no curso de graduação em Pedagogia Bilíngue do INES. As imagens de cobertura antecipam a próxima testemunha do vivido.



FIGURA 27 – Pedagoga relata experiências positivas durante a graduação no INES  
FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010b

O fundo do ambiente é de papel de parede com desenhos que remetem a natureza e, conseqüentemente, podem projetar sentidos de liberdade. A luz de *spot* indica que o depoimento segue o roteiro previsto pela instância jornalística. Em plano médio e tela inteira (FIG.27), a pedagoga estrutura o depoimento em Libras através da mostração do quadro-janela:



Ao saber que o INES estava proporcionando uma boa interação com os surdos, que abriria uma prova para o curso de Pedagogia, eu perguntei: vai ter alunos surdos iguais a mim? Então, eu vou para lá. E fiz o vestibular. Passei. Ingressei na faculdade e, ao ingressar na faculdade, tinha os intérpretes, professores eram ouvintes, alguns sinalizavam, outros também não sinalizavam, mas tinham os intérpretes e eu me senti em um ambiente muito confortável porque eu recebia todas as informações na minha língua e, na questão visual, as aulas, os exemplos que eram colocados, os objetivos. Então, isso tudo me proporcionou um aprendizado muito grande (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010b).

O relato do vivido pela entrevistada durante as aulas da primeira graduação em Pedagogia Bilíngue Libras/Português, oferecida pelo INES, atestam os imaginários de que a Libras é natural dos surdos; o sujeito que opta por se desenvolver a partir da comunicação espaço-visual deve ter condições apropriadas para o ensino-aprendizagem, de acordo com suas competências e habilidades.

Depois de exibir o exemplo de sucesso em educação inclusiva, a reportagem retoma o caso da personagem com direitos desrespeitados na acessibilidade. O *off* remete ao senso de que a Justiça é capaz de defender as minorias e encaminha para a fala da advogada da FENEIS. “Nosso fundamento foi com base na Lei de Acessibilidade, que prevê que a instituição tenha que disponibilizar um intérprete para o aluno, viabilizando, dessa forma, a educação”, explica.

O enquadramento do dizer da especialista é em plano médio, sendo seguido pela imagem, em *close*, do lápis que aponta os trechos de acessibilidade na lei. O dito é referendado pelo saber de conhecimento do domínio legislativo.

Como visto, a dimensão discursiva da imagem recorre a modos narrativo e argumentativo de organização do discurso. As categorias etóticas do icônico remetem aos *ethé* de testemunhas (estudantes surdas), especialistas (advogada) e jornalísticos (repórter e tradutor).



| Edição                                   | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                           |                                                                                                                        |
|------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                          | Ícônicos                                                                                                                              | Verbais                                                                                                                |
| 31 dez. 2010b: Intérpretes em faculdades | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras como forma de comunicação e interação social | Surdez é diferença, Libras é natural dos surdos, acessibilidade, emancipação pela Educação, convivência entre culturas |

TABELA 12 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre o direito à acessibilidade com intérpretes nas faculdades

#### 4.1.2.8. Análise da reportagem “Formatura do curso de Pedagogia Bilíngue”

A matéria “Formatura do curso de Pedagogia Bilíngue” é a última das reprises de informações exibidas no dia 31 de dezembro de 2010. A notícia foca a primeira graduação de turma oferecida pelo INES.

Na dimensão situacional, os sujeitos do discurso são os mesmos das situações comunicativas anteriores. O gênero jornalístico é situacional com estatuto factual, visando a geração de efeitos de real.

A figura 28 traz o modo de construção da dimensão técnica da imagem móvel.



FIGURA 28 – Sequência da notícia sobre graduação em Pedagogia Bilíngue  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010d

Assim como nas outras três reprises da edição de véspera de final de ano, a notícia não possui manchete específica, sendo iniciada dentro de um encadeamento de reportagens sequenciais. Dessa forma, o apresentador oral não se faz presente. No entanto, o plano *in studio* procura assegurar o *ethos* de telejornal, sendo reforçado pelas imagens de mundo no quadro *in loco*.

Pela primeira vez no *corpus 1* aqui estudado, a matéria é iniciada diretamente com a passagem do repórter. O icônico reforça a visada discursiva televisual: a mostraçõ de uma cerimônia-acontecimento, em que instância jornalística e telespectador assumem os papéis de testemunhas oculares da história.

O quadro-percurso e o quadro-janela se fundem para abarcarem o enquadramento da realidade e a interação comunicacional. Por meio do estrato icônico, o fundo da cena revela a formatura de estudantes. Essa percepção é reiterada pelo ponto de vista do estrato cinético que mostra, ao fundo, a presença de pessoas vestidas com becas na cor preta e sentadas ao palco. O estrato

narrativo-identitário dos anônimos em colação de grau conferem a credibilidade ao dito pela instância jornalística.

O repórter aparece em primeiro plano, dos ombros para cima, em uma distância que permite a empatia e não a intimidade plena. A isenção e imparcialidade jornalísticas estão em jogo. O olhar direcionado para a câmera apela convoca o telespectador para a conversa monologal. As imagens de fundo trazem os primeiros sentidos de ambientação e reconhecimento simplificado do contexto. O enunciado verbal reforça o que foi visto no fundo da cena:

Nesse auditório aqui no Rio de Janeiro aconteceu a primeira formatura da Faculdade Bilíngue Libras e Português para surdos e ouvintes, a primeira da América Latina. Uma conquista de muitos, um avanço para o país (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010d).

O texto procura localizar o sujeito destinatário de que se trata de um acontecimento histórico. Os dizeres são alicerçados em saberes de conhecimento do campo científico de que a Libras é um sistema comunicativo reconhecido pela legislação; e de experiência, em que a conciliação das diferenças é possível, bem como o comprovado sucesso da prática da emancipação pela Educação.

Os saberes de crença se imprimem na visão particular que emite julgamento de valor no trecho “uma conquista de muitos, um avanço para o país”, remetendo aos jogos sociais e históricos de poder para o reconhecimento da comunicação espaço-visual na sociedade brasileira. Enquanto uma ação de governo, instituída pelo INES, o discurso do telejornal avalia que o país está na vanguarda de garantir o multiculturalismo frente aos países vizinhos.

A validação dos enunciados verbais da passagem é dada pela entrevista com a representante do Ministério da Educação (FIG. 29), a qual confere credibilidade e autoridade à instância jornalística.



FIGURA 29 – Representante do MEC atesta que a primeira graduação em Pedagogia Bilíngue fortalece a educação para todos  
 FONTE – *Jornal Visual*, 31dez. 2010d

Cleonice Pelegrine assume o estatuto de voz oficial do governo brasileiro e, por consequência, exprime o ponto de vista do telejornal: “não estamos mais falando de uma educação para alguns. Agora está se efetivando uma política onde se fala de uma educação para todos”. Os imaginários sociodiscursivos do dizer se ancoram em saberes de conhecimento da experiência, em que a educação inclusiva se mostra possível, combatendo também os saberes de crença de opinião coletiva de que o surdo não consegue se desenvolver fora do sistema comunicativo majoritário, o português. Revela-se a possibilidade de hibridismo entre as culturas surda e não-surda e a conciliação das diferenças através da educação.

O enquadramento em plano próximo, dos ombros para cima, confere conotação de distância social que beira a intimidade com o falante. O ambiente, retratado pelos estratos icônico e cinético, não traz referências explícitas ao telespectador, porém, por inferências ele pode julgar ser parte do auditório em questão. Em um ritual de formatura, a roupa na cor preta pode gerar o tom de autoridade para a referida cerimônia pública e formal.

Os imaginários de conhecimento evocados pela passagem do repórter e pelo depoimento da representante do MEC são reiterados pela narrativa de experiência de uma estudante recém-formada. Em tela cheia (FIG. 30), a testemunha do vivido enuncia em Libras, vestindo beca e em frente ao palco com as bandeiras do país e do estado do Rio de Janeiro.



FIGURA 30 – Graduada em Pedagogia Bilíngue fala do pioneirismo do curso promovido pelo INES

FONTE – *Jornal Visual*, 31 dez. 2010d

O estrato comunicacional da imagem denota o papel de testemunha e, ao mesmo tempo, especialista para a recém-formada tratar da graduação em Pedagogia Bilíngue Libras/Português. A tomada de câmera confere a noção de entrevista telejornalística pelo enquadramento em plano médio.

O enunciado verbal reconhece o valor de políticas públicas inclusivas na área da educação e vê a necessidade de expansão das ações: “o pioneirismo deste curso de Pedagogia Bilíngue no Brasil tem grande responsabilidade. Acredito na expansão do curso por todo o país, atraindo mais surdos para o ambiente universitário” (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010d).

O telejornal finaliza a matéria com uma sequência de imagens com a entrega dos diplomas e o encerramento da colação com a jogada das becas ao alto. Mais uma vez, a música não é traduzida para a Libras. O icônico projeta sentidos de conquista e vitória, retomando o enunciado verbal do repórter na passagem.

A dimensão discursiva da imagem e do texto são marcadas pela narração e argumentação no modo de organização do discurso. As categorias etóticas procuram se estabelecer nos valores preconizados para o jornalismo, bem como no papel do Estado em um regime democrático, o de promover a igualdade entre os cidadãos.

Os imaginários sociodiscursivos icônicos (TAB. 13) procuram, no retrato da intérprete em cenário de estúdio, dar a sensação de que a realidade se enuncia

sem filtros, projetando valores de isenção, imparcialidade e compromisso com a verdade do campo jornalístico.

| Edição                                                  | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                             |                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                         | Ícônicos                                                                                                                                                | Verbais                                                                                                                                         |
| 31 dez. 2010d: Formatura do curso de Pedagogia Bilíngue | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, superação pela educação | Surdez é diferença, Libras é natural dos surdos, acessibilidade, emancipação pela Educação, convivência entre culturas, superação pela educação |

TABELA 13 – Imaginários sobre a surdez da notícia sobre a formatura da primeira turma de graduação em Pedagogia Bilíngue Libras e Português

Os elementos verbais retomam saberes de que a surdez é uma diferença a ser respeitada e tratada, educacionalmente, de forma diferenciada. Na notícia em questão, a Libras é reconhecida como natural e o meio mais apropriado para a comunicação dos surdos, silenciando a existência de diferenças comunicativas dentro do campo da surdez, tais como os surdos que se comunicam em dialetos espaços-visuais e outros que optam pelo português (leitura labial, leitura convencional, escrita ou audição implantada por aparelho).

O reconhecimento da efetivação de uma política pública inédita na América Latina para a conciliação das diferenças evoca os saberes de crença do campo da opinião relativa de que a educação consegue superar as barreiras comunicativas e culturais na sociedade brasileira. A informação da formatura da primeira graduação em Pedagogia Bilíngue Libras/Português pode ser vista como um ícone da vitória parcial da luta social, histórica e discursivas das minorias em prol da valorização da Educação Bilíngue no Brasil, iniciada de forma mais preponderante a partir dos anos 1960. Por outro lado, o sucesso da primeira graduação revela, no depoimento da estudante, a pouca abrangência das políticas públicas para os surdos que se comunicam pela Libras.

#### **4.1.2.9. Análise da reportagem “Documentário Dois Mundos”**

A matéria não factual sobre o documentário “Dois Mundos” é a primeira das informações sobre a surdez no ano de 2011, sendo veiculada em 15 de fevereiro. O formato da reportagem é mesclado com o gênero telejornalístico “entrevista”, em que repórter e personagem interagem em turnos de fala, encenados midiaticamente em uma sequência de perguntas e respostas. Convencionalmente, o telejornalismo não exhibe a questão formulada ao protagonista.

As condições do contrato da informação televisiva continuam. Contudo, o gênero situacional, ao recorrer às imagens do documentário, abarca os estatutos factual e ficcionalidade colaborativa (originado do filme em si). Os efeitos de real e de ficcionalidade se mesclam. O documentário simula o retrato da realidade por meio de uma construção baseada em roteiro previamente estabelecido, assim como esquetes determinam os pontos de vistas e cenários para os depoimentos. No momento em que a reportagem se apropria de imagens do filme e as reconstrói para a informação, há também a presença de ficcionalidade de gênero. O telespectador é levado a crer que está diante de uma cena real quando está assistindo ao documentário. Evidentemente, os créditos projetados na tela advertem para a troca de situação comunicativa.

A figura 30 apresenta a sequência de quadros congelados que formam, em parte, a narrativa da reportagem e entrevista.





FIGURA 30 – Sequência da reportagem sobre o documentário “Dois Mundos”  
 FONTE – *Jornal Visual*, 15 fev. 2011

Os estratos comunicacional e narrativo-identitário do telejornal são alterados com a presença do homem e tradutor que substitui a intérprete oficial, em um provável período de férias. O apresentador e locutor permanecem na chamada da matéria (FIG. 31).



FIGURA 31 – Chamada da matéria sobre o documentário “Dois Mundos”  
 FONTE – *Jornal Visual*, 15 fev. 2011



Localizado à direita da tela, o narrador oral permanece na papel de jornalista. A camisa social preta utilizada nessa edição denota sentidos culturais de autoridade e imparcialidade. De acordo com Guimarães (2004, p. 92), o preto, em oposição ao branco, adquire o simbolismo do “medo primordial da morte”, do respeito. A valoração da cor, no caso de juízes, “o preto confere autoridade pelo temor e pela ausência de elementos cromáticos, que [...] expressam opinião”. Em contrapartida, o intérprete segue a linha da tradutora oficial ao optar por vestimentas de manga curta para facilitar a visualização dos gestos e corporalidade da comunicação espaço-visual.

O enunciado verbal da chamada resume o conteúdo da reportagem: “um curta-metragem fala da experiência dos surdos com o som e o silêncio” e informa que o documentário foi premiado em mais de 20 festivais pelo Brasil. Os saberes de crença de opinião coletiva induzem que a comunicação oral-auditiva é a única forma de expressar os pensamentos. Entram em jogo as relações “ouvir é comunicar” e “não ouvir é não se expressar”. O posicionamento está ancorado no resgate de traços de discursos sociohistóricos majoritários que procuram negar a existência de sistemas comunicativos para além dos sentidos da audição e fala oral.

O efeito de abertura em persiana diagonal insere as imagens do documentário. A primeira tomada de cena exhibe, em *close*, uma mulher que coloca o aparelho auditivo diante do espelho. Em seguida, um plano aberto contextualiza a praia e fecha em plano médio para um homem que olha para o mar. O estrato narrativo-identitário das imagens móveis projeta sentidos de que se tratam de surdos com implantes cocleares.

A percepção visual é referendada pelo enunciado verbal do *off*:

Os personagens do documentário são surdos que conseguem ouvir por meio de aparelhos ou por um implante coclear, que é uma cirurgia que os ajuda a perceber os sons (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

A explicação confere *ethos* discursivo aos sujeitos da cena enquanto surdos que procuram ouvir e se espelhar nos padrões de não-surdos. O saber de conhecimento do campo científico é simplificado para elucidar a função do aparelho. Esta é a segunda vez que a temática do implante coclear é abordada nas reportagens do *Jornal Visual*. A primeira aparição foi analisada no item 3.1.2.6, em que o surdo

implantado não se narrou porque estava em fase de adaptação linguística depois da cirurgia. Na reportagem sobre o documentário “Dois Mundos”, o retrato é da experimentação do que o telejornal denomina mundo dos sons.

O texto de abertura da matéria contesta a inclusão comunicativa de surdos com implante coclear a partir do testemunho dos protagonistas do curta-metragem: “os depoimentos mostram que nem sempre o ruído é melhor que o silêncio” (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

Nos trechos verbais selecionados para a reportagem, os surdos implantados reclamam da não similaridade do som recebido pelo aparelho do que este é na realidade, ou seja, que o aparelho auditivo deformaria o som, característica que ficaria mais evidente em barulhos como o vento na praia.

Na cena da praia, as imagens do documentário contestam a inclusão pelo uso do aparelho auditivo. Ao final da reportagem, a cena rápida (FIG. 32) mostra o surdo que prefere retirar o aparelho para não escutar os chiados amplificados do vento. O icônico argumenta a favor do dizer da reportagem no primeiro *off*, em que nem sempre ouvir com ruídos é melhor do que não escutar.



FIGURA 32 – Surdo remove aparelho auditivo devido aos chiados do vento  
FONTE – *Jornal Visual*, 15 fev. 2011

O homem surdo que remove o aparelho auditivo na praia é o mesmo que abre a reportagem, gerando efeitos de que a entrevista foi efetuada pelo *Jornal Visual*. O estrato icônico revela o cenário de praia, em que o sujeito enunciador é o primeiro plano da cena. O enquadramento dos ombros para cima procura aproximar o depoimento da intimidade do telespectador. O surdo se utiliza do português oral

para exprimir os pensamentos e a fala é traduzida em legenda para o idioma inglês e para a Libras por meio do intérprete. O estrato plástico-sonoro traz luz natural e iluminação refletida para reduzir as sombras na parte inferior do rosto. Este dado indica que o posicionamento do locutor foi planejado previamente pelo documentário.

Pelo estrato comunicacional, o protagonista assume o papel de testemunha do vivido e também anônimo, como voz popular dos surdos que experimentam o “mundo dos sons”:

Eu não escuto o vento, só com o aparelho. [Imita som vento]. O vento tem um som específico, que eu ouço diferente porque aqui tem um microfone. Então, o microfone faz um som meio assim [imita chiado]. O vento, vento mesmo, real, deve ser uma coisa mais ou menos shiii (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

O depoimento resgata saberes de conhecimento do campo da experiência de ouvir uma reprodução do vento através do aparelho auditivo e, de certo modo, retoma os saberes do campo de conhecimento científico que procuram provar ser possível o surdo ouvir. Apesar de o implante proporcionar que o enunciador conheça o som do vento, ele ainda se respalda em saberes de crença de opinião relativa sobre o que supõe ser o vento. A inferência deve-se ao julgamento de que a audição via aparelho não reflete a realidade, sendo uma adaptação não confiável e fidedigna.

A sonora de abertura da matéria ilustra o conflito das primeiras experiências dos surdos diante dos sons. A reportagem procura ampliar a discussão com entrevista estruturada com uma das atrizes do curta-metragem. O cenário para o debate é uma livraria do Rio de Janeiro. A instância jornalística procura construir *ethos* de competência da entrevistada:

Comigo está Priscila Cavalcante, de 24 anos, surda desde que nasceu. Professora de Libras, a Língua Brasileira de Sinais, formada em Direito e Pedagogia. Priscila é uma das estrelas do documentário (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

A caracterização da protagonista promove a desconstrução de imaginários que versam sobre a incapacidade do surdo se constituir como sujeito fora da comunicação espaço-visual. Pela experiência relatada de Priscila, os saberes de conhecimento atuam como sustentação de uma possibilidade de o surdo se desenvolver, estudar e trabalhar. A língua de sinais adquire aqui a função de

emancipação, em que a educação surge, mais uma vez no telejornal, como elemento promotor da superação das barreiras comunicativas e culturais.

Diante da pergunta da repórter “como é que são esses dois mundos de que fala o documentário?”, a entrevistada reconhece a existência da dicotomia e a segregação social em torno das línguas, assim como uma projeção de identidades de não-surdos para os surdos, o que leva ao sentimento de ausência, perda e falta decorrente ao não ouvir:

Então, pra mim, de fato, existem dois mundos. Existe, de um lado, um mundo dos sons, o mundo em que vivem os ouvintes. E, do outro, o mundo do silêncio, daqueles que não ouvem, das pessoas surdas (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

O depoimento reflete traços de discursos majoritários que Skliar (2005) denomina de “ouvintistas”, os quais levam o próprio surdo a se narrar a partir das identificações sociais projetadas pelos ouvintes. Os saberes de crença da opinião coletiva essencializam a dicotomia decorrente da diferença na forma de perceber os sentidos de mundo. Contudo, há reconstrução nos imaginários pela apropriação de Priscila: o mundo dos sons estaria vinculado ao canal comunicativo oral-auditivo; o silêncio não refletiria, necessariamente, a ausência de comunicação.

A contestação de imaginários cristalizados sobre a incapacidade dos surdos ocorre, verbalmente, no *ethos* discursivo construído pelo telejornal, bem como na forma visual de enquadramento fílmico do depoimento (FIG. 33).



FIGURA 33 – Priscila conta experiência de viver a cultura surda  
FONTE – *Jornal Visual*, 15 fev. 2011

Em tela cheia, Priscila enuncia em Libras e é enquadrada em plano médio para promover uma aproximação e empatia com o telespectador. O estrato icônico confere sentidos de sabedoria à protagonista pela presença de estantes com livros. No telejornalismo, a filmagem em ambiente com livros ao fundo pode ser considerada recurso tradicional para evocar autoridade a quem fala. Acima da mesa, há a sinalização de se tratar de local cultural com a reprodução do quadro das faces, em *Pop Art*, de Marilyn Monroe, elaborado pelo artista Andy Warhol. A roupa branca de enunciador também pode remeter a sentidos de alguém que possui “ideias claras”. Pelo estrato comunicacional, fundem-se os papéis de testemunha e especialista.

O diálogo entre repórter e entrevistada prossegue com a pergunta: “e dá para ser feliz no mundo do silêncio?”. A questão retoma saberes de crença de opinião comum, universais, de que fora da língua oral-auditiva, há opressão, dor e outros sentimentos e comportamentos projetados para quem não se espelha como um ouvinte. Priscila responde e reforça a potencialidade da comunicação espaço-visual:

É claro que dá. Sem ressentimentos, angústia ou algo parecido. É natural para mim. Sou surda de nascença, cresci assim, em contato com outros surdos que, como eu, não sentem a falta do som. Não é uma perda para a gente (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

Ancorada em saberes de conhecimento do campo da experiência, a entrevistada contesta as crenças da infelicidade por ser surdo e vai além ao explicar que a noção de perda integra a questão da alteridade, em ver o Outro com os próprios referenciais de mundo, remetendo a *ethé* que, necessariamente, não correspondem às identificações dos sujeitos surdos.

Priscila enuncia nos referenciais de discursos de resistência que se fortaleceram no movimento do bilinguismo: “costumo dizer que sou bilíngue. Transito bem entre esses dois mundos” (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011), retomando imaginários de que é possível a conciliação das diferenças ao proporcionar a Libras como primeira língua do surdo e o português como segunda.

Não temos como fugir desse mundo do som que, na verdade, é tudo a nossa volta. Vivemos em uma sociedade majoritariamente ouvinte, mas é no mundo do silêncio, nesse mundo onde a língua de sinais é natural, o território onde nós surdos nos encontramos e nos identificamos no silêncio (JORNAL VISUAL, 15 fev. 2011).

A declaração da entrevistada traz saberes de conhecimento do domínio da experiência para validar a necessidade de emancipação dos surdos, mas também do respeito às distintas formas linguísticas e culturais. O posicionamento é de quem nasceu surda e não de um sujeito que já obteve referenciais de audição, foi educado nos modelos tradicionais e tornou-se surdo adulto.

O bate-papo é interrompido brevemente com a apropriação de imagens ilustrativas do documentário. A cena mostra jovens surdos em meio às luzes de uma festa noturna. No retorno, a repórter questiona se Priscila pretende seguir a carreira de atriz e ela responde que esse era um sonho de infância, o qual foi “deixado meio de lado” diante das barreiras que uma surda enfrentaria nessa carreira. A fala traz imaginários de crença de opinião relativa que veem as falhas de integração social dos surdos frente a sociedade majoritariamente ouvinte.

A diretora do documentário, Thereza Jessouroun, encerra a reportagem. Na sonora (FIG. 34), a ambientação remete à sabedoria pela presença da estante com livros, tal como na entrevista com a atriz. A fala de Thereza é em português oral e é intercalada iconicamente com imagens do filme: a câmera acompanha a caminhada do primeiro entrevistado na praia segurando a prancha de surfe; a personagem remove o aparelho auditivo devido aos chiados do vento amplificados pelo microfone.



FIGURA 34 – Diretora do documentário conta que ideia surgiu da curiosidade pessoal em conhecer a cultura surda  
FONTE – *Jornal Visual*, 15 fev. 2011

No papel de especialista, a diretora explica que a intenção foi retratar a descoberta da sonoridade pelos surdos e como eles imaginavam ser o som antes do

aparelho auditivo. “Eu tinha essa curiosidade de descobrir como que era esse trânsito entre o mundo do silêncio e o mundo sonoro”, finaliza.

A dimensão discursiva da imagem e do texto é marcada pelos modos narrativos e argumentativo de organização do discurso. As categorias etóticas reforçam o *ethos* prévio de telejornal inclusivo e denominam os surdos como competentes. Os efeitos patêmicos pretendidos circulam entre a simpatia, empatia, bem como a esperança (de emancipação dos surdos) e a promoção de visada de orgulho, ligada à alegria, de promoção da identidade de si (no caso, da entrevistada surda).

A tabela 15 sintetiza os imaginários sociodiscursivos sobre surdez.

| Edição                                 | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                        | Icônicos                                                                                                                                          | Verbais                                                                                                                                                                                           |
| 15 fev. 2011: Documentário Dois Mundos | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, aparelho auditivo | Surdez é diferença, Libras é natural dos surdos, acessibilidade, emancipação pela Educação, convivência entre culturas, superação pela educação, questionamento da eficiência do implante coclear |

TABELA 15 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre o documentário “Dois Mundos”

No plano icônico, os valores preconizados ao jornalismo conferem credibilidade aos dizeres, a partir da exaltação da seriedade e compromisso com a verdade. A acessibilidade é semiotizada pela presença do intérprete no centro da cena enunciativa. A conciliação das diferenças se concretiza visualmente na interlocução entre repórter e entrevistada surda, assim como nas sonoras do surdo anônimo e diretora que falam oralmente.

As imagens de surdos com aparelhos auditivos sugerem que esse seja um caminho para a integração social. O depoimento verbal de Priscila contesta essa perspectiva ao valorizar o Bilinguismo como forma mais apropriada para a educação e superação das barreiras comunicativas e culturais. Nos enunciados verbais, os imaginários indicam a surdez como uma diferença, a Libras como meio natural de comunicação dos surdos, o caminho da convivência entre as culturas (retratadas em mundos do som e do silêncio), questionando, de certo modo, a eficiência do implante coclear para a emancipação.



#### 4.1.2.10. Análise da reportagem “Narrativa de vida de Suely”

A reportagem exibida em 24 de fevereiro de 2011 insere claramente a narrativa de vida de superação das diferenças. A anônima Suely é retratada como exemplo de vida e heroína do cotidiano, aquela que rompeu as “barreiras do som e da visão”. Surda de nascença, ela ficou cega aos 43 anos, quando passou a se comunicar pela Libras tátil. Atualmente, ela ministra palestras de motivação pessoal.

Na dimensão situacional, o gênero jornalístico é situacional com estatuto factual e geração de efeitos de real. A reportagem se estrutura em pergunta e resposta, tal como a anterior, sem evidenciar a questão do jornalista.

A figura 35 mostra a série de quadros congelados que indicam como se desenvolveu a narrativa.



FIGURA 35 – Sequência da reportagem sobre a narrativa de vida de Suely  
 FONTE – *Jornal Visual*, 21 fev. 2011



A história de vida de Suely, com relatos da experiência do vivido, abre a matéria fria, servindo de alerta para a necessidade de políticas públicas efetivas para a surdo-cegueira. A reportagem é finalizada com entrevistas de especialista em educação e depoimento de pais que procuram, desde cedo, a educação especializada à filha surda e cega.

A primeira tomada de câmera da figura 35 ilustra o momento da chamada do telejornal, em que a intérprete oficial é substituída por outro tradutor. A preferência por roupas contrastantes com o fundo do estúdio denotam a preocupação com a recepção dos enunciados espaço-visuais. Ao lado, o locutor tradicional reforça o *ethos* de que o dito se enquadra nos parâmetros jornalísticos de isenção, imparcialidade, veracidade.

Nas imagens *in loco*, predomina o enquadramento em plano médio, da distância social próxima, de Suely. A tela dividida ocorre no *off*, texto narrado pela instância jornalística. A personagem compõe a integralidade do vídeo, sem a presença do intérprete, nas sonoras. Em ambos os casos, o estrato icônico remete a um ambiente externo, de local público, diante de um muro com restrito jardim. A declaração de Suely, iconicamente, mantém um distanciamento da intimidade plena com o telespectador.

O estrato comunicacional posiciona a personagem enquanto testemunha credível do vivido, capaz de revelar relatos de reais de superação das barreiras comunicativas. O comportamento endossa a identidade midiática do telejornal como inclusivo, com o retrato de pessoas que interagem pela Libras tátil.

O quadro-percurso sobressai sobre a mostraçõ dos acontecimentos de mundo, ocasionando a preferência pelo ponto de vista da interação de Suely com o terceiro falante, o telespectador.

O *off* de abertura da reportagem compõe o *ethos* da personagem, visando a empatia e identificação do sujeito receptor:

Suely nasceu surda e só tinha visão frontal. Nunca enxergou completamente, mas isso não impediu que ela tivesse uma vida normal. Estudou, se casou, teve uma filha e, por mais de 30 anos, trabalhou como funcionária pública de uma grande empresa. Por conta de uma catarata, aos poucos foi perdendo a visão. Aos 48 anos ficou cega. A superação veio com o apoio da família (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

O telejornal profere o dizer baseado na diferença como uma normalidade dentro da esfera social. No texto, as provas de que a surdez permite uma “vida normal” estão no relato jornalístico, baseado em saberes de experiência, que mostra o exercício dos papéis projetados socialmente para a mulher: estudar, casar, ter filhos e trabalhar. De certo modo, Suely é vista como vencedora por não ter rompido com as identidades e comportamentos sociais esperados. O primeiro *off* insere a cegueira como problema e perda que só podem ser superados com auxílio.

Após realizar cursos de autonomia para cegos e aprender Braille, Suely relata que “estava reaprendendo o mundo” ao seu redor, explorando novas formas de percepção da realidade. A narrativa jornalística procura evidenciar que é possível ser feliz apesar das diferenças: “com um sorriso no rosto e sempre otimista, Suely diz que hoje é independente e, ao lado do marido que é surdo, viaja o país dando palestras sobre a doença surdo-cegueira” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

No depoimento, Suely defende a implantação de políticas públicas educacionais para os surdo-cegos. A personagem profere, no sentido de lição de vida, que:

O surdo-cego pode sim ser muito feliz, ter amigos e ser independente, ao contrário de que muitos pensam. Não quero ser tratada com pena. É com determinação que faço esse trabalho de conscientização pelo Brasil e já tenho conseguido mudar a perspectiva dessas pessoas a respeito da surdo-cegueira, o que me deixa cada vez mais feliz e realizada (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

Ao considerar a surdo-cegueira como uma diferença comunicativa, a entrevistada testemunha e traz provas do campo da empiria de que a infelicidade e a solidão não estão atreladas ao fato de não exprimir os pensamentos por atos fonológicos, como ocorre preponderantemente na sociedade brasileira. O ser diferente é inserido na perspectiva de normalidade, contestando os saberes que denominam surdos e cegos pela noção de doença e perda que levam à falta de socialização e vida plena (para os padrões ouvintistas).



FIGURA 36 – Surdo-cega diz que não quer ser tratada com dó, apenas deseja oportunidade  
 FONTE – *Jornal Visual*, 21 fev. 2011

O estrato plástico sonoro marca as cores das roupas de Sueley. O preto pode marcar as noções de autoridade e respeito ao *ethos* da testemunha e especialista, ao mesmo tempo em que confere o contraste necessário para o entendimento da comunicação em Libras.

Os enunciados verbo-icônicos de exemplificação da normalidade de vida para os surdo-cegos são reforçados pelo estrato comunicacional de especialista em educação, a qual atesta a possibilidade de desenvolvimento de distintos modos de comunicar. Márcia Gomes, professora, explica como ocorre a interação pela Libras tátil:

se uma criança tem uma perda auditiva e uma baixa visão, ela tem a possibilidade de desenvolver a língua de sinais. Mas se ela não tem visão suficiente para ver todos os componentes que envolvem a língua de sinais, ela vai precisar de outro canal perceptivo, que é o tato (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

O depoimento retoma saberes da surdez e cegueira como perdas que podem ser superadas através do desenvolvimento de outras linguagens. A protagonista é ambientada em sala branca, com elementos que remetem a escritório ou clínica, pela presença de impressora ao fundo. A fala é recoberta com imagens de cobertura: o *close* do rosto de uma menina com cabeça baixa e camiseta amarela é a primeira cena; em seguida, a câmera amplia o ponto de vista (*zoom out*) e enquadra, em plano médio, a criança brincando com trem multicolorido diante da terapeuta. O icônico procura ilustrar e comprovar o dito: a possibilidade de interação para surdo-cegos.

O último *off* da matéria denomina o processo educacional como “tratamento”. “Ao lado do pai e da mãe, a cada pequena melhora, é uma grande conquista”, profere a reportagem. Os saberes do campo da educação são aqui atravessados por resgate de traços de discursos clínico-terapêuticos, exemplificados nos termos “tratamento” e “melhora”. A suposta “doença” da surdo-cegueira teria a possibilidade de ser vencida com a educação especializada. A postura denota uma visão externa da instância jornalística frente à cultura da surdo-cegueira, a partir de referenciais de mundo que são distintos daquela particularidade que o telejornal observa e relata.

A dimensão técnica das imagens móveis é atravessada por sequência de tomadas curtas que tendem a referendar o dito: *close* do bebê com roupa branca; plano aberto, das personagens sentadas no chão, em meio a jogos educacionais, onde a educadora embala a criança e a mãe observa o fazer; figura do pai segura a filha e a mãe interage com o bebê; *close* do rosto da criança; pai embala filha e demonstra afeto, cuidado, com beijo na testa (FIG. 37).



FIGURA 37 – Pai beija filha nascida com surdo-cegueira  
FONTE – *Jornal Visual*, 21 fev. 2011

O relato da mãe encerra a matéria: “o maior sonho de uma criança especial é que ela consiga ser independente”. O dito se ancora em saberes de crença de opinião relativa de que, se o “tratamento” educacional for iniciado desde cedo, a pessoa surdo-cega pode desenvolver habilidades e competências psicológicas, sociais e linguísticas que permitem a vivência sem limites ou “barreiras”.

Na dimensão discursiva, a narração e argumentação predominam nos modos de organização do discurso. Mais uma vez, as categorias etóticas evocam (i) o surdo como testemunha vencedora do vivido e (ii) especialistas em educação que atestam a possibilidade de viver dentro das diferenças comunicativas.

As visadas de emoção projetam o sentido de esperança, de melhora de um destino por vir, atestados pelos testemunhos de Suely e os discursos de saber da professora especializada em surdo-cegueira. De modo consonante, o telespectador pode ser levado a sentir atração, empatia pela personagem heroína do cotidiano, expressadas em admiração e encantamento.

Os imaginários sociodiscursivos retomam os saberes atrelados ao campo jornalístico (seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade) para assegurar o entendimento de que o dito e o mostrado são verdadeiros. A acessibilidade, a aceitação da Libras como natural dos surdos, a possibilidade de convivência entre as culturas são respaldadas tanto na presença do intérprete quanto nas imagens de Suely ao interagir, pela Libras tátil, com a intérprete em Libras-Português. O enquadramento da professora e da clínica de reabilitação educacional promovem saberes de conhecimento de que a educação pode superar as diferenças comunicativas em prol de uma “vida normal”.

Os elementos verbais trazem saberes de experiência da surdo-cegueira como uma diferença que não impede a felicidade e a interação. O texto jornalístico ainda vê essa característica comunicativa como uma doença tratável, superável, pelo campo da educação.

| Edição                                   | <i><b>Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez</b></i>                                                                                                                                            |                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                          | <b>Ícônicos</b>                                                                                                                                                                                      | <b>Verbais</b>                                                                                                                                                                                 |
| 24 fev. 2011: Narrativa de vida de Suely | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, existência da Libras tátil, educação supera barreiras de comunicação | Surdo-cegueira é diferença, normal, doença superada pela educação, Libras é natural dos surdos, acessibilidade, emancipação pela Educação, convivência entre culturas, superação pela educação |

TABELA 16 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a narrativa de vida de Suely

Os imaginários sobre a surdez são permeados pelos saberes do campo de conhecimento da educação que reconhecem a surdez como uma diferença que pode ser incluída socialmente pela acessibilidade e processos educacionais da

Libras como primeira língua, tal como preconizam os Estudos Surdos e o modelo do Bilinguismo.

A declaração testemunhal de Suely insere novas formas de retratar surdos e cegos até, então, não exibidas pelo *Jornal Visual*. É refutado o olhar de pena sobre os diferentes como vítimas do destino. A personagem acredita que a emancipação ocorre com a oferta de políticas públicas que permitam, de fato, a esses sujeitos desenvolver as competências e habilidades que possuem.

#### **4.1.2.11. Análise da reportagem “História de superação de Bruno”**

A décima primeira reportagem do *corpus 1* apresenta a terceira narrativa de surdos que ultrapassaram as barreiras comunicativas e culturais. Com o relato da vida do professor de Educação Física, Bruno Menezes, o telejornal procura provar que é possível construir uma “história de superação” através do trabalho com o esporte.

Na dimensão situacional, os sujeitos da situação de comunicação são idênticos aos anteriores. No quesito gênero jornalístico de reportagem, este é situacional, sendo marcado pelo estatuto factual e uso de ficcionalidade colaborativa para gerar efeitos de real. A ficcionalidade está presente na simulação das atividades cotidianas da personagem da cena jornalística, como se o telejornal acompanhasse um dia na rotina do professor Bruno Menezes, seja na academia ou na praia com a família. As ações filmadas do jovem são coordenadas pela equipe de reportagem.

A figura 38 sintetiza o desenvolvimento icônico da matéria. Os dois primeiros quadros trazem o instante da chamada da reportagem. Os estratos narrativo-identitário e comunicacional versam em favor da credibilidade do telejornal. À esquerda da tela, o tradutor substituto enuncia em Libras com roupa de manga curta e tonalidade contrastante com o fundo para privilegiar a recepção. Ao lado, o papel do tradicional âncora de telejornal reforça os *ethos* de informação como um pressuposto ideal do jornalismo: sério, isento e imparcial.

A manchete da matéria pretende prender a atenção do sujeito destinatário e explicar, resumidamente, o conteúdo que ele irá ver. O texto apresenta Bruno como um surdo vencedor, um exemplo de vida a ser seguido:

Você vai conhecer agora uma história de superação: a de Bruno Menezes. Com oito meses de idade, ele teve meningite e acabou perdendo a audição, mas encontrou no esporte mais do que uma profissão, uma forma de unir toda a família (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

No trecho, a surdez é caracterizada por um olhar externo, vinculado a saberes de crença que denominam o Outro pelos aspectos que não possui. O fato de não ouvir é entendido como uma perda, uma doença capaz de ser vencida. O caminho apresentado para aqueles que sofreriam do mesmo mal está na dedicação ao esporte.

Os imaginários sociodiscursivos se perpassam. Os saberes de crença de opinião coletiva da surdez como doença é confrontado com os saberes de conhecimento do campo da experiência, do relato do vivido, de que é possível “superar” as barreiras impostas pelo que a instância jornalística denomina de “perda”.



FIGURA 38 – Sequência da reportagem sobre a história de superação de Bruno  
 FONTE – *Jornal Visual*, 24 fev. 2011

A construção fílmica da narrativa se dá na academia onde Bruno (FIG. 39) trabalha e segue para a celebração da vitória na vida com o retrato do momento de integração familiar na praia.



FIGURA 39 – Bruno fala dos desafios no esporte  
 FONTE – *Jornal Visual*, 24 fev. 2011



Em português oral e com legendas inseridas na tela, Bruno fala a respeito do trabalho que exerce, construindo *ethos* de competência, o qual é validado por outros testemunhos exibidos no telejornal. No papel de professor de Educação Física, o protagonista enuncia: “o principal objetivo da escalada é você conseguir chegar ao seu limite”.

O estrato icônico revela um plano de fundo de academia esportiva com o enquadramento de uma parede de escalada. A frente da cena, o plano próximo gera sensação de intimidade e empatia com quem fala, ultrapassando a noção tradicional de distância social pública empregada nas entrevistas de telejornal. A cor cinza da roupa do entrevistado será, em seguida, um dos elementos que auxilia o telespectador a reforçar, iconicamente, o papel narrativo-identitário social de Bruno, remetendo ao uniforme de trabalho. Esse índice está presente no outro entrevistado, o instrutor Marcos Aurélio, o qual ratifica as competências da personagem: “ele aqui chegou, nós o acolhemos aqui da melhor forma possível e sempre desempenhou todo o papel dele sem diferença nenhuma com ninguém” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011). O colega da academia evoca imaginários de saberes de experiência que tendem a provar que a surdez não é peculiaridade sensorial que levaria a uma incapacidade ao surdo.

No estrato comunicacional da imagem móvel, Bruno é encenado como testemunha do vivido e também como especialista na área em exerce a profissão, conforme a figura 40.



FIGURA 40 – Imagens conferem competências a Bruno como instrutor de escalada  
FONTE – *Jornal Visual*, 24 fev. 2011

Assim como na primeira reportagem analisada no *corpus 1*, o surdo é mostrado como instrutor esportivo de não-surdos. Duas sequências de filmagem pretendem validar os dizeres de competência profissional atribuídos a Bruno. Em plano aberto, a personagem encena o papel de professor de Educação Física ao auxiliar a aluna da academia a vestir os equipamentos de proteção antes da atividade. Em seguida, o protagonista surdo é mostrado em plano mítico ao segurar e orientar a atleta na subida da parede de escalada. A técnica de enquadramento de baixo para cima é uma das estratégias do telejornalismo para projetar sensos de poder e, consequentemente, de herói ao retratado.

O sucesso profissional da personagem constitui a abertura da matéria. A exemplificação de que o surdo pode levar uma “vida normal” aparece também na caracterização da esfera privada, na ilustração de relacionamentos familiares. Desenvolve-se a desconstrução de saberes de crença quanto à incapacidade do surdo por meio do relato de distintas identidades sociais atribuídas a Bruno: instrutor de academia, namorado, filho, amigo e atleta.

No âmbito das habilidades interpessoais, a namorada de Bruno relata experiências para atestar a possibilidade de o surdo atravessar diferentes sistemas comunicativos e culturais na sociedade, se integrando aos grupos sociais. Em plano médio e cenário de vegetação de orla da praia, Bruna Salvatori e Bruno Menezes são emoldurados durante a sonora. A namorada fala e ele ouve o testemunho: “qualquer galera diferente ou qualquer esporte, qualquer nova experiência, ele consegue sempre harmonizar com todo mundo” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011). Os saberes de conhecimento de experiência provam possibilidade de um surdo interagir e se relacionar socialmente.

A entrevista é seguida pelo relato da mãe da personagem, também nos mesmos estratos icônico, escópico e cinético da sonora anterior: “o Bruno, para mim, é uma alegria. É superação o tempo todo. Ele é um orgulho. Eu tenho muito orgulho dele porque está sempre me superando e superando ele” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

O testemunho do vivido por Bruno é orientado pela ótica da surdez como ausência e suposta incapacidade advinda de uma doença, que, cotidianamente, é superada nas expectativas projetadas por quem está de fora. Esse é um processo convencional de alteridade, de pensar, ver e narrar o Outro a partir dos referenciais

e características do Eu. É no espelhamento e na diferenciação desse diferente que são marcados os *ethé* do sujeito.

A passagem do repórter Rodrigo Viana insere novo dado a respeito da vida da personagem: “além da escalada, o Bruno é vice-campeão mundial de surfe para surdos e, nas horas de folga, aproveita para tirar uma onda, é claro, junto com a família” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011). O jornalista é mostrado em plano médio e de frente para o mar. A veracidade do dito é dada na movimentação da câmera, que sai do enquadramento da fala para mostrar os acontecimentos de mundo com a cena de Bruno surfando.

O protagonista da matéria volta a ser fonte, agora para testemunhar sobre o universo particular de vida: “é uma maravilha ensinar a minha família a surfar. Aproveitam e aprendem comigo também, né?”. O dizer é iniciado com imagens de cobertura que atestam Bruno ajudando pessoas a subir na praia em meio ao mar. O final da sonora traz o falante ao lado da mãe. Ela completa o depoimento afirmando a competência de ensinar do filho: “é isso aí. Aprendo. Ele me ensina. Ele me bota na onda direitinho. E, aí, é só descer” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

O testemunho do pai de Bruno procura provar porque ele é uma pessoa que ultrapassou as barreiras: “ele tem ensinado a gente que, para querer, basta ter vontade, ter perseverança e o Bruno é um exemplo disso”. Os estratos icônico e cinético das entrevistas com os familiares da personagem referenciam uma proximidade das testemunhas nas cenas, sinalizando sentidos de unidade e cooperação familiar.

A dimensão discursiva das imagens e texto são construídas pelos modos argumentativo e narrativo de organização do discurso. As categorias etóticas do icônico mostram identidades sociais de jornalistas, tradutor, surdo como professor de Educação Física, bem como outros papéis sociais de testemunhas como instrutor colega de trabalho, namorada e pais.

A socialização da esfera privada de Bruno, ao *fazer ver* um anônimo competente, remete uma mensagem ao telespectador do tipo “você também é capaz”, “você também pode”. Como efeitos patêmicos, os sentidos adquirem o que Charaudeau (2012b) denomina de “compaixão-ação”, emergido na encenação midiática de um sujeito qualquer que realiza um ato heroico; no caso do surdo, de desenvolver habilidades e capacidades que superam os supostos entraves

decorrentes do não ouvir. Emoções de atração, empatia, simpatia e esperança podem ser suscitadas pelo sujeito destinatário diante do “exemplo de superação”.

A tabela 17 apresenta o resumo dos imaginários sociodiscursivos preponderantes na reportagem sobre a história de superação de Bruno Menezes.

| Edição                                       | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                  |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                              | Ícônicos                                                                                                                                                                                                      | Verbais                                                                                                                                                          |
| 24 fev. 2011: História de superação de Bruno | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, surdo oralizado, superação pelo esporte, capacidade inter-relacional do surdo | Surdez é diferença, Libras é natural dos surdos, surdo oralizado, acessibilidade, convivência entre culturas, superação pelo esporte, surdo como herói cotidiano |

TABELA 17 – Imaginários sobre a surdez da reportagem sobre a história de superação de Bruno

Através das imagens *in studio*, da tomada de câmera do apresentador-jornalista e do tradutor Libras/Português, o *Jornal Visual* evoca imaginários sociodiscursivos que remetem os ditos como verdadeiros, a partir do resgate de saberes de conhecimento de experiência e saberes de crença de opinião coletiva sobre o jornalismo como ente dotado de poder e autoridade para dizer o verdadeiro com isenção e imparcialidade. De modo concomitante nas demais matérias do telejornal, a presença do intérprete atesta para a Libras como sistema comunicativo natural dos surdos, assim como a possibilidade de convivência entre as culturas surda e não-surda, a acessibilidade e emancipação pelas informações do mundo.

As imagens *in loco* ratificam a superação da surdez pelo esporte, confrontando saberes de crença que tendem a denominar o diferente como doente, anormal e incapaz. Os retratos de ações de Bruno na atividade de instrutor e de familiar denotam a capacidade do surdo se movimentar entre os sistemas comunicativos e se inter-relacionar com os grupos sociais. Por sua vez, os elementos verbais retomam saberes de conhecimento de experiência da surdez enquanto diferença capaz de ser superada, alcançando os papéis previstos para uma pessoa comum na sociedade: estudar, trabalhar, namorar, conviver com a família. Enquanto a Libras é escolhida como canal do intérprete, o português oral é

forma de interação de Bruno. A surdez é mostrada por um viés multicomunicativo, ilustrando as distintas formas possíveis de interação entre os sujeitos.

Ao projetar Bruno como anônimo vencedor, herói na vida, a perspectiva da acessibilidade e inclusão é denotada para aqueles surdos que se espelham nas identificações projetadas por não-surdos: ser aceito socialmente, conviver, trabalhar e ser feliz são aspectos possíveis para quem se comunica por atos fonológicos. Reiteram-se, assim, os saberes de crença de opinião relativa de que o canal oral-auditivo é a melhor forma de expressar os pensamentos, interagir e se constituir enquanto pessoa e cidadão. Estes são imaginários sociodiscursivos cristalizados que atravessam outros campos discursivos, estando atrelados ao polo de oposição binária razão e emoção. O ser competente está vinculado à materialização linguística – que revelaria o processo racionalizante considerado hábil e aceito socialmente de organização do pensamento. Toda enunciação é atravessada pelos sentidos humanos que vão além da produção vocal dos sons. Não há processo cognitivo linguístico isento de emoção, por exemplo; entretanto, o sujeito pode tentar apagar ou silenciar discursivamente os processos patêmicos emergidos internamente.

#### **4.1.2.12. Análise da notícia “MEC nega fechamento do INES”**

A última notícia do *corpus 1* do presente estudo traz a informação do Ministério da Educação que nega o fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), depois um mal entendido instalado entre a comunidade surda com a declaração da Diretora Nacional de Políticas Educacionais Especiais do Ministério da Educação, Martinha Claret. A autoridade afirmou que duas instituições federais de ensino para surdos deixariam de funcionar até o final de 2011, dentre elas, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e que os estudantes seriam alocados nas redes municipal e estadual de ensino. Diante do depoimento de Claret, o *Jornal Visual* foi ao INES e realizou entrevistas com pais, alunos e a diretoria do Instituto. A figura 40 mostra como a narrativa jornalística foi construída iconicamente.



FIGURA 40 – Sequência da notícia sobre o não fechamento do INES  
 FONTE - *Jornal Visual*, 1 abr. 2011

Na dimensão situacional, os sujeitos do discurso são recorrentes das matérias anteriores. O gênero jornalístico é situacional e possui estatuto factual com o intuito de produzir efeitos de real.

A chamada da notícia traz uma inversão de papéis no estrato comunicacional do telejornal. Com as prováveis férias do apresentador em português oral, a intérprete assume a posição de âncora jornalística e o substituto tem a função de traduzir os enunciados.

A mudança de posição enunciativa da antiga intérprete fica evidente também nas vestimentas (FIG. 41). Anteriormente, ela utilizava camisas de manga curta para facilitar a visualização dos gestos e, nesta edição, passa a vestir terno preto. Como não-cor, o tom dessa roupa tem o simbolismo ligado ao respeito, ao temor e medo primordial da morte “e, daí, a noção de autoridade”, afirma Guimarães (2004, p. 92). No caso da intérprete representando a função de âncora, a roupa estilo “terninho” pode conferir ar de masculinidade necessário para a atividade. A vestimenta preta também pode estar associada à tentativa de não competir com a

sinalização do intérprete ao lado. Com isso, o ar informal durante a tradução é alterado para a formalidade social que se constrói na projeção de *ethos* de jornalista.



FIGURA 41 – Intérprete oficial do programa assume posição de locutora  
 FONTE – *Jornal Visual*, 1 abr. 2011

A mudança de papéis dos protagonistas do *Jornal Visual* também prossegue durante a tradução da notícia. O homem intérprete permanece na tela e assume a posição oficial da intérprete.

O quadro-janela do telejornal se projeta aberto para a troca de papéis e canais comunicativos, em um sistema híbrido de informação entre o português oral e a Libras. A distância social próxima do enquadramento em plano médio permanece para conferir a sensação de imparcialidade necessária ao jornalismo. O *Jornal Visual* prossegue com a estratégia de criar um cenário com as cores típicas de telejornal no Brasil.

A mudança temporária de função de intérprete para locutora constitui como elemento significativo para o reconhecimento de inter-relação e mútua influência entre a cultura surda e não-surda.

Depois da recontextualização feita pela chamada do telejornal, informando sobre a negativa do MEC para o fechamento do INES, a notícia começa a ser exibida com o seguinte texto de *off*: “a notícia caiu como uma bomba no Instituto Nacional de Educação de Surdos” (JORNAL VISUAL, 1 abr. 2011). Na dimensão técnica da imagem móvel, o estrato icônico destaca-se, promovendo uma ambientação e mostração do dito.





FIGURA 42 – Primeiro *off* da notícia sobre o não fechamento do INES  
 FONTE – *Jornal Visual*, 1 abr. 2011

A primeira cena (FIG.42) traz plano aberto que projeta efeitos de distância social pública, da porta de entrada de uma escola, identificada verbalmente como o INES. O corte seco da edição origina a segunda tomada com surdos que se comunicam em Libras na calçada, remetendo sentidos ao telespectador de que se trata de uma instituição de ensino para surdos que se comunicam pelo canal espaço-visual. A entrada da matéria factual configura o estrato comunicacional e narrativo-identitário dos protagonistas: estudantes surdos anônimos, ratificando o dizer verbal.

As entrevistas que se seguem constituem o típico “povo fala”, técnica utilizada pelo telejornalismo para dar a impressão de reproduzir a voz popular. Em tela cheia, a primeira sonora da notícia abre espaço para o dizer de uma mulher adulta que se comunica em português oral e outra, ao lado, que traduz os enunciados. A ausência de créditos da fonte não permite afirmar a identidade social, mas, por inferência, trata-se, provavelmente, de mãe de aluno. Diante da escadaria de entrada do INES, a depoente contesta a acessibilidade das escolas convencionais para receber alunos surdos: “lá fora não tem professores preparados para trabalhar com eles. Eu creio que não tem”. Por meio do resgate de saberes de crença de opinião coletiva, dados pelo processo de apropriação, a mulher acredita que os surdos devem ser educados de forma diferente dos não-surdos, em que a surdez requer uma educação especializada. Nesse aspecto, a Libras é assumida pela fonte como língua natural dos surdos.



O segundo entrevistado é um aluno do INES que fala a partir de experiências de ensino-aprendizagem mal sucedidas, em seu ponto de vista, nas escolas para não-surdos. A tela cheia (FIG. 43) abre espaço para a enunciação em Libras do estudante, sendo traduzida para o português oral pela intérprete ao lado.



FIGURA 43 – Estudante narra experiência em escola para não-surdos  
FONTE – *Jornal Visual*, 1 abr. 2011

O estrato icônico remete a uma ambientação externa à escola de surdos, com alunos, ao fundo, que acompanham a entrevista. O enquadramento em plano médio recorre ao sentido de distância social próxima para ambos os enunciadores: intérprete e depoente. Pelo estrato comunicacional da imagem, é possível perceber o estudante como testemunha do vivido, da não adaptação das escolas convencionais para o ensino de surdos, a qual fica evidente nos elementos verbais: “foi horrível. Tínhamos cinco surdos na sala. O restante eram todos ouvintes. A professora explicava e não sabia língua de sinais. Fazia mímicas e a gente não entendia nada” (JORNAL VISUAL, 1 abr. 2011).

O plano fílmico denota, primeiramente, que a repórter do telejornal não possui conhecimentos de Libras para se comunicar com os surdos que sinalizam. As declarações do estudante evidenciam a tentativa de emancipação de alunos nas escolas convencionais e a falta de conhecimento da Libras por parte dos ex-professores. Os dizeres se respaldam em saberes de conhecimento do campo científico, em que a língua de sinais é vista como mais apropriada aos surdos, e também ao mundo experimentado pelo sujeito, da realidade vivida.

Após os dois relatos iniciais, o telejornal se posiciona frente à polêmica argumentando que “desde 96, matricular alunos de educação especial, preferencialmente, em escolas regulares é lei no Brasil” (JORNAL VISUAL, 1 abr. 2011). As imagens de cobertura do dito retratam, em plano aberto e médio, estudantes durante conversa na calçada em frente ao INES.

Em plano próximo, dos ombros para cima, diante de estantes com objetos pessoais e porta-retratos, uma advogada torna-se a voz representante da legislação nacional pronunciando que a educação inclusiva é “a educação para todos. E todos os alunos tendo ou não deficiência”. A argumentação se respalda em saberes do campo da teoria, apropriados pela legislação, de que os sujeitos são iguais perante a lei. O mesmo tipo de saber foi resgatado na reportagem sobre o desrespeito à Lei de Acessibilidade nas universidades particulares. Os imaginários projetados associam que, segundo o ideal de sociedade, não devem existir diferenças de tratamento entre as pessoas.

A passagem da repórter adianta a informação de que o mal entendido causado pela declaração de Claret seria desfeito na semana seguinte. A matéria é finalizada com a diretora do INES, Solange Rocha.



FIGURA 44 – Diretora do INES defende formação básica diferenciada para surdos  
FONTE – *Jornal Visual*, 1 abr. 2011

A dimensão técnica da imagem móvel revela, no estrato icônico, um ambiente de sala de reuniões de autoridades, projetados pela presença de bandeiras ao fundo, elementos que conferem ao dito o ar de voz oficial do Instituto.

O estrato cinético é composto pelo plano médio, como é padrão no *Jornal Visual*, e o estrato comunicacional indica papéis distintos dos protagonistas: à esquerda da tela, a intérprete traduz os enunciados proferidos pela autoridade. O preto marca a roupa da tradutora e projeta sentidos de isenção, não cor, ausência de opinião; tal categoria etótica é necessária para conferir credibilidade ao trabalho de tradução. O olhar da intérprete é direcionado para a câmera, com o intuito de gerar empatia e facilitar o entendimento dos dizeres entre os telespectadores surdos que se comunicam pela Libras.

Em contraposição, a autoridade veste branco, a cor da luz, das ideias claras, daquele que é iluminado. A fala é orientada para a repórter, porém, o discurso é endereçado ao terceiro falante, o Tu-interpretante do telejornal: “o fortalecimento do ensino básico no instituto é fundamental para o apoio do acesso aos alunos, a todos os alunos surdos, né, brasileiros, nas escolas regulares” (JORNAL VISUAL, 1 abr. 2011).

O dizer da diretora do INES reproduz a postura governamental em prol do Bilinguismo e emancipação. Os saberes de conhecimento do campo científico são articulados para defender a língua de sinais como primeira forma de comunicar dos surdos. Também é reconhecida a necessidade de adaptação do ensino-aprendizagem às competências e habilidades dos estudantes; e o acolhimento da sociedade frente os diferentes.

Os imaginários verbais denotam que a surdez é uma diferença que deve ser tratada de forma diferente nos primeiros anos escolares até que o sujeito seja inserido socialmente nas escolas convencionais.

Tal como ocorre nas demais matérias analisadas no *corpus 1*, a dimensão discursiva da imagem apresenta os modos narrativo e argumentativo de organização do discurso. As categorias etóticas reforçam os *ethé* do telejornal como inclusivo e as categorias patêmicas visa provocar efeitos emotivos de simpatia, adesão e esperança (indicada pela coloração do estúdio).

A tabela 18 esquematiza a presença dos imaginários sociodiscursivos da surdez nos elementos icônicos e verbais.

| Edição                                   | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                          | Ícônicos                                                                                                                                                 | Verbais                                                                                                                                                                                                      |
| 1 abr. 2011: MEC nega fechamento do INES | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras como forma de comunicação e interação social, educação bilíngue | Língua de sinais é natural, igualdade constitucional, educação de surdos deve ser diferenciada, Ser surdo requer conhecimentos bilíngues, emancipação pela Educação, conciliação de diferenças comunicativas |

TABELA 18 – Imaginários sobre a surdez na notícia acerca do não fechamento do INES

Por meio das imagens, o telejornal procura conferir credibilidade aos dizeres e retoma, com isso, saberes ancorados na projeção de efeitos de seriedade, credibilidade e compromisso da verdade, enquanto categorias idealizadas eticamente para o exercício profissional do jornalismo. As presenças do intérprete no vídeo e das entrevistas em Libras reconhecem essa forma comunicativa como pertencente aos surdos. O contexto escolar do INES também denota o trabalho de emancipação pela Educação e a defesa do conhecimento bilíngue.

Os textos referenciam a língua de sinais como natural dos surdos. A notícia traz o contraponto entre o reconhecimento constitucional de igualdade entre os sujeitos e o imperativo de tratamento diferenciado para a minoria para que esta se torne igual.

Os saberes de conhecimento reiteram a educação como veículo de emancipação, a existência de distintas formas de comunicar na sociedade e a necessidade da sociedade e os surdos procurarem um ponto em comum para a conciliação das diferenças. Este aspecto se exemplifica no esforço mútuo, seja do aluno surdo em desenvolver suas competências e habilidades em comunicação espaço-visual para tentar se adequar aos padrões educacionais de não-surdos, seja da escola convencional que deve abrigar as diferenças com a introdução de intérpretes em sala de aula.

#### 4.1.2.13. Análise contrastiva dos imaginários sociodiscursivos do *Jornal Visual*

Com base nas 12 notícias e reportagens investigadas, pode-se afirmar que o telejornal lança um olhar multicultural sobre a surdez e constrói um campo discursivo de entremeio, ora tratando o tema pela ótica da competência de sujeitos diferentes ora pelo viés da superação das limitações do não ouvir, combatendo, de forma preponderante, os saberes ligados à doença e deficiência.

O *Jornal Visual* ancora-se em imaginários sociodiscursivos de verdade, vinculados às noções de eficácia e competência do surdo. A dramatização televisiva de testemunhas do vivido fortalece a visada de informação e de captação do *Jornal Visual*. Os elementos verbais e icônicos argumentam a favor de um surdo idealizado, aquele que sinaliza e tem conhecimentos bilíngues. Essa concepção está alinhada com os Tu-destinatários projetados pelo telejornal. O *Jornal Visual* procura comunicar com a maioria linguística dentro da surdez, especificamente, por meio da Libras.

Ao oferecer conteúdo traduzido para a Libras, sem a legenda em português escrito, o *Jornal Visual* parte do *ethos* prévio do que é um surdo, criando discursos de resistência frente à história de violência e opressão vivida pelos surdos que se comunicam pelo canal espaço-visual.

A parcialidade na abordagem temática tem como base o reconhecimento das lutas históricas contra a opressão vivida pelos surdos. A Libras é destacada como sistema comunicativo natural. Esse posicionamento é resultado dos múltiplos fatores que interferem no tratamento da informação e também na definição da linha editorial do programa: o *Jornal Visual* está inserido em uma emissora pública (TV Brasil/EBC) e, por isso, deve defender a democracia pensada pelas leis em vigor. Desde 2002, a Libras é reconhecida por lei como natural dos surdos e as políticas públicas de inclusão e de educação têm sido estruturadas em torno da comunicação espaço-visual.

Nas 12 notícias e reportagens analisadas, a dimensão icônica apresenta recorrência de imaginários sociodiscursivos atrelados ao jornalismo inclusivo. Os saberes difundidos visam efeitos de seriedade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação e reconhecimento das diferenças comunicativas. A Libras é tida como forma natural aos surdos, estando evidente na composição visual

do estúdio que privilegia a tradução. A surdez é tratada sob a perspectiva da igualdade, porém, em um ponto de vista multicultural que reconhece a necessidade de tratar os desiguais de forma desigual para que se tornem iguais perante o ideal democrático.

Nas imagens *in studio*, a surdez não é entendida como deficiência, uma falta ou ausência de sentido. Instauram-se saberes de conhecimento que combatem as visões socialmente difundidas de que somente a comunicação oral-auditiva permitiria o sujeito se constituir psicológica, social, linguística e culturalmente. O telejornal procura interagir com o surdo a partir da orientação dos movimentos sociais, em que os discursos foram incorporados pela prática legislativa de respeito e valorização das diferenças.

A tradução voltada para aqueles que sabem Libras restitui os jogos de poder que existem dentro da própria surdez, em que algumas pessoas preferem sistemas marginais de comunicação espaço-visual e outras optam pelo português. O fortalecimento dos Estudos Surdos na Academia culminou no entendimento de que a Educação Bilíngue é a melhor forma de preparar os surdos de nascença para a interação social. Contudo, para as pessoas que já foram educadas em Língua Portuguesa e ficaram surdas adultas, por exemplo, a aceitação da Libras como sistema comunicativo nem sempre é uma alternativa considerada, uma vez que estão instalados referenciais identitários não-surdos. Cabe lembrar que a categorização clínico-terapêutico e os Censos do IBGE tratam a surdez por escalas e graus de não percepção dos sons.

No quesito do conteúdo em si, da reportagem com imagens *in loco*, a surdez é representada, basicamente, em categorias etóticas de competências linguística, educacional e esportiva e da mostra da Libras. Os imaginários sobre a superação das diferenças pelo esporte estão presentes em 33,3% das informações veiculadas e a quebra de barreiras pela educação em bilíngue em 16,6% das matérias. Já a Libras está visualmente representada em 83% dos relatos visuais de mundo, seja como forma de interação social, modo natural de comunicação ou língua dos surdos e dos surdo-cegos.

Os 14 imaginários sociodiscursivos das imagens *in loco* podem ser agrupados em macrotemas, conforme o gráfico 6.

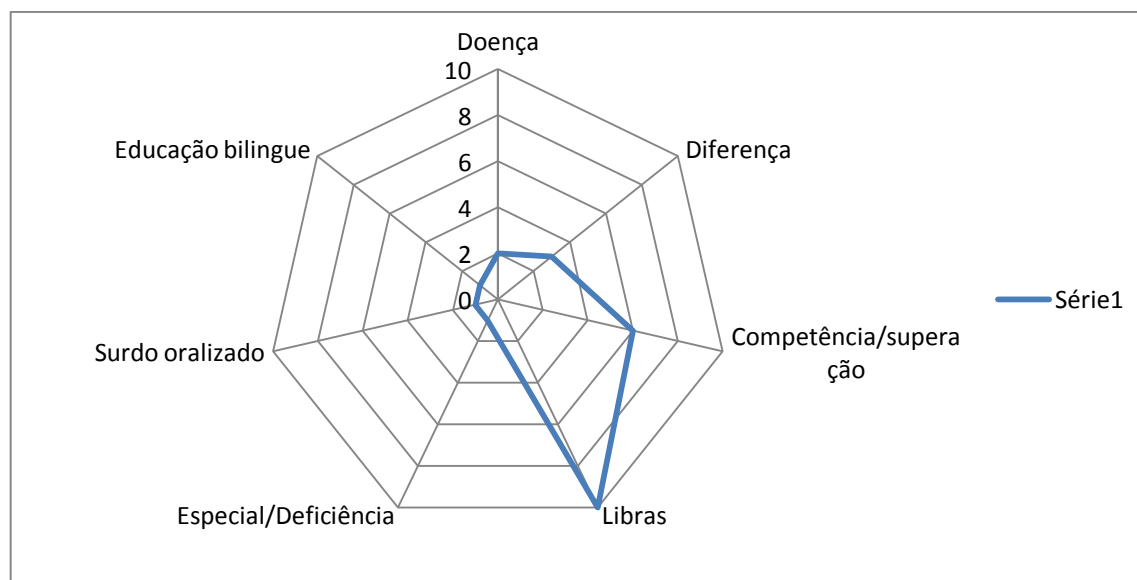


GRÁFICO 6 – Consonância e dissonância de imaginários sociodiscursivos em imagens de mundo do *Jornal Visual*

Na leitura do gráfico, quanto mais próxima a linha estiver do centro, menor é o grau de recorrência do imaginário no conjunto de matérias analisadas. A argumentação icônica, com imagens de mundo, do *Jornal Visual* fundamenta-se, preponderantemente, em saberes de conhecimento do campo da experiência sobre a Libras e a exaltação da competência e superação dos surdos. Especial e deficiência, surdo oralizado, educação bilíngue, doença e diferença constituem noções dissonantes na narrativa jornalística, ou seja, surgem pontualmente e não fundamentam visualmente nem a metade das emissões.

Em 25% das reportagens analisadas, a surdez é caracterizada como doença do ouvido. Das três ocorrências, em duas oportunidades, esse imaginário é combatido na mesma narrativa da matéria, procurando negar o saber de conhecimento que direciona para erradicação e normalização do corpo diferente. Assim, constrói-se o discurso de resistência frente aos saberes de conhecimento e de crença da surdez como deficiência auditiva que levaria à incapacidade se não for medicalizada. As estratégias estão localizadas em: (i) saberes de conhecimento de experiência por meio dos testemunhos do vivido por surdos que enunciam, majoritariamente, em Libras; (ii) saberes de conhecimento científico fornecidos por especialistas em educação. Em apenas um caso, a autoridade médica é utilizada como fonte.

Em três ocasiões, os depoimentos de surdos ocorrem em português oral, sendo que, em uma delas, a família fala no lugar do sujeito que ainda está em fase

de aprendizado linguístico. Nas outras duas, há a presença de legenda (em Língua Portuguesa ou Inglesa), inferindo que o telespectador não-surdo teria dificuldades em compreender os enunciados proferidos.

Em 50% das 12 notícias e reportagens, os surdos entrevistados são tratados no plano mitológico-midiático de campeões na vida, como aqueles que conseguiram sair do ostracismo da surdez e venceram as barreiras comunicativas e culturais. As construções de *ethé* de heróis, capazes de ultrapassar obstáculos, contrapõem os imaginários cristalizados de estagnação e inaptidão do surdo por não ouvir e não poder se comunicar como os não-surdos que se utilizam da língua oral-auditiva.

Esses anônimos vitoriosos do cotidiano conferem efeitos patêmicos de “compaixão-ação”, conforme terminologia de Charaudeau (2012b), indicando ao Tu-destinatário que ele também pode conseguir, sendo capaz de romper com o *ethos* de resignação, de conformação com o estado atual de sofrimento. Como exemplificação, tem-se o relato de Suely: “o surdo-cego pode, sim, ser muito feliz, ter amigos e ser independente, ao contrário de que muitos pensam” (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

Os relatos de experiência de superação estão presentes em 50% das matérias e os de competência em 58%. Os exemplos de vida desempenham identidades sociais consideradas como virtuosas e bem sucedidas: estudam, educam, trabalham, namoram, convivem com os grupos sociais e a família. Os papéis sociais mais recorrentes são de atletas, educadores, formados na faculdade. Os caminhos apresentados pelo telejornal para a emancipação das diferenças estão na educação e no esporte. São construídas personagens midiáticas que surgem e desaparecem ao ritmo do fluxo televisual.

Os imaginários verbais do *Jornal Visual* se ancoram em saberes de diferença, competência e superação, emancipação e Libras. O gráfico 7 mostra a zona de convergência dos conhecimentos e crenças.



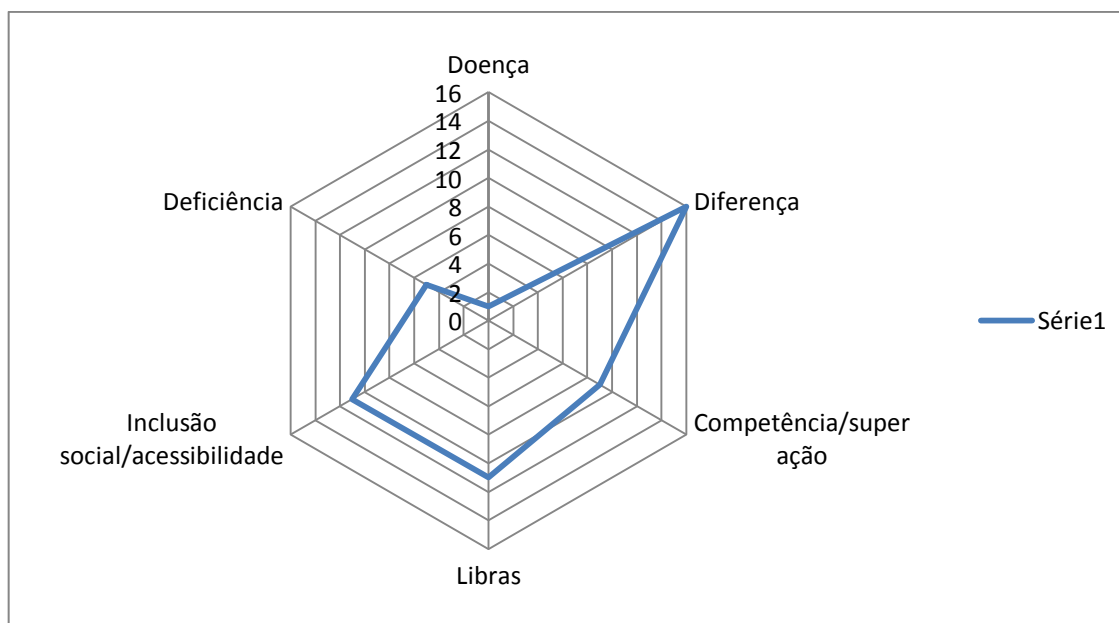


GRÁFICO 7 – Consonância e dissonância dos imaginários sociodiscursivos verbais do *Jornal Visual*

Ao agrupar os 26 imaginários verbais em seis macrotemas, pode-se perceber que o *Jornal Visual* fundamenta a argumentação sobre a surdez em saberes de diferença, competência e superação, inclusão e acessibilidade. Os imaginários de doença e deficiência não alcançam 50% das notícias e reportagens. A dissonância de tais visões pode ser entendida como estratégia de apagamento em prol da valorização do surdo usuário da Libras, autônomo e competente.

As reportagens sobre superação das barreiras da surdez atuam como contraponto discursivo aos imaginários majoritários que ainda rondam a sociedade, os quais demarcam os surdos sob o ponto de vista da deficiência como limitação que leva à incapacidade. Para tanto, os surdos são apresentados como testemunhas e atores de histórias de vencedores na vida. A estratégia discursiva do *Jornal Visual* de resistência e aceitação das diferenças pretende provar as capacidades e habilidades dos surdos.

Os enunciados em prol do reconhecimento das capacidades do surdo concorrem, em paralelo, com saberes que procuram imprimir visão negativa sobre o diferente e também com o silenciamento da surdez dentro da maioria das informações difundidas pelo próprio telejornal e nos programas concorrentes. A aceitação das diferenças também perpassa o retrato de surdos na posição de especialistas e autoridades em uma notícia ou reportagem convencional.

## CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS DADOS DA RECEPÇÃO

Na primeira parte do quarto capítulo, analisamos, em uma dimensão de cunho verbo-icônico, os imaginários sociodiscursivos em 12 notícias e reportagens do *Jornal Visual*. Os dados levantados indicam a construção discursiva de um surdo idealizado, preponderantemente, um sujeito autônomo e vencedor na vida por meio da Libras. Esse posicionamento combate os saberes de crença da surdez como doença, perda e estagnação supostamente decorrentes da diferença na forma de comunicação.

No presente item, investigamos quais eram os saberes prévios do público sobre a surdez e como eles foram ressignificados pela influência das matérias jornalísticas. Optamos aqui por expor uma síntese das reflexões sobre os dados obtidos no questionário. O Relatório (vide Anexo 3) abarca as análises gráficas e estatísticas pormenorizadas dos dados obtidos.

A aplicação do questionário on-line corresponde à segunda fase de investigação da tese, procurando acessar os saberes produzidos por parte dos receptores do *Jornal Visual*, conforme explicitado no Capítulo 3, que trata da metodologia. Ao longo de três meses de coleta de dados, realizada entre 15 de abril a 15 de julho de 2012, foram capturadas 842 respostas: dentre elas, 17 eram de surdos, 772 de ouvintes, além de 34 pessoas que acessaram o questionário, mas optaram por não aceitar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide Anexo 4). Essas 34 respostas não foram computadas nas análises.

A composição da amostra investigada correspondeu à formação social aferida pelo IBGE (2012), na qual a representatividade de surdos na Região Sudeste do Brasil corresponde a 4,7% da população. Foram considerados 16 questionários respondidos por surdos e 319 por não-surdos, totalizando 325 respondentes<sup>80</sup>. Os dados revelam que os surdos se dividem entre aqueles que pertencem à universidades e outros (a maioria) que são filiados às associações. Já os não-surdos são, preponderantemente, estudantes universitários.

---

<sup>80</sup> Para saber mais sobre a formação desse *corpus*, vide Anexo 3.

Da faixa etária dos participantes, cabe citar que os surdos declararam ter, em 62% dos casos, entre 31 e 35 anos. Já 64% dos não-surdos possui entre 18 e 25 anos. Essa diferença é significativa ao considerarmos que os receptores não-surdos estão em processo de formação universitária, ambiente em que tendem a estar mais propensos à construção de visões críticas sobre a sociedade e podem ter contato com o universo da cultura surda por meio da disciplina de “Libras”, obrigatória nos cursos de licenciatura e optativa nos bacharelados. Como será visto adiante nas análises, surdos e não-surdos ainda estão arraigados a saberes prévios e cristalizados sobre a surdez, variando a intensidade de acesso a tais conhecimentos e crenças que tendem a obscurecer as diferenças.

A maioria dos participantes não tem o hábito de assistir telejornais em Libras, assim como não possui contato com o tema da surdez em outros programas da televisão brasileira. Aliás, os respondentes apontam ter mais convívio com a cultura surda do que com a representação midiática dada pela TV. Essa característica sinaliza que os olhares da amostra estudada não estão formatados para o *Jornal Visual*, ou seja, são quase desconhecidas as estratégias discursivas de abordagem da surdez pelo telejornal.

Para concebermos uma pesquisa de produção e de recepção a partir da Teoria Semiolingüística, consideramos estar diante de dois contratos comunicacionais:

A) O primeiro é dado entre o *Jornal Visual* e os receptores que se enquadram nos papéis de Tu-interpretantes, enquanto consumidores de informação em potencial; na instância do dizer, esses atores assumem a função de Tu-destinatários para efetuarem o diálogo com a mídia. Conforme apontado no Capítulo 1, a Teoria Semiolingüística ainda não possui ferramentais para se ter acesso aos pensamentos simbolizados dos sujeitos quando estes recebem um conteúdo. Desse modo, a única forma de ter acesso às respostas produzidas é incitar, questionar, o que demanda um deslocamento dos receptores da posição de receptores para a de produtores em um novo contrato comunicacional.

B) O segundo contrato é o da “pesquisa científica”, em que simulamos a recepção de um telejornal e, posteriormente, perguntamos sobre a temática abordada, direcionando as formas de relatar o vivido e experienciado por intermédio do telejornal. Para se ter acesso às respostas dos participantes sobre a interação que tiveram com o *Jornal Visual*, é necessário que eles se desloquem do papel de

Tu-destinatários do contrato comunicacional midiático e assumam o Tud no contrato comunicacional de pesquisa científica, alternando os turnos de fala com o pesquisador por meio do questionário.

### 5.1. Os saberes dos interpretantes

Após a coleta de dados para caracterizar a amostra, descrita brevemente acima, a investigação on-line com os receptores do *Jornal Visual* mapeou os saberes da surdez que circulam socialmente antes dos participantes terem acesso aos conteúdos do telejornal<sup>81</sup>. Conforme abordado anteriormente no Capítulo 3, para a construção das perguntas, optou-se pela utilização da escala Likert de cinco pontos, a qual permite aferir os graus de adesão e não adesão a certa temática, indo além de uma simples coleta binária de respostas “sim” e “não”. A partir de conceitos levantados pelos Estudos Surdos, em especial, do trabalho de Skliar (1998; 2005), definimos – com base nos saberes dados pelo movimento do “ouvintismo” – os imaginários sociodiscursivos da surdez que circulam de modo mais corriqueiro na sociedade, a saber: normalidade, igualdade, diferença, especial, deficiência e doença. Os colaboradores da pesquisa foram convidados a avaliar se essas noções indicadas se aplicavam ou não na esfera social, projetando também os graus de consonância e dissonância. Ademais, os participantes relataram outros imaginários que caracterizam a surdez em seu meio social.

A primeira parte do terceiro capítulo analisou, em uma dimensão de cunho verbo-icônico, os imaginários sociodiscursivos em 12 notícias e reportagens do *Jornal Visual*. Os dados levantados indicam a construção discursiva de um surdo idealizado, preponderantemente, sujeito autônomo por meio da Libras. Esse posicionamento combate os saberes de crença sobre a surdez como doença, perda

---

<sup>81</sup> Para esclarecimentos sobre a forma de composição das perguntas e mensuração dos resultados, consulte Anexo 3 – Relatório. As perguntas estruturadas pela Escala Likert foram analisadas de forma percentual, para conhecermos verticalmente as posições e opiniões dos sujeitos, e por meio de ranking médio (somatória), visando a análise estatística comparativa.

e estagnação supostamente decorrentes da diferença na forma de comunicação. Os sentidos analisados são os projetados pelo telejornal.

No presente item<sup>82</sup>, investigamos como o público apresentou os saberes que possuía sobre a surdez e codificou novos sentidos a partir das matérias jornalísticas. Para termos acesso às materialidades linguísticas produzidas pelos receptores do *Jornal Visual*, aplicamos o questionário on-line padrão (vide Anexo 1).

Os dados relatados pelos participantes revelam que a maioria dos surdos da pesquisa, 57%, possuem conhecimentos bilíngues. Essa característica é influenciada pela forma de aplicação do questionário, tendo em vista que a internet exige capacidade de leitura em português.

Na amostragem desta pesquisa, 9% dos não-surdos dizem conhecer a Libras e o Português em consonância. Consideramos que este percentual também está atrelado à inclusão da disciplina de Libras na grade curricular das licenciaturas e como optativa no bacharelado. Nesse primeiro cenário, temos um grupo de surdos que procura se adequar à forma linguística majoritária enquanto que a maioria dos não-surdos permanece inerte à abertura para o aprendizado da Libras.

Quanto ao hábito de assistir telejornais em Libras, ambos os grupos não são receptores assíduos desse gênero. Tal fator indica que os colaboradores não possuem os olhares formatados para a dinâmica multilíngue do referido telejornal, bem como não têm acesso a informações sobre a surdez, uma vez que essa temática é silenciada – de modo preponderante – na grade de televisão brasileira; dentro do próprio *Jornal Visual*, o espaço dedicado a matérias sobre a surdez é restrito, tal como abordamos no Capítulo 4. Desse modo, pode-se considerar que os saberes prévios da surdez que circulam por entre não estão diretamente influenciados por programas inclusivos como o *Jornal Visual*. Nesse âmbito, o público do questionário on-line relata ter mais acesso à cultura surda *in loco* do que por intermédio da TV.

Conforme abordaremos a seguir, os grupos indicam que a surdez é uma diferença. A distinção se apresenta justamente na forma de qualificar essa denominação: os surdos se veem como normais, afugentando imaginários de doença e seres especiais; os não-surdos ainda percebem a surdez como

---

<sup>82</sup> Para ter acesso ao percurso na íntegra, vide Anexo 3.

anormalidade, em virtude de uma deficiência, a qual não é caracterizada como doença, e, sim, como uma diferença presente em “pessoas especiais”.

Os surdos apresentam traços de um discurso de resistência que retoma aspectos dos dizeres presentes no campo dos Estudos Surdos e do movimento histórico e social em prol do bilinguismo. O lugar de fala da maioria dos surdos da pesquisa é de que a surdez é normal, marcada pela ótica da diferença e não pela característica de “pessoa especial” e “deficiente”. No entanto, o grupo assume posição de neutralidade quando o assunto é igualdade. Quando convocados a falar no papel da sociedade, o quadro apresentado se inverte e se revelam os resquícios de traços “ouvintistas” nos discursos dos surdos: a surdez passa a ser caracterizada como anormalidade, em um ambiente em que não existe a igualdade (no sentido jurídico do termo) entre os cidadãos, os quais são tidos como deficientes.

Já os não-surdos refletem os discursos majoritários que Skliar (2008) denomina como prática do “ouvintismo”, a partir da qual os surdos devem ser vistos e pensados como anormais e somente alcançariam a normalidade caso se seguissem os padrões de comunicação e de vida dos “ouvintes”. Na posição de enunciadore de si e da sociedade, os não-surdos indicam, sem convicção plena, que a surdez é uma anormalidade, alicerçada no discurso de “pessoa especial” e que não existe igualdade entre surdos e “ouvintes”. Cabe pontuar que uma mudança social singela é apresentada pelos participantes não-surdos da pesquisa: eles apontam que a surdez não é uma doença, apesar da sociedade ver os surdos de tal modo.

No momento em que analisamos as respostas de todos os colaboradores quando eles falam em nome da sociedade, são resgatados os traços de discursos que obscurecem, marginalizam, a surdez e oprimem a diferença. A surdez é, com isso, enquadrada como anormalidade e também desigualdade. Doença e deficiência ainda continuam a ser as marcas identitárias dos surdos na visão relatada da esfera social. Os respondentes do questionário concordam parcialmente com o retrato da surdez pela ótica da doença.

Para conhecermos como esses saberes se movimentam nos dizeres dos sujeitos, propusemos frases a serem avaliadas, em que se misturavam conhecimentos e crenças de distintos campos, como os da medicina, antropologia, Estudos Surdos, educação.

A passagem “a surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada” reafirma a convicção anteriormente relatada pelos grupos de que a surdez é, sim, uma diferença. O novo elemento inserido remete a uma aceitação do respeito à diversidade.

No primeiro momento da pesquisa, a rotulação da surdez como doença é aceita parcialmente entre os não-surdos participantes da pesquisa. Diante da frase “a surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”, os imaginários de um mal a ser combatido por práticas terapêuticas e educacionais reforçam a ótica dentre eles que não haveria uma solução para o suposto corpo doente. De modo similar, os surdos participantes da pesquisa também pensam que a educação e a medicina não podem resolver a “problemática” da surdez. Nesse aspecto, inferimos que há uma rejeição dos surdos quanto à aproximação de suas vivências à esfera terapêutica, bem como à noção de problema que pode ser solucionado.

Os dois grupos da pesquisa discordam da concepção de que não se pode viver normalmente por causa da surdez. Há aqui uma mudança de posição entre os colaboradores não-surdos, tendo em vista que eles relataram a surdez como anormalidade na primeira parte do questionário. Na proposição “a surdez não impede os surdos de viver normalmente”, os não-surdos possuem mais convicção nessa afirmativa do que os próprios surdos.

Ademais, para os surdos participantes, a Libras é capaz de proporcionar a inserção social; já os não-surdos preferem a neutralidade quando se deparam com a frase “os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”. Essa ausência de tomada de posição entre os não-surdos pode estar associada à falta de vivência deles dentro da surdez, na qual poderiam presenciar como a Libras é capaz de emancipar o surdo.

Os grupos respondem com insegurança, aceitando parcialmente a afirmativa “os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade”. A percepção dos participantes é de que a integração social deve ocorrer por esforço mútuo da sociedade.

Em suma, os saberes prévios dos participantes da pesquisa revelam que existe a aceitação da surdez como uma diferença social e linguística. As proposições das frases sinalizam que os imaginários cristalizados entre os não-surdos são parcialmente confrontados e diluídos no que se refere à negação do

corpo diferente. Podemos concluir aqui que os colaboradores se mostram abertos para a interação com os sujeitos surdos, indicando a relevância de uma aproximação entre as culturas, calcada em movimento de inclusão que parta tanto dos surdos quanto dos não-surdos. De todo modo, ainda repercutem as visões de que o corpo diferente deve ser corrigido, seja por práticas terapêuticas, educacionais ou comunicacionais.

O lugar de fala dos respondentes opera dentro do que chamamos de “ideologia da superação”, a qual atrela a emancipação do corpo diferente aos padrões de vida, comportamento, relacionamento, interação e cidadania dos sujeitos que vivem em culturas majoritárias – respaldadas na lógica produtivista e utilitarista do sistema econômico em voga no país.

Após terem recebido sete reportagens do *Jornal Visual*, percebemos que o telejornal influencia parcialmente a visão dos receptores sobre o tema, mesmo que eles não reconheçam essa mudança de posicionamento. O mapeamento da influência midiática ocorreu com a aplicação de questionário on-line antes e depois dos participantes terem contato com notícias e reportagens do telejornal: as mesmas questões iniciais para levantamento dos imaginários sociodiscursivos prévios dos sujeitos foram reaplicadas após eles assistirem as edições do programa telejornalístico. Por essa metodologia de coleta de dados, verificamos, por meio da Escala Likert de cinco pontos, uma alteração nos graus de opinião, demonstrando que os sujeitos se ancoram polifonicamente nos saberes veiculados pelo *Jornal Visual*, ou seja, alteram – relativamente – as visões que possuem de si e do mundo a cada embate discursivo com os enunciados da referida mídia.

A estratégia discursiva do telejornal da TV Brasil em produzir discursos de resistência da surdez ancorados em saberes de conhecimento do campo científico (com especialistas do campo da Educação) e saberes de experiência (com relatos do vivido), auxiliou no processo de incorporação e naturalização desses saberes por entre os receptores não-surdos, os quais passaram a ter mais convicção de que a emancipação dos surdos é possível por meio da Libras, tal como prega o *Jornal Visual*.

Para investigarmos o poder de influência dos enunciados do telejornal sobre os receptores, reaplicamos as frases da primeira etapa do questionário. Depois das narrativas telejornalísticas, as opiniões variam em intensidade, conforme pode ser averiguado no Relatório apresentado no Anexo 3.



A mudança de posição ocorre com a frase “os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”. A discordância prévia dos participantes surdos é alterada para uma aceitação (vide gráfico 31 do Anexo 3). Especificamente, os imaginários ouvintistas passaram a se sobressair na opinião dos surdos participantes da pesquisa, os quais se ancoraram em saberes de crença e empiria de que a Língua Portuguesa seria necessária para a convivência social: houve aumento de 7,7% para 18,2% daqueles que concordam plenamente com a frase; crescimento de 23,1% para 27,3% dos que aceitam a proposição parcialmente; e os 15,7% que discordavam plenamente da frase abandonaram essa percepção após a recepção do *Jornal Visual*. Mais uma vez, cabe ressaltar a composição da amostra: trata-se da opinião particular e localizada de surdos bilíngues (66%), oralizados (31%) e comunicantes em Libras (13%). Tais posicionamentos referem-se a sujeitos que, majoritariamente, já possuem experiências pessoais de comunicação pelo português.

Diante dessas estatísticas das respostas sobre a frase, levantamos as hipóteses de que (a) as argumentações do *Jornal Visual* não foram convincentes, (b) os surdos não se adequaram plenamente às imagens de Tu-destinatários projetadas pelo telejornal, (c) frente aos saberes mostrados no telejornal, prevaleceram as reavaliações das convicções pessoais. Neste aspecto, ressaltamos que o telejornal da TV Brasil é produzido originalmente para não-surdos e apenas traduzido para a Libras. A forma de tratamento da matéria e das narrativas é pensada e direcionada aos receptores convencionais, os não-surdos. No polo oposto, as reportagens conseguiram convencer os não-surdos de que os sujeitos surdos podem viver através da língua de sinais, tal como pretendiam os enunciados do telejornal.

As notícias e reportagens de exaltação do surdo como herói e as narrativas de vida com histórias de superação compuseram mais da metade das reportagens, auxiliando a difundir a opinião de que a surdez não seria uma limitação para a vida normal retratada: os sujeitos surdos estudam, trabalham, namoram, interagem, possuem amigos. Esse regime de imaginários não se colide com os modelos de vida esperados e enaltecidos pela cultura majoritária não-surda. Com isso, o *Jornal Visual* consegue influenciar a visão dos receptores não-surdos ao retratar o surdo que se emancipa pela Libras, mas que – justamente – opera nos padrões esperados aos demais sujeitos da sociedade, ou seja, projeta que o surdo é capaz de sair do ostracismo da surdez e ser “útil e produtivo” na esfera social.

Em escala menor de influência, o telejornal conseguiu fazer crescer a aceitação dos colaboradores de que a surdez – enquanto enfermidade – possui uma solução. Do lado dos surdos, diminuiu a rejeição quanto à frase “a surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”. Consideramos aqui a pertinência das narrativas midiáticas de casos de sucesso de surdos que estão inseridos no sistema educacional. Dentre os não-surdos, a posição sai de uma discordância parcial para uma neutralidade. Os dados dos questionários indicam que os respondentes da pesquisa aceitam caracterizar a surdez como doença e perda desde que os sentidos não tragam, de forma tão explícita, um viés pejorativo e apresentem saídas para o suposto problema.

Interessante observar que em seis das sete notícias e reportagens vistas, os colaboradores indicaram que o *Jornal Visual* retratou o surdo como doente. Temos, então, uma frequente percepção – na instância de recepção – do imaginário de doença atrelado à surdez, ancorado em relatos de experiência do vivido. Os surdos entrevistados nas matérias trazem testemunhos alicerçados em discursos de vitimização, mas que conseguiram se superar apesar das dificuldades. Tal visão sobre a surdez tende a naturalizar a imagem – entre os receptores – de que, apesar da doença, é possível uma solução para o suposto mal da surdez. O *Jornal Visual* se apresenta, então, como aquele que aponta os caminhos verdadeiros para o sucesso da emancipação dos sujeitos surdos.

As matérias do telejornal ajudaram a diminuir a opinião dos participantes de que a surdez é uma doença. Contudo, os exemplos de superação não foram suficientes para convencer os colaboradores surdos. Eles passaram a ter menos convicção de que a surdez não seria um problema para a vida normal. Ou seja, as experiências anteriores aos relatos midiáticos traziam a opinião de que era possível ter uma vida normal dentro da surdez. Após o retrato e encenação telejornalísticos, esse padrão de vida esperado não compactua com o que eles planejavam para a própria vivência. Aqui questionamos: os surdos respondentes da pesquisa não se viram identificados nos heróis da TV e/ou não planejam ter os modelos de vida preconizados pela cultura majoritária utilitarista? Como não tivemos acesso aos processos interpretativos desses participantes e somente às materialidades linguísticas, fica em aberto a necessidade de nova pesquisa para aprofundar a investigação de como essas histórias midiáticas de surdos vitoriosos são decodificadas e interpretadas pelos receptores. De modo contrário, os não-surdos

passaram a ter opinião plena de que os surdos podem viver normalmente dentro da surdez. Mais uma vez, o enquadramento das personagens das reportagens ajudou a disseminar os modelos de vida esperados pela “instância cidadã” projetada pelo *Jornal Visual*.

As notícias e reportagens do telejornal ajudaram a ampliar a tolerância ao bilinguismo. A exaltação da Libras como forma comunicativa, em mais de 90% dos enunciados televisivos, reforça essa mudança de posicionamento dos colaboradores. De modo consonante, foi reforçada a visão dos grupos de que os surdos devem aprender a Língua Portuguesa para se adaptarem à sociedade.

O imaginário da surdez como doença também foi modificado entre os participantes depois dos enunciados do telejornal da TV Brasil. As notícias e reportagens aumentaram a convicção parcial dos colaboradores surdos de que a “perda auditiva” não os impediria de exercer relacionamentos na sociedade. O grupo de não-surdos repensou as supostas limitações da surdez, reduzindo a concordância relativa da surdez como uma “perda auditiva que não impede os surdos de se relacionarem”. Em ambos os casos, há a naturalização da surdez enquanto perda (defeito).

Diante desse cenário, podemos averiguar que as matérias do *Jornal Visual* conseguiram alterar parte dos imaginários sociodiscursivos da surdez entre o grupo de receptores “ouvintes”, especialmente, no que se refere à visão de anormalidade e inaptidão para a vivência social. Por outro lado, os caminhos apresentados para a emancipação, a superação das adversidades, não é bem vista pelos receptores surdos. Eles, possivelmente, não se veem representados nas personagens midiáticas e passaram a ser mais descrentes quanto à inserção social do surdo pela Libras, refletindo em uma descrença com relação ao bilinguismo. É necessário ressaltar que os imaginários não são fixos e estanques; eles dialogam, ora em convergência ora em divergência.

As narrativas de vida com histórias de sucesso e os surdos heróis não surtiram tanto efeito nos receptores surdos. As matérias do *Jornal Visual* atuaram como reforço para que o grupo de surdos passasse a acreditar mais na importância do aprendizado do português, mesmo diante de enunciados que exaltavam as competências e habilidades dentro da Libras.

## CAPÍTULO 6 – ANÁLISE CONTRASTIVA

A análise contrastiva a ser realizada neste tópico tem como base os dizeres difundidos por dois contratos de comunicação (midiático e científico). O primeiro constitui o *corpus 1*: por meio da grade de análise de proposta por Mendes (2010), fundamentada na Teoria Semiolingüística e em estudos da imagem e das cores, investigou-se os imaginários sociodiscursivos verbos-icônicos de notícias e reportagens do *Jornal Visual* da TV Brasil. O segundo contrato de comunicação, denominado aqui de “pesquisa científica”, levantou e analisou as respostas dos receptores diante de perguntas feitas em questionário on-line, as quais procuraram conhecer os saberes da surdez antes e depois dos sujeitos receberem as informações do referido telejornal - culminando na formação do *corpus 2*.

A comparação entre os resultados dos *corpora 1* e *2* não pode, conceitualmente, ser classificada como os discursos da instância de produção e de recepção. Na enunciação midiática, o *Jornal Visual* assume a posição de Eu-enunciador e projeta sentidos a um público idealizado (Tu-destinatários), os quais atuam como Tu-interpretantes. Para se acessar as respostas desses receptores, sugere-se que eles saiam do primeiro contrato comunicacional e se insiram em outro, o do questionário on-line. Os sujeitos vestem outra máscara discursiva, a de Eu-enunciadores, após também representarem o papel de Tu-interpretantes, em um processo de interação não mais com o telejornal, mas com a pesquisa científica da qual se dispôs a participar.

As produções discursivas do *Jornal Visual* e dos colaboradores ocorrem em momentos comunicativos distintos, tendo em vista que não se tem acesso aos pensamentos dos sujeitos durante a recepção. Logo, as respostas são induzidas e estimuladas para que sejam socialmente conhecidas. Evidentemente, assistir a um telejornal é colocar-se diante de questões a todo instante; contudo, isso não significa que essas reflexões sejam as mesmas que o questionário on-line fez o sujeito pensar a respeito.

De forma breve e simplificada, os enunciados dos colaboradores surgem a partir de (i) pergunta inicial que o faz prender a atenção sobre determinado assunto e que o estimula a (ii) refletir sobre os saberes adquiridos acerca do tema, (iii) a interpretar e re-significar os conhecimentos e crenças veiculados pelo *Jornal*

*Visual*, (iv) a comparar e avaliar as informações prévias e as recebidas midiaticamente, (v) definir e compartilhar uma resposta para a questão da pesquisa.

O questionário não consegue mapear os processos psicológicos internos ao sujeito e, sim, a materialidade linguística manifestada pela escolha da alternativa ou o preenchimento do campo da resposta. De modo consonante, não se sabe quais são as intenções e motivações que levam à enunciação do participante frente à pergunta, bem como não se tem controle sobre as simulações de papéis, identificações, valores, conhecimentos e crenças. Contudo, na posição de Eu-enunciador do contrato de comunicação da pesquisa científica, o sujeito é regido por expectativas de veracidade entre as partes.

Com fins de facilitar a compreensão do processo comunicativo que envolve uma coleta de dados com receptores de programas televisivos, será empregada aqui a categorização “telespectadores” para identificar os sujeitos que saíram da posição de receptores para assumirem os papéis enunciadoreis.

Na primeira parte do Capítulo 3 da presente tese, a investigação dos imaginários sociodiscursivos icônicos e verbais das notícias e reportagens do *Jornal Visual* evidenciou que o telejornal resgata e re-significa traços de discursos, ancorados em variadas posições cristalizadas da surdez, para simular a construção de um campo discursivo de entremeio, fortalecendo o *ethos* jornalístico.

A abertura para distintas vozes sociais, na perspectiva polifônica, opera como um mosaico de saberes exibidos pelo telejornal, simulando a representatividade de um amplo debate público sobre o assunto da reportagem. A estratégia discursiva integra um dos compromissos do telejornalismo público no qual se insere o programa da TV Brasil. Apesar de ser uma idealização, o *Jornal Visual* procurar ter linha editorial independente, além de ofertar informação contextualizada e ampliar a entrada de distintos dizeres para além das chamadas fontes e versões “oficiais”.

No entanto, a análise de cunho verbo-icônico revela as influências da legislação a favor da Libras e do posicionamento do Governo Federal no tratamento das informações. As matérias jornalísticas reforçam e difundem saberes de resistência frente às concepções da surdez como anormalidade, doença e deficiência. Perante estas crenças preponderantes nos campos discursivos, o telejornal vale-se da estratégia de mostração do real, construção de *ethé* de surdos vencedores na vida, em conjunto com a difusão de saberes de conhecimento e de

testemunhos do vivido. A reportagem sobre o implante coclear é um exemplo: após a veiculação do dizer do médico sobre os procedimentos cirúrgicos e o tratamento necessário para aquisição da fala pelo surdo, o telejornal se utiliza de duas fontes, autoridades do campo da educação, para reafirmar a possibilidade do sujeito se constituir pela Libras.

Em oito das 12 notícias e reportagens analisadas, o telejornal recorre à construção idealizada da personagem midiática do surdo como aquele que vive dentro de padrões de uma vida cotidiana plena proporcionada pela Libras: trabalha, estuda, pratica esportes, convive com outros sujeitos na sociedade. Atletas, atores, conferencistas e estudantes são alguns dos anônimos vitoriosos que servem de exemplos de vida e superação. Em apenas uma matéria do *corpus 1*, o surdo aparece como vitorioso por meio do português oral e do implante coclear.

Ao descrever os surdos como capazes, a repetição dessa imagem pelo *Jornal Visual* contribui para definir, idealizar e reforçar identificações, as quais atuam como estratégias de captação do público, criando empatia e laços afetivos. A projeção do “surdo herói na vida” atua como contraposição ao suposto anormal e incapaz.

Nessa construção, o projeto de fala se consolida em uma encenação do que seria a factualidade. O discurso jornalístico procura projetar sentidos de que é verdadeiro. Sustentados por essa aparência, os imaginários, que surgem e desaparecem ao ritmo da linguagem televisiva, fomentem *ethé* dos surdos dentro dos processos discursivos de reconhecimento e valorização da surdez.

Apesar dos esforços do *Jornal Visual* para retratar os sujeitos surdos diferentemente das definições sociais preponderantes, os sentidos projetados nas matérias não são interpretados do mesmo modo pelos telespectadores investigados. Os participantes do questionário on-line indicaram que, em seis das sete matérias vistas, o telejornal teria caracterizado o surdo como um doente. A afirmação dos receptores, na posição de Eu-enunciadores, ocorre também nas narrativas em que são omitidos e silenciados temas e discussões sobre a surdez no campo de saberes da saúde.

A esse respeito, a primeira ponderação é que a rotulação da surdez pela patologia pode estar tão arraigada na tessitura social que, quando os participantes são levados a pensar sobre o objeto, logo resgatam o imaginário sociodiscursivo cristalizado do surdo como enfermo, mesmo sem a influência direta do enunciado

mediático. Dito de outro modo, os saberes simplificados sobre a surdez estariam atrelados ao discurso da enfermidade.

Em segundo lugar, a identificação do surdo como ser doente sem a mídia mostrá-lo como tal explicitamente evidencia que a noção de doença pode adquirir interfaces para além do lado pejorativo. Foucault (1975, p. 17) entende que a doença tem uma negatividade e também uma positividade: “de fato a doença apaga, mas sublinha, abole de um lado para exaltar do outro, a essência da doença não está somente no vazio criado, mas também na plenitude das atividades que vêm preenchê-lo”. O patológico, segundo Foucault, não é uma característica contra a natureza, contra a “normalidade”, mas ele é a própria condição de existência humana. Com isso, para os colaboradores da pesquisa, denominar o surdo como doente poderia não significar, necessariamente, que ele seja incapaz, anormal, desviante da norma. Na e pela diferença, o sujeito é capaz de se estabelecer de forma distinta da esperada pelos Outros, os não-surdos.

Os Eu-enunciadores surdos produziram re-significações de forma distinta da pretendida pelas narrativas do *Jornal Visual*, construídas com base na exacerbação das competências dos surdos. Ligados à eficácia e valorização das habilidades do surdo e reforçados pelas visadas de captação com a dramatização de personagens televisivas, os imaginários de verdade do telejornal não surtiram, em parte, os efeitos pretendidos.

A partir dos retratos preponderantes de personagens midiáticos (surdos idealizados que sinalizam), esses telespectadores passaram a ter menos confiança de que é possível ter uma vida plena dentro da surdez pautada pela Libras, acreditando, de forma mais enfática, que seria necessário o aprendizado do português para que não fossem excluídos socialmente. Cabe lembrar que a maioria dos participantes surdos já possuía conhecimentos prévios da Língua Portuguesa e não dominava exclusivamente a língua de sinais. No quesito exposto acima, os “exemplos de vida” e as estratégias discursivas empregadas pelo telejornal não foram capazes de alterar a visão inicial dos telespectadores surdos.

De forma pormenorizada, as análises a seguir investigam, contrastivamente, os imaginários sociodiscursivos projetados pelo telejornal com a interpretação e codificação de sentidos pelos Tu-interpretantes nas sete notícias e reportagens apresentadas aos participantes da presente pesquisa.

A primeira matéria foi sobre o ensino de judô por atletas surdos a jovens na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro. A tabela 22 associa os imaginários icônicos e verbais, mapeados por meio da grade de análise proposta por Mendes (2010), com os três principais imaginários relatados pelos públicos durante o questionário on-line.

| Edição                                                        | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez veiculados                                                                                                        |                                                                                                                      | Imaginários sociodiscursivos interpretados        |                                                           |
|---------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
|                                                               | Ícônicos                                                                                                                                                      | Verbais                                                                                                              | Surdos                                            | Não-surdos                                                |
| 17 nov. 2010: Atletas surdos ensinam judô a jovens da Rocinha | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras como forma de comunicação e interação social, superação pelo esporte | Superação pelo esporte, conciliação de diferenças comunicativas, emancipação de jovens, Libras como língua de surdos | Normal, igual, inteligente. Normal, igual. Igual. | Normal. Igual. Normal, igual, inteligente. Normal, igual. |

TABELA 22 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre aulas de judô na Rocinha

A segunda e terceira colunas da tabela apresentam o resumo dos imaginários icônicos e verbais pretendidos pelo *Jornal Visual*. Os *ethé* de isenção, imparcialidade e compromisso com a verdade projetados nas imagens do telejornal conferiram credibilidade aos dizeres, permitindo instituir o discurso verbal de conciliação das diferenças através do esporte, em que seria possível a convivência plena entre surdos e não-surdos.

Os dois grupos de telespectadores reconheceram essas perspectivas de forma semelhante, conforme pode ser observado nas colunas quatro e cinco da tabela 22. Os surdos elencaram, em primeiro lugar, a conjugação dos imaginários “normal, igual e inteligente” para a definição dos sujeitos surdos. Para os não-surdos, predomina a interpretação de que os surdos foram retratados como somente como normais.

Antes de terem contato com o telejornal, os telespectadores já acessavam saberes de conhecimento da surdez como uma diferença a ser respeitada. O tratamento dado pelo programa reforça essa convicção entre os colaboradores.

As concepções de normalidade e igualdade estão centradas na mostraçã de um atleta de sucesso, campeão que dedica seu tempo para ensinar a modalidade esportiva, bem como em elementos complementares da reportagem: a



roda de conversa de jovens surdos e a interação que os diferentes podem ter através do esporte. Como disse o instrutor de judô em entrevista, não existem barreiras comunicativas durante o treinamento.

A projeção feita pelo *Jornal Visual* e o reconhecimento desses indícios pelos telespectadores, refletiram a convenção dada nos campos de conhecimento da sociologia e psicologia de oposição do “normal” e do “patológico”. A mostra de habilidades opera como uma prova das capacidades, estabelecendo discursos de resistência do surdo como um portador de déficit que impediria a orientação no mundo, o pensamento e a expressão da linguagem e, enfim, a socialização.

Interligada com a igualdade e a inteligência, a concepção de normalidade – que circula entre o telejornal e o público – está atrelada às características individuais, desconsiderando os aspectos sociais gerais. A perspectiva resgata aspectos biológicos para a instituição de *ethé* aos surdos, se respaldando em traços de discursos que caracterizam a polarização dos fenômenos normais e os patológicos.

Para definir os dois fenômenos, Durkheim (1983) utiliza-se da relação positivista e binária da saúde *versus* doença, procurando ir além da definição corrente na época da enfermidade como sofrimento e dor. A morbidez seria o desvio ao padrão saudável, da diferenciação quanto ao tipo médio de formas frequentes na “espécie”. Como abordado anteriormente, Foucault (1975) refuta essa vertente afirmando que a doença faz parte da característica dos sujeitos e, portanto, abriga lados negativos e positivos.

Já a igualdade não é tratada pelo viés democrático, em que todos são iguais perante a lei. As enunciações da reportagem sobre o ensino de judô por surdos e as interpretações dos telespectadores sugerem que o termo “igual” está atrelado às capacidades e habilidades idênticas aos padrões esperados para o indivíduo padrão da sociedade. Em uma relação de alteridade, os diferentes (surdos personagens da matéria) procuram mostrar que podem ter os mesmos desempenhos esportivos, linguísticos e relacionais dos Outros, os não-surdos. As diferenças entre surdos e não-surdos não constituíram, portanto, empecilhos para a vivência cotidiana.

Ao mostrar os surdos no esporte, a igualdade fundamenta-se na necessidade de oferecer oportunidades, em uma forma de promoção da justiça social, em que os surdos poderiam mostrar as suas competências. Em um processo

paradoxal, para afirmar os *ethé*, os surdos precisariam provar que possuem as mesmas características dos não-surdos, ou seja, que são iguais.

Na segunda matéria vista pelos colaboradores, foi apresentada a perspectiva da música alta como causa para a perda auditiva. Na enunciação, o *Jornal Visual* projeta saberes de crença de opinião coletiva de que a surdez é a característica do não ouvir, uma deficiência auditiva e um mal que poderiam ser evitados por bons hábitos (TAB. 23), no caso, reduzir a intensidade do som nos fontes de ouvido.

| Edição                                         | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                          |                                                  | Imaginários sociodiscursivos interpretados |                            |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------|
|                                                | Icônicos                                                                                             | Verbais                                          | Surdos                                     | Não-surdos                 |
| 18 nov. 2010: Música alta causa perda auditiva | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, surdez como doença | Deficiência auditiva, surdez é não ouvir, doença | Doente. Anormal. Igual.                    | Doente. Normal. Diferente. |

TABELA 23 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre a música alta como causadora de perda auditiva

No plano icônico, continua a projeção de ideais do jornalismo para a fundamentação dos discursos e a consideração da Libras como língua natural dos surdos. Verbalmente, o telejornal aponta a surdez pelas peculiaridades biológicas e não culturais/linguísticas, determinando uma visão negativizada de doença. A concepção de normalidade da reportagem anterior permanece na oposição entre o ser “normal” e “patológico”. Na matéria, ser surdo é desviar-se do padrão (o ouvir bem) e, portanto, é uma característica não aceitável na frequência dos sujeitos. Conforme recomenda o *Jornal Visual*, o som alto é uma das causas da surdez e ela pode ser evitada. Negativamente, os surdos adquirem identificações pautadas na anormalidade e incapacidade, levando a processos de exclusão do diferente.

Os grupos de telespectadores reconhecem, primeiramente, que o surdo foi tratado como doente. A divergência está na aceitação dessa enfermidade como anormalidade para os participantes surdos e normalidade para os não-surdos. A interpretação dos surdos é que, apesar da doença, eles ainda são iguais; para os não-surdos, a característica do não ouvir constitui, em si, uma diferença que faz parte da sociedade.

A diferença se constitui como um processo que, ao lado da formação das identificações, estabelece a diferenciação entre os sujeitos, em uma relação de

alteridade. Sem a presença e a denominação sobre o Outro, o Eu não pode se afirmar como tal. Identificação e diferença são criações languageiras, atreladas ao social e cultural. Elas são construídas no e pelo discurso e, portanto, sofrem influências dos saberes de conhecimento e de crença, se transformando a cada enunciação ou situação comunicativa. É, por isso, que as convicções sobre o ser diferente se divergem entre os grupos de participantes da pesquisa. Afinal, o lugar de fala influencia na tomada de posicionamento da resposta ao questionário.

A percepção dos telespectadores surdos parece indicar que o telejornal não pode problematizar a surdez por parâmetros da normalidade ouvinte. Conforme Skliar (2000), por detrás da aparente cientificidade e neutralidade, o discurso da deficiência, retomado pelo *Jornal Visual*, oculta a problemática da alteridade, da complexidade do Outro, tendendo a ocultar a questão política da diferença. Skliar (2000) defende o repensar sobre as práticas de representação da surdez, aonde se deve encará-la como experiência visual ao invés de olhá-la como uma exclusão que levaria ao mundo do silêncio. O exercício de abertura à diversidade faz-se com uma ruptura dos olhares condicionados a definir o Outro pelas expectativas e os referenciais de si. Cabe ressaltar que a reportagem da música alta foi a única dentre as três do *corpus* 1 que não instituiu, na mesma matéria, discursos de resistência quanto à denominação da surdez pelos saberes de crença da enfermidade.

A terceira reportagem vista pelos participantes da pesquisa mostrou os prós e contras da técnica de implante coclear, também inserindo a surdez na perspectiva de enfermidade, tal como procedeu a matéria anterior. Apesar da difusão de saberes de conhecimento do campo científico de que a Libras permite uma vida plena, os telespectadores entenderam que a matéria jornalística identificou, em primeiro plano, o surdo como doente (TAB. 24).

| Edição                          | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                           |                                                                                           | Imaginários sociodiscursivos interpretados |                            |
|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------|
|                                 | Ícônicos                                                                                                                              | Verbais                                                                                   | Surdos                                     | Não-surdos                 |
| 31 dez. 2010a: Implante coclear | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, surdez como doença, ouvido doente, Libras é natural | Deficiência auditiva, surdez é não ouvir, surdez é diferença, Libras é natural dos surdos | Doente. Anormal. Igual.                    | Doente. Normal. Diferente. |

TABELA 24 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem acerca dos prós e contras do implante coclear

Os imaginários icônicos do telejornal enfocaram, no início dos enunciados, o tratamento médico para o ouvido doente, sendo reforçados por saberes de conhecimento do campo terapêutico da surdez como deficiência auditiva não curável plenamente com as intervenções cirúrgicas e treinamentos de audição e fala.

A mostração midiática de vozes de autoridades do âmbito educacional contrastando a fala do médico não foi suficiente para desconstruir a percepção dos telespectadores de que o surdo foi identificado como doente. A argumentação de resistência não conseguiu destituir os discursos respaldados em saberes de crença que foram mascarados como conhecimento científico na saúde, especificamente, na busca pela correção do corpo diferente, desviante da norma padrão.

Na recepção e interpretação da narrativa do telejornal, pode-se supor que o *ethos* da autoridade médica ainda prevalece socialmente como o mais verdadeiro. De modo correlato, a ambientação da intérprete de Libras no vídeo, em uma projeção da Libras como natural, não atuou como elemento preponderante para a interpretação dos telespectadores. A mesma discordância entre os grupos permanece na qualificação de enfermidade, se pelo viés da anormalidade, como acreditam os surdos, ou da normalidade, tal como pensam os não-surdos.

A notícia sobre a formatura do primeiro curso de graduação em Pedagogia Bilíngue no país procurou construir imaginários sociodiscursivos icônicos que validassem – no plano da atuação da intérprete – a acessibilidade, emancipação e a Libras como língua natural; e ambientação da cena de formatura, a conciliação das diferenças e a superação dos surdos pela educação. Verbalmente, o discurso reiterou a surdez como diferença, a naturalização da Libras, a inclusão pela educação, a convivência entre as culturas e a superação dos surdos pela educação (TAB. 25).

| Edição                                                     | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                             |                                                                                                                                                 | Imaginários sociodiscursivos interpretados                                                              |                                                           |
|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
|                                                            | Ícônicos                                                                                                                                                | Verbais                                                                                                                                         | Surdos                                                                                                  | Não-surdos                                                |
| 31 dez. 2010d:<br>Formatura do curso de Pedagogia Bilíngue | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, superação pela educação | Surdez é diferença, Libras é natural dos surdos, acessibilidade, emancipação pela Educação, convivência entre culturas, superação pela educação | Inteligente. Normal, diferente, inteligente. Igual. Diferente. Normal, inteligente. Igual, inteligente. | Normal. Normal, igual, inteligente. Normal, igual. Igual. |

TABELA 25 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na notícia sobre a formatura da primeira turma de graduação em Pedagogia Bilíngue Libras e Português

Diante dessa construção narrativa do telejornal, os surdos apontaram, em maior proporção, a inteligência como o primeiro imaginário sociodiscursivo e, em seguida, a junção das concepções de “normal, diferente, igual”. Isso significa que eles veem os imaginários do surdo como alguém capaz tal como os demais sujeitos sociais.

Alicerçados na recepção de retrato da experiência do vivido pelos graduandos, os não-surdos entenderam que o saber de conhecimento de normalidade foi o que mais se ateve à imagem dos surdos da matéria. Em segundo lugar, eles apontaram a associação dos conceitos de “normal, igual, inteligente”. A noção de inteligência aqui se refere à capacidade de se apropriar de uma língua, de representar os objetos do mundo e conviver socialmente.

Ao contrário das duas reportagens anteriores, as quais foram interpretadas pela ótica da enfermidade, os telespectadores passaram conceber a surdez como normalidade, dentro do campo de saberes de conhecimento das diferenças culturais. A incredulidade nos argumentos das autoridades do campo educacional da matéria sobre o implante coclear não trouxe impacto negativo para a interpretação da notícia sobre a formatura em Pedagogia. A mostração do vivido e os relatos de experiência dos formandos foram suficientes para a construção de sentidos da educação como modo dos surdos terem a capacidade de se assemelharem aos demais, evocando sentidos de normalidade.

A história de vida da surdo-cega Suely compôs a quinta reportagem do *Jornal Visual* vista pelos participantes da pesquisa. O retrato do vivido constitui uma das seis reportagens do *Jornal Visual* que construíram *ethé* de heróis surdos. Essa

forma de abordagem combate os saberes de crença de inaptidão da característica do não ouvir como impedimento para a comunicação.

Na posição de Eu-enunciador, o telejornal procurou constituir o *ethos* de instância jornalística voltada para a acessibilidade. Por meio da mostração no plano icônico, a construção da narrativa reafirmou a conciliação das diferenças, bem como revelou a existência da Libras tátil, projetando saberes de conhecimento do campo científico da educação como caminho para a superação de barreiras comunicativas e sociais. De modo verbal, os imaginários difundidos pelo telejornal inseriram a surdo-cegueira como diferença e normalidade a partir do relato da personagem midiática Suely. A educação foi inserida como vetor que possibilitaria a superação da doença, sendo capaz de proporcionar a acessibilidade, a emancipação e a superação de barreiras (TAB. 26).

| Edição                                      | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                           | Imaginários sociodiscursivos interpretados                                   |                                                     |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
|                                             | Ícônicos                                                                                                                                                                                             | Verbais                                                                                                                                                                                                   | Surdos                                                                       | Não-surdos                                          |
| 24 fev. 2011:<br>Narrativa de vida de Suely | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, existência da Libras tátil, educação supera barreiras de comunicação | Surdo-cegueira é diferença, Normal, Diferença, Doença superada pela educação, Libras é natural dos surdos, acessibilidade, emancipação pela Educação, convivência entre culturas, superação pela educação | Normal. Diferente, especial. Inteligente, especial. Igual. Especial, doente. | Normal. Diferente. Especial. Inteligente, especial. |

TABELA 26 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre a narrativa de vida de Suely

Ambos os grupos interpretaram que a entrevista com a surdo-cega Suely propiciou a imagem de normalidade e diferença para os surdos. Os telespectadores atribuíram ao surdo a imagem associada de especial e inteligente na reportagem, em que a pessoa ser ‘especial’ não afetaria a inteligência. Apenas os respondentes surdos identificaram que o enquadramento dado à personagem evocou as noções do sujeito como ser que requer cuidados especiais em decorrência da doença.

A sexta reportagem recebida pelos telespectadores mostrou a história de superação do instrutor de esportes, Bruno Menezes. Essa foi a segunda incidência de surdos oralizados em 12 matérias do *Jornal Visual* e, pela primeira vez, eles tiveram oportunidade de serem entrevistados em português oral; nos demais dizeres dos surdos, predominou a comunicação espaço-visual.

As duas formas de comunicar na surdez compuseram os imaginários icônicos difundidos pelo telejornal: no primeiro plano, a presença da intérprete em Libras; no quadro da reportagem, as falas orais da personagem. A evidência dessas variações comunicacionais ajudou a reiterar a conciliação das diferenças e da acessibilidade. Visualmente, o instrutor surdo foi enquadrado como herói na vida e no esporte, tendo capacidade inter-relacional com clientes, amigos e familiares.

| Edição                                       | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                                                  | Imaginários sociodiscursivos interpretados                                            |                                                          |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
|                                              | Ícônicos                                                                                                                                                                                                      | Verbais                                                                                                                                                          | Surdos                                                                                | Não-surdos                                               |
| 24 fev. 2011: História de superação de Bruno | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras é natural, conciliação das diferenças, surdo oralizado, superação pelo esporte, capacidade inter-relacional do surdo | Surdez é diferença, Libras é natural dos surdos, surdo oralizado, acessibilidade, convivência entre culturas, superação pelo esporte, surdo como herói cotidiano | Normal. Diferente. Igual. Especial, doente. Normal, diferente, inteligente, especial. | Normal. Diferente. Especial. Normal, igual, inteligente. |

TABELA 27– Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na reportagem sobre a história de superação de Bruno

A tabela 27 mostra os imaginários projetados pelo telejornal e aqueles percebidos e re-significados pelos telespectadores. Os saberes de conhecimento da surdez como diferença fundamentaram os imaginários sociodiscursivos verbais do programa noticioso, o qual ainda versou sobre o surdo como vitorioso no dia a dia, assim como a possibilidade de comunicação pela Língua Portuguesa oral e a aceitação e convivência entre as culturas.

Os grupos de telespectadores entenderam que Bruno foi retratado como sujeito normal e diferente. Em proporção maior do que nos não-surdos (11% contra 3%), os colaboradores surdos apontaram que o surdo oralizado é visto como doente.

A última matéria analisada pelos Tu-interpretantes foi sobre o MEC negar o fechamento do INES.

| Edição                                   | Imaginários sociodiscursivos sobre a surdez                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                           | Imaginários sociodiscursivos interpretados |                                        |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------|
|                                          | Ícônicos                                                                                                                                                 | Verbais                                                                                                                                                                                                   | Surdos                                     | Não-surdos                             |
| 1 abr. 2011: MEC nega fechamento do INES | Seriedade, credibilidade, compromisso com a verdade, acessibilidade, emancipação, Libras como forma de comunicação e interação social, educação bilíngue | Língua de sinais é natural, igualdade constitucional, educação de surdos deve ser diferenciada, Ser surdo requer conhecimentos bilíngues, emancipação e educação, conciliação de diferenças comunicativas | Normal, inteligente. Anormal. Diferente.   | Diferente. Diferente, especial. Igual. |

TABELA 28 – Imaginários sobre a surdez projetados e interpretados na notícia acerca do não fechamento do INES

O projeto do *Jornal Visual* de naturalizar a Libras não isenta a instância de recepção de reproduzir outros imaginários sobre a surdez. O tratamento dos entrevistados pela ótica da igualdade é reconhecido pelos telespectadores em todas as sete matérias vistas.

Tanto a instância midiática quanto a receptora ainda denominam a surdez pela relação binária “normalidade” *versus* “patologia” e procuram, a partir disso, estabelecer suas identificações, seja como espelho dos sujeitos ouvintes, seja como surdos com língua e cultura distintas. A busca pela identificação do surdo como “normal” tem como fundamentação o acesso àquilo que é socialmente aceito e compartilhado como natural, único e desejável. Entretanto, as identificações são híbridas, se influenciam e trocam aspectos entre si.

A característica de “não ouvir” é apenas diferença sensorial. São os imaginários sociodiscursivos que versam sobre o desvio do padrão, inserindo saberes de conhecimentos e crenças. No jogo de máscaras dos *ethé* (das imagens de si e do outro no discurso), conceitos como normal, igual, diferente, especial, deficiente e doente possuem implicações discursivas, identitárias, sociais, históricas e políticas.

A diferenciação é o processo central em que as identificações e diferenças constituem os sujeitos e a esfera social. Essa relação de alteridade é regida por relações de poder que se materializam discursivamente. Afinal, dizer o que um sujeito é significa apresentar o que ele também não é.



Mesmo que a caracterização de um *ethos* seja como doente, isso não pode ser diretamente vinculado a um déficit de capacidade; pelo contrário, como adverte Foucault (1975). Ser normal não significa, necessariamente, ser ouvinte e saudável. Ademais, o desvio, a falta e a incapacidade não se constituem sozinhas: é o olhar do Outro que vê o sujeito enquanto tal e assim o classifica. Os *ethé* que os pares constroem sobre um sujeito não são, necessariamente, as imagens que o próprio sujeito tem de si.

Conforme abordado na análise dos imaginários sociodiscursivos do *Jornal Visual*, o telejornal fundamenta todos os enunciados a partir da projeção de um *ethos* de instância jornalística especializada em inclusão, se mostrando apta e credível para tratar do tema da surdez e de outras minorias. A recorrência plena nas narrativas jornalísticas também ocorre na caracterização da Libras como sistema comunicativo dos surdos, seja pela presença da intérprete no vídeo ou pela argumentação durante a reportagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISÃO MACROANALÍTICA SOBRE OS CORPORA

Nos tópicos anteriores do terceiro capítulo, analisamos os imaginários sociodiscursivos da dimensão verbo-icônico das 12 reportagens do *Jornal Visual*, os imaginários percebidos pelos respondentes do questionário. Em seguida, foi realizada a investigação contrastiva entre os resultados obtidos no *corpus* 1 e 2.

Como abordado no item 3.1, as 12 reportagens do *Jornal Visual* projetaram 26 imaginários sociodiscursivos da surdez, os quais podem ser organizados, para fins de simplificação didática, em sete macrotemas, a saber: telejornalismo inclusivo, Libras como sistema comunicativo, deficiência, superação, competência, diferença e doença.

A tabela 29 apresenta o percentual de incidência de tais imaginários veiculados pelo *Jornal Visual* nas matérias telejornalísticas, considerando a quantidade total de 12 notícias e reportagens.

| <b>Imaginários sociodiscursivos do <i>Jornal Visual</i> nas 12 matérias do <i>corpus</i> 1</b> | <b>Percentual de incidência</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Telejornalismo inclusivo                                                                       | 100%                            |
| Libras como sistema comunicativo                                                               | 89%                             |
| Deficiência                                                                                    | 17%                             |
| Superação                                                                                      | 50%                             |
| Competência                                                                                    | 58%                             |
| Diferença                                                                                      | 33%                             |
| Doença                                                                                         | 25%                             |

TABELA 29 – Imaginários sociodiscursivos projetados pelo *Jornal Visual*

Em todos os enunciados do *Jornal Visual*, há a projeção do *ethos* de telejornal inclusivo, o qual está ancorado na mostraçã da Libras como sistema comunicativo dos surdos. Contribui para essa ampla exposição a presença da intérprete no vídeo durante 89% do tempo médio das informações acerca da surdez.

Nos discursos das reportagens, predomina a concepção do surdo como competente em 58% das emissões. A exibição e a construção narrativa de casos de superação estão em metade das abordagens. A surdez enquanto diferença constitui 33% do conteúdo exibido. O telejornal projeta-se como autorizado a comunicar sobre surdos e, para tanto, opta pelo enquadramento dos surdos como competentes e capazes de superar as barreiras comunicativas.

Amplamente difundidas na esfera social, as noções de doença e deficiência são ofuscadas nas matérias, em prol do estabelecimento de discursos de resistência a favor da surdez alicerçada pela língua de sinais. Percentualmente, a associação da surdez como doença compõe 25% e como deficiência, 17%.

No item anterior, discutiu-se como foi a produção de novos sentidos pelos telespectadores em cada uma das sete notícias e reportagens a que foram expostos. Em uma perspectiva generalista, no grupo de telespectadores surdos, o cálculo da consonância dos imaginários sociodiscursivos recebidos revela que eles se dividem entre compreender o surdo como igual (18%), inteligente (16%) e normal (13%).

A tabela 30 traz – resumidamente – a percepção dos telespectadores diante de sete das 12 matérias do *Jornal Visual*<sup>83</sup>.

| <b>Imaginários sociodiscursivos dos participantes da pesquisa</b> | <b>Percentual de incidência</b> |
|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Deficiência                                                       | 17%                             |
| Diferença                                                         | 18%                             |
| Igualdade                                                         | 18%                             |
| Normalidade                                                       | 21%                             |
| Anormalidade                                                      | 8%                              |
| Doença                                                            | 11%                             |

TABELA 30 – Imaginários sociodiscursivos percebidos e relatados pelos telespectadores diante do conteúdo do *Jornal Visual*

A construção do *Jornal Visual* do surdo como competente e capaz de vencer na vida é entendida, de forma preponderante, pelos telespectadores surdos como formas de retrato de igualdade, inteligência e normalidade. No instante em que os receptores do telejornal reconhecem essa construção midiática de exaltação das competências, o programa consolida, de certo modo, o projeto de criar discursos de resistência sobre a surdez.

Contudo, apesar de o telejornal tentar silenciar saberes do campo da doença e anormalidade, os sujeitos compreendem os enunciados como tendentes a tal. Em 11% das informações recebidas, os surdos participantes da pesquisa entenderam que a surdez foi tratada a partir da ótica da doença; em 8% dos casos, eles compreenderam as abordagens do *Jornal Visual* como mostraçã

<sup>83</sup> Para conhecer mais como foi o recorte do *corpus 1* apresentado aos telespectadores no questionário on-line, vide Capítulo 2.

anormalidade. Isso significa que, em alguns casos, mesmo sem o programa da TV Brasil pretender construir os *ethé* dos surdos como doentes e anormais, os telespectadores surdos acessam e reconhecem traços dessa memória discursiva socialmente partilhada.

Os participantes não-surdos compreenderam os imaginários sobre as matérias televisivas de outra forma que o primeiro grupo. A concepção de normalidade predomina na interpretação dos enunciados com 21%, seguida das noções de igualdade (18%) e diferença (18%). Ao contrário dos respondentes surdos, a anormalidade não é identificada nas notícias e reportagens.

A evocação de imaginários sociodiscursivos da surdez pelo *Jornal Visual* se fundamenta, basicamente, no uso da ficcionalidade colaborativa e (re)significação de saberes de conhecimento da experiência do vivido para a construção midiática de surdos heróis do cotidiano. A estratégia de criar a resistência discursiva pela exaltação de personagens “exemplos de vida” surte os efeitos pretendidos dentre os telespectadores não-surdos. Eles relataram estarem mais abertos para a compreensão da diversidade humana e passaram a acreditar mais na necessidade de aprenderem a Libras para se comunicarem com os surdos, em que a cultura majoritária se volta para a minoritária. Contudo, após a recepção das mensagens do telejornal, os surdos participantes da pesquisa abandonaram a convicção de que a língua de sinais sozinha seria suficiente para garantir-lhes a educação, o convívio social, acarretando na mudança de visão que alertou para a exigência do português como língua necessária para a integração social.

A divergência de interpretação e posicionamento entre os grupos é natural e esperada, uma vez que os sujeitos não compartilham do mesmo ambiente cultural e linguístico. Conforme visto no início do Capítulo 3, os telespectadores não-surdos traziam mais experiências dentro do universo da surdez do que por intermédio da mídia televisiva especializada, como é o caso do *Jornal Visual*.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o telejornal consegue projetar parte dos efeitos pretendidos em meio ao público investigado, exercendo relativa influência sobre a visão dos telespectadores a respeito da surdez. O programa procura desmistificar a imagem do surdo como doente, anormal e coitadinho por meio do silenciamento parcial desses imaginários sociodiscursivos, da construção enunciativa e narrativa de competências e superação de barreiras dentre os surdos

retratados, assim como da mostração e criação midiática de heróis anônimos do cotidiano, exemplos a serem seguidos.

O fortalecimento da imagem do telejornal enquanto acessível e inclusivo o torna credível perante o público para que consiga fazer com que os Tu-interpretantes pensem na mesma linha das argumentações construídas nas matérias. Todavia, os sentidos projetados nem sempre cumprem a função esperada, como revela a análise empreendida no item B do Anexo 3. Diante das informações do *Jornal Visual*, os não-surdos passaram a ser mais tolerantes quanto à abertura para a diferença da surdez e à necessidade de aprendizado da Libras por eles. Pelo viés contrário, os telespectadores surdos mudaram de opinião e, mesmo assistindo a construção midiática de personagens competentes e bem sucedidos por meio da língua de sinais, eles passaram a acreditar que deveriam sim aprender o português para se desenvolverem e se adaptarem à sociedade.

Os posicionamentos antagônicos dos grupos após assistirem as notícias e reportagens do telejornal apontam também para a complexidade da comunicação midiática. O dissenso entre os grupos, relatado acima, indica a existência de ruídos na comunicação entre o telejornal e os Tu-interpretantes surdos, demandando duas breves considerações a serem feitas a seguir.

Primeiramente, compete lembrar que o *Jornal Visual* é produzido, de forma compósita, por não-surdos e os enunciados são traduzidos para a Libras. A comunicação do programa é pensada e direcionada para a estrutura sujeito-verbo-objeto da Língua Portuguesa e não tópico-comentário da Libras. Ademais, os padrões que regem a construção da mensagem midiática desse telejornal são os mesmos da linguagem telejornalística empregada em outros noticiários da TV Brasil ou de emissoras comerciais concorrentes. A baixa incidência da temática da surdez no *Jornal Visual*, cerca de 10% das edições, denota ainda que ele não é concebido para se comunicar prioritariamente para surdos que sinalizam (os repórteres sequer enunciam em Libras); trata-se, portanto, de uma adaptação de notícias e reportagens para a língua de sinais. Diante desses relevos, o telejornal parece se comunicar melhor com seus pares, os não-surdos, uma vez que eles estão mais acostumados com os modos de construção das narrativas e de encadeamento das imagens.

No âmbito da recepção, deve-se ressaltar que a maioria dos telespectadores surdos indicou desconhecer os telejornais em língua de sinais. Esse

dado sinaliza que esses receptores não constroem os mesmos *ethé* para o telejornal tal como o fazem os não-surdos, o que pode acarretar a ruptura da imagem prévia do *Jornal Visual* enquanto veículo jornalístico isento e imparcial. As mensagens do noticiário podem não parecer tão “verdadeiras” aos surdos quanto ao outro grupo, o qual já possui os olhares formatados para telejornais de outras emissoras e facilmente reconhece os elementos do contrato midiático da informação televisiva.

O segundo aspecto é que os Tu-interpretantes surdos não se dão por convencidos com os saberes evocados pelo telejornal nas matérias. Nesse âmbito, questionamos se a tradução dos enunciados para a Libras tem sido efetiva; se a não formatação do olhar para a mensagem telejornalística atrapalha na recepção; se esses sujeitos estão menos propensos a repensarem os saberes acessados a partir da recepção de imaginários sociodiscursivos expostos midiaticamente. Tais indícios não integram os objetivos de análise da presente tese, demandando novos estudos acerca da recepção da informação televisiva direcionada para telespectadores surdos. Os resultados trazidos por nossa pesquisa anterior (FIGUEIREDO, 2008), já assinalavam para o desafio do telejornalismo se reinventar enquanto linguagem para abarcar as potencialidades e particularidades da comunicação espaço-visual.

## PARTE III: DECORRÊNCIAS DAS ANÁLISES

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas Partes I e II desta tese, discorreremos sobre as teorias e métodos para a análise da produção e recepção televisiva e adentramos no universo de investigação da comunicação dada entre o *Jornal Visual* e parte dos interpretantes do telejornal (os participantes da pesquisa).

A partir desses apontamentos, propomos, nesta Parte III, reflexões sobre e partir dos dados analisados até então. Interessa-nos aprofundar um pouco mais sobre a forma de concepção espetacularizada das “narrativas de vida”, enquanto gênero inserido na materialidade dada na televisão, e os intercâmbios de opinião e imaginários no telejornal bem como de parte dos telespectadores. Cabe observar que, para a análise dos fenômenos pretendidos na presente seção, faz-se necessário adentrar em mais algumas reflexões teóricas.



## CAPÍTULO 7 – AS NARRATIVAS DE VIDA MEDIADAS PELA TV

No presente capítulo, discutimos, alicerçados nos dados analisados no Capítulo 5, como os testemunhos do vivido pelos surdos se transformam em narrativas de vida midiáticas, as quais passam a ser encenadas pelo telejornal e atuam como projeção de saberes simplificados e parcialmente recorrentes de “como o surdo deve viver e se relacionar” com os não-surdos e com o mundo. Tais narrativas foram utilizadas como estratégia de captação e de credibilidade pelo *Jornal Visual* em metade das notícias e reportagens analisadas na presente tese. Consideramos que oferecer apenas uma visão do que é ser surdo e um modo de se viver dentro da cultura surda pode atuar negativamente na esfera social, tendo em vista que oculta a diversidade da cultura surda, veiculando apenas um caminho para que o surdo possa se emancipar.

A busca empreendida pelo telejornal por retratar o surdo como competente e capaz de superar as adversidades, acaba por também veicular discursos perpassados por imaginários sociodiscursivos ancorados na ideologia da superação. Em nosso entendimento, essa ideologia reconhece a violência sofrida pelos surdos no passado e na atualidade, instituindo a necessidade do corpo e do sujeito serem úteis para a sociedade, onde o trabalho e o estudo contínuos não atuam para a emancipação do surdo, mas sim compactuam com a sua inserção no sistema social de consumo de mercadorias simbólicas ou físicas.

A narrativa de vida é conceituada aqui enquanto gênero, a partir dos pensamentos de Machado (2012, p. 200). Nessa ótica, as produções que trazem as narrativas de vida são marcadas por “diálogos internos entre o narrador e as outras vozes que atravessam os seus ditos”. A supracitada autora afirma que esse gênero pode ser considerado uma estratégia discursiva e também uma estratégia argumentativa, sem imputar, necessariamente, uma solução imediata que requisite a tomada de opinião por parte do receptor. Na narrativa de vida, o que se busca é “dar ênfase à vida de um ser real”, explica Machado (2012, p. 202).

No que concerne discurso testemunhal, nos filiamos às ideias de Amossy (2007), em que o ato de testemunhar busca gerar os efeitos de isenção de subjetividade. Em uma relação controversa, essa tentativa de estabelecer uma narrativa factual carrega em si um processo de simbolização e transmissão de

efeitos visados de emoção do que foi experienciado, sendo marcada por uma dimensão ficcional. “A passagem do vivido para as palavras deve permitir que o outro possa compreender e sentir uma experiência que transgride a regra de verossimilhança, de modo espantoso”, atenta Amossy (2007, p. 255).

No caso do *Jornal Visual*, o enfoque de metade das reportagens é o enquadramento de surdos reais em situação de convivência, trabalho, amizade e superação. Os relatos de personagens<sup>84</sup> nas reportagens, como a da surdo-cega Suely e do instrutor de Educação Física Bruno, se fundamentam na mostraçã de casos de sucesso e se alicerçam, implicitamente, nos dramas pessoais e sociais vividos no passado por esses sujeitos.

Ao mediatizar tais narrativas de vida, os testemunhos do real transportados para o discurso jornalístico atuam no sentido de informar, gerando credibilidade ao telejornal, mas também no sentido de seduzir e persuadir o interpretante, procurando estabelecer determinada cumplicidade cultural, esta fundamentada na troca de sentimentos e experiências que poderiam ser solucionadas, preponderantemente, pela Libras. Na exaltação de relatos de sucesso dos surdos vitoriosos, reconhece-se – como pano de fundo – o preconceito que permeia a temática da surdez na sociedade brasileira.

Com base na concepção charaudeana de que o discurso é formado por um lado explícito incompleto e um implícito, podemos considerar que, ao mostrar as competências e habilidades dos surdos nos papéis de heróis da vida, ao mesmo tempo, o *Jornal Visual* coloca em voga a questão da marginalização destes sujeitos: para que o dizer de superação se estabeleça, os enunciados resgatam também traços de vitimização das personagens, reconhecendo as histórias de violência e opressão. De forma correlata, as narrativas de vida também atuam como um discurso que poderia hospedar imaginários de um ideal do brasileiro e da família: trabalhador, amigo, digno e feliz.

---

<sup>84</sup> O termo refere-se ao jargão jornalístico que considera os entrevistados das reportagens na posição de fonte da informação.

### 7.1. A violência como alicerce de narrativas de vida

Os imaginários sociodiscursivos da violência variam de acordo com a conjuntura sócio-histórica e com a cultura, não existindo uma definição estática. Isso significa que o fato do *Jornal Visual* remeter, como pano de fundo nas matérias jornalísticas, a casos de opressão vividos pelos surdos no passado, não imputa necessariamente tal visão aos receptores contemporâneos, pelo menos ao que nos parece, uma vez que as representações são fluídas e contrastadas a cada embate discursivo, podendo sobreviver certos traços ou não. Dito de outro modo, a violência sofrida por gerações passadas pode não ser vista da mesma forma na contemporaneidade porque os referenciais sobre ação e a vitimização se alteram.

Assim sendo, o fenômeno da violência não é estático, tendo em vista que se revela no pensamento da sociedade civil e na opinião, se materializando nos discursos, explica Wieviorka (2005). Esses fatores são determinantes para que a emergência da vítima varie conforme a conjuntura sociohistórica. Segundo este autor, a violência ocorre por dois vieses: em uma dimensão *macro*, a qual está vinculada às transformações mundiais e suas consequências para o Estado e a violência, assim como uma instância *micro*, relativa à subjetivação da violência. Para Wieviorka (2005), pesam sobre a experiência vivida as modificações geopolíticas contemporâneas e a dissolução do papel do Estado como protetor dos direitos sociais, mas esses fatores não determinam automaticamente as condutas dos sujeitos. Nessa ótica, a violência varia tal como as representações a ela ligadas, nas quais a legitimidade pode ser fato cultural e social.

Wieviorka (2005) considera que o significado da violência do ponto de vista global da comunidade é mais importante do que o sofrimento, o traumatismo e as dificuldades particulares das vítimas. A explicação para tal afirmativa está na concepção de que, na condição de vítima, o crime seria insuportável. Ademais, a vítima não existiria por sua contribuição à ordem social; seu sacrifício deveria parecer um anseio que não poderia ser recriminado pelos outros, aponta o autor. Quando Estado é constituído, a justiça define a pena, o lado 'civil' é menos importante que o 'penal'. Assim, a vítima delega ao Estado/Justiça a reparação de cuidados.

A emergência da vítima como objeto específico de políticas públicas aparece ao final do século XIX como um aspecto do Estado-providência, em uma medida para conter o risco, afirma Wieviorka (2005, p. 84). É a partir dos anos 1960 que a publicização midiática confere condição identitária para a vítima. O interesse pelas vítimas, nesse período, seria orientado pelo sentimento de dar solução para tratar o delinquente ou reinseri-lo socialmente. No entendimento do referido autor, a mostração das vítimas no espaço público marca mutação das instituições sem fronteiras entre público e privado; e transforma uma categoria invisível. Com isso, a “invenção da vítima” é ancorada em carências, abandono da política e decomposição do Estado e dos sistemas políticos e jurídicos. Na surdez, a nosso ver, seria uma dupla opressão: da deficiência como doença; da vítima que deve ser tratada.

Todavia, essa aparição social da condição de vítima possui papel identitário dos sujeitos. Conforme Wieviorka (2005), na propagandas da violência, as vítimas se descobrem, se reconhecem como tais, ao limite como sobreviventes. A nosso ver, esse é o estado inicial para projeção do *ethos* de superação que circula nos discursos do *Jornal Visual*.

Na contemporaneidade, Wieviorka (2005) vê que o Estado não é mais a garantia última que protege da violência, da desordem e do caos. A lacuna deixada pela ação do Estado abre espaço para uma tendência crescente de apelo ao direito. Nesse processo, a mídia ecoa as reivindicações, aprofundando a desinstitucionalização e a perda de confiança no Estado e na classe política. A imprensa cria, portanto, a imagem de mundo sem controle, em que os sujeitos são colocados diante da questão: seríamos incapazes de participar da vida social por nós mesmos? No caso do *Jornal Visual*, pode-se considerar que esta mídia desempenha o papel que competiria ao Estado na busca pelo respeito aos direitos dos surdos previstos na legislação, exibindo, como pano de fundo, as marcas de violência sofridas pelos sujeitos.

Nessa dinâmica, a vítima é, para Wieviorka (2005, p. 99), a pessoa que deve ser protegida de um mundo “perigoso”: “L’émergence de la victime signifie aussi la reconnaissance publique de la souffrance endurée par une personne

singulière ou par un groupe, de l'expérience vécue de la violence subie”<sup>85</sup> (WIEVIORKA, 2005, p. 100). Enquanto reconhecimento público do sofrimento anterior, a condição de vítima varia histórica e socialmente. Por exemplo, os descendentes de surdos educados no sistema tradicional de ensino não manifestam necessariamente as mesmas demandas de reconhecimento.

Ao considerarmos, com base em Wieviorka (2005), que ser sujeito é construir sua experiência pessoal, a vítima se define a partir dos traços do que lhe é privado, destruído. Na surdez, a “privação” ao mundo oralizado (vista pelo ouvintismo) fortalece a comunicação espaço-visual. Ao ser vítima da deficiência surdez, da prática “ouvintista”, o sujeito pode se fortalecer na Libras e passar a se definir como aquele que superou as barreiras. Isso não determina que os surdos devam viver a violência para se constituírem; trata-se de um processo de dessubjetivação que culmina na necessidade deste sujeito se reinventar. Contudo, a temática das vítimas faz o jogo das lógicas de autodestruição: ser vítima é se trancar na impotência ao invés de se constituir em ator, considera Wieviorka (2005).

A presença da vítima obriga a história oficial a se abrir e a se transformar; encoraja os responsáveis a reconhecerem os erros; cria resistência discursiva à versão oficial que silencia a existência das vítimas.

Les victimes peuvent exercer une pression sur l'histoire, non pas pour l'enrichir ou la rectifier, mais au contraire pour lui interdire de formuler certaines questions, ou lui signifier certaines limites, concurrent alors les historiens, en s'appuyant sur la légitimité immense qu'apporte la barbarie subie<sup>86</sup> (WIEVIORKA, 2005, p. 107)

A visibilidade das violências sofridas é condição essencial para a emancipação dos sujeitos da condição de sofrimento, combatendo as versões e clamando pelos direitos negligenciados.

Ao contrário do que se pode imaginar, a violência não é condição para o silêncio; ela pode ser a ocasião para o ator se exprimir, declara Wieviorka (2005, p.

---

<sup>85</sup> “A emergência da vítima significa assim o reconhecimento público do sofrimento suportado por uma pessoa singular ou por um grupo, da experiência vivida da violência sofrida”. (Tradução nossa).

<sup>86</sup> “As vítimas podem exercer uma pressão sobre a história, não para a enriquecer ou a ratificar, mas, ao contrário, para proibir de formular certas questões ou para lhe significar certos limites, concorrendo com os historiadores, contando com a imensa legitimidade que a barbárie sofrida lhes confere” (Tradução nossa).

223). Assim, o discurso da superação da surdez se fortalece na ‘mudança’ social, calcada no imaginário que reconhece a opressão dos surdos, em que a Libras é apontada como o caminho para não se repetir os erros do passado.

Do mesmo modo que a violência força o sujeito a constituir outras identidades, essa ação funda senso de pertencimento a uma comunidade suscetível de ser convencida. Em nosso entendimento, a ideologia da superação: contesta traços do mito da incapacidade da deficiência; refuta o sofrimento passado, mas reafirma um traço identitário do não ouvir; nega a deficiência, porém busca ser “normal”, conforme os modelos ouvintistas que silencia para a formação identitária; procura os padrões de vida desejados para os não-surdos, quais sejam, trabalhar, estudar, comunicar plenamente, ter amigos, ser feliz.

A violência exercida sobre os surdos cria um *sujeito flutuante*, na acepção de Wieviorka (2005), em que ele é dessubjetivado e pode se refugiar na perda de sentido, na dessocialização e numa socialização inédita, no seio de novos meios políticos e culturais.

Le sujet flottant peut être informé par un vif sentiment d’injustice, de non-reconnaissance, qui exacerbe le désarroi ou la colère et se transforme en violence du fait d’un simple événement venant montrer comment il est nié ou interdit, et souligner la discrimination sociale ou raciale vécue<sup>87</sup> (WIEVIORKA, 2005, p. 293).

Com isso, a violência é, ao mesmo tempo, destruição e fundação do sujeito, momento ou elemento na formação de sua construção pessoal. No âmbito da surdez, a violência simbólica da discriminação linguística, cultural, social e histórica funda outro sujeito surdo, a partir da experiência vivida.

Desse modo, a condição de vitimização sustenta a passagem para o *ethos* de superação. O *sujeito flutuante* que foi oprimido pela sociedade passa a constituir a identificação de herói pela Libras, exaltando que venceu as adversidades impostas pela sociedade. Enquanto fenômeno multiforme, a violência pode atuar como libertadora ao sujeito, saindo do ostracismo para a emancipação.

---

<sup>87</sup> “O sujeito flutuante pode ser informado por um vivo sentimento de injustiça, de não reconhecimento que se exacerba no desespero ou cólera e se transforma em violência pelo simples fato de um simples evento que venha mostrar como ele é negado ou interditado e sublinha a discriminação social ou racial vivida”. (Tradução nossa).

Os surdos personagens da TV Brasil mostram o orgulho de terem vencido na vida, de serem felizes, de participarem ativamente da família, do trabalho e de se relacionarem socialmente. Para tanto, remetem – implicitamente – a sofrimentos passados quando ainda não eram vencedores. Cabe pontuar que as reportagens evidenciam que os surdos se superam por vontades e méritos próprios ou de pessoas próximas, como os familiares. Assim, o *Jornal Visual* reconhece a violência sobre os surdos e questiona a eficácia das práticas educacionais, as quais podem ser entendidas como pouco significativas para o fortalecimento de sentidos de identificação marcados pela diferença comunicativa.

De forma subliminar, o telejornal cria modelos, com certos traços estáveis e recorrentes, de como o surdo deve viver e indica: aquele surdo que não utilizar a Libras não irá progredir na vida. Por exemplo, este é o caso das reportagens “Narrativa de vida de Suely”, “Aulas de judô na Rocinha”, “Formatura do curso de Pedagogia Bilíngue” e “Documentário Dois Mundos”. Nas entrelinhas das narrativas de vida, estão presentes valores cristãos e preceitos morais que ainda embutem – em uma relação de poder revelada no discurso informacional – o modo certo do diferente se constituir como sujeito e viver em sociedade.

### **7.1.1. A televisão como espetáculo**

As narrativas de vida dos surdos, presentes no *Jornal Visual*, são reflexos da espetacularização da sociedade contemporânea, em que a realidade em si e a criação de laços entre os sujeitos são substituídas pela representação midiática. O acesso a saberes sobre a surdez e a modelos de vida se dão, assim, não no plano da própria realidade, mas em um recorte icônico dado nos enunciados jornalísticos do referido programa.

O conceito de espetáculo é pensado aqui a partir de Debord ([1967] 2000). Na década de 1960, quando o autor desenvolveu a teoria, a sociedade estava perpassada pelo consumo furtivo de imagens que ofuscavam a realidade vivida. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”, afirma Debord ([1967] 2000, p.

13). Assim, as relações entre os sujeitos passaram a ser intermediadas pelas mensagens e imagens dos meios de comunicação em larga escala. A inserção da mídia na sociedade leva, segundo este autor, a uma abdicação dos acontecimentos da vida para um consumo e vivência de aparências, modelos e mercadorias.

O fenômeno analisado por Debord é a dimensão perceptível de uma manifestação social que insere o indivíduo (anônimo e solitário) em meio à massa. A mídia, então, não é, em si, a propulsora do espetáculo que a sociedade vive, mas reflexo da aparência que confere sentido de unidade para uma sociedade vista como segregada e dilacerada. O espetáculo não é o próprio conjunto de imagens trazidas pela mídia: trata-se da relação social entre as pessoas, que passou a ser mediada por imagens, diz Debord. Na perspectiva do autor, o consumo e as imagens midiáticas passaram a substituir os diálogos face-a-face, produzindo um distanciamento entre os sujeitos. Sem fronteiras demarcadas, o espetáculo condiciona e é condicionado pela realidade: real e ficcional se imbricam, projetando modelos de como o sujeito deve ser e viver, tendo em vista uma vida idealizada e sonhada.

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como sendo o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui (DEBORD, [1967] 2000, p. 18).

O telespectador, diante das imagens midiáticas, se coloca como espectador da vida que os outros vivem por ele. Há uma projeção de ideais e expectativas. Em obra posterior, Debord (1988) retoma a discussão sobre a sociedade do espetáculo e reconhece que o domínio do espetáculo passou a ser o elemento agregador da sociedade. Com isso, um acontecimento não noticiado pela mídia deixa de ser credível e visto como verdadeiro pelos telespectadores. A realidade somente se torna válida pela mediação midiática, a qual passa a ter o poder de dar existência aos fatos do mundo.



Em suma, a televisão não é consequência direta da evolução histórica da imagem ou uma mera transmissão de imagens: ela é parte de um processo social mais amplo e complexo: a sociedade do espetáculo, da mercadoria. Desse modo, as imagens passam a mediar a relação do homem com o mundo. O espetáculo debordiano está presente em todos os campos da vida humana, seja na política ou cultura, os quais também se baseiam na relação espectador e ator e a imagem, como mediadora, é determinada pelos proprietários da sociedade.

Na concepção de Jappe (2005, p. 255), o espetáculo não pode ser entendido como “um abuso do mundo visível, produto das técnicas de difusão massiva das imagens”. A televisão não é a própria faculdade visual e a estrutura da imagem enquanto tal, bem como a forma de seu consumo: a TV está imersa dentro do espetáculo e se configura como caso particular dentro de uma lógica mais ampla. Nesse sentido, para nós, é importante entender a relação social entre indivíduos e a relação entre indivíduo e o mundo, bem como a analisar a televisão não como uma mera estrutura que veicula imagens.

Os surdos, quando passam a serem representados como personagens nas reportagens televisas, não são meros exemplos ilustrativos da narrativa desenvolvida pelo discurso jornalístico: eles passam a ser referenciais de padrões de ser e viver, os quais são consumidos pelos telespectadores. O ato de assistir TV não é, portanto, uma contemplação passiva de imagens de mundo, mas recepção crítica que interfere no modo como os sujeitos conhecem o mundo e passam a representá-lo, o que pode culminar na projeção de ideais e modelos de vida semelhantes aos presentes nos programas televisivos.

A concepção de sociedade do espetáculo de Debord, tendo a mídia como plano perceptível, ainda são pertinentes para se pensar a mediação dada pelos meios de comunicação em larga escala. Todavia, a noção foi estabelecida em uma época na qual a televisão estava no início ou se aplicavam ao rádio somente. Para Jappe (2005),

Em meio ao início das transmissões em preto e branco, com canais de posse do estado e quase sem a presença da publicidade, que foram concebidas *as análises mais apocalípticas a respeito do impacto da tevê sobre a sociedade e a vida cultural, social política e familiar* (JAPPE, 2005, p.263: grifos do autor).

Na atualidade, Jappe (2005) considera que as críticas sobre a televisão desapareceram e isso se deve ao sucesso do espetáculo. As mudanças sociais da mídia somente são reconhecidas, segundo o autor, por quem presenciou a fase de transição, vivendo anteriormente em uma sociedade sem tevê; para os demais, o espetáculo se apresenta como algo natural.

Cabe notar que não foi a invenção dessa forma de comunicação que criou a sociedade do espetáculo. A tecnologia foi influenciada diretamente pela sociedade que a determinou, carregando aquilo que Jappe (2005, p. 264) denomina de “antigos males”: “uma sociedade que pôde inventar a televisão e fazer dela o supremo feitiço estava já evidentemente podre e isto aconteceu porque era a continuação de outras sociedades inconscientes em si mesma”

Conforme o autor, a alienação diante da TV seria o reflexo de formas de alienação presentes na sociedade, tal como o encontro de pessoas ao redor da mesa de almoço familiar. Jappe (2005) exemplifica que agora a televisão passa também a fazer parte desse momento, desviando os olhares de todos e ‘impedindo’ o relacionamento entre os membros da família. Porém, ‘olhares desviantes’ podem indicar a impaciência das pessoas em ouvir os relatos de guerra do avô ou dos pais sobre o trabalho e outras queixas.

A problemática da TV e a consequente crítica de Debord ([1967] 2000) se instaura na contemplação passiva, no consumo furtivo de imagens e mercadorias, no olhar imóvel e inerte, no olhar somente pelo olhar.

Se Debord disse que tudo é espetáculo, foi pelo fato de que tudo, da política ao tráfico, das cidades à cultura, tende a produzir e reproduzir o indivíduo isolado, portanto, massificado, que se encontra em um estado de completa impotência diante do mundo que, na verdade, é o resultado de suas ações. Ele não faz outra coisa senão olhar este mundo, portanto, ser um espectador (JAPPE, 2005, p.266).

A inércia das pessoas diante do mundo midiaticizado, a contemplação diante da TV, seria o resultado de uma ordem social que vive graças à passividade, sendo esta imersa na lógica da mercadoria, na acepção marxiana do termo.

A televisão é, assim, uma mercadoria que propaga estilos de vida propostos para um aumento do consumo, explica Jappe (2005, p. 269): “o espetáculo do qual fala Debord é um estágio no desenvolvimento da mercadoria”. Nesse âmbito, cabe retomar o conceito de “fetichismo da mercadoria” proposto por

Marx ([1867] 2005): o homem está inserido numa sociedade norteada pela mercadoria e a produção está voltada para o seu valor de uso e não para o seu conteúdo. O sujeito deixaria de ser o homem, passando ao estado de valor e mercadoria, dinheiro e capital, mercado e concorrência. Contudo, nem toda sociedade se configura como uma sociedade da mercadoria haja vista que “a mercadoria não é uma entidade supra-histórica, como o “bem” e o “produto”, mas uma determinada forma histórica deles”, afirma Jappe (2005, p.268).

Em um paralelo da sociedade do espetáculo como sociedade da mercadoria, Jappe (2005), entende que o sujeito é relegado ao papel de espectador: ao homem contemporâneo, reduzido ainda mais em seu interior, cabe a contemplação e se fazer governar por essas forças.

A televisão é, portanto, uma espécie de apogeu da sociedade da mercadoria não somente porque faz vender, mas porque potencializa a estrutura fundamental da sociedade moderna: a contemplação inerte, isto que o homem criou sem sabê-lo e igualmente sem querê-lo (JAPPE, 2005, p.269).

Para o autor, a mediatização da realidade levaria ao “empobrecimento da vida vivida”. Os meios de comunicação penetrariam, de modo quase que imperceptível, a mercadoria em cada esfera da vida. O desejo, por exemplo, antes vinculado somente a uma necessidade fisiológica, estaria agora relacionado a um produto (como a vontade de “beber Coca-Cola”). Não existiria uma esfera separada da mercadoria e do espetáculo subsequente.

Com isso, a espetacularização midiática condiciona a um processo em que a realidade se apresenta não mais como realidade, mas como uma imagem do mundo. “O mundo como mundo apresenta-se substituído por um modelo de mundo em uma escala reduzida que serve para aprender e interiorizar os comportamentos que se deve ter depois nos confrontos do mundo real” (JAPPE, 2005, p.272).

Thompson (1998) entende por outro viés o processo no qual os indivíduos passaram a preferir buscar informações diretamente nas mídias ao interagir com as pessoas ao seu redor. De acordo com este autor, o surgimento das mídias trouxe novas possibilidades de interação e relacionamentos sociais. Os meios de comunicação vistos como o próprio fim da humanidade no reino da contemplação passiva são encarados por Thompson como possível poder de transformação. Essa

abertura para novas formas sociais deve-se ao que Thompson denomina de “audiência criativa”, característica dos receptores que sabem reconhecer as influências e poderes da mídia e desfrutá-los em seu cotidiano até mesmo pelo que ele denomina de “ações à distância”. A representação midiática da realidade não se caracteriza como uma imposição sobre os receptores. Conforme discutimos no item 1.1.2, os enunciados proferidos pela televisão são apenas projeções em determinado jogo de expectativas. O receptor possui liberdade interpretativa diante dos percursos de leitura fornecidos pelo emissor.

Por meio do processo de “quase-interação mediada”, o fluxo de informação ocorre em sentido único, não exigindo do receptor uma resposta direta e imediata. Os meios de comunicação em larga escala disseminam mensagens no espaço e no tempo, fator determinante para existência infinita de uma gama de receptores potenciais. As formas simbólicas midiáticas, segundo Thompson (1998), não possuem receptores pré-definidos.

Nessa mediação da realidade, a estrutura interativa é fragmentada, com contextos e ambientes diferentes tanto na produção quanto na recepção. A televisão até pode adquirir características semelhantes às da interação face-a-face, porém, não consegue reproduzir o tato e o olfato, por exemplo, bem como ter um feedback imediato e contínuo acerca da recepção das mensagens.

A quase-interação televisiva cria uma experiência espaço-temporal descontínua:

Os indivíduos que assistem à televisão suspendem, até certo ponto, as coordenadas de espaço e de tempo do cotidiano e temporariamente se transportam para um diferente conjunto de coordenadas espaço-temporais; tornam-se viajantes no espaço e no tempo envolvidos numa transação com diferentes estruturas espaço-temporais e num intercâmbio de experiências mediadas de outros tempos e lugares com suas próprias experiências (THOMPSON, 1998, p.86).

A vivência mediada da realidade não significa, ao contrário do que pensa Jappe (2005), que há um condicionamento e uma recepção passiva e acrítica. De acordo com Thompson (1998), o espectador televisivo competente consegue transacionar por essas estruturas e retornar ao cotidiano, passando a se locomover através do mundo real e do imaginário. Diante um programa televisivo em andamento, o telespectador pode procurar por deixas simbólicas características a

fim de se orientar nas coordenadas de espaço e de tempo da mensagem e do mundo retratado nelas. A experiência cotidiana, com a presença da televisão, deixa de se limitar ao espaço físico, da interação face-a-face entre indivíduos localizados no mesmo espaço e tempo.

Diferentemente de um ato dialógico, o receptor frente à TV não se vê obrigado a mostrar se compreende ou não uma mensagem. Por um lado, ele pode se furtar da interação; por outro, suas respostas não alteram diretamente e nem imediatamente o conteúdo televisivo transmitido. Assim, atividades responsivas dos telespectadores são desconsideradas nesse contexto, mas a audiência destes é determinante para a sobrevivência da mídia, de modo que os receptores são tidos como espectadores anônimos (projetados) que devem ser agradados, persuadidos, entretidos e informados.

O desenvolvimento dos meios de comunicação em larga escala, além de proporcionar novas formas de interação, também cria novos modos de “ação à distância”, aponta Thompson (1998, p. 92): indivíduos agora podem “orientar suas ações para outros que não partilham o mesmo ambiente espaço-temporal e com consequências que ultrapassam de muito os limites de seus contextos e localizações”.

A apropriação das mensagens midiáticas se desenvolve por meio de processo que Thompson (1998) denomina de “elaboração discursiva”. Os enunciados televisivos são, por exemplo, comentados, clarificados, criticados e/ou elogiados pelos telespectadores, servindo de pano de fundo para a conversa cotidiana com os pares.

A mídia não se preocupa apenas em representar o real, envolvendo-se continua e ativamente na construção do mundo social:

ao levar as imagens e as informações para indivíduos situados nos mais distantes contextos, a mídia modela e influencia o curso dos acontecimentos, cria acontecimentos que poderiam não ter existido em sua ausência (THOMPSON, 1998, p.106).

Enquanto espetáculo, a televisão é a responsável pela mediação da realidade, fazendo circular socialmente acontecimentos e formas de interação que são recortadas e redimensionadas para o fluxo televisual. Os fatos da realidade e modelos de ser e de viver passam a constituir mercadorias simbólicas a serem consumidas pelos espectadores. Essa característica pode alterar a forma de

relacionamento entre os sujeitos e os modos destes conhecerem o mundo, os quais podem começar a desejar padrões de vida até, então, não esperados antes da veiculação pela mídia. Contudo, a circulação de imagens midiáticas não significa a adesão plena e acrítica por parte dos receptores.

Cabe pontuar que, no Brasil, a televisão está entre os principais meios de comunicação utilizados como referenciais de mundo. Contudo, a emergência de dispositivos múltiplos na *internet* tem esvaziado o poderio televisivo no sentido de encantar, catalisar e condicionar as pessoas, tendo em vista que os sujeitos agora pode escolher os conteúdos que desejam assistir e interromper os fluxos comunicativos a qualquer instante.

## **7.2. Narrativas de vida de surdos no *Jornal Visual***

Conforme debatido anteriormente, a televisão é a refração da transformação da sociedade em espetáculo, em que os recortes do real ganham a impressão de que a própria realidade está ali posta e quase tangível. Todo o conteúdo televisivo é, nessa ótica, um espetáculo por se tratar de uma representação da realidade, um jogo construído de imagens.

Na elaboração de uma reportagem telejornalística, uma das estratégias para gerar a adesão e persuasão dos públicos diante da TV é o retrato dos chamados personagens, pessoas entrevistadas que passam a compor os enunciados telejornalísticos para reforçarem a proposta de pauta da notícia e reportagem. Na televisão, o enquadramento de narrativas de vida ganham duas funções básicas: de um lado, atesta a credibilidade do dizer jornalístico, a partir do testemunho do vivido; por outro, projeta efeito de dramatização do real.

Na reportagem sobre a história de vida da surda e cega Suely, o *Jornal Visual* introduz o testemunho do vivido com narração oral do apresentador e tradução simultânea da intérprete:

Você já parou para pensar como um surdo e cego interage com o mundo? Você vai conhecer agora a história de Suely da Silva. surda e cega, *ela venceu todos os limites, driblando as dificuldades e rompendo as barreiras do som e da visão* (JORNAL VISUAL, 21 fev. 2011: grifos nossos).

O telejornal recorta a experiência vivida por Suely para uma dimensão dentro do discurso da superação. A escolha lexical evidencia isso: vencer os limites, driblar as dificuldades, romper as barreiras. A narrativa de vida resgata a história da personagem, enunciando que ela era surda e, aos 48 anos, ficou cega. Nesse ponto, o telejornal diz: “a superação veio com o apoio da família”, sendo reforçada pelo testemunho de Suely “minha filha sempre me deu a maior força”. Percebe-se que pergunta feita pela repórter retoma a história de vida de Suely, questionando-a para comprovar o caso de superação previsto na pauta. Ao mesmo tempo em que evidencia o apoio familiar, a reportagem resgata saberes de que o apoio governamental é insuficiente, quando Suely afirma: “O Brasil precisa de um centro de referência com profissionais especializados”. Suely é enquadrada como uma surdo-cega que venceu na vida, apesar da falta de apoio do Estado.

O exemplo de Suely coloca em cena a emergência do que Wieviorka (2005) denomina de *sujeito flutuante*. A violência simbólica, o preconceito e a falta de apoio do Estado fazem com o que o sujeito se funde em outras identidades, no caso de Suely, calcadas na competência. A surdo-cega que venceu as adversidades reconhece o passado de dificuldades e demonstra que saiu da condição de vítima. Para o telespectador, a visibilidade das violências sofridas pode atuar como condição de emancipação ou consumo de modelos de ser e de viver. Como efeitos imediatos, pode ocorrer uma sensibilização em prol da defesa dos direitos desta minoria representada midiaticamente.

A noção de espetáculo televisivo nos faz refletir que esse é um caso particular enquadrado e repercutido pela mídia, ou seja, uma projeção de um modelo de vida que pode não condizer com a realidade vivida pelos surdo-cegos brasileiros. Nesse aspecto, o retrato da narrativa de vida de Suely ganha estatuto de superdimensionamento das imagens da realidade, em uma mostra de um caso de sucesso aos demais telespectadores.

O gênero narrativa de vida também está presente na reportagem sobre atletas surdos que ensinam judô na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro. O

depoimento do professor não-surdo Eduardo Duarte enaltece que a aproximação de surdos e não-surdos ocorre pelo esporte:

Todo mundo tem aquele entendimento de que deficiente não. *Se ele pode, eu também posso. Então, começa a assumir essa superação, a quebrar várias barreiras. A gente quebra a barreira principal que é a da comunicação.* Então, é como eu falei. Não é por eles serem surdos que eles não vão aprender. É muito mais fácil. É fascinante (JORNAL VISUAL, 17 nov. 2010: grifos nossos).

O testemunho do professor revela o entendimento do telejornal ao mostrar casos de sucessos de surdos, os quais atuam como exemplos a serem seguidos pelos telespectadores, incentivando a interiorizar os comportamentos e ações mediadas pela TV para a utilização futura na realidade que vivem. Na descrição do *off 2* da matéria, o judoca Alexandre Soares é apresentado como o campeão olímpico que não mede esforços (como viajar duas horas de transporte público para comandar os treinos) para “ajudar a afastar jovens do mundo das drogas”.

O *ethos* do judoca é constituído das seguintes imagens: “campeão” que ganhou medalha nas Paraolimpíadas de Taiwan em 2009 e teve o esforço glorificado pelos cumprimentos do então Presidente da República (tal índice foi apresentado em foto); “voluntário” do projeto social; “vencedor” das barreiras comunicativas e de locomoção nas grandes cidades. Interessante observar que a mesma reportagem já mostra a transposição de estilos de vida, em que as ações do herói inspiram os demais alunos de judô: “na vida de Carolaine, de 11 anos, o exemplo de superação desses atletas ajuda a revelar a grande campeã”, diz o *off 3*.

Os dois trechos testemunhais, do professor que valida as ações do judoca e do atleta campeão olímpico que explica suas ações de voluntariado, reconhecem a existência de barreiras comunicacionais e a violência anteriormente sofrida por surdos nas práticas educacionais, o que teriam resultado no distanciamento linguístico entre surdos e não-surdos. Essa barreira é mostrada e o caminho oferecido para a superação é o esporte, visto como uma linguagem universal de integração dos sujeitos.

Na matéria acima, os saberes de conhecimento da experiência, dos relatos dos sujeitos, reforçam a credibilidade dos enunciados do telejornal. Os exemplos midiáticos projetam a possibilidade de superação dos surdos a partir do momento em que se reconhece a existência de barreiras comunicacionais (e,



intrinsecamente, as violências sofridas pelas outras e atuais gerações) e se vence tal adversidade com atitudes de esforço e dedicação, as quais são encontradas na prática esportiva. É necessário ressaltar que a reportagem coloca em cena uma inversão dos que necessitam de assistência: agora são os surdos os vetores de modificações sociais, auxiliando crianças e jovens em situação de risco na comunidade da Rocinha. Nas palavras do judoca e campeão Alexandre Soares, é um trabalho de “resgate da cidadania”.

Tal como na matéria da surda e cega Suely, o atleta surdo Alexandre é retratado na posição de *sujeito flutuante*, em que a violência social que perpassou teria sido necessária para a fundação de um outro sujeito, que se funda nas competências e habilidades que possui e não nas ausências impostas pelo ouvintismo.

Por outro lado, a reportagem sobre implante coclear mostra a ponderação da vitória daqueles surdos que optam pela comunicação oral-auditiva. O caso mostrado é o do jovem Guilherme, que recebeu o implante e vive a expectativa de “falar” dentro de dois anos de tratamento. Já na abertura da matéria, o telejornal pontua que “um mês depois do procedimento, o aparelho é ligado. Expectativa e emoção para toda a família” (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010).

Pelas informações passadas pelo telejornal, o jovem se aproxima de uma vítima que ainda não conseguiu romper com as práticas de violência advindas da imposição da comunicação oral-auditiva, como ocorre com as personagens Suely e Alexandre.

A passagem da repórter Roberta Napolis ratifica o olhar do telejornal para a realidade, enunciando que é relativa (e não deveria ser tão comemorada) a expectativa da família sobre o ouvir do jovem Guilherme:

Apesar do avanço da medicina, não há garantia de que o paciente implantado vá ter a audição totalmente reparada. grande parte da comunidade surda é contra a cirurgia. Isso porque muitos deles não veem a surdez como uma deficiência e sim como uma característica individual, que se perde com o implante (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010).

O *Jornal Visual* exemplifica assim não mais um caso de superação, mas uma realidade de opressão, em que o sujeito Guilherme é apresentado na “identidade surda incompleta”, nos termos de Perlin (2005), em que o sistema

ouvintista e a imposição do ouvir não permitem o estabelecimento de sentidos de identificação com outras faces da cultura surda e os surdos comunicantes em língua de sinais.

Essa refutação da condição de vítima oprimida pela imputação da necessidade de ouvir tende a reforçar os modelos de sucesso mostrados anteriormente, seja de Suely, que apesar da desassistência do Estado, conseguiu aprender a comunicar e conviver em Libras tátil ou do campeão de judô Alexandre, que busca a aproximação social pelo esporte.

Os estilos de vida exemplares continuam a ser o foco no telejornal. Na reportagem sobre a falta de intérpretes em faculdades, relata o caso de uma estudante Patrícia que ficou surda há cinco anos e não perde as esperanças de ser graduada no Ensino Superior, apesar das adversidades impostas pelo desrespeito à lei da acessibilidade. Dentre os caminhos apresentados para a superação e a conquista dos sonhos, estão: o ingresso em universidades e entidades que já possuem intérpretes, como é o caso da UFRJ e INES; a busca pela garantia judicial dos direitos não respeitados pelas universidades particulares que não possuem estrutura para o estudo de surdos que se comunicam em Libras. A passagem da repórter Tais Faccioli reforça a necessidade dos surdos procurarem seus direitos:

*Uma história que aconteceu aqui no rio pode dar esperança aos estudantes surdos. A Michele conseguiu na justiça a condenação da universidade que se negou a oferecer um intérprete de libras para que ela pudesse acompanhar as aulas do curso de Design de Joias (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010).*

A fala da repórter evidencia claramente a proposta do telejornal: mostrar casos de vitoriosos que podem ser seguidos pelos telespectadores, bem como denunciar, como pano de fundo, as situações de violência e desrespeito aos surdos.

Os três casos de sucesso mostrados trazem, para a cena midiática, *sujeitos flutuantes* que venceram as barreiras e a violência apesar do desamparo do Estado e do não cumprimento das leis que deveriam proteger a todos os cidadãos.

A formatura da primeira turma de Intérpretes em Libras e Português para surdos do INES representa o momento de glória para comunidade surda da qual o telejornal valida seus dizeres. Sobre a cerimônia de graduação, o repórter Eliseo Caetano, durante a passagem que valida o testemunho do vivido, diz: “uma conquista de muitos, um avanço para o país” (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010).

Essa mostração do real valida o pensamento de Wieviorka (2005) de que somente o reconhecimento social e público de uma coletividade oprimida permite a transgressão da identifica o de vítima para a condi o de vencedor.

A graduanda Renata Celino relata o momento experienciado, validando os enunciados do telejornal. Em Libras, ela sinaliza:

o pioneirismo deste curso de Pedagogia Biling ue no Brasil tem grande responsabilidade. Acredito na expansão do curso por todo o país, atraindo mais surdos para o ambiente universitário (JORNAL VISUAL, 31 dez. 2010).

Ao retratar a vitória na forma o dos surdos pelo INES, o *Jornal Visual* também acaba por reconhecer a violência nas demais instâncias sociais, convocando o Estado para a a o efetiva de emancipa o e garantia dos direitos das minorias.

Em contraste com os heróis surdos constituídos na comunica o espaço-visual, o programa telejornalístico em questão traz o retrato da vida do instrutor e surfista surdo, Bruno Menezes,  nico surdo oralizado com espaço de fala sem refuta o das experiências pela inser o na comunica o oral-auditiva. A reportagem enquadra o sujeito nas situa es de trabalho, namoro e família. A mostra o do vivido   aliada a testemunhos da experiência de familiares e amigos para validar a supera o: o surdo que trabalha, namora, convive com a família e amigos, enfim,   feliz.

A entrada da matéria já prepara e condiciona o olhar do telespectador para a situa o retratada:

Você vai conhecer agora uma *história de supera o*: a de Bruno Menezes. Com oito meses de idade, ele teve meningite e acabou *perdendo a audi o, mas encontrou no esporte* mais do que uma profissão, uma forma de unir toda a família (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011: grifos nossos).

No trecho acima, a supera o, retratada midiaticamente, só se estabelece a partir do reconhecimento inicial da uma violência provinda de doença que culminou na característica não ouvir e determinou a condi o de eterna necessidade de supera o do sujeito frente às adversidades comunicativas impostas. Tal como no exemplo do judoca Alexandre, a saída revelada para a supera o das barreiras está

no Esporte. A mãe da personagem, Cristina Lima, resume o ponto de vista diante do herói:

O Bruno, para mim, é uma alegria. É superação o tempo todo, é. Ele é um orgulho. Eu tenho muito orgulho dele porque está sempre me superando e superando ele (JORNAL VISUAL, 24 fev. 2011).

Interessante observar que o testemunho da mãe revela que as conquistas do filho sempre estão relacionadas a uma suposta dificuldade advinda da surdez, como se Bruno tivesse que se superar a todo instante para viver em sociedade. Os modelos e expectativas de vida são, então, aqueles impostos pela prática ouvintista: espera-se que o surdo aja e se comunique como os ouvintes para que tenha uma vida ‘normal’.

Os imaginários sociodiscursivos sobre a surdez projetados pelo *Jornal Visual* flutuam entre a mostraçõ de sujeitos que já saíram (ou estão em processo) da condição de vítima: ora se ancoram na superação individual e por esforço próprio apesar das falhas do Estado; ora no reconhecimento da existência de barreiras comunicativas, com a decorrente violência comunicacional e identitária, e a transposição por meio de práticas esportivas de integração social; ora na vitória que ocorre pela busca das garantias individuais e sociais, ou seja, na cobrança do papel do Estado em defesa dos direitos das vítimas; ora na vitória educacional de muitos quando os direitos sociais de igualdade são assegurados e o Estado oferece meios para o surdo se capacitar e emancipar.

Para que esses *ethé* se estabeleçam midiaticamente, é necessária a mostraçõ de testemunhos do vivido, os quais fortalecem as narrativas de vida dos heróis surdos retratados. É importante ressaltar que a mostraçõ midiática da vítima, como fundamentação para a constituição do herói, não trata, necessariamente, de uma condição negativa do surdo. Como atenta Wieviorka (2005), a publicização dos casos de violência e o reconhecimento público dos processos de vitimização são condições para que os sujeitos oprimidos sejam convocados a saírem desse *ethos* de vítima, se ancorando em outros referenciais sociais e culturais. A violência simbólica, social, histórica e cultural contra os surdos, nessa perspectiva, fortalece e abre espaço para a criação de outros sentidos de identificação, não mais atrelados fielmente às expectativas de quem oprime e silencia as diferenças.

Transportada para a reportagem televisiva, a narrativa de vida, enquanto gênero do discurso testemunhal, empresta sua força de credibilidade advinda dos saberes de conhecimento do campo da experiência relatos por um sujeito, assim como atua como elemento de captação dos públicos. A realidade vivida por uma pessoa é recortada para a TV, redimensionada, e passa a atuar como estratégia midiática de sedução, visando à geração de efeitos de sensibilização e patemização dos telespectadores. Diante das personagens de uma matéria telejornalística, os espectadores podem se identificar com os modos de ser e viver ali representados, estando mais abertos para a recepção dos enunciados projetados pela instância produtora.

No *corpus 1* da presente tese, identificamos que o *Jornal Visual* se utiliza das personagens – testemunhos do vivido por surdos – em metade das reportagens. Todavia, tal como abordado nas análises dos questionários do *corpus 2*, o grupo de surdos participante desta pesquisa se ancora, por vezes, em imaginários sobre a surdez que diferenciam das intenções prévias do telejornal. Tal contraste entre o projeto de fala do telejornal e a reconstrução de sentidos pelos espectadores evidencia que a representação da realidade pela mídia, reforçada pela propagação de modelos de ser e viver, pode não surtir os efeitos pretendidos. Isso ocorre pela característica de base da formação dos discursos: os imaginários sociodiscursivos, os quais, como saberes simplificados, flutuam e divergem na forma de ancoragem por cada sujeito.

Desse modo, a espetacularização da vida de surdos vencedores não significou a adesão plena dos participantes surdos desta pesquisa aos enunciados pretendidos pelos enunciadores do *Jornal Visual*. Conforme debatemos anteriormente, a recepção é uma construção discursiva. Não se pode controlar as movimentações dos destinatários, bem como determinar – com precisão – quais são os momentos em que os receptores estão mais propensos a interpretar um enunciado ou nos graus de identificação ou não reconhecimento das estratégias do Tu-destinatário, por exemplo.

Assim como o discurso do *Jornal Visual* é polifônico ao recorrer a distintas vozes sociais para a formação dos enunciados, a recepção também é polifônica, no sentido de que o receptor associa, compara e discute sobre distintos conhecimentos e crenças diante de uma mensagem. O descompasso entre a projeção de exemplos de superação pela Libras por parte do telejornal e a reconstrução de sentidos pelos

receptores desta pesquisa mostram que a “quase-interação” midiática é fundamentada na polifonia, em uma arena aberta de vozes em que existem soluções prontas e fechadas para a questão.

### 7.3. A marca polifônica dos imaginários sociodiscursivos

A problemática tratada na presente tese foi mapear os fluxos dos imaginários sociodiscursivos nas instâncias de produção e de recepção, como eles tangenciam e ancoram os dizeres do telejornal e dos telespectadores. Os resultados obtidos apontam que o *Jornal Visual* constrói discursos de resistência sobre a surdez, a partir da fundamentação em saberes de conhecimento advindos da Academia, da legislação brasileira (a qual preconiza a igualdade e o respeito às diferenças), estando também alinhado ao dizer oficial do Governo Federal (valorização da Libras como mecanismo de emancipação do surdo).

Os imaginários sociodiscursivos projetados pelo *Jornal Visual* e os reconstruídos pelos participantes do questionário desta pesquisa indicam que o referido telejornal não se posiciona como mediador e reproduzidor dos imaginários sociodiscursivos que circulam entre parte dos Tu-destinatários, os quais representam parte da esfera social. Provavelmente, há um embate de visões de mundo e expectativas quanto ao modo de viver dentro da surdez. Este descompasso pode ser exemplificado na reportagem sobre o jovem Guilherme que realiza a operação de implante coclear. O procedimento médico-terapêutico é contraposto com argumentações de educadores e especialistas.

Os enunciados do *Jornal Visual* constroem e veiculam *ethé* de surdos idealizados: preponderantemente, vencedores na vida através da língua de sinais. A exaltação de uma só face da cultura surda ocorre pelo resgate e ressignificação de imaginários sociodiscursivos de competência e superação em mais da metade das notícias e reportagens analisadas. A predominância de informações nas editorias de Esporte e Educação silencia ainda, de forma explícita nos enunciados, os conflitos e problemáticas advindos de temas oriundos da área da Saúde. Em apenas uma reportagem, a fonte entrevistada foi um otorrinolaringologista, que explicou os

benefícios e restrições do implante coclear e a subsequente inserção do surdo na comunicação oral-auditiva.

O telejornal pretende garantir a veracidade para um “novo” discurso no campo da surdez, tentando combater as memórias discursivas de cunho pejorativo. No entanto, as respostas dos telespectadores indicam que os saberes reconstruídos pelo telejornal não representam, em parte, as visões que circulam socialmente entre o público-alvo investigado. O programa noticioso da TV Brasil opta pelo apagamento dos conhecimentos e crenças da surdez como doença e incapacidade e, quando a matéria aborda tal temática, os argumentos do campo médico-terapêutico são imediatamente confrontados com falas de autoridade da área educacional. Mesmo com a tentativa de não projeção desse viés de enfermidade, os telespectadores da pesquisa identificaram o imaginário da doença em seis das sete matérias telejornalísticas.

A nosso ver, a estratégia de silenciamento dos embates sociais e discursivos do campo da surdez surtiu, em parte dos respondentes desta pesquisa, efeitos contrários durante o embate do projeto de fala do enunciador e a atividade crítica de recepção: alguns receptores surdos tenderam pelos conhecimentos e experiências pessoais já vividos em contraposição aos saberes advindos do *Jornal Visual*.

No ambiente multifacetado da cultura surda, o *Jornal Visual* opta pela representação de identidades estáveis: os surdos que se comunicam plenamente pela Libras. Esses saberes simplificados são estratégicos para a consolidação da imagem do telejornal como fonte credível dotada de poder e saber para falar sobre e com surdos. Ao mesmo tempo em que se coloca como representante de uma luta histórica por reconhecimento do surdo plenamente comunicante em Libras, o telejornal também traz, como pano de fundo, as vivências e experiências de opressão. Cabe notar que Perlin (2005) defende a existência de distintas identidades surdas, as quais operam em zonas de entremeio não tão estáveis quanto acentua o telejornal. A diversidade identitária e os conflitos culturais da surdez não são os pontos centrais das notícias e reportagens.

O contrato da informação midiática estabelecido pelo *Jornal Visual* estabelece um espaço de fala que estabelece os papéis e prevê as movimentações dos sujeitos no processo de interação. A instância jornalística se apresenta como aquela que detém o saber e possui o poder de transmiti-lo a quem tem o dever de

saber, no caso, o consumidor de informações. No jogo discursivo, o público autoriza o telejornal acessar os saberes sociais e reproduzi-los nas matérias jornalísticas, compartilhando os fatos e narrativas do cotidiano.

O acordo entre as partes prevê a veracidade no tratamento dos acontecimentos, pautada nos *ethé* de isenção e imparcialidade que constituem a imagem do jornalismo. Contudo, é nesse ambiente de partilha, tal como evidencia Guilbert (2007), que se define a estrutura do discurso ideológico. O telejornal se aproveita da condição privilegiada de Eu-enunciador dotado de autoridade e credibilidade para projetar o próprio sistema de ideias, estabelecendo as forças de seus dizeres nos jogos de poder dados pelo discurso, se colocando como representante de uma luta histórica em prol do reconhecimento da surdez.

O programa telejornalístico da TV Brasil constrói e projeta discursivamente uma ideologia da superação no momento em que representa o surdo como herói, vitorioso na vida, competente através da Libras, capaz de superar as ditas barreiras comunicativas. A repetição dos saberes de conhecimentos empíricos de competência e superação tem a função de naturalizar o discurso como verdadeiro, atuando como processo de doutrinação do público-alvo.

O projeto de fala do telejornal tende a apontar para a necessidade do surdo se superar, mostrar que é capaz. Ao estimular a superação e exaltar as competências das personagens retratadas midiaticamente, o *Jornal Visual* pode condicionar o receptor a estabelecer sentidos de identificação calcados em uma ótica utilitarista ao sujeito representado, reforçando a surdez como deficiência, como uma falta e ausência que devem ser erradicadas. O programa sugere uma forma de pensar ao público-alvo, uma moral, enfim, uma opinião que o público se vê diante de modelos de vida considerados politicamente corretos, os quais deveriam ser seguidos na realidade.

Presente nos discursos do *Jornal Visual*, o processo de sacralização da ideologia ocorre no espaço do dizer do contrato de comunicação midiática, em que são dadas as condições do que se deve dizer o que é proibido de pronunciar. Para tornar o discurso verdadeiro e credível, o telejornal se utiliza da estratégia discursiva de racionalidade do discurso, alicerçado em saberes de conhecimento, para induzir a racionalidade do pensamento e, com isso, legitimar o poder da minoria surda.

O discurso ideológico flutua nas emissões do telejornal da TV Brasil. A dissimulação integra a estratégia de obscurecer o projeto de poder discursivo e



social da instância jornalística. Os enunciados midiáticos são apresentados como retratos dos debates sociais acerca da surdez, ancorando-se em vozes polifônicas e imaginários sociodiscursivos verbais e icônicos dos campos de conhecimento científico e da experiência. A mensagem se apresenta como base na racionalidade para ser aceita. No *Jornal Visual*, a dissimulação tem o efeito de obscurecer o objetivo de, através da repetição, transformar os saberes de conhecimento científicos e empíricos em ideologia a ser seguida pelos receptores.

O aparente ambiente midiático que abarca a democracia não evidencia a natureza ideológica do discurso do telejornal da TV Brasil: a tomada do poder – o que Guilbert (2007) denomina de “sagrado constitutivo” a partir da referência a valores partilhados e universais (o “sagrado mostrado”). Todo poder recorre ao sagrado para se consolidar enquanto tal. Especificamente, o “sagrado mostrado” constitui elemento de legitimação na *doxa*.

O efeito de condicionamento simbólico do telejornal ocorre por meio dos imaginários sociodiscursivos. Para legitimar o *ethos* de telejornal inclusivo, o programa precisa conservar o poder de acessar, desvelar e difundir os saberes do campo discursivo da surdez. O projeto de fala do *Jornal Visual* compactua no sentido de tentar unificar as vozes e saberes em torno da surdez, em um processo de adesão do receptor ao discurso proposto. Os conhecimentos apresentados para uma vida plena na surdez são dados como verdadeiros.

A recorrência de mostração de sujeitos “cheio de esperança”, por um lado, edifica traços parcialmente estáveis de modelos de como agir e pensar; por outro, compactua com práticas discursivas de empoderamento dos surdos sobre as narrativas de si. Não há, portanto, um posicionamento polarizado e estanque sobre como deve ser a vida plena na surdez.

A ideologia está disseminada nos discursos e diante do quadro apontado cabe problematizar: a “ideologia da superação”, em que o indivíduo deve ter função social e econômica, é uma questão inerente à mídia ou é uma ressignificação dos preceitos da sociedade capitalista? A resposta dessa complexidade de mútuo condicionamento não se fecha em si. De todo modo, cabe pontuar que a repetição estereotípica de frações identitárias de sujeitos que se superam atua como indicação do único caminho para o sujeito desenvolver habilidades, ter emprego, se relacionar socialmente, ser feliz.

A marginalização da surdez não se esgota com um telejornal inclusivo. As desigualdades sociais foram historicamente consolidadas pela reconstrução de traços de discursos majoritários que preconizavam e preconizam o domínio pelo corpo do Outro. As políticas educacionais avançaram pelo reconhecimento e fortalecimento do Bilinguismo, estabelecendo um contraponto a representação do surdo com uma ausência de ouvir. Porém, a televisão ainda é produzida pela ótica de quem não é surdo, não estando atenta aos anseios, particularidades e competências de um público que se comunica, por vezes, em sistemas mistos, com hibridação entre o espaço-visual e o oral-auditivo.

A cultura surda não é hermética. Nem todos os surdos nascem com a habilidade plena para interagir pela Libras. Esse pode ser o caso de pessoas que se tornam surdas adolescentes ou adultas, tendo um processo educacional voltado ao português oral e escrito. As identidades surdas não são fechadas e únicas em torno da língua de sinais, nos alerta Perlin (2005).

Compreendemos que a sociedade brasileira se comunica majoritariamente pelo canal espaço-visual, todavia, não são as minorias linguísticas que precisam se adaptar à maioria. O movimento de integração social deve ser inverso, dos muitos reconhecerem e respeitarem as diferenças dos poucos. Essa não é uma ação utópica, mas apenas um exercício democrático de garantir que a minoria tenha condições de se expressar, interagir e exercer o seu papel de cidadã.

O telejornalismo acessível para surdos e para as outras diferenças, como a audiodescrição para os cegos, não é uma constante na grade de programação das emissoras comerciais e públicas do Brasil. No país, até o encerramento desta tese, existiam somente dois programas televisivos diários para informar os surdos por meio da rede aberta de televisão: o *Jornal Visual*, da TV Brasil, e o *Jornal Visual Minas*, da Rede Minas de Televisão, este restrito ao Estado de Minas Gerais. As demais emissoras se contentam em traduzir a programação por meio da tecnologia de tradução oculta, o *closed caption*, o qual impõe a necessidade de todos os brasileiros dominarem a Língua Portuguesa.

Entendemos que a mídia brasileira, ao negar se comunicar com todos os públicos, negligencia o papel primeiro no sistema democrático em que está inserida, relegando a responsabilidade de mediar o debate público. Os meios jornalísticos, em especial, os televisivos não cumprem o dever cívico e legitimado de “fazer saber”, de recortar os acontecimentos do mundo e levá-los a todos os cidadãos.

Sem informação, os diferentes não conseguem exercer plenamente a cidadania, não conhecendo parte do mundo do qual fazem parte.

Dentro do único telejornal nacional voltado para surdos, foram recortadas as reportagens e notícias sobre a surdez em um período de seis meses. Das 114 edições do período, apenas nove abordavam a realidade da surdez. Isso significa que os telespectadores respondentes do questionário estiveram diante de uma condição que não ocorre cotidianamente.

Na prática, mesmo que as pessoas procurem o *Jornal Visual* para se informar em Libras/Língua Portuguesa oral, eles estarão diante de matérias frias<sup>88</sup> e poucas vezes assistirão o seu dia-a-dia retratado. Além disso, diante dos vídeos presentes no questionário, foi eximido o comportamento padrão desde a invenção do controle remoto, o *zapping*, a constante troca de canais, tornando a recepção fragmentada.

É nítido que ter um telejornal acessível no país desde 1990 já é um avanço. Antes de a Libras ser reconhecida por lei em 2002, a extinta TV Educativa do Rio de Janeiro direcionava os olhares para abarcar e informar uma minoria.

O *Jornal Visual*, parece-nos, cumpre a função de tentar levar a informação a um público marginalizado. O que se pontua aqui é a necessidade de tratamento mais adequado das matérias, repensando o telejornalismo para surdos a partir das particularidades da comunicação espaço-visual, da cultura surda e dos sujeitos surdos. Na posição de telejornal que pretende ser compreendido em Libras por todo o país, o *Jornal Visual* esbarra em entraves linguísticos. Os gestos e sinais nem sempre são bem compreendidos pelos telespectadores surdos que se comunicam pelo canal espaço-visual. Há que se considerar a existência, por exemplo, de surdos indígenas que sequer conhecem a Língua Portuguesa e a Libras.

Quando o *Jornal Visual* aborda o tema da surdez, abre-se um espaço enunciativo para que o surdo se narre, seja em Libras ou português. No entanto, a oportunidade de se instituir como fonte jornalística, autoridade do próprio dizer, não auxilia a combater as visões majoritárias que procuram imputar identificações negativas de incapacidade para aqueles que fogem aos padrões comunicativos

---

<sup>88</sup> O termo corresponde, no jargão jornalístico, a notícias e reportagens não factuais.

orais-auditivos esperados por certos grupos sociais. A forma de produção da informação ainda está influenciada pela visão pejorativa da surdez enquanto falta, em que o Outro procura apresentar as soluções para um suposto problema.

No momento em que acessa os saberes de conhecimento advindos da Academia e os valida em exemplificações com personagens midiáticas, o telejornal projeta modelos como o surdo deve viver e se emancipar através da Libras. Pode-se denominar o projeto de fala do *Jornal Visual* como sacralização da ideologia da superação e da competência; ou, em termos charaudeanos, em cristalização dos imaginários sociodiscursivos. De modo correlato, a mostração dos surdos plenos na Libras atua como o reconhecimento de uma língua, de uma comunidade e de uma das faces da cultura surda.

A aparente abertura polifônica nas matérias jornalísticas pode disfarçar o projeto de tomada de poder dessa mídia, reiterando as disputas discursivas entre as instâncias que se enunciam como autorizadas a falar pelo Outro. Na mostração de um olhar narrativo para o multicultural, pode se revelar a intolerância à diferença e às peculiaridades de uma cultura surda híbrida.

Diante do cenário analisado, compete esclarecer que os imaginários sociodiscursivos perpassam os discursos de forma polifônica, ora se ancorando mais preponderantemente sobre determinado saber, ora sobre outro. A problemática tratada nesta pesquisa foi de mapear os fluxos dos imaginários, como eles tangenciam e ancoram os dizeres do telejornal e dos telespectadores. Não se pode pretender o estabelecimento de soluções prontas e fechadas para a questão da produção e recepção de discursos sobre a surdez.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: DECORRÊNCIAS DAS ANÁLISES

Como visto nesta tese, a comunicação midiática televisiva é um processo ativo de co-enunciação estabelecido entre enunciadores e interpretantes. Os dados aqui analisados mostram que o projeto de fala de um telejornal pode não ser compreendido tal como era esperado. Sendo assim, os interpretantes podem discordar, concordar, transgredir e distorcer os enunciados recebidos.

Quando estão em jogo imaginários sociodiscursivos com certos traços de cristalização, as estratégias de credibilidade e captação televisivas podem não surtir os efeitos visados pelo telejornal. O interpretante possui liberdade para aderir polifonicamente, ou seja, as zonas de contato, compreensão e incorporação de tais representações depende de um embate discursivo dado na dimensão cognitiva.

Na forma de construção das narrativas de vida na televisão, compreendemos que o telejornal constitui e é constituído pelo jogo de imagens encenado na esfera social. No caso do *Jornal Visual*, existe a recorrente estratégia de construção de narrativas de vida com “histórias de superação”, exaltando as qualidades e competências da surdez por meio da Libras, porém, silenciando formas de opressão. Como pano de fundo, tais narrativas se alicerçam na violência sofrida pelos surdos, inserindo-o, por exemplo, como vítima que conseguiu se emancipar pela Libras.

## CONCLUSÕES

---

Em uma perspectiva macro, a presente tese tratou de uma investigação sobre o processo de uma comunicação midiática televisiva, onde telejornalismo para surdos se apresenta como objeto de estudo. A nosso ver, o *Jornal Visual* e os questionários on-line respondidos por parte dos receptores constituem materiais de análise que nos permitem investigar um processo mais amplo, a saber, a flutuação, desconstrução, construção e ancoragem dos imaginários sociodiscursivos dados na mídia e em determinadas esferas sociais.

Na posição de pesquisador, nosso interesse particular era estabelecer categorias mais seguras de análise sobre a inter-relação entre o verbal e o não-verbal do enunciado telejornalístico, assim como métodos mais profícuos de investigação da dimensão receptiva, considerada aqui como co-construção de sentidos.

Os percursos teóricos e metodológicos aqui percorridos atuam em certos nichos de pesquisa e podem contribuir para investigações futuras no campo da produção e recepção televisiva. A tese realizou um estudo contrastivo das instâncias de produção e de recepção do *Jornal Visual* da TV Brasil, mostrando, parece-nos, a viabilidade deste tipo de pesquisa, já que no campo da *Análise do Discurso* e da *Comunicação*, é recorrente a ideia da impossibilidade teórica e metodológica de se realizar tal incursão. Além disso, a análise da recepção ainda é um terreno incerto para alguns pesquisadores dessas áreas, mas pretendemos mostrar aqui que estas "impossibilidades" não passam de ideias formatadas ou, até mesmo, "tabus" criados no meio científico que não têm razão de existir.

Em um primeiro momento, o desafio por nós aqui colocado foi justamente repensar esse imbricamento da produção e a recepção pelo viés da Teoria Semiolinguística, procurando avançar no plano teórico e metodológico para considerar, nas investigações, a circularidade e a reconstrução dos enunciados em dado contrato de comunicação. Enquanto pesquisador, a intenção foi discutir e estabelecer categorias de análise e ferramentais metodológicos pertinentes para se investigar o processo comunicativo da televisão na situação comunicativa, na configuração da mensagem telejornalística e na atividade crítica de reconstrução de enunciados entre os sujeitos do plano do dizer.

Para tanto, partimos do quadro charaudeano dos sujeitos da linguagem. A divisão didática entre os planos do fazer e do dizer se mostrou insuficiente para se pensar na multifacetada enunciação televisiva, bem como na pluralidade de papéis e

movimentações dos sujeitos no plano do dizer. Com base em Machado & Mendes (2013), apresentamos uma reformulação da referida sistematização da situação de comunicação no “Quadro dos sujeitos da linguagem adaptado para gêneros com modo de organização narrativo”.

A contribuição para a Teoria Semiolingüística ocorreu justamente na inserção de novos sujeitos enunciadoreis durante uma reportagem televisiva e a consequente multiplicação de papéis dos Tu-destinatários a cada situação discursiva, considerando o receptor enquanto ator. A análise da interação televisiva passa, portanto, a considerar a fluidez e a movimentação dos papéis e ações dos interlocutores.

Ao retomarmos a noção de sujeito, não abordamos a presentificação do corpo em si como discurso, tendo em vista que a língua de sinais é um discurso corpóreo. A meu ver, a questão do corpo precisa ser considerada nos estudos sobre o discurso e a Libras nos mostra bem essa demanda. Consideramos que este desafio dentro da Análise do Discurso leva à necessidade de estudos posteriores, em uma possível interlocução com a perspectiva cognitivista.

A questão da recepção na Teoria Semiolingüística também foi repensada para se considerar a ação crítica da atividade responsiva como co-construção de sentidos. Debates que a noção de contrato de comunicação não é uma imposição de percursos de leitura, mas um jogo de promessas e expectativas que tem papéis e movimentações com fronteiras tênues. Enquanto contribuição teórica, projetamos um primeiro ensaio para estruturação metodológica do estudo da recepção pelo viés da Teoria Semiolingüística em dois âmbitos: a recepção de um texto por outro e a recepção como experimento. Em ambos os casos, foi essencial a retomada da concepção de polifonia para demarcar a arena de resgate de saberes, que se chocam sem prevalência ou hierarquias totalmente definíveis, ao menos em relação aos *corpora* estudados.

Cabe ressaltar que esse foi um primeiro olhar sobre a recepção a partir do entrelaçamento de pesquisas de opinião do campo da Comunicação somadas ao tratamento discursivo em termos de níveis de apropriação, rejeição e refutação parcial. Ainda estamos construindo uma perspectiva mais sólida sobre os modos de funcionamento da recepção, especificamente, no que tange aos níveis de passividade, resistência e/ou objeção a papéis discursivos e dizeres.



A análise da produção foi feita a partir das pistas deixadas pelo enunciador no plano do dizer, ou seja, na materialização do discurso dada nas notícias e reportagens. Não era nossa intenção fazer uma incursão nesse universo dos “bastidores do jornalismo”. Todavia, para se adentrar efetivamente na instância da produção, reconhecemos a necessidade de se estudar as rotinas produtivas do telejornal, diagnosticar a cultura organizacional, os códigos deontológicos, a concorrência discursiva e os valores-notícia que interferem diretamente para a seleção das notícias. Um ponto de partida para novas pesquisas nesta vertente pode ocorrer a partir da releitura de Soulages (1999) sobre o contrato midiático, em que o são discutidos os fatores externos que interferem na seleção e tratamento da informação.

A “Grade de Análise de Imagens Móveis”, proposta por Mendes (2008), fez-se fundamental para uma sistematicidade do estudo da mensagem do telejornal, considerando as dimensões verbais e icônicas dos enunciados do *Jornal Visual*. Os estratos de Soulages (2008) permitiram uma análise mais profícua dos planos icônicos da dimensão não-verbal dos enunciados televisivos.

Já o estudo das cores a partir de Guimarães (2004) não nos proporcionou uma análise adequada sobre o emprego de tonalidades nas vestimentas dos corpos e na dinamicidade do icônico na TV. Por vezes, a “simbologia” das cores não contribuiu e, até destoou, a análise realizada.

A meu ver, o estudo das cores se mostrou sem embasamento sólido para a compreensão do código “cor” atrelado às diferentes facetas culturais e corpóreas nos enunciados televisuais. Logo, a investigação das cores demanda o desenvolvimento de uma metodologia mais adequada nos aspectos supracitados. Não era nosso objetivo trilhar este caminho neste momento, porém, esta é uma abertura a ser considerada em pesquisas futuras.

Diante desses desafios de pesquisa, ao longo da releitura do pensamento charaudeano, procuramos estabelecer pontos de vistas que poderiam contribuir para o avanço de perspectivas teóricas e metodológicas nas investigações sobre a produção e recepção de mensagens audiovisuais dadas na televisão.

No estudo da recepção, o experimento baseado em questionários on-line abriu a possibilidade de uma abrangência maior do universo de receptores participantes no Sudeste do Brasil, em meio às universidades federais das capitais e entidades representativas de surdos dos estados pertencentes à região. As

questões estruturadas e semi-estruturadas serviram de base para uma investigação sobre a materialidade discursiva de receptores, especificamente, na percepção de como se movimentam e se ancoram polifonicamente os discursos dos participantes da pesquisa a cada notícia e reportagem do telejornal.

A estratégia de reaplicação das mesmas perguntas do questionário com aferição pela Escala Likert nos permitiu visualizar a movimentação polifônica dos sujeitos antes e depois de receberem e avaliarem os enunciados do *Jornal Visual*. A coleta de dados da recepção demonstrou ser suficiente para o nosso propósito de averiguação dos fluxos de imaginários sociodiscursivos da esfera de produção para a recepção, evidenciando que os projetos de fala da mídia não exercem total influência sobre o pensar e agir dos telespectadores respondentes do questionário on-line desta tese. Por vezes, percebemos que os discursos revestidos de estratégias discursivas do jornalismo para assegurar captação e credibilidade não foram interpretados do mesmo modo como pretendia o *Jornal Visual*. Isso nos manifesta que o discurso midiático é co-construído e o receptor tem liberdade interpretativa diante das mensagens, mesmo estando no papel de Tu-interpretante previsto pelo sujeito enunciator.

Evidentemente, as questões estruturadas e semi-estruturadas possuem limitações na coleta de dados, se alicerçando na superfície da materialidade discursiva, não indo a fundo sobre o processo cognitivo individual de (re)apropriação de enunciados. Este não era o propósito de nossa investigação e tal desafio fica em aberto para investigações futuras.

A nosso ver, o conceito de imaginários sociodiscursivos e a decorrente gênese charaudeana de saberes de conhecimento e de crenças foi frutífera para a observação do fenômeno de ancoragem polifônica dos discursos. A dissociação entre tipos de saberes foi operatória metodologicamente e essencial para discorrermos sobre a tênue linha que separa a ancoragem dos discursos sobre a surdez no *Jornal Visual* e em parte dos receptores que participaram do questionário on-line da presente pesquisa.

No objeto discursivo da surdez, os Estudos Culturais e Estudos Surdos foram fundamentais para a compreensão da multiplicidade de identificações e papéis sociais na multifacetada cultura surda representada na televisão e pelos participantes da pesquisa. Não existe, portanto, estabilidade concreta na formação de discursos nem de posições dos sujeitos sociais e discursivos.

### **(i) Acordos, desacordos e mudanças de opiniões**

Diante do cenário aqui apresentado, discutimos que os sujeitos, mesmo pertencentes a determinados grupos sociais e culturais, podem divergir a qualquer instante da posição dominante. A análise contrastiva dos discursos do *Jornal Visual* e de interpretantes, realizada na presente tese, revelou que a influência dos dizeres midiáticos é relativa no contexto de nosso experimento, tendo em vista o processo complexo da recepção. A mídia não tem o poder de fabricar consensos entre os sujeitos investigados, ao menos foi o resultado a que chegamos.

Como visto, após os participantes da pesquisa receberem as edições do telejornal, por vezes, eles polarizaram as opiniões de forma distinta do projeto de fala do programa da TV Brasil. Neste aspecto, os estudos sociológicos de Moscovici e Doise (1991) nos auxiliam a compreender que um determinado grupo pode sim chegar a um acordo em uma posição extrema, mesmo que esta decisão seja contrária ao pensamento pretendido pela mídia, uma vez que os atos de decisão e consentimento se estabelecem alicerçados na participação.

Os referidos autores nos alertam sobre a necessidade de se reconhecer e respeitar a diversidade dentro de um grupo mesmo que aparentemente homogêneo. Nessa vertente, os participantes surdos desta pesquisa, apesar de comporem um grupo virtual pelas características identitárias por eles relatadas, pensam de forma distinta, polifônica, alterando suas visões particulares de mundo a cada situação comunicativa. Isso significa que há uma margem de manobra e liberdade para os sujeitos compreenderem a realidade de modo diferente de seus pares e também da mídia.

Em alguns pontos da análise contrastiva desta tese, percebemos que os grupos de surdos polarizaram mais as opiniões, em relação aos não-surdos, diante dos enunciados do *Jornal Visual*. Essa diferenciação receptiva pode estar atrelada também ao modo como o assunto impacta a realidade na qual os sujeitos vivem. Segundo Moscovici e Doise (1991, p. 72), “os conflitos são tanto mais intensos quanto o tema é actual, os toca de perto e que estão autorizados a tomar parte, portanto implicados nas trocas recíprocas”.

A temática da surdez do *Jornal Visual* tende a impactar mais os surdos que vivem a realidade da cultura surda do que os não-surdos, os quais se colocam mais acentuadamente como porta-vozes desta vivência, por vezes, confrontando os modos de enquadramento do real feitos pelo telejornal. O *Jornal Visual*, ao representar a surdez nas notícias e reportagens, acaba por convocar os telespectadores surdos à ação de pensar sobre as próprias experiências pessoais.

O grupo de surdos desta pesquisa foi formado por sujeitos distintos identitária e linguisticamente. Essa característica valida a proposta dos referidos autores (1991, p. 72) de que “grupos heterogêneos mudam e polarizam mais do que os grupos homogêneos”. Com isso, a discordância dos participantes surdos frente a certos enunciados do *Jornal Visual* pode ser considerada um processo corriqueiro em grupos heterogêneos e que assumem o consenso em uma posição extrema ou divergente do projeto de fala do telejornal.

A explicação para essa característica de polarização extrema tem três hipóteses, acentuam Moscovici e Doise (1991, p. 84): “(a) os indivíduos tomam parte nas discussões de modo direto; (b) sejam bem marcadas as diferenças entre os seus conhecimentos e suas opiniões; (c) aquilo que esteja em jogo nas discussões tinha valor para eles”. Quando os sujeitos se envolvem mais em determinado assunto, em um debate mais intenso, a polarização tende a ser mais acentuada, atentam os referidos autores.

A divergência entre os sentidos projetados e recebidos está atrelada, portanto, ao modo como os sujeitos são convocados a assumirem papéis de enunciadore, bem como os conhecimentos e crenças acionados para a interpretação e codificação de sentidos para o enunciado e a presença daquela realidade retratada midiaticamente no seu dia a dia. O *Jornal Visual*, por vezes, não conseguiu influenciar plenamente a interpretação das mensagens tal como pretendida, mas, por outro lado, levou os receptores a refletirem e tomarem posições críticas sobre o assunto em voga.

Compete ressaltar ainda, com base em Moscovici e Doise (1991, p. 85), que as opiniões dos grupos variam, ou seja, não são definitivamente extremistas. No experimento que realizamos, constatamos que os participantes mudam de opinião antes e depois da assistirem a reportagens do *Jornal Visual*. Isso decorre dos conhecimentos do telejornal que são contrastados com aqueles que o sujeito possui previamente.

Segundo Jacques (1982, p. 316), o discurso é co-determinado pela identidade das duas instâncias enunciativas, em que o Eu antecipa a voz do outro na constituição do seu discurso. Diante dessa afirmativa, consideramos que o *Jornal Visual* tentou inserir os dizeres dos Tu-interpretantes projetados em seu discurso. Porém, na ação comunicativa em si, os sujeitos interpretantes “reais” não encenaram plenamente as expectativas pretendidas pelo programa da TV Brasil.

A escolha do método de coleta de dados no questionário on-line da presente tese frutificou o debate e as mudanças de opinião, ao fazer com que os participantes pensassem sobre a surdez a partir dos próprios conhecimentos e após os saberes midiáticos. A discussão foi relançada ao longo do questionário, o que ratifica o pensamento de Moscovici e Doise (1991, p. 89) de que “quanto maior o número de vezes que se relança a discussão, mais riscos elevados se assumem”; riscos estes relacionados à polarização e troca de opiniões dentro do grupo.

Conforme abordado na análise contrastiva dos discursos dos participantes do questionário on-line desta tese, os não-surdos tendem a aceitar mais os projetos de fala tal como intencionados pelo *Jornal Visual*, enquanto que os surdos, por determinadas vezes, discordam das representações veiculadas nas notícias e reportagens. Os dados coletados mostram justamente que não se estabeleceu uma unanimidade artificial de pensamento e total influência dos discursos midiáticos. “Não é necessário abafar as diferenças e açaimar os conflitos; pelo contrário, é necessário deixá-los brotar”, recomendam Moscovici e Doise (1991, p. 94),

A alternância de posições foi mais acentuada dentro do grupo de participantes surdos e, segundo Moscovici e Doise (1991, p. 99), a emancipação dos sujeitos está justamente onde as conversas são frequentes e ousadas, “onde a opinião é móvel, agitada”, passando “de uma extremidade à outra”.

Não é pelo fato dos participantes desta pesquisa estarem aqui identificados por “grupos” que estes são iguais e pensam homogeneamente. As opiniões extremas, por vezes assumidas, ocorrem por três fatores, indicam os Moscovici e Doise (1991, p. 193): quando os membros do grupo assumem as próprias identidades (e sejam elas fluídas, híbridas, de entremeio e distintas do surdo que sinaliza plenamente em Libras), marcam bem a distinção frente a outros grupos e fecham-se sobre si próprios. Diante dos imaginários surdos projetados pelo *Jornal Visual* e das contra-argumentações empreendidas pelos participantes da

pesquisa, não se pode negar que o telejornal condicionou um repensar sobre as identidades dos sujeitos que responderam os questionários on-line desta tese, mesmo que estas máscaras identitárias se diferenciem das expectativas e modelos transmitidos pelo programa telejornalístico.

De acordo com Jacques (1982, p. 290), a identidade pessoal se estabelece na e pela relação de reciprocidade com o outro e não na relação de pertencimento a um grupo. Os distintos papéis sociais e discursivos assumidos pelos participantes ao longo das respostas dos questionários estão relacionados, portanto, mais às experiências pessoais de convivência com os pares do que a uma identidade fixa determinada dentro do grupo social.

As diferenças entre os sentidos projetados pelo telejornal e os interpretados pelos receptores está relacionada ao processo de recepção e também à característica assimétrica do discurso. Jacques (1982, p. 305) afirma que as assimetrias discursivas são normais porque cada sujeito traz para o discurso as diferenças individuais e pressuposições herdadas de comunicações anteriores, reutilizando-as e reconstruindo-as no jogo vigente da troca comunicativa. Os traços que cada sujeito da situação de comunicação pode recuperar variam em decorrência da relação interlocutiva, aponta Jacques (1982, p. 311). A comunicação retira, então, o sujeito do confinamento individual e do “código parcialmente próprio” para que a comunicação se efetive. O discurso deve ser compreendido, na perspectiva deste autor, como uma produção linguageira conjunta e compartilhada, não podendo ser relacionada a alguns interlocutores em particular.

A comunicação empreendida pelo *Jornal Visual* é direcionada a um público previsto, mas a recepção é imprevisível e se ancora polifonicamente de forma distinta a cada situação de comunicação. Os interpretantes, acionados pelo discurso midiático do telejornal, entram para a arena discursiva, ou seja, no sentido bakhtiniano do termo: recebem o enunciado, refletem sobre o assunto, comparam tais conhecimentos e crenças com os que já possuem, formam opiniões parciais e mudam de visão a cada instante e papel discursivo desempenhado.

Diante dos imaginários sociodiscursivos veiculados pelo telejornal, os interpretantes possuem liberdade interpretativa para se ancorarem ora mais acentuadamente em um tipo de saber ora em outro. Para além da concordância e discordância frente os imaginários projetados pelo *Jornal Visual*, tais dizeres auxiliam na formação dos papéis sociais a serem desempenhados pelos

interpretantes, bem como na forma como eles conhecem e avaliam o mundo em que vivem. As vozes ecoadas pelo telejornal se sobressaem, ora mais ora menos.

Desse modo, os discursos são construídos polifonicamente, bem como a recepção se dá por ancoragem dinâmica e móvel. Por isso, não existem soluções prontas e fechadas para falarmos da recepção de telespectadores frente à temática da surdez do *Jornal Visual*.

As posições dos sujeitos enquanto grupo de participantes não podem ser tomadas como o pensamento geral de surdos e não-surdos brasileiros residentes no Sudeste: são opiniões particulares, dadas em determinadas situações de comunicação e que não refletem sequer a visão de grupos sociais. Cabe atentar que as visões dos participantes também irão variar caso seja reaplicado o questionário on-line desta tese, tendo em vista que a recepção de conteúdos midiáticos é contrastada com os conhecimentos e crenças particulares, os quais se modificam a todo instante.

Não podemos, portanto, cristalizar dos imaginários projetados pelo telejornal e também os proferidos por parte do público do programa, sob o perigo de serem criadas falsas verdades que reduzem as experiências sociais e discursivas, contrariando a característica fluída e mutante da linguagem e das identidades dos sujeitos sociais e discursivos. A perspectiva adotada aqui se limitou, portanto, ao mapeamento dos fluxos dos imaginários sociodiscursivos, em como eles permeiam e ancoram os dizeres do telejornal e dos telespectadores.

## **(ii) Caminhos possíveis para um telejornalismo para surdos**

A televisão foi pensada como espetáculo em Debord ([1967] 2000) e na revisão crítica de Jappe (2005), o que trouxe uma discussão necessária aos imaginários projetados pelo *Jornal Visual*: a propagação e projeção de estilos de vida a serem consumidos, em que os receptores estão diante de enunciados midiáticos que conduzem ao aprendizado e interiorização de comportamentos das personagens retratadas nas notícias e reportagens do telejornal.

Para nós, é patente o papel central exercido pela referida mídia no que se refere à busca dos sujeitos por padrões identificatórios de como se portar na vida.

Ao considerarmos que os sujeitos conferem ao jornalismo o papel de relatar e intermediar as relações do mundo, tendo em vista a impossibilidade temporal e espacial deles conhecerem a realidade em sua plenitude, o telejornal proporciona uma experiência mediada do vivido que antecipa, aos receptores, conhecimentos sobre situações “reais”. Esses imaginários evidenciam ações, dizeres e estilos de vida que “deram certo” e auxiliam no aprendizado de comportamentos para acontecimentos futuros similares às ocorridas nas reportagens. Com isso, os telespectadores podem aprender a se portar na realidade por meio do aprendizado intermedida na TV, bem como clamar por direitos não exercidos e sair da condição de vítima.

Por um lado, parece-nos que o telejornal é bem sucedido na construção de um espaço discursivo de resistência da cultura surda. A estratégia é enaltecer sensos de identificação relativamente estáveis do surdo que se supera pela Libras. A projeção simplificada e, frequentemente, estabilizada de narrativas de heróis estabelece imaginários em torno da superação da condição de vítima. Por outro, constatamos que o *Jornal Visual* redimensiona as imagens da realidade dos surdos ao construir enunciados a partir da prática jornalística de seleção de entrevistados. A constituição de discursos ancorados apenas em personagens surdos heróis silencia outros modos de vida discrepantes, o que distancia as imagens da TV da realidade de parte dos telespectadores.

A análise da recepção nos mostrou que a incorporação do projeto de fala do enunciador em termos de efeitos de sentido não se dá totalmente da forma planejada. Parte dos interpretantes participantes da pesquisa confrontam estes imaginários e, por vezes, optam pelos referenciais das próprias experiências. As notícias e reportagens do telejornal – tidas como verdadeiras e sedutoras pelas características próprias do discurso jornalístico – não são, por vezes, compreendidas pelos interpretantes tal como imaginavam os enunciadores. Os sujeitos participantes desta pesquisa se dividem, acatando parcialmente alguns saberes, refutando outros.

De todo modo, podemos considerar que o discurso do *Jornal Visual*, se não seduz e persuade o receptor integralmente, ele o toca, fazendo-o refletir sobre a própria existência no mundo. Afinal, a decisão dos sujeitos em continuar com os conhecimentos anteriores ao conhecimento da informação passada pelo telejornal só se deu após contrastarem e questionarem os saberes midiáticos recebidos.



O *Jornal Visual* é atravessado pelo espetáculo no sentido de Debord e, de certo modo, os telespectadores passam a consumir sentidos de identificação, relacionamentos e estilos de vida daqueles que estão representados nas narrativas telejornalísticas. Conforme debatemos, a projeção de modelos de viver não significa a incorporação destes pelos receptores.

O dizer midiático e a realidade são atravessados pelo discurso. Com isso, o *Jornal Visual* se vê também condicionado por ideologias que circulam nas esferas sociais. Em meio à sociedade do espetáculo e do consumo furtivo de imagens e modelos de vida, o telejornal acaba por “validar” determinadas lógicas mais ou menos estáveis na(s) cultura(s) brasileira(s) contemporânea(s). Um exemplo desse processo é a “ideologia da superação” e o decorrente imperativo de “ser feliz”, do corpo utilitarista e multitarefas que trabalha, estuda, namora e convive bem em família.

Não podemos negligenciar que estes são padrões e expectativas de uma vida ideal, plena, e *Jornal Visual* projeta tais referenciais presentes na cultura oral-auditiva passando-os para a cultura espaço-visual. Isso não significa que os surdos não possam ser felizes, o que se questiona é o tipo de ideal de felicidade que está sendo construído. Falamos aqui em termos de constituição de discursos; trata-se de uma reapropriação discursiva de certos traços ouvintistas para a cultura surda estabelecida por meio da Libras. Ou seja, o referido telejornal – ao procurar construir discursos de resistência para os surdos se emanciparem – não consegue total distanciamento dos conhecimentos, valores, crenças e expectativas do que seria uma vida plena na sociedade brasileira não-surda. É como um estrangeiro que chega a outro país e quer significá-lo a partir de sua própria cultura, do que é valorado, em vez de tentar entender como aquela cultura na qual ele desembarca funciona.

O discurso midiático não atua de forma impositiva aos receptores. Porém, a forma de estruturação dos discursos os reveste de características de credibilidade e captação que os torna mais facilmente assimiláveis. Desse modo, a fórmula encontrada pelo *Jornal Visual* para projetar discursos de resistência não foi tão bem aceita, em alguns pontos, dentre o grupo heterogêneo de participantes surdos desta pesquisa. Em nossa percepção, a simplificação e estereotipização identitária de casos de sucesso pela Libras parece ter causado distanciamento de referenciais de mundo entre estes receptores: aquele interpretante que vivencia a diversidade da

cultura surda pode não ter se visto representado na tela da TV. Em contrapartida, a mesma estratégia de simplificação da realidade surtiu os efeitos pretendidos entre os não-surdos respondentes do questionário on-line, os quais declaradamente disseram, na maioria, desconhecer a cultura surda.

A visão de uma recepção crítica é essencial para percebermos que a influência da mídia é sempre relativa perante os públicos, o qual se constitui como “audiência criativa”, nos termos de Thompson (1998). Ademais, defendemos que a construção de um novo telejornalismo para surdos depende da abertura para o diálogo e participação no processo de vigilância da mídia, bem como na produção de conteúdo informativo, alterando as tradicionais formas de representação de mundo para as especificidades da comunicação espaço-visual.

No discurso, ensina o Círculo de Bakhtin, distintas vozes sociais disputam espaço em uma arena. Após os embates, tais dizeres incorporam – de modo circunstancial no tempo e espaço sócio-histórico – partes dos saberes em disputa. O discurso sobre a surdez, conforme debatemos na tese, não possui formação estanque e duradoura, se modificando a cada projeto de fala do telejornal de uma notícia para outro e até dentro da mesma matéria jornalística.

Os enunciados do *Jornal Visual* atuam, portanto, como um mosaico que abarca polifonicamente os saberes de distintos campos sociais, em uma projeção parcial e mediada de debates públicos acerca do tema em voga. Assim, as políticas afirmativas transmitidas pelo *Jornal Visual* não estão certas nem erradas por defenderem pontos de vistas de certos grupos sociais dentro da cultura surda: são apenas discursos que revelam como opera a ressignificação midiática da realidade por meio do resgate e reapropriação de determinados traços de práticas discursivas e sociais do campo da surdez, os quais são perpassados, polifonicamente, por imaginários sociodiscursivos. Diante de tais saberes simplificados, o receptor pode concordar e/ou discordar a cada instante, assim como voltar à opinião anterior de forma plena ou parcial.

Mesmo que de forma reduzida e limitada, o *Jornal Visual* constitui o primeiro esforço em âmbito nacional para cumprir o papel de informar as minorias, criando – parcialmente – espaço de resistência a imaginários cristalizados no campo discursivo da surdez.

Contudo, consideramos ser necessário avançar no modo de se fazer telejornalismo público para surdos no Brasil. Mais uma vez, como na dissertação

(FIGUEIREDO, 2008), nos deparamos com problemas advindos da tradução de conteúdos convencionalmente feitos para não-surdos e adaptados para a Libras. Tal recorrência está atrelada ao modo de produção das notícias e reportagens para surdos dos dois telejornais que analisamos, a saber: o *Jornal Visual Minas*, da Rede Minas, e agora, o *Jornal Visual*, da TV Brasil.

Dada a relevância do jornalismo público que deve estar atento a todos os tipos de interpretantes, defende-se aqui a ampliação dos quadros operacionais da TV Brasil para o programa em questão. Entendemos que a emissora tem o dever de diferenciar-se dos interesses comerciais, sendo um ambiente de resistência, o que permite dar mais espaço televisivo para as diferenças, tratando os desiguais de forma desigual para que se tornem iguais (no sentido legislativo do termo). Consideramos que, se a televisão comercial está atrelada à lógica do comércio e da audiência, a TV Brasil deve primar pela representação e respeito à diversidade brasileira em seus conteúdos.

A forma atual como o telejornal é concebido, com matérias frias traduzidas, denota a necessidade de incremento no volume de investimentos públicos para proporcionar maior infraestrutura profissional, visando à ampliação da produção de informações sobre o universo da surdez e ao início da tradução de notícias factuais – que, em nossa opinião, ajudariam o sujeito a se movimentar no mundo.

Os resultados trazidos pela presente tese e na dissertação desenvolvida por nós anteriormente (FIGUEIREDO, 2008) indicam a existência de um descompasso entre as informações transmitidas pelos telejornais brasileiros direcionados para surdos e o que espera o público-alvo investigado. Há uma lacuna entre os projetos de fala, os modos de enquadramento da realidade e as expectativas desses telespectadores. Por vezes, os interpretantes que questionamos indicam a prevalência de um embate discursivo entre a representação da realidade dada na TV e as próprias experiências do vivido, levando a distintas ancoragens polifônicas dos imaginários sociodiscursivos. Variam os graus, intensidades e formas de adesão (ou não) aos imaginários projetados pelos telejornais, os quais foram – em alguns momentos – criticados, contrastados, refutados. Essa discordância é fator integrante da construção discursiva dada na recepção. Conforme debatemos nesta tese, o público não é massa acrítica e nem incorpora plenamente os enunciados midiáticos.

No entanto, a forma como as personagens surdas foram enquadradas pelo *Jornal Visual* pode e deve ser aqui pontuada. O discurso de resistência e valorização da minoria surda deve, sim, integrar o programa de telejornalismo público da TV Brasil, porém a forma de produzir as reportagens pode ser repensada e retrabalhada.

No *corpus 1*, vimos que a temática da surdez aparece somente em cerca de 10% do total de informações transmitidas pelo *Jornal Visual* ao longo de seis meses. Quando os surdos são retratados, surgem – em metade das matérias analisadas – enquadramentos de testemunhos do vivido que superdimensionam a realidade vivida (essa é uma característica da mediação televisiva não necessariamente negativa), o que pode acarretar em estranhamento e falta de empatia dentre os surdos que possuem identidades distintas das mostradas.

A valorização da surdez deve mostrar também a diversidade da cultura e os decorrentes conflitos, angústias e anseios, indo além da mostração de surdos heróis. No plano da montagem da matéria jornalística, os surdos devem integrar também as entrevistas no papel de especialistas e comentaristas do cotidiano. Dito de outro modo, em reportagens não específicas sobre o tema da surdez, os surdos também podem ser fontes, representando a realidade a partir da perspectiva de determinada face da cultura surda. O reconhecimento midiático do papel social desempenhado pelo surdo também fortalece os sentidos de identificação dos receptores.

Evidentemente, o fato de o *Jornal Visual* ser produzido a partir do reaproveitamento de conteúdos de outros telejornais da emissora TV Brasil coloca em evidência o fato de que os surdos não são acionados como fontes para matérias cotidianas. Nas reportagens do referido programa, eles não ocupam – com frequência – os papéis sociais de advogados, economistas, educadores, consumidores, enfim, de cidadãos.

O foco das matérias sobre a surdez traz à tona, quase sempre, a dimensão privada da vida, em busca do combate ao mito da deficiência, quando o projeto de propagação de discurso de resistência poderia começar na naturalização dos surdos enquanto fontes convencionais dentro do telejornal. Por outro lado, as pautas do *Jornal Visual* não são, majoritariamente, construídas para surdos: são conteúdos projetados para telespectadores ouvintes e, posteriormente, traduzidos

para a Libras. O cotidiano dos surdos é, por vezes, silenciado na maioria das emissões do telejornal.

O referido programa da TV Brasil é um veículo público e deve prestar contas de sua atuação à sociedade. A teoria da responsabilidade social da mídia prevê que os cidadãos cobrem pela qualidade do conteúdo que recebem. Segundo Paulino (2007, p. 188), existem seis níveis de prestação de contas da mídia para a sociedade: no primeiro, a mídia continua como tradicional emissora sem o receptor poder participar da construção do conteúdo; o segundo, a mídia recruta uma pessoa pública para ser representante da audiência; o terceiro nível estabelece a criação de um colegiado de leitores e editores; no quarto, a mídia se expõe a avaliações externas por órgãos independentes; no quinto, a mídia se filia a um Conselho Superior não estatal; por fim, o último nível prevê a criação de uma forma ativa de interação com o público.

No caso da EBC, responsável pela TV Brasil e o *Jornal Visual*, a vigilância sobre a forma de se fazer o jornalismo público se caracteriza, essencialmente, por três ações: (I) canal de atendimento ao telespectador; (II) presença de *ombudsman* que recebe as críticas do público e também avalia a qualidade dos programas; (III) conselho curador que debate os modos de produzir jornalismo público dentro da empresa. Se fossemos caracterizar empiricamente o grau de abertura da EBC para com o público, chegaríamos ao nível 2 dentre 6 da prestação de contas.

A análise dos discursos do *Jornal Visual*, realizada na presente tese, constitui um exercício aos moldes de um observatório da imprensa, o que abre caminho para uma avaliação externa sobre os conteúdos transmitidos, permitindo repensar as práticas de se fazer jornalismo para surdos no país.

A reformulação da produção de conteúdo especificamente direcionado para surdos requer uma reelaboração das rotinas produtivas do *Jornal Visual*, o qual deveria contar também com um ‘conselho de telespectadores surdos e não-surdos’ para que as pautas e seus respectivos enquadramentos fossem ponderadas por parte da audiência.

A reestruturação da rotina produtiva demandaria uma nova forma de se conceber a linguagem audiovisual direcionada para a comunicação espaço-visual, em que as imagens de referência de mundo ao lado da intérprete não poderiam ser editadas no tradicional ritmo acelerado de corte das cenas a cada três ou quatro segundos. Pontuamos ainda que a tradicional construção da notícia na pirâmide

invertida<sup>89</sup> pode não ser uma forma apropriada de narrar a realidade para surdos comunicantes em língua de sinais, por estes não terem os olhares formatados para esta dinâmica de representação do real. Em Figueiredo (2008), já tínhamos defendido a necessidade de se repensar a forma de construção da narrativa telejornalística para surdos, atentando para as especificidades da língua de sinais.

O Brasil poderia ter iniciado uma modificação histórica no campo do telejornalismo inclusivo com a criação da TV Digital em 2 de dezembro de 2007. Entretanto, os interesses comerciais determinaram a continuidade da reserva de mercado aos *players* tradicionais, as grandes emissoras. Como alerta Cruz (2008, p. 17), “a idéia foi melhorar a qualidade do vídeo, ampliar os dispositivos de recepção (com a mobilidade), para manter tudo como está, sem mudar o modelo de negócios”. O sinal digital permite a ampliação da banda de transmissão. O país optou por veicular, nesse perímetro, arquivos mais pesados com imagens em alta resolução, quando poderia ter aderido ou desenvolvido modelos de transmissão que possibilitam novos recursos de interação.

Caso tivesse acordado ao formato de TV Digital com mais funcionalidades, isso traria novas empresas ao mercado televisivo, as quais poderiam criar serviços de tradução ou mesmo programas exclusivos em Libras, em que o telespectador teria a oportunidade de escolher, em um clique no controle remoto, qual é a melhor forma de receber informações, seja por língua de sinais, português escrito/oral ou sistemas mistos. Essas novas ferramentas poderiam até oferecer o redimensionamento do tamanho das imagens em prol do intérprete. Em suma, se a TV Digital interativa fosse uma realidade no país, o telespectador poderia controlar, em parte o fluxo televisual, definindo como prefere a recepção de uma notícia.

---

<sup>89</sup> O termo refere-se à técnica jornalística de relatar os acontecimentos a partir do que ser mais importante.

### **(iii) Perspectivas de investigações futuras**

O presente estudo não pretende encerrar as pesquisas em torno do telejornalismo para surdos no Brasil, mas dar alguma contribuição para pensar a questão na atualidade. Dentre as necessidades de conhecimento, estão: (I) a investigação sobre os modos de tradução da linguagem jornalística para a Libras; (II) a análise das rotinas produtivas do *Jornal Visual*, o que requer novas incursões sobre como a notícia é produzida e traduzida em língua de sinais, enfocando as restrições que Soulages (1999) aponta como determinantes no tratamento da informação pelos jornalistas; (III) a construção de uma TV própria e adequada para quem recebe mensagens prioritariamente pela visão.

Por fim, pensamos ser necessário aprofundar – em pesquisa futuras – a análise sobre os processos subjetivos e cognitivos de recepção de enunciados midiáticos, tendo em vista que nosso arcabouço nos proporcionou acesso às materialidades discursivas dos receptores e não às dimensões de decodificação e interpretação dos sentidos.

## REFERÊNCIAS

---



ABRIC, Jean-Claude. La recherche du noyan central et de la zone muette des représentations sociales. *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne: Éditions Éres, 2007.

ACERP [2012]. *ACERP vai produzir televisão para surdos*. Disponível em: <<http://www.acerp.org.br/?p=794>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

AMOSSY, Ruth. A *Espécie Humana*, de Robert Antelme ou as modalidades argumentativas do discurso testemunhal. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso*. v.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 252-271.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago. A legendagem para surdos no Brasil. In: *Questões de Lingüística Aplicada*. Fortaleza: Eduece, 2005.

ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago; FRANCO, Eliana. Reading television: checking deaf people's reactions to closed subtitling in Fortaleza, Brazil. In: *The Translator*. Manchester: St. Jerome, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR15290: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro, 2005.

ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. *O poder do discurso e o discurso do poder: a construção do consenso nas falas do presidente Fernando Henrique Cardoso*. 2001. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciative(s). In : *Langages: Les Plans d'Énonciation*. Paris: Larousse, mar. 1984. v. 19, n. 73, p. 98-111. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge\\_0458-726x\\_1984\\_num\\_19\\_73\\_1167](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1984_num_19_73_1167)>. Acesso em: 28 mar. 2013.

BAKHTIN, Mikhail [1981]. *Problemas da poética de Dostoievski*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BENVENISTE, Émile [1974]. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 2006.

BOYER, Henri. Stéréotype, emblème, mythe. Sémiotisation médiatique et figement représentationnel. *Mots. Les langages du politique*. Paris, n. 88, novembro, p. 99-113, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª. edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. *Decreto n. 5.296*, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Portaria SEDH n. 2.344, de 3 novembro de 2010. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 5 nov. 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynand. São Paulo: Paz e Terra, 1982. 6ª. ed.

CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto* – V. Tradução de Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

CHABROL, Claude. Pour une psycho-socio-pragmatique de l'Agir communicationnel. *Cahiers de linguistique française*. v. 26, 2004, p. 197-213. Disponível em :< <http://clf.unige.ch/display.php?numero=26&idFichier=81>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

CHABROL, Claude; CAMUS-MALAVERGNE, Odile. Un discours politique en réception: mémorisation et compréhension. In: *Mots*, set. 1994, n. 40. Ecoutes, échos du politique. p. 7-24. Disponível em: < url : [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots\\_0243-6450\\_1994\\_num\\_40\\_1\\_1904](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1994_num_40_1_1904)>. Acesso em: 28 mar. 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. A estruturação sociolinguageira e o quadro metodológico. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). *O discurso na mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick; GHIGLIONE, Rodolphe. *La parole confisquée*. Un genre télévisuel: le talk show. Paris Dunod, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (orgs.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discourse. Paris: Harmattan, 2007. v. 4, p. 49-63.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª. edição. São Paulo: Contexto, 2009a.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. A. *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009b.

CHARAUDEAU, Patrick. *Da língua ao discurso: competências, parâmetros de análise, gêneros e estratégias*. 26-30 de mar. de 2012a. Notas de aula (curso promovido no Cefet-MG).

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia (orgs.). *As emoções no discurso*. São Paulo: Mercado das Letras, 2007. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>>. Acesso em: 30 abr. 2012b.

CHARAUDEAU, Patrick [2012]. Histoire d'un emprunt. Histoire d'une coïncidence. Un hommage à Jean Peytard. In: BORG, Serge; MACHADO, Ida Lucia; SORIA, Marilu (orgs.). *Synergies Monde: Un hommage à Jean Peytard, Précurseur de l'analyse de discours et de la didactique des langues*, n. 10, 2013. Disponível em: <<http://ressources-cla.univ-fcomte.fr/gerflint/Monde10/charaudeau.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008. 13ª. reimpressão.

COURBET, Didier; FOURQUET-COURBET, Marie-Pierre; CHABROL, Claude. « Sujets sociaux et médias : débats et nouvelles perspectives en sciences de l'information et de la communication », *Questions de communication* [En ligne], 10, 2006. p. 157-179. Disponível em: <<http://questionsdecommunication.revues.org/3464>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

CRUZ, Renato. *TV digital no Brasil: tecnologia versus política*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

DEBORD, Guy [1967]. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contratempo, 2000.

DEBORD, Guy. *Comentarios sobre la sociedad del espectáculo*. Barcelona: Anagrama, 1988.

DESCHAMPS, Jean-Claude; MOLINER, Pascal. *L'identité en psychologie sociale : des processus identitaires aux représentations sociales*. Paris: Armand Colin, 2008.

DURKHEIM, Émile. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF, 1963.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. 4ª. reimpressão.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ESQUENAZI, Jean-Pierre. *Sociologie des publics*. Paris : Éditions La Découverte, 2009.

FENNETEAU, Hervé. *Enquête: entretien et questionnaire*. Paris: Dunod, 2007.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos; CALDAS, Ludmila Vieira de Souza. *Sentidos: uma busca interdisciplinar pela valorização da cultura surda*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa, 2006.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. Discurso, poder e representações: o dizer oficial sobre a surdez. In: *VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal e II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso*, 2007, São Paulo/SP. Anais do VIII ENIL e II SIAD. São Paulo/SP: EdUSP, 2007. v. 1.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos; REZENDE, Guilherme Jorge de. A inter-relação entre a imagem e a palavra nas notícias telejornalísticas com o advento do *closed caption*. In: XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste – Intercom Sudeste, 2007, Juiz de Fora. *Anais XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste - Intercom Sudeste*. Juiz de Fora: Facom, UFJF, 2007. CD-ROM.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos. *Televisão, surdez, representações sociais: análise da recepção, por telespectadores surdos, das mensagens em Língua Brasileira de Sinais veiculadas pelo Jornal Visual Minas*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São João del-Rei, 2008.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos. A influência do closed caption nas relações entre os códigos da linguagem televisiva. *Comunicarte*, 2010, v. 41, p. 37-57.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos. A construção de imagens etóticas no *Jornal Visual*. In: *IX Congresso Latino-americano de Estudos do Discurso*, 2011a, Belo Horizonte. Anais do IX Congresso Latino-americano de Estudos do Discurso [recurso eletrônico]. Belo Horizonte : Cedecom/UFMG, 2011a. v. 1.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos. A surdez como diferença comunicativa. *Línguas & Letras (UNIOESTE)*, 2011b, v. 12, p. 1-15.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos. Representações da surdez no Jornal Visual Minas. *In Texto (UFRGS. Online)*, 2011c, v. 1, p. 89-102.

FIGUEIREDO, Ivan Vasconcelos. Os surdos na televisão: análise dos imaginários sociodiscursivos veiculados em reportagens do Jornal Visual. *Rumores (USP)*, 2012a, v. 1, p. 233-249.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

GESUELI, Maria Z. Língua(gem) e identidade: a Surdez em questão. *Educação e Sociedade*, Campinas v. 27, p. 277-292, 2006.

GIACOMINI, Marcelo Corrêa. *Leitura e recepção do discurso legal: a construção doutrinária da função social da propriedade no Código Civil*. Dissertação (Mestrado em Linguística do Texto e do Discurso) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

GHIGLIONE, Rodolphe. La réception des messages. Approches psychosociologiques. *Hermès* (Paris. 1988), 1993, n. 11-12, fascicule thématique "A la recherche du public" (1993). Disponível em : <[http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/15497/HERMES\\_1993\\_11-12\\_248.pdf?sequence=1](http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/15497/HERMES_1993_11-12_248.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 29 mar. 2013.

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro no processo de produção escrita por sujeitos surdos*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

GUILBERT, Thierry. *Le discours idéologique ou la force de l'évidence*. Paris: L'Harmattan, 2007.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultura da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2004.

GÜNTHER, Hartmut. *Como elaborar um questionário* (Série: Planejamento de Pesquisas nas Ciências Sociais, n. 1). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003. Disponível em: <[www.psi-ambiental.net/pdf/01Questionario.pdf](http://www.psi-ambiental.net/pdf/01Questionario.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2011.

HALL, Stuart. *Da diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia\\_Censo2000.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2006.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/tab1.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/tab1.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2012.

JACQUES, Francis. *Différence et subjectivité*. Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1982.

JACQUES, Francis. *L'espace logique de l'interlocution*. Paris : Presses Universitaires de France, 1985.

JAPPE, Anselm. O reino da contemplação passiva. In: NOVAES, Adauto (org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 4 nov. 2010. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 17 nov. 2010. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 18 nov. 2010. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 24 dez. 2010. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 31 dez. 2010. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 15 fev. 2011. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 21 fev. 2011. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 24 fev. 2011. Programa de TV.

JORNAL VISUAL. Rio de Janeiro: TV Brasil, 1 abr. 2011. Programa de TV.

JOST, François. Por uma semiologia das mídias. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 25-42, jul./dez. 2012. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/36220> >. Acesso em: 14 jan. 2013.

KATZ, Elihu. Lire la réception à travers le modèle des effets limités. Actualité de Lazarsfeld. In : MÉADEL, Cécile (org.). *La réception*. Paris : CNRS Éditions, 2009. p. 47-66.

LE BRETON, David. Antropologia das emoções I. In: *As paixões ordinárias*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LIMA, Helcira. *Patemização no tribunal do júri*: emoções, imagens, discursos. In: Estudo da Língua(gem), v.6, n.1. Vitória da Conquista: jun. 2008, p. 127-142.

LIVINGSTONE, Sonia; LUNT, Peter. Un public actif, um téléspectateur critique. In : MÉADEL, Cécile (org.). *La réception*. Paris : CNRS Éditions, 2009, p. 109-132.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre a Teoria Semiolingüística. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 2, p. 13-21, jul./dez. 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 20, n.1, p. 187-207, jan./jun. 2012.

MACHADO, Ida Lucia; MENDES, Emilia. Análise Semiolingüística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. *Revista ALED*. (No prelo).

MAIA, Rousiley C. Expanding the mass media role for the functioning of the political public sphere. In: CORREIA, João C.; MAIA, Rousiley C. *Public Sphere Reconsidered: Theories and Practices*. Covilhã, Portugal: UBI/Labcom, 2011. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/84>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.

MALHOTRA, Naresh. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANN, Chris; STEWART, Fiona. *Internet Communication and Qualitative Research: a handbook for researching online*. London: SAGE Publications: 2000.

MANNONI, Pierre. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1998.

MANSFIELD, Nick. *Subjectivity: the theories of the self from Freud to Haraway*. New York: New York University Press, 2000.

MARI, Hugo. Percepção de sentido: entre restrições e estratégias contratuais. In: MACHADO, Ida Lúcia et alli. *Ensaio em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2002.

MARKOVÁ, Ivana. *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARX, Karl [1867]. *O Capital*. São Paulo: Centauro, 2005.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. Análise do discurso e da tradução. In: LARA, Gláucia Lara Proença; MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander (orgs.). *Análises do Discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2008, vol. 1, p. 31-43.

MENDES, Emília. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

MENDES, Emília. Por um remodelamento das abordagens dos efeitos de real, efeitos de ficção e efeitos de gênero. In: LARA, Gláucia P. et alli. (orgs.). *Análises do discurso hoje*. v. II. Rio de Janeiro: Lucerna/ Nova Fronteira, 2008.

MENDES, Emília. *Grade de análise de imagens* (mimeo), 2010b.

MENDES, Emília. *Teorias do Discurso: os caminhos da Análise do Discurso*. 31 mar. 2011. Notas de aula.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: Brait, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 167-176.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. *Censo da Educação Superior 2010*. Disponível em: <[http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior\\_2010/](http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2010/)>, Acesso em: 12 dez. 2012.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In: JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 79-103.

MOSCOVICI, Serge; DOISE, William. *Dissensões e consenso: uma teoria geral das decisões coletivas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

OLIVEIRA, Luiz Claudio Vieira de. *Percursos da Análise do Discurso*. Monografia (Graduação em Letras – Bacharelado em Francês) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

PAULINO, Fernando Oliveira. Comunicação e responsabilidade social: modelos, propostas e perspectivas. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (orgs.). *Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 177-199.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.) *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

PEYTARD, Jean. (1983). La place et le statut du “lecteur” dans l’ensemble “public”. In: *Semen*. Disponível em: <<http://semen.revues.org/4231>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

RIBEIRO, Maria Clara Maciel de Araújo. Multiculturalismo nos discursos sobre a surdez. In: *II Simpósio Internacional em Análise Crítica do Discurso e VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e não-Verbal*, 2008, São Paulo. Anais do VIII ENIL / organização de Beatriz Daruj Gil, Zilda Gaspar Oliveira. São Paulo: USP, 2007.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Ufam, 2002.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SCHRAMM, Wilbur. *The process and effects of mass communication*. 8 ed. Urbana: Univ. Illinois, 1970.

SILVA, Giani David. *A informação televisiva: uma encenação da realidade (comparação entre telejornais brasileiros e franceses)*. 2005. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.



SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, Carlos. Discursos y prácticas sobre la deficiencia y la normalidad. Las exclusiones del lenguaje, del cuerpo y de la mente. In: GENTILI, Pablo (coord.). *Códigos para la ciudadanía*. La formación ética como práctica de la libertad. Buenos Aires: Santillana, 2000.

SKLIAR, Carlos; SOUZA, Regina Maria de. *O debate sobre as diferenças e os caminhos para (re)pensar a educação*. Disponível em: < [http://virtual.udesc.br/Midioteca/Publicacoes\\_Educacao\\_de\\_Surdos/artigo09.doc](http://virtual.udesc.br/Midioteca/Publicacoes_Educacao_de_Surdos/artigo09.doc)>. Acesso em: 23 abr. 2012.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *The mathematical theory of communication*. Illinois: The University, 1964.

SOULAGES, Jean-Claude. *Les mises en scène visuelles de l'information: étude comparée France, Espagne, États-Unis*. Paris : Nathan, 1999.

SOULAGES, Jean-Claude. A formatação do olhar. In: MACHADO, Ida Lucia; MARI, Hugo; MELLO, Renato (orgs.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFGM, 2002.

SOULAGES, Jean-Claude. Instrumentos de análise do discurso nos estudos televisuais. In: LARA, Gláucia Muniz Proença et alli. (orgs.). *Análises do Discurso Hoje*, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2008, p. 254-277.

THOMA, Adriana da S. Surdo: esse “outro” que fala a mídia. In: SKLIAR, Carlos (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.

THOMPSON, John. B. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

TV BRASIL. *Sobre a TV*. Disponível em: < <http://tvbrasil.ebc.com.br/sobreatv>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

VIZEU, Alfredo. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

VOLOSHÍNOV, Medvedev & BAKHTIN, Mikhail [1929]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

WIEVIORKA, Michel. *La violence*. Paris: Hachette Littératures, 2005.

WUNENBURG, Jean-Jacques. *L'imaginaire*. Paris: PUF, 2003.

ANEXOS

---

## Anexo 1 - Questionário individual on-line

O questionário abaixo faz parte de pesquisa científica sobre a surdez. Gostaríamos de contar com a sua participação, respondendo onze perguntas a seguir. As suas respostas farão parte da análise sobre como a surdez é caracterizada pelo Jornal Visual e por seu público-alvo. A sua participação é voluntária e, em qualquer momento, você pode desistir de responder.

### Autorização de uso dos depoimentos

Autorizo a utilização gratuita de meus depoimentos com a finalidade de contribuir para pesquisa de Doutorado intitulada “Imaginários sociodiscursivos da surdez: análise contrastiva de discursos do Jornal Visual e de surdos e não-surdos”, de autoria de Ivan Vasconcelos Figueiredo, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Emília Mendes, dentro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. As informações fornecidas poderão ser utilizadas para fins acadêmicos: em teses, artigos, livros, assim como outros materiais e mídias que, porventura, possam se desenvolver a partir desta pesquisa.

☐ Sim ☐ Não

### A) Dados

Inicialmente, gostaríamos de fazer quatro perguntas para melhor caracterizar quem responde esta pesquisa.

1. Você se considera surdo ou ouvinte?

☐ Surdo ☐ Ouvinte.

1.1. Qual é a sua idade?

☐ Até 17 anos

☐ 18 a 25 anos

☐ 26 a 30 anos

☐ 31 a 35 anos

☐ Acima de 36 anos

2. Quais línguas você sabe? Marque uma ou mais opções.

☐ Português ☐ Língua Brasileira de Sinais (Libras) ☐ Outra língua de sinais

2.1. Se você sabe Português, como aprendeu?

☐ Na escola ☐ Em casa, com os parentes ou amigos ☐ Outra:

\* Caso tenha marcado “Outra”, por favor, especifique.

---

2.2. Se você sabe a Língua Brasileira de Sinais, como aprendeu?

☐ Na escola ☐ Em casa, com os parentes ou amigos ☐ Outra:

\* Caso tenha marcado “Outra”, por favor, especifique.

---

2.3. Se você sabe uma língua de sinais diferente da Libras, como aprendeu?

☐ Na escola ☐ Em casa, com os parentes ou amigos ☐ Outra:

\* Caso tenha marcado “Outra”, por favor, especifique.

---

3. Selecione em qual estado do Brasil você mora:

[ ] Espírito Santo [ ] Minas Gerais [ ] Rio de Janeiro [ ] São Paulo [ ] Outro

(Caso a opção marcada foi “outro”, a participação foi finalizada com a seguinte mensagem: Agradecemos a sua participação. Acompanhe a evolução desta pesquisa em <http://pesquisasurdez.wordpress.com>)

4. Selecione qual instituição você faz parte:

[ ] UFMG [ ] UFRJ [ ] UFES [ ] USP [ ] FENEIS [ ] INES [ ] Outra

(Caso a opção marcada foi “outra”, a participação foi finalizada com a seguinte mensagem: Agradecemos a sua participação. Acompanhe a evolução desta pesquisa em <http://pesquisasurdez.wordpress.com>)

## B) A surdez para você e a sociedade

Esta é a segunda e penúltima fase do questionário. Gostaríamos que você respondesse a quatro perguntas sobre como é a surdez para você e a sociedade.

5. Você assiste telejornais em Língua Brasileira de Sinais (Libras)?

[ ] Sim [ ] Não

Se você marcou “Sim”, quais telejornais você assiste com mais frequência?

---

6. Como você define a surdez?

Instruções: cada linha apresenta uma palavra que você deve decidir se ela serve (ou não) para descrever o que é a surdez. A escala tem graus de descrição.

Por exemplo, você acha que a surdez é normal? Se a resposta for “sim”, marque “descreve”; se for “não”, assinale “não descreve”. Caso não tenha tanta certeza se a palavra representa o que é a surdez, indique as opções “parcialmente” ou “neutro”.

|              | Não descreve a surdez | Não descreve parcialmente a surdez | Neutro                | Descreve parcialmente a surdez | Descreve a surdez     |
|--------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Normal       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Igual        | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Diferença    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Especial     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Doença       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Deficiência  | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Outra opção* | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |

\* Caso tenha marcado “Outro”, por favor, especifique.

---

7. Como a sociedade define sobre a surdez?

Instruções: cada linha apresenta uma palavra que você deve decidir se ela mostra (ou não) o que a sociedade pensa sobre a surdez. Por exemplo: você acha que a sociedade pensa que a surdez é normal?

|              | Não descreve a surdez | Não descreve parcialmente a surdez | Neutro                | Descreve parcialmente a surdez | Descreve a surdez     |
|--------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| Normal       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Igual        | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Diferença    | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Especial     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Doença       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Deficiência  | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |
| Outra opção* | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/>          | <input type="radio"/> |

\* Caso tenha marcado “Outro”, por favor, especifique.

---

8. Seleccionamos algumas frases em relação aos surdos e à surdez. Por favor, marque o valor da escala que melhor expressa a sua opinião.

|                                                                                   | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| A surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada.                | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A surdez é uma doença que pode ser resolvida com ajuda da medicina e da educação. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos não vivem normalmente por causa da surdez.                              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A surdez não impede os surdos de viver normalmente.                               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade.                     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais.               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade.               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos.          | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A surdez é uma perda auditiva que não impede dos surdos de se relacionarem.       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

### C) A surdez no Jornal Visual

9. Esta é a última fase do questionário. Pedimos que você assista sete notícias e reportagens do Jornal Visual antes de responder as perguntas:

9.1. Clique no *link* para assistir a reportagem 1 (tempo de duração: três minutos e trinta segundos). Em seguida, responda:

9.1.1. Qual é o assunto da notícia que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.1.2. A reportagem mostra o seu dia-a-dia?

[ ] Sim [ ] Não

9.1.3. Como o surdo é retratado na reportagem? Marque uma ou mais opções.

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Normal      | <input type="radio"/> |
| Anormal     | <input type="radio"/> |
| Igual       | <input type="radio"/> |
| Diferente   | <input type="radio"/> |
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.1.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião

|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.2. Clique no *link* para assistir a reportagem 2 (tempo de duração: dois minutos). Em seguida, responda:

9.2.1. Qual é o assunto da reportagem que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.2.2. A reportagem mostra o seu dia-a-dia?

[ ] Sim [ ] Não

9.2.3. Como o surdo é retratado na reportagem? Marque uma ou mais opções.

|           |                       |
|-----------|-----------------------|
| Normal    | <input type="radio"/> |
| Anormal   | <input type="radio"/> |
| Igual     | <input type="radio"/> |
| Diferente | <input type="radio"/> |

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.2.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião

|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.3. Clique no *link* para assistir a reportagem 3 (duração dois minutos). Em seguida, responda:

9.3.1. Qual é o assunto da reportagem que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.3.2. A reportagem mostra o seu dia-a-dia?

[ ] Sim [ ] Não

9.3.3. Como o surdo é retratado na reportagem? Marque uma ou mais opções.

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Normal      | <input type="radio"/> |
| Anormal     | <input type="radio"/> |
| Igual       | <input type="radio"/> |
| Diferente   | <input type="radio"/> |
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.3.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião

|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.4. Clique no *link* para assistir a reportagem 4 (tempo de duração: um minuto). Em seguida, responda:

9.4.1. Qual é o assunto da notícia que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.4.2. A notícia mostra o seu dia-a-dia?

☐ Sim ☐ Não

9.4.3. Como o surdo é retratado na notícia? Marque uma ou mais opções.

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Normal      | <input type="radio"/> |
| Anormal     | <input type="radio"/> |
| Igual       | <input type="radio"/> |
| Diferente   | <input type="radio"/> |
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.4.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião

|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.5. Clique no [link](#) para assistir a reportagem 5 (tempo de duração: um minuto). Em seguida, responda:

9.5.1. Qual é o assunto da notícia que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.5.2. A notícia mostra o seu dia-a-dia?

☐ Sim ☐ Não

9.5.3. Como o surdo é retratado na notícia? Marque uma ou mais opções.

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Normal      | <input type="radio"/> |
| Anormal     | <input type="radio"/> |
| Igual       | <input type="radio"/> |
| Diferente   | <input type="radio"/> |
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.5.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião



|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.6. Clique no [link](#) para assistir a reportagem 6 (tempo de duração: três minutos). Em seguida, responda:

9.6.1. Qual é o assunto da notícia que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.6.2. A notícia mostra o seu dia-a-dia?

[ ] Sim [ ] Não

9.6.3. Como o surdo é retratado na notícia? Marque uma ou mais opções.

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Normal      | <input type="radio"/> |
| Anormal     | <input type="radio"/> |
| Igual       | <input type="radio"/> |
| Diferente   | <input type="radio"/> |
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.6.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião

|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

9.7. Clique no [link](#) para assistir a notícia 7 (tempo de duração: um minuto e trinta segundos). Em seguida, responda:

9.7.1. Qual é o assunto da notícia que você assistiu?

\_\_\_\_\_

9.7.2. A notícia mostra o seu dia-a-dia?

[ ] Sim [ ] Não

9.7.3. Como o surdo é retratado na notícia? Marque uma ou mais opções.

|         |                       |
|---------|-----------------------|
| Normal  | <input type="radio"/> |
| Anormal | <input type="radio"/> |
| Igual   | <input type="radio"/> |

|             |                       |
|-------------|-----------------------|
| Diferente   | <input type="radio"/> |
| Inteligente | <input type="radio"/> |
| Especial    | <input type="radio"/> |
| Doente      | <input type="radio"/> |
| Deficiente  | <input type="radio"/> |

9.7.4. Por favor, marque a alternativa que melhor expressa a sua opinião

|                                                                                         | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Você concorda com o modo como os surdos foram mostrados na reportagem do Jornal Visual? | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

10. Após ter assistido as sete notícias e reportagens do Jornal Visual, por favor, marque o valor da escala que melhor expressa a sua opinião nas nove frases abaixo. Instruções: desenvolvemos uma escala de 1 a 5, onde o 1 representa “discordo totalmente” e o 5 “concordo totalmente”.

|                                                                                   | Discordo totalmente   | Discordo              | Neutro                | Concordo              | Concordo totalmente   |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| A surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada.                | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A surdez é uma doença que pode ser resolvida com ajuda da medicina e da educação. | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos não vivem normalmente por causa da surdez.                              | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A surdez não impede os surdos de viver normalmente.                               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade.                     | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais.               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade.               | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos.          | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| A surdez é uma perda auditiva que não impede dos surdos de se relacionarem.       | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

11. As notícias e reportagens do Jornal Visual fizeram você mudar de opinião sobre a surdez?  
 [ ] Sim [ ] Não [ ] Parcialmente.

**Mensagem de agradecimento**

Agradecemos a sua participação. Acompanhe a evolução desta pesquisa em <http://pesquisasurdez.wordpress.com>.

Lembramos que todas as suas respostas serão tratadas de forma confidencial. Os resultados serão apresentados de maneira a não permitir a identificação de participantes individuais.

## **Anexo 2 - Carta-convite Enviada para universidades, Feneis, associações de surdos e INES**

Olá,

Entro em contato com você para que participe de uma pesquisa científica sobre a surdez no Brasil.

Sou doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e minha tese trata sobre o que os brasileiros residentes no Sudeste pensam sobre a surdez e o que a mídia diz sobre a surdez.

Estou na fase de coleta de dados quantitativos e qualitativos e gostaria de contar com a sua participação. O *blog* <http://pesquisasurdez.wordpress.com> foi montado para que você possa responder dez perguntas sobre os surdos e a surdez. Neste site, há mais informações sobre a pesquisa e o pesquisador.

Estou à sua disposição para receber sugestões e prestar esclarecimentos pelo e-mail: [ivanfigueiredo@ufmg.br](mailto:ivanfigueiredo@ufmg.br)

Obrigado,

Ivan Vasconcelos Figueiredo

Doutorando em Estudos Linguísticos

Faculdade de Letras/ Universidade Federal de Minas Gerais.

### **Anexo 3 - Relatório do questionário on-line**

O presente anexo denominado de “Relatório” apresenta os resultados e análises dos dados obtidos com a aplicação de questionário on-line junto a parte do público idealizado pelo *Jornal Visual* da TV Brasil. Essa etapa da pesquisa ocorreu no período de 15 de abril a 15 de julho de 2012, quando foram coletadas 842 respostas: dentre elas, 17 eram de surdos, 772 de ouvintes e 34 de pessoas que não aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Dessa amostragem geral, a participação majoritária foi de pessoas com 18 a 25 anos (51,6%); aqueles com idade entre 26 e 30 anos representaram 9,5%; os pertencentes à faixa etária acima de 36 anos compuseram 17,9% e os até 17 anos, 0,8%. Como critério de seleção, os participantes com mais de 36 anos e os menores de idade não foram considerados. O grupo geral declarou conhecer Português (99,6%), Libras (12,2%) e outras línguas de sinais (1%). Dos que disseram dominar a Libras, 64,2% descreveram o aprendizado em cursos de Libras nas universidades, igrejas, escolas e disciplinas acadêmicas. Somente 22,1% dos participantes relataram que aprenderam a Libras na escola.

Conforme explicitado anteriormente, a seleção da amostra correspondeu à formação social aferida pelo IBGE (2012), em que os surdos do Sudeste compõem 4,7% da população. Nesse sentido, 16 questionários de surdos foram considerados dentro dos critérios de residência, faixa etária e instituição filiada. A relação percentual de 4,7% fixada para essas 16 respostas norteou a seleção dos 319 primeiras respostas válidas de não-surdos. O *corpus 2* é formado, portanto, por 325 colaboradores.

#### **A. Características preliminares dos colaboradores surdos e não-surdos**

Nas análises empreendidas a seguir, foi dada condição de equidade no valor das respostas dos grupos. A presente pesquisa utilizou a técnica de somatória percentual para que as percepções de surdos e não-surdos fossem equiparadas. Evidentemente, essa forma de tratamento dos dados leva a um maior peso das considerações individuais dos surdos, tendo em vista que o universo amostral desses participantes é menor. Logo, a opinião de um surdo é avaliada em meio ao universo de 16 sujeitos enquanto que a de um não-surdo dentre 319. Caso fossem integradas as visões dos surdos à somatória geral, em que a resposta individual tivesse peso considerado com relação a 325 sujeitos, seriam minimizados os dizeres dessa parcela de colaboradores, reproduzindo, então, os processos de marginalização existentes na esfera social.

Dentre os sujeitos participantes do questionário on-line, os colaboradores que se declararam surdos integram um grupo de 16 telespectadores. A faixa etária considerada para investigação foi de pessoas com 18 a 35 anos e, neste segmento, os surdos se distribuem,

majoritariamente (62%), entre 31 e 35 anos; sendo seguidos por aqueles com 26 a 30 anos (19%) e 18 a 25 anos (19%). Os não-surdos<sup>90</sup> formaram um grupo de 319 sujeitos, em que a faixa etária predominante foi entre 18 e 25 anos (66%), seguido por aqueles com 26 a 30 anos de idade (24%) e entre 31 e 35 anos (10%). O gráfico 1 permite perceber as classes de idades dos colaboradores que responderam a pesquisa.

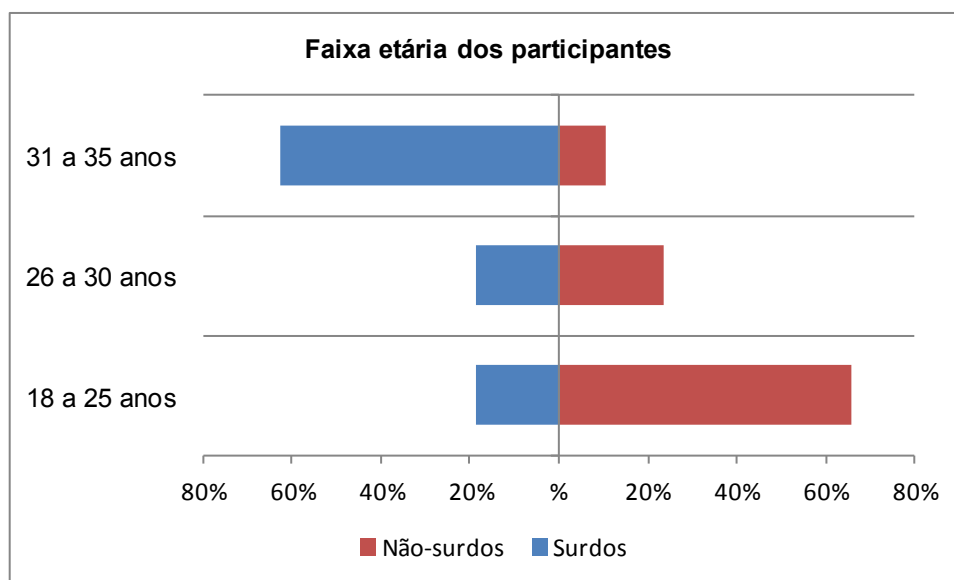


GRÁFICO 1 – Faixa etária dos telespectadores surdos e não-surdos

No grupo de surdos, 57% possuem conhecimentos bilíngues. Especificamente, 44% dos participantes dizem dominar o português e a Libras, enquanto que outros 13% sabem, além dessas línguas, outra forma de comunicação espaço-visual (GRAF. 2). Por outro lado, 9% dos não-surdos afirmam ser bilíngues Língua Portuguesa/Libras e 90% deles sabem somente o português. O conhecimento de outras línguas de sinais ocorre em apenas um caso dentre os 319.

<sup>90</sup> Como pode ser observado no questionário anexo, o termo “não-surdo” foi substituído pelo “ouvinte”, tendo em vista a associação convencional e socialmente dada entre os surdos e ouvintes. Essa substituição de palavras teve o intuito de facilitar a discussão por parte dos colaboradores. Em uma perspectiva sociocultural, ser surdo não é o oposto de ser ouvinte; é uma cultura distinta pautada na comunicação espaço-visual.

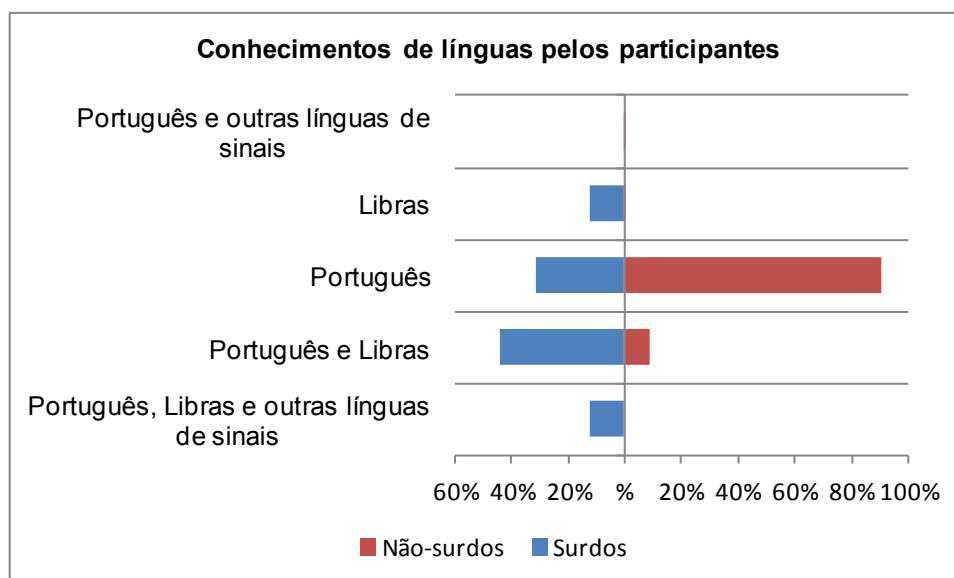


GRÁFICO 2 – Conhecimentos de línguas pelos surdos e não-surdos

O questionário on-line foi estruturado com perguntas e respostas em Língua Portuguesa. Essa opção restringiu a maior participação de surdos que dominassem somente a comunicação espaço-visual. Cabe notar ainda que 31% dos surdos declaram conhecer somente o português, fator que está relacionado aos sujeitos que, provavelmente, se tornaram surdos na fase adulta, quando já obtiveram conhecimento prévio da Língua Portuguesa, e também à opção terapêutica e educacional de “oralização”, pelo aprendizado da língua oral com o auxílio de implantes cocleares. Os participantes que responderam conhecer somente a Libras integram 13% do grupo. A amostra retrata, portanto, as opiniões particulares de surdos bilíngues (66%), oralizados (31%) e sinalizadores (13%). Os dados coletados não podem ser considerados como o padrão de pensamento de todos os surdos brasileiros, aos moldes de um Censo.

Os telespectadores surdos que dominam o português dizem ter aprendido a língua na escola (68,7%), em conjunto com a ajuda de amigos e parentes em casa. Preponderantemente, a Libras foi aprendida fora do ambiente escolar, em 82% dos casos relatados, por meio da convivência com amigos, em casa, na associação de surdos. O aprendizado na escola foi apontado somente em 18%, ou seja, dois casos. Diante da questão sobre como aprenderam outra língua de sinais, todos os colaboradores enunciaram o conhecimento informal pelo contato, em casa, com parentes e amigos.

Dos 319 não-surdos, 29 colaboradores que disseram conhecer a Libras. Nesses casos, a educação na escola foi apontada fonte primeira do contato com a língua em 34% das ocorrências, sendo seguida por 24% que aprenderam em cursos particulares promovidos por instituições como a FENEIS, assim como com parentes e amigos surdos.

O predomínio do ensino da Libras na escola é decorrente da característica da amostra, composta por universitários, os quais tiveram contato com a Libras na grade curricular<sup>91</sup>. Todavia,

<sup>91</sup> A Libras foi introduzida na grade curricular dos cursos de ensino superior do Brasil a partir de 2005, com a publicação do Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005 9 (vide artigo 3º., Cap. II).

nove entre dez integrantes das universidades estudadas declaram não conhecer a Libras. Essa característica pode estar associada ao fato da disciplina de Libras ser obrigatória somente nas licenciaturas dos cursos de Ensino Superior no país; para os demais tipos de graduação, o aprendizado é facultativo.

No que se refere à residência na região Sudeste, a maioria dos respondentes surdos do questionário é de Minas Gerais (56%), seguido por São Paulo (19%), Rio de Janeiro (13%) e Espírito Santo (12%). Na proporção de participantes não-surdos, 90% deles são de Minas Gerais, 4% do Espírito Santo, 3% do Rio de Janeiro e outros 3% de São Paulo. O gráfico 3 apresenta os números da composição por residência.

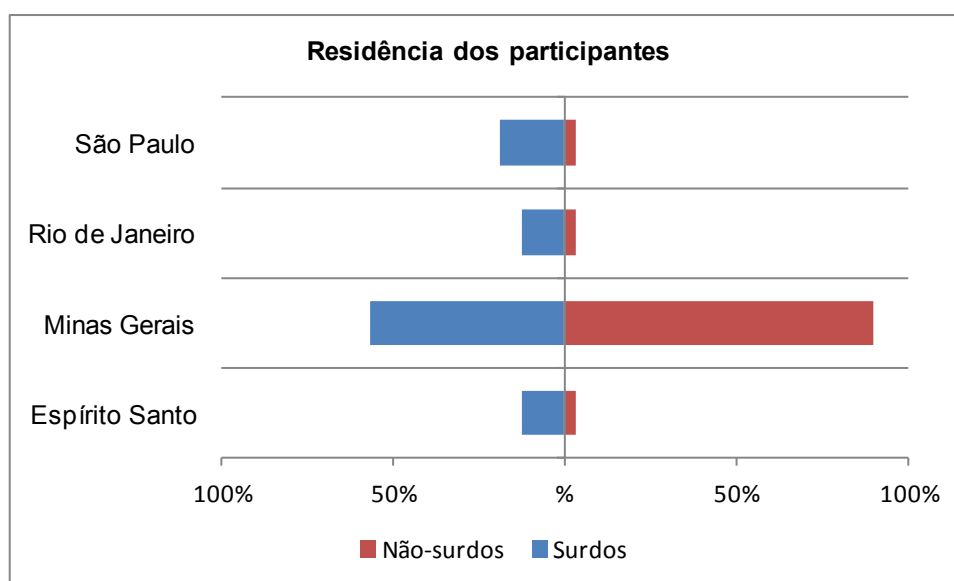


GRÁFICO 3 – Amostragem de participantes por Estado de residência

Dos residentes surdos em Minas Gerais, dois são integrantes da UFMG (13%) e outros dois da FENEIS estadual (13%), além de cinco (60%) apontarem pertencer a outra instituição das relacionadas ao questionário. Os participantes de São Paulo e Espírito Santo mencionaram vínculo com associação distinta das previamente relacionadas. Já o Rio de Janeiro traz a voz de um membro da UFRJ (7%) e outro do INES (7%).

O gráfico 4 ilustra a composição da amostra por tipo de instituição. Como é possível perceber, a participação da UFMG é destacada, em razão da ampla difusão realizada pela universidade através do correio eletrônico a todos os estudantes. Nas demais instituições, o contato on-line com os integrantes não foi permitido com essa amplitude. A USP, por exemplo, possui norma que impede o envio de e-mail para qualquer aluno "com deficiência". A UFRJ não respondeu oficialmente às solicitações. Nesses casos, a estratégia utilizada foi o contato direto com departamentos. Contudo, a difusão não foi tão ampla.



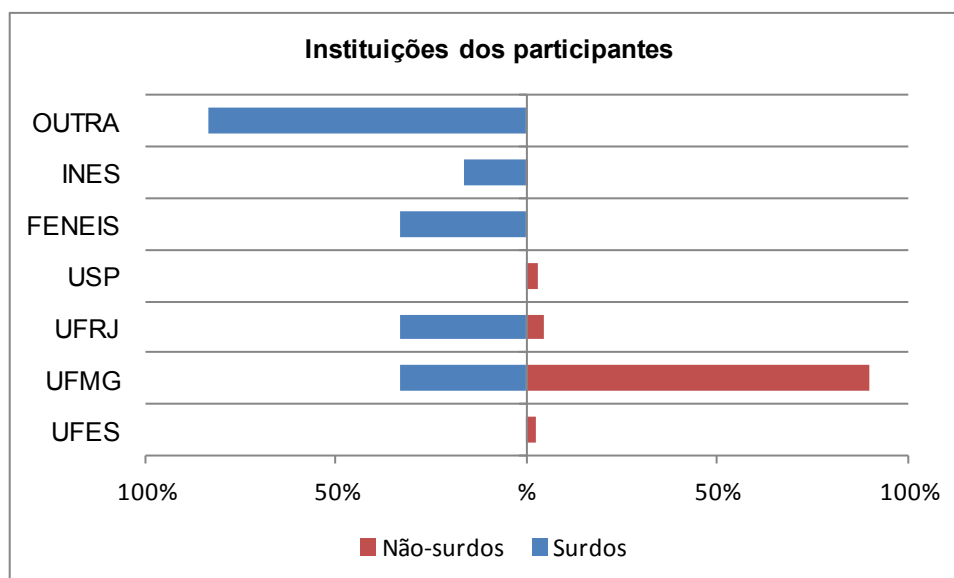


GRÁFICO 4 – Divisão dos colaboradores por instituição filiada

Os não-surdos são oriundos, principalmente, da UFMG, compondo 91% dessa amostra e as demais universidades integram 3% cada. A diferenciação entre a porcentagem de residentes em Minas Gerais e os estudantes da UFMG pode ser atribuída à origem dos alunos, que declararam residir em São Paulo, porém, estudam em Minas Gerais.

No que se refere ao hábito de assistir telejornais em Libras, dos 16 participantes surdos da pesquisa, seis colaboradores (37,5%) responderam afirmativamente enquanto que outros sete (43,75%) disseram não ter esse costume. O *Jornal Visual* é apontado como referência por quatro sujeitos e o Telelibras<sup>92</sup> é relacionado uma vez. Três participantes se abstiveram de responder a pergunta. Diante disso, pode-se considerar que 54% dos colaboradores surdos não são telespectadores assíduos do *Jornal Visual* da TV Brasil, frente aos 46% de sujeitos que integram o público-alvo do programa.

Dos 319 não-surdos, 92% esclareceram que nunca estiveram diante de telejornais em Libras. Dentre os 8% que já assistiram programas informativos da TV em língua de sinais, o *Jornal Visual* foi lembrado nove vezes e o *Jornal Visual Minas* (Rede Minas de Televisão) em dez respostas. Os programas da Canção Nova foram citados em uma oportunidade, ao lado da TV Cultura (sem especificar o nome). Com isso, 6,26% do público da pesquisa podem ser caracterizados como conhecedores da linguagem de telejornais em Libras. Na somatória total de surdos e não-surdos, tem-se que 7,69% dos colaboradores já tiveram algum contato com programas informativos da mídia televisiva traduzidos para a língua de sinais.

A maioria do público estudado nesta pesquisa não possui o olhar formatado para a dinâmica de enunciados televisivos em Libras, assim como não possui o costume de ver a temática

<sup>92</sup> O Telelibras é um telejornal semanal veiculado na internet pelo site <http://www.vezdavoz.com.br>. O programa possui audiodescrição para cegos, legenda em português e enunciados em Libras para surdos.

da surdez abordada na televisão brasileira, uma vez que o tema é, recorrentemente, silenciado nas emissoras comerciais e públicas. Vale lembrar ainda que ao longo de seis meses, o *Jornal Visual* da TV Brasil exibiu apenas 12 matérias sobre o tema em meio a 114. Em contrapartida, os participantes relatam ter maior convivência cotidiana com a língua de sinais, sem os filtros e interferências das emissões telejornalísticas.

Com base na Teoria Semiolingüística, os colaboradores da pesquisa, antes de estarem diante do *Jornal Visual*, podem ser considerados como Tu-destinatários, ou seja, consumidores de informação em potencial. No momento de troca comunicativa com o telejornal, os sujeitos passam a encenar o papel de Tu-interpretantes. Quando emitem as respostas no questionário, os participantes saem da condição de Tu-interpretantes do contrato comunicacional de pesquisa científica para se posicionarem como Eu-enunciadores.

Mesmo sem a experiência prévia de serem telespectadores do programa, quando assistiram as reportagens exibidas pelo questionário, os colaboradores da pesquisa passaram a dialogar dentro das condições do contrato de comunicação do telejornal, representando os papéis de sujeitos interpretantes.

## **B. Os saberes da surdez que circulam socialmente**

Anteriormente, foi relatada a composição da amostra estudada na presente tese. Em suma, o grupo de surdos se divide entre integrantes das universidades relatadas e os de associações. Os não-surdos são, preponderantemente, vinculados à UFMG. Os grupos indicam não ter o hábito corriqueiro de assistir telejornais em Libras, porém, apontam vivência dentro da cultura surda. A maior incidência de telespectadores de programas televisivos em língua de sinais está entre os surdos.

A caracterização de residência, faixa etária e instituição filiada constituiu a primeira fase do questionário on-line e teve como objetivos assegurar, com maior precisão, que os participantes da pesquisa integravam o público-alvo idealizado de colaboradores, bem como mapear quem são os sujeitos da pesquisa. Conforme debatido no Capítulo 2, as perguntas lançadas em ambiente na *internet* trazem a vantagem de possibilitar o anonimato aos respondentes, os quais tendem a indicar realmente aquilo que pensam, haja vista que se inserem em um contrato comunicacional de estudo científico regido pela veracidade e transparência entre as partes. Contudo, os filtros criados para as questões primeiras não asseguram, com exatidão, a idoneidade dos perfis dos participantes.

A segunda fase do questionário mapeou os saberes da surdez que circulam socialmente entre surdos e não-surdos. A escala Likert de cinco pontos foi utilizada para determinar os graus de descrição/não descrição quanto aos imaginários sociodiscursivos de normalidade, igualdade, diferença, especial, deficiência e doença. Esses conceitos foram previamente mapeados dentro das considerações levantadas pelos Estudos Surdos, especificamente, ancoradas nas investigações de Skliar (1998; 2005) no que se refere ao processo de “ouvintismo” na sociedade. Os colaboradores da pesquisa foram convidados a avaliar se essas noções indicadas se aplicavam ou não na esfera

social, projetando também os graus de consonância e dissonância. Ademais, os participantes relataram outros imaginários que caracterizam a surdez em seu meio social.

Os métodos de análise dos dados levantados foram (I) a escala de percentual, visando conhecer verticalmente o que pensam os sujeitos do grupo e explicar as ocorrências dos fenômenos apontados; e (II) a escala somatória (ranking médio) do tipo Likert para investigar comparativamente, em uma perspectiva macro horizontal, as frequências de visões e crenças dos grupos quanto ao conceitos denominadores da surdez.

O primeiro imaginário avaliado pelos colaboradores foi a concepção de normalidade. Frente ao questionamento se a “surdez é normal?”, a maioria dos surdos aceita a concepção. Eles declararam que a noção “descreve parcialmente” (30%) e “descreve a surdez” (30%). Em contraposição, 20% do grupo acredita que a normalidade não descreve a surdez. Um posicionamento neutro foi assumido por 20% dos sujeitos. Os surdos veem a surdez, em maior amplitude (60%), como normal, mas existem posicionamentos de resistência (GRAF. 5).

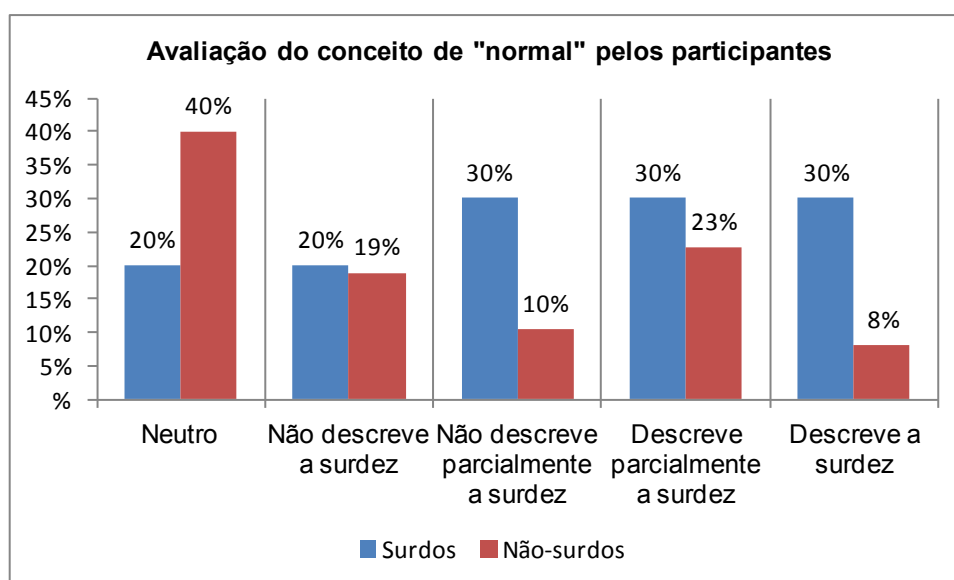


GRÁFICO 5 – Avaliação dos colaboradores se a palavra “normal” descreve ou não a surdez

O grupo de não-surdos diverge de opinião em maior intensidade. Desses colaboradores, 40% dos sujeitos optaram por assumir posição de neutralidade, enquanto que 8% indicaram a convicção de que o termo “normal” descreve a surdez e outros 23% entenderam que o conceito descreve parcialmente. Por outro lado, 10% responderam que a surdez não é normal e 19% optaram por considerar que a negativa deve ser parcialmente considerada. O embate de percepções fica mais nítido quando se somam os percentuais de concordância e discordância, em que 31% dos não-surdos acreditam que a normalidade pode ser associada à surdez, frente a 29% que defendem o contrário.

Após avaliarem individualmente os graus de descrição/ não descrição da palavra “normal” relacionada à surdez, os colaboradores da pesquisa foram convidados a relatarem o que a sociedade pensa sobre a surdez. De acordo com os surdos, a esfera social não vê a surdez pela ótica da normalidade: 37% afirmaram com convicção plena de que o conceito de normal não é

reconhecido socialmente e 36% optaram pelo mesmo viés, porém, de forma não tão marcada; 27% acredita que a sociedade pensa o contrário, ou seja, que a surdez é normal. Para os não-surdos, o posicionamento da sociedade é semelhante: 53% entendem que o meio social não descreve, na integralidade, a surdez pela concepção de normalidade; e 27% estão convictos disso. No plano oposto, 6% relatam que a sociedade define a surdez como “normal”. Outra faixa desse grupo, 14%, optou pela neutralidade.

Diante do conceito de igualdade, as percepções dos surdos se movimentam, conforme o gráfico 6.

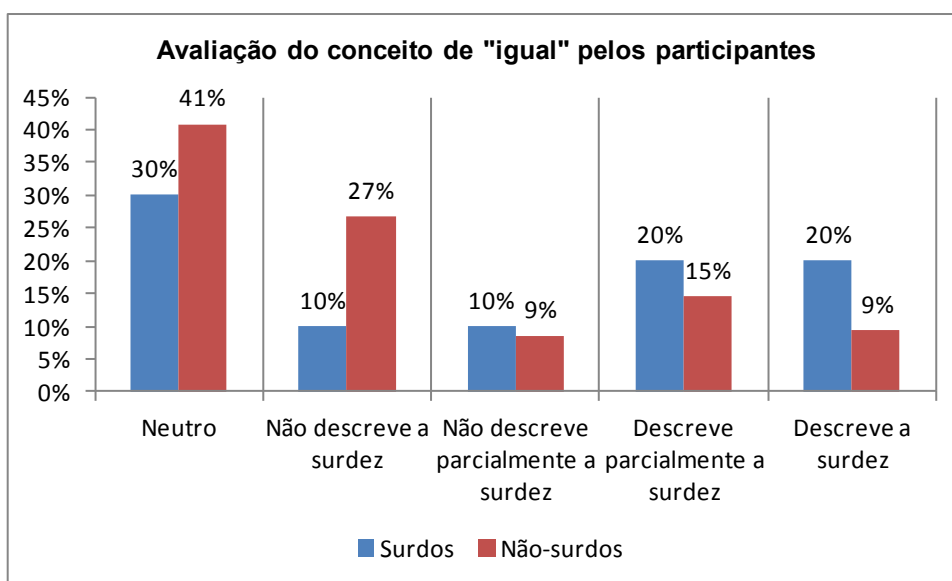


GRÁFICO 6 – Escala de consonância e dissonância sobre a palavra “igual” descrever ou não a surdez entre os participantes

Em 30% dos casos, o grupo de surdos afirma que o termo “igual” não pode ser vinculado à surdez e outros 10% dizem que essa relação não pode ser totalmente considerada. Enquanto isso, 20% dos sujeitos entendem que a igualdade é uma qualidade capaz de descrever a surdez; 10% compreendem que descreve parcialmente. A neutralidade de opiniões é apontada em 30% dos casos. Quando respondem pela sociedade, os surdos acreditam que o meio não vê a surdez pela ótica da igualdade: 37% indicaram que o conceito não descreve e 18% optaram por essa visão, mas de forma parcial. De outro lado, 18% entendem que o conceito pode sim caracterizar. A opção “neutro” foi marcada por 27% dos colaboradores.

Existe, neste aspecto, uma preferência dos surdos por denominar a surdez como não igualdade em relação aos ouvintes, marcando uma identificação distinta daqueles sujeitos que se comunicam pela comunicação oral-auditiva. A língua de sinais constitui característica determinante para a compreensão de diferença entre as culturas surda e não-surda.

Majoritariamente, os não-surdos (41%) optam por se posicionarem com neutralidade sobre essa discussão. Parte dos colaboradores acredita (9%) que o termo “igual” pode descrever a surdez e 14% entendem que essa caracterização deve ocorrer de forma parcial. Em polo oposto, 27% dos participantes desse grupo relataram que a igualdade não pode, integralmente, ser associada

à surdez e 9% opinam na não descrição. Quando assume o papel de porta-vozes da sociedade, os sujeitos enunciam que a igualdade não está relacionada à surdez (78%). A procura pela isenção cai de 41% para 17%. Para outro segmento do grupo de não-surdos, 5%, o termo “igual” é sim atribuído pela sociedade à surdez.

A maioria dos surdos participantes da pesquisa não se enxerga como iguais aos ouvintes. De forma antagônica, outra parte desse grupo entende que a palavra igual descreve a surdez, de modo pleno ou parcial (30%). Cabe notar que 36% dos não-surdos entendem, de forma total ou parcial, que a surdez não pode ser identificada a partir da igualdade.

Como pode ser notado no gráfico 7, os surdos e não-surdos compreendem a surdez pela noção de diferença. No momento em que os sujeitos respondem pela sociedade, diminuem as amarras sociais que atuam individualmente e sobressaltam os valores pessoais e convicções até, então, mascarados. Os colaboradores acreditam que a igualdade não pode ser uma propriedade capaz de descrever a surdez.

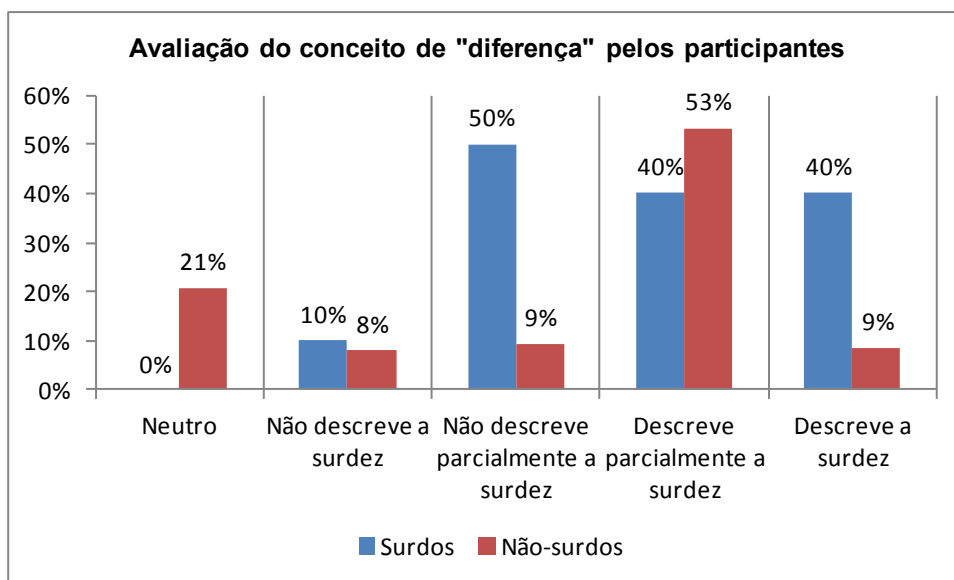


GRÁFICO 7 – Escala de consonância e dissonância sobre a palavra “diferença” descrever ou não a surdez entre os participantes

A maioria dos surdos da pesquisa entende que a surdez é uma diferença (90%) e o restante assume o posicionamento extremo de que a palavra “não descreve a surdez”, conforme o gráfico 7. Nota-se que a opção de neutralidade é deixada de lado pela primeira vez por esse grupo de colaboradores. De modo semelhante, no instante em que enunciam pela sociedade, os surdos também pensam a surdez pelo viés da diferença: 45% apontam que o conceito “descreve” e 33% “descreve parcialmente”, totalizando 78%, índice que representa uma queda na certeza quanto à denominação da surdez como diferença. A insegurança é evidenciada nos 11% que procuraram se isentar de responder e os 11% que caminharam para a opção “não descreve parcialmente”.

Segundo os não-surdos, a diferença na surdez é nitidamente clara para 9% dos colaboradores e, parcialmente, para 53%. De forma contrária, 9% dos sujeitos veem que a surdez

não pode ser pensada a partir da noção de diferença; 8% também optam por uma posição intermediária dessa negação. Além disso, 21% assumem opinião de neutralidade diante da questão.

Os não-surdos (64%), respondendo nos papéis de sociedade, indicam que a diferença pode descrever parcialmente a surdez, somando-se a 23% que indicaram o mesmo posicionamento, no entanto, de forma mais convicta. A neutralidade diante da questão caiu de 21% para 9% e a “não descrição” de 17% para 4%.

Diante da denominação da surdez como “especial”, os surdos da pesquisa contrapõem opiniões. Parte do grupo, 37%, está parcialmente segura de que a noção pode ser associada à surdez. Porém, 38% dos sujeitos acreditam veementemente que a surdez não pode ser denominada pela ótica de “ser especial”. Outros 25% dos participantes optaram por assumir posição de neutralidade frente ao questionamento. A divergência de visões entre os surdos pode ser vista pelo gráfico 8, a seguir.

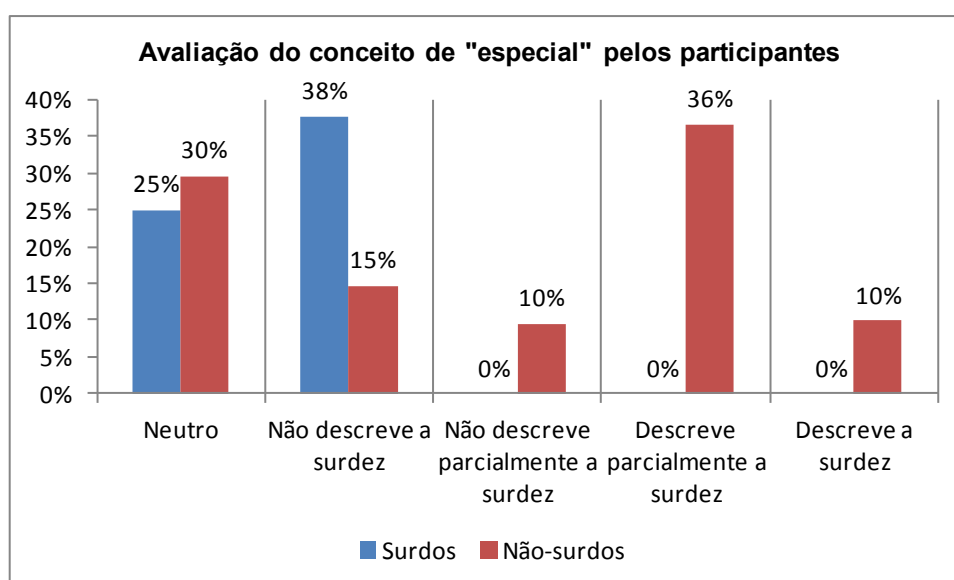


GRÁFICO 8 - Escala de consonância e dissonância sobre a palavra “especial” descrever ou não a surdez entre os participantes

No papel de vozes da esfera social, os surdos relatam que o conceito de “especial” pode descrever totalmente (30%) e parcialmente (20%) a surdez. Nesse caso, a procura por uma posição isenta aumentou de 25% para 30%. Outros 20% pensam o contrário da primeira parte do grupo. Para os colaboradores não-surdos, a concepção da surdez como característica “especial” pode sim ser associada. A maior parte do grupo, 36%, entende que o conceito descreve de certa forma; já 10% compreendem que a descrição se encaixa perfeitamente na noção da surdez. Assim como entre os surdos, a discussão sobre o conceito também não possui consenso entre os não-surdos. Entre aqueles que pensam na não aplicação do termo à surdez, somam-se 24%, além de outros 30% que optam pela imparcialidade.

Quando enunciam no lugar da sociedade, os não-surdos dizem que o termo “especial” pode ser aplicado, de forma parcial, para 53% dos respondentes e, de modo pleno, para 27%. Os que

relatam o contrário somam 7% e os “neutros” 13%. Há um aumento na convicção de que a surdez é especial.

Dentre as classificações da surdez que circulam socialmente, também está a noção de “doença”, do ouvido que necessitaria de cuidados médicos-terapêuticos para correção do corpo que sofreria de um mal. O gráfico 9 mostra que, mesmo entre os surdos, a concepção de enfermidade não é unânime. Para 18% desses sujeitos, de forma plena ou parcial, pode ser rotulada como doença. Já a maioria, 73% vê que o conceito não se aplica à surdez. Mais uma vez, o grupo deixa de lado a posição de neutralidade para tentar reafirmar as identidades de diferença sem aspectos negativos ou opressores de um corpo que viveria à sombra do padrão estabelecido pelos ouvintes. Cabe ressaltar que os discursos majoritários de negação do diferente podem influenciar as visões daqueles que se encaixariam nessa classificação. A resistência à denominação do surdo como doente é aqui preponderante, porém, não é convicta. No momento em que respondem como sociedade, os surdos acreditam que a surdez é uma doença (67%), contra 44% que apontam a direção oposta. Os isentos alcançam o índice de 11%.

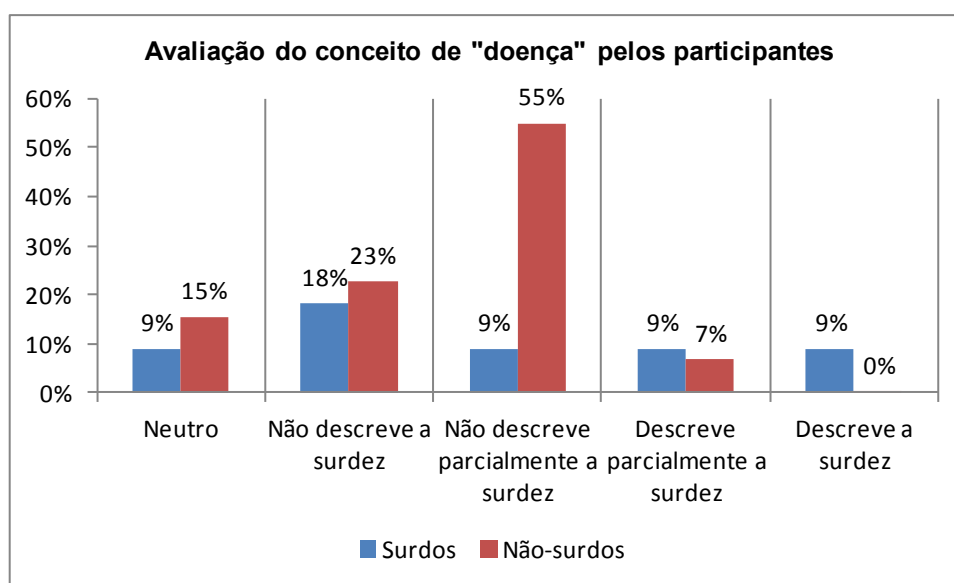


GRÁFICO 19 - Escala de consonância e dissonância sobre a palavra “doença” descrever ou não a surdez entre os participantes surdos

Os não-surdos possuem convencimento similar das visões particulares dos surdos de que a surdez não pode ser vista como “doença”. Na somatória dos sujeitos que negam a aplicação do conceito, alcançam 78%. Por outro lado, apenas 7% grupo veem que, parcialmente, a noção se aplica à surdez, contra os 18% de surdos. Os participantes que se declararam como neutros diante da questão integram 15%.

Todavia, a mesma tendência ocorre. Quando enunciam como meio social, os não-surdos demonstram as marcas da identificação da surdez como enfermidade, em taxas que atingem 65% do grupo. Outros 17% entendem que a sociedade não vê a surdez desse modo. Os “neutros” somam 18%.

No grupo de não-surdos estudado na presente pesquisa, há o rompimento de imaginários sociodiscursivos cristalizados da surdez como doença. Na amostra, percebe-se que esses colaboradores acreditam, com mais intensidade do que os próprios surdos, que a noção de moléstia deve ser refutada como característica descritiva da surdez. Em uma perspectiva histórica recente, a ruptura com a negação do diferente pode ser associada com os esforços legislativos de maior aceitação da diversidade, tais como o reconhecimento da Libras como língua natural dos surdos e a inclusão da disciplina na grade curricular do Ensino Superior. Não obstante, quando respondem sem as amarras sociais, ainda circulam a rejeição do corpo diferente e a procura de diferenciação do não ouvir como decorrente de um ouvido enfermo.

Por fim, a última denominação da surdez que foi avaliada pelos colaboradores da pesquisa foi a de “deficiência”. Na percepção de 45% dos surdos questionados, a surdez é uma deficiência; para 11%, o termo pode descrever a cultura parcialmente. Em contrapartida, 22% refutam a denominação e 11%, de modo menos intenso. Os sujeitos que responderam como “neutros” somaram 11% (GRAF. 10).

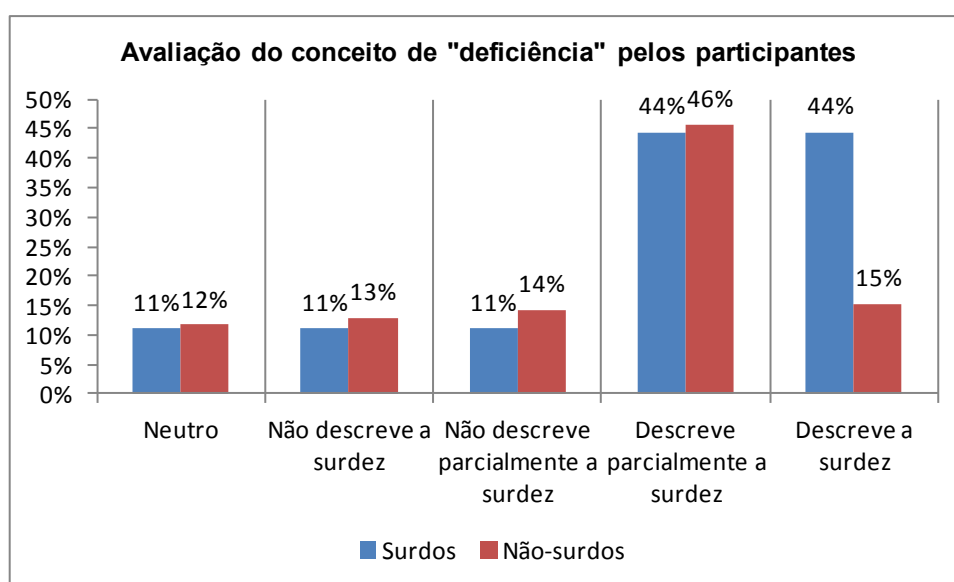


GRÁFICO 10 - Escala de consonância e dissonância sobre a palavra “deficiência” descrever ou não a surdez entre os surdos

No papel de enunciadores da sociedade, os surdos relatam em 91% das respostas que surdez é uma deficiência. Não há posição antagônica neste caso, apenas 9% que procuraram o posicionamento de isenção.

Para 61% dos não-surdos, o termo “deficiência” é capaz de classificar a surdez, contra 27% que entendem pela posição oposta. Os sujeitos que optaram pela neutralidade compõem 12%. O mesmo percentual das respostas dos surdos (91%) é obtido com os não-surdos quando estes refletem sobre o assunto no papel de sociedade. A visão contrária é apontada por 6% e 3% optaram pela neutralidade.

Após a incursão sobre as respostas de cada grupo em separado, realiza-se, a seguir, uma abordagem quantitativa para estabelecer a visão macro sobre as respostas dos colaboradores



de cada especificidade e no geral. Para tanto, foi calculado o ranking médio<sup>93</sup> (RM) do questionário, em que as perguntas da Escala Likert de cinco pontos receberam pontuações específicas: as respostas que consideraram “não descreve” receberam nota um; as “não descreve parcialmente”; dois, “neutro”, três; “descreve parcialmente”, quatro; e “descreve”, cinco.

As relações de descrição/não descrição emitidas pelos colaboradores foram norteadas do seguinte modo: valores menores que 3 (três) são consideradas respostas discordantes e maiores que três para dados concordantes; o valor igual a três foi considerado como “neutro”, o que não confere a imparcialidade e, sim, um posicionamento que procura silenciar e/ou simular uma não tomada de posição sobre o questionamento.

A tabela 1 apresenta a frequência das opiniões de acordo com os grupos e no geral.

| Questões    | Respostas individuais dos sujeitos |               |          |
|-------------|------------------------------------|---------------|----------|
|             | RM SURDOS                          | RM NÃO-SURDOS | RM GERAL |
| Normal      | 3,3                                | 3,0           | 3,0      |
| Igual       | 3,0                                | 2,9           | 2,9      |
| Diferença   | 4,1                                | 3,4           | 3,5      |
| Especial    | 2,6                                | 3,2           | 3,2      |
| Doença      | 2,0                                | 1,8           | 1,8      |
| Deficiência | 3,4                                | 3,3           | 3,3      |

| Questões    | Respostas dos sujeitos como sociedade |               |          |
|-------------|---------------------------------------|---------------|----------|
|             | RM SURDOS                             | RM NÃO-SURDOS | RM GERAL |
| Normal      | 2,5                                   | 2,0           | 2,0      |
| Igual       | 2,4                                   | 2,1           | 2,1      |
| Diferença   | 4,0                                   | 4,0           | 4,0      |
| Especial    | 3,5                                   | 4,0           | 4,0      |
| Doença      | 3,4                                   | 3,6           | 3,6      |
| Deficiência | 4,6                                   | 4,3           | 4,3      |

TABELA 1 – Cálculo do ranking médio das respostas dos participantes sobre os imaginários sociodiscursivos que circulam socialmente sobre a surdez

Nas respostas sobre o conceito de normalidade, os surdos acreditam que a noção pode ser atribuída à surdez; os não-surdos tendem a pensar o contrário. No ranking médio geral, a avaliação é de neutralidade. Quando dizem o que pensa a sociedade, há uma rejeição da surdez como normalidade entre todos os grupos.

No que tange à noção de igualdade, os surdos se consideram neutros, enquanto que os não-surdos discordam sobre o conceito poder ser aplicado à surdez. No grupo como um todo, a análise quantitativa revela que os colaboradores acreditam que o termo “igual” não descreve a surdez. Enquanto voz da sociedade, os respondentes entendem que o meio social também refuta a aplicação da noção de igualdade para a surdez.

<sup>93</sup> Para o cálculo do ranking médio, o método de análise utilizado foi o de Malhorta (2001). Em síntese, o ranking médio foi calculado pela divisão da média ponderada pela soma dos pontos atribuídos a cada resposta.

A palavra “diferença” já é aceita, em intensidades distintas, pelos surdos, assim como pelos não-surdos e o grupo total. Esse é a única ocorrência do que se poderia denominar de “consenso” entre os participantes, tanto nas visões particulares quanto nos posicionamentos como reveladores do pensamento social. Nos demais casos, a divergência de opiniões ocorre de forma mais preponderante.

O termo “especial” é refutado pelos surdos nas respostas particulares e aceito por estes enquanto meio social. Os não-surdos e o grupo geral dizem que o conceito descreve a surdez.

O ranking médio revela ainda que a palavra “doença” é descartada por todos os grupos. No entanto, eles indicam que a sociedade pensa o contrário. Ao considerar que, no momento em que respondem pelo meio social os sujeitos revelam traços de si nos discursos, pode-se afirmar que os colaboradores também acreditam no ouvido tratável. A mesma contradição entre vozes particulares e sociais ocorre com a denominação de “deficiência”.

Em suma, os colaboradores da pesquisa optam por um posicionamento de neutralidade ao pensarem a surdez pela ótica do ser normal, discordam que a igualdade e a doença possam constituir conceitos aplicáveis à surdez, além de aceitarem a rotulação de “especial” e “deficiência”. Nesse viés geral, o peso das respostas dos surdos foi reduzido, em razão da maior intensidade de participantes não-surdos.

A média de respostas dos grupos indica que eles pensam a surdez como uma diferença marcada pelas características de seres “especiais” e “deficientes”, mas que não são, necessariamente, “iguais” aos ouvintes nem “doentes” ou “normais”. Percebem-se resquícios de traços de discursos majoritários que determinaram a diferença da surdez como uma deficiência do não ouvir. Por outro lado, há um contraponto à suposta visão social predominante de que a surdez seria uma doença.

Sem a pressão de gerar respostas individuais “politicamente corretas”, os sujeitos retomam discursos predominantes na área da surdez quando relatam o que a sociedade pensa. A normalidade é rejeitada, tal como a igualdade entre os seres. A diferença é aceita em maior intensidade do que nas respostas individuais, mas em vertente marcada pela doença e pela convicção mais acentuada sobre a deficiência. Com isso, são resgatados traços discursivos da negação do diferente, apesar de indícios mudanças no modo de ver o surdo e a cultura surda.

Depois de responderem sobre as visões particularizadas e sociais acerca de conceitos que representariam a surdez, os participantes da pesquisa também tiveram a opção de relatarem imaginários que circulam socialmente. No entendimento do colaborador não-surdo 268, o “surdo é um tipo de 'outro' porque ele tem uma linguagem diferente e de certa forma lembra um estrangeiro”. De acordo com o participante 277, “ainda é discriminado através da comunicação”. Na perspectiva do colaborador 45, ele descreveria a surdez como “algum sinônimo próximo a 'deficiente', mas sem o peso estereotipado desse termo”; “deficiente no sentido de que tem déficit, porém sem qualificação negativa”, aponta também o participante não-surdo 307.

Conforme outras respostas, os adjetivos “coitadinho”, “estranho”, “esquisito”, “ignorante”, “inválido”, “retardado” são algumas formas descritivas da surdez que estão presentes na esfera

social, mas que não se aplicariam à realidade dos surdos. O colaborador 213 pondera que “talvez, com necessidades especiais de adaptação, mas não anormais ou diferentes dos demais”.

Apenas dois participantes surdos optaram por acrescentar adjetivações sobre a surdez que estariam fora da lista pré-determinada nas questões. Para o colaborador 4, a “solidão” não se vincula ao cotidiano da surdez, bem como a “viver independente”.

Quando solicitados a mostrar valores que a esfera social tem sobre a surdez, a incapacidade é relatada por surdos e não-surdos. Segundo os colaboradores não-surdos, a sociedade descreve totalmente o surdo como “incapaz”, “pessoa estranha; em relação aos ouvintes, é incapaz de executar algumas tarefas”, “retardado”. De forma parcial, a descrição da surdez é relatada: “eles enxergam o surdo como coitados, incapazes, um erro”; ao lado dessa consideração, outras formas de valoração da surdez são expressas: “esquisito”, “ignorante”, “precisa de outras pessoas para estabelecer comunicação com os não-surdos”.

Os relatos dos participantes centram-se nos desdobramentos das noções de normalidade e anormalidade. A carga pejorativa da incapacidade vincula-se à discussão sobre a aceitação ou não do corpo diferente, da característica do não ouvir que levaria a uma forma de opressão comunicativa, cultural e social.

Esses primeiros apontamentos sobre as visões da surdez que circulam socialmente foram aprofundados em frases durante o questionário on-line, a partir das quais os colaboradores da pesquisa foram convidados a avaliar se concordavam ou não com as proposições afirmativas e negativas. A escala Likert de cinco pontos também foi utilizada com o intuito de abranger o universo de possibilidades de respostas dos colaboradores.

O gráfico 11 apresenta os posicionamentos de surdos e não-surdos diante da frase: “a surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”.

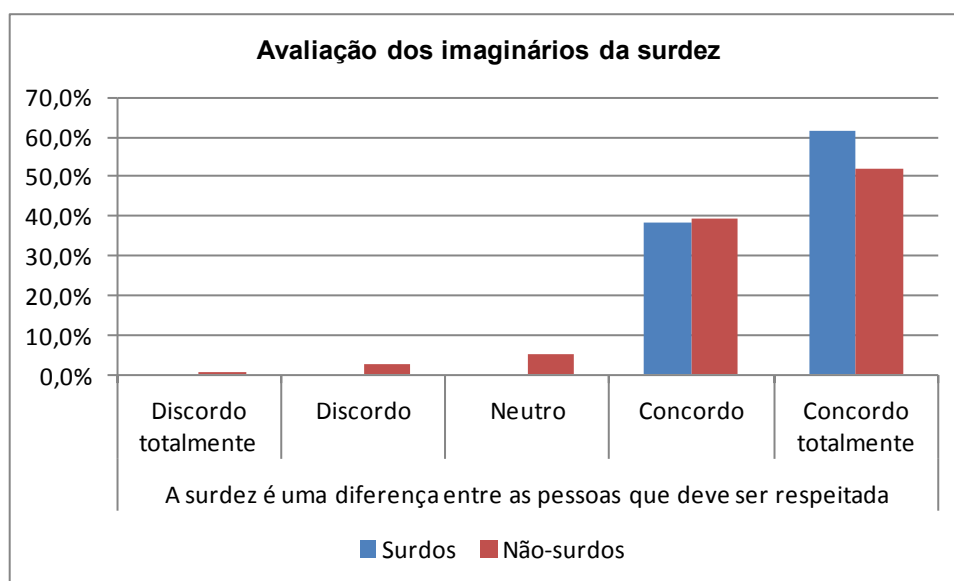


GRÁFICO 11 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “A surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”.

Tal como na compreensão anterior de que a surdez é uma diferença, os surdos concordam com a proposição “a surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”. Em termos estatísticos, 62% do grupo estão plenamente convictos disso e 38% parcialmente, totalizando. Nesse caso, o posicionamento é unânime. Quanto aos não-surdos, o grau de certeza é menor: 52% concordam totalmente e 39% concordam. A divergência aparece em grau reduzido, em 1% de pessoas que discordam plenamente e 3% que discordam. A posição de isenção foi buscada por 5% dos sujeitos deste grupo. Com isso, os colaboradores da pesquisa indicam que, socialmente, a surdez é vista como uma diferença que requer respeito.

Na segunda frase apresenta, “a surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”, estabeleceu-se um hibridismo de discursos, em que aspectos educacionais poderiam sanar os supostos defeitos de um ouvido anormal, doente. O gráfico 12 evidencia as respostas.

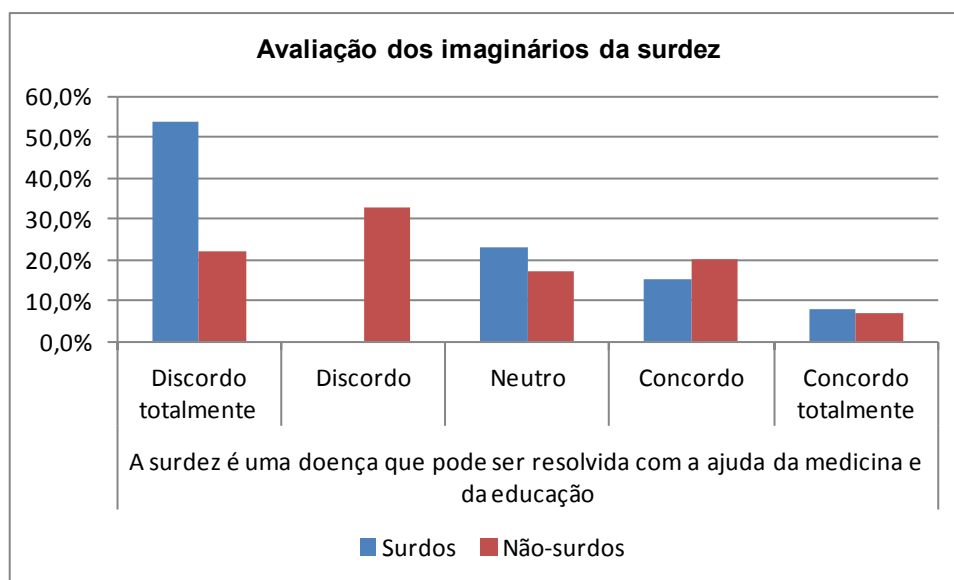


GRÁFICO 12 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “A surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”.

A discordância plena está presente em 54% do grupo de surdos. Apesar disso, mesmo com a refutação da noção de enfermidade nas questões anteriores, mostra-se que a denominação de corpo doentio é aceita por parte dos surdos quando se aponta um caminho para resolver o suposto defeito, seja pelo viés da medicina ou de práticas educacionais. Na amostra, 8% deles concordam totalmente com a afirmativa, somando-se a 15% que concordo não plenamente. Os que apontaram ser “neutros” integraram 23%. Dentre os não-surdos, a discrepância é maior: 33% discordam parcialmente e 22% estão certos disso; em contrapartida, 7% acreditam na veracidade da afirmação e 20% concordam de certo modo. Os sujeitos que se declararam “neutros” somam 18%.

Desse modo, é reduzida a rejeição dos grupos quanto à qualificação da surdez como doença quando se apontam caminhos para uma possível solução do que seria, socialmente, um problema. Os participantes da pesquisa apontam para uma contradição de pontos de vista: quando respondem por si, negam que a surdez seja uma enfermidade, mas admitem que a sociedade vê

desse modo; no instante em que são apresentadas duas supostas soluções para o “problema do não ouvir”, acatam, em parte, à denominação médica-terapêutica. Mesmo que eles apontem novos saberes sobre a surdez em um primeiro momento, ainda são resgatados traços de discursos que procuram negar o corpo diferente.

O gráfico 13 apresenta as considerações dos telespectadores frente à negativa “os surdos não vivem normalmente por causa da surdez”. Na frase, procurou-se articular a noção de “normal/anormal”, identificando uma possível causa na surdez, vista também em uma vertente negativa, considerando a diferença como uma dificuldade.

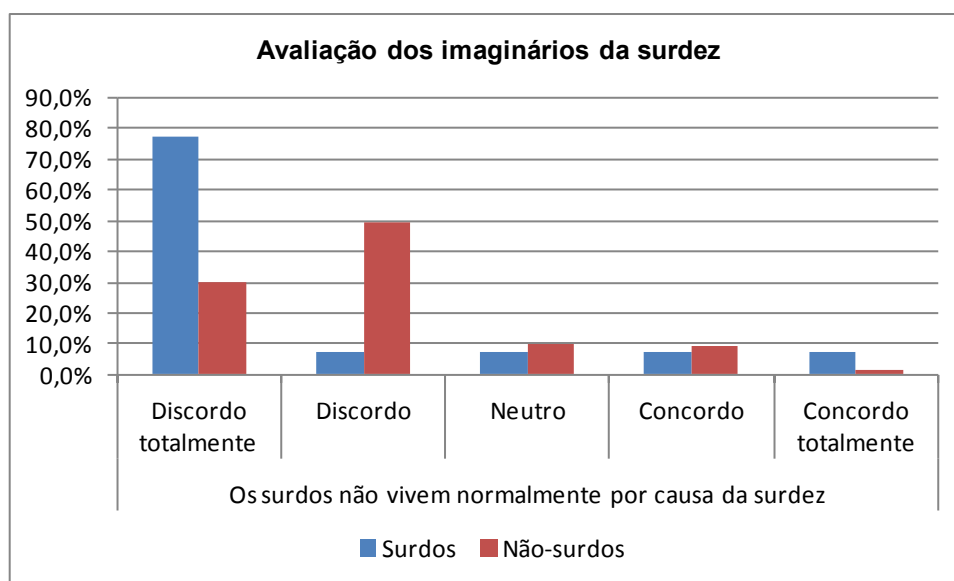


GRÁFICO 13 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “Os surdos não vivem normalmente por causa da surdez”.

Ao analisarem a frase acima, 72% dos surdos respondem veementemente que discordam e outros 7% seguem, em parte, pelo mesmo caminho. No polo oposto, 7% apontam que concordam plenamente. Além disso, 7% procuram se isentar. De modo correlato, metade do grupo de não-surdos diverge parcialmente da proposição e 30% são mais enfáticos nesse sentido. Por outro lado, 9% dizem concordar e 1% plenamente. Dentre eles, 10% procurou demonstrar neutralidade frente ao questionamento.

Sobre a negativa apresentada no gráfico 13, a maioria das respostas destoa da visão inicial da surdez quanto à qualificação de normalidade. No momento em que respondem como sujeitos individuais, o grupo prefere a neutralidade diante da discussão. Porém, indicam que a sociedade considera a surdez como anormalidade. Os resquícios discursivos do corpo diferente e anormal são revelados nas posições minoritárias de perpetuação de negação das diferenças.

A frase avaliada posteriormente propõe uma inversão do estabelecimento anterior, propondo a reflexão sobre a seguinte consideração: “a surdez não impede os surdos de viver normalmente”.

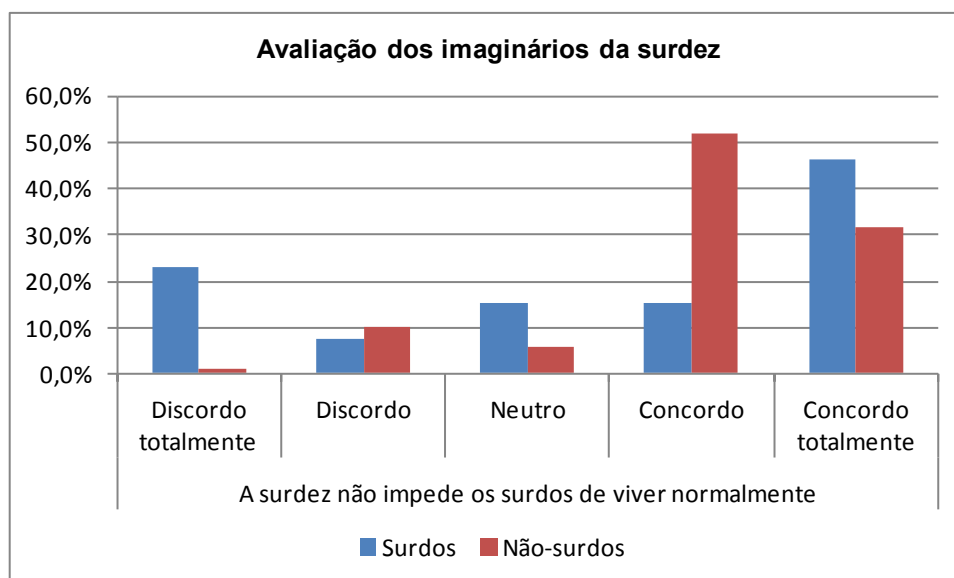


GRÁFICO 14 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “A surdez não impede os surdos de viver normalmente”.

A concepção de “normalmente” insere aqui uma categoria subjetiva de avaliação do que seria uma vida plena e normal. A intenção foi justamente inserir o conflito existente entre o que é ou não padrão ditado socialmente para ser aceito e seguido pelos sujeitos. Conforme os surdos da pesquisa, 43% consideram totalmente que a surdez não é um impeditivo, ao lado de 14% que estão mais ou menos convictos disso. Em contraposição, 22% do grupo discordam totalmente e 7% em grau menor dessa escolha, indicando que – ao serem sujeitos surdos – enfrentam barreiras no cotidiano e na constituição enquanto cidadãos. Os “neutros” compõem 14% da amostra. No entendimento dos não-surdos, a concordância plena atinge 31% e a parcial 52%. A aceitação encontra resistência parcial em 10% desses sujeitos e total em 1%. Os neutros integram 6%.

Como observado, a certeza de que a surdez não é um problema para se conviver socialmente é maior entre os não-surdos. Mais uma vez, o alvo das reflexões recai sobre o termo “normalmente”.

Após traçar-se uma prévia dos imaginários sociodiscursivos do que seria a surdez, os sujeitos foram convidados a avaliar as formas de comunicação em conjunto com a necessidade de interação e inclusão sociais. A frase seguinte avança nas discussões e procura abordar as tensões em torno do uso de sistemas comunicativos distintos do meio majoritário: “os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”.

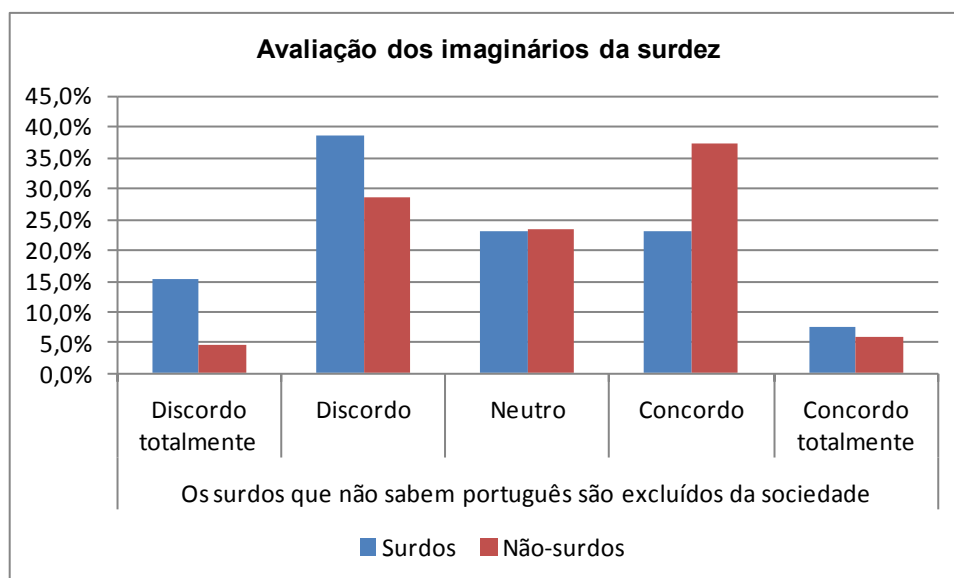


GRÁFICO 15 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”.

Através do gráfico 15, verifica-se que o conhecimento do português não levaria a uma exclusão social para 36% dos surdos; 14% estão mais convictos desse posicionamento. Para 22%, existe a necessidade de saber a Língua Portuguesa para garantir a inclusão; 7% apontam que concordam totalmente. Os “neutros” somam 21%. Constatase a divisão do grupo, entre defender a língua de sinais como forma de constituição do surdo e a necessidade de se abrir para a cultura majoritária não-surda. O mesmo ocorre entre os não-surdos, em que 6% concordam plenamente e 37% acreditam na frase; contrariamente, 29% discordam parcialmente e 5% totalmente; os “neutros” são 23% da amostra.

A proposição seguinte estabelece mais um conflito linguístico em meio aos surdos: a adesão ou não ao português como única forma de comunicar. O gráfico 16 mostra a existência de uma tolerância e respeito ao bilinguismo entre a maioria de surdos e não-surdos.

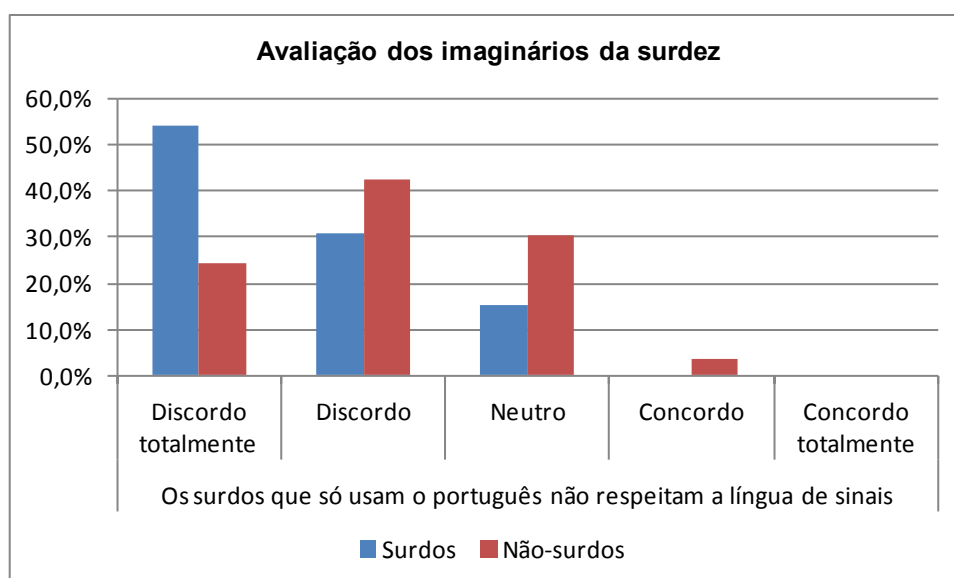


GRÁFICO 16 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “Os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais”

No grupo de surdos, 54% divergem da frase e 31% têm plena convicção dessa discordância. Os “neutros” são 15%. Nenhum dos sujeitos relatou aceitar a proposição. De modo semelhante, 42% dos não-surdos pensam que a proposta não se aplica, em parte, aos surdos e 24% entendem plenamente por esse viés. Apenas 4% deste grupo aponta concordar que o uso do português pelos surdos desrespeita a língua de sinais enquanto que 30% dos sujeitos prefere a isenção.

Os participantes da pesquisa percebem que o português não é pleno dentro da cultura surda e não atua como forma de comunicação impositiva. No ambiente multifacetado da cultura surda, compete observar que nem todos os surdos se comunicam pela língua de sinais; alguns se tornaram surdos adultos e já possuíam domínio do português; outros optaram pelo tratamento médico-terapêutico da oralização, com o implante coclear.

Contudo, os colaboradores divergem que os surdos devem ter o conhecimento da Língua Portuguesa para eles se adaptarem à sociedade (GRAF. 17).

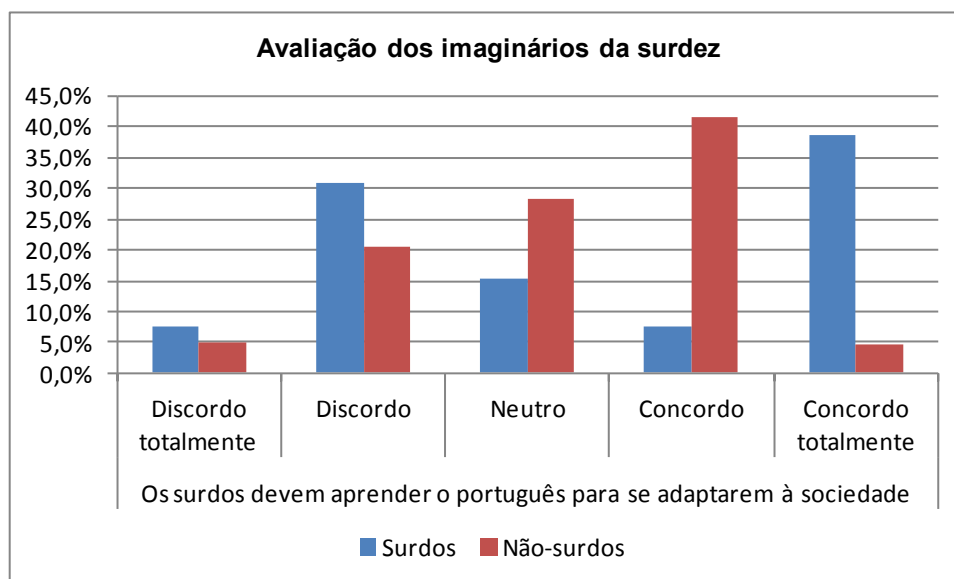


GRÁFICO 17 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “Os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade”

A necessidade de conhecer a língua majoritária na sociedade não é aceita pela maioria (46%) dos surdos da pesquisa frente a 39% que pensam o contrário. Os “neutros” são 15%. Em polo oposto, a concordância dos não-surdos atinge 46% desse grupo diante de 26% de opositores e 28% isentos.

A divergência entre os grupos pode ser fruto dos distintos pontos de vista sobre a integração social: uma corrente de pensamento da Academia entende que os sujeitos da cultura majoritária precisam aprender a língua da minoria para que ofereçam plena inserção social; outra vertente acredita que o movimento de aproximação deve ser dos integrantes das duas culturas; e, por fim, ainda existem setores que pensam no esforço sozinho da minoria linguística e cultural para se



incluir na sociedade. Os surdos da pesquisa tendem a pensar que a integração social deve partir de um movimento da maioria para abarcar a minoria linguística, em que todos aprenderiam a língua de sinais; já a maioria dos não-surdos pensa que a minoria linguística deve se esforçar sozinha para ocorrer a adaptação à sociedade, aprendendo a língua portuguesa para se comunicar com os demais.

A passagem seguinte procura abordar justamente este conflito, versando sobre o papel da sociedade frente à integração social dos surdos (GRAF. 18).

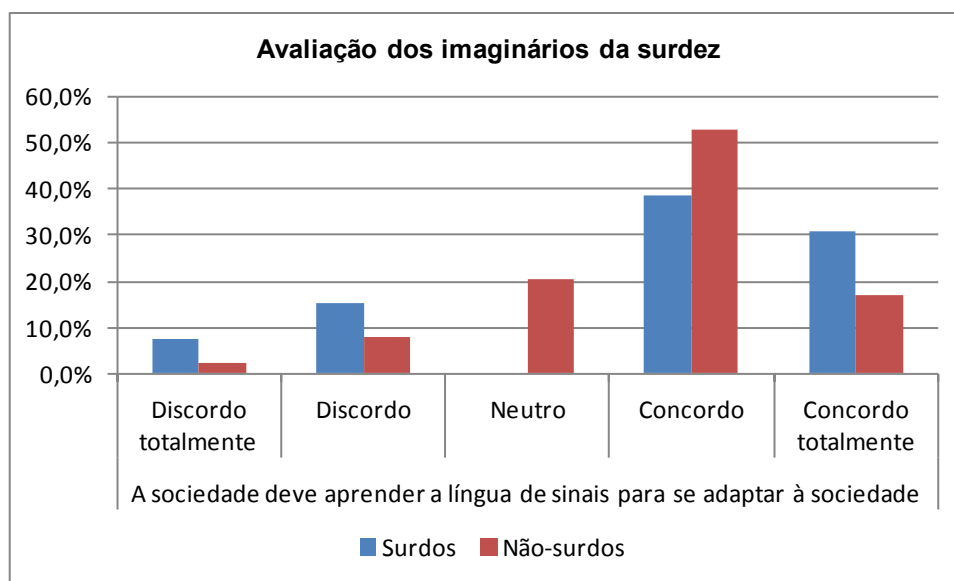


GRÁFICO 18 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “A sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos”

A divergência continua diante dos papéis da sociedade na aproximação da cultura minoritária com a majoritária. A aceitação dos surdos aumenta com relação à frase anterior, atingindo 75% do grupo, contra 25% que discordam. Os não-surdos (69%) apoiam a iniciativa do meio social abrigar as diferenças linguísticas e a resistência ao aprendizado da língua de sinais por eles alcança 10% desse grupo. Os sujeitos que indicaram ser “neutros” na questão são da ordem de 21%.

De acordo com a maioria dos não-surdos, está evidente que a integração social é responsabilidade tanto dos surdos, que devem se esforçar para aprender o português, quanto da sociedade que deve saber a língua de sinais. Para a maior parte dos surdos da pesquisa, o passo inicial de aproximação das culturas deveria ser dado pela esfera social, ou seja, pelos não-surdos.

Por fim, a última frase apresentada aos colaboradores da pesquisa procurou caracterizar a surdez na perspectiva médica-terapêutica de “perda auditiva” por um viés que não impediria o relacionamento entre os sujeitos (GRAF. 19).

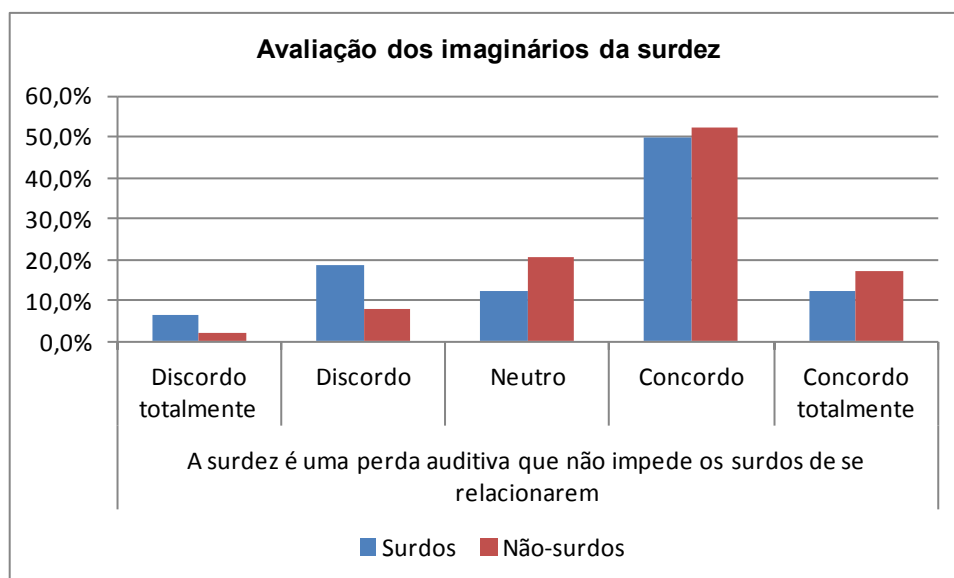


GRÁFICO 19 – Escala de concordância e discordância de surdos e não-surdos sobre a frase “A surdez é uma perda auditiva que não impede os surdos de se relacionarem”

Segundo 57% dos surdos, a convicção é plena no que se refere à possibilidade dos surdos se relacionarem, apesar da “perda auditiva”. Em polo oposto, 22% do grupo discorda e 7% segue uma posição mais firme a esse respeito. Os sujeitos que se afirmam isentos sobre a questão compõem 14%. O percentual de aprovação total é maior entre os não-surdos (69%), somados aos 26% que concordam parcialmente. As posições antagônicas são de 2% para a discordância parcial e de 1% para a plena. Os “neutros” são 2% dessa amostra.

A rejeição em maior proporção entre os surdos pode estar vinculada à percepção da surdez como um dano, o qual remete a uma identificação com os ouvintes. Essa propriedade é refutada pelos movimentos multiculturais, os quais defendem que ser surdo não é o oposto de ser ouvinte; é apenas diferença. Para os não-surdos, os resquícios de denominação que inserem o surdo à sombra dos ouvintes não constitui uma problemática em si, dada a concordância da ordem de 95% desse grupo.

Mesmo diante de qualificações que neguem o corpo diferente, os colaboradores aceitam denominações negativas se estas vierem acompanhadas de soluções para o suposto problema da surdez, como é o caso da doença que poderia ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação ou da perda auditiva que não impediria os surdos de se relacionarem.

Após essa reflexão sobre a escala percentual dos dados levantados sobre os imaginários sociodiscursivos, a seguir, traça-se a frequência das opiniões. A tabela 20 apresenta o cálculo do ranking médio (RM) das respostas válidas dadas pelos colaboradores da pesquisa, fornecendo uma perspectiva macro acerca dos posicionamentos dos participantes. O número três é atribuído à posição de neutralidade. Entre o valor um e três é discordância; e acima de três até cinco, concordância.

| <b>Frases avaliadas</b>                                                                   | <i>RM</i><br>Surdos | <i>RM</i><br>Não-surdos | <i>RM</i><br>Geral |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|
| <i>A surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada</i>                  | 4,62                | 4,39                    | 4,4                |
| <i>A surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação</i> | 2,23                | 2,57                    | 2,56               |
| <i>Os surdos não vivem normalmente por causa da surdez</i>                                | 1,71                | 2,03                    | 2,01               |
| <i>A surdez não impede os surdos de viver normalmente</i>                                 | 3,5                 | 4,03                    | 4,01               |
| <i>Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade</i>                       | 2,71                | 3,11                    | 3,1                |
| <i>Os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais</i>                 | 1,62                | 2,13                    | 3,1                |
| <i>Os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade</i>                 | 3,38                | 3,2                     | 3,21               |
| <i>A sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos</i>            | 3,75                | 3,74                    | 3,74               |
| <i>A surdez é uma perda auditiva que não impede os surdos de se relacionarem</i>          | 3,78                | 4,59                    | 4,56               |

TABELA 2 – Cálculo do ranking médio das respostas dos colaboradores sobre as frases acerca da surdez

Diante da afirmação “a surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”, os dois grupos, assim como o total de participantes, declararam concordar com a diferença enquanto designação, bem como com a necessidade de respeito em relação aos Outros. A resposta reafirma a percepção social anteriormente relatada na escala de descrição/ não descrição de que a surdez é uma diferença.

A frase “a surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação” mescla os imaginários sociodiscursivos sobre a temática. Em um primeiro momento, considera a surdez como mal capaz de ser combatido; por outro, insere, para além das práticas terapêuticas, a educação como elemento de emancipação do corpo doente. Para os surdos e não-surdos questionados, essa proposição não se adéqua à surdez. Comparativamente ao ranking médio da questão anterior, pode-se analisar que a rejeição está centrada na palavra “doença”, provavelmente, por seu viés pejorativo e de negação do diferente.

Em “os surdos não vivem normalmente por causa da surdez”, procurou-se resgatar sentidos que inserem o não ouvir e a participação em uma cultura distinta como empecilhos para a convivência social e exercício da cidadania por parte dos sujeitos. De forma mais intensa que na proposição anterior, os surdos discordam dessa visão, tal como os não-surdos.

Os colaboradores da pesquisa aceitam os imaginários veiculados na frase “a surdez não impede os surdos de viver normalmente”. Todavia, a concordância é mais convicta entre os não-surdos. Os surdos se enquadram entre a neutralidade e uma aceitação parcial dessa visão.

A primeira divergência entre os colaboradores ocorre quando estiveram expostos ao enunciado: “os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”. De acordo com os surdos da pesquisa, a língua de sinais é capaz de inseri-los na esfera social e, por isso, discordam da

negativa. Já os não-surdos avaliam, bem próximos de um posicionamento neutro, que o conhecimento da Língua Portuguesa é necessário para a integração social do surdo. No grupo como um todo, o ranking médio aponta a concordância. Essa característica é decorrente da participação dos surdos limitada a 4,7% na amostra geral.

Entretanto, ao analisarem a passagem “os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade”, o grupo de surdos reconhece a necessidade do aprendizado da Língua Portuguesa para o convívio social, seja na forma do bilinguismo, do conhecimento anterior à surdez ou ao uso de aparelhos auditivos. O posicionamento de concordância se insere entre a neutralidade e a aceitação parcial, indicando certa insegurança nas respostas. O mesmo ocorre com os não-surdos. Em contraste com a negativa anterior, percebe-se que a rejeição dos surdos está alinhada com a percepção de exclusão social.

Por fim, a afirmação “a sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos” foi objeto de concordância, em taxas similares, entre surdos e não-surdos. Essa percepção demonstra que a integração social ocorre por esforço mútuo dos sujeitos surdos e da sociedade, em prol da convivência. A aceitação dos não-surdos sobre a necessidade deles aprenderem a comunicação espaço-visual para interagirem com os diferentes pode ser atribuída à inserção da disciplina de Libras na grade curricular do ensino superior, bem como o reconhecimento legal dessa forma de dialogar como língua.

No resgate e (re) significação de memórias discursivas provocados pela segunda fase do questionário on-line, os colaboradores da pesquisa revelam conhecimentos prévios que indicam a relativa aceitação das diferenças entre surdos e não-surdos, a ruptura parcial de imaginários sociodiscursivos de negação do corpo diferente, assim como movimentos de aproximação entre as culturas por meio do aprendizado da Libras pelos não-surdos e do Língua Portuguesa pelos surdos. Dito de outro modo, os respondentes reconhecem a existência das diferenças e se mostram abertos para a interação com os diferentes, compreendendo a importância dessa aproximação social, linguística e cultural. Todavia, as respostas dos participantes sinalizam que ainda reverberam na esfera social saberes dos campos científicos que versam sobre soluções para o que seria suposta inaptidão do “não ouvir”.

### **C. Avaliação das reportagens pelos telespectadores**

A terceira parte do questionário on-line colocou os colaboradores diante de sete reportagens sobre a surdez exibidas pelo *Jornal Visual*. Na posição de Tu-interpretantes, eles foram convidados a responderem sobre o assunto da matéria. O objetivo da pergunta foi mapear se houve certa compreensão dos enunciados; se o tema refletia o dia-a-dia do qual fazem parte; o modo como o surdo foi retratado pelo telejornal e se concordavam ou não com essa abordagem.

A primeira matéria retratou os treinamentos de judocas surdos na Rocinha, no Rio de Janeiro. Alguns surdos entenderam que a reportagem tratava dos “direitos iguais entre surdos e ouvintes” e também compreenderam que a narrativa tinha o intuito de “mostrar que o deficiente

auditivo é capaz como uma pessoa considerada normal”. Para os não-surdos, o tema abordado foi recebido como a “superação de surdos”, “aulas de judô para jovens vulneráveis dadas por professores surdos”, “adaptação da sociedade para integrar adolescentes surdos” e ainda “a conquista dos atletas surdos da comunidade da Rocinha”.

Na concepção de 92% dos não-surdos, a reportagem não representa o seu cotidiano; para 8%, os treinamentos de judô na comunidade carioca mostram o dia-a-dia dos telespectadores. A maioria dos surdos da pesquisa (69%) relatou não identificar os traços de sua vivência cotidiana na atividade enquadrada pelo *Jornal Visual*.

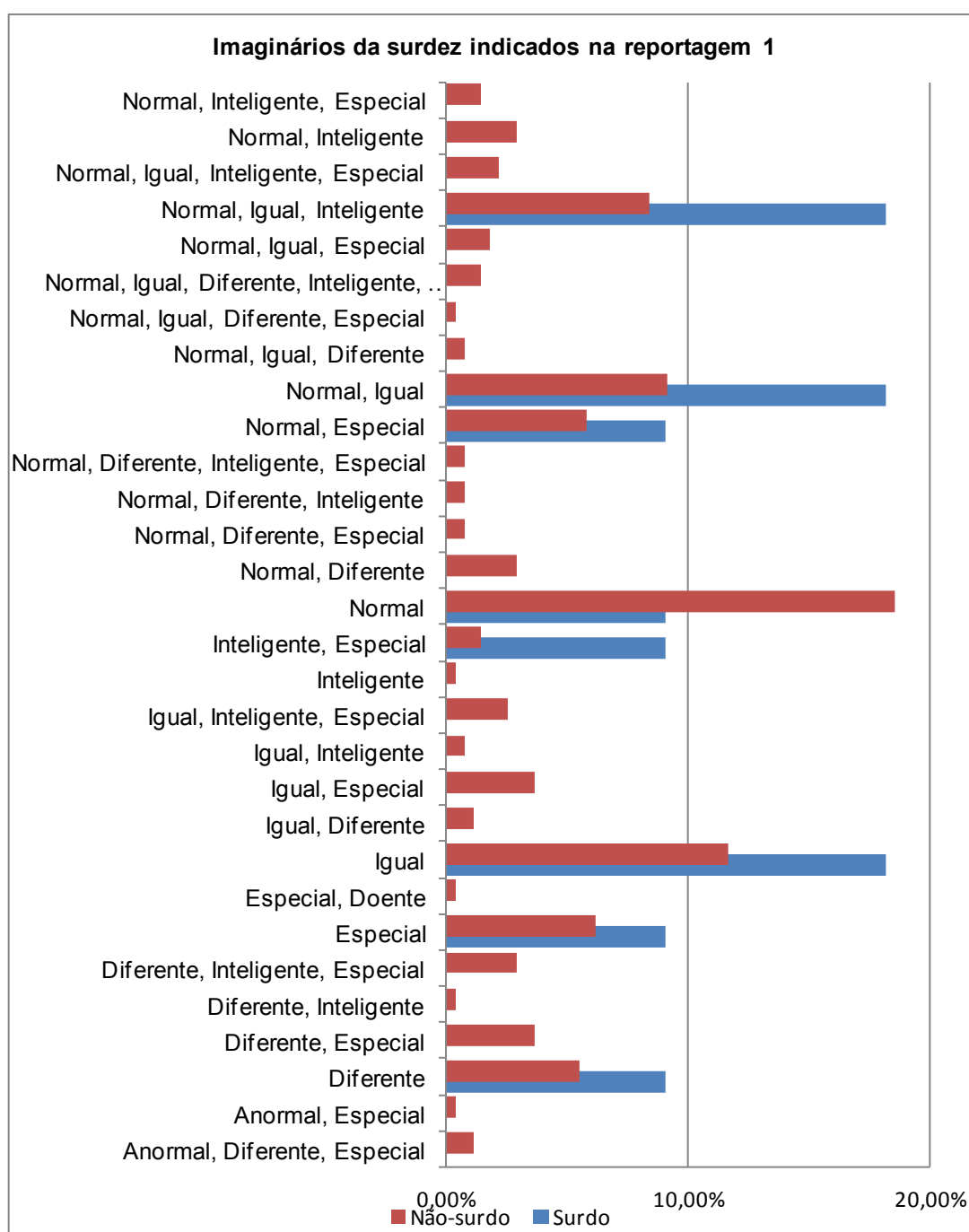


GRÁFICO 20 – Percepção dos participantes surdos sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 1

O gráfico 20 ilustra o modo como os participantes interpretaram como o surdo foi abordado na matéria do telejornal. Os surdos se dividem, principalmente, em três correntes semelhantes. Na avaliação da reportagem 1, 18% do grupo entendem que o surdo foi visto como “normal, igual e inteligente”. A mesma proporção interpretou que a normalidade e igualdade estavam presentes na qualificação do surdo pela matéria, mas a inteligência não se aplicaria neste caso. Outra parte dos colaboradores (18%) indicou que apenas o conceito de “igual” pode ser apreendido da narrativa jornalística. Conforme 19,6% dos não-surdos, apenas a qualificação de surdo como “normal” poderia ser interpretada na reportagem. O conceito sozinho de “igualdade” foi atribuído por 12,3% desse grupo. A percepção do surdo como “normal, igual e inteligente” foi marcada por 8,8% dos sujeitos. De modo preponderante, os dois grupos da pesquisa codificam que o surdo foi tratado pelas concepções de normalidade, igualdade e inteligência.

A maioria dos surdos (77%) concorda com a abordagem e o tratamento dados da reportagem 1 do *Jornal Visual*, a qual abordou as aulas de judô ministradas por atletas surdos na Rocinha. Apenas 8% discordam da matéria e 15% se mantiveram “neutros”. Em meio aos não-surdos, também 77% aceitam a narrativa telejornalística e o percentual de discordantes é de 6%. Os isentos somam 17%.

A reportagem 2, acerca de a música alta ser a causa da surdez, foi interpretada pelos não-surdos como os “perigos” do ruído musical para determinar a “perda auditiva”. Conforme os surdos, o tema também foi “o prejuízo que ruídos causam na audição das pessoas” e “problema da surdez causada por uso de aparelhos sonoros e som alto”. O grupo de surdos diverge de opinião quando questionado se a reportagem retrata o dia-a-dia deles: 50% afirma que sim e a outra metade não. Já para 81% dos não-surdos, ouvir música alta com aparelhos sonoros faz parte da realidade.

O gráfico 21 mostra a avaliação dos colaboradores no que se refere à forma como a matéria enquadrou o surdo. Na perspectiva de 25% dos sujeitos integrantes do grupo de surdos, a reportagem exibiu o surdo como “doente”; outros 25% interpretaram “anormal”; em um dos casos, os dois adjetivos foram considerados em conjunto. Se somadas as avaliações do surdos como “normal” e “igual”, o percentual atinge também 25%. No entanto, a percepção de negatividade é mais intensa, na ordem de 62,5%.

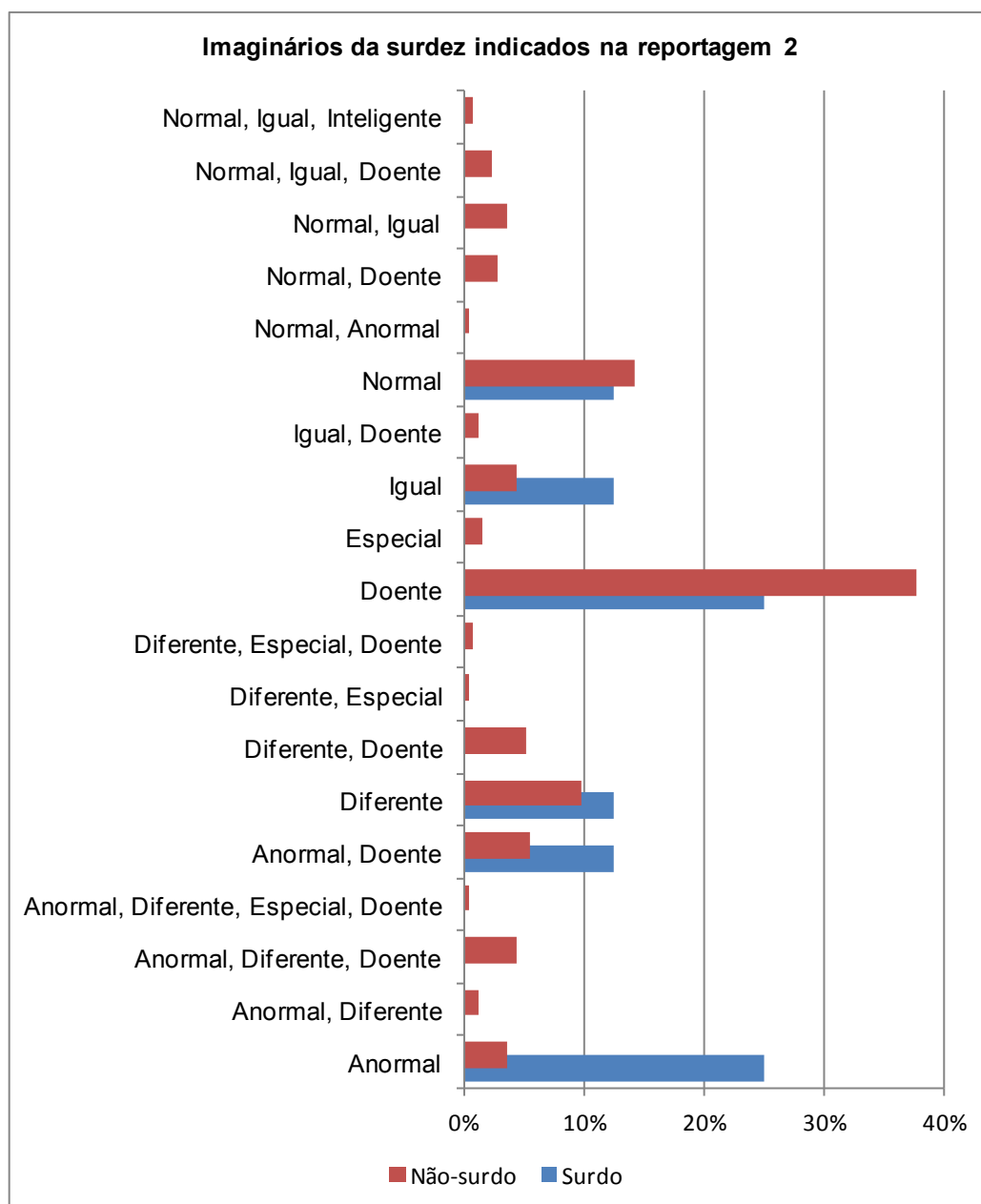


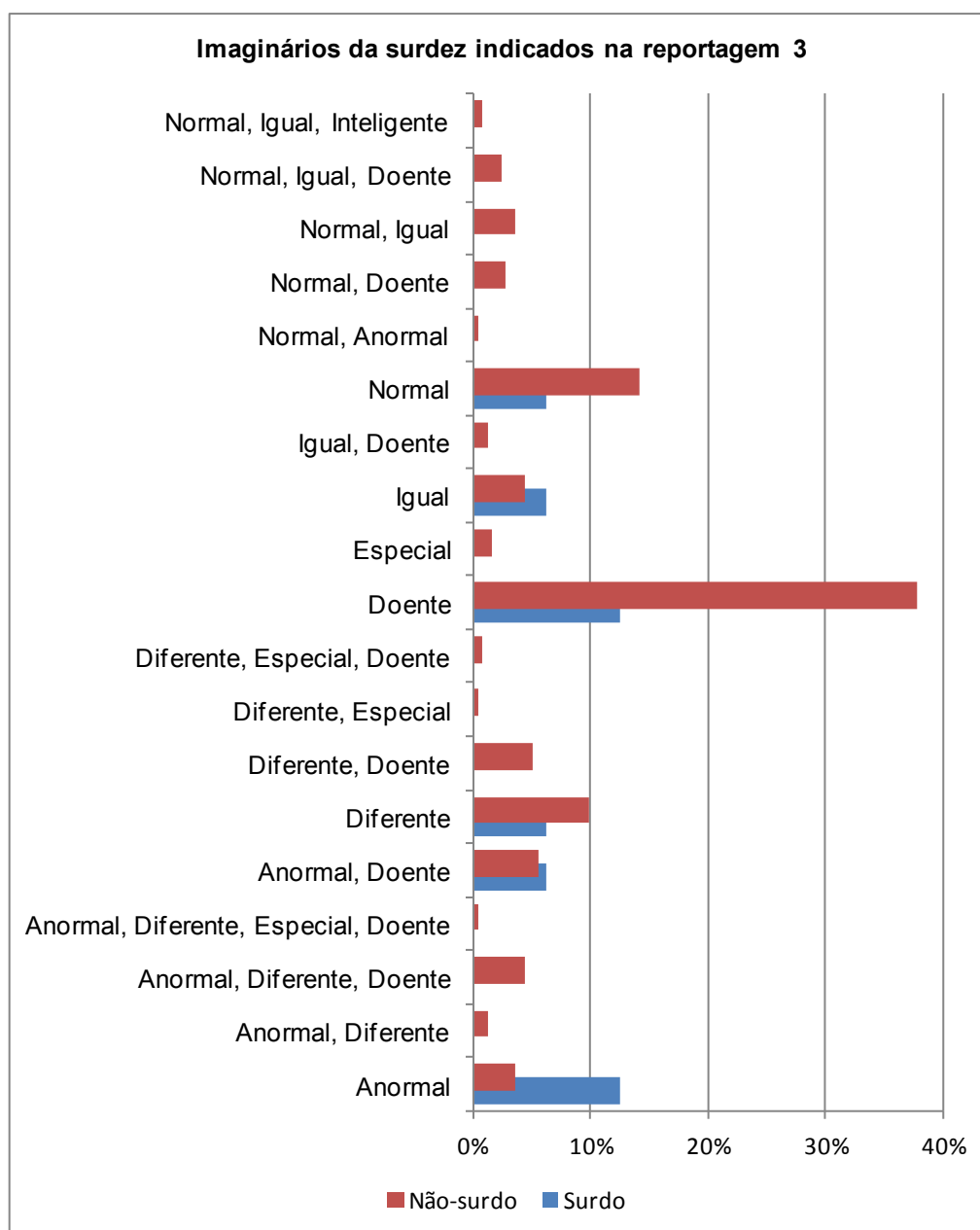
GRÁFICO 21 – Percepção dos participantes sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 2

De acordo com 37,8% dos não-surdos, a reportagem 2 traz o surdo como “doente”. Em proporção inferior, 14,1% outra parte desse grupo considera que os sujeitos foram tratados como “normais”. A matéria sobre a música alta é vista como pejorativa, classificando o surdo, de modo preponderante, como enfermo. A partir dessa decodificação do enunciado telejornalístico, os telespectadores surdos divergem acerca da reportagem: 45% de concordância e 44% de discordância. Dentre os não-surdos, a preferência é não opinar (55%); aqueles que estão de acordo com a narrativa jornalística integram 30% desse grupo contra 15% que pensam o contrário. Com isso, mesmo reconhecendo uma abordagem que rotula a surdez pela ótica da doença, o discurso do *Jornal Visual* é aceito por parte dos Tu-interpretantes.

A reportagem 3 assistida pelos telespectadores da pesquisa abordou os prós e contras do implante coclear. A percepção dos participantes não-surdos pode ser ilustrada nos dois depoimentos a seguir: a reportagem “debate a respeito da identidade do surdo e integração social”; outro Tu-interpretante aponta que a matéria versa sobre “implantes para recuperar a audição”. Conforme o relato de um telespectador surdo, o telejornal trouxe “o conflito entre o surdo que utiliza a língua de sinais e o grupo que usa o implante coclear”.

Segundo 64% dos surdos da pesquisa, o assunto tratado na reportagem 3 reflete o cotidiano. De modo oposto, esse conflito entre utilizar ou não o implante coclear não faz parte do dia-a-dia de 89% dos não-surdos.

O gráfico 22 evidencia como os telespectadores compreenderam o surdo a partir das informações fornecidas pela matéria jornalística.





### GRÁFICO 22 – Percepção dos participantes sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 3

O uso do implante coclear foi entendido pelos colaboradores surdos como uma forma de sinalizar a doença para 13% do grupo; outros 13% pensam na denominação “anormal”. A junção dos dois conceitos foi apontada por 6%. Os não-surdos acreditam que o surdo foi identificado como doente (38%) e diferente (11,9%). Ambos os grupos indicaram a enfermidade do ouvido em decorrência dos discursos de resistência exibidos contra a oralização, os quais defendiam a possibilidade do surdo se constituir por meio da língua de sinais. A ambientação da primeira parte da matéria em consultório médico também contribuiu para a construção do senso de enfermidade.

Ao contrário da reportagem anterior, o tema do implante coclear gerou maior procura por isenção entre os surdos, os quais integraram 45% do total de respostas. Os que concordam somaram 33% e os discordantes 22%. Em meio aos não-surdos, o caminho foi inverso da matéria precedente: eles saíram do lugar de neutralidade para assumirem o posicionamento de concordância (68%), frente a 17% de discordância e 32% de “neutros”.

A quarta reportagem vista pelos colaboradores da pesquisa abordou a formatura da primeira turma do curso de graduação em Pedagogia Bilíngue. Tanto surdos quanto não-surdos relataram que o assunto tratado era a formatura em curso bilíngue. Conforme um dos colaboradores surdos, a matéria mostrava a possibilidade de existir “a educação para todos e com qualidade”.

Segundo 70% do grupo de surdos, a graduação em Pedagogia Bilíngue está presente em certos aspectos do seu cotidiano. Já para 82% dos não-surdos, esta não é uma realidade próxima.

Por meio do gráfico 23, tem-se acesso à avaliação dos receptores quanto à forma de tratamento do surdo dada pela narrativa do *Jornal Visual*.

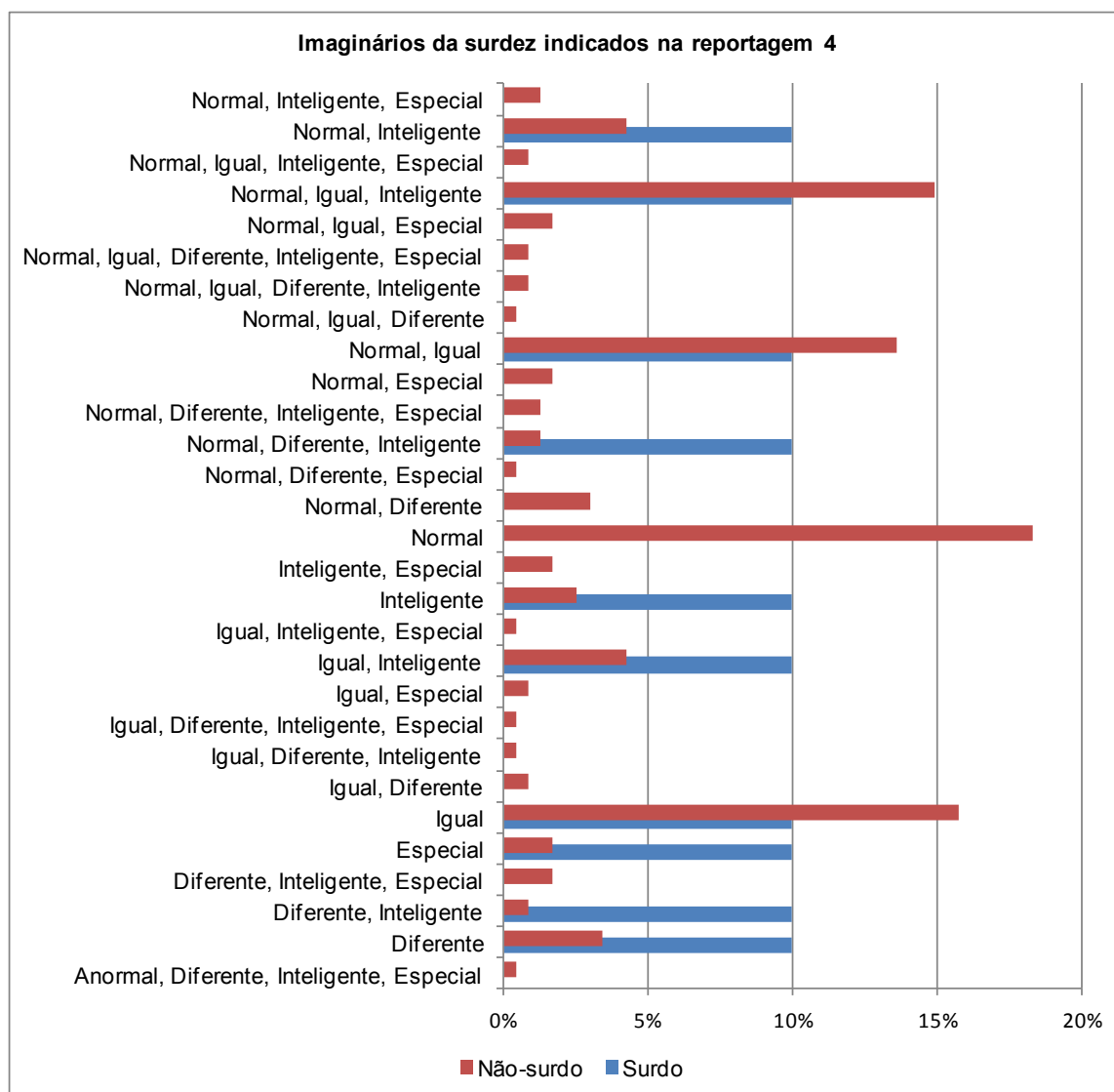


GRÁFICO 23 – Percepção dos participantes sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 4

A adjetivação “inteligente” é apontada seis vezes em dez opiniões de surdos. Em apenas uma delas, o rótulo aparece sozinho; nas demais, surge anexo a outros conceitos como “diferente”, “normal e diferente”, “normal e igual”. A associação com doença não é citada nesta reportagem 4. Na avaliação dos não-surdos, a cobertura da cerimônia de formatura em Pedagogia Bilíngue insere os surdos na perspectiva de normalidade para 18,3% do grupo, sendo seguida por 14,5% da amostra que acredita na projeção de identificações pela ótica da igualdade, bem como 13,7% pensam na associação de imagens de “normal, igual e inteligente”. Em apenas um caso, o colaborador entendeu que o *Jornal Visual* mostrou o surdo como “anormal, diferente, inteligente, especial”.

A aceitação da matéria é massiva no grupo de surdos, totalizando 82% da amostra. Especificamente, 46% concordam totalmente e 36% de forma parcial. A discordância quanto à reportagem é apontada por 9% e outros 9% “neutros”. Para os não-surdos, a rejeição é inexistente, em que 92% aprovam a forma de condução da narrativa e 8% procuram ser isentos.

A reportagem 5 analisada pelos telespectadores da pesquisa observou a narrativa de vida da surdo-cega Suely. Dentre os relatos dos surdos, “o ISL [intérprete de Língua de Sinais] precisa conhecer o sinal do surdo-cego para melhor interpretar”. Para grande parte dos não-surdos, a matéria jornalística trouxe uma história de “superação”. Por ser um caso particular, 95% dos não-surdos dizem não estar representados; dentre os surdos, essa mesma percepção chega a 56%.

Questionados sobre como os surdos foram retratados na matéria, o grupo de colaboradores surdos da pesquisa indicou, em primeiro lugar, o conceito de normalidade em 22% das ocorrências; associado aos termos “inteligente” e “diferente, inteligente, especial”, a análise repercutiu o conceito de “normal” para 40% da amostra.

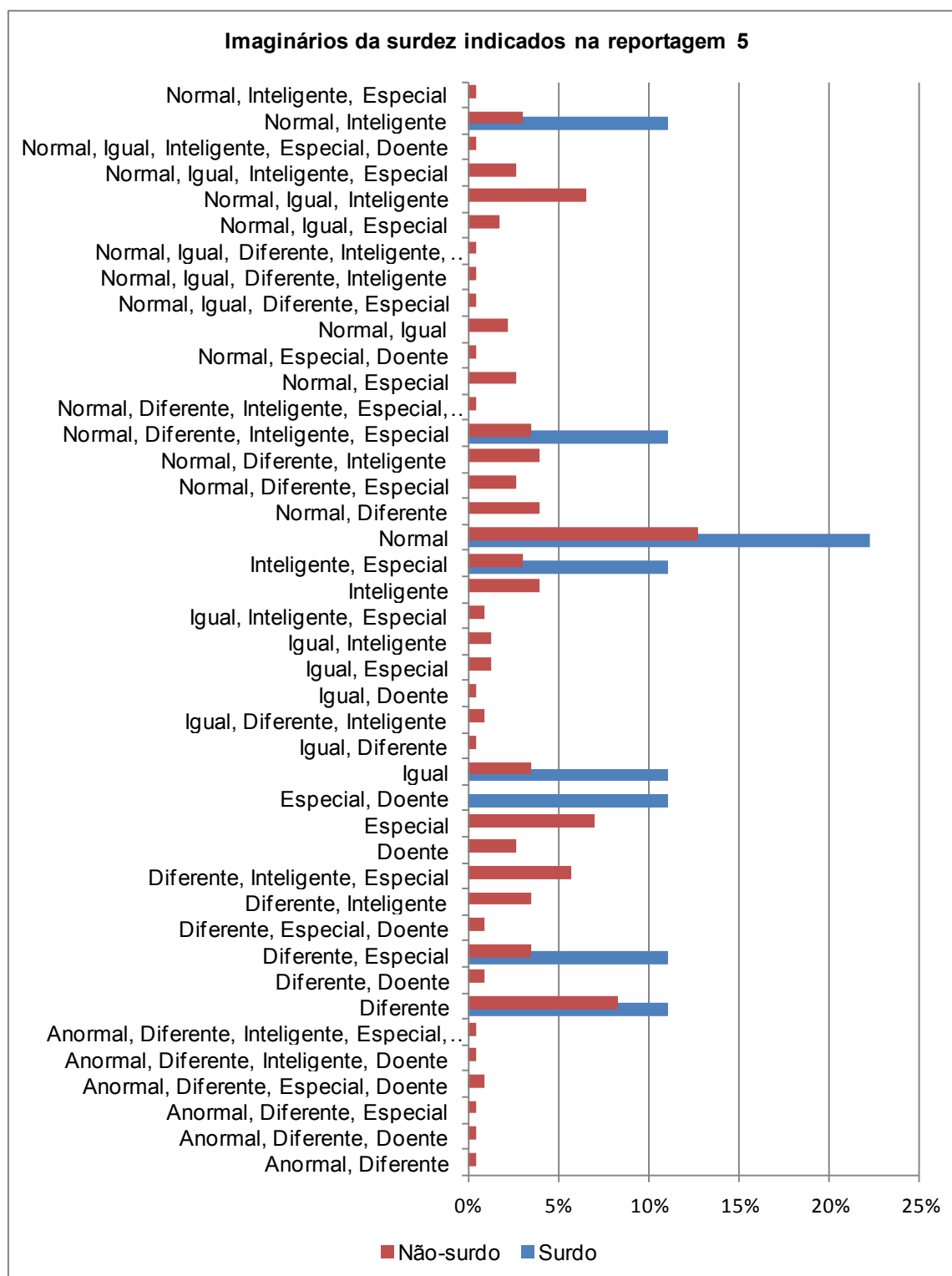


GRÁFICO 24 – Percepção dos participantes surdos sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 5

Na visão de 13% dos não-surdos, o relato de vida de Suely traz uma noção de normalidade aos surdos, assim como apontou o grupo anterior. O conceito de “diferente” também foi entendido como forma de tratamento da matéria por 8,37% dos não-surdos; e a associação dos conceitos “normal, igual, inteligente” se aplica à reportagem para 6,6% dos sujeitos. Em sete das 227

respostas válidas para esta questão, os colaboradores apontaram que os surdos foram apontados como “anormais”, em conjunto com as noções de doença e diferença.

O modo de condução da narrativa jornalística pelo *Jornal Visual* foi aceito por 70% dos surdos e 57% dos não-surdos. A discordância entre o grupo de surdos foi de 10% enquanto que entre os não-surdos atingiu a marca de 4%.

A sexta reportagem trouxe a história do atleta surdo Bruno. Dois dos surdos identificam na matéria “o esporte como superação”. A maioria dos surdos da pesquisa 56% não se vê representado na matéria do atleta surdo Bruno, o qual se comunica pela Língua Portuguesa oral e utiliza aparelho auditivo para captação dos sons. Nove em cada dez não-surdos (88%) aponta que a temática abordada pelo telejornal não faz parte do cotidiano desses telespectadores.

O gráfico 25 mostra como os colaboradores interpretaram os imaginários sobre a surdez na matéria 6.

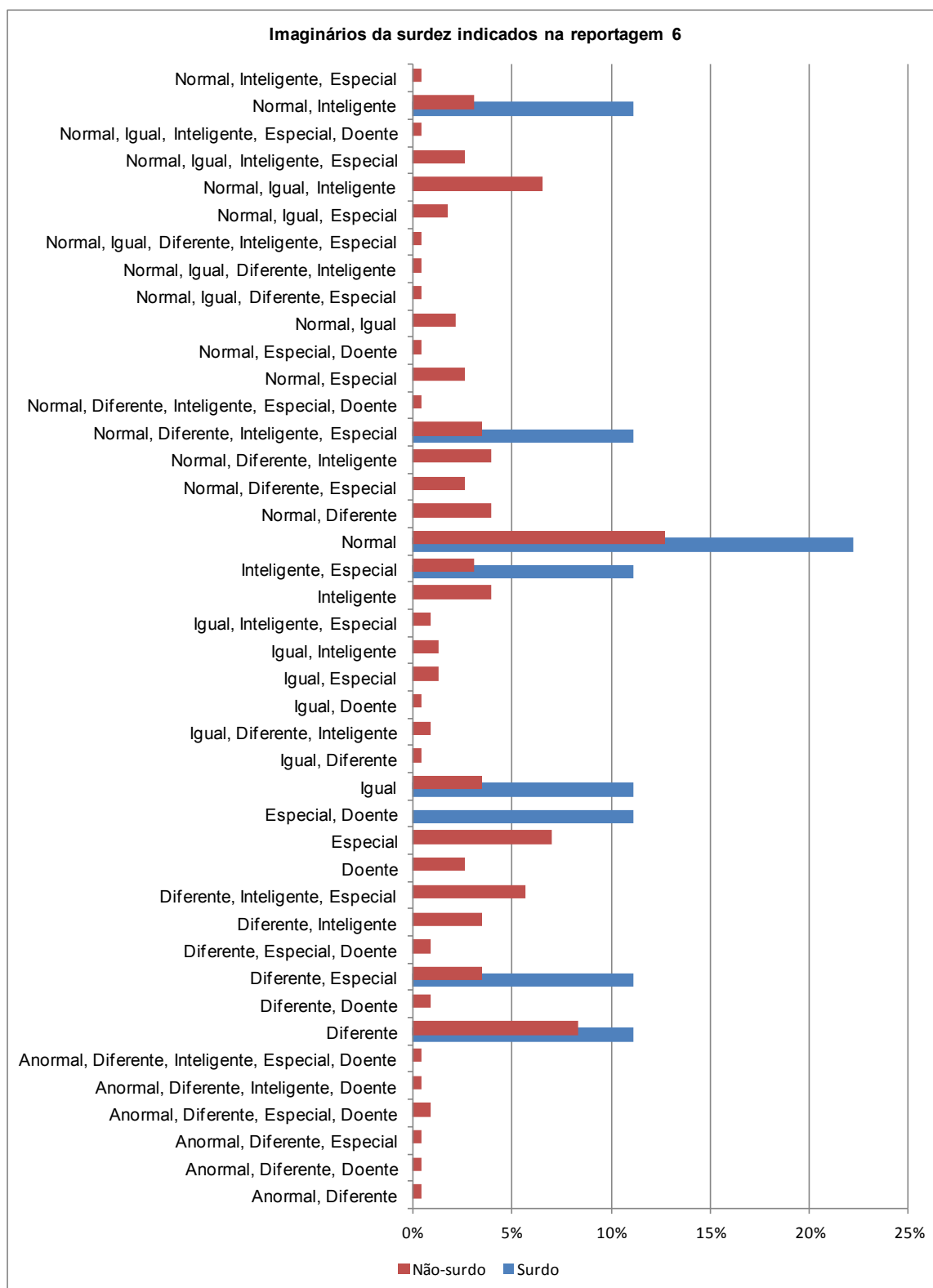


**GRÁFICO 25 - Percepção dos participantes sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 6**

Para 22% do grupo, o atleta surdo Bruno foi retratado a partir das noções de “normal e inteligente”; e também 22% indicaram que a representação da personagem midiática foi ancorada

pelas denominações de “diferente e especial”. As perspectivas de doença ou deficiência não foram interpretadas nessa reportagem.

Os não-surdos (11,5%) entenderam que Bruno foi caracterizado como “normal, igual e inteligente”; em percentual idêntico, outra parte do grupo indicou que apenas a denominação “normal” distinguiu o surdo na matéria jornalística. Em terceiro lugar nos imaginários elencados está a noção do surdo como igual (8,8%).

Diferentemente, do primeiro grupo, o segundo teve ocorrência de sujeitos que interpretaram os enunciados da reportagem como formas de rotular o surdo em como “anormal, diferente, especial” (1,7%), somente “anormal” (0,4%), e uma junção de valores e crenças, tais como “anormal, diferente, inteligente, especial, doente” (0,4%) e “diferente, especial, doente” (0,4%).

O grau de concordância parcial de 40% entre os surdos predominou no grupo, sendo seguido pela convicção plena de 30%. A aceitação foi de 70% sobre a forma de tratamento dado pela matéria do *Jornal Visual*. Os posicionamentos de resistência integraram 20% da amostra, ao lado de 10% de isentos. Os não-surdos a reportagem em incidência maior, na ordem de 76%. Especificamente, os que relataram concordância parcial integram 52% e os totais 24%. A discordância de 9% foi onze pontos percentuais menor do que a os surdos. A procura pela neutralidade registrada foi de 15%.

A última reportagem abordou a polêmica envolvendo o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Educação de Surdos. A primeira entidade negou o fechamento do instituto, o qual tinha sido anunciado por uma representante do ministério. Segundo 80% dos surdos, a notícia não mostra representa o cotidiano deles. Cabe notar que a maioria desses sujeitos possui entre 31 e 35 anos e não pertencem ao meio escolar retratado. Os não-surdos indicam, 78%, que a matéria não mostra a realidade em que vivem.

Há uma divergência de avaliações dos surdos sobre os imaginários projetados pela informação sobre o não fechamento do INES (GRAF. 26).

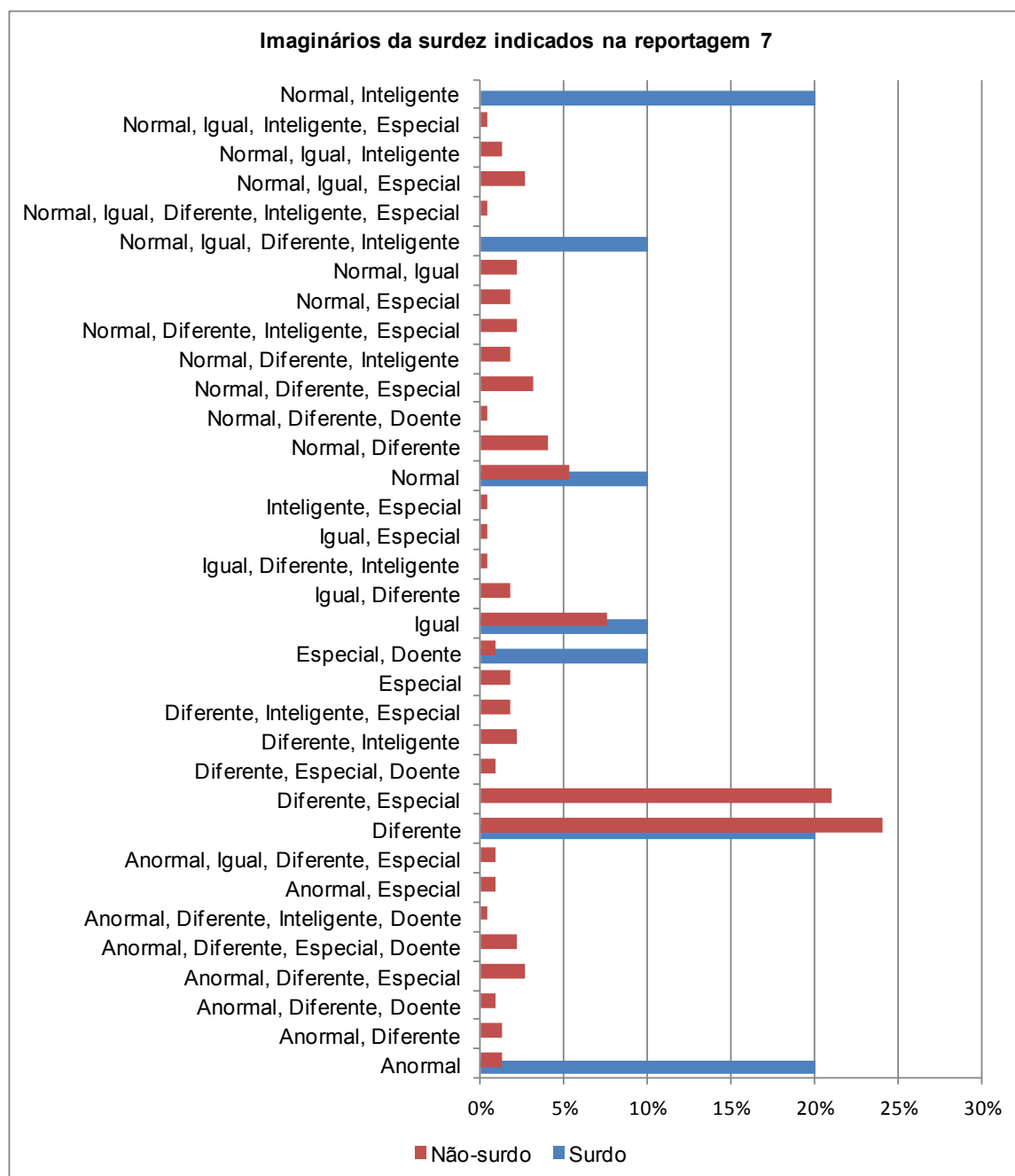


GRÁFICO 26 - Percepção dos participantes surdos sobre a forma como o surdo foi retratado na reportagem 7

Para 20% dos surdos da pesquisa, os sujeitos surdos que compõem a matéria são identificados como “anormais”; na mesma proporção, 20% do grupo aponta que houve uma rotulação pela conjunção dos valores de “normalidade” e “inteligência”; outros 20% indicam a diferença.

Os não-surdos interpretaram os imaginários sobre a surdez na matéria pela vertente da “diferença” (24%), seguida pela associação das noções de “diferente e especial” (20,9%) e “igual” (7,5%). Ao se considerar os dois primeiros índices, o surdo foi visto como diferente por 44,9% do grupo. Contrariamente ao grupo de surdos, a incidência da rotulação de “anormalidade” foi de 8%, somando-se os relatos do termo sozinho e as respostas associadas como “anormal e especial”, “anormal, diferente, especial, doente”.



A divergência de opiniões sobre os saberes da surdez propagados pela reportagem se reflete na indecisão dos colaboradores, em que 40% optaram pela neutralidade ao invés de indicarem os graus de concordância e discordância sobre a matéria. Ainda assim, 50% do grupo aceita a forma de tratamento dada pelo *Jornal Visual* e 10% reprova parcialmente.

Dentre os não-surdos, a aceitação da reportagem também é de 50%, especificamente, 37% de concordância parcial e 13% de convicção total. A taxa de isentos é menor (27%), mas aumenta a discordância sobre os enunciados (6% discordam totalmente e 17% parcialmente).

#### D. O repensar dos telespectadores sobre os imaginários sobre a surdez

A penúltima pergunta do questionário colocou os colaboradores diante das mesmas frases analisadas na primeira fase da investigação on-line. No instante inicial, a intenção foi mapear os imaginários sociodiscursivos da surdez que circulam entre os participantes. Após assistirem as sete reportagens do *Jornal Visual*, surdos e não-surdos voltaram a pensar sobre as proposições, agora tendo como pano de fundo os saberes prévios em contraste com as informações telejornalísticas recebidas.

O gráfico 27, a seguir, permite uma incursão sobre os percentuais das respostas dos colaboradores antes e após terem contato com os imaginários sobre a surdez presentes nas matérias do telejornal. As posições emitidas na primeira fase do questionário on-line, ou seja, antes dos sujeitos assistirem as reportagens estão identificadas como “A: Surdos” e “A: Não-surdos”. As percepções emergidas depois da avaliação das informações do telejornal estão representadas como “B: Surdos” e “B: Não-surdos”. Essa forma de divisão permite comparar as mudanças de opinião sobre os imaginários e investigar como os enunciados do *Jornal Visual* influenciam nas ancoragens de saberes de conhecimento e de crença pelos sujeitos.

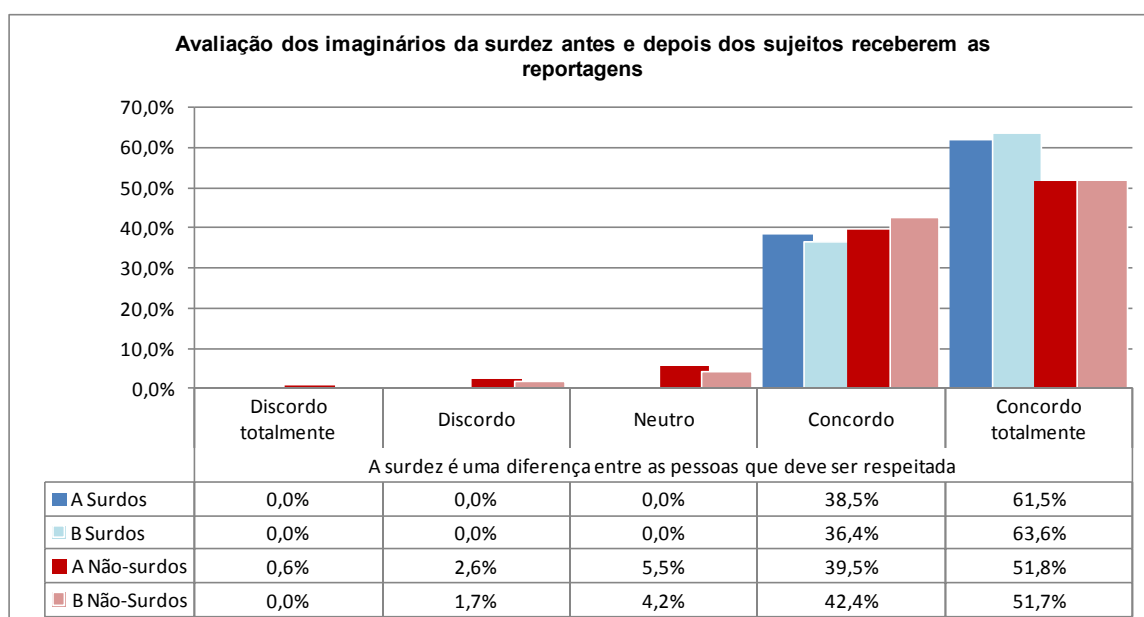


GRÁFICO 27 – Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “A surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”

Com a recepção e interpretação dos enunciados do *Jornal Visual*, os surdos ampliaram a convicção plena de que a “surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”. Houve leve migração dos sujeitos que apontaram uma concordância parcial para a aceitação total, especificamente, o percentual dos que responderam “concordo totalmente” subiu 2,1% (de 61,5% para 63,6%).

Após terem contato com os saberes difundidos pelo telejornal, diminuiu em 0,9% o percentual de não-surdos que discordavam parcialmente da concepção de respeito às diferenças. Esse público também reduziu em 1,3% a taxa de indecisão (neutralidade). As duas movimentações de opiniões refletiram no aumento de 2,9% (de 39,5% para 42,4%) - daqueles que aceitam, de modo parcial, a proposição. Houve ainda pequena queda de 0,01% entre os não-surdos que migraram da concordância plena para a uma aceitação relativa.

Por outro lado, os surdos, depois de analisarem as reportagens do *Jornal Visual*, passaram a discordar menos da concepção de que “a surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”: a rejeição plena inicial caiu de 53,8% para 30%. A concordância parcial dentre os não-surdos também aumentou em 8,9% (de 20,3% para 29,2%), conforme o gráfico 28, a seguir.

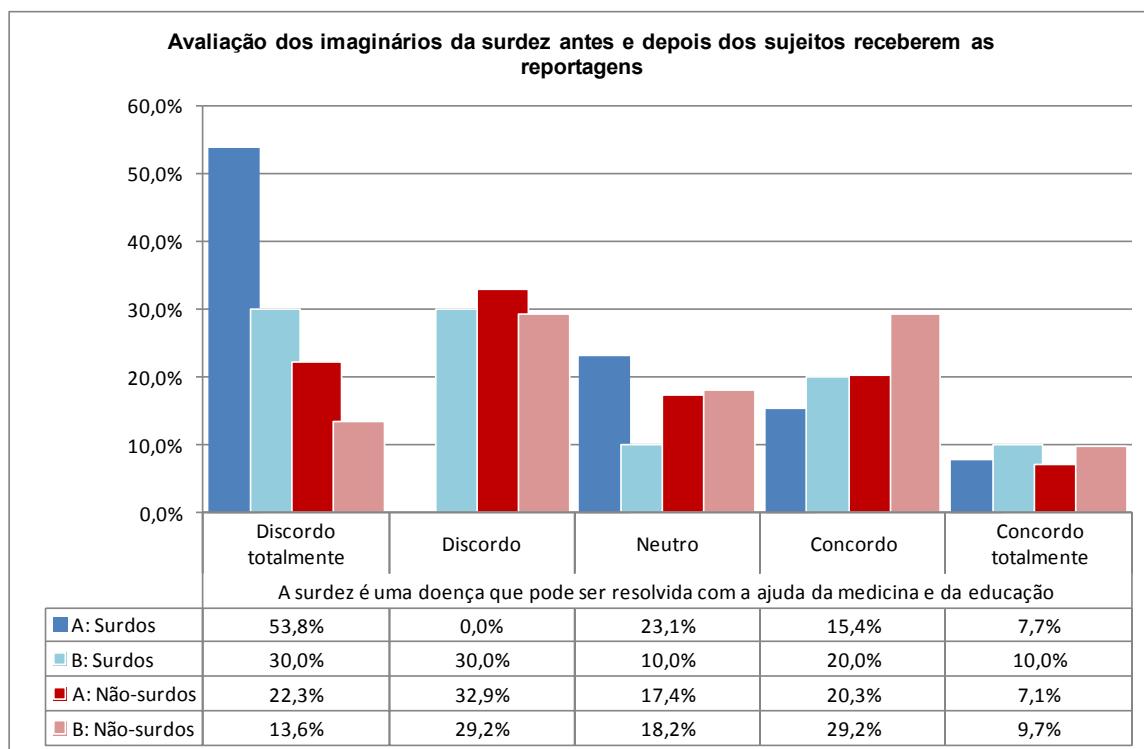


GRÁFICO 28 - Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “A surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”

A maior aceitação dos telespectadores de que a surdez é uma enfermidade tratável revela que as abordagens de cunho educacional e terapêutico do *Jornal Visual* contribuíram para o fortalecimento da crença de que existiriam caminhos e soluções para o suposto problema do ouvido doente. Além disso, a variação de postura entre os participantes da pesquisa reforça a concordância de que a surdez está vinculada ao campo de saberes da saúde, apesar da rejeição ainda ser predominante. Essa conformidade com a noção foi explicitada anteriormente quando os sujeitos – questionados individualmente – disseram discordar desse imaginário, contudo relataram que a sociedade pensa no viés oposto. Reconhece-se, então, os traços de discursos “ouvintistas” são resgatados socialmente e também são difundidos pela mídia, fazendo com que os surdos, de certo modo, tenham que constituir suas identificações a partir da comparação com os ouvintes e a comunicação oral-auditiva.

O gráfico 29 mostra a queda da discordância quanto aos imaginários emergidos na frase “os surdos não vivem normalmente por causa da surdez”, em uma perspectiva de localizar a característica do não ouvir como um problema para a convivência e relacionamento interpessoal.

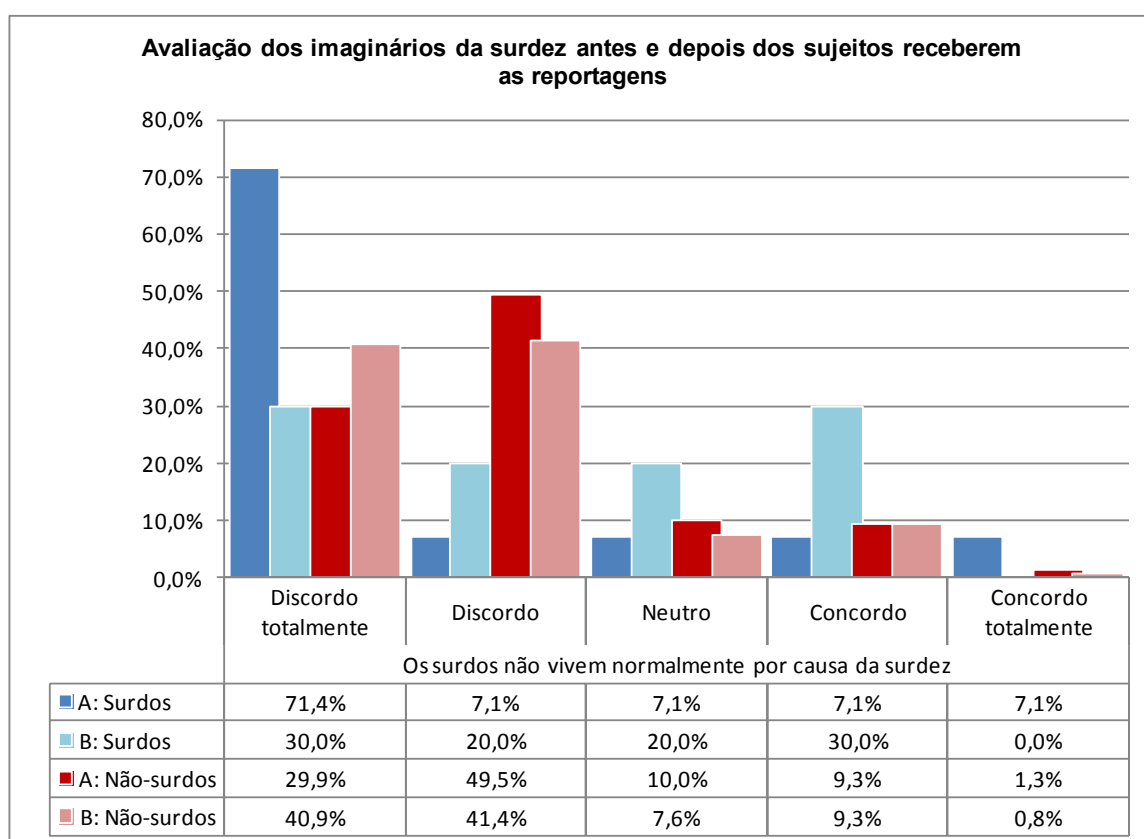


GRÁFICO 29 - Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “Os surdos não vivem normalmente por causa da surdez”

A discordância plena informada inicialmente pelos surdos, na ordem de 71,4%, foi reduzida para 30% após eles acessarem os saberes difundidos pelo *Jornal Visual*. Os sujeitos migraram para uma rejeição parcial (de 7,1% para 20%), isenção (de 7,1% para 20%), assim como concordância parcial (de 7,1% para 30%). No contraste entre os imaginários acessados

anteriormente ao telejornal e aqueles propagados por essa mídia, prevaleceu a influência dos discursos de veracidade das notícias e reportagens. As histórias de superação e a criação de heróis do cotidiano nas narrativas inseriram a percepção de que a surdez não é empecilho para a vivência, a constituição do sujeito, a interação com os pares e o exercício da cidadania. Todavia, os discursos do programa da TV Brasil atuaram de forma contrária aos efeitos projetados: os exemplos de vida dos surdos fizeram os próprios surdos acreditarem mais que a surdez pode ser um problema para a uma vida dita normal.

A frase oposta obteve variação menor de posicionamentos dos surdos (GRAF. 30): “a surdez não impede os surdos de viver normalmente”. A convicção plena com a proposição diminuiu em 9,8% diante da proposição. Depois de interpretar os saberes do *Jornal Visual*, os sujeitos surdos optaram por migrar para a isenção (aumento de 15,4% para 27,3%) e de pequena elevação da concordância parcial (2,8%).

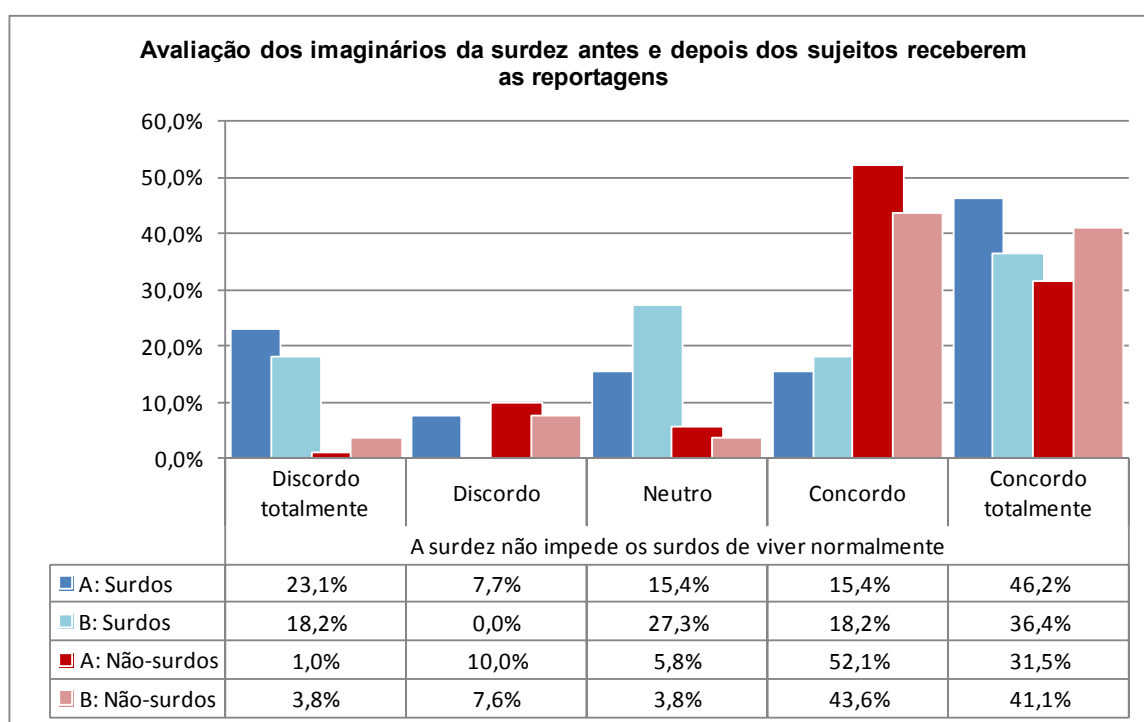


GRÁFICO 30 - Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “A surdez não impede os surdos de viver normalmente”

Em movimento contrário aos surdos, os não-surdos aumentaram (em 9,6%) a concordância total quanto aos imaginários sobre a surdez na frase. Esse crescimento foi resultado da diminuição da aceitação parcial e da neutralidade. No polo oposto, aumentou, em escala menor, a discordância total frente às noções (2,8%).

Há contradição de opiniões entre os surdos se comparados os resultados das frases acima. Na primeira, eles diminuem a crença de que é possível ter uma vida plena dentro da surdez; já na segunda proposição, aumenta a concordância quanto a isso.

No campo da língua como elemento de integração cultural, os colaboradores da pesquisa voltaram a opinar sobre a negativa: “os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”. A perspectiva impõe a necessidade de adaptação dos sujeitos à cultura majoritária, bem como ao sistema comunicativo predominante.

O gráfico 31 evidencia que as matérias do *Jornal Visual* fizeram com que os surdos participantes da pesquisa não mais discordassem totalmente de que o desconhecimento da Língua Portuguesa levaria a um processo de exclusão social. Os sujeitos passaram a reproduzir os saberes de que o português seria necessário para a convivência social. Essa percepção fica mais clara no aumento de 7,7% para 18,2% daqueles que concordam plenamente com a frase, bem como de 23,1% para 27,3% dos que aceitam a proposição parcialmente.

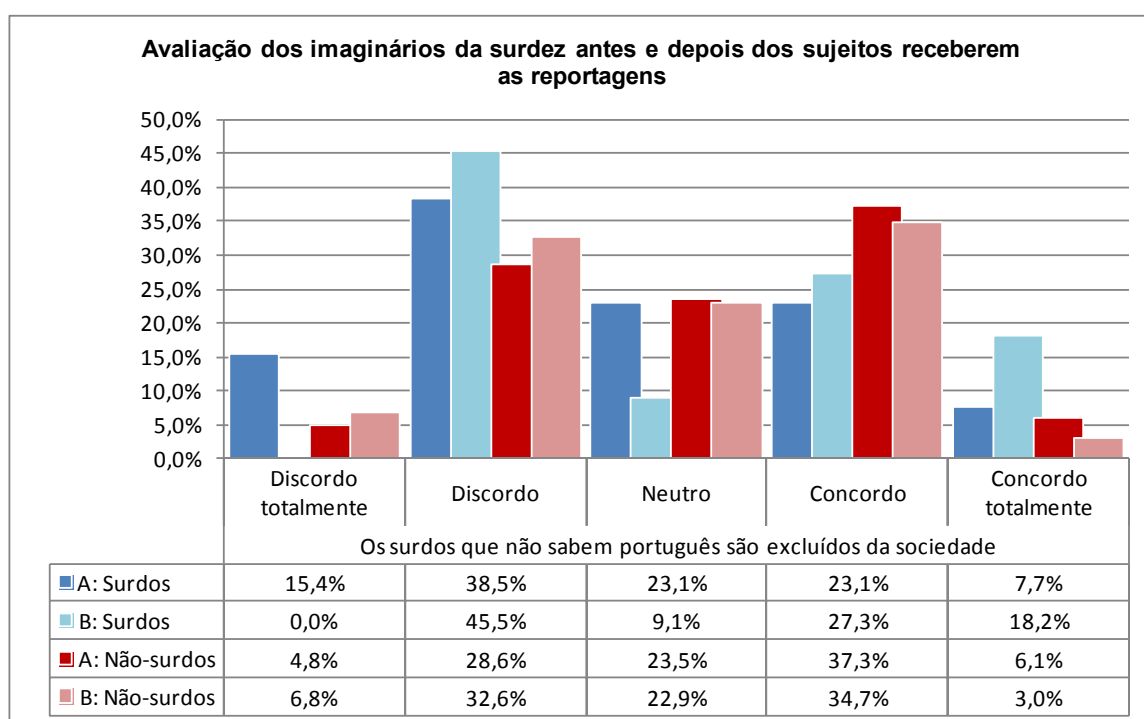


GRÁFICO 31 - Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”

Em movimento contrário aos surdos, o grupo de não-surdos passou a acreditar menos que a Língua Portuguesa seria fundamental para a inclusão. Reduziram os percentuais de concordância total em 3,1% e o de parcial em 2,6%. As pequenas variações repercutiram na elevação das taxas de discordâncias plena (aumento de 2%) e parcial (4%). Pode-se atribuir essa alteração de visões dos não-surdos pela abordagem das notícias e reportagens do *Jornal Visual*, as quais procuraram valorizar a perspectiva de emancipação dos sujeitos surdos por meio da língua de sinais, em espaços educacionais e esportivos, principalmente.

A frase “os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais” também apresentou mudanças de perspectivas dos colaboradores após o contato com os enunciados do telejornal (GRAF. 32). De modo mais significativo, pode-se apresentar a queda de 35,6% no

percentual de surdos que discordavam da afirmativa, acarretando em um elevação de 23,% das posições de discordância parcial, bem como a inclusão da 3,5% do grupo que passou a acreditar na Libras como língua natural dos surdos. Já os não-surdos saíram do posicionamento de neutralidade para assumir a discordância parcial (crescimento de 13,7%) quanto à frase.

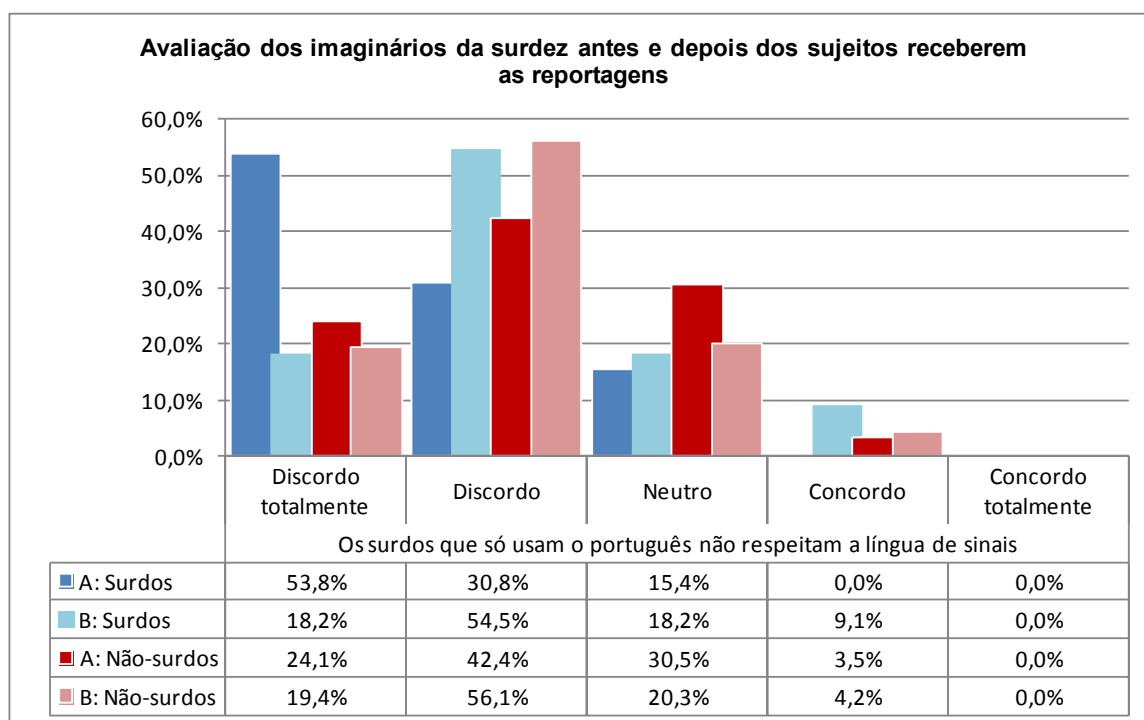


GRÁFICO 32 - Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “Os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais”

Infer-se que os saberes difundidos pelo *Jornal Visual* inseriram dúvidas nos colaboradores, os quais passaram a ter menos convicção de que o uso de português pelos surdos não representaria um afronta à língua de sinais, ou seja, os participantes reduziram a crença nas distintas possibilidades do bilinguismo na cultura surda.

Ainda na temática da relação entre a língua e a integração social, a frase seguinte apontou que “os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade”. Conforme o gráfico 33, diminuiu, em 18,2%, a plena convicção dos surdos de que eles deveriam conhecer a Língua Portuguesa para que houvesse uma integração social. Esses colaboradores, após assistirem as notícias e reportagens do *Jornal Visual*, passaram a ponderar mais sobre uma posição tão marcadamente decidida. Representativamente, o percentual de sujeitos que se declararam isentos subiu de 15,4% para 27,3%; e aqueles que concordavam parcialmente com os imaginários sobre a proposição saltou de 7,7% para 27,3%. Essa alteração de concepções indica que os surdos passaram a crer que a Língua Portuguesa é necessária para a integração social.

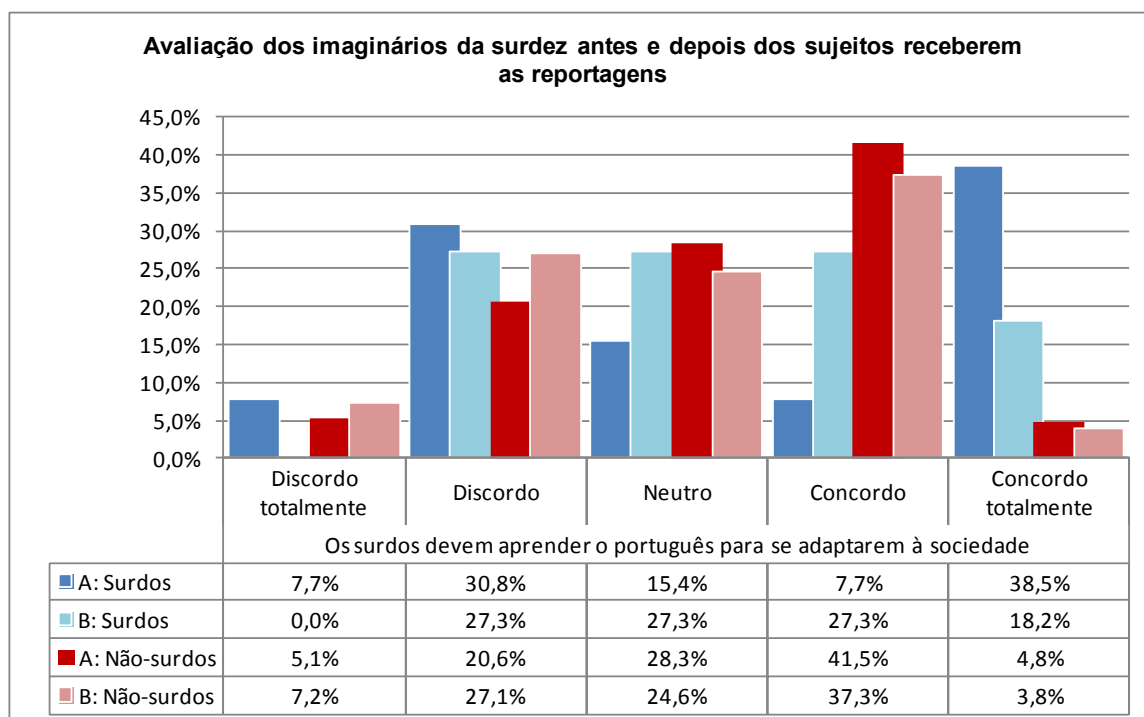


GRÁFICO 33 – Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “Os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade”

A percepção dos não-surdos segue o caminho contrário da re-significação efetuada pelos surdos. A maior elevação ocorreu para a discordância parcial (de 20,6% para 27,1%), proporcionada com a queda de 4% dentre os “neutros”, de 4,2% dos que “concordam” e de 1% dos que “concordam totalmente”.

Os efeitos de sentido das narrativas de vida e das criações de heróis do cotidiano pelo *Jornal Visual* serviram para os surdos como reforço para que eles dominassem mais o português. Enquanto isso, a construção narrativa do telejornal mostrou uma nova visão e cultura aos não-surdos, de que é possível viver e se estabelecer como sujeito por meio da Libras.

O telejornal ajudou ainda a reforçar os saberes dos colaboradores de que a integração social deve ocorrer por um esforço mútuo, em que a comunidade linguística majoritária precisaria também se voltar para a minoria. O gráfico 34 ilustra o aumento da convicção de surdos e não-surdos sobre a necessidade de a sociedade aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos.

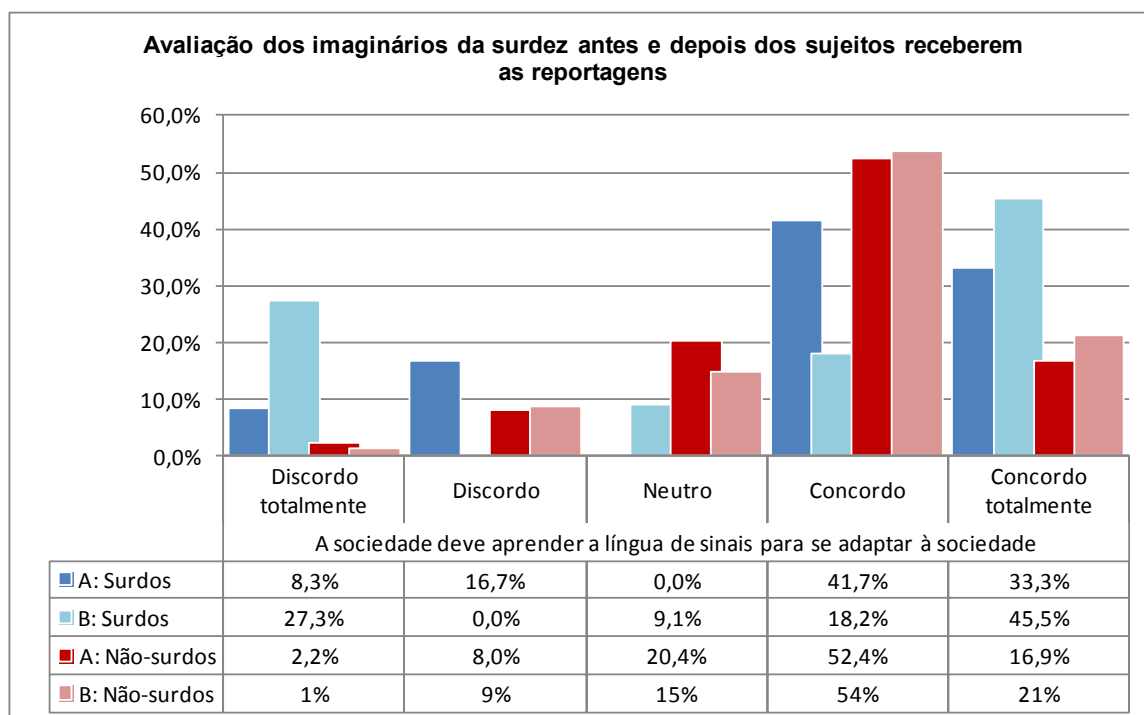


GRÁFICO 34 – Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “A sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar à sociedade”

No grupo de surdos, ocorreu uma polarização de opiniões divergentes depois de eles receberem as informações do *Jornal Visual*. O percentual representativo daqueles que discordam totalmente da frase elevou de 8,3% para 27,3%; de modo correlato, também aumentou a incidência dos sujeitos que concordam integralmente com a proposição (de 33,3% para 45,5%). Apesar da maioria ainda ter a convicção de que a esfera social deve se adaptar à surdez, cresceu as tomadas veementes de posição. Isso significa que os participantes teriam sido abastecidos de saberes sobre o tema e, então, estariam mais confortáveis para emitir julgamentos convictos, embora 9,1% dos surdos apontaram-se como “neutros”. A redução de sujeitos que optaram pela neutralidade reforçou a aceitação dos não-surdos, crescendo as taxas de concordância parcial em 1,6% e total em 4,1%.

A última frase da questão inseriu o conceito de doença e relacionamento social. Em “a surdez é uma perda auditiva que não impede os surdos de se relacionarem”, elevou a concordância total entre surdos e não-surdos, conforme o gráfico 35.



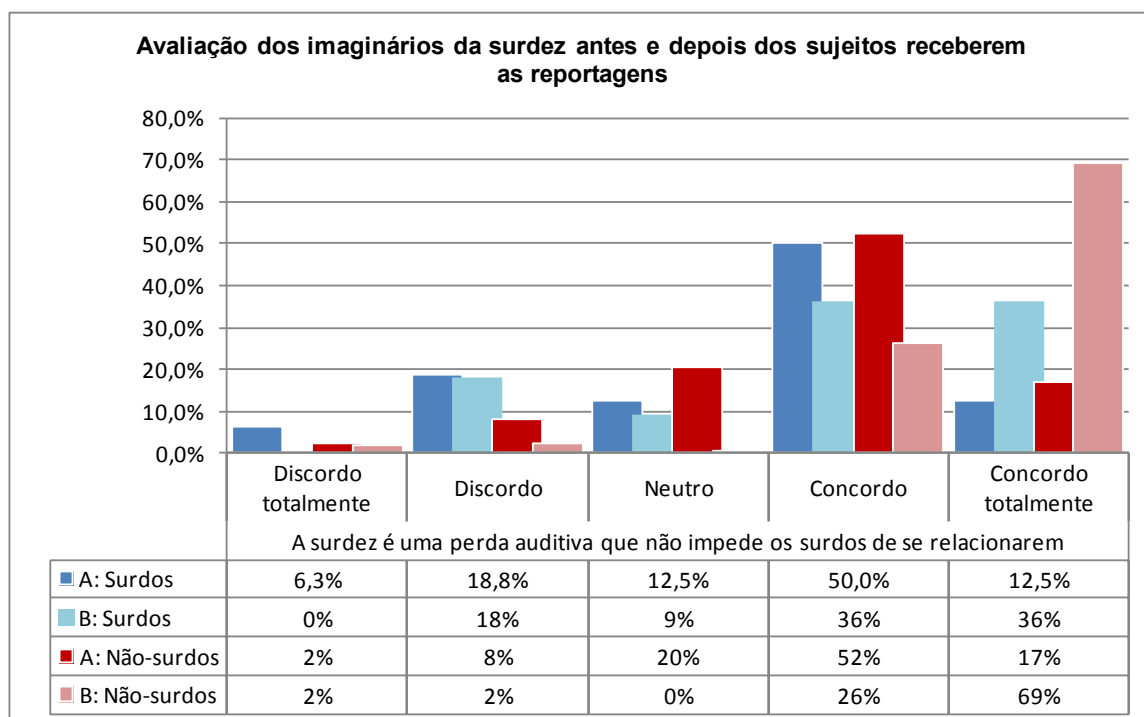


GRÁFICO 35 - Escala de concordância e discordância dos colaboradores antes e depois da recepção das reportagens do *Jornal Visual*. Frase analisada: “A surdez é uma perda auditiva que não impede os surdos de se relacionarem”

Como apontado anteriormente na análise das respostas do questionário, os colaboradores aceitam a denominação da surdez pela ótica da doença e da perda, desde que os sentidos projetados não indiquem, de imediato, uma noção pejorativa e, além disso, apresentem um caminho para o suposto problema do não ouvir. No grupo de surdos, a convicção plena saltou de 12,5% para 36%; o mesmo ocorre em taxas maiores entre os não-surdos, com elevação de 17% para 69%.

Em uma investigação macro sobre as frases, o ranking médio das respostas (TAB. 3) permite sintetizar as mudanças de tomada de posição. Na escala, o valor igual a três corresponde à isenção; abaixo de três, discordância, e acima, concordância.

| Frases avaliadas                                                                          | Frequência de respostas antes da exibição do JV |               |          | Frequência de respostas depois da exibição do JV |               |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------|----------|--------------------------------------------------|---------------|----------|
|                                                                                           | RM Surdos                                       | RM Não-surdos | RM Geral | RM Surdos                                        | RM Não-surdos | RM Geral |
| <i>A surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada</i>                  | 4,62                                            | 4,39          | 4,4      | 4,64                                             | 4,44          | 4,45     |
| <i>A surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação</i> | 2,23                                            | 2,57          | 2,56     | 2,5                                              | 2,92          | 2,91     |
| <i>Os surdos não vivem normalmente por causa da surdez</i>                                | 1,71                                            | 2,03          | 2,01     | 2,5                                              | 1,88          | 1,9      |
| <i>A surdez não impede os surdos de viver normalmente</i>                                 | 3,5                                             | 4,03          | 4,01     | 3,5                                              | 4,11          | 4,08     |
| <i>Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade</i>                       | 2,71                                            | 3,11          | 3,1      | 3,18                                             | 2,94          | 2,96     |

|                                                                                  |      |      |      |      |      |      |
|----------------------------------------------------------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| <i>Os surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais</i>        | 1,62 | 2,13 | 3,1  | 2,18 | 2,09 | 2,01 |
| <i>Os surdos devem aprender o português para se adaptarem à sociedade</i>        | 3,38 | 3,2  | 3,21 | 3,36 | 3,03 | 3,05 |
| <i>A sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos</i>   | 3,75 | 3,74 | 3,74 | 3,55 | 3,85 | 3,83 |
| <i>A surdez é uma perda auditiva que não impede os surdos de se relacionarem</i> | 3,78 | 4,59 | 4,56 | 3,9  | 4,55 | 3,83 |

TABELA 3 - Cálculo do ranking médio das respostas dos colaboradores sobre as frases acerca da surdez após terem assistido às reportagens do *Jornal Visual*

Na primeira frase, “a surdez é uma diferença entre as pessoas que deve ser respeitada”, aumentou a confiança de surdos (RM>0,02) e não-surdos (RM>0,03) sobre o apontamento, com os sujeitos se movimentando de uma concordância parcial para uma total aceitação. Os saberes veiculados pelo *Jornal Visual* reiteraram esse modo de denominar os surdos e a cultura surda.

Em “a surdez é uma doença que pode ser resolvida com a ajuda da medicina e da educação”, cresceu a aceitação dos colaboradores sobre a característica do “não ouvir” como defeito e falta de saúde. De um lado, os surdos ainda discordam parcialmente, porém os discursos do telejornal os fizeram repensar esses imaginários sobre a surdez, acarretando em um aumento do ranking médio (RM>0,34) rumo à posição de neutralidade. O mesmo ocorre entre os não-surdos, em proporção semelhante (RM>0,35). O primeiro grupo se afirma agora entre uma discordância parcial e a isenção; o segundo se aproxima de “neutro”.

Em seis das sete matérias jornalísticas assistidas, os colaboradores relataram que os surdos foram retratados como doentes. Essa frequente exposição aos saberes de crença da surdez como doença, associados aos relatos de experiência do vivido, atuaram como elementos de “naturalização” do discurso de que é possível ter uma solução para o suposto mal da surdez. Mesmo reconhecendo que o respeito às diferenças é necessário, os participantes da pesquisa passaram a rejeitar, em menor intensidade, a rotulação da surdez como enfermidade, começando a concordar mais com essas concepções, como mostrou o gráfico 36.

De modo semelhante, os surdos agora têm menos convicção de que a surdez não seria um impeditivo para uma vida dita normal. O ranking médio do grupo de surdos, antes de conhecer os saberes veiculados pelo *Jornal Visual*, era de 1,71, representando um posicionamento tendencioso entre a discordância total para a parcial. Após receberem os conteúdos televisivos, o RM subiu para 2,5, evidenciando que a opinião firme da situação anterior já não é a mesma – agora eles pensam sobre o assunto entre a discordância plena rumo à isenção. A movimentação oposta ocorre entre os não-surdos, os quais passaram da discordância parcial (RM 2,03) para a plena (RM 1,88). Os imaginários difundidos pelo telejornal abasteceram o grupo de não-surdos de conhecimentos e crenças, reforçando a consciência de que os surdos podem viver normalmente dentro da surdez; no entanto, os relatos de vida e as histórias de heróis cotidianos tiraram a certeza plena que existia entre os surdos.

Na proposição seguinte - “a surdez não impede os surdos de viver normalmente”, o cálculo do ranking médio permite analisar que o posicionamento dos surdos se manteve estável em

3,5, entre a isenção e a concordância parcial. Assim como na situação anterior, elevou a confiança dos não-surdos sobre a diversidade (aumento do RM 4,03 para 4,11).

No tema da interação social entre sistemas culturais distintos, o grupo de surdos mudou de ideia, não existindo mais a certeza parcial anterior (RM 2,71) de que o desconhecimento do português pelos surdos não levaria a uma exclusão social, ou seja, de que a Libras poderia levar a uma integração social do surdo. Depois dos conteúdos do *Jornal Visual*, eles passaram a acreditar parcialmente (RM 3,18), bem próximos da indecisão, que seria necessário o aprendizado da Língua Portuguesa pelo surdo para que fossem aceitos na sociedade. A movimentação inversa ocorre entre os não-surdos, os quais deixaram a concordância parcial (RM 3,11) para uma discordância localizada perto da neutralidade (RM 2,94).

A maior aceitação dos surdos sobre a Língua Portuguesa como forma de comunicação também se reflete na frase seguinte. O grupo abandonou a condenação total (RM 1,62) dos “surdos que só usam o português não respeitam a língua de sinais”, assumindo uma discordância parcial (RM 2,18). Dentre os não-surdos, a rejeição permaneceu semelhante. Há, então, elevação da tolerância ao bilinguismo, a qual também se reflete no reforço de posição sobre a necessidade dos surdos aprenderem o português para se adaptarem à sociedade.

Com o acesso aos imaginários sociodiscursivos difundidos pelo *Jornal Visual*, os dois grupos de colaboradores mantiveram convicção parcial de que “a sociedade deve aprender a língua de sinais para se adaptar aos surdos”. Dentre os surdos, o ranking médio reduziu de 3,75 para 3,55, indicando uma proximidade à posição de neutralidade; os não-surdos aumentaram a aceitação parcial de 3,74 para 3,85.

Na retomada da classificação da surdez com doença, na rotulação do não ouvir como “perda auditiva”, as notícias e reportagens do *Jornal Visual* ampliaram a convicção parcial dos surdos de que o suposto defeito não os impediria de se relacionarem. No ranking médio, a frequência subiu de 3,78 para 3,9. Os não-surdos, por outro viés, passaram a ponderar sobre as limitações da surdez, refletindo na leve queda do RM de 4,59 para 4,55, permanecendo ainda a concordância relativa.

Conforme 69,2% dos surdos, o *Jornal Visual* não os fez mudar de opinião; por outro lado, 15,4% reconhecem plenamente e outros 15,4% parcialmente que repensaram os saberes que acessavam sobre a surdez após terem contato com os imaginários sociodiscursivos projetados pelo telejornal. A maioria dos não-surdos (51,2%) admite ter sido influenciado parcialmente pelas notícias e reportagens; somente 6,91% diz que incorporou plenamente novas percepções; e 41,8% relata que manteve a convicção que possuía antes de receber as informações do telejornal.

Como visto, a influência exercida pelo telejornal foi medida pela reaplicação das frases que inseriam discursos mistos sobre a surdez. Apesar dos colaboradores responderem que não, o ranking médio das frases avaliadas antes e depois das reportagens revela uma mudança de posição frente aos conceitos que circundam a surdez. Exemplo disso está na proposição “Os surdos que não sabem português são excluídos da sociedade”: em um primeiro momento, os surdos indicaram uma discordância parcial acerca do enunciado; contudo, após analisarem as sete matérias do *Jornal Visual*, passaram a aceitar essa perspectiva. O oposto ocorre com os não-surdos, os quais

concordavam, de forma parcial, com a frase e, depois da recepção televisiva, passaram a desconsiderá-la. Desse modo, as percepções de surdos e não-surdos foram invertidas.

As narrativas do *Jornal Visual* auxiliaram ainda a reforçar a convicção dos colaboradores de que a surdez não seria uma limitação para uma vida dita normal e que o conhecimento do português pelos surdos seria necessário para eles se adaptarem à sociedade. De modo consonante, com baixa variação, foi mantida a percepção de que, no processo de interação social, os pertencentes à cultura majoritária devem se esforçar para incluir as minorias.

## Anexo 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, clique na opção “sim” ao final deste termo. Caso deseje, imprima a tela como documento que será a sua via. A outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Título do Projeto: Imaginários sociodiscursivos da surdez: análise contrastiva de discursos do Jornal Visual e de surdos e não-surdos.**

Pesquisador Responsável: Emília Mendes Lopes (orientadora)

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (31) 3409-6054. Gabinete: 4012

Pesquisadores participante: Ivan Vasconcelos Figueiredo (doutorando)

Telefones para contato : (31) 8472-7435

O objetivo da pesquisa é avaliar as visões que surdos e não-surdos têm sobre a surdez e comparar essas opiniões com aquelas divulgadas em reportagens e notícias do Jornal Visual da TV Brasil. Não há nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões que podem ser provocados pela pesquisa. Serão aplicadas 11 perguntas, com garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

### ♦ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

#### **Autorização de uso dos depoimentos**

*Autorizo a utilização gratuita de meus depoimentos com a finalidade de contribuir para pesquisa de Doutorado intitulada “Imaginários sociodiscursivos da surdez: análise contrastiva de discursos do Jornal Visual e de surdos e não-surdos”, de autoria de Ivan Vasconcelos Figueiredo, sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Emília Mendes, dentro do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. As informações fornecidas poderão ser utilizadas para fins acadêmicos: em teses, artigos, livros, assim como outros materiais e mídias que, porventura, possam se desenvolver a partir desta pesquisa. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.*

*[ ] Sim [ ] Não*

O termo de consentimento livre e esclarecido acima foi veiculado no endereço eletrônico <<http://pesquisasurdez.wordpress.com>>. As respostas serão anônimas e não haverá coleta de assinatura dos participantes, bem como registro do endereço de *Internet Protocol* (IP).